

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
MUSEU AMAZÔNICO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

GLÁUCIA MARIA QUINTINO BARAÚNA

**ATINGIDOS POR BARRAGENS: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS
NO RIO MADEIRA**

**MANAUS
2014**

GLÁUCIA MARIA QUINTINO BARAÚNA

ATINGIDOS POR BARRAGENS: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO
RIO MADEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós –
Graduação em Antropologia Social da
Universidade Federal do Amazonas, como
requisito para obtenção do título de Doutor em
Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

MANAUS
2014

GLÁUCIA MARIA QUINTINO BARAÚNA

Ficha Catalográfica

B227a Baraúna, Gláucia Maria Quintino
Atingidos por barragens: conflitos socioambientais no Rio
Madeira / Gláucia Maria Quintino Baraúna. –2014.
338 p.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Amazonas, Museu
Amazônico, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social,
2014.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

1. Complexo Madeira – Rio Madeira. 2. Atingidos por
barragens. 3. Deslocamentos compulsórios. I. Almeida, Alfredo
Wagner Berno de. II. Título.

CDU 314(811.1)

GLÁUCIA MARIA QUINTINO BARAÚNA

**ATINGIDOS POR BARRAGENS: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS
NO RIO MADEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós –
Graduação em Antropologia Social da
Universidade Federal do Amazonas, como
requisito para obtenção do título de Doutor
em Antropologia Social.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, Presidente
Universidade do Estado do Amazonas

Prof^a. Dr^a. Thereza Cristina Cardoso Menezes, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof^a. Dr^a. Ana Carla dos Santos Bruno, Membro
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Prof^a. Dr^a. Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Membro
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Henri Acselrad, Membro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

Aos meus avós Orminda e João que ao longo desses quatro anos partiram e deixaram muitas saudades.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço às instituições de pesquisa que tem proporcionado a oportunidade aos alunos de Pós-Graduação, em realizar pesquisa de campo na Amazônia, sobretudo, em meu caso, onde os estudos se deram no rio Madeira com os atingidos pelas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. Na oportunidade agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida através do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas.

Sou grata:

Ao incansável apoio de meu orientador, o professor Alfredo Wagner Berno de Almeida. À Coordenação do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia que dispôs de recursos para que o trabalho de campo fosse viabilizado.

À Banca Examinadora,

Aos professores, pesquisadores, colaboradores e amigos em Rondônia, que me receberam, colaboraram com ideias, apresentaram aos atingidos, que mantêm um forte compromisso com eles e fazem parte desta pesquisa de alguma maneira, a eles meu reconhecimento: Luiz Novoa, Renata Nobrega, Iremar Ferreira, Marcia Mura, Inaê Nogueira, Eliaquim Cunha, Daniela Moreira, Paula Stolerma, Mary Gonçalves, João Jackson Vianna, Virgínia Barreto e Estefânia.

Aos Ministérios Públicos Federal e do Estado de Rondônia.

Ao Ministério Público do Trabalho em Rondônia.

Agradeço à Coordenação do Movimento de Atingidos por Barragens, pela recepção e oportunidade de tê-los conhecido e acompanhado durante algumas de suas atividades. A Océlio Muniz, João Marcos Domingues Dutra, Elias Dobrovolski e Miquéias Ribeiro.

Aos atingidos que me receberam em suas casas durante o trabalho de campo nas localidades mencionadas na tese e que pacientemente relataram sobre suas vidas e sem eles essa tese não seria possível. Em especial aos senhores: Pedro Damasceno, Idevan Damasceno, Claudia Lisboa, Izaías e Helena, Marcelo, Neuzete, Batista, Pancada, Bolor, Francinete, Manuela, Edna, Felipe, Marciane, Artur, Nilza, Hercília, Maria da Conceição e Esmeralda.

Aos pesquisadores e amigos do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia que compartilham debates e colaboraram de alguma forma com esta pesquisa. Elieyd

Menezes, Glademir Sales, Emmanuel Farias, Helen Catalina, Gabriel Locke, Jordeanes Araújo, Flavia Brito, Luiz Augusto, Carolina Silva, Carlos Gomes, Suzi Costa, Ana, Raquel, Juliene, Risangela, Rosiane Lima, Davi Pereira.

Aos amigos que estão distantes e que compartilharam ao longo deste quatro as dores do parto de escrever: Franklin Carvalho, Arydimar Gaioso, Juliana Barros, Paulo Victor, Lilian Gomes, Raquel Lima e Aline Abbonizio.

Aos meus queridos amigos do PPGAS e da vida acadêmica: Josias Sales, Maglúcia Oneti, Claudina Maximiano, Rancejanio Guimarães, Cristian Avila, Inara Nascimento, Dani Chaves, Judite Araújo, Silvana Teixeira, Andrezinho Cruz, Willas Dias, Cloves Farias, Chris Lopes, Angélica Maia, Ingrid Daianne, Samya Fraxe, Raiana Ferrugem, Luciano Cardenes, Fernando Penna, Anderson, Rondinelle, Magela, Glaucia Maia, Davi Leal, Luciane Costa Marinho, Jordeanes Araújo, Ednailda Santos, Flavia Melo, Esmael Oliveira, Lígia Soares, Maria José, Marcos Ramires, Rodrigo Fadul, Adailton Silva, Charles Gomes, Rila Arruda, Clayton Rodrigues, Priscilla Freire, Suzete Camurça, Nara Costa, Daniele Guimarães, Audirene, Mislene, Neon, Pedro, Omar Vargas, Luciana Ramos, Eder Gama, Dassuem Nogueira, Deise Lucy e Anderson Rocha.

Aos professores: Thereza Menezes, Marcia Calderipe, Maria Helena Mattos, Rosa Acevedo, Cynthia Martins pelas recomendações e apoio durante o trabalho de campo.

A grande colaboradora Franciane Batista Corrêa, Secretária do PPGAS e a bolsista Keysy Caroline.

Aos meus familiares que pacientemente compreenderam e ajudaram no que foi preciso para que eu pudesse me dedicar inteiramente às pesquisas desta tese.

À todas as pessoas especiais que fazem parte da minha vida e me apoiaram nos momentos mais difíceis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Rota do ônibus escolar.....	170
Figura 2 - Mapa-América do sul – Eixos de Integração Sulamericana.....	260
Figura 3 - Interligação Acre-Rondônia / Sudeste Centro Oeste.....	272
Figura 4 - Rota – Interligação Tucuruí – Macapá – Manaus.....	273
Quadro 1 - Carteira IIRSA.....	262
Quadro 2 - Projetos concluídos e tipos de financiamento.....	263
Quadro 3 - Interligações dos Eixos.....	264
Quadro 4 - “Ampliação da Infraestrutura Logística e Energética” – Estado do Amazonas.....	270
Quadro 5 - PAC – “Investimentos em Infraestrutura Logística e Energética para o Estado de Rondônia.....	271
Quadro 6 - Detalhamento dos valores totais das obras no rio Madeira	276

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA AÇAÍ	Associação de Desenvolvimento da Agroecologia e Economia Solidária
AHE	Aproveitamento Hidrelétrico
AIC	Agenda de Implementação Consensuada
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APL	Anteprojetos de Lei
APP	Área de Proteção Permanente
BASA	Banco da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CIMI	Conselho Missionário Indigenista
CIRH	Comissão Interina para Reconstrução do Haiti
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CJP	Comissão Justiça e Paz
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPPT	Centro de Pesquisas de Populações Tradicionais
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CMB	Comissão Mundial de Barragem
CNO	Construtora Norberto Odebrecht
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
COBRAPE	Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos
CONACOBAM	Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira
COOGER	Cooperativa dos Garimpeiros do Estado de Rondônia
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
EFMM	Estrada de Ferro Madeira Mamoré

EIA	Estudo de Impacto Ambiental
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
Eletrosul	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ESBR	Energia Sustentável do Brasil
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIP	Fundo de Investimentos e Participações
FRH	Fundo para Reconstrução do Haiti
FLONA	Floresta Nacional
FLOREX	Floresta Extrativista
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOBOMADE	Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo
FONPLATA	Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata
GDF	Gaz de France
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico
ICMBIO	Instituto Chico Mendes
ICP	Inquérito Civil Público
IDAM	Instituto de Desenvolvimento do Amazonas
IFI	Instituição Financeira Internacional
IMV	Instituto Madeira Vivo
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPEPATRO	Instituto de Pesquisa em Patologias Tropicais em Rondônia
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
LT	Linhas de Transmissão
LO	Licença de Operação
MAB	Movimento dos atingidos por Barragens
MABRO	Movimento de Atingidos por Barragens de Rondônia
MESA	Madeira Energia

MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério das Minas e Energia
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
PEC	Propostas de Emendas Constitucionais
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONS	Operador Nacional de Sistema Elétrico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PBA	Plano Básico Ambiental
PIN	Plano de Integração Nacional
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDE	Plano Decenal de Energia
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PGC	Projeto Grande Carajás
PNAC	Política Nacional de Aviação Civil
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PNLT	Política Nacional de Logística e Transporte
PNTH	Política Nacional de Transporte Hidroviário
PPA	Plano Plurianual
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PPP	Parceria Público Privada
PPS	Partido Popular Socialista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTSD	Post-traumatic stress disorder
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista

RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAE	Santo Antônio Energia
SEDAM	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SE	Subestação de Energia
SEAP	Secretaria de Pesca
SPE	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SAEGRI	Secretaria Estadual de Agricultura
SIN	Sistema Interligado Nacional
SINGRO	Sindicato dos Garimpeiros do Estado de Rondônia
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SGM	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
SPE	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
STRE	Superintendência do Trabalho Regional e Emprego
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UC's	Unidades de Conservação
UFRO	Universidade Federal de Rondônia
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNICAMP	Universidade de Campinas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
USP	Universidade de São Paulo
UTE	Usina Termelétrica
ZFM	Zona Franca de Manaus

RESUMO

Projetar grandes obras na Amazônia nunca deixou de ser uma pretensão governista. Desde a década de 60, temos visto uma sucessão de investimentos em infraestrutura, sendo erguidos nos mais inimagináveis lugares da região. A instalação de tais monumentos afetaram/afetam variados aspectos da vida de povos e comunidades tradicionais, acirrando os conflitos sociais locais. A implantação do "Complexo Madeira" representa mais um marco na história dos povos e comunidades tradicionais ao gerar processos de *deslocamento compulsório* e desagregação de unidades organizativas para dar passagem a ações "integracionistas". Os atingidos focalizados nesta pesquisa têm travado uma luta pelo *reconhecimento* de seus direitos, relacionados a diversas questões, sobretudo, à existência coletiva enquanto atingidos pelo projeto hidrelétrico "Complexo Madeira". Destaco nesta pesquisa várias situações conflituosas, tendo como marco dos acontecimentos, os anos de 2011 a 2014. Durante este período as situações de conflito social têm se aguçado. A luta dos atingidos pelas hidrelétricas tem se dado pela manutenção de seus territórios, pelo *reconhecimento* de seus direitos, pela garantia de seu modo de vida e pelas práticas através das quais construíram socialmente suas concepções e formas de relacionar-se. Considerando as disputas e imposições, parto da compreensão de como tais agentes sociais têm reagido a todas as investidas que priorizam a instauração de uma infraestrutura que beneficia a coalizão de interesses entre "empresas privadas e governos"; levando em conta que essa associação nega o *reconhecimento* dos agentes sociais e de seus direitos sobre os territórios historicamente ocupados no rio Madeira.

Palavras-chave: Rio Madeira. Complexo Madeira. Atingidos por barragens. Deslocamentos compulsórios. Desastres.

ABSTRACT

To design large projects in the Amazon region never stopped being a governmental pretense. Since the 1960's, we have seen a series of investments in infrastructure, being built in the most unimaginable places in the region. The installation of such "monuments" have affected various aspects of the lives of "traditional peoples and communities", instigating local social conflicts. The implantation of the "Madeira Complex" represents one more milestone in the history of "traditional peoples and communities" by generating "forced displacements" and the separation of organizational units, in order to make way for "integrationist" actions. Those "people affected" ("*atingidos*") by this process, whom are the focus of this research, have established a struggle for the recognition of their rights, related to various issues, above all, the collective existence as "atingidos" by the "Madeira Complex" hydroelectric project. In this research, I highlight various conflicting situations, specifically those that occurred between 2011 and 2014. During this period the conflict situations have become more intense. The struggle of the "atingidos" caused by the hydroelectric companies has been based on the maintenance of their territories, the recognition of their rights, the guarantee of their way of life, as well as the practices through which they have socially constructed their concepts and ways of relating to each other. Considering the disputes and impositions, I start from the understanding of how such social agents have reacted to all of the onslaughts that prioritize the establishment of infrastructure that benefits the coalition of interests between "private companies and governments"; taking into account that this association denies the recognition of the social agents and their rights over the territories historically occupied in the Madeira River region.

Keywords: Madeira River, Madeira Complex, *Atingidos* by dams, Forced displacements, Disasters.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
PARTE I.....	36
2 O JOGO DAS CLASSIFICAÇÕES.....	36
2.1 Conhecendo os agentes sociais	38
2.2 Bases para uma reflexão sobre as autodefinições	40
2.2.1 Categorias identitárias registradas no decorrer do trabalho de campo	46
2.2.1.2 A categoria “atingido”	46
2.2.3 A associação ao MAB: um rito de institucionalização política.....	48
2.3. Outras formas de representar o que é ser um “atingido”	54
2.4 As categorias “indenizado e assentado”	61
2.5 As autoidentificações que se constituíram nas localidades rurais do rio Madeira	62
2.5.1 A autoidentificação de “ribeirinho”	63
2.5.2 A autoidentificação de “pescador”	65
2.5.3 A autoidentificação de “garimpeiro”	68
2.6 A disputa pela definição da “região”	73
2.7 Quando a promessa chega: a tensão entre as mobilizações “pró e antibarragem”	80
2.8 As situações sociais que se constituíram com a implantação do “Complexo Madeira”	90
2.8.1 A repercussão quanto a implantação das hidrelétricas no rio Madeira.....	92
3 ANÁLISE DAS RELAÇÕES ASSOCIATIVAS PARA SE PENSAR AS CLASSIFICAÇÕES LOCAIS NO RIO MADEIRA	96
3. 1 A classificação das localidades observadas no trabalho de campo: as noções de “comunidade” “distrito”, “vila”, “assentamento”, “reassentamento”, “agrovila” e “reserva” ...	107
3.2 As diferentes modalidades de classificar a “paisagem”.	111
3.2.1 A relação com a “Cachoeira Teotônio”	116
3.2.2 A cachoeira e a relação com as mortes	118
3.2.3 O “ronco da cachoeira”	120
3.2.4 A pesca na “Cachoeira Teotônio”	121

3.2.5 O conhecimento sobre a rota dos peixes.....	122
3.3 Os tipos de pescaria.....	126
3.3.1 Ser “pescador” da cachoeira: um conhecimento repassado de pai para filho	127
3.3.2 A luta dos pescadores da “Cachoeira Teotônio”	128
3.4 As atividades desenvolvidas pelas famílias afetadas no rio Madeira	132
3.5 Os novos desafios diante da condição de atingidos.	135
3.5.1 Descrição das atividades agrícolas e extrativas antes do “complexo madeira”	135
PARTE II	149
4 OS EFEITOS SOCIAIS PROVOCADOS PELO “COMPLEXO MADEIRA”	149
4.1 O deslocamento compulsório no rio Madeira: identificação das várias formas.....	150
4.1.1 Os deslocamentos compulsórios e os efeitos sobre a vida dos agentes sociais no rio Madeira	167
4.2 A entrada em campo: conhecendo a “Vila Teotônio”	167
4.2.1 Observações sobre a rota, as casas, a localidade e os atingidos	170
4.2.2 Retornando à Vila Teotônio no ônibus escolar	172
4.2.3 O primeiro contato com os afetados na Vila Teotônio	174
4.3 O Assentamento Santa Rita	186
4.4 O deslocamento compulsório de famílias da “comunidade Trata Sério” – a destruição de casas feita pela equipe do consórcio SAE.	197
4.4.1 “Ser ou não ser deslocado”: o drama das famílias atingidas que lutam e esperam ser reconhecidas	204
4.4.2 Os deslocamentos compulsórios provocados por problemas ambientais e tensões pela ocupação territorial	206
4.4.2.1 Distrito de São Carlos, comunidade Brasileira e comunidade São Sebastião.....	206
4.5 A posição das instituições e a relação com as famílias atingidas quanto aos deslocamentos	213
4.5.1 Santo Antônio Energia	214
4.5.2 Energia Sustentável do Brasil	220
4.6 Ministério Público Estadual de Rondônia	222
4.7 Ministério Público Federal de Rondônia	224

5 A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS COMO ATOS DO ESTADO.....	228
5.1 A construção de hidrelétricas na Amazônia: conflitos e perspectivas.....	230
5.2 Relação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia e a Política Energética	233
5.3 A “Operação Amazônia” e o interesse pela produção de energia.....	235
5.3.1 O PND e a Política Energética.....	237
5.4 Pará-Tucuruí.....	239
5.5 Amazonas – UHE Balbina.....	243
5.6 As primeiras projeções de hidrelétricas para o Estado de Rondônia e a construção da resistência	246
5.7 Políticas governamentais recentes: a tríade das políticas governamentais – O IIRSA, O PAC e o PDE	258
5.7.1 PAC: um plano elaborado nos moldes da IIRSA.....	268
5.7.2 O PDE e a retomada da construção de hidrelétricas na Amazônia	272
5.8 O Complexo Madeira: especificidades técnicas	274
6 O DESASTRE ANUNCIADO: A ENCHENTE DO RIO MADEIRA E OS EFEITOS PROVOCADOS A PARTIR DO BARRAMENTO DO RIO.....	281
6.2 Reconstrução e Reassentamento	315
7 CONCLUSÃO.....	320
REFERÊNCIAS	332

1 INTRODUÇÃO

A presente tese trata dos dilemas vividos por agentes sociais afetados por um conjunto de grandes projetos governamentais, designado oficialmente como “Complexo Madeira”¹, focalizando especificamente os efeitos da construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no curso médio do rio Madeira, que abrangem uma região² correspondente a áreas próximas à cidade de Porto Velho e a localidades rurais do Alto e Baixo³ Madeira nos Estados de Rondônia e do Amazonas. Este referido “Complexo Madeira” compreende obras de infraestrutura, prioridade do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC e do Plano Decenal de Energia - PDE, que visam implantar quatro usinas hidrelétricas: duas delas já erguidas em Rondônia, Jirau e Santo Antônio, e duas em território boliviano. As usinas previstas na Bolívia fazem parte de um acordo binacional com o Brasil, de construir uma Usina Hidrelétrica de Energia - UHE com capacidade de 600 MW, no território boliviano em *Cachuela Esperanza* no rio Beni. A outra UHE com capacidade de 3.000 MW seria na fronteira dos dois países entre as cidades fronteiriças de *Guayaramerin* na Bolívia e Guajará Mirim no Brasil, nas corredeiras Ribeirão. Estas duas últimas UHE’s mencionadas ainda não foram construídas. Tal acordo orienta investimentos em transporte (rodovias e hidrovia), portos, comunicação e energia.

O “Complexo Madeira” é citado no Plano Decenal de Energia 2008/2017, como parte do planejamento da expansão do sistema energético nacional. No PDE é definido o cenário de criação de novas hidrelétricas em todo Brasil. Para tanto, é apontada a infraestrutura necessária para a produção de energia em massa. No plano fica explícita a

¹ Para fins de esclarecimento, farei uso aplicativo de aspas, itálico, grifo e negrito nas palavras e sentenças que pretendo destacar. 1) O uso de aspas se dará em referência a citações em até três linhas, conforme a ABNT/2013, no corpo do texto. As aspas também serão aplicadas em referência a conceitos que são recorrentemente colocados em questão, vistos também como conceitos cristalizados. Além disso, seu uso será acionado para destacar frases, palavras e designações dadas por planos, programas de governos, agências e pelos consórcios. Serão usadas também em palavras de linguagem comum ou acadêmica, em que o significado sofre constantes redefinições (BOURDIEU, 2008). Colocarei aspas para destacar as autodefinições e designações das localidades citadas na tese. 2) O itálico será utilizado para referências conceituais que fundamentam teoricamente a tese e para palavras estrangeiras. 3) O grifo será usado para destacar termos locais usados pelos entrevistados. 4) Farei uso de negrito para chamar a atenção de palavras e frases no corpo do texto.

² A *região* enquanto instrumento analítico será tratada como o “objeto” que está em *jogo*, em disputas pelo poder de *di-visão*, considerando que se deve observar as fronteiras políticas e econômicas. O que está em disputa é a luta pela definição legítima em *classificar* os grupos sociais, os territórios e o que seria uma *região*. Enquanto instrumento analítico o significado de “região” servirá como base para compreender as distintas formas de interpretar e impor essa ideia. (BOURDIEU, 107-123, p. 2006)

³ Alto Madeira é a referência dada ao trecho do rio Madeira que compreende o ponto de confluência dos rios Beni, Mamoré e Guaporé até o ponto onde se encontrava a “Cachoeira Santo Antônio”. Era uma área encachoeirada e considerada inapropriada para navegação. Baixo Madeira compreende a área que corria depois da “Cachoeira Santo Antônio” estendendo-se até a foz do rio Madeira e seria a parte apropriada para a navegação. Disponível em: <<http://antigo.rondonia.ro.gov.br/conteudo.asp?id=180>>. Acesso em: 25 de jun. de 2014.

prioridade em atender o “crescimento dos requisitos do mercado”, e disseminado o discurso de que a construção de novas hidrelétricas em todo país seria uma produção “ambientalmente sustentável” e de baixos efeitos “socioambientais e de operação”. (PDE, 2008, p. 01)

Esta tese tem como objetivo analisar os conflitos socioambientais, que se intensificaram e se tornaram cada vez mais manifestos na relação entre os agentes sociais e as agências responsáveis pela concretização das obras hidrelétricas. Tal fato vem traduzindo uma vigorosa coalizão de interesses, resultante de uma articulação entre estratégias governamentais e empresariais ou entre os planos oficiais e os chamados consórcios⁴.

O trabalho de campo desta pesquisa foi realizado entre os anos de 2011, nos meses de março, abril, maio, junho e setembro, e 2012, nos meses de janeiro, março e outubro, num período de seis a oito meses, conjugando viagens e atividades do curso de doutorado no PPGAS/UFAM. Anteriormente, em 2008, percorri localidades do rio Madeira realizando pesquisa de campo vinculada a atividades como mestranda em Sociologia no PPGS/UFAM⁵ e a partir do vínculo de profissional, enquanto pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e do Projeto Transformações Socioeconômicas no rio Madeira. Tais experiências reunidas contabilizam cinco anos de trabalhos continuados nesta região pesquisada.

⁴ Os consórcios empresariais estão referidos ao conjunto de empresas que se uniram em torno da execução das obras do “Complexo Madeira”. O consórcio Santo Antônio Energia – SAE é responsável pela Usina Hidrelétrica Santo Antônio, formado pelos seguintes acionistas: FURNAS; Caixa FIP Amazônia Energia; Odebrecht; Andrade Gutierrez e CEMIG. O consórcio Energia Sustentável do Brasil – ESBR é formado pelos acionistas: GDF/SUEZ; Eletrosul e Chesf, responsável pela Usina Hidrelétrica Jirau. Fonte: www.aneel.gov.br. Atualmente a Empresa responsável pela comercialização da energia é a Santo Antônio Energia que tem como acionistas as seguintes empresas: Odebrecht Energia, Eletrobrás FURNAS, Andrade Gutierrez, CEMIG, CAIXA-FIP, Disponível em: <http://www.santoantonioenergia.com.br/site/portal_mesa/pt/institucional/consorcio/consorcio.aspx?utm_source=home_portal_SA_PT&utm_mediu>. Disponível em: Ministério Público do Estado de Rondônia e Procuradoria da República em Rondônia, 2008. Acesso em 20 de mar. de 2012. Ambas serão melhor apresentadas no primeiro capítulo desta tese.

⁵ A pesquisa de Mestrado examinava os conflitos de pesca em Porto Velho (RO) e Humaitá (AM). No período em que estive em campo coletando informações, a questão das hidrelétricas já era vigente e acirrava os ânimos nesses municípios. Expectativas positivas eram esperadas com a implantação das usinas do Madeira. Durante minha estada em Porto Velho, percebi que havia uma campanha massiva em prol das usinas, as ruas, nos canais de televisão e nas rádios. A especulação em torno das obras começava a se intensificar e o tratamento midiático elidia qualquer possibilidade de conflitos sociais. Os candidatos à eleição em Porto Velho, usaram a implantação das hidrelétricas como bandeira de campanha eleitoral e como fator que acionava uma coesão social em torno de uma identidade regional. A defesa da relevância para o Estado era assim fervorosamente divulgada. Centenas de pessoas começavam a chegar a Porto Velho, sendo possível observar vários recém-chegados, homens em sua maioria, na porta dos hotéis ou enfileirados, nos locais de recrutamento, para se apresentarem como candidatos a vagas nos canteiros de obras. Muitos eram recrutados por terceiros, pessoas deslocadas de outros estados para Rondônia. Bares e casas de festas começavam a investir em propaganda para atrair os novos moradores da cidade. O clima era de muita agitação. Os aluguéis de imóveis começaram a ficar elevados e os preços de produtos de consumo também seguiram essa “inspiração econômica”, que acendia a esperança de dias melhores para a população local.

O tempo prolongado de observação me facultou acompanhar parte da etapa de implantação das usinas em que os agentes sociais estavam enfrentando, medidas de *deslocamento compulsório* de suas localidades, para dar lugar aos projetos de infraestrutura. Optei por concentrar o trabalho de campo, partindo das realidades empiricamente observadas em localidades próximas ao município de Porto Velho – Rondônia. A intenção era compreender os conflitos emergentes e os interesses em *jogo* a partir da implantação de obras do denominado “Complexo Madeira”. Procurei observar as ações e as respectivas formas de mobilização dos agentes sociais neste *campo* de tensões sociais.

As localidades conhecidas no decorrer do trabalho de campo e citadas na tese estão situadas em duas áreas, que foram *classificadas* pelos consórcios empreendedores, SAE e ESBR, como áreas à montante – dizem respeito a tudo o que se encontra acima do chamado “paredão”, que é a estrutura de concreto, construída para barrar o rio; e à jusante – que diz respeito a tudo o que está abaixo do “paredão”. Em se tratando de ambas as hidrelétricas, foram dois “paredões”, de Santo Antônio e Jirau. Estes lugares onde foram erguidas as estruturas se referem às áreas de atuação das equipes técnicas dos consórcios empreendedores. No entanto, as áreas abaixo dos “paredões” não foram oficialmente consideradas como afetadas pelo projeto.

Consoante a referência que descreve o itinerário do trabalho de campo, as localidades por onde passei foram as seguintes: “Vila Teotônio”, “Santa Rita”, “comunidade São Carlos”, “comunidade Trata Sério”, “assentamento São Domingos”, “comunidade São Sebastião” e “Vila de Jirau”. As visitas constantes e as entrevistas se concentraram mais nas três primeiras localidades. Na “Vila Teotônio”, onde estive várias vezes, entrevistei cerca de 14 agentes sociais impactados pela implantação das UHE’s. Em “Santa Rita”, entrevistei 07 agentes sociais. Em “São Carlos” foram 02 agentes sociais. Dos que viviam na localidade “Joana Darc” entrevistei 02 agentes sociais: o senhor Davi que encontrei em Porto Velho e que não teve escolha de viver entre seus pares na localidade “Santa Rita” e a senhora Nilza que não foi considerada “atingida”, e como várias famílias de “Joana Darc”, não foi deslocada para o “Santa Rita”. Na localidade “Trata Sério” entrevistei dois agentes sociais. Em “Jirau” 02 agentes sociais. Na comunidade “São Sebastião” obtive 04 entrevistas. Pela facilidade de acesso e pela relação de pesquisa mais detidamente construída com agentes sociais da “Vila Teotônio”, o número de entrevistados foi maior. As dificuldades de deslocamento acabaram limitando visitas regulares às demais localidades citadas.

As entrevistas e conversas se deram nas localidades, onde a *relação de pesquisa* (Bourdieu, 1997, p. 694) foi estabelecida e ampliada na medida em que fui sendo apresentada às famílias de afetados e na medida em que meus retornos passaram a ser recorrentes. A entrada na “Vila Teotônio” se deu inicialmente através de dois membros do Instituto Madeira Vivo - IMV e de uma pesquisadora da USP que percorria a localidade para conhecer as escolas da redondeza. Nas localidades “Trata Sério” e “São Domingos” minha passagem foi através dos membros do IMV.

Em “Santa Rita” minha entrada se deu quando fui acompanhar as mobilizações promovidas pelo Movimento de Atingidos por Barragens - MAB para realização de uma assembleia. Em “São Carlos” minha entrada também foi facilitada pelo MAB, quando um dos militantes me convidou para fazer os registros fotográficos dos desbarrancamentos, que estavam ocorrendo nas margens do rio Madeira. Em “São Sebastião” a aproximação se deu através de uma estudante de Ciências Sociais que fazia parte do grupo de pesquisa do professor da UFRO, Luis Fernando Novoa Garzon. A estudante vivia na localidade, era agente de saúde e me apresentou aos seus conhecidos, acompanhando-me durante as idas à localidade. Na “Vila de Jirau”, a entrada e apresentação aos agentes sociais se deu quando acompanhei o grupo de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia do Núcleo de Rondônia, durante uma série de visitas programadas pelo grupo, para convidar as famílias dos agentes sociais deslocados, designados como atingidos para um encontro em Porto Velho.

Entre as localidades acima citadas, as que foram projetadas pelo consórcio Santo Antônio Energia para receber os atingidos são: “Vila Teotônio”, “Santa Rita” e “São Domingos”. Estas unidades sociais estão localizadas entre as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. A localidade denominada de “Nova Mutum”, construída pela ESBR, também foi visitada durante o trabalho de campo realizado em 2012. A maioria dos agentes sociais que foi deslocada para “Nova Mutum” estava saindo das casas construídas pelo consórcio, devido às condições que não os favoreciam. Vários destes agentes sociais estavam se deslocando para Porto Velho e para outros lugares, mas havia um grupo que havia seguido para a “Vila de Jirau”, situada à margem da BR-364.

Das localidades situadas às margens do rio Madeira, tive a oportunidade de conhecer “São Carlos” e “São Sebastião”, no Baixo Madeira, à jusante das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. “São Carlos” ou “distrito de São Carlos” se localiza na confluência do rio Madeira com o rio Jamari. “São Sebastião” situa-se logo depois do “paredão” da hidrelétrica de Santo Antônio. Além destas, há outra localidade que não

está na margem do rio Madeira, mas está próxima à rodovia BR-364, trata-se da denominada “Vila de Jirau” ou “comunidade de Jirau”, localidade que, assim como “São Carlos” e “São Sebastião”, não foi classificada como atingida pelo “Complexo Madeira”.

Os agentes sociais aos quais me reporto nesta pesquisa se autodesignam e são denominados de: “ribeirinhos”, pescadores, “indígenas”, “agricultores”, “garimpeiros”, “extrativistas” e “assentados”. No âmbito das construções das hidrelétricas, sobretudo dos desastres, tais agentes são designados como desabrigados e se autodefinem e são também denominados de atingidos. Nesta *resistência* à implantação arbitrária de barragens, sem as devidas consultas, estão as instituições mediadoras que tem se colocado como aliadas dos atingidos, como: as ONG’s, entidades confessionais ou de pastorais, associações e colônias de pescadores que reivindicam seus direitos como atingidos.

As demais agências envolvidas na disputa pela definição do *espaço social e espaço físico* para a consolidação do “Complexo Madeira” compreendem: órgãos governamentais, empresas de construção civil, empresas de energia e instituições multilaterais. Há também referências a políticos de várias esferas de decisão, dos governos locais e nacional.

Entre as dificuldades encontradas durante a construção da relação de pesquisa, destaco aquelas no âmbito da circulação nas localidades conhecidas. No período correspondente ao trabalho de campo a *situação social* mostrava-se difícil para as famílias afetadas, devido às pressões que sofreram em torno das medidas de *deslocamento compulsório* e de todo o processo de negociação e de *reconhecimento* de seus direitos. Algumas famílias apresentavam uma atitude de estranhamento e se encontravam bastante fechadas com relação a qualquer aproximação de pesquisadores. Em alguns casos não tive abertura sequer para estabelecer condições elementares de uma *relação de pesquisa*, sendo mantida numa posição lateral, à margem de qualquer contato mais profícuo, em virtude de sua desconfiança generalizada face a pesquisadores que cadastravam, inventariavam ou recenseavam unidades sociais.

Importa esclarecer, entretanto, que em momento algum vivi situações desrespeitosas ou de hostilidade, muito pelo contrário, sempre fui recebida com cordialidade e gentileza. O que orientou minha postura em campo é que qualquer aproximação estabelecida demandava tempo prolongado, diferentemente do curto e intenso assédio de cadastradores, e de pesquisadores com questionários levantando

diferentes tipos de informação, mesmo as agências mediadoras procuravam reunir dados, num curto período de tempo, dificultando mormente a pesquisa antropológica. Busquei contornar esta dificuldade estreitando vínculos com os mediadores, já que é quase impossível construir uma relação de pesquisa sem se apoiar na ação de lideranças locais e de entidades de apoio, que bem conheciam as famílias e as estavam mobilizando. O avizinhamo das lutas de *resistência* assinalava uma possibilidade de pesquisa, por outro lado, me dificultava o acesso a muitas outras famílias. Esta divisão perpassa o trabalho e evidencia limitações e condicionantes, que caracterizavam meu trabalho.

No que diz respeito ao acesso às informações produzidas pelos consórcios sobre os atingidos e tudo o que se refere aos programas criados para assisti-los, não obtive êxito durante minhas tentativas de pesquisa. Por mais de uma vez estive nos escritórios da SAE e da ESBR para solicitar a licença de pesquisa em seus arquivos e não recebi nenhuma resposta. Apenas fui recebida por assessores de comunicação, que relataram brevemente o que cada consórcio realizava nas localidades construídas para as famílias atingidas.

Com relação à teoria, tive dificuldades em avançar num debate mais global que envolvesse exercícios comparativos e casos de construção de grandes barragens em países como Índia, Gana e Egito e mesmo fazer referências a experiências similares no continente sul-americano. Provavelmente teria que ter me empenhado mais num cotejo com obras recentes. Nesse sentido fica uma lacuna, que pode ser preenchida com futuros estudos comparativos, inclusive com hidrelétricas que estão sendo construídas neste exato momento na Amazônia.

Assim, para além das dificuldades teóricas que encontrei na realização desta pesquisa, usufruí de vantagens no que tange ao contato com recursos teóricos que me possibilitaram refletir sobre a *situação social* empiricamente observada. O quadro teórico proporcionou inúmeras reflexões sobre conceitos e categorias, que me auxiliaram na elaboração dos possíveis argumentos para interpretar as transformações sociais que vêm ocorrendo na região do rio Madeira, desde que as usinas de Jirau e Santo Antônio foram implantadas.

De modo resumido posso adiantar que no primeiro capítulo⁶ apresento as classificações em *jogo* na região do rio Madeira, consoante autores que têm contribuído para se pensar a Amazônia numa perspectiva das tensões sociais e dos conflitos em

⁶ Identificado segundo as normas da ABNT pela numeração 2 e seguindo a corrente numeração até 5.

torno de um “reordenamento territorial”, que proporciona benefícios a determinados grupos políticos e empresariais, mas destrói unidades sociais, que tradicionalmente ocupam a região com distintos modos de vida e identidades diversas. Busco delinear a abrangência destes antagonismos e seus principais efeitos.

Tais conflitos são caracterizados por intensas manifestações, que emergiram enquanto *estratégias de resistência*⁷ elaboradas por famílias afetadas a partir do entendimento que tiveram dos efeitos que tal projeto provocaria sobre suas vidas. As formas de *resistência*⁸ se manifestaram de variados aspectos. Alguns agentes reagiram seguindo uma ordem própria, nas suas localidades, associações, famílias e até individualmente, sem necessariamente se associarem a uma militância coordenada. Mas nesse processo, a luta antibarragem também contou com a formação de uma militância local, organizada pelo MAB, que tinha como apoios-chave de sua base, os remanescentes da experiência vivida na década de 80 com a construção da UHE Samuel. A luta como um todo pode contar com o apoio de outras entidades (ONGS, universidades, igrejas e associações) e profissionais que somaram forças contra o projeto hidrelétrico que se firmava.

Simultaneamente, nesse mesmo período *estratégias empresariais* em confluência com as *estratégias governamentais* passaram a ser postas em prática. Naquele momento o intuito era cooptar unidades sociais e ganhar o apoio quanto à necessidade da adesão ao projeto hidrelétrico. Para tanto, não pouparam esforços em fazer com que esse projeto fosse uma “bandeira de salvação” capaz de solucionar os problemas econômicos regionais. Com isso, uma coalizão de poderes políticos e empresariais passou a emplacar uma campanha voraz no Estado de Rondônia, na cidade de Porto Velho e nas localidades circunvizinhas.

No segundo capítulo, o debate teórico se dá ao refletir sobre as formas de *associação*, as formas político-organizativas elaboradas pelas famílias afetadas no rio Madeira e encontradas durante o trabalho de campo. Tal quadro referencial serviu para que fosse possível compreender a formação das localidades a partir da reunião de agentes sociais em torno do que compartilhavam. Também foi possível perceber as novas formações impostas segundo um modelo produzido pelos empreendedores a

⁷ Scott (2002), Said (2011).

⁸ De acordo com Scott (2002), os agentes sociais elaboram suas formas de *resistência* contra o poder segundo o entendimento sobre a ação daquele que quer subordiná-los. Algumas formas de *resistência* podem ser públicas ou ocultas, esta última de maneira silenciosa e disfarçada. Em alguns casos, o não enfrentamento direto faz parte da estratégia de *resistência* dos agentes sociais que são orientados a agir no seu cotidiano.

respeito do que seria relevante para os atingidos e numa tentativa de apagar a diversidade de modos de vida e identidades.

Foi possível acompanhar como os agentes sociais constituíram uma relação com a natureza. Destaco a nomeação dada aos lugares, à cachoeira e aos peixes, juntamente com as técnicas desenvolvidas para realizarem suas atividades nas localidades, fato que remonta a uma riqueza de classificações que foram elaboradas por gerações, com base no conhecimento que adquiriram de ecossistemas e do quadro natural como um todo. As atividades de cultivo de gêneros alimentícios realizadas pelas famílias afetadas são apresentadas como uma das formas de reconstituir brevemente quais eram e como se davam as práticas cotidianas nas localidades estudadas.

O terceiro capítulo trata do processo de *deslocamento compulsório*⁹ relacionado a inúmeras disputas e à constante luta pela manutenção do “território”. Desta forma tem como cerne a saída das famílias afetadas para as chamadas “agrovilas”, correspondentes aos conjuntos habitacionais projetados pelos consórcios, como medida compensatória para receber cada família classificada como atingida. As localidades foram escolhidas e as edificações construídas pelos consórcios Santo Antônio Energia e Energia Sustentável do Brasil. Nesta abordagem trato das situações em que encontrei essas famílias deslocadas, bem como os efeitos que sofreram e apresento os tipos de deslocamento verificados durante o trabalho de campo.

O deslocamento foi um evento marcante e a saída das localidades revela que o significado da vida na margem do rio Madeira para tais famílias sofreu um corte irreversível. Nenhuma ação pode remediar o deslocamento que provocou a desestabilização das relações existentes entre os atingidos. Seu pertencimento ao lugar, sua relação com a natureza seu modo de vida e todo um futuro que idealizavam na localidade foram profundamente afetados. Estes fatores levaram os atingidos a uma autorreflexão e conseqüentemente à formação de uma consciência crítica sobre as condições de possibilidade que agora estavam vivendo.

O quarto capítulo, ganha destaque o debate sobre os *atos* do Estado que através de suas instituições legitima as ações das agências que promovem transformações profundas em áreas tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais na Amazônia, desconsiderando direitos previstos e garantidos constitucionalmente. Para tanto, são retomados exemplos históricos da implantação desastrosa das primeiras hidrelétricas na Amazônia, como fruto de um projeto político amplo que visa atender

⁹Almeida (1977), Baines (1995), Martins (2012).

interesses empresariais. Diante deste fato, verifica-se a formação da *resistência* e movimentos sociais, que passaram a se constituir a partir da experiência vivida em décadas anteriores, a ganhar força e a constituir novas estratégias de luta contra projetos e políticas de submissão. Entre os destaques dessa *resistência* tem-se a formação do MAB na década de 80.

No quinto capítulo, as referências se dão em torno das situações sociais interpretadas usualmente como *desastre* e *catástrofe* provocadas a partir da cheia do rio Madeira no inverno de 2014, entre janeiro a maio. Tais fatos foram associados, pelo MAB e especialistas, às intervenções oficiais, ou seja, a partir da implantação das hidrelétricas no rio Madeira. Para algumas interpretações, que serão examinadas, o barramento do rio teria provocado a inundação de localidades rurais, cidades, rodovias, estradas, monumentos históricos, terras indígenas e plantações, afetando centenas de famílias nos estados de Rondônia e Amazonas e deixando o Acre isolado. Os efeitos da cheias também afetaram o território boliviano.

Nas reflexões sobre as transformações sociais vigentes na *região* do rio Madeira, utilizei instrumentos teóricos que nortearam analiticamente os rumos desta pesquisa. Para tanto, organizei uma seqüência de leituras que me auxiliaram neste esforço analítico, delineando o método, as experiências e os conceitos elementares.

Busquei discutir o uso do método etnográfico, segundo diferentes antropólogos, tais como: Clifford (2002), Gluckman (1987), Barth (2000) e Pritchard (1978) que valorizam a relevância do trabalho etnográfico e que basearam suas pesquisas em descrições de situações vividas em campo e que julguei fundamentais para analisar as *relações sociais* como observadas por Weber (1991), Bourdieu (1997) e Gusfield (1975).

Orientando a pesquisa de modo reflexivo, busquei conduzir o trabalho ao mesmo tempo esforçando-me para constantemente exercitar tal tentativa de repensar os procedimentos. Para tanto, inspirei-me em experiências que me levassem a conduzir meus atos de modo menos intrusivo possível. Sendo assim, Bourdieu (2007, p.695) ressalta que a *reflexividade* orienta a percepção do *olhar sociológico* e também permite perceber e controlar a condução de uma conversa informal e de uma *entrevista*. Em outras palavras, seria necessário dominar os efeitos dessa ação. Com relação a este ponto, é necessário saber o que fazer quando se inicia uma problematização. Bourdieu chama a atenção para os devidos cuidados na coleta de informações: a clareza da intencionalidade da entrevista para o entrevistado, até mesmo para que o pesquisador

não se torne invasivo, através de uma *intrusão* e de uma *violência simbólica* e assim estabeleça uma troca menos violenta.

Segundo Bourdieu, antes que qualquer tipo de pesquisa seja iniciado, é necessário obter um conhecimento prévio da situação, aprofundamento teórico e interpretativo. Não incorrer na reprodução de opiniões particulares anteriores aos resultados finais da pesquisa, de modo que isso não altere o rumo do objetivo previsto. O pesquisador não deve impor uma sequência de perguntas sem dar vazão à própria reflexão por parte de quem se submete às interrogações. O ideal seria que o pesquisador pudesse criar uma familiaridade, para tentar diminuir as distâncias sociais existentes entre ele e o pesquisado, de forma a estimular a colaboração daquele que está sendo indagado. (BOURDIEU, 1997, p. 693-696)

James Clifford também traz suas contribuições para pensar a forma de se construir uma *etnografia reflexiva* e aponta para uma prática inovadora, onde o antropólogo não é mais apenas aquele que descreve as situações, mas aquele que está imerso no mundo social descrito. Para J. Clifford, o ocidente deixou de ser o centro da produção intelectual antropológica. O período colonial desses estudos foi posto em cheque com a ascensão de novas propostas e de movimentos pós-modernos que estavam em voga desde as décadas de 1960 e 1970. Novas abordagens, sobretudo, as novas formas de interpretar o outro, passaram a se destacar frente ao crescente enfoque sobre a vivência daqueles que pertenciam às diversas realidades. A relevância dos novos trabalhos antropológicos fez com que a própria diferença pudesse falar de suas realidades. Simultaneamente, os antropólogos dessa geração passaram a tecer críticas às antigas formas como o *outro* era retratado pela intelectualidade dominante no meio científico (CLIFFORD, p. 19, 2002).

A crítica feita por J. Clifford vai em direção à posição do pesquisador como a única autoridade apta a falar sobre os estudados. Não se trata apenas de descrevê-los como se eles apenas fossem elementos passivos de sua interpretação. Assim define que a etnografia realizada sobre um grupo deveria exprimir algo além de uma produção literária, seria uma “atividade híbrida”, que denotaria o campo estudado na sua mais fiel expressão, com suas adversidades internas, tensões, ambiguidades, ou seja, o universo das relações estaria em seu pleno estado de efervescência real.

A postura de James Clifford com relação à etnografia, nos leva a refletir sobre a sua tentativa de desestabilizar conceitos antropológicos cristalizados, como o de “cultura”, principalmente pelos significados que ele se investiu durante o século XX.

Tal definição ficou limitada a um modelo fechado, com delimitações prontas que apontariam uma resolução para descrever o que seria essa categoria, com poucas aberturas para novas interpretações.

Com isso, etnografias ousadas foram sendo produzidas por uma gama de novos antropólogos que se posicionaram em favor do redirecionamento da relação pesquisador e pesquisado, onde ambos se destacaram nos textos, elevando a figura do *outro*, em plena dinâmica das vivências que vão sendo retratadas, em seus trabalhos de campo.

Recursos teóricos utilizados durante o trabalho de campo e problematização das interpretações

Além das relevantes indicações teóricas, menciono que me foram úteis algumas ferramentas básicas no decorrer do trabalho de campo. Recursos audiovisuais como fotografias e o uso do gravador contribuíram para registrar a imagem das localidades e a fala dos agentes sociais, bem como as situações inesperadas que vivenciei em campo. O gravador foi fundamental para registrar as reuniões que presenciei. Em anexo, no final da tese, organizei um CD que contém o caderno de fotos ordenado conforme o percurso do trabalho de campo.

Os debates sobre a *classificação* se destacam neste trabalho a partir da análise das entrevistas recolhidas durante o trabalho de campo. Eles são permeados pelas teorias de Foucault (1999; 2006) e Bourdieu (2001) para analisar criticamente as principais classificações em *jogo*. Parti da análise e da compreensão das relações sociais, bem como das leituras distintivas dos conceitos de “comunidade” e “sociedade”, que também se tornaram um dos principais pontos para esta abordagem. Este enfoque me propiciou condições para observar como as formas associativas eram constituídas e como contribuíam para a transformação de suas localidades de referência em unidades políticas. Tais condições persistiram uma correspondência com os estudos sobre a construção de identidades, vistas em Barth (2000), Gusfield (1975), Bourdieu (2008), Fraser (2006) e Castells (2007), em debates que estão intrinsecamente ligados ao estudo das relações sociais. Nessa junção, pude observar os princípios que estariam ligados ao seu modo de vida e a sua luta pelos direitos, já que em suas próprias localidades os agentes encontravam-se ameaçados pelas hidrelétricas do rio Madeira. Para compreender analiticamente tais relações e a relevância destas leituras no entendimento das formas associativas (principalmente em estudos sobre comunidades),

recorri de maneira crítica aos estudos de Tönnies (1973), Max Weber (1991), Bauman (2003) e Gusfield (1975), ressaltando os contrastes.

Os conflitos sociais também foram abordados ao longo dos capítulos levando-se a reler também de modo crítico os estudos de: Simmel (2003) e Coser (1966), cotejando-os com aqueles de Barth (2000), Bourdieu (1989, 2000; 2008) Fraser (2006), Said (2011) e Scott (2002 ; 2004), que ao contrário da interpretação positiva desta categoria, tratam de distintas reflexões sobre *estratégias de sobreposição e resistência* por parte dos envolvidos em situações de conflito, sendo possível destacar como alguns agentes sociais se mobilizam e concebem a vida social diante de tensões sociais. De modo geral, estas diferentes análises serviram para problematizar as várias interpretações sobre os conflitos sociais e foi necessário adquirir esse conhecimento para discorrer analiticamente sobre a realidade empírica estudada. As referências e o debate teórico acima citados serviram como ferramentas analíticas para compreensão das situações sociais que emergiram em campo e no ato de coligir as informações.

Grandes mudanças são marcadas por conflitos envolvendo grupos divergentes e sabe-se que uma das oposições, talvez o lado mais forte, possa provocar um desequilíbrio nas relações sociais. Para tanto, me apoiei numa leitura que me auxiliasse a compreender tais transformações sociais, partindo do entendimento de que essas divergências e mudanças se intensificaram e se deram num contexto político que apoia a implantação de obras de infraestrutura. Para conhecer outras experiências nos estudos sobre barragens no Brasil e situações de conflito a partir de realidades empíricas distintas, optei por incorporar as leituras de: Baines (1994), Sigaud (1986), Costa (2013), Vianna (1997), Pinto (2012) e Fearnside (2005 & 2009), que caracterizam as abordagens aqui adotadas nas duas últimas décadas.

Para tratar das transformações sociais a partir da redefinição dos espaços e das posições, bem como os efeitos dessa dinâmica, recorri às análises de Pierre Bourdieu. No *espaço social* estão os agentes sociais, as agências e as coisas (BOURDIEU, 1997, p. 160). Nesse contexto, as relações sociais são estabelecidas e cada agente, orienta seu sentido de pertencimento, seguindo uma identificação mútua entre seus pares, de acordo com o *campo* do qual fazem parte. Pensar o conceito de *região*¹⁰ na Amazônia também

¹⁰ O uso da categoria *região* em itálico será como referencia analítica. Quando a categoria se apresentar entre aspas estará referida à forma como a “região” está sendo planejada, conforme as políticas de construção de infraestrutura e as pretensões empresariais.

foi refletido a partir dos estudos de Almeida (1993) sobre a “Região do Grande Carajás”, implantada oficiosamente no Estado do Pará.

Cada agente tem sua ocupação, possui representações intrínsecas, adquire seus bens e propriedades de acordo com seu capital econômico e intelectual, fato que define a posição por ele ocupada no *espaço social*. Por ser caracterizado dessa maneira, no *espaço social* existem posições hierarquizadas, fato que marca onde podem estar os agentes sociais. Isso é expresso quando, no *espaço social*, um grupo de agentes, que detém os meios e interesses próprios, inicia um processo de ordenamento do *espaço físico*, em detrimento ao modo de vida daqueles que não detém um capital suficiente para conter esse avanço. (BOURDIEU, 2007, p. 160-166). Quanto aos conceitos de *resistência*, *desastre*, *catástrofe* e *deslocamento compulsório*, gostaria de sublinhar um enfoque relacionado às *estratégias de resistência*. Complementei-os com a expressão mencionada por Bourdieu relativa a *atos* do Estado.

Para falar desta abordagem relacionada à *resistência* dos agentes sociais ao empreendimento hidrelétrico, recorri às leituras de Scott (2002; 2004), Fraser (2006) e Said (2011), que tratam de formas de *resistência* diferenciadas e sobre os *atos* do Estado, considerando os mecanismos de poder delegado a um *agente* autorizado, me orientei a partir das leituras de Pierre Bourdieu (2012).

Para tratar das mudanças sofridas pelos agentes sociais comparáveis a situações de *desastre* e *catástrofe*, optei por recorrer à leitura de Oliver Smith (1982) que também aborda questões relativas aos deslocamentos e reconstruções, pós- acontecimentos que abalaram as formas organizativas de grupos sociais. O conceito de *deslocamento compulsório* também foi analisado em Martins (2012) e Almeida (1977).

Na análise histórica dos desdobramentos das situações de conflito recuperei estudos sobre a formação recente da *região*. A abertura de frentes de expansão e a projeção de grandes obras de infraestrutura para a Amazônia compõem o quadro delineado por pretensões governistas e empresariais, com a finalidade de explorar incisivamente os recursos naturais e atender aos diferentes circuitos do mercado mundial. Rondônia conheceu essas investidas que remontam a abertura das linhas telegráficas por Rondon; a construção da Ferrovia Madeira Mamoré (FOOT HARDMAN, 2005); a colonização promovida pelo INCRA; a construção da BR-364 e da UHE Samuel.

Sua história e a dos agentes sociais que vivem nas proximidades do rio Madeira é marcada por uma sucessiva lista de investimentos em infraestrutura, que se colocam

impositivamente sobre os “territórios”. A crescente instalação de grandes monumentos em vários lugares da Amazônia nos últimos anos surge como reflexo dos *atos* do Estado, em favor de interesses que visam expandir a exploração dos recursos naturais para atender os mercados mundiais. Esses *atos* acabam por afetar não somente o meio ambiente, mas a diversidade de povos e comunidades tradicionais e promove intensificação de enfrentamentos na referida *região*.

O conflito instaurado é uma constante na história de povos e comunidades tradicionais do rio Madeira. Do ponto de vista da coalizão de interesses que deseja se apropriar de áreas para construir a infraestrutura planejada, e de seus aliados, bem como as instituições do Estado, o conflito emerge positivamente para dar passagem ao “crescimento econômico” do que seria a pretensa “região”. Ele surge como elemento que antecede ao “futuro promissor” proferido pelo discurso desta coalizão, em defesa de si e de seus próprios interesses (SIMMEL, 1986, p. 328).

A situação de conflito acentuou-se na medida em que interesses governamentais e empresariais passaram a deliberar sobre o uso dos recursos naturais e com a implantação do “Complexo Madeira”. Em razão das mudanças que iriam ser realizadas em áreas visadas pelo empreendimento, onde se encontravam as localidades e o acesso aos recursos naturais, esse conflito foi sendo potencializado e com isso as disputas em todos os campos da vida social dos agentes.

No que diz respeito aos efeitos que essas grandes intervenções têm sobre as relações sociais, propaga-se um estado de transformação interior, um estado que remonta a uma espécie de retrospectiva de vida que os agentes sociais passam a ter quando se deparam com situações tão problemáticas. Este estado de autoconsciência trata da reflexão realizada sobre suas condições, de sua identidade e seu modo de vida.

Decorre da situação de conflito, a desestabilização das unidades organizativas, desperta inquietações que os leva a resistir e a lutar pelo *reconhecimento* de seus direitos num *jogo* de forças, no qual foram levados a participar, por conta das pretensões de interesses que pretendem dominá-los em todos os aspectos até que sua inexistência seja algo concreto.

No caso desta pesquisa, as hidrelétricas ganham destaque entre muitas dessas invenções planejadas pela engenharia de uma coalizão de interesses. Estes últimos assumem uma posição privilegiada no *campo* político e econômico do Estado, se colocam à frente nessa disputa e determinam o destino dos agentes sociais e a urgência da consolidação de seus interesses. Eles dispõem do *capital* necessário para promover

as mudanças que almejam nos lugares pretendidos, em sua maioria, de acordo com o que julgam adequado para o crescimento econômico do país.

A implantação do “Complexo Madeira”¹¹ representa mais um marco na história dos agentes sociais, designados como: “ribeirinhos”, “indígenas”, “extrativistas”, pescadores, “quilombolas”, “garimpeiros” e “castanheiros”, que viviam na *região* do rio Madeira antes da implantação do “Complexo Madeira” e que, por seu desdobramento, já não tem mais livre acesso aos recursos naturais e tão pouco vivem nas localidades que ali existiam. Por ironia do destino, as famílias afetadas agora são aquelas que mais uma vez voltam a sofrer as consequências, como ocorreu com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em meados do século XIX com a UHE de Samuel na segunda metade do século XX. A implantação deste projeto hidrelétrico resultou no *deslocamento compulsório* e na desagregação de unidades organizativas para dar passagem a medidas que defendem a “integração” da “região” à economia do país e do continente.

Os agentes sociais mencionados nesta pesquisa têm travado uma luta pelo *reconhecimento* de seus direitos. Essa luta está relacionada à garantia da permanência dos bens simbólicos (culturais) e materiais que compõem e seu patrimônio cultural. Nesse sentido, assinalo que a presença dos mesmos encontra-se ameaçada e que possivelmente sua histórica presença na ocupação do rio Madeira pode estar sendo circunstancialmente engavetada e fadada ao esquecimento.

Com base na compreensão desta situação de conflito, tais agentes sociais passaram a acionar mecanismos políticos que pudessem lhes garantir o direito de permanecer em suas localidades, mantendo seu modo de vida ou pelo menos condições necessárias que lhes garantissem a reprodução social, do mesmo modo que ocorria antes da implantação das hidrelétricas. Quero ressaltar que a compreensão que cada um teve ou tem das transformações, fez com que tais agentes aderissem a um processo de *resistência* coletiva, posicionando-se ao lado de movimentos sociais, como o MAB, de agências voluntárias de apoio, entidades confessionais¹², pesquisadores, professores e técnicos contra a proposta de construção das hidrelétricas, tal como levada a efeito pelo

¹¹ Região que, as vistas de seus criadores, compreende ao Alto e baixo Madeira no Estado de Rondônia e até a fronteira com a Bolívia.

¹² Como o CIMI e a CPT.

Estado, numa trágica repetição do que outrora já havia ocorrido com os atingidos pela UHE de Samuel¹³.

Apesar da acirrada disputa, os consórcios SAE e ESBR ganharam a concessão da área para a construção das hidrelétricas e para a execução de toda a proposta do “Complexo Madeira”. Com isso, iniciou-se o processo de seleção dos agentes, mas apenas os considerados pelos consórcios como atingidos receberam as ditas compensações. Assim, foram realizados os pagamentos das chamadas indenizações e as construções das casas nas localidades projetadas para receber as famílias deslocadas. Essas ações foram concebidas pelos consórcios responsáveis pelas hidrelétricas, como medidas compensatórias em vista das intervenções provocadas a partir das obras.

No entanto, essas medidas compensatórias não se estenderam a todos os agentes sociais e suas respectivas localidades afetadas. De forma excludente, os consórcios utilizaram critérios próprios, de assistência àqueles agentes sociais classificados como atingidos. Embora a SAE e a ESBR, tenham propagado o acompanhamento dos que foram deslocados para outras localidades, tem emergido todo tipo de crítica quanto à condução do deslocamento. As famílias afetadas relataram quais eram as novas condições nas referidas localidades para onde foram levadas. Com efeito, revelaram quais eram os reais critérios usados pelos consórcios para definir o que seria adequado a elas. De forma que esse processo não sugeria a participação dessas famílias nas principais definições, como a elaboração da planta da casa e a escolha do lugar adequado e para onde essas famílias atingidas seriam deslocadas.

Mesmo depois das hidrelétricas serem erguidas, os atingidos continuamente passaram a reivindicar os seus direitos, principalmente por atravessarem uma fase problemática, de não poder mais dispor das condições de vida anteriores ao projeto, fato que leva muitos desses atingidos a não exercerem mais as suas atividades cotidianas. Na luta pelos direitos, os atingidos têm acionado seus mecanismos de direito que os favorece no processo de *reconhecimento* de sua existência. Como resultado, em suas ações reivindicatórias passaram a exaltar cada vez mais a identidade política que assumiram, com a finalidade de engajar-se e resguardar-se juridicamente dos efeitos do “Complexo Madeira”.

A implantação de grandes hidrelétricas, como o “Complexo Madeira” e “Belo Monte” no Pará, assinala uma política de fragmentação, de característica neoliberal, que

¹³ A construção dessa Hidrelétrica, na década de 80, deixou centenas de famílias em desvantagem, muitos foram deslocados e até hoje não receberam as indenizações pela saída da terra. A atual formação do MAB em Rondônia originou-se a partir das famílias afetadas pela UHE de Samuel.

de várias formas não atende ao que está previsto na legislação pertinente e nas convenções internacionais, como a Convenção 169 da OIT e o Decreto 6.040/2007¹⁴. Justificadas como metas prioritárias do PDE, tais iniciativas surgem para sanar as necessidades industriais por energia e não como solução para sanar as necessidades das populações regionais na Amazônia. Verifica-se a prevalência de outros interesses em detrimento das necessidades básicas de acesso à energia elétrica por parte destas populações na Amazônia.

Deste modo, pode-se dizer que essas obras provocam tensões, conflitos socioambientais, desastres ambientais, deslocamentos compulsórios, segregações, desigualdades e avanços sobre o que ainda resta de floresta. Enquanto isso, em outras regiões da Amazônia, situações sociais semelhantes podem ser registradas, como a recente experiência de implantação da hidrelétrica de Belo Monte ou os primeiros estudos realizados nas UHE's de Tabajara em Rondônia, Trombetas e Tapajós, no Pará, e Teles Pires, no Mato Grosso. Pode-se perguntar se essas obras seriam reflexos do que Edward Said aponta como sendo um passado ainda muito vivo, como algo outrora invocado se formos nos propor a interpretar o presente. Seus questionamentos indagam se realmente o passado é algo encerrado ou não? Nesse caso, projetos hidrelétricos que foram elaborados há décadas atrás passaram a ganhar corpo, de acordo com as condições políticas atuais e agora estão sendo executados através das políticas de infraestrutura nos dois últimos governos.

Concernente ao que o próprio Said expunha em sua obra, ainda pairam entre nós as premissas do *imperialismo*. São recorrentes as práticas de redefinição de “territórios”, que são impostas em grandes áreas de terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Há uma expansão que apenas se fortalece, calcada nos discursos sobre o crescimento econômico do país, que tem como maior desafio, a tomada e controle de territórios construídos socialmente pelos agentes sociais na *região*. Com isso conseguimos visualizar a prevalência das determinações do que Said considera como *imperialismo*: “pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros”. (SAID, 2011, p.329-353)

Sob este prisma o que se assiste atualmente não está longe do que acontece em outras partes do mundo. Mais uma vez serão desconsiderados os direitos dos que já

¹⁴ Decreto que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

ocupavam tradicionalmente determinadas regiões, pretendidas por grandes conglomerados econômicos. A intenção dos que detém condições de promover mudanças sempre está relacionada a remover qualquer obstáculo que se apresente a seu caminho. A *região* do rio Madeira, por exemplo, tem sido alvo de iniciativas governamentais desde décadas passadas como a anteriormente mencionada, construção da Ferrovia Madeira Mamoré, a implantação de projetos de colonização, de empreendimentos agropecuários e a construção de rodovias, que consistem em investimentos que apontam para um processo de disputa territorial, que não cessou. Apenas formulou-se uma nova narrativa de nacionalidade com a construção do projeto hidrelétrico e da própria redefinição de áreas protegidas, que se sobrepõem aos territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais no rio Madeira¹⁵ e provocam restrições de acesso aos recursos naturais.

A *região* amazônica está sendo redefinida e não seria errado observar como grandes áreas estão sendo demarcadas e destinadas a grandes empreendimentos. As estratégias empresariais vinculadas ao agronegócio e outras especialidades tem maior interesse em terras para todo tipo de exploração comercial, utilizando mecanismos políticos e legais que abrem possibilidades para o aumento do seu “poderio e força” (SAID, 2011, p.41). Assim, observando as campanhas e conteúdos do discurso de adesão ao projeto hidrelétrico, temos uma aproximação com o que Said em seu trabalho revela como as ideologias do *imperialismo* e *colonialismo*, que seria a forjada necessidade dos agentes sociais em serem “contemplados” com as políticas e projetos, nesse caso o “Complexo Madeira” trazido para a região.

A *resistência* encontrada entre os atingidos no rio Madeira não tem se dado e ganhado força apenas com o evento mais atual do desastre da cheia de 2014. Ela foi sendo cotidianamente constituída a partir de um número reduzido de atingidos, desde os primeiros projetos hidrelétricos cogitados para Rondônia e foi crescendo através das interações que os movimentos sociais promoveram entre si e em torno dos debates sobre as diversas lutas pelos direitos de povos e comunidades na região. O teor político dessa *resistência* se tornou a herança para os atingidos pelo “Complexo Madeira” e a sua abrangência tem se estendido entre as famílias que agora se encontram desabrigadas, mas aguardando firmes e através de suas reivindicações, as definições do Estado e dos

¹⁵ De acordo com dados vistos durante o trabalho de campo, cito como exemplo a situação dos agentes sociais que vivem na localidade chamada “distrito de São Carlos” no Baixo Madeira que sofre com a restrição de uso dos recursos naturais, tendo como uma das causas a pressão vivida com a criação de áreas protegidas em torno da localidade. Somadas aos efeitos ambientais atribuídos à criação das UHE’s.

consórcios sobre a retomada de suas vidas. O marco dessa histórica *resistência* é que se constituiu uma *cultura política de luta dos subalternos*, que não os deixará simplesmente aquém da marcante transformação de suas vidas. Os ensinamentos e a sede por justiça são os motores dessa luta dos atingidos no rio Madeira e isso tem servido de norteador para ampliação dessa *resistência*, conforme indicam nossas pesquisas para elaboração desta tese.

PARTE I

2 O JOGO DAS CLASSIFICAÇÕES

Ao fazer uma leitura dos diferentes pontos de vista a respeito do conjunto de iniciativas que implementaram o chamado “Complexo Madeira”, no decorrer do trabalho de campo, compreendi que pairava uma disputa de forças em torno do poder de definir as classificações sobre os recursos naturais, as instituições e os indivíduos. Esta constatação me levou ao ordenamento das posições, face às iniciativas oficiais em curso, circunstanciando lados opostos, cujos antagonismos levam ao uso de todos os mecanismos de poder possíveis para submeter o *outro*. O *outro*, mesmo com desvantagens materiais e simbólicas, lutaria com todas as forças para não ser totalmente controlado. Tal *jogo* de posições mostrou-se dinâmico e foi sendo determinado no campo das definições políticas, colocando em questão áreas tradicionalmente ocupadas.

Essa ocupação, existente muito antes do próprio conflito, passou a ser ameaçada e a ser objeto de um reordenamento territorial desde o momento em que o conjunto de projetos do denominado “Complexo Madeira” começou a ser implantado para atender interesses empresariais (indústrias, comércio de energia, agronegócio, mineração, exportações de *commodities*), cuja estratégia consiste em ampliar as atividades com vistas ao mercado internacional, fazendo uso intrusivo dos recursos naturais desta vasta *região* amazônica. Submetidos a esta pressão estão os agentes sociais com suas formas de *classificação*, dispostos em suas comunidades locais ou mesmo *localidade*, que é o termo que passei a utilizar para me referir aos seus lugares e povoados, vivendo na referida área, próximos ao rio Madeira.

De acordo com o ideário da Iniciativa para a Integração Regional Sulamericana - IIRSA, os principais interessados nesse projeto seriam: governos sul-americanos, capitaneados pelo governo brasileiro e suas agências financeiras; políticos regionais, ligados ao agronegócio, a setores comerciais e da construção civil; empresas construtoras multinacionais e concessionárias de energia, tais como: Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, FURNAS, GDF/SUEZ, ELETROSUL, CHESF, a MITSUI. Dentre as instituições financeiras pode-se citar: Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Social- BNDES (SWITKES, 2008, p. 07).

As referidas agências, modo como passarei a denominá-las no texto, são amplamente conhecidas no mundo empresarial e político, com vasta experiência na construção de infraestruturas no Brasil e em outros países. Algumas delas conseguiram expandir sua capacidade operacional desenvolvendo tecnologias para atender o mercado de investimentos em infraestrutura. Sua abrangência tem se dado em torno de projetos estruturais realizados pelo governo em todo país. Essa constatação evidencia que as grandes empresas em articulação com agências oficiais e multilaterais tem se colocado a frente de tais projetos nesses últimos anos, constituindo uma poderosa coalizão de interesses. Para efeitos de registro, citarei apenas algumas delas em suas diferentes áreas de atuação.

Uma das mais conhecidas empresas é a Odebrecht que tem despontado com as recentes obras dos estádios que sediaram a Copa do Mundo de 2014, sendo a empresa também responsável pela construção das chamadas “arenas”: Fonte Nova (Bahia), Pernambuco (Pernambuco), Corinthians (São Paulo) e Maracanã (Rio de Janeiro). Além de construir obras em países como: Panamá, Peru e Colômbia¹⁶. A Odebrecht também possui negócios nos ramos do petróleo, gás, mineração, energia e mantém redes de supermercado. Está presente no continente africano há mais de vinte anos em países como: Angola, Moçambique, Gana, Guiné-Conacri, Libéria e Líbia.

Além de atuar nos lugares citados, a empresa foi uma das fortes articuladoras para que a implantação das hidrelétricas fosse viabilizada. Segundo Silva (2012, p. 108) antes do leilão das usinas, a Odebrecht havia realizado estudos sobre a área cogitada e selado vários acordos de concessão (fornecimento) de objetos e material, visando um possível retorno, que a levaria a ser responsável por uma das usinas no rio Madeira. Sua circulação em espaços públicos como em reuniões e audiências públicas era legitimada pela companhia dos representantes do governo. O que remete a uma negociação anterior à implantação dos projetos hidrelétricos. A Odebrecht é responsável pelas UHEs de: Santo Antônio (RO); Teles Pires (PA-MT); Belo Monte (PA); Baixo Iguaçu (PR).

Entre os destaques na comercialização de energia e gás encontra-se o conglomerado econômico GDF/SUEZ, presente em Rondônia, sócio do consórcio ESBR pela UHE Jirau. É uma mega-empresa influente e está atuando, através de seus

¹⁶Disponível em: <<http://www.odebrecht.com/negocios-e-participacoes/latinvest>>. Acesso em: 20 de mar. de 2012.

serviços técnicos, em várias partes do mundo¹⁷. No continente americano mantém atividades nos seguintes países: Brasil, Argentina, Peru, Chile, Costa Rica e Panamá.

Entre os destaques apresento o BNDES que é um dos maiores bancos financiadores de “obras de infraestrutura” na América do Sul. Este banco ampliou suas atividades nos dois últimos governos (de 2003 a 2014), com o financiamento de praticamente todas as obras do PAC e do PDE. Além de estender seu apoio financeiro com empréstimos aos países do continente para que fosse possível dar continuidade aos projetos do Plano IIRSA¹⁸. O BNDES tem financiado as hidrelétricas no rio Madeira, a UHE Belo Monte, a ampliação de aeroportos no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal e São Paulo. O referido banco tem feito concessões para recuperação de rodovias, infraestrutura portuária e energética, além de inúmeras linhas de financiamento.

Esse resumo, as atividades das principais empresas e agências que atuam no “Complexo Madeira” indicam as ramificações da referida coalizão de interesses e o poder de barganha que possuem no âmbito de negociações políticas. Optei por destacá-las para que fosse possível refletir sobre a articulação feita entre elas para sobrepor um discurso interessado à implantação de mais um projeto de infraestrutura em áreas antes ocupadas por povos e comunidades tradicionais.

Recorri à aproximação destes referidos povos e comunidades e suas realidades localizadas, com a finalidade de conhecer como se veem e como se movimentam para resistir a estas *estratégias empresariais* que se apropriam das terras tradicionalmente ocupadas. Analiso-os em suas especificidades e classificações derivadas, para discernir como constroem e acionam suas identidades coletivas como instrumento de luta mediante as estratégias de apropriação ilegítima de seus territórios.

2.1 Conhecendo os agentes sociais

As observações durante o trabalho de campo foram promissoras no sentido de possibilitarem o conhecimento dos diversos arranjos sociais que levaram à construção das identidades coletivas dos agentes sociais afetados pelos projetos hidrelétricos e que ocupavam as margens do rio Madeira. As informações obtidas e, sobretudo, a análise do que me foi narrado aparecem num discurso que antecede às obras propriamente ditas e

¹⁷ Disponível em: <<http://www.gdfsuezla.com/pt/>>. Acesso em: 20 de mar. de 2012.

¹⁸ Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/index.html>. Acesso em: 20 de mar. de 2012.

sucedo ao *deslocamento compulsório* promovido pelos consórcios SAE e ESBR para dar lugar a construção das barragens do “Complexo Madeira” e a seus respectivos efeitos. Da mesma maneira, a ida a campo foi promissora para que eu pudesse conhecer a emergência de uma identidade coletiva e de uma luta que exprime a marca de experiências anteriores, formando novas percepções e aprofundando a consciência de si mesmos. Afirio isto porque passaram a se mobilizar pelo *reconhecimento* dos direitos violados e se colocam contra os grandes empreendimentos, potencializando assim uma autodefinição como atingidos por barragens, objetivada em movimento social.

Nas localidades percorridas percebi uma vasta diversidade de características culturais destes agentes sociais que se reuniram em torno de coletivos de mobilização, que suscitam formas organizativas intrínsecas. Havia casos que numa dada localidade os agentes sociais eram oriundos de vários lugares e que por razões particulares, registradas em histórias de vida, ambos foram viver naquelas terras e estabeleceram novas relações com outros agentes sociais. Assim também, pude identificar as famílias que há gerações estavam presentes na região, com uma situação econômica equilibrada e que por razões que remetem ao sentimento de pertencimento ao lugar, permaneciam nas localidades.

Tais agentes sociais puderam organizar uma dinâmica de vida em vários aspectos, nunca imobilizados ou “fixados” apenas naquelas localidades, mas em constante contato com outros pares de diversas localidades e recorrentemente desenvolvendo inúmeras tarefas diárias.

Da aproximação entre estes pares formavam-se novas associações e esta capacidade de estabelecer relações unificava as famílias em torno de suas localidades. Os agentes sociais construíram suas referências, partilharam de afinidades e desenvolveram diferentes atividades que lhes garantiam a manutenção de suas condições elementares de existência sem deixar de citar que de suas falas emergia a valorização de uma relação constante com a natureza, que lhes fornecia os recursos necessários para sua reprodução física e social.

Os agentes sociais que viviam nessas localidades mantinham uma significativa relação com o rio Madeira e este emerge como símbolo de sua orientação frente a atual situação de deslocamentos compulsórios que se impôs sobre suas vidas. Essa relação era ímpar e de intrínseca ligação. O que se pode notar é que a associação feita entre os agentes sociais não se dava apenas no plano entre os afins, mas era uma *associação* com

a natureza do lugar: o rio, as praias, as pedras, os peixes e os demais recursos de que podiam fazer uso e tomar conhecimento.

A constante propensão para se relacionarem com o lugar os levou a dominar os conhecimentos sobre as mudanças da natureza, fato que também os fez apontar os futuros efeitos que a barragem do rio Madeira poderia provocar. Mediante a proposta tentadora de crescimento econômico não houve efeito suficiente para vetar o “Complexo Madeira”.

Antes dos empreendimentos, as localidades formadas se tornaram bases de referência para estes agentes sociais, que estabeleceram ritmos diferenciados entre suas localidades e demais regiões do país, sobretudo com a capital de Porto Velho. A mobilidade era intensa em vista das relações mantidas nessa *região* e essa dinâmica fortalecia a existência dessas unidades organizativas. Esse fato também contribuía para que as novas identidades emergissem em meio às relações que se constituíam como fruto das interações, dada a proximidade com outras localidades.

Para compreender as classificações identitárias dos agentes nestas situações de antagonismos sociais referentes ao rio Madeira recorri a conceituações teóricas, de autores que debatem o uso e a construção das autoidentificações, especificamente em situações de conflito social. No caso desta pesquisa, tais identidades refletem as lutas reivindicatórias e tem servido para provocar várias reflexões, sobre como elas estão sendo significadas pelos agentes, principalmente mediante transformações atuais.

2.2 Bases para uma reflexão sobre as autodefinições

Recorri a algumas referências literárias para subsidiar o entendimento dessas identidades coletivas construídas pelos agentes sociais em suas unidades organizativas, seus usos e as situações que os levaram a acioná-las. Até mesmo para refletir sobre como estes agentes lidam com transformações profundas, feito os deslocamentos compulsórios ou intensas situações de movimentação no *espaço físico* e *espaço social*, que está sendo disposto à definição.

Tomo de empréstimo algumas formulações de Barth em *Ethnic Group and Boundaries* para refletir a respeito da formação do conjunto dos agentes sociais como *tipo organizacional* para se pensar as unidades de mobilização, as formas organizativas e as elaborações das categorias de atribuição e autoidentificação.

Nos aspectos específicos sobre a construção das categorias identitárias, tem-se que “as características a serem realmente levadas em consideração não são o somatório de diferenças objetivas, mas aquelas características que os agentes apontarem como significativas”. Outro ponto visto em Barth seria a percepção sobre as formas organizativas próprias, intrínsecas que os agentes sociais estudados elegem e conceituam (BARTH, 2000, p. 38-50). Ele acentua ainda que as classificações locais podem oferecer um variado “conteúdo cultural, com traços, signos, símbolos, valores, padrões comportamentais em diferentes quantidades e formas”. Isso quer dizer que os significados irão variar, não possuem os mesmos valores para outros agentes e não podem ser tomados a partir de generalizações.

De acordo com Gusfield, em debate sobre o conceito de “comunidade”, a identidade é produzida a partir de um construto social simbólico oriundo de uma ação coletiva, é resultado de um processo de interação social que dá significado à sua existência. Seria um processo onde os agentes identificariam a si mesmo, como pertencentes a um grupo e este os reconheceria da mesma forma, constituindo em decorrência uma *associação* (GUSFIELD, p. 36-37). Ela emerge a partir dos vínculos estabelecidos pelos agentes, também de forma situacional. No caso que acompanho, uma identidade de luta foi produzida a partir do entendimento que tiveram da situação de conflito que estavam envolvidos, a partir dos efeitos do projeto hidrelétrico.

A identidade teria elementos inteligíveis que diferenciariam os agentes sociais face aos conflitos. As distinções sociais, segundo Gusfield, seriam potencializadas conforme o sentimento *comunal* ou *societal*. Os agentes selecionam seus vínculos comunais ou sociais dependendo do contexto histórico e situacional em que se encontram. Os mesmos construiriam a identidade consoante à *associação* que criam e à qual se sentem pertencentes, elegendo seus símbolos distintivos, conforme o entendimento que tem de sua posição.

A identidade do *grupo* seria, portanto, uma categoria definida e construída, podendo emergir, desaparecer e ser substituída dependendo das novas situações sociais em que se encontrarem. Esta abordagem distingue-se daquela de Dürkheim: “As solidariedades (orgânica e mecânica) e a coesão *comunal* e *societal* vistas em Dürkheim são possibilidades constantes, não predefinem as associações humanas”.

A identidade se constitui a partir de como o agente se mobiliza e se sente, do uso que faz da identificação e não necessariamente de uma atividade que exerce ou obrigatoriamente de um marco territorial fixo. Mesmo no caso deste trabalho de

pesquisa, apresentaram-se identidades que vieram à tona a partir da consciência que os agentes sociais têm de si, sobre sua posição, digamos, dos efeitos da ação que sofreram. Em se tratando de situações de conflito, a identidade foi acionada coletivamente, motivada pela forma como se sentiam e reforçada cada vez mais, através das *lutas reivindicatórias*, a partir da construção de uma *nova solidariedade*. (BOURDIEU, 2001, p. 25)

Os agentes sociais situados nas localidades próximas ao rio Madeira, passaram a entender que era necessário acionar suas identidades para que fossem reconhecidos e pudessem melhor defender o que estava em *jogo*. Seria uma das formas de resistir às investidas externas e escapar do risco de serem diluídos no *espaço social*. Caso sua existência fosse comprometida, não teriam seus direitos assegurados. Então a *luta*¹⁹ passou a ser a constante prova de quem eram, daí a associação constituir-se na forma organizativa, personificada na figura dos movimentos sociais, fato que contribuiu para esta afirmação identitária.

A emergência das identidades nesta pesquisa está relacionada aos conflitos sociais acirrados. Mais uma vez, dada à construção de mais uma obra marcante na história de ocupação da região, atualmente com a implantação do “Complexo Madeira”. No âmbito das relações sociais, os conflitos também podem ser retratados a partir das *lutas por reconhecimento cultural e redistribuição econômica* (FRASER, 2006, p. 231). A incessante *luta pelo reconhecimento* das identidades contra as injustiças cometidas em detrimento das formas de organização locais. As injustiças se dão no fato de não haver o *reconhecimento* de uma legitimidade, no que tange aos aspectos culturais e econômicos para a vida dos agentes sociais.

O sentido dessa *luta* seria uma mescla do *reconhecimento cultural e da redistribuição econômica*. Ambas são mencionadas também neste debate porque se entrelaçam no que diz respeito à construção da identidade de “ribeirinhos, pescadores, agricultores, garimpeiros, extrativistas” no rio Madeira, fato que aponta que essas lutas não estão dissociadas. O que os agentes sociais dizem ser, principalmente no aspecto da cultura local, está relacionado também às suas atividades econômicas. Os ofícios que aprendem e os conhecimentos que adquirem durante sua formação também são

¹⁹ O conceito de *luta* que farei referência também neste trabalho é o tratado por Max Weber (1994, p. 23), que ressalta: *luta* denomina-se uma *relação social* que tem as ações orientadas por uma disputa, onde as vontades se opõem, uma querendo sobrepor a outra. Nessa relação um lado tenta resistir. A *luta* pode ser pacífica, sem que haja “violência física efetiva”, também há uma *concorrência regulada* quando seus fins e meios se orientam por uma ordem. Weber destaca a *luta pela existência*, que envolve ações para garantir a sobrevivência.

elementos valorativos que compõem sua identidade. Todo esse arcabouço do fazer e do aprendizado possui um significado marcante no âmbito das unidades organizativas e que ora estão fadadas ao apagamento diante da realidade que se instaurou, em não terem mais como viver em suas localidades, em não manterem seus modos de vida e não realizarem mais suas atividades produtivas.

O conflito estabelecido se configura no âmbito das constantes tensões, alimentado pelos interesses empresariais e políticos que têm avançado sobre a *região* do rio Madeira. Esta *região* é alvo de inúmeros investimentos e sua história destaca a marca de invenções infraestruturais, com a construção de grandes obras²⁰ e a aberturas de vias de acesso que visam beneficiar interesses contrários à permanência dos agentes sociais que ali vivem, ameaçando a reprodução social de: “ribeirinhos, extrativistas, indígenas²¹, garimpeiros, pescadores e agricultores”. A *região* é pleiteada não apenas para construção de empreendimentos energéticos, mas para exploração dos recursos naturais almejados pelos setores do: “extrativismo mineral, agronegócio, madeireiro, imobiliário e expansionista empresarial de micro-setores comerciais”.

Diante da realidade da expansão, tem-se um duelo de forças, em que os detentores do poder fazem com que aqueles que lutam contra seus interesses, percam inúmeros direitos. O caso do rio Madeira, que apresenta situações de *deslocamento compulsório* de centenas de famílias, bem como inúmeras perdas (casas, terras, atividades, relações, segurança, estabilidade são algumas), se mostra como um exemplo claro de disputas por classificações e posicionamentos.

Diante da anulação das atividades econômicas dos atingidos, uma negação de sua identidade passa a prevalecer e com isso se vão os direitos e a existência dos coletivos. Seria uma espécie de descaracterização cultural, um projeto político que tem como cerne a invisibilização do *outro*. Vejamos, às vistas do Estado e suas instituições os agentes sociais já não são mais quem diziam ser, por estarem impossibilitados de se relacionarem com os seus pares, não terem mais acesso às localidades e não poderem exercer suas atividades. Essa ação força a perda das referências simbólicas que orientavam a sua vida, propositalmente negam as suas identidades.

²⁰ Exemplo: A Ferrovia Madeira-Mamoré, a Hidrelétrica de Samuel e a criação das rodovias BR-364, Br-319 e BR-230 vulgo Transamazônica.

²¹ No caso dos indígenas observar a recente criminalização do povo Tenharim (ocorrência de Dezembro de 2013). A situação de conflito se acirrou justificada em uma suposta sede de fazer “justiça” da “população de Humaitá e Manicoré no Amazonas e encobria o real interesse de grupos empresariais e políticos sobre a Terra Indígena e seus recursos naturais. Nesses municípios, atos de violência e discriminação foram cometidos contra esses indígenas. Atualmente eles encontram-se presos na T.I e criminalizados por um suposto assassinato (de três não-indígenas) que eles negam ter cometido.

A *luta* de “ribeirinhos, pescadores, agricultores, garimpeiros, extrativistas” do rio Madeira está relacionada às duas prioridades acima mencionadas. E isso caracteriza a sua coletividade, a qual Fraser vai denominar de *coletividade bivalente*, referida a necessidade de ações que remediem os problemas de *reconhecimento* e *redistribuição*, pois ambas combinam características de *estrutura econômica e cultural* e estão presentes na *luta* dos atingidos que acompanho.

Nessa relação conflituosa é perceptível a tentativa de anulação de especificidades culturais, na qual são ofertados novos rumos aos agentes sociais, orientados por *novos padrões de vida* (FRASER, 2006) forjados para que a sociedade veja os supostos benefícios que os agentes sociais afetados poderiam ter com a implantação de grandes projetos. Esse novo padrão é aquilo que quem detém o poder quer que o outro siga. Isso seria uma notória forma de desrespeito à maneira de agir do *agente social* afetado. Outros valores passam a ser impostos visando cada vez mais transformá-lo num *ser* que não representa o que ele era antes.

O *remédio* contra essas injustiças está na mudança da forma de pensar a sua condição. O acionamento dos direitos previstos em lei se tornaram os aliados nessa luta. Fazer com que o Estado e seus aliados reconheçam os agentes sociais e suas atribuições no campo econômico e cultural se tornaram uma incessante tentativa nos últimos tempos.

A tomada de consciência neste sentido, por parte dos agentes sociais, tornou possível que essas identidades emergissem com conteúdo politizado e a busca pelo seu *reconhecimento* e respeito, sobretudo às comunidades tradicionais que ocupam essa região, bem como os territórios que antes faziam uso se tornaram seus objetivos prioritários. A partir do *reconhecimento*, o ideal almejado pelos agentes sociais seria a possibilidade de fazer com que fossem adotadas medidas cabíveis e que poderiam ser elaboradas em conjunto para amenizar os transtornos causados com a implantação do projeto hidrelétrico. No entanto, este continua sendo o dilema a ser enfrentado no âmbito do *conflito social*.

Nestes moldes, suponho que uma *identidade de resistência* como bem diria Castells (2007, p. 04) estaria se constituindo. Ela seria criada pelos agentes sociais em conflito, dada sua posição desfavorecida mediante os grupos dominantes, assim ela estaria lutando para garantir a sobrevivência, orientada por princípios próprios. Castells chamaria de *formas de resistência coletiva*, as mobilizações orientadas que se opõe à *exclusão injusta* de natureza diversa, seja política econômica e/ou social.

Outro fator que tem contribuído para destacar a questão identitária dos agentes sociais na atualidade é o “territorial”, ele é um dos destaques na construção social da identidade. A forma como os agentes sociais territorializam, ao fazerem uso de uma área, com seus conhecimentos e critérios próprios passa a ser um fator preponderante para a identificação dos agentes em seu coletivo em sua defesa e força, pois reúne os aspectos culturais de cada aglomerado de agentes sociais.

As mobilizações dos agentes sociais apontam para uma luta pelas *territorialidades específicas*, que resultam da formação de uma identidade de luta, sobretudo, política associada à compreensão que os agentes sociais têm das possibilidades de frear as restrições que lhes são impostas, de acesso aos recursos naturais. (ALMEIDA, 2006, p. 29). No que tange à realidade empírica do rio Madeira, que é marcada por essas *territorialidades específicas* construídas pelos agentes sociais, em suas formas associativas, houve a constituição da identidade política dos atingidos por barragens, que resistem contra as imposições que atuam sobre suas territorialidades, com a finalidade de anulá-las.

Nas situações sociais de conflito, tal como a situação estudada, conceituadas por Almeida como produtos de diferenciados *processos de territorialização*. Essas territorialidades não são delimitações práticas, como as geográficas, são resultados de diferentes *processos de territorialização*, produto de uma construção social. Estão além da determinação do privado, onde a identidade é a expressão da relação de pertencimento ao território e onde os recursos naturais são de livre acesso (ALMEIDA, 2006, p. 94-124).

Os *processos diferenciados de territorialização*, segundo o autor, conjugam mobilizações sociais de diversas ordens, assinalando a força social das identidades coletivas politicamente construídas. Nesse campo, os agentes unidos na forma dos movimentos sociais, ganham visibilidade, conhecimento e força política para intervir e resistir às determinações governistas e empresariais que tentam reposicioná-los dentro do *espaço social*, de acordo com o que julgam “adequado” ou mesmo tentando anulá-los no processo de luta.

A ascensão dessas identidades, aproximadas em torno de uma luta comum, congrega elementos para a formação de *unidades de mobilização*, que somados a interesses internos dessas unidades formam as “forças sociais”. Essas forças sociais dispostas em torno de um mesmo fim configuram a base que direciona os objetivos das mobilizações políticas (Idem, 2006, p. 89).

As leituras realizadas me levaram a compreender que tais formas de identificação extrapolam as usuais denominações primordialistas que apenas associam, de modo geral, as identidades a ancestralidade do grupo e a atividades agrícolas.

Mas o aspecto que relaciona as identidades a uma das relações acima citadas não impede que ela seja significada de uma forma politizada. Isso quer dizer que acabam ganhando um significado instrumental, que compreende a existência dos grupos. Sendo uma identidade politizada, que reivindica os seus direitos, a sua permanência é fortalecida no *espaço social*. Essa autoidentificação emerge a partir de uma *ruptura profunda* com os resquícios de uma política colonialista na *região*. A autoidentificação surge para adentrar o campo dos interesses políticos e para acentuar, através das diferenças étnicas e da diversidade cultural, as discordâncias com relação ao poder de dominação do Estado (ALMEIDA, 2006, p. 88-89).

Estas foram as referências antropológicas utilizadas por mim para refletir sobre as realidades empíricas que caracterizam a região designada como “Complexo Madeira”. Creio que foram apropriadas para este tipo de pesquisa, pelo teor dos problemas encontrados. Antecipá-las facilita o entendimento da forma como organizo a apresentação das identidades conhecidas.

2.2.1 Categorias identitárias registradas no decorrer do trabalho de campo

2.2.1.2 A categoria “atingido”²²

O uso da categoria “atingido” consiste numa denominação produzida em situação de conflito, como afirma Vainer (2008, p. 40) em sua reflexão sobre tal categoria. Não obstante isso, na situação estudada ocorreu de várias formas. Uma delas se deu a partir do contato com os atingidos pela hidrelétrica de Samuel, quando algumas famílias afetadas foram viver em localidades fora da área alagada por esta barragem. Por força das circunstâncias, houve uma troca de experiências entre as famílias deslocadas pela UHE de Samuel e aqueles deslocados pelas obras do “Complexo Madeira” e durante o processo de *reconhecimento* de quem seriam/são os afetados pelo projeto “Complexo Madeira” a aproximação foi viabilizada. Mais recentemente, famílias passaram a se autoidentificar, como atingidos quando passaram pela experiência dos desbarrancamentos, a exemplo daqueles que viviam na localidade de

²² Utilizo os mesmos trechos de entrevistas em diferentes abordagens, pela riqueza dos conteúdos e pelo fato de persistirem vários temas na mesma fala.

“São Carlos” e no “bairro Triângulo”. O fato mais atual que marca tal autoidentificação se deu a partir da experiência de centenas de famílias afetadas pelo desastre da cheia do rio Madeira, na estação chuvosa de 2014.

Esta categoria se faz presente nas várias falas, em diferentes contextos narrados pelos entrevistados. Ela pode ser percebida também quando os agentes se autoidentificavam²³ e classificavam os demais. Sua entrada foi se dando via interação com os movimentos sociais, organizações não governamentais, agências do governo e de comunicação, empresas, entidades confessionais e pastorais e outros agentes envolvidos na *situação social*²⁴ de conflito estudada.

O fato é que se apresentaram várias interpretações do que seria essa categoria “atingido” para cada um dos agentes sociais envolvidos, incluso as agências. E o tocante é fazer conhecer como estas manifestações se apresentaram e qual era o entendimento que cada um tinha dela.

Os estudos de barragens no Brasil²⁵ têm demonstrado que os consórcios possuem distintas formas de classificar os atingidos, de modo que tais interpretações apenas atendem as suas demandas. As atribuições dadas aos agentes são compreendidas como formas de exclusão, onde prevalecem os critérios empresariais. Desta forma, predomina uma variação de interpretações “criadas” para justificar sua assistência às regiões afetadas por obras hidrelétricas, como apontam Sigaud (1986), Daou (1988), Fearnside (1999), Acserald (2010), Vianna (2013), Baines (1996), Vainer (2008) e Pinto (2010).

De acordo com minha percepção, pelas conversas que tive com os entrevistados, um dos contextos em que a identidade de “atingido” foi ganhando forças se deu durante o auge da *resistência* ao projeto hidrelétrico. Nas mobilizações, em campanhas, reuniões, audiências e assembleias onde ocorriam os embates políticos contra o “Complexo Madeira”. Nesse período, o MAB, enquanto forma organizativa se mobilizava nos espaços de decisão política e percorria as localidades alertando e se colocando contra a forma como estava sendo conduzida a proposta de construção da infraestrutura energética para o rio Madeira. Seus representantes, muitos dos quais

²³ De acordo com a convenção 169 da OIT Art. 6º, a autoidentificação deve ser considerada como critério fundamental para a definição dos grupos. Para tanto, considero que todas as formas como os agentes se definem são reconhecidamente legítimas, deslegitimando outras formas que não reconhecem sua autoidentificação.

²⁴ Ao trazer uma abordagem metodológica, baseada na *análise situacional*, Gluckman questiona a noção de estrutura como *continuidade social* e mostra uma forma de analisar a mesma a partir de eventos e fatos que revelam, no decorrer do cotidiano, a relação dinâmica entre equilíbrio e desequilíbrio. Ele afirma que conflito faz parte do equilíbrio dos processos sociais, mas que, no caso que estudou, da Zululândia, alguns conflitos não poderiam ser resolvidos sem efetivar mudanças estruturais. (GLUCKMAN, 1987)

²⁵ Tais discussões não foram apresentadas com profundidade neste capítulo. Mas serão abordadas nos próximos capítulos.

havia vivido os efeitos de outros projetos hidrelétricos, realizavam um trabalho de esclarecimento e recrutamento de novos militantes na região do Madeira. Esses esclarecimentos feitos pelo MAB referiam-se ao que poderia ocorrer quando uma região era afetada por projetos hidrelétricos. De acordo com as entrevistas realizadas, a ação dos militantes era observada e refletida pelos agentes sociais e era nessas situações que a compreensão sobre o que seria a condição de “atingido” foi se constituindo.

Dentro desta dinâmica é que pretendo apresentar a diversidade de interpretações, que se manifestaram durante a realização no trabalho de campo. E por isso, organizei as entrevistas de acordo com os itens abaixo:

2.2.3 A associação ao MAB: um rito de institucionalização política

A associação ao MAB, durante a articulação de novos militantes e a organização da luta coletiva, remonta à *passagem* que Bourdieu (2008) denomina de *rito de instituição*. Pensar essa questão me levou a refletir sobre a aproximação com aspectos ritualísticos que perpassam a sequência cerimonial pela condição de se tornar *consagrado, legitimado ou instituído no espaço social*, neste caso, se tornar um “atingido”.

Um componente destacado desta sequência consiste na formação política dos agentes sociais. Considero relevante destacar o processo de construção do *capital militante*²⁶, que se constituía nas localidades, levando em conta que os próprios agentes passavam a fazer parte do MAB ao compreender a *situação social* em que se encontravam. Quando não podiam atuar diretamente realizando tarefas, contribuía participando de reuniões realizadas pelo movimento e por várias entidades de apoio a luta antibarragem.

A interação com alguns desses atingidos no decorrer do trabalho de campo me permitiu compreender que se tornar um “atingido”, militante do MAB, estava relacionado ao *reconhecimento* da distinção do que se representa. No entanto, para que isso fosse possível, era necessário passar por todo um processo, que ia desde o fato dos

²⁶ O capital militante está referido ao conhecimento adquirido pelos agentes no processo de entendimento das mudanças sociais que estavam vivendo. A partir da associação ao movimento social, passariam a ter um *engajamento consciente* nas lutas políticas, passaram a receber uma formação política para atuarem enquanto militantes pela causa antibarragem. Haveria uma contribuição, *aprendizagens adquiridas com o militante*, a partir de *competências externas e pela prática do militante*. Ver: Le capital militant. Essai La définition. In: *Actes de La recherche em Science Sociales*, nº155, p. 4-11, Seuil, 2004.

agentes sociais tomarem consciência de sua condição de “atingido” até passar pela formação de militante do MAB. Compreendendo que sua condição estava relacionada à de outros agentes e que seria na expressão do coletivo, que ele se apresentaria.

Em se tratando de *rito de passagem*, relato que é necessário dar atenção à *função social ou significado* da *linha* que marca a diferenciação dos grupos (BOURDIEU, 2008, p. 98). O que tento dizer é que, o *rito de instituição* seria uma passagem para o *reconhecimento*. Diz respeito à *legitimação* dessa distinção, seria a divisão entre condições. Embora seja claro que apenas alguns se tornarão os instituídos isso é marcado por essa *linha* que separa o antes e o depois, aqueles legitimados do restante do grupo. Portanto, seria a *linha* o principal aspecto do *rito*, sobretudo excludente e que chama a atenção do autor.

Segundo Bourdieu, os agentes sociais investidos são legitimados por outro agente já reconhecido, digamos uma *autoridade* instituída, que lhe concederá tal título (2008, p. 99 - 100). O *rito* possui uma *eficácia simbólica*, que tende a transformar o comportamento dos novos instituídos, ou seja, sua ação deverá corresponder ao que eles representam. Para tanto, há uma série de regras que se deverá cumprir como o ajuste da conduta, o cumprimento de deveres, a aquisição de direitos, privilégios, dentre outros.

Ser um *instituído* significa uma posição reconhecida, é comunicar sua identidade, expressá-la ou impô-la perante aos demais. Tendo obrigações, espera-se que os que passaram pelo *rito* correspondam às expectativas de sua “função”.

Este trecho retrata como Bourdieu se refere à questão da “instituição”:

A instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma (“você não passa de um...”), é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser que é também um deve ser (ou um dever ser). É *fazer ver* a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade. (BOURDIEU, 2008, p. 100)

Tentando aproximar a realidade empírica, que acompanhei no decorrer do trabalho campo, das reflexões sobre o *rito de instituição*, observei que se tornar um “atingido”, enquanto militante, perpassava todo um processo de conhecimento do que seria o movimento. Isso levaria os agentes a refletirem sobre si e sobre a situação dos demais agentes e influenciava na sua tomada de decisão a respeito da escolha em entrar para o movimento e compor a luta pelo coletivo, como um militante, um *instituído*.

O trabalho de aproximação que o MAB realizava foi sendo correspondido aos poucos, a partir do acompanhamento das informações que chegavam, via militantes, aos agentes sociais, em suas localidades. Uma equipe do MAB seguiu para as localidades

que ficavam no Alto e Baixo Madeira, tentando acompanhar as negociações com o consórcio, as audiências públicas, reuniões, assembleias e as pressões que cada família sofria cada vez que as equipes pró-usinas circulavam pelas localidades afetadas. Ao que me parece, as ações do movimento foram no sentido de abrir frentes de diálogos com os denominados atingidos para trabalhar a sua formação política consolidando resistências.

A adesão ao MAB, tem se dado por *associação*²⁷, os agentes encontram em sua proposta e no conhecimento de outras formas organizativas, a força para constituir uma identidade coletiva de luta, mobilizada e que os destacasse enquanto afetados pelo projeto hidrelétrico. Os efeitos desta mobilização puderam ser percebidos nas entrevistas com moradores das localidades afetadas:

Eu entrei no MAB, eu acredito que pela associação e pela minha língua também. É porque veio o...não sei se foi o Josivaldo ou se foi o...Acho que foi o Josivaldo. Aí eles vieram pra fazer o contato já nas comunidades. Aí de pessoas né, na realidade de pesquisa que geralmente se comove com o bem estar social das pessoas, num é escolhido por cara, mas pode ser por indicação. Aí então eu conversei com o Joceli, foi o Joceli que veio e fez o primeiro contato, que era do MAB, um cara bem cabeça mesmo. Aí depois veio o Josivaldo, que já tinha morado aqui e é cearense também. Aí nós tivemos o primeiro encontro na Alta Floresta, aqui em Rondônia, fui eu, Josivaldo, o João filho da Maria Gima, na época era só nós, não tinha Wesley, não tinha ninguém. Aí foi lá nós sentamos com MPA, pessoal da Via Campesina, Movimento de Mulheres. Aí eu gostei muito de ver que a ação era pra melhoria das pessoas, dos excluídos, vamos botar assim. Então gostei daquilo ali, aí ingressei, aí fomos pra Marcha, foi quando nós lançamos o MAB a nível nacional, saímos de Goiânia indo até Brasília a pé. E ali eu vi que era um movimento em prol das pessoas sofridas, que batalhavam, que davam sangue mesmo pra ver o futuro melhorar e o bem estar das pessoas também cada vez melhor. (Informação verbal)²⁸

A mobilização tem suas nuances, a força que inspirava os futuros militantes não estava apenas no discurso proferido por aqueles que eram os instituídos, na figura dos dirigentes do MAB. A *solidariedade* entre os agentes reunia os que tiveram a mesma experiência, caso de Samuel e as situações vividas pelos dirigentes do MAB, aproximava-os. Afinal eram todos atingidos, havia algo em comum entre todos eles. Essa proximidade foi sendo construída pelas diversas situações que compartilharam, pelo sentimento de pertencimento a um coletivo, pelos interesses em comum pelas mobilizações e pela compreensão da posição em que se encontravam. A exemplo do

²⁷ De acordo com Weber (1994, p. 25), a *associação* pode se dar, quando numa ação social, as pessoas passassem a se unir para defender um interesse racionalmente motivado, espera-se alcançar um objetivo. As pessoas entram num acordo onde esperam uma reciprocidade entre as partes, para atingir a finalidade.

²⁸ DAMASCENO, Pedro. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3. De acordo com o que observei, o *capital militante*, ou seja, o fato de passar pelo MAB, proporcionou ao senhor Pedro uma ampliação da capacidade de analisar o campo político. Referencia que remonta a Daniel Gaxie citado no artigo: Le capital militant. Essai La définition. In: *Actes de La recherche em Science Sociales*, nº155, p. 4-11, Seuil.

que foi dito, apresento abaixo um excerto da fala de um dos afetados que se tornou militante do MAB:

Então eu entrei no MAB por que assim em 2004, teve uma mobilização lá no canteiro de obras de Samuel. E aí foi a galera daqui, era outro coordenador que coordenava, era o Batista na época, e eu vi aquela folia, eu fui mais pra perto pela folia. Eu disse ah vai ser legal! Só a juventude vai ser um piseiro²⁹ danado! Então eu não conhecia e falei isso e fui, quando nós chegamos lá na madrugada e foi muito ruim no outro dia. Eu já quis ir embora por que eu achei que aquilo não era pra mim. Mas aí quando eu cheguei lá tinha um do MAB nacional falando sobre os atingidos que não receberam indenização. Aí eu parei e me toquei, ah! Eu tô no lugar certo, eu fui atingido e meu pai foi atingido e nós ainda não recebemos indenização. E eu comecei a prestar atenção, aí já me inseriram numa mística lá que fizeram. Então eu gostei e em 2004. Aí eu não saí mais, aí eu passei a entrar mesmo, assim me jogar dentro do MAB mesmo e gostei muito e aí eu não saí mais. Isso eu entrei em 2004 já tá com oito anos, vai fazer oito anos. (Informação verbal)³⁰

A condição de ser e sentir-se um “atingido”, de compreender o que seus pais também viveram levou a percepção do drama da localidade a qual pertencia, esfacelada pela ação de um projeto. Refletir sobre as marcas deixadas por um passado ainda vivo em suas memórias colaborou para que os agentes sociais tomassem consciência de si mesmos e que a condição de “atingido” estaria aliada a uma condição coletiva e uma unidade política, necessárias para engendrar uma disputa que diminuísse os níveis de desigualdade, frente ao tamanho poder de barganha, que os consórcios SAE e ESBR possuíam.

Essa unidade política é formada por aqueles que entendem que é necessário reunir forças contra esta forma de dominação, dos que querem impor seus projetos (empresas e governos) com diferentes pretensões sobre o *espaço físico* em que os atingidos encontram-se localizados. Tal imposição também neutraliza os atingidos enquanto força política, utilizando de diversos mecanismos (alguns jurídicos e legitimados) para remover os obstáculos que impedem a concretização de seus planos.

A *resistência* dos atingidos ocorreu, na situação analisada, com a consolidação da forma organizativa, nesse caso, o MAB. Este com sua base formada, já tendo passado pelo *rito de instituição* ou estando em formação buscou se expandir. Iniciou o processo de *associação* de novos membros para ações de esclarecimento, demonstrando que a proposta de criação das UHE's, apenas atende a interesses empresariais e é excludente.

²⁹ Piseiro – designação comum usada em Rondônia e Humaitá – AM, para se referir à festa.

³⁰ RIBEIRO, Miquéias.. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Distrito de São Carlos, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Outra forma de disseminação do que seria um “atingido” se deu pela campanha feita junto aos agentes sociais nas localidades que aderiram ao movimento. Estes, ao conhecerem militantes do MAB, que vieram de outras regiões, foram se identificando com as formas de *luta*, passaram pelo processo de formação militante e começaram a atuar nas suas próprias localidades. Aqui posso citar o caso de Pedro Damasceno da “Cachoeira Teotônio”, Cleide do “assentamento Joana Darc”, Davi da “Vista Bela”, Miquéias e Rosilene do “São Carlos”, Artur e Bolor do “Santa Rita”.

A socialização das informações ganhou forças com a atuação destes atingidos em cada localidade por onde passavam. Eles também se deslocavam para todos os lugares possíveis, para realizar reuniões, assembléias, campanhas nas rotas dos ônibus de linha, conversas individuais, ações nas casas das famílias das localidades, tudo para difundir o que poderia acontecer. Essas ações serviam para apontar exemplos das experiências negativas dos afetados em outras regiões do país. Havia uma apresentação do que seria o movimento e sua atuação a nível nacional, destacavam muitos problemas na proposta do projeto e como um empreendimento de tamanha magnitude poderia afetar as suas vidas.

A precisão né? Precisava ir para conhecer, precisava entrar no movimento... A primeira a chegar foi a Cleide, porque ela já era atingida... Aí fui conhecendo, eu conheci ela no ônibus, no coletivo na linha. Aí ela começou a falar que participava do movimento dos atingidos pela barragem e que a gente precisava se unir pra conhecer, pra lutar e pra fazer movimento e luta juntos. Aí a gente começou participando, indo, fazendo movimento aqui, um movimento ali. Daí começamos a conhecer os meninos, Océlio, o Josivaldo ficou uns tempos aí. (Informação verbal)³¹

A Cleide foi a primeira a se encaixar que era do movimento. Ela era do Joana Darc. Aí segundo foi o Arthur. Aí fomos pra reunião de controle e comércio que era de gente que já tinha sido atingida por barragens. Aí foram explicando pra gente como é que era, por exemplo, no meio de 10 atingidos, 3 eram indenizados e 7 não. Aí todo mundo dizia: Será? Não é possível? É mentira desse tal de MAB. O pessoal não sabia, não conhecia. Aí eu fui gostando daquilo e pensei: Eles tão falando certo. Aí através de uns 6 meses eu vi falha na empresa. E o MAB falando a verdade. Aí eu fui acompanhar. E fui acompanhando. A empresa prometia e num cumpria. Aí fomos imprensando a empresa. Aí foi chegando mais gente pra ajudar adquirir alguma coisa com a empresa. A empresa sempre fugia da negociação. Falavam uma coisa, mas descumpriam e não tínhamos nada gravado, aí não tinha como provar. Uns 30% foram indenizados. (Informação verbal)³²

Por este meio, estes atingidos foram compreendendo o que era um projeto hidrelétrico, tomando consciência do que poderia ocorrer com suas localidades. A

³¹ PEREIRA, Manuela. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

³² BOLOR, Sebastião. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

compreensão se deu com relação aos problemas que teriam com as indenizações, com os deslocamentos compulsórios, os danos ambientais e os demais problemas sociais que poderiam herdar a partir da execução das obras.

Há também os casos em que algumas famílias atingidas tiveram mais uma vez, a experiência de ver a construção de hidrelétricas cruzando as suas vidas. Na localidade denominada “distrito de São Carlos”, há relatos de um dos entrevistados, denominado Miquéias, que lá vive e se vê como “atingido”, pela terceira vez. Fato este que me levou a refletir sobre a seguinte condição: ser “atingido” pode ou não ser um estado permanente? Depende da maneira como os agentes compreendem o seu posicionamento no espaço social? No caso de Miquéias, que já tinha uma história de vida marcada pela experiência da hidrelétrica de Samuel³³, a autodefinição foi acionada como autoidentificação, dada a consciência de si, ou seja, de sua história e do seu entendimento do que houve com sua família e do que estava ocorrendo novamente.

A primeira vez que Miquéias e sua família conheceram um projeto hidrelétrico foi nos anos 80, quando ele ainda era criança. Sua família vivia nas proximidades do rio Jamari e assim como outras famílias acabaram sofrendo o drama da construção da UHE de Samuel. Naquela época, todas as famílias que viviam em sua localidade e nas adjacências foram deslocadas compulsoriamente para outras áreas, sem receber uma casa e nem a “indenização”. Aliás, segundo Miquéias, seus pais tentam há anos, esperam receber na justiça tal “indenização”, que a Eletronorte lhes deve e se nega a reconhecer.

A segunda e a terceira vez Miquéias considera-se “atingido” pelas UHE’s de Jirau e Santo Antônio, uma vez que sua localidade se encontra à jusante das duas hidrelétricas, no Baixo Madeira. O mesmo entrevistado, vendo-se mais uma vez enfrentando a força de projetos hidrelétricos e se identificando com a proposta de *resistência*, resolveu se associar ao MAB. Isso ocorreu quando ele conheceu alguns militantes que estavam realizando um trabalho de mobilização dos agentes sociais que viviam na localidade, a respeito dos efeitos ambientais e sociais provocados pelas UHE’s. Ele se identificou com as formas de *resistência*, se aproximou, atualmente é militante do MAB e realiza atividades do movimento em várias localidades.³⁴

Então eu entrei no MAB por que assim em 2004, teve uma mobilização lá no canteiro de obras de Samuel. E aí foi a galera daqui, era outro coordenador que coordenava, era o Batista na época, e eu vi aquela folia, eu fui mais pra perto pela folia. Eu disse ah vai ser legal! Só a juventude vai ser um piseiro

³³ Hidrelétrica criada no Rio Jamari em Rondônia durante a década de 80.

³⁴ Disponível em: <<http://www.MABnacional.org.br/?q=content/defini-do-conceito-atingido>>. 04 de jun. de 2011.

danado! Então eu não conhecia e falei isso e fui, quando nós chegamos lá na madrugada e foi muito ruim no outro dia. Eu já quis ir embora por que eu achei que aquilo não era pra mim, mas aí quando eu cheguei lá tinha um do MAB nacional falando sobre os atingidos que não receberam indenização. Aí eu parei e me toquei, ah! Eu tô no lugar certo, eu fui atingido e meu pai foi atingido e nós ainda não recebemos indenização. E eu comecei a prestar atenção, aí já me inseriram numa mística lá que fizeram. Então eu gostei e em 2004. Aí eu não sair mais, aí eu passei a entrar mesmo, assim me jogar dentro do MAB mesmo e gostei muito e aí eu não saí mais. Isso eu entrei em 2004 já tá com oito anos, vai fazer oito anos. (Informação verbal)³⁵

Outro fator foi à identificação com a proposta dos movimentos sociais, intercâmbios de informações e aprendizado a partir de outras experiências. Assim, a autoidentificação de “atingido” foi ganhando uma significação politizada, tornando os agentes conhecidos nas instâncias e espaços de decisões. O fato de obter o reconhecimento social, por estar associado ao MAB como militante, é vivido como um passo decisivo na vida cotidiana.

Outra forma de identificar-se como “atingido” surge por parte dos que não são militantes, daqueles que tem limitações pessoais que acabam impedindo sua atuação nas localidades. Esses atingidos se autodefinem e se reconhecem como atingidos e a sua contribuição para o movimento se dá ao servirem de base de apoio aos que atuam mais incisivamente. Esses atingidos, acompanharam os passos do movimento durante a luta antibarragem, como foi possível observar na *situação social* analisada.

2.3. Outras formas de representar o que é ser um “atingido”

De acordo com as entrevistas e conversas que realizei com os agentes sociais, ser um “atingido” também está relacionado com as perdas em vários âmbitos da vida. Um dos exemplos seria ter que deixar a localidade e ver sua relação com vizinhos, parentes e amigos, abaladas por discordâncias provenientes da aceitação ou não das propostas do projeto. Outros pontos estão relacionados ao fato das propostas não corresponderem às suas reais condições de existência. Sendo que as garantias de outra alternativa de reprodução social, em condições concretas e lugar semelhantes ao que tinham, não existia.

Abaixo é destacado como um desses atingidos se vê diante da situação instaurada e continuamente se colocando na mesma posição de seus pares. Mas o que chama a atenção é o fato do entrevistado, não só neste trecho como em outros que serão

³⁵ RIBEIRO, Miquéias. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Distrito de São Carlos, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

apresentados, compreender que tudo se reflete sobre o coletivo ao qual pertence. O agente se identifica como “atingido” e se coloca na posição dos demais agentes que vivenciam esta condição.

É visível nos depoimentos que o sentido do coletivo, que pré-existia às transformações sociais, causadas pelas UHE’s, passou a ter um novo componente. Esse acréscimo foi feito dadas as transformações sentidas, onde os agentes passaram a classificar as suas localidades como comunidades atingidas. Nesse caso não é o individual que prevalece nas entrevistas. Quando o agente se refere aos problemas e à vida na localidade, sempre destaca um sentido “plural”, tratando como: **nós** ou **a gente**:

Então vocês trabalham a tantos anos e vocês não têm noção do que é? O que é que uma comunidade atingida quer? Por que em primeiro lugar, se vocês são estudados, vocês sabem. Aquela comunidade perdeu a renda, perdeu vamos se dizer tudo. A primeira coisa que tem é a casa, mas eu vou comer a casa? Vou viver dessa casa? Eu vou pagar a conta com essa casa? Não vou! Então vocês tinham que já vir impondo uma proposta em mão, aquela coisa que viesse dizer na hora, então é isso aqui, o que é que vocês acham? Aí sim dava pra dizer, porque nós vivemos essa vida aqui. Então, o que opinião, o que é que nós pode falar? Não, nós queremos rio! Nós não pode falar que quer rio, nós não pode, por que? Porque acabou, isso aí não existe mais, né? Então o que é uma coisa da gente? Então tinha que ver uma coisa em mão e ia passando e “ó, a gente vai ajudar, vai ser assim, vamo estar fazendo o mais rápido possível”. Mas não, só o que eu volto a dizer, um pouco foi a comunidade, o erro. Um pouco foi à comunidade porque não se uniu, não lutou, né? Porque é aquele negócio, eu tenho uma base de vida, é... quem quer dar, quem quer tomar, nunca chega chutando, só chega “pega esse docinho, pega esse docinho”, quando você menos pensar, eles joga um copo de fel na sua boca. (Informação verbal)³⁶

São estes os fatores apontados como componentes essenciais para o entendimento do uso dessa categoria “atingido”, como uma autoidentificação carregada de sentido reivindicatório e coletivo. São eles que levam os agentes refletirem a respeito das mudanças que estariam associadas ao projeto, que afetariam de modo violento as suas vidas. Assim os agentes consideram-se atingidos, na situação esperada, mediante o conjunto de efeitos, provenientes da implantação do projeto “Complexo Madeira”. Os efeitos estão interligados sequencialmente, desde que o projeto começou a ser discutido nas localidades.

Para tornar inteligível a condição de ser um “atingido”, cito como exemplo o caso do senhor Izaías, um comerciante que vivia na “Cachoeira do Teotônio”, há mais de vinte anos, com sua esposa, filhos e netos. Este senhor fornecia serviços de venda de

³⁶ DAMASCENO, Idevan. **Entrevista**. Entrevistador: Glauca Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

produtos alimentícios, de bar e de lazer aos que viviam na localidade e aos garimpeiros e turistas. Atualmente quando o entrevistei, ele já não exercia a sua função de comerciante.

Com o deslocamento para áreas determinadas pelo consórcio, seu Izaías teve que abandonar o seu comércio, pois já não tinha os mesmos consumidores, não havia mais a movimentação e a busca pelos seus serviços. Ele e a esposa, responsáveis pelo negócio, perderam o maior atrativo que consideravam, a “Cachoeira Teotônio”. A cachoeira era a razão que levava várias pessoas ao local e que mantinha uma ligação, não somente do casal, mas dos que viviam da pesca, da agricultura na beira do rio e compravam em seu estabelecimento. Por essa razão, sua esposa, uma senhora idosa, teve uma mudança de comportamento e isso se tornou uma de suas maiores preocupações, a profunda tristeza que ela sentia. Era ela que se responsabilizava pela parte do bar, estava ativa na função e atualmente, de acordo com ele, se sentia impotente e desanimada.

Outro exemplo que aponto, exprime um sentimento de indignação por parte de quem se sentiu prejudicado por ter sido deslocado da “Cachoeira Teotônio”, lugar onde a pesca era uma das atividades mais praticadas. Na atual localidade, denominada pelo consórcio como “Vila Teotônio”, para onde foram levados os que viviam na “Cachoeira Teotônio”, vivia o senhor Idevan. Este senhor que na citação acima, reclamava da falta de união das pessoas em acompanhar melhor o processo de negociação com a Santo Antônio Energia, se autoidentificava como “atingido”. Idevan considerava que sua maior perda foi no campo da atividade que realizava, vivia da pesca, fornecia o pescado para o restaurante que sua esposa dirigia e atualmente se via preocupado por não exercer mais o seu ofício.

Ele demonstrava não concordar com muitas decisões, principalmente quando falava das dificuldades que estava enfrentando sem ter uma renda. Estava revoltado com a decisão da maioria que vivia na localidade e que optou por aceitar as propostas do consórcio. Naquele período, Idevan tentava se manter com pequenos serviços que prestava ao lado de alguns de seus familiares e já temia por passar mais dificuldades no futuro. Seu temor era não saber o que fazer, quando a reserva em dinheiro que possuía acabasse.

Pra falar a verdade eu nem acreditei. No início eu nem acreditei, aí depois a coisa foi crescendo, crescendo, foi vindo e “é verdade é verdade”, aí eu fiquei assim meio baqueado³⁷. Fiquei assim meio sem rumo, quando eu vi que o negócio ia pegar, ia sair mesmo, eu fiquei sem rumo. Fiquei sem saber o que

³⁷ Ao usar o termo “baqueado”, o agente manifestou seu estado emocional, estava abalado ou desnortado com a notícia da criação das hidrelétricas.

fazer. Aí fiquei meio sem rumo e sem saber o que fazer. Fiquei mal, fiquei um pouco desgostoso de tudo. Me deu vontade de parar, não fazer mais nada. Eu realmente parei, não fiz mais nada porque não adiantava eu investir em mais nada, sabendo que com pouco tempo eu ia sair. Então quer dizer, eu só procurei trabalhar um pouco mais e guardar para mim esperar o baque³⁸ do que nós ia viver aqui em cima. (Informação verbal)³⁹

Fatores como esses foram sendo norteadores da formação do pensamento de Idevan, que cada vez mais refletia sobre os efeitos e sobre a relação que ele e seus vizinhos tinham com o consórcio Santo Antônio Energia, responsável pelas obras. Em sua fala observei que a própria autoidentificação de “atingido” foi se construindo a partir do pensamento crítico que obteve, ao ter acesso a informações que lhe esclareciam muito sobre os projetos que estavam sendo planejados/implantados na região do rio Madeira. O acompanhamento de atividades específicas e a participação em ações promovidas pelos dirigentes do MAB e o contato direto com seu irmão Pedro Damasceno, serviram de fundamento para uma decisão. Abaixo cito um trecho de uma das falas de Idevan, sobre sua opinião a respeito da relação com o consórcio:

Santo Antônio! Como eu já disse no início, lançaram muito “que nada, vai ser muito bom pra vocês!” Aí eu falava: Rapaz, vai abrir muito a barragem, eu já tive muito em reuniões de pessoas que foram atingidas do MAB, assim e assim.... **“Não, gente! Aquilo lá foi coisa de passado. Gente, agora não, agora é diferente. Agora tá os órgão competente em cima da gente, tem que fazer tudo direitinho”**. Conversa deles! De Santo Antônio, do pessoal de Santo Antônio. Ainda dizem assim: **“Não, aquilo lá era porque era avulso. Não, agora a gente não pode fazer isso, não. Tem que ser tudo na leizinha, porque o Ministério do Trabalho, os fiscal agora tão tudo vendo direitinho, tudo vendo o que nós vamos fazer”**. Aí foram, como eu disse, iam poucos em reuniões, não tinham conhecimento, aí foram deixando, relaxando e Santo Antônio criou força. Criaram força para liberação e é isso aí. Tinham tanto que você pode pedir um papel deles, pode pedir um levantamento deles para ver quantas famílias tinha. No início para ser aprovada a liberação desse local. (Informação verbal)⁴⁰

Pode-se dizer que no que foi citado acima, outro ponto relevante que se destacou nas falas, dizia respeito ao fato dos agentes terem uma ligação sentimental que remontava a unidade coletiva existente na localidade onde viviam. O apego ao lugar onde estabeleceram as relações, onde construíram toda uma história de vida e pensavam em passar o resto de seus dias, havia sido retirado de suas vidas.

Para aqueles que não esperavam que o projeto das hidrelétricas viesse a se concretizar, está sendo difícil. O sentimento de perda acabou por desestruturar

³⁸ O “baque” estaria relacionado a espera do pior, aquilo que abalaria sua vida.

³⁹ DAMASCENO, Idevan. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

⁴⁰ DAMASCENO, Idevan. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

emocionalmente muitas destas famílias afetadas. Alguns se sentiram deprimidos, doentes, revoltados e desesperançosos com relação ao futuro. Posso indicar que nessa direção, quando passaram a ter uma ruptura em seu modo de vida, o fato de ser um “atingido”, ganhou uma conotação própria para estes agentes. Trata-se de uma representação construída por eles, de como se sentem dentro dessa disputa que se formou entre interesses divergentes. Os sinais de uma mudança inesperada, que envolvia o fato de serem deslocados de suas localidades, mesmo resistindo, são latentes em seus depoimentos, como nos trechos das entrevistas abaixo:

Eu fui uma que saiu de lá hospitalizada, eu passei três dias, chorava igual a uma condenada pra sair do meu lugar. Teve uma senhora que nasceu e se criou, criou os filhos, tá criando os netos. Ela tava com oitenta e poucos anos, ela saiu de lá e foi hospitalizada. Mas ela tinha um pouco de dignidade, por que as coisas eu imagino assim, tu vai chegar aqui, eu tenho que sair dessa casa. Mas primeiro a pessoa vem fazer o meu espírito, vem pra conversar comigo: **“dona Odenilza a casa vai ter que sair, mas a senhora vai ter outro lugar, a senhora vai escolher o lugar pra senhora morar, a senhora vai dizer onde que a senhora quer ficar”**. Mas aqui eles deram um ano trabalhando socialmente com o pessoal. Então quando o pessoal saíram das suas casas pra outra casa nova foram felizes da vida, eu quando fui sair de lá, que eu decidi que eu não tive assentamento, eu comprei uma casa na cidade e me senti bem, mas eu já tinha o meu sitio no Joana Darc. Eles compraram na cidade tá ótimo. Agora que eles simplesmente chegam como eles fizeram agora: **“vocês vão sair tal dia arrumem os panos de bunda e vão simhora”**. É uma coisa assim, bruta, ignorante, aí você olha pra trás e vê seu trabalho de dez anos jogados fora. Eu tenho cinquenta e sete anos, eu tenho seis anos dentro do Joana Darc, trabalhando. Tu acha que eu vou recuperar meus seis anos que eu já passei? (Informação verbal)⁴¹

Ser um “atingido”, fazer parte do MAB e lutar, proporciona um *reconhecimento* por parte de outros agentes. Para ser mais específica, conheci opiniões distintas, quanto a esse tipo de forma organizativa. Além do MAB, existem outras formas organizativas locais, que lutam pelos mesmos direitos, só que não associados como militantes do movimento, mas que provavelmente somam forças nas situações críticas. Há indicações disto na fala de dona Nilza do “Joana Darc”:

O MAB nós não descartamos e nem deixamos se envolver, por que eles têm uma opinião e nós temos outra. E você sabe que num lugar onde tem trezentas pessoas é bem difícil lidar com a opinião do povo. Uns pensam uma coisa, outro pensa outra. Enquanto um já pensa em sair, outros querem estrada, é bem difícil, mas lá mesmo que nós tamos querendo lutar, pra que saia todo mundo, que vire reserva, pra que ficar só uma pontinha de terra? Por que não vira logo tudo reserva? Por que não tira logo a gente e coloca pra outro canto? O estado tem muita área da união ainda, muito da união. (Informação verbal)⁴²

⁴¹ GOMES, Nilza. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

⁴² _____. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Ser um “atingido” também é entendido da seguinte forma. As hidrelétricas irão causar efeitos sobre uma localidade. A inundação é um dos efeitos, mas ser um “atingido” não está apenas restrito a quem sofre com a tomada de uma localidade pelas águas. Também diz respeito a outras definições que surgem por estarem relacionadas com o projeto “Complexo Madeira”. Assim, podemos considerar que: a restrição de uso recursos naturais em áreas que atualmente estão sendo afetadas por problemas ambientais; a falta de assistência quanto à situação e a criação de áreas reservadas (fechadas), por ação das UHE’s também refletem o entendimento dos próprios atingidos, de que as mudanças em vários âmbitos da vida social, foram provocadas a partir da construção das hidrelétricas.

De atingido somos pelos dois, atingidos pela Santo Antônio Energia e atingido pela reserva e essa reserva já tem três anos mais ou menos, que tão falando que já fizeram toda a medida. Já fizeram, mas não tem um ponto de dizer assim: “o seu Antônio mora aqui, ele vai ficar cuidando aqui e ele que vai cuidar da reserva, ele vai continuar morando aqui nesse pedacinho de mata que ele já derrubou aqui, ele vai plantar ele vai trabalhar ele vai cultivar”. (Informação verbal)⁴³

O que ocorreu é que apenas uma parcela das pessoas da localidade onde dona Nilza vivia, é que foram deslocadas e estavam recebendo assistência. A luta da outra parcela de pessoas era pela inclusão, ou seja, reivindicavam o direito de serem considerados atingidos. Uma vez que se sentiam restringidos por órgãos como a SEDAM e o IBAMA para ter acesso aos recursos naturais das reservas. E não se sentiam satisfeitos com a postura e falta de assistência do INCRA e do consórcio Santo Antônio Energia com os que permaneceram na localidade.

A nossa reivindicação começou pela Santo Antônio Energia, ela começou a fazer o trabalho e a parte que fica alagada passou a tirar as pessoas. Aí eles inventaram uma tal de APP. É uma parte que fica alagada uns quinhentos metros onde não fica alagado, até quinhentos metros a água não chega. Aí eles fizeram esse trabalho e onde tiraram cento e setenta famílias, foi tirado vinte e quatro e uma parte das dezessete, justamente a parte onde a minha irmã foi tirada e ficou uma casa, que eu acredito que minha irmã foi. E ficou morando mesmo, residente mesmo eu acredito que tenha umas cinquenta ou sessenta famílias. Essa é a parte do Joana Darc da linha dezessete é a reserva Três Irmãos, é uma reserva que dizem eles, ela era programada, mas o INCRA assentou essas pessoas lá. Pessoas que já tem sete anos, dez anos, tem gente que lá, que já morava anterior do assentamento, são descendentes de índio, já moravam lá anterior. O meu cunhado aqui sabe, eu já fui assentada por último, aí agora nós estamos imprensados, aí tem a reserva, o pessoal do INCRA vai lá, o IBAMA vai lá, SEDAM, esse povo que mexe com mata. Aí eles não dão uma decisão se aquelas pessoas que tão na área da reserva, vão poder ficar morando e não desmata mais e vai ter ajuda financeira que nem no Amazonas. Em Manaus tem uma área que é reserva naquela região, o próprio pessoal que morava, os antigos moradores ficaram cuidando daquela reserva, hoje é a coisa mais linda do mundo por que eu

⁴³ GOMES, Nilza. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

vejo pela televisão. Na área do Rio Negro, por ali assim e aqui eles dizem que vão tirar essas pessoas, essas pessoas vão sair sem direito a nada. Então são coisas que achamos que não é certo, então é essa a nossa reivindicação. Aí a Santo Antônio Energia tira a metade do povo e deixa um bocadinho de gente e joga o problema pro INCRA. Mas acontece que o INCRA há dez anos começou o assentamento, não imaginava que a Santo Antônio Energia ia mexer naquilo ali. Então porque que o INCRA vai ter responsabilidade com nós? Quem tem que ter responsabilidade é a Santo Antônio Energia é as empresas que tão fazendo hidrelétrica é que tem responsabilidade. (Informação verbal)⁴⁴

Há a situação de um dos entrevistados que se considera “atingido” e classifica de “atingidos indiretos” os que não foram considerados afetados, segundo os critérios do consórcio e lutam pelo *reconhecimento* de sua posição de atingidos. *Classificar* ou ser classificado como “atingido indireto” faz parte do léxico utilizado pelo consórcio e minimiza o grau de responsabilidade que ela teria com essas pessoas. No entanto, é possível perceber que os próprios termos oriundos das diretrizes do consórcio para classificar os agentes da pesquisa, flutuam na própria linguagem local e são apropriados pelos mesmos.

Sim, eu participei mais desse movimento que teve agora, eles são **atingidos indiretos**. Eles começaram a andar, fazer cadastro, na realidade quando falaram que eu ia ser atingido, a água ia subir um nível, eu já sabia por que lá a água sem a barragem ela já me atingia lá. Porque quando o Madeira enche só com a chuva, eu já era atingido lá, porque não tinha como sair. Automaticamente a gente já sabia que era atingido. Aí quando eles vieram fazer os cadastros do pessoal, aí eles falaram que a gente não ia ser atingido. Eu nem fiquei preocupado que eu sabia que iria ser atingido, aí quando foi depois passou uma segunda etapa e falou que a gente ia ser atingido. Agora tem mais essa terceira, o pessoal querem ser atingidos, por que a praga é os animais tão subindo, pra onde tá os pessoal, é cobra, é lagarto é jacaré. (Informação verbal)⁴⁵

A categoria “atingido” é polissêmica, cambiante e se apresenta de diversas formas nas entrevistas. O que me leva a pensar que ela é acionada seguindo não apenas uma orientação politizada para lutar pelos direitos coletivos. Nesse sentido, ser um “atingido” remonta a múltiplos efeitos das perdas sofridas com a implantação das hidrelétricas. Essa identidade embora construída socialmente em amplos domínios da vida social é efetivada no âmbito mais reivindicatório e no plano das relações entre os agentes da pesquisa e as agências envolvidas no *campo* de conflitos. Isto que exprime uma atualização constante da significação desta categoria, acompanhando os desdobramentos do próprio processo mobilizatório.

⁴⁴ GOMES, Nilza. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

⁴⁵ QUEIROZ, João Felipe. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

2.4 As categorias “indenizado e assentado”

Além da categoria “atingido”, apresentaram-se nos discursos duas classificações seguintes: “indenizado” e “assentado”. A primeira estava refletindo a forma como os empreendimentos consideravam o “afetado”, uma posição que definia quem tinha ou não direito a receber uma remessa em dinheiro, denominada de “indenização” (sobre terras e benfeitorias) ou casas nos conjuntos habitacionais projetados pelo consórcio, adiante classificadas com várias denominações⁴⁶, pelo deslocamento que iriam sofrer.

Essa compreensão usual do consórcio, outrora comentada por Vainer (2003), foi expressa nos relatos dos agentes, onde geralmente a segregação marcada por sua ação, teria como base principal os efeitos hídricos sobre uma determinada área de terra. O que quero dizer é, teriam direito a “indenização” ou “remanejamento”⁴⁷ aqueles cujas localidades foram inundadas pelas águas, ação provocada pelos efeitos ambientais das hidrelétricas sobre as proximidades do rio Madeira.

No entanto, para alguns agentes sentir-se “indenizado” é algo a ser contestado, pois há várias discordâncias nesse sentido que segmentam o povoado. O que o consórcio pagou pelo deslocamento dos agentes sociais e de seus investimentos na localidade anterior não condizia, no entendimento deles, ao que equivaleria ser um “indenizado” e pela vida que levavam antes na localidade anterior, por exemplo:

Então é indenização? Eu num me considero indenizado, o terreno do lado aqui tá certo, isso aqui dá dois, três terrenos do meu vamos botar isso. Mas pra mim num me interessa, aqui num gero um centavo de renda, não tem nada aqui que vá fazer eu gerar renda, desse solo aqui, eu não acredito! A não ser que venha aparecer algum meio de fazer gerar alguma renda desse solo. Porque pelo que eu cavei até hoje, você cava um pouquinho é pedra porque aquela terra preta de porto tá bom. Você cava mais um pouquinho é cascalho puro, num é quase cascalho não, é 100% cascalho que de terra, só vai o que aqui, só se for um crinhamé⁴⁸ de pulga, só vai dar muita poeira! Então eu vou, no caso, ficar indenizado? Indenizado que é isso? Eu to pagando pra sair, eu me vi nisso, pagando pra sair. Mas dizer que aqui eu num vejo não e nem eles falaram nada até hoje, se falava num programa de peixe, criar peixe. Criaram um projeto até pra que fizesse ao menos até um tanque para cada duas famílias, que seria uma parceria e aqui mesmo. (Informação verbal)⁴⁹

⁴⁶ Adiante apresentarei as classificações denominadas pela Santo Antônio Energia para as casas criadas por ela: “agrovila, assentamento, reassentamento, vila”.

⁴⁷ “Remanejamento” é uma das formas como a empresa trata o *deslocamento compulsório* dos agentes, segundo seu “Programa de Remanejamento da População Atingida”. Disponível em: <http://www.santoantonioenergia.com.br/previa/portal_mesa/pt/responsabilidade_social/meio_ambiente/educacao_ambiental/educacao_ambiental.aspx>. Acesso em: 03 de junho de 2012.

⁴⁸ Criadouro de pulgas.

⁴⁹ DAMASCENO, Pedro. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

No caso do “assentado”, que é a situação dos agentes que viviam na localidade denominada Joana Darc, que era um projeto de assentamento do INCRA, prevaleceu a determinação anterior, da condição de “assentados”. Isso pode ser visto na localidade “assentamento Santa Rita”, conjunto habitacional criado pelo consórcio Santo Antônio Energia, para onde foram deslocados os que viviam no Joana Darc.

Eu enjoei de trabalho de empregado que num dava certo, aí saí arrumando terra ali na 67, sentido Guajará, vendi e lá tinha problema com documento. Aí eu desisti e tomei lá em Joana Darc em 2006 como assentados. Aí quando eu tava com um ano e pouquinho, surgiu a história da hidrelétrica. Aí já atrapalhou a vida que a gente tinha os planos. Nós ficamos três anos sem fazer nada esperando a remoção. Aí eles mandaram parar de plantar. Num podia produzir mais nada que ia ser indenizado, aí nós ficamos lá parado sem fazer nada esperando a empresa até hoje. (Informação verbal)⁵⁰

Para o consórcio aqueles que são deslocados são tratados como reassentados, como está explícito em sua política de “remanejamento”, amplamente divulgada em seus meios de comunicação:

O Programa de Remanejamento da População Atingida começou oficialmente em 2008 e, em apenas dois anos, mais de 1.700 negociações já haviam sido realizadas. No total, a Santo Antônio Energia investe R\$ 570 milhões no programa, entre os investimentos está a implantação de sete reassentamentos: Novo Engenho Velho, Riacho Azul, São Domingos, Vila Nova de Teotônio, Santa Rita, Morrinhos e Parque dos Buritis. Juntos, eles dão a quase 2.000 pessoas a oportunidade de moradia digna e uma área totalmente planejada e com completa infraestrutura de água, esgoto e energia elétrica.⁵¹

2.5 As autoidentificações que se constituíram nas localidades rurais do rio Madeira

Ao percorrer várias localidades próximas ao rio Madeira, à jusante as barragens, e ter ido até algumas das localidades para onde foram deslocados os afetados pelo projeto “Complexo Madeira”, foi possível conhecer uma gama de identificações assumidas pelos agentes da pesquisa. Algumas dessas designações estão relacionadas a atividades e ocupações que cada um vai exercendo de acordo com seu modo de vida e das condições em que eles se encontram.

⁵⁰BOLOR, Sebastião. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

⁵¹Disponível em: <http://www.santoantonioenergia.com.br/previa/portal_mesa/pt/responsabilidade_social/meio_ambiente/educacao_ambiental/educacao_ambiental.aspx> Acesso em 03 de junho de 2012.

Com base nas entrevistas, identifiquei que muitas localidades foram compostas por famílias que vieram de outros estados do país, de pessoas da região e municípios vizinhos. A vida ao longo do rio Madeira foi se moldando em torno da relação de famílias de agentes sociais entre si e dos recursos naturais disponíveis. Assim, tais famílias foram constituindo seu modo de vida e desenvolvendo diversas atividades, alguns mais dedicados há um tipo de especialidade, outros menos. Mas nunca eram dedicadas a apenas uma única ação. Elas variavam entre a agricultura, criação de animais, pesca, garimpo, extrativismo, entre outras.

A autoidentificação veio à tona quando, durante as entrevistas e conversas informais, os agentes, principalmente aqueles que foram deslocados de suas localidades, faziam relatos de como era a vida antes das mudanças causadas pela chegada das UHE's no rio Madeira.

2.5.1 A autoidentificação de “ribeirinho”

Para aqueles que se identificaram como ribeirinhos, em vista de que foram apenas duas referências mais diretas, antes da criação das hidrelétricas, a vida parecia transcorrer tranquilamente, normal, essa era a palavra usada pelo senhor Davi, ao descrevê-la durante uma entrevista.

É eu vivia minha vida normal lá, plantando aquilo que você aprende com seu pai. Plantando, colhendo, aquela vida normal de ribeirinho até lá onde você sabe muito perto, tudo que você planta dá, num precisa adubar, plantava mandioca, milho, banana, coco, criava porco. (Informação verbal)⁵²

Nesta citação é possível verificar que esse agente e sua autoidentificação não poderia estar relacionada apenas ao fato de estar situado na beira do rio, o denominado “ribeirinho” tinha toda uma dinâmica de atividades. Entretanto, foi na localidade que ele cresceu e adquiriu o conhecimento local para desenvolver as técnicas de uso dos recursos que dispunha. Seus valores e princípios foram constituídos com base na criação que recebeu de seus avós e pais. Onde pretendia que esse conhecimento repassado pelos seus parentes fosse transmitido para as novas gerações que ali se estabelecessem.

Ah mudou minha vida completamente ó! Minha vida depois desse processo de barragem, minha vida ela mudou tudo, tudo, tudo, tudo. Ficar na incerteza de como é que vai ser o amanhã, o futuro. Você começa a pensar no futuro não é? Porque quando você tá lá, você praticamente não pensa, mas pensa assim no futuro, mas não assim de esperar que vai acontecer. Você pensa que nem o sítio lá que era do meu pai, passou pra mim. No futuro aquilo ali ia

⁵²SOUZA, Davi Lima de. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

passar pro meu filho e ia dar continuidade, mesmo que ele não fosse viver no sítio, mas ele pelo menos ia ter as terras pra sobreviver, porque hoje em dia tá difícil as terras, quanto mais o tempo passa vai ficando mais difícil. Lá não, ia dar continuidade na família. (Informação verbal)⁵³

Dentro da perspectiva colocada pelo agente que entrevistei, a autoidentificação “ribeirinho” seria uma forma de autodefinição que ora teria maior destaque nos relatos dele. Seria como se essa categoria abarcasse outras autoidentificações, derivadas das atividades que viessem a exercer em sua localidade.

Na localidade onde Davi vivia, sítio “Vista Bela no ramal do Zeca Gordo”, antes de serem deslocados para outro lugar, havia cerca de sessenta famílias. Dentre eles muitos eram parentes que se casavam e passavam a morar na mesma terra dos pais. A terra às vezes era dividida por lotes. Na localidade faziam de tudo, como já foi citado acima, eles criavam animais, gado e porco, ele mesmo se dedicava mais à plantação. Assim como também havia aqueles que caçavam e pescavam.

De acordo com ele, as relações eram muito próximas, havia vizinhos que eram conhecidos de infância de seus pais. Na localidade havia muita fartura de variados alimentos e quando pescavam, era feita a divisão do que pescavam, essa divisão se dava entre os vizinhos, parentes e amigos.

Apesar de pouco ter se destacado nas falas, ser “ribeirinho” surgiu também na fala do senhor Idevan, que também se define “pescador”, como veremos mais adiante, e “atingido” como foi apresentado acima. Ele se refere a “ribeirinho” quando retrata que seus pares precisavam ter conhecimento do que estava acontecendo, pensar melhor e administrar de forma planejada o que ainda ganhavam, seja de que natureza fosse. Ele também criticava o comparativo que muitos faziam, entre a vida na localidade e na cidade. As expectativas que foram sendo criadas em torno do sonho de uma vida melhor do que na “Cachoeira Teotônio”. Num dos trechos destaco a referência colocada em sua fala:

Entendeu, é um salário muito grande que o ribeirinho ele tira. A questão é que a falta de conhecimento com a falta de orientação, falta administração pra ele, é o que deixa ele mesmo lascado, um Zé ninguém, sem nada. Por que eu cansava de ver ali, pegava um dinheirinho e se acomodava em casa, aquele que não vivia se acomodava em casa. Aquele que vivia pegava 100, 200, 100 reais, mil reais quando era 6 horas voltava liso. E ia sair de novo, ia lá, pescar, fazia mais mil, dois mil. Na próxima semana fazia mais um. Então quer dizer, como eu ouvia de muitos pescadores daqui, que diziam que a cachoeira não pescava, o bom era a cidade. Mas eles nunca pararam pra raciocinar que de onde eles tiravam a renda deles era dali. Mas a questão é

⁵³SOUZA, Davi Lima de. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

que a cidade era bom por quê? Por que dava pra brincadeira e realmente a cidade é bom, é muito atrativo, muitas brincadeiras. (Informação verbal)⁵⁴

Idevan defendia que a vida na localidade onde viviam não se comparava ao que estavam tendo. Principalmente no que tange à renda que tinham em suas atividades. E conclui afirmando que ser “ribeirinho” não era sinônimo de uma pessoa necessitada. Vejamos abaixo:

E agora, na realidade é como eu tô lhe dizendo, eu tô levando. Tô só gastando, tô só gastando. Não tenho renda, como eu falei, alguma coisinha eu faço. Não chega nem aos pés do que a gente fazia lá embaixo. Ela aqui na comida não chega nem aos pés e quando eu pescava, aí que não chegava mesmo porque ela cuidava do comércio e eu ia pescar. Então nossa renda era muito boa, muito boa! Então isso dá pra falar pra muita gente, quem pensa que o ribeirinho é um coitado, ele tá se enganando. Que além de viver ele tem um salário que nem o ... ali da rua não tem. (Informação verbal)⁵⁵

2.5.2 A autoidentificação de “pescador”

Paralelo às demais, outra autoidentificação que aparece recorrente e em meio às falas dos agentes da localidade que se encontravam na “Cachoeira Teotônio” é a de “pescador”. Essa designação ficou evidente quando eles faziam referências à pesca realizada na área da cachoeira, nos pontos de pesca, denominados também de pesqueiros. A atividade foi descrita várias vezes por três entrevistados e a definição e autoidentificação emergiam nesses relatos de: Pedro Damasceno, Idevan Damasceno e citada pelo senhor Izaías, que se autoidentificava como comerciante. Embora, chamo a atenção que, neste momento, eu não irei tratar especificamente da descrição da atividade.

A pesca representava o sustento para os agentes que viviam na localidade. Nos relatos de seu Izaías, que não se define como “pescador”, mas reconhece e classifica outros agentes como pescadores, a atividade tinha sua importância. O que ocorria era que ele e sua família eram consumidores, também comprava o que era pescado na cachoeira, comercializava em seu bar e ainda vendia em Porto Velho. De certa forma, essa pesca movimentava o turismo na região. Na localidade, os que chegavam para fazer turismo às margens da cachoeira e das praias, usufruíam dos serviços de seu comércio e do seu bar chamado “bar da sogra”.

⁵⁴DAMASCENO, Idevan. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

⁵⁵DAMASCENO, Idevan. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Durante a entrevista, seu Izaías lembrava saudoso, a fartura que via quando os pescadores seguiam para a “Cachoeira Teotônio”, pois na nova localidade as expectativas não eram tão boas para quem sobrevivia boa parte do tempo da pesca:

Eu acho que nenhum deles achou bom. É porque lá, no caso os meus filhos, dois que gostam de beber, quando estavam lisos, tô comparando lá. E quando anoitecesse vamos dar umas tarrafeadas, de manhã já amanhecia com cem, duzentos reais. É fácil pra tu pegar peixe. Muito fácil, talvez até em duas noites apurava tudinho. O pescador mesmo, joga a madeira no pesqueiro pra afastar o peixe um pouco mais, porque é muito, era muito peixe, muito dourado. (Informação verbal)⁵⁶

A nova condição em que se encontravam, preocupava o senhor Izaías, pois foi uma perda sem volta para quem também sobrevivia da pesca, como uma das fontes de renda familiar. Na “Cachoeira do Teotônio”, sendo a pesca uma das atividades de maior destaque, a região era diferente, havia uma condição natural e uma abundância de peixes. No entanto, nas redondezas de onde mora atualmente, as condições não são favoráveis. Nessa nova localidade, seu Izaías era sempre pessimista quando abordava o fato de não terem mais onde pescar e questionava o que seria da vida dos denominados pescadores:

Todos os pescador vão ficar rodado, como diz o povo, porque num vai ter peixe pra pescar. E aí se funcionar e vir a alagar tudo no caso, o IBAMA vai perturbar dizendo o que pode pescar e o que não pode pescar, que aí é que vai ficar difícil mesmo o peixe. É, num vai ter é que vai cair nessa piçassa aí pra cima. Porque ali na cachoeira, no verão o peixe sobe vem de lá do Amazonas mesmo, chega na cachoeira ele num sobe, fica lá. Aí a água fica limpa, você chegava ali naquelas pedras no pesqueiro, enxergava assim peixe de todo tamanho, andava ali, outros pulando. Mas tambaqui e pirapitinga ficava ali naquele remanso, o cara olha assim, jogava uma tal de lambada que é uma pescaria que eles inventam, sem isca, pegavam aqueles macetas daqueles peixes: tambaqui, surubim, jaú, dourado. (Informação verbal)⁵⁷

Pedro Damasceno por ser uma pessoa que realizava várias atividades, também denominava como pescadores os que na localidade da “Cachoeira do Santo Antônio”, bem como ele próprio, se dedicavam à pesca. Ele mesmo e seus irmãos tinham nessa atividade uma base para o consumo, para as vendas e saíam para pescar conforme a necessidade. Mas essa era, sobretudo, uma atividade que gostavam de realizar.

E muitas vezes por dia eu vi pescadores, pescando manualmente por dia, pegar dois mil quilos de jaú e vi pescador pescar em quatro horas, pegar dois mil quilos de dourada na mão e o dourado foi na tarrafa num pesqueiro que era de hora em hora. Mas o jaú foi na mão. Durante um dia dois irmão pegou, pra mim eram os melhores pescadores que tem que era chamado Aldo e Arialdo, dois mil quilos eles pegaram num dia. Então você imagina, por mais falta de conhecimento que tinha outro nativo da barranca do rio, mas quando

⁵⁶CAMARA, Izaías Pinheiro. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

⁵⁷_____. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

chegasse no final do ano ou no final do verão, quanto você não geraria de renda? Uma coisa que num tem, num tem, num tem reparo, nada que vá suprir essa perda. (Informação verbal)⁵⁸

De acordo com o que percebi nas falas de Pedro, ser um “pescador” não significava dizer que a pesca se sobrepunha às demais atividades. Ele mesmo relatou que havia todo tipo de atividade na localidade. Uma pessoa não era apenas “pescador”, mas desenvolvia outras atividades, como os cultivos que eram realizados nas margens do rio Madeira:

Eu acredito que já dependendo, principalmente a gente usando a barranca do rio, eu acho que já agora mais ou menos esse período a gente já tava olhando os espaços de vazante, que já teve com solo já bem seco pra plantio de melancia e milho, melancia, milho e feijão. Essa época de agora até mais um mês pra frente época boa porque o solo tá molhado, mas mesmo a parte seca porque a gente usa muito a parte da praia. Então nessa época a questão de melancia, abóbora, feijão, milho, era mais ou menos, eu acho que desse mês pra frente a gente já estaria plantando e as outras atividades é roça e gado. (Informação verbal)⁵⁹

O que tiver dando no melhor momento com abundância a gente faz. Olha aqui não tem peixe, o que é que a gente fazia, plantava melancia na época de plantar, plantava feijão, cuidava de cerca, cuidava de gado, esse tipo de coisa, tudo você fazia um pouco pra sobreviver. Num tinha aquele negócio assim, vive só da pesca. Só da pesca num dá pra viver e de dar até dava, só que no estilo nosso, que a gente veio do seringal, acostumado a caçar, acostumado a pescar, que meu pai cortava seringa e o costume da gente era ficar dentro do mato, a gente num ia ficar vinte e quatro horas no rio. (Informação verbal)⁶⁰

Todas as atividades tinham sua relevância, mas havia aqueles que se dedicavam mais a uma delas. O caso do irmão de Pedro, o senhor Idevan, era um desses. Ele tinha com a pesca, uma dedicação maior, mais intensa e entre todas as atividades era a mais praticada. Pois ele pescava para vender e fornecia o peixe para o restaurante que ele e a esposa mantinham na “Cachoeira do Teotônio”. Esse era o investimento do casal, pois quando ele não estava pescando, ajudava no restaurante. Abaixo um pequeno trecho da fala de Idevan:

“Vixi”, dava muito peixe! Por quê? Porque eu era o “pescador” e ela cuidava do comércio. Então agora nós tamo aqui, gastando só aquele dinheiro, mesmo. Aí eu já tava, como eu já disse, eu já tava já cheio, já tava até pensando em abandonar mulher e os meninos e ir embora de tanta perturbação na cabeça.” (Informação verbal)⁶¹

Na fala de Idevan, o descontentamento está presente em todos os temas e problemas que tratamos. Mesmo quando fui identificando essas autoidentificações, o

⁵⁸DAMASCENO, Pedro. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

⁵⁹_____. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

⁶⁰_____. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

⁶¹DAMASCENO, Idevan. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

fato da mudança ter ocorrido em suas vidas, sempre surgiu em meio às comparações de como era a vida na localidade próxima a “Cachoeira Teotônio”.

2.5.3 A autoidentificação de “garimpeiro”

Além da pesca, outra atividade vem fundamentar uma das formas de se identificar e ser identificado no amplo campo de designações que encontrei durante o período em que estive com os entrevistados, o “garimpo”.

A atividade de “garimpo” é uma prática comum em todo rio Madeira. É uma atividade que outrora já mobilizou milhares de pessoas em busca de ouro nesta *região*. Apesar de não ter a mesma intensidade que em décadas anteriores, ainda é muito praticada. Essa atividade pôde ser observada por mim, não apenas neste trabalho de campo, mas em viagens anteriores feitas em Humaitá – AM e nos arredores de Porto Velho – RO⁶².

Referências ao “garimpo” e ser “garimpeiro”, apareceram de três formas nas entrevistas. A primeira na fala do senhor Izaías, quando relatava a importância da atividade e como ela ocorria na área da “Cachoeira Teotônio”. A segunda vez foi na fala de Pedro Damasceno, ao relatar que essa, por muito tempo, foi uma das atividades realizadas por ele, antes e depois de viver na localidade próxima a “Cachoeira Teotônio”. E a terceira referência, estava presente na fala de dona Nilza, que se autoidentificou como “garimpeira”. Ela percorreu vários garimpos na região norte e teve na região do Madeira, um de seus pontos fixos, para essa extração.

O senhor Izaías chegou à “Cachoeira Teotônio” na década de 80, no período em que a extração de ouro ou o “garimpo” estimulava a vinda de comerciantes para prestarem serviço aos que ali se estabeleciam. Nessa época, o rio Madeira, especificamente a “Cachoeira Teotônio” servia de atração para os garimpeiros, forma como ele classificava os que trabalhavam nessa atividade. Os garimpeiros vinham de várias partes do país, em busca de ouro e de prosperidade.

Ele chegou à “Cachoeira do Teotônio” por incentivo de parentes, estava motivado a melhorar de vida, foi quando montou um “comércio” e começou a venda de estivas em geral e montou um bar que atendia todos que chegavam para consumir. Só

⁶² Durante o meu trabalho de campo do mestrado, percorri a região e quando participei da Oficina de mapas do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Nessas ocasiões, tive a oportunidade observar nas margens do rio Madeira, muitas dragas de extração de ouro.

pararam as atividades quando foram deslocados para outra localidade, por causa da criação das UHE's.

Na época do verão mesmo, a gente faturava muito. Por mês ali nós fazia na base de uns vinte mil, na manhã. Porque dava muitos turistas ali, tu é doido! Pra pescar e chegavam de balsa que tinha os garimpeiros trabalhando. Então foi muito bom pra nós lá. Agora aqui mudemo pra cá, acabou tudo. (Informação verbal)⁶³

De acordo com seus relatos, ele e sua família chegaram ao lugar durante auge da fofoca⁶⁴ do ouro. Isso refletia uma movimentação de pessoas em torno da extração do ouro, sendo que nas proximidades da localidade onde moravam, ele chegou a somar a reunião de cerca de duas mil balsas e milhares de pessoas circulando pela *região*. Segundo ele, isso tudo foi fundamental para que seu investimento se expandisse e considerava a localidade “uma mina de ouro”, como ele mesmo expressava.

Porque nós tinha um sítio aqui na frente. Quando nós viemos praí, nós compreemos uma terra aí. Depois a gente veio trabalhar, porque dinheiro era muito pouco. A renda da produção de farinha, aí eu vendi e fui pra lá pra cachoeira. Eu acertei foi no começo da fofoca do ouro. Ali pra num ter nada tinha umas 2 mil balsas, muita gente, draga, muito peão, foi bom. (Informação verbal)⁶⁵

Ao mesmo tempo em que se referia à circulação de pessoas por causa da fofoca do ouro, ele sempre falava exaltando a força do rio Madeira. Contava histórias sobre a fatura de ouro e peixe e dos riscos que os “garimpeiros, pescadores e turistas” corriam ao enfrentar essas águas. Abaixo destaquei uma das histórias sobre o que acontecia na *região*:

O que vi muito ali na cachoeira foi, calculadamente, umas setenta pessoas morreu e era garimpeiro mesmo. É porque tinha a fofoca como eles falavam, lá de cima, fofoca de ouro, de garimpo que era balsa, draga, eles chamavam de fofoca de ouro. Por acaso lá no Teotônio surgiu a fofoca de ouro que tá dando ouro lá, tá dando lá de cima, tal canto era onde dava muito ouro. E aí eles andavam de voadeira e não usavam remo, aí o motor pregava em cima e não tinha como encostar e descia, assistimos ali voadeira descer de sete a oito pessoas e morrer tudinho. Ali bateu, ali num escapava não. É a força da água, a voadeira virava e se acabava tudo. Lá o pessoal que a gente via morrer a gente via de achar dois corpos só, o mais era o candiru, tinha muito candiru, ali. Eles comiam uma pessoa dentro de poucos segundos, aí ficava só a ossada e num tinha como boiar. E esses dois que eu lembro que acharam, que boiou num ficou com couro, o candiru nem esbarrou neles, por isso que boiou. A senhora ouviu falar que veio um pessoal aí de fora? Um cara andando todas as cachoeiras, passando todas as cachoeiras, ele foi inventar de

⁶³CAMARA, Izaías Pinheiro. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

⁶⁴A fofoca é uma designação conhecida nos garimpos para fazer referencia quando há muita especulação em torno da extração do ouro em determinada área. Quando há fofoca, há muito ouro.

⁶⁵_____. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

passar aí, pessoal todo pediu pra ele não descer porque não ia dar pra descer. Ele disse: “não, vou descer, vim pra descer, só falta esse aqui que é pra mim descer, a última, aí eu vou bater o record”. Eu disse: eu num sei não! Aí no dia que ele marcou que ia descer, desceu mesmo, mas no primeiro tombo logo, ele se acabou, desceu no caiaque. Aí com cinco dias acharam um pedaço do corpo, só daqui pra cima, num tinha braço, num tinha perna, num tinha nada, só tava a ossada mesmo. Só boiou por causa do capacete que protegeu ele e ficou boiado. Mas tava num tinha nada, nem o couro, tava só o osso mesmo. O caiaque pegaram logo num teve nada, num furou, ele tava todo amarrado mas arrebentou tudo e quebrou tudo (Informação verbal)⁶⁶

O casal, Izaías e Maria Helena, trabalhava junto no comércio, ela cuidava mais do bar e ele gerenciava os dois empreendimentos que funcionava todo o dia e a noite. Segundo ele, havia muita gente comprando em seu comércio. Ele chegava a vender muitas caixas de frango e de carne. O peixe era mais vendido para degustação no bar. O funcionamento de seu estabelecimento era tão intenso que ele e a esposa chegavam a pedir que a clientela saísse do lugar para que ambos pudessem repousar. Lá ele vendia, bebidas, havia um espaço onde os clientes dançavam e se divertiam. No entanto, ele expressava apenas as lembranças de um tempo que não volta mais.

“Não, não, mesmo a renda num ia ter não porque aqui num tem. Lá funcionava mesmo a questão do dinheiro era o ouro e o peixe e aqui acabou agora, num vai ter nem peixe, depois de alagar mesmo[...]”(Informação verbal)⁶⁷

A relação de seu Izaías foi tão próxima aos garimpeiros da *região*, que um de seus filhos passou a viver da extração do ouro também. Embora caiba lembrar que o “garimpo” era praticado tanto por pessoas que vinham de outros lugares, quanto também por aqueles que viviam nas localidades do rio Madeira. No entanto, para aqueles que viviam nas localidades, esse não era o único meio de sobrevivência, mas mais uma das atividades realizadas paralela às demais, como agricultura, pesca, criação de animais, extrativismo.

O caso de Pedro Damasceno expressa essa variedade de atividades, embora ele fizesse de tudo um pouco, trabalhando com sua família na agricultura, pesca e criação de gado. Quando o conheci, ouvi uma curta referência sobre o trabalho nos “garimpos”. Pedro, assim como seu Izaías, veio de outro estado, é acreano de Cruzeiro do Sul, mas

⁶⁶CAMARA, Izaías Pinheiro. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

⁶⁷_____. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

já havia percorrido áreas do Estado do Amazonas em busca de ouro, chegou até o Alto Solimões em Tabatinga, passando por Tefé e outros municípios.

Antes de apontar essa pequena referência, ele relatou que no Acre, quando criança, ele e os doze irmãos trabalhavam cortando seringa e vivendo da agricultura. Depois com o tempo foram crescendo e levados para a cidade para estudar, lá sua mãe vivia de comércio. Ele relatou que desde pequenos tinham que ajudar a família e aos catorze anos começou a quebrar tijolo para construção civil, em substituição da pedra brita que não tinha.

Já quando adulto, enquanto percorria os garimpos de outras regiões, sua mãe e irmã resolveram se mudar para Rondônia, a mãe especificamente para a localidade da Cachoeira do Teotônio. Foi quando, na intenção de ajudá-la, depois de voltar do “garimpo”, foi viver também na localidade, depois vieram os seus irmãos. O que motivou sua mãe a viver na localidade foi o incentivo de uma amiga, que lhe falava que ali havia muita fartura e boas perspectivas para o seu negócio, uma vez que ela trabalhava no ramo e por ali passavam muitos turistas.

Então minha mãe veio, aí logo mais, eu trabalhava no garimpo e logo mais eu tava retornando do garimpo. Eu cheguei minha mãe já tava aqui na cachoeira do Teotônio. Na qual veio uma enchente em seguida muito forte e minha mãe sozinha não dava conta de tirar tanta madeira que descia e batia no comércio dela, a água foi enchendo e ficou muito forte. Então, o comércio foi pra dentro da água e ficou debaixo da água. Então eu vim ajudar ela a tirar aquelas madeiras e a manusear pro leito do rio e pra descer, se não batia e derrubava. (Informação verbal)⁶⁸

Pelo que compreendi na “Cachoeira Teotônio”, seus investimentos foram sendo direcionados para vários campos de trabalho, ele resume a vida que levavam como uma vida farta, onde as pessoas sobreviviam dos recursos naturais e do que cultivavam.

Era uma vida que você tem que saber raciocinar bem como falar ela. Porque pra nós que não temos cultura escolar, a cultura só a da vida mesmo, que pra mim é a melhor que tem. Nós éramos ricos, riquíssimos demais, nós gerávamos uma fonte de renda, era bastante abundante, muito, muito, muito. Na verdade a palavra certa era, nós éramos riquíssimos demais, demais, nós pescávamos, nós vivia de pescaria e a pequena agricultura como arroz, feijão lá na barranca do rio. É melancia, pepino, abóbora, dava de estragar, milho estragava se você num pagava alguém pra colher. E do pescado, só fala de isso já produzia muito, do pescado era impressionante, chegava muitas épocas em que tinha um certo período que era como se diz assim, fazer administração como em todo canto. (Informação verbal)⁶⁹

⁶⁸DAMASCENO, Pedro. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

⁶⁹DAMASCENO, Pedro. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Mas fora o que realizavam na localidade onde viveu até antes de serem deslocados pela Santo Antônio Energia. O que pretendo destacar é a sua relação com as diversas atividades e com a atividade que chegou a exercer outrora, nos garimpos.

Não era na divisa Brasil com a Colômbia, a gente trabalhou ali por. A gente chegava nas cidades porque a gente classifica assim, a gente trabalhava em Jutai, Bota, Santo Antônio do Içá, Iauaretê e locais aí, mas num morava na cidade não. A gente chega nas cidades que são ali vizinhas, de lá você pega barco que são três ou quatro dias, procurando aquelas cabeceiras de rio. Sim, de Tabatinga eu vim embora pra cá, eu descia pra Manaus, de Manaus eu pegava barco pra Tefé. De Tefé pegava um barco pequeno que me levava pra dentro do garimpo. Aí de lá ficamos em Jutai, aí a última viagem que eu fiz eu tava em Jutai e de Jutai peguei o expresso pra Tabatinga. Aí fiquei no hotel Solimões e de lá peguei o avião e vim direto pra Rio Branco. (Informação verbal)⁷⁰

Outros relatos que marcaram o conhecimento sobre os agentes da pesquisa foram os de uma mulher, que ora eu a entrevistava e ora apenas a ouvia. O fato é que tivemos muitas conversas informais e muitas delas eu apenas anotava. Trata-se do contato que tive com dona Nilza, amazonense, vinda de Manacapuru no Amazonas, que aos poucos foi revelando fatos sobre sua relação com o “garimpo” que se deu pela proximidade que teve ao casar-se com um “garimpeiro”.

Em conversa sobre como foi sua vida no “garimpo”, ela relatou que foi com o seu primeiro marido que percorreu várias regiões da Amazônia em busca de ouro. Ele era “garimpeiro” e juntos na atividade exploraram áreas no Pará, Amazonas, Guianas, Suriname e por último no rio Madeira. De acordo com ela, ele era dono de algumas balsas, tinha vários trabalhadores, mas infelizmente foi assassinado. Depois ela se tornou a “dona do garimpo” e os trabalhadores passaram a ser seus subordinados.

Dona Nilza falou que trabalhou e sofreu muito, que mergulhava no fundo do rio atrás de ouro, somente com a mangueira de ar para respirar. Também me confessou que foi vítima de uma emboscada preparada por quatro homens que a sequestraram e tentaram matá-la. Para escapar ela teve que reagir, como ela andava armada se preparou para a fuga e se “livrou” dos seus sequestradores.

Ela se identificava também como “garimpeira” e atualmente já não exercia a função, estava vivendo no “assentamento Joana Darc” na luta pelo *reconhecimento* dos direitos dos que não foram deslocados para o Santa Rita. Ela participou da manifestação que fechou a via de acesso que ia para Porto Velho. Era ela quem parava os veículos e fazia com que os motoristas saíssem dos carros. O clima da manifestação, pelos seus relatos, parecia tenso.

⁷⁰ _____. **Entrevista.** Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Durante nossas conversas, dona Nilza falou da Ilha onde vivia, ela teve que ser deslocada de lá e ficou vivendo em outra localidade. Dona Nilza disse que sofreu bastante em ter que sair do lugar. Quando ela relatava sobre os efeitos que a hidrelétrica traria para a região, fez referências aos seus conhecimentos sobre a natureza dos lugares e externalizava suas opiniões enquanto “garimpeira” que se considerava:

Eu que mergulhei nesse Madeira vinte anos, eu sou garimpeira mergulhadora, fui uma das primeiras mergulhadora de Porto Velho, de mulher. Conheço esse rio de Humaitá a Bolívia. Nas partes que a gente podia trabalhar mergulhando, a gente sabe como é que é esse rio, a profundidade dele, a agressão de areia que ele tem. A gente conhece isso aí, a gente sabe que nada disso que eles falavam era verdadeiro. A queda de Madeira que desce nesse rio todo ano, eu não sei de onde aparece tanto pau, eu sabia que nada que eles falavam era verdadeiro. Uma vez um engenheiro que tinha mais ou menos seus trinta anos, discutindo comigo. Eu fui falar pra ele, de onde você é? “Ah eu sou de São Paulo”. Alguma vez você veio em Porto Velho? “Não eu to conhecendo Porto velho agora, que vou trabalhar nas hidrelétricas”. Eu digo: então meu filho você vai ter que aprender muito, porque o problema não é estudar e se formar engenheiro. É difícil estudar pra ser engenheiro é, vem estudando é uma batalha danada, mas não tem a vivência, a prática do negócio, não conhece o rio. Aí eu ainda brinquei com ele, se eu botar isso aqui no teu nariz, tu mergulha no fundo da água? “Deus me livre!”. Então eu mergulhei vinte anos, aí mostrei a foto pra ele. (Informação verbal)⁷¹

2.6 A disputa pela definição da “região”

Os gestores⁷² dos projetos que compõem o “Complexo Madeira” estão em vias de concluir os últimos detalhes para o funcionamento total das duas hidrelétricas Jirau e Santo Antônio⁷³. Duas barragens foram erguidas em pleno rio Madeira, numa vasta região amazônica compreendida pelas mesorregiões do Alto e Baixo Madeira, desde as fronteiras entre o Brasil e a Bolívia, passando por áreas onde o rio ultrapassa os limites geopolíticos dos estados de Rondônia e Amazonas.

A partir da implantação deste projeto os “conflitos socioambientais”, historicamente existentes naquela região, foram “potencializados” e novos dilemas surgiram, na medida em que os interesses empresariais passaram a ter proeminência

⁷¹ GOMES, Nilza. **Entrevista**. Entrevistador: Glauca Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

⁷² 1-A UHE de Santo Antônio tem como gestora o MESA, que é formado por Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda; Construtora Norberto Odebrecht S/A; Andrade Gutierrez Participações S/A; CEMIG Geração e Transmissão S/A; FURNAS Centrais Elétricas S/A; Fundo de Investimentos e Participações – FIP; Amazônia Energia formado pelos bancos Banif e Santander. Disponível em: www.aneel.gov.br. Atualmente a Empresa responsável pela comercialização da energia é a Santo Antônio Energia que tem como acionistas as seguintes empresas: Odebrecht Energia, Eletrobrás FURNAS, Andrade Gutierrez, CEMIG, CAIXA/FIP.

⁷³ A UHE de Santo Antônio, começou a operar no primeiro semestre de 2012. Com a geração comercial da primeira unidade geradora de energia. Disponível em: http://www.santoantonioenergia.com.br/site/portal_mesa/pt/usina_santo_antonio/passo_a_passo_da_obra/passo_a_passo_da_obra.aspx?utm_source=home_portal_SA_PT&utm_medium=%20Destaque&utm_content=Link&utm_campaign=%20Tecnologia_PassoAPasso. Acesso em 05 de jun. de 2012.

numa política incisiva do governo para o setor energético e sobre a área delimitada para que o projeto saísse do papel para a realidade.

Há casos de realidades empíricas na Amazônia que auxiliam a reflexão desta pesquisa a respeito dos investimentos realizados no rio Madeira. Um deles diz respeito à definição dada por “órgãos de planejamento” sobre a categoria *região* como aponta Almeida (1993, p.27) ao debater a imposição feita a partir do PGC no Pará desde a década de 70.

Uma “região” idealizada por planejadores vinculados a empreendimentos e políticos remete à aquisição de vastas áreas e caso elas já estejam ocupadas por agentes sociais, remete também a uma luta pela *classificação*. De toda forma, se de um lado estão os interesses dominantes em transformar o *espaço físico* que está em *jogo* em áreas privadas para exploração de recursos naturais, de outro lado estão os agentes sociais, com seus territórios, defendendo-se do assédio sobre seu modo de vida e, respectivamente, contra qualquer tentativa de *deslocamento compulsório* dessas áreas.

Uma vez “definida e instituída”, seja por meios jurídicos ou políticos, concretiza-se o recorte geográfico e econômico de uma região, “dividida e circunscrita” pelo Estado e Agências (Consórcio Energéticos, Financiadores e Construtoras), que a limitam para fins de investimentos governamentais e empresariais. Neste caso, tem-se como a “região” de abrangência do projeto “Complexo Madeira”.

De acordo com o EIA⁷⁴, para que a região ideal fosse recortada, FURNAS e Odebrecht se encarregaram de comandar uma mega operação de levantamento de informações sobre a bacia do rio Madeira, priorizando os estudos sobre questões: ambientais, sociais e econômicas que compunham aquela área. Esses estudos foram elaborados junto com uma equipe de pesquisadores de instituições de pesquisa⁷⁵ e acionaram instituições do Estado⁷⁶ na busca por informações sobre os aspectos mencionados. No início da primeira página do referido documento é destacado:

O conjunto dos estudos ora apresentado tem por objetivo definir um retrato real da região e uma análise prospectiva de seu comportamento frente à implantação dos aproveitamentos hidrelétricos propostos. A base de conhecimentos que esses estudos multidisciplinares consolidam proporciona importantes fundamentos às tomadas de decisões que, ao longo do tempo, constituirão ações que levem a melhores oportunidades de vida para a nossa sociedade, norteadas pelo objeto da sustentabilidade e do desenvolvimento.⁷⁷

⁷⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Estudos de Impacto Ambiental**. 2006. v.1, p. 2-4.

⁷⁵ INPA, UNIR, MPEG, CPRM, IPEPATRO e CPPT-Cuniã.

⁷⁶ SEDAM, SIPAM, IBAMA, INCRA,

⁷⁷ _____. **Estudos de Impacto Ambiental**. 2006. v.1, p. 2-4.

O formato forjado para esta “região” ressoa como a única realidade a ser reconhecida pelo Estado e suas instituições antes de qualquer existência. A sobreposição mediante as mobilizações em defesa de realidades localizadas, presentes enquanto unidades organizativas encobre especificidades como: identidades, atividades econômicas, localidades, modos de vida, passando a ser apoiada pelo que designo como “sociedade”. Neste caso, tem-se um novo capítulo de contradições e confrontos entre as noções de “comunidade e sociedade”.

Investimentos atuais, vistos em “regiões” como o rio Madeira e recentemente com o planejamento e execução de obras na “região” do Rio Xingu, têm sido resultado de ações políticas que almejam desenvolver inúmeras atividades econômicas para atender mercados e fortalecer setores empresariais com o apoio dos governos e políticos. Para que isso seja possível, há de se colocar em prática os instrumentos de “controle social” dentro dessas “regiões” e, sobretudo, de uma nova delimitação “cartográfica” elaborada especificamente para atender os grandes empreendimentos cuja implantação estaria em pleno processo de conclusão.

Assim a partir do que Bourdieu designa como *atos* do Estado, terras tradicionalmente ocupadas são reduzidas ou mesmo aniquiladas em prol das investidas. A justificativa é sempre a do crescimento econômico e da inclusão da Amazônia aos mercados e para amparar a criação da infraestrutura que apoiará os projetos a serem implementados.

Sobre esse aspecto Almeida (1993) chama a atenção para o fato de que as bases desses projetos encontram-se no apoio dado pelos “aparatos do Estado” aos empreendimentos privados. São inumeráveis os *atos* para facilitar a implantação dos projetos associados à imposição das “verdades”, construídas pelos “conhecimentos” e as ciências que estão à disposição dos empreendimentos e que são colocados como únicos, diante de outras formas de conhecimento que tentam arguir contrariamente ao que seria projetado.

Existem algumas semelhanças a serem percebidas quanto à “delimitação arbitrária” no caso PCG. Em Rondônia, a “região” foi planejada apenas para atender à proposta do projeto “Complexo Madeira”, sendo delimitada de forma unilateral. O caso do PGC não foi diferente, as áreas foram dimensionadas por uma orientação econômica e recebem um apoio estatal, político e jurídico que permitiram com que fossem explorados diversos potenciais, principalmente os minerais. (ALMEIDA, 1993, p. 25)

No caso de Carajás, segundo Almeida (1993, p.29), a definição teve uma introjeção profunda e foi sendo naturalizada, sobretudo pelo “pensamento tecnocrático”, ao passo que a marca “Carajás” dominava as representações regionais. Tudo que era construído tinha como inspiração esse ideal da “região” forjada. Renomear pequenos estabelecimentos com a marca “Carajás” era sinônimo de futura prosperidade econômica, assegurada por promessa difundida pelos aparatos de Estado.

Quando os planejadores conceituam a região almejada, surgem as diferentes formas de *classificação* como desdobramento das definições políticas e tem como resultado o ordenamento de taxonomias referidas aos recursos naturais da dita região. Isso ocorre na elaboração do EIA/RIMA e do PBA de ambas as usinas. Antes dessa listagem, é relevante considerar que o “desenho” idealizado de tudo que se deseja explorar nasce da relação de interesses privados⁷⁸ e toma forma e ganha notoriedade na instância governamental, como prioridade e “política de Estado”⁷⁹.

Para tanto, refiro-me à realidade empírica do “Complexo Madeira”, que em suas características assemelha-se ao planejamento da “região do Projeto Grande Carajás – PGC” no Pará (ALMEIDA, 1993), no qual os empreendedores se apropriaram de grandes extensões de terra para executar o projeto. Consequentemente, no caso do “Complexo Madeira” houve a apropriação de áreas classificadas como de grande potencial econômico, visando o aproveitamento da calha do rio Madeira concernente à área destinada à construção das hidrelétricas, posteriormente uma hidrovia e outras obras⁸⁰. Fato que ocasionou e vem provocando o *deslocamento compulsório* de centenas de famílias de suas localidades para viabilizar a esse projeto político de expansão econômica.

O próprio ato de favorecimento, as primeiras especulações, seguidas de estudos de viabilidade econômica⁸¹ e o mapeamento de recursos naturais passam a se configurar enquanto formas de *classificação* das possíveis potencialidades de uma área almejada para todo tipo de investimento. O levantamento de informações sobre recursos naturais são os passos iniciais para exploração futura, a partir da implantação de uma gama de projetos.

A exemplo disso, surgem as primeiras classificações que formam as listas taxionômicas de espécies (vegetal e animal), os estudos de mineralogia, os estudos de

⁷⁸ Referindo-me às empresas citadas inicialmente e às IFMs.

⁷⁹ O Complexo Madeira está incluso no Plano Decenal de Energia e Programa de Aceleração do Crescimento dos governos petistas de Lula e Dilma.

⁸⁰ O Complexo Madeira abrange investimentos em infraestrutura: Energia, rodovias, hidrelétricas, hidrovias e outras obras necessárias para formar a base para a produção e investimentos futuros.

⁸¹ Referindo-me aos estudos de viabilidade econômica e Projetos Básicos Ambientais e EIA-RIMA.

potencial hidrológico, fato que é tratado de maneira aproximada a referência feita por Foucault (1999), ao tratar em sua obra *As palavras e as coisas* sobre as *classificações* da natureza. Ao final, a “região” pretendida é retalhada entre os sócios-negociadores para sua exploração, até que se esgotem todos os recursos possíveis e estes partam para novas investidas em “novas regiões”.

Aliada ao ordenamento da listagem das potencialidades viria uma ampla forma de *classificação*, onde estão situados os planejamentos e a corrida pelas autorizações e as negociações no campo jurídico para obtenção das concessões ambientais/legais⁸². A partir dessas facilidades o projeto de fato toma corpo e tais *atos* passam a se estender enquanto intervenções de grande proporção na natureza, com projeções abrangentes como a construção de barragens de rios, aberturas de estradas e a exploração mineral. Tudo que representa obstáculo pode ser *excluído* e a catalogação do que pode servir ou não vai sendo executada. “Controle, seleção, organização e redistribuição”, termos que estão no conteúdo do PBA, passam a ser nomeadas como tarefas prioritárias.

Enquadrados conforme os recursos naturais em *jogo*, os agentes sociais passam pelo crivo instaurado e mais uma seletiva forma de *classificação* se estende a seres humanos da mesma maneira como os recursos antes listados, só que no âmbito dos processos jurídicos. Nesta relação, agentes e agências tentam, a todo o momento, sobrepor suas convicções, entrando num debate explícito, onde um tenta definir o que seria mais apropriado para o outro.

De acordo como Bourdieu (1989) pensa a categoria *região*, o rio Madeira enquanto *espaço físico* e *espaço social*, remete à dinâmica das interações sociais e, por conseguinte, é o espaço onde as transformações estão ocorrendo.

O que estava ameaçada, frente à categoria elaborada pelos planejadores, seria a forma como os agentes sociais concebiam essa *região* com suas classificações locais, prestes a serem sucedidas por um novo conceito, que abruptamente adentrou a realidade social para extingui-la em favor deste projeto político. Uma vez derrocada, a forma local de conceber a *região*, cairiam às classificações da natureza, as associações estabelecidas entre agentes sociais, às instituições, suas autodefinições, localidades, suas atividades, aspectos culturais e os seus direitos. (BOURDIEU, 1989, p. 108-116).

A *região* do rio Madeira, que busquei compreender, está relacionada às “representações” dos agentes sociais observadas em campo, ou seja, aquilo que eles entendem como símbolos do mundo social. Isso é distinto de uma definição autoritária

⁸² Licenciamentos ambientais.

de imposições e limitações territoriais e identitárias, realizada por planejadores de grandes empreendimentos.

Ressalto que neste trabalho é possível perceber que a *região* emerge como uma referência em disputa e o que move essa oposição parte do antagonismo de interesses distintos. Seguindo esta lógica, é relevante considerar que “seres humanos e as coisas” estão distribuídos espacialmente em lugares ou em um lugar, logo cada um ocupa uma posição, sem usufruir da possibilidade de estar em vários lugares ao mesmo tempo⁸³. Sendo assim, o lugar torna-se ou equivale ao ponto do *espaço físico*, uma referência onde o agente ou as coisas podem estar localizados. Estando situados e de formas identificáveis, presume-se a sua existência. (BOURDIEU, 1997, p.160)

O *espaço social* e o *espaço físico*, categorias analíticas desenvolvidas por Bourdieu (1997), que auxiliam na compreensão das relações sociais e remontam ao estabelecimento de associações feitas pelos agentes sociais tornou uma ferramenta de valiosa referência para entender os posicionamentos. Também na forma como ambos orientam suas ações sobre tais espaços, principalmente na definição de seus formatos. É preciso situar-se sobre suas distinções e perceber que estes planos sociais não podem ser tratados separadamente, eles se relacionam e compõem um ao outro.

Para tanto, o *espaço social* é constituído pelos campos, que correspondem a outros espaços (campo da arte, econômico, política, acadêmico), onde os agentes se relacionam e interagem, numa dinâmica interna de disputas. Já o *espaço físico*, reflete a forma como as posições são marcadas no espaço social, se manifesta pela exterioridade mútua das partes, ele é constituído pela ação dos agentes. Assim ele é claramente dividido/situado conforme os interesses em *jogo*. (BOURDIEU, 1997, p.160)

No caso do *espaço social*, predomina uma característica visível, principalmente pela dinâmica da *exclusão mútua das posições* que o formam. Seria uma dinâmica caracterizada pela *exclusão, inclusão, distinção*. Esse processo se daria quando na interação entre os agentes, os que possuem os meios para realizar as mudanças, provocam a movimentação das posições. Resumindo, prevaleceria a razão dos *dominantes* sob a existência e/ou permanência dos *dominados*, sob seus lugares e posições sociais.

Esse *espaço social* apresenta uma estrutura que vem à tona em diversos “contextos” quando as oposições estão distribuídas espacialmente, reflexo de como é esse espaço. O *espaço social* é caracterizado por ser hierarquizado, com nítidos

⁸³ Denominado por Bourdieu como capacidade de “ubiquidade”. (BOURDIEU, 1997, p. 164)

distanciamentos e deformações que historicamente foram sendo naturalizadas. Para tanto, o *espaço físico* apenas, nada mais é que o próprio reflexo do que é o *espaço social*.

Definir as posições no *espaço social* depende das condições dos agentes, ou seja, de acordo com seus mecanismos, possibilidades e do *capital simbólico* que dispõem. Cada agente pertencente a um grupo tem sua ocupação, possui valores, adquire seus bens e propriedades de acordo com sua posição social e cria estratégias que possam garantir a sua permanência no campo. Dispor dos mecanismos para movimentar as regras do *jogo*, significa usufruir do poder para mudar as posições na estrutura do *espaço social*. Logo, as mudanças são refletidas no *espaço físico* do qual, quem tem o poder se apropria e tem a possibilidade de realizá-las.

Em se tratando das disputas vistas pela definição da *região* do rio Madeira, o *espaço social* passa a ser alvo das decisões políticas dos empreendedores que munidos de apoio governamental iniciam um processo de ordenamento do *espaço físico*. Isto dá seguimento à concretização de seus interesses em detrimento do modo de vida daqueles que não conseguem controlar esse avanço.

As intervenções se dão no *espaço físico*, nos lugares onde estariam situados os agentes sociais que não dispõem de um *capital* suficiente para conter o avanço dessas imposições. Estes agentes são vistos como *dominados* e representam um empecilho aos planos dos empreendedores, os *dominantes*. Por isso, teriam que ser deslocados dos lugares pretendidos. Logo as relações sociais e os aspectos culturais que foram constituídos e estabelecidos entre esses agentes sociais afetados estariam passíveis a sofrer as conseqüências intervenção (BOURDIEU, 1997, p. 160-166).

As alterações manifestadas no *espaço físico* têm efeitos sob a estrutura do *espaço social*, deliberando (somado ao processo de exclusão) de forma abrangente sobre a vida dos agentes sociais. Os efeitos podem ser de toda natureza (positivos ou negativos), considerando que, teoricamente, um dos opositores irá ocupar uma posição inferior e terá que se submeter às demandas daqueles (dominam) que lutam para definir a posição dentro dos espaços. Pode-se dizer que na medida em que a definição vai ocorrendo, da mesma forma a *classificação* vai sendo imposta aos agentes sociais e de maneira estigmatizante. Essa é uma das formas de ação dos consórcios, que intervém em todos os aspectos possíveis da vida social e com isso, a existência dos agentes fica comprometida.

2.7 Quando a promessa chega: a tensão entre as mobilizações “pró e antibarragem”

As especulações em torno da implantação das usinas no rio Madeira começaram a se intensificar em meados de 2006 e 2007. Aproximadamente neste período a campanha “pró-usinas” cria expectativas positivas entre centenas de pessoas em Porto Velho.

Em 2008, um ano de eleições municipais em todo Brasil, quando estive a primeira em Porto Velho para realizar a pesquisa de mestrado sobre conflitos de pesca, tive a oportunidade de observar um pouco da movimentação em torno da implantação das hidrelétricas. Os contatos iniciais feitos com entidades confessionais e seus respectivos representantes me possibilitaram alguns conhecimentos iniciais. Durante o trabalho de campo cheguei a participar de atividades que me levaram a conhecer pessoas-chave que participavam do movimento em prol do rio Madeira. Nesta época fui a alguns eventos e cheguei a fazer as minhas primeiras anotações, fato que contribuiu para que o projeto de tese fosse elaborado.

Recordo de minha participação em uma reunião que me permitiu identificar um pouco da dinâmica do movimento social na cidade contra a implantação das UHE de Santo Antônio e Jirau, os atingidos ainda não tinham sido deslocados totalmente de suas terras. Essa reunião foi marcada na Igreja de Santo Antônio na “Cachoeira de Santo Antônio”. O encontro tinha o intuito de mobilizar as famílias atingidas e demais instituições para irem ao Ministério Público Federal e Estadual na tentativa de impedir o início da formação do canteiro de obras das usinas e a partir disso realizar uma manifestação contrária a essa iniciativa dos empreendedores. Estavam presentes na reunião os representantes das seguintes instituições: Jorge (IMV); Juca (MAB); Tânia (MAB); Padre Paulo (CJP); Padre Gunter (CIMI-AM); Elissandra (CIMI-RO); Francisco (CIMI-RO); Rosimar (“comunidade Trata Sério”); Nelzete (“comunidade Trata Sério”); Iluska (ADA-AÇAÍ); Emmanuel (ADA-AÇAÍ); Eliriane (ADA-AÇAÍ); Ana Euler (Kanindé); Tâmara (Justiça Global); Professor Manolo (UNIR).

Na reunião os representantes de algumas localidades fizeram relatos da coação sofrida por suas famílias, na área citada como futuro lugar onde seria erguido o canteiro de obras. Esse fato demonstrava que suas localidades e, respectivamente, a presença de suas famílias estava obstaculizando o trabalho dos funcionários das construtoras que os pressionavam. Eles relataram que os “ribeirinhos” dessas localidades estavam sendo ameaçados e expulsos de suas terras e gostariam de denunciar o ocorrido, também

informaram que muitas pessoas estavam com medo e se negavam a fazer as denúncias temendo represálias. Outras famílias estavam aceitando as propostas de indenizações sem muitos questionamentos sobre o valor oferecido e que outras famílias estavam sendo deslocadas para hotéis em Porto Velho. Não havia garantias de emprego e muito menos do recebimento das indenizações.

Muitos pontos foram levantados e lembrados nessa reunião, como o número de agentes sociais que viviam no Alto Madeira e que havia uma estimativa de quatro mil atingidos. Naquela ocasião, havia sido citado o risco de alagamento de cidades como Guajará-Mirim, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e partes de Porto Velho, era o prenúncio do *desastre* da cheia de 2014. Foi posto que os empreendedores estavam passando por cima de todos os seus direitos e que algo precisava ser feito o mais rápido possível. Naquela reunião vários encaminhamentos foram feitos para organizar a manifestação, que havia sido combinada para o dia 27 de agosto de 2008, uma semana antes do dia marcado para instalação definitiva do canteiro de obras.

Em meio às elocuições proferidas pelos participantes desta reunião, percebia um clima que transparecia um desânimo entre aquelas pessoas. Exatamente dias antes, um grave acidente⁸⁴ de ônibus na rodovia que seguia para Ouro Preto do Oeste havia acometido pessoas ligadas ao movimento. O óbito dessas pessoas havia fragilizado a articulação entre os militantes. Os presentes nessa reunião ainda estavam bastante consternados com as perdas. Ao mesmo tempo, emergiam outros problemas, como a falta de recursos para montar um acampamento e comprar o material de panfletagem da manifestação (faixas, folders, pequenas propagandas etc.). Cada dia que passava se tornava difícil enfrentar a massiva publicidade que trabalhava a imagem das hidrelétricas.

Além dessa reunião, compareci a outra na sede da ONG ADA-AÇÁÍ, que era desdobramento da primeira. Neste encontro o intuito era criar comissões para dividir as atividades da manifestação do dia 27/08. Durante a organização da atividade surgiam os primeiros comentários e questionamentos sobre quem tomaria a frente da mobilização. Ficou acertado que a manifestação seria encabeçada pelo MAB e as tarefas passaram a ser divididas. Houve a proposta a criação de um documento/denúncia, baseado na Convenção 169 da OIT que deveria ser entregue ao MPF e MPE, na intenção de conseguir barrar o início das obras. Uma das coisas que me surpreendeu é que havia poucas pessoas envolvidas na mobilização do dia 27.

⁸⁴ Disponível em: <<http://www.tudorondonia.com/noticias/prf-confirma-16-mortes-no-acidente-entre-onibus-e-caminhao-tanque,7330.shtml>>. Acesso em: 24 de agosto 2013.

Na época o MAB apresentava uma aparente fragilidade e a todo momento seus representantes ressaltavam que estavam sobrecarregados e que o desfalque da perda de seus colegas havia prejudicado a divisão de responsabilidades.

No dia da manifestação todos se concentraram debaixo de uma cobertura por onde transitavam várias pessoas para ir ao porto. Havia um carro de som e panfletagem com notícias sobre os efeitos da construção de uma hidrelétrica. Muita gente passava e ficava apenas a observar. A manifestação não atraiu muita gente naquela área, apenas alguns se dispuseram a tirar dúvidas, o que fez a atividade contar com um número reduzido de participantes. Os organizadores fizeram uso de discursos e canções de lutas do MAB para chamar a atenção das pessoas. Os indígenas que estavam presentes fizeram denúncias junto dos “ribeirinhos” das áreas em que as famílias ainda não haviam sido deslocadas. Em seguida todos os participantes seguiram rumo à sede dos ministérios públicos.

No MPE protocolaram as denúncias e os manifestantes foram recebidos pela Promotora de Justiça Aídee Maria Moser Torquato. A promotora os recebeu e fez críticas aos manifestantes pela demora em procurar o MPE, o diálogo durou por um tempo e depois os manifestantes seguiram rumo ao MPF, na qual apenas protocolaram a denúncia, pois o procurador responsável estava em audiência. Depois as pessoas se dispersaram e a manifestação finalizou ali mesmo no MPF.

Meus dias em Porto Velho naquele ano me permitiram observar outras movimentações, algumas favoráveis às hidrelétricas. Verifiquei que havia uma intensa especulação sobre a temática das UHE Jirau e Santo Antônio e por se tratar de ano de eleições municipais, vários candidatos adotaram como tema de campanha a defesa da construção dessas usinas. Esse candidatos disseminaram a ideia de poder produzir energia seria na única forma de promover o desenvolvimento econômico do estado e a imagem de Porto Velho mediante as demais capitais da Amazônia. O discurso usado por estes candidatos nas campanhas fazia referência ao descaso infraestrutural vivido em Porto Velho. A intensa propaganda em favor das hidrelétricas nos veículos de comunicação passava uma impressão de que todas as melhorias no âmbito de saúde, educação, emprego e riqueza para a cidade e o estado viriam com a implantação deste grande projeto.

A esperança de melhorias era disseminada pelo discurso que corria a cidade, mas os problemas sociais eram evidentes. Naquele momento o “Complexo Madeira” atraía centenas de pessoas de todo o país, cerca de 80 famílias se deslocando a cada mês rumo a

Porto velho. O sonho de cada uma era regado pelas promessas de emprego e estabilidade sem ter nenhuma garantia de que conseguiriam um posto.

O que tive a oportunidade de ver foi apenas uma pequena parte de uma agenda de atuações do movimento antibarragem que se articulava para impedir que a obra se estabelecesse. Usei o exemplo acima para mencionar um período difícil da luta e apontar adiante que apesar das dificuldades, a *resistência* se revigoraria com uma força muito maior do que se poderia imaginar.

Os primeiros anos que marcaram a entrada definitiva do “Complexo Madeira” na região foram assinalados por diferentes manifestações, algumas como a que mencionei expressaram uma resposta contrária às obras, mas outras ecoavam, simultaneamente, total apoio às construções. Esse apoio se constituiu com ações do setor empresarial e de políticos, sua estratégia tinha como base o “discurso desenvolvimentista” para justificar e convencer a população que adotar um projeto dessa dimensão seria a solução mais adequada para a economia rondoniense.

A campanha pró-barragens tomou proporções tamanhas e foi ganhando espaço e confiança de setores da população que idealizavam prosperar com a implantação das hidrelétricas. A criação de um “Comitê Pró-barragens”, apoiado por entidades como a “CUT, sindicatos filiados, prefeitura de Porto Velho, empresários, políticos entre outros” apontava para a formação de um campo de disputas desigual. Se de um lado o movimento antibarragem contava com poucos recursos para fazer um trabalho de conscientização do que significaria aderir a um projeto ambicioso, por outro, o grupo apoiador das barragens promovia atividades, sobretudo, de lazer para incorporar o maior número de pessoas. Ações voltadas para o lazer são apontadas por Scott (2004, p. 220) como recorrentes em casos, onde o grupo que detém o poder tenta neutralizar aqueles que ele quer subordinar. Para tanto, este grupo age através de atividades que remontam às situações de descontração e lazer, que camuflam sua intenção e são usadas para sufocar tensões, críticas e reações avessas aos seus interesses.

No que tange aos esforços encampados pelo “Comitê Pró-barragens”, estes chegaram a recolher em um abaixo-assinado com cerca de 200 mil assinaturas favoráveis ao “Complexo Madeira” que iria ser entregue, na época, ao presidente Lula⁸⁵. A estratégia era eleitoreira, percorriam bairros, promoviam carreatas, festas, distribuía panfletos e adesivos de apoio eram colados em motos e carros. Abaixo destaco algumas ações que

⁸⁵ Disponível em: <<http://www.rondoniaovivo.com/noticias/comite-pro-usinas-do-madeira-faz-carreata-e-abaixo-assinado-pela-construcao-de-hidreletricas/28215#.Uz1ujz-AkgI>>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

foram realizadas e que destacam a aliança entre os consórcios, políticos, representações civis e populares.

Comitê Pró-Usinas do rio Madeira, formado por pessoas, instituições públicas e privadas, empresários e políticos, realizou na manhã desta terça-feira, dia 24/04, uma carreata que saiu da cidade de Candeias do Jamari e percorreu várias ruas do centro de Porto Velho. A finalidade foi chamar a atenção para a importância da construção com responsabilidade social e ambiental das usinas de Santo Antônio e Jirau. A carreata, com a participação de mais de cem carros, entrou na capital pela BR 364, no Trevo do Roque, percorreu as avenidas Jorge Teixeira, Carlos Gomes, Farquar e 7 de Setembro, terminando na Avenida nações Unidas. O vereador José Wildes de Brito (PT), que integra o Comitê, disse que a organização está aberta para receber a adesão de quem for a favor das obras das usinas, e que novas atividades já estão sendo organizadas para demonstrar que Rondônia e o Brasil precisam da energia elétrica a ser gerada no rio Madeira. Durante a carreata desta terça-feira foram distribuídos panfletos explicativos com a finalidade esclarecer à população a importância econômica e social das obras, além de um adesivo para ser colado em carros, residências, motos e bicicletas. O Comitê faz questão de esclarecer que apóia o empreendimento, mas com responsabilidade social e ambiental, de maneira que a natureza e a vida no rio Madeira sejam preservadas. De acordo com José Wildes, é importante a manifestação da sociedade de Rondônia para que as obras sejam aceleradas.⁸⁶

O “Comitê Pró-barragens” também cooptava pessoas de diversas instituições representativas com o objetivo de alcançar um amplo apoio. Com novos adeptos trabalhando para conseguir novas adesões, o comitê acrescentava em sua campanha, a execução de outros projetos, que estariam relacionados com a implantação das obras. Estes projetos não representavam a necessidade prioritária da população desfavorecida de Porto Velho. Um tratava da criação do primeiro *shopping* de Porto Velho, o outro da concretização do gasoduto Urucu-Porto Velho, defendido fervorosamente por representantes de movimentos estudantis – “União Estadual Rondoniense de Estudantes Secundaristas e União Estadual de Estudantes”, que discursavam em veículos de comunicação (*web sites*), se colocando favoráveis a estes empreendimentos como saída para criação de novos empregos e para a economia da capital⁸⁷.

O movimento pró-barragem buscou abranger até a categoria estudantil para conseguir o apoio aos empreendimentos. Seus representantes, por certo, teriam interesses e contavam com o apoio da aliança que os favorecia frente ao movimento. Vejamos o excerto em que esses representantes defendiam a construção do *shopping* e criticavam o posicionamento de um vereador contrário a essa pauta:

A respeito da construção das usinas do rio Madeira, os dirigentes se mostraram indignados com a posição crítica e arbitrária do vereador Kruger

⁸⁶ Disponível em: <<http://www.rondoniaovivo.com/noticias/comite-pro-usinas-do-madeira-faz-carreata-e-abaixo-assinado-pela-construcao-de-hidreletricas/28215#.Uz1ujz-AkgI>>. Acesso em: 20 de maio 2012.

⁸⁷ Disponível em: <<http://www.rondoniaovivo.com/noticias/dirigentes-estudantis-divulgam-apoio-a-construcao-das-usinas-e-do-porto-velho-shopping/30194#.Uz1vz-AkgI>>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

Darwich (PCdoB), que postulou uma política de guerrilha contra o shopping que será construído na avenida rio Madeira. Israel Trindade disse que em uma das audiências públicas que houve na capital para discutir a construção das Usinas do rio Madeira, ele, juntamente com outros companheiros, questionaram o vereador sobre a sua posição contrária à construção, pois para surpresa de muitos, Kruger disse para eles que não é contra a construção do shopping do rio Madeira. Dabson, da UEE, comentou que a proposta dos dirigentes é mobilizar a classe estudantil a apoiar os empreendimentos que trarão benefícios à população em geral, principalmente no que diz respeito à geração de renda e emprego. Existe uma proposta das duas entidades em realizar uma série de eventos – como panfletagem e mobilização nas instituições de ensino – que antecedem o dia do estudante, 11 de agosto. Dentro desses eventos a proposta é discutir e divulgar as idéias das entidades em relação à campanha pró usinas e shopping.⁸⁸

A respeito do gasoduto Urucu-Porto Velho, os representantes do movimento estudantil em Porto Velho defendiam que este seria mais um empreendimento a ser concretizado para dinamizar a economia no estado. Daí a necessidade de fazer com que, além das hidrelétricas, o projeto dessa dimensão passasse a ser tratado como prioridade a ser executada:

Outra bandeira de luta das entidades é a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, que seria uma fonte de energia de extrema necessidade para o Estado de Rondônia. De acordo com dados do governo, a construção traria uma economia de R\$ 350 milhões por ano no gasto com óleo Diesel, além da geração de emprego e renda pra região. Tanto Dabson quanto Israel lembraram que a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho já cumpriu todas as exigências do Ibama, Iphan e Funai, restando apenas a sua emissão pelo órgão ambiental, bem como o Decreto de Utilidade Pública, que se encontra no Gabinete Civil, pela Presidência. “Nós acreditamos que com um pouco mais de eficiência da nossa bancada federal em Brasília essa obra tem total condições de acontecer no Estado”, alertou Israel. “A UERES e a UEE estão juntas para conscientizar os estudantes dos benefícios que esses empreendimentos trarão para eles e para Rondônia”, falou Dabson.⁸⁹

As ações do “Comitê Pró-barragens” eram extensas, eles percorreram várias instâncias para tentar conseguir as assinaturas de apoio aos consórcios. As articulações chegaram a ser feitas com a OAB regional que em 2007 se declarou a favor da campanha⁹⁰. No mesmo ano, representados por um engenheiro e um empresário, o comitê participou de eventos com os prefeitos de Rondônia para conseguir mais adesões e mais assinaturas⁹¹. O comitê divulgava suas ações na mídia para dar visibilidade de sua empreitada.

⁸⁸ Disponível em: <<http://www.rondoniaaovivo.com/noticias/dirigentes-estudantis-divulgam-apoio-a-construcao-das-usinas-e-do-porto-velho-shopping/30194#.Uz1vvz-AkgI>>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.rondoniaaovivo.com/noticias/dirigentes-estudantis-divulgam-apoio-a-construcao-das-usinas-e-do-porto-velho-shopping/30194#.Uz1vvz-AkgI>>. Acesso em: 20 de maio 2012.

⁹⁰ Disponível em: <<http://www.tudorondonia.com.br/noticias/oab-declara-apoio-ao-comite-pro-usinas-mas-nao-abre-mao-dos-cuidados-com-o-meio-ambiente-e-das-politicas-de-compensacao-905.shtml>>. Acesso em: 24 de maio 2012.

⁹¹ Disponível em: <<http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=21510>>. Acesso em: 24/05/2012

A campanha massiva em prol dessas hidrelétricas foi sendo intensificada cada vez mais com o apoio de entidades históricas dos movimentos sociais de nível nacional. Entidades como a Força Nacional e a CUT aliadas a FEcomércio de Rondônia lançaram a campanha “Usinas já!”⁹², vinheta que acabou sendo internalizada por parte da população e vista recorrentemente pela cidade, sendo amplamente divulgada.

Essa extensão de ações afetou o plano das relações sociais, envolvendo os agentes sociais que de forma inesperada foram incluídos neste *jogo* e mesmo sob forte pressão para que apoiassem a implantação das obras, muitos desses agentes não aderiram a toda movimentação, fato que os forçou a lutar pela permanência de suas anteriores e novas formas de *classificação*, desde que o referido projeto passou a ser cogitado para a *região* do rio Madeira.

É relevante observar que um campo de conflitos sociais diversos marca historicamente o rio Madeira. No entanto, a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio acabam formando um cenário específico, composto por situações de tensões sociais e lutas que tentaram deter os barramentos na esperança de reverter o poder de decisões técnicas consideradas de difícil conversão. Os efeitos destas decisões, que levaram à implantação das hidrelétricas, passaram a transformar profunda e abruptamente as vidas de centenas de famílias que viviam nas denominadas “áreas de influência” dessas construções.

Em decorrência as famílias afetadas, que não dispõem de instrumentos suficientes e de um *capital simbólico* ou relações institucionais necessárias para enfrentar a poderosa coalizão de interesses que se formou em defesa da construção das barragens, objetivam a sua ação em formas organizativas de resistência.

Na fase inicial do “Complexo Madeira” havia uma extrema nebulosidade com relação ao conteúdo dos projetos, que deveriam esclarecer nitidamente quais seriam os componentes do “Complexo Madeira”. Mesmo tendo conhecimentos aprofundados sobre o rio e sua caudal as famílias tiveram suas falas totalmente renegadas. Havia um precioso acúmulo de saberes por parte destes agentes, sobre o significado da vida cotidiana na região afetada que os levava a contestar o discurso “pró-barragens” e as medidas preliminares. Durante os primeiros anos da implementação dos empreendimentos em Rondônia, a *resistência* das famílias afetadas teve que se deparar com o apoio de grande parte da população de Porto Velho aos empreendimentos.

⁹²Disponível em: <<http://www.horadopovo.com.br/2007/junho/06-06-07/pag5b.htm>>. Acesso em: 24 de maio 2012.

Representavam as usinas como a saída mais adequada para solucionar os dramas sociais e econômicos que o Estado de Rondônia acumulava.

Vejamos um extrato de um dos relatos feitos por um dos entrevistados que vivia na localidade “Trata Sério” em 2008, um pouco antes da construção das usinas. Sua fala deixa transparecer incerteza e insatisfação, prevendo problemas ambientais futuros, a exemplo dos desastres provocados pela cheia do rio Madeira, em 2014. Trata-se de um dos maiores impactos ambientais e sociais, sobre regiões afetadas por barragens na Amazônia. Tais efeitos catastróficos foram previstos pelos entrevistados, conhecedores da dinâmica fluvial e dos meandros da movimentação das águas do rio Madeira na estação chuvosa.

Eu sou Rosimar, representante da “comunidade Trata Sério”. Nós, com a construção dessa barragem, nós vamos ser prejudicados, porque até hoje ainda num deram uma definição de como é que vai ser isso. Vai ser, por exemplo, o que vai atingir a água, porque uns dizem que é um metro e meio, outros dizem que é seis metros, se for seis metros é que vai praticamente sumir tudo aqui, até Guajará-Mirim vai sumir tudo. Sumir estrada de ferro, sumir a BR, aquela vila é Mutum, Jaci-Paraná, todas essas localidades vão sumir, vai ficar só pra história. Isso é, ele vai existir só no papel e não vai existir por que vai inundar. Por que o engenheiro, o cara lá da FURNAS num tem nem, até hoje nunca disseram, nunca fizeram nada. Nenhuma reunião dizendo assim: “vai sumir isso aqui, vai atingir isso”. Nunca foi dito, tá entendendo? Então nós tamos nessa, a não ser o pessoal do canteiro de obras que tá sendo beneficiado hoje, por que só tão valorizando mais umas terras do que outras e tão coagindo o pessoal pra sair dali, tá entendendo? Ou tu sai ou então...com nós lá da comunidade ainda num falaram nada, por que nós ficamos fora do canteiro de obras. O pessoal do canteiro de obras num precisa nem expulsar, porque quem vai expulsar é a água. Vai acontecer a mesma coisa que aconteceu na usina de Samuel. Então num tão preocupado com nós. Fora do canteiro num interessa pra eles, o que interessa é o canteiro, que é pra começar a construção, por que o restante isso aí com o tempo, vai carregar todo mundo. E a gente vai perder o que tem, por que a gente num vai poder continuar pra vida toda. Eu moro há 59 anos lá, aí você vê que se você perder tudo o que você construiu e até hoje. Eles num disseram onde vão colocar, tipo esse proprietário vai pra tal lugar, até hoje num fizeram isso. Nunca mostraram o lugar onde esse pessoal vai ficar, então fazer o quê? O negócio é correr atrás e corrigir isso aí, por que não vai dar certo. (Informação verbal)⁹³

Assim como a do senhor Rosimar, outras famílias ocupavam tradicionalmente as terras situadas ao longo do rio Madeira, muito antes da chegada dos projetos referidos ao “Complexo Madeira”. Eles viviam em localidades rurais⁹⁴ e estabeleciam relações com outros agentes sociais. Realizavam atividades diversas, caracterizando uma capacidade ímpar no exercício de várias funções ao mesmo tempo. Um exemplo de

⁹³ ALVES, Rosimar. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “comunidade Trata Sério”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

⁹⁴ Algumas das localidades percorridas por mim durante o trabalho de campo e aquelas que foram mencionadas nas falas dos agentes sociais foram: “Trata Sério, São Domingos, São Carlos, Cachoeira Teotônio, São Sebastião, Mutum-Paraná, Jaci-Paraná” e demais localidades que serão citadas nos capítulos seguintes.

singularidade vista entre as famílias afetadas consistia na habilidade desenvolvida em atividades como a agricultura, a pesca nas áreas encachoeiradas, que requeriam um profundo conhecimento e uma experiência no uso dos recursos da natureza. Com seu modo de vida próprio em cada localidade, eles garantiam os seus terrenos de cultivo e a continuidade de suas atividades econômicas indispensáveis à sua reprodução física e social.

Ao longo das margens e nas adjacências das localidades que se distribuíam no rio Madeira eram praticadas: a agricultura na área de várzea, nas praias e nos “barrancos” e nas terras firmes onde se localizavam os projetos de “assentamento”. Havia o cultivo de hortas e árvores frutíferas. A prática do garimpo, a caça, a criação de animais e a realização de atividades de turismo nas praias e cachoeiras. As famílias dessas localidades eram exímias comerciantes, extraíam frutos, óleos, essências, plantas e madeiras diversas. Nomeavam as localidades, as coisas e demais referências a partir de suas próprias concepções de mundo. Nessas localidades, elaboravam classificações específicas sobre o meio físico, que não se encontram em outras partes da Amazônia, uma vez que cada uma delas possui significados próprios. Organizam suas regras intrínsecas e seus princípios (BOHANNAN, 1973, p. 12-18). Mas em todas essas, as práticas e o modo de vida das famílias foram colocados em cheque com o início das obras para a construção das hidrelétricas. Por considerar os antagonismos sociais em distintos planos de análises, me dispus a elaborar uma reflexão sobre realidades empíricas – povoados, comunidades, assentamentos - sob a forma de um *jogo* de classificações (FOUCAULT, 1999;2006) que movimenta o *conflito social*. Isto ocorre de modo que tal orientação facilitaria o entendimento do próprio conflito entre os envolvidos nessa dinâmica das relações de poder, no rio Madeira, referidos à instalação dos componentes do “Complexo Madeira”.

Pensar as relações sociais no campo de pesquisa remete a uma complexidade no entendimento do embate entre classificações. Tem-se a hegemonia de um conhecimento técnico-científico ⁹⁵ sobre outras formas de saber. Há interesses econômicos que envolvem uma diversidade de especialistas que projetam sobre região as expectativas de um grupo dominante, como se fossem expectativas universais de toda sociedade. Nesse sentido, tem-se que o campo de pesquisa, especificamente delimitada como a região do

⁹⁵ Aqui me refiro aos conhecimentos científicos da engenharia, economia, biologia, hidrologia, geologia, geografia, entre outros, que estão em constante enfrentamento com os “saberes tradicionais” que através de suas formas de classificação, têm resistido aos atos de coação destas ciências e seus profissionais. O que quero dizer, é que as classificações quem partem destes segmentos de profissionais querem desconsiderar a existência e permanência dos grupos sociais, em áreas almejadas para suas pretensões econômicas.

rio Madeira, é marcado pela abertura de uma “fronteira econômica” que é apresentada como referência de toda sociedade (OLIVEIRA, 1990, p. 13).

Este fato tem intensificado os problemas enfrentados pelos agentes sociais, que tem lutado de todas as formas, contra a política de construção de grandes obras de infraestrutura na Amazônia. Os governos têm tomado uma postura “protecionista” com relação à defesa destes projetos, fazendo uso de um discurso ideal que aponta a solução para os problemas sociais e econômicos, que entravam o desenvolvimento do país.

Abaixo selecionei excertos de uma entrevista concedida pelo ex-Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, quando os debates sobre a implantação do “Complexo Madeira” ainda estavam na fase inicial e configuravam uma tensão social. Nesta fala e em outros pronunciamentos subsequentes, Lula defende fervorosamente o interesse do empresariado e profere uma alocução dirigida para esse mesmo grupo, sem citar quais agentes sociais seriam afetados, sob a justificativa de sanar o problema de fornecimento energético para todo o país:

Ou nós fazemos as hidrelétricas que temos que fazer, vencendo todos os obstáculos, ou vamos entrar na era da energia nuclear....”

Então nós não temos escolha, meus caros empresários. Ou nós fazemos o que tem que ser feito (...) E aí nós temos que conversar com o Ministério Público, com as entidades de meio ambiente, com as ONGs, com os tribunais de contas, aproveitar que o papa está vindo aqui e conversar com o papa, porque o Brasil não pode parar por falta de energia.... A questão do álcool e do biodiesel é irreversível. Podem falar o que quiserem, mas é irreversível, o mundo vai se curvar aos combustíveis renováveis, o mundo vai se curvar e, na hora em que o mundo se curvar, não tem ninguém que possa competir com o Brasil....⁹⁶

As forças envolvidas nessa nova tentativa são dos mais variados circuitos de mercado e posições políticas estratégicas. Juntas, tais forças têm se empenhado articuladamente em erguer uma infra-estrutura gigantesca, com a finalidade de promover o “desenvolvimento” de setores empresariais, adiante melhor descritos, e supostamente o “crescimento econômico” do Estado de Rondônia. Essa ação tem se justificado a partir de um discurso universalizante, como já foi sublinhado, e de característica “política e mercadológica” de amplo convencimento. Abaixo cito um excerto de uma entrevista dada pelo ex-governador de Rondônia Ivo Cassol em defesa da implantação das hidrelétricas. Neste pronunciamento o ex-Governador projeta expectativas positivas para o “desenvolvimento’ do Estado de Rondônia:

O grande ponto positivo é nós aproveitarmos a riqueza que o estado tem e não está sendo aproveitada. Esse projeto é diferente de Itaipu, das usinas com alagamentos, com impacto ambiental muito grande. Simplesmente, nós temos

⁹⁶ Disponível em: <<http://www.tudorondonia.com.br/noticias/lula-defende-hidreletricas-no-rio-madeira-com-respeito-ao-meio-ambiente-,2212.shtml>>. Acesso em: 01 de abril 2014.

a cheia e permanecendo cheia, com isso aproveitando o fluxo normal. Da água do rio Madeira para gerar energia não só para Rondônia, mas para o Brasil inteiro. Ou o Brasil constrói novas hidrelétricas ou arruma um outro sistema que possa gerar energia, ou vai ficar no escuro. Para Rondônia é ótimo, porque nós vamos ter 30 mil empregos diretos, mais de 100 mil indiretos, dar essa expectativa de uma condição de vida melhor para o povo... Em todos os lugares estamos colhendo assinaturas. E pegando opinião não só do comércio, mas também dos nossos alunos. Todo mundo que queira participar para dar o seu depoimento, pró ou contra, nos ajuda. Mas, para nossa alegria, estamos aí com 99,9% das pessoas favoráveis”. (fala do ex-governador Ivo Cassol em defesa do Projeto Complexo Madeira)⁹⁷.

O cenário observado apresenta várias situações, mas é necessário tecer algumas considerações sobre os desdobramentos que surgiram em meio ao conflito social que eclodiu com a construção das hidrelétricas.

2.8 As situações sociais que se constituíram com a implantação do “Complexo Madeira”

Com o início dos empreendimentos do “Complexo Madeira”, a vida das famílias afetadas sofreu uma brusca mudança. Prevaleceu uma “polarização” nas relações sociais, muito mais evidente do que em situações anteriores. Para tanto, tem-se que na definição dos papéis sociais, quem detém o poder passa a controlar a *região* seguindo procedimentos de *interdição e exclusão* (FOUCAULT, 2006, p. 09-11). Desta forma, o ato de classificar entra em cena orientada sob a lógica de um *jogo*, que em situação de disputa leva os opositores a medir forças até a obtenção do resultado final, tem destaque: o ganhador e o perdedor ou o dominante e o dominado.

Em se tratando da realidade empírica estudada, o que está em *jogo* é a concretização de um projeto hidrelétrico em detrimento dos modos de vida que representam um obstáculo. Munidos de poder concedido, os consórcios responsáveis pelas hidrelétricas que fazem parte do “Complexo Madeira”, põem em prática a seleção de agentes sociais e a ordem de seus direitos. Os consórcios entraram em *jogo* para dar as ordens, projetar limites, usos, privações, ocupações, lugares e existências.

Neste *jogo* o discurso é algo que está em disputa por simbolizar o poder. Desta maneira, se um grupo detém o domínio do discurso ele passa a estabelecer ordenamentos, vozes são caladas e nem todo tipo de fala pode ser proferida em qualquer

⁹⁷Disponível em: <<http://www.tudorondonia.com.br/noticias/usinas-do-madeira-em-entrevista-a-agencia-brasil-ivo-cassol-diz-que-meia-duzia-de-familias-nao-va-ao-atrapalhar-milhoes,2492.shtml>>. Acesso em: 20 de julho 2012.

circunstancia⁹⁸. Em se tratando da realidade estudada, os consórcios almejavam o poder e se utilizaram das mais variadas formas para manter-se no controle do *jogo*, emitindo discursos diversos, sobretudo, os autorizados para gerenciar a situação.

A gigantesca barragem de concreto cresce e ganha forma no rio Madeira, apenas um ano e meio após as primeiras escavações. Hoje 10.295 integrantes trabalham para cumprir prazos e assegurar a qualidade na construção de uma das maiores hidrelétricas do mundo: Santo Antônio, em Rondônia. À margem esquerda desse que é o maior afluente do Amazonas, o canteiro de obras e a floresta dominam a paisagem. À margem direita, está Porto Velho, a cidade que cresce e se valoriza com o pulsar da futura usina.”⁹⁹

“A Usina Hidrelétrica (UHE) de Jirau, em construção no rio Madeira (Porto Velho - RO), foi registrada no Mecanismo de Desenvolvimento Livre (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) como maior projeto de energia renovável do mundo. Jirau está entre as maiores obras em construção pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), em termos de investimento, ocupando a sétima colocação. O empreendimento é a segunda maior hidrelétrica em construção no país, atrás de Belo Monte. O relatório de avaliação da ONU atestou que o projeto foi desenvolvido de acordo com boas práticas internacionais, contribuindo para o clima global e o desenvolvimento local, sendo capaz de honrar o compromisso com a sustentabilidade social e ambiental estabelecido pelo governo brasileiro, os acionistas e os financiadores do projeto. Para Victor Paranhos, presidente da Energia Sustentável do Brasil (ESBR), concessionária responsável pela usina, o *reconhecimento* da ONU “é um aval muito importante para mostrar que é possível fazer um empreendimento deste porte na Amazônia com total aderência às regras de sustentabilidade.”¹⁰⁰

O discurso produzido fora do circuito dos empreendedores é o dos seus opositores, o não-autorizado que rivaliza com o discurso hegemônico pelo controle da situação. Os empreendedores tentam freá-lo, utilizando todos os meios possíveis; fazendo com que ele seja desvalorizado moralmente. As famílias afetadas tentam resistir à dominação a todo custo, produzindo discursos de defesa que se contrapõem àqueles dos consórcios e à “verdade” que ele prima estabelecer. Da forma como é posicionada, a situação é comparável ao exemplo do discurso da *loucura*, que Foucault (2006) descreve quando trata do debate sobre a *razão e loucura* e aponta como tal discurso foi tratado na Idade Média.

O discurso do *louco* para Foucault (2006) era algo considerado nulo, que não poderia circular ou estar no plano dos demais discursos. Ele não inspirava confiança, era algo sem aceitação e não podia ser levado a sério e tampouco não imprimia “verdade”. Esse tipo de discurso era visto como *ingênuo*, o dos agentes sociais desta pesquisa também são tratados da mesma forma pelos empreendedores. A palavra é concedida nos

⁹⁸ Isso reflete no controle dos espaços “públicos” de debate do projeto e das propostas de “compensação”. Temos as audiências públicas, reuniões e assembleias. Alguns desses espaços foram meras representações de “participações” forjadas.

⁹⁹ Disponível em: <<http://www.odebrechtonline.com.br/materias/0230102400/2385/?lang=pt>>. Acesso em 01 de abril 2014.

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/noticia/69b14555>>. Acesso em 01 de abril 2014.

“espaços oficiais” apenas para fins de “encenação”, mas há um diferencial, o discurso dos afetados e dos pesquisadores é combatido veementemente e ao final excluído como se fosse o discurso do louco acima mencionado. A disputa gira em torno da *separação*, do *reconhecimento* de um discurso que se diz legítimo, “verdadeiro” e desqualifica o outro discurso como falso. A prevalência da *vontade de verdade*¹⁰¹ ganha base e apoio nas instituições e se consagra como maquinaria excludente e autorizada a *interditar e definir, cadastrar, mapear* como operacionalização das formas de controle (FOUCAULT, 2006, p. 11-20). Apesar de todas as investidas para desqualificar a *resistência* dos agentes sociais quanto ao projeto hidrelétrico, podemos observar que desde a concepção e oficialização de construção das hidrelétricas no rio Madeira, diversas manifestações contrárias foram realizadas. Mesmo depois do início dessas obras e a partir dos efeitos que elas vêm provocando, essas manifestações de *resistência* tem se expandido e agrupam uma variedade de agentes sociais de diversas origens e denominações.

2.8.1 A repercussão quanto a implantação das hidrelétricas no rio Madeira

Antes de se conhecer as manifestações e atos construídos pelos movimentos sociais, é necessário considerar que mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas, a *resistência* foi sendo construída a partir de processos de interação, com a formação de uma nova *cultura de resistência* (SAID, 2011, p.). Um arcabouço político, de experiências vividas e novas aquisições intelectuais, enriqueceram a capacidade de formar essa unidade organizativa que tem lutado pelos direitos fundamentais dos atingidos, fato que se forma fora da *cena* (SCOTT, 2004, p. 233-234) das manifestações mais evidentes na qual temos conhecimento, sendo na maioria das vezes uma experiência ímpar.

Aqui retomo um pouco, o fato dos agentes sociais terem conseguido se apropriar com profundidade de um capital simbólico esclarecedor, que os preparou para resistir das mais variadas formas, mesmo quando julgasse que esta *resistência* está fadada a inexistência pela suposta derrota imposta por quem detém as condições de poder. Mas acontece que a *resistência* que se manifestou desde as especulações em torno de projetos hidrelétricos para o Estado de Rondônia persiste porque está na memória

¹⁰¹ Me refiro como um dos “sistemas de exclusão” (FOUCAULT, 2006, p. 17)

desses agentes sociais. Então, quando se crê que a *resistência* dos agentes sociais se esvaiu, ela se faz silenciosa (SCOTT, 2002), nutrindo as novas consciências de sua capacidade crítica em pensar a situação conflituosa, até emergir no formato das manifestações abertas, semelhantes às que veremos a diante.

Nos anos de 2006¹⁰² e 2007¹⁰³, indígenas e não indígenas preocupados com as obras já organizavam inúmeras manifestações contra as usinas no rio Madeira, elas também foram destaque na mídia, que ora fazia a cobertura dos dois movimentos que se confrontavam a favor e contra os empreendimentos.

Em 2008¹⁰⁴ as manifestações de *resistência* tiveram continuidade com a reação de agentes sociais do lado boliviano, que organizam protestos contra a licença prévia que estava sendo concedida, sem que o governo brasileiro tivesse alguma preocupação com os bolivianos que viviam próximos a fronteira e que seriam afetados futuramente com o barramento do rio Madeira¹⁰⁵. Em 2009 os agentes sociais denunciavam os abusos cometidos nos primeiros deslocamentos compulsórios próximos da UHE Santo Antônio. Os indígenas também marcaram presença nas manifestações junto com “ribeirinhos” e apoiadores do movimento¹⁰⁶.

Os anos de 2010 e 2011 foram marcados pelas manifestações dos trabalhadores dentro dos canteiros de obras das usinas. Ambos os trabalhadores foram duramente acusados de vandalismos por causa dos incêndios provocados nas dependências e veículos das usinas. Os trabalhadores reivindicavam melhores condições de trabalho, denunciavam abusos cometidos pelos seguranças das empresas, o isolamento deles de suas famílias, o consumo de drogas e álcool dentro dessas áreas e denúncias de situação de trabalho escravo¹⁰⁷.

¹⁰² “Povos indígenas fazem passeata contra hidrelétricas no rio Madeira. Maio de 2006”. “Populações ribeirinhas, povos indígenas e grupos da sociedade civil de todo país protestam contra as hidrelétricas no rio Madeira. Maio de 2006”. Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br/downloads/rio_madeira_portugues.pdf>. Acesso em: 29 de maio de 2013.

¹⁰³ “pescadores fazem manifestação contra usina no rio Madeira”. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2007/06/29/pescador-es-fazem-manifestacao-contr-usina-no-rio-madeira/>>. Acesso em: 29 de junho de 2007. “Índios protestam contra hidrelétricas do rio Madeira”. Disponível em: <<http://www.gentedeopiniao.com.br/lerConteudo.php?news=27819>>. Acesso em: 29 de maio de 2013.

¹⁰⁴ “Bolivianos ameaçam fechar porto de Guayara em protesto contra Licença Prévia”. Disponível em: <<http://www.rondoniaovivo.com/noticias/usinas-do-madeira-bolivianos-ameacam-fechar-porto-de-guayara-em-protesto-contr-licenca-previa/30852#.Uz69Wz-AkgI>>. Acesso em: 29 de maio de 2013.

¹⁰⁵ Os indígenas “Cassupá, Karitiana, Canoé, Suruí, Parintintin e Wari” conforme Teixeira (2009, p. 100-101), também fizeram vários questionamentos a respeito dos impactos sobre seus modos de vida e suas terras. Teixeira aponta que os indígenas foram mencionados no EIA/RIMA parcialmente.

¹⁰⁶ “Movimento denuncia que retirada de moradores da região da Usina de Santo Antônio não está sendo pacífica.”18/07/2009. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/>> Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia – edição especial – março de 2009. Complexo Madeira: conflitos sociais na Panamazônia.

¹⁰⁷ “PROTESTOS DE OPERÁRIOS NAS BARRAGENS DE SANTO ANTÔNIO E JIRAU”. REBELIÃO TRABALHISTA – CONFLITO: “O MPF abre inquérito para investigar condições dos operários da usina de Jirau”. 30/03/2011. Disponível em: <<http://ambienteacreato.blogspot.com.br/2010/06/protestos-de-operarios-nas-barragens-de.html>> CARTA CAPITAL – Revista Imprensa. Acesso em: 29 de maio de 2013.

Em 2012 o MAB continua suas ações diante das condições enfrentadas pelas famílias do Bairro Triângulo em Porto Velho. Essas famílias perderam suas casas com o desbarrancamento da área onde viviam. O consórcio SAE não queria reconhecer os prejuízos e dar a assistência devida que essas famílias teriam direito. Para reivindicar o direito dessas famílias, o MAB fechou a entrada que dá acesso a UHE Santo Antônio com intuito de fazer pressão para que o consórcio se responsabilizasse pelos efeitos provocados¹⁰⁸.

No ano de 2013 os protestos continuavam e o MAB junto ao movimento indígena passaram a discutir a construção de mais um projeto hidrelétrico, que ameaçava afetar as terras indígenas em Rondônia e no Amazonas. A ameaça viria de uma suposta tentativa de reativar o projeto de construção da hidrelétrica Tabajara. Essa preocupação levou o movimento antibarragem a se reunir em Humaitá/AM para discutir as futuras ações contra o empreendimento¹⁰⁹. E em Porto Velho, os atingidos do “assentamento Joana Darc” reivindicavam no escritório da SAE providências com relação à alagação das terras das famílias que ali viviam e demais problemas que se agravaram com a construção da hidrelétrica¹¹⁰.

Os recentes episódios de 2014 estão inteiramente ligados com os alertas emitidos ao longo desses anos pelos atingidos e por pesquisadores. O *desastre* da cheia do rio Madeira afetou não somente as áreas próximas as hidrelétricas, mas teve um efeito que se sobrepôs ao suposto controle que os empreendedores diziam dominar. O *desastre* trouxe muito mais problemas do que se imaginava, são centenas de “desabrigados”¹¹¹, doenças, rodovias alagadas e cidades isoladas.

Esses são alguns dos fatos que irei me deter um capítulo específico, mas que de antemão anúncio que fez o movimento se mobilizar intensamente e com grande adesão por parte das pessoas que antes talvez não tenham dado apoio à luta contra as barragens.

¹⁰⁸ “MAB fecha Santo Antônio Energia, em Porto Velho.” 01/08/2012 Disponível em: <<http://www.folhadamangaba.com/rondonia/379-hidreletricas-do-madeira/4671-MAB-fecha-santo-antonio-energia-em-porto-velho-em-protesto>>. Acesso em: 29 de maio 2013.

¹⁰⁹ “Indígenas declaram guerra a usina Tabajara em Rondônia”. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/indigenas-declaram-guerra-a-usina-tabajara-em-rondonia/>. Acesso em: 25 de novembro de 2013.

¹¹⁰ “atingidos de Joana Darc debatem impactos das Usinas do Madeira”. Disponível em: <<http://cptrondonia.blogspot.com.br/2013/07/acampados-por-mais-de-12-dias-na-rua.html>>. Acesso em 27 de novembro de 2013.

¹¹¹ Essa é a mais recente definição usada para se referir aos agentes sociais que foram afetados pela cheia do rio Madeira. É a definição usada nos cadastramentos da Defesa Civil e adotada pelos próprios agentes sociais para demonstrar a atual condição da perda de suas moradias e de sua própria organização.

Mas após sentir o drama e perceber a ligação da construção das barragens sob o rio Madeira com os efeitos passaram a ter ciência do tamanho *desastre* provocado¹¹².

A partir do que foi acima exposto, podemos ver que o entendimento sobre a gravidade dos efeitos e da situação catastrófica tende a crescer entre os agentes sociais. As manifestações contra injustiças cometidas pela falta de: moradia, indenizações, terras, pelas condições de trabalho, direitos estes violados são constantemente lembrados ao poder público e aos empreendedores¹¹³. Os agentes sociais têm constituído uma leitura crítica do funcionamento da política de infraestrutura e dos desdobramentos e decisões políticas que os têm prejudicado em decorrência de efeitos que ficaram fora de controle dos consórcios e do Estado, principalmente no que tange aos problemas ambientais e sociais que tais obras acarretaram para a *região*.

¹¹² “Em Rondônia, atingidos cobram responsabilidade das usinas por enchentes do Madeira”. Disponível em: <<http://www.MABnacional.org.br/noticia/em-rond-nia-atingidos-cobram-responsabilidade-das-usinas-por-enchentes-do-madeira>>. Acesso: 18 de março de 2014.

¹¹³ SAE e ESB;R;

3 ANÁLISE DAS RELAÇÕES ASSOCIATIVAS PARA SE PENSAR AS CLASSIFICAÇÕES LOCAIS NO RIO MADEIRA

As possibilidades de uso da categoria sociológica “comunidade” motivaram vários teóricos a produzir interpretações para explicar a formação de unidades sociais. Reconhecendo esse repertório de estudos e sendo essa uma das minhas inquietações, julguei necessário rever algumas dessas reflexões para compreender as distintas formas de associação que observei no decorrer do trabalho de campo. Para mim havia uma dificuldade quanto ao uso de um instrumento teórico que pudesse dar conta das situações sociais. Considerando que as localidades estão sofrendo os efeitos das transformações sociais que afetam formas associativas, o intuito é ter como subsídio, um aparato teórico que me auxilie nessa compreensão, para que possa realizar uma análise das mudanças percebidas.

Nesta pesquisa, retomo algumas leituras básicas sobre esse debate para apresentar como os pensadores de diferentes épocas, refletiam a respeito da formação desses agrupamentos humanos e como as transformações sociais poderiam afetar essas associações.

Foi pensando em pontos relevantes que me ajudariam a entender as classificações vistas em campo, que reuni algumas dessas reflexões com a finalidade de analisar os vários tipos de associação e como as identidades são acionadas num campo de conflitos que envolve distintos interesses na região do rio Madeira. Para tanto, recorri aos textos de Ferdinand Tönnies, Max Weber, Zigmunt Bauman e Joseph Gusfield, sendo este último a referência que escolhi para refletir sobre as realidades empíricas que encontrei em campo. Dentre os vários autores que trataram dessa discussão, cada um contribuiu a sua maneira e mesmo alguns, apesar de certas limitações críticas, talvez dadas à época em que suas abordagens foram escritas tiveram suas obras como bases referenciais para se pensar a categoria “comunidade” na atualidade.

Os primeiros debates sociológicos tinham como base a visão das ciências naturais para pensar as transformações sociais que ora ocorriam e marcavam o século XIX. Então, dada a forma como os agrupamentos humanos eram compreendidos, o termo teve várias possibilidades de ser pensado e definido. No entanto, isso acabou por estabelecer critérios rígidos de uma teoria social praticamente cristalizada a respeito das categorias “comunidade e sociedade”.

Nessa análise, aspectos diversos como a formação dessas localidades e o sentido politizado que os grupos dão ao termo devem ser compreendidos com muita atenção,

por isso elegi os autores abaixo, na qual sua base epistemológica tem facilitado o conhecimento sobre essas “associações humanas”.

O primeiro trabalho a que recorri criticamente é a referência que inspirou a maioria dos debates seguintes, que foi a dicotomia “Comunidade e Sociedade” abordada por Ferdinand Tönnies em sua obra publicada em 1887. Sua obra seria uma tentativa de articular uma teoria sobre a estrutura social. Tönnies sofreu influência de Karl Marx e Thomas Hobbes e também influenciou trabalhos de outros pensadores como Max Weber e George Simmel, que buscou conceituar o conflito, mas sob um ponto de vista positivo.

Tönnies acreditava que as interações humanas provinham das “vontades humanas” (psicológica e biológica), sendo que tais vontades estavam presentes em “diversas relações” e estavam em constante dinâmica de oposição. Para ele, existiria um fator-chave que inspiraria essas “vontades”. A orientação dessas “vontades humanas” partiria das necessidades humanas, ou seja, de “vontades naturais”, quando os instintos e as motivações orgânicas influenciariam na união dos homens. Mas há, sobretudo, uma influência aristotélica no pensamento de Tönnies, que parte da premissa de que o homem é um “animal gregário” e que tem a necessidade da vida social. Isso daria margem para que as relações sociais fossem sendo estabelecidas e os agentes orientariam suas ações de forma recíproca, mesmo que fossem marcadas por respostas positivas ou negativas.

Para Tönnies, as “relações” seriam “comunitárias”, quando a vida social fosse caracterizada pela “vida em conjunto, íntima, interior e exclusiva”, representando o que seria a “comunidade”. Dada a forma como refletia as transformações sociais, causadas pelas revoluções e o processo de industrialização, vividos no século XIX, predominava a ideia de que tais associações estavam fadadas ao desaparecimento, visto que ocorria a emergência do que passaram a chamar de “sociedade moderna”.

A “comunidade” é a forma associativa que precederia à “sociedade”. Nela predomina uma inclinação emocional recíproca, o consenso e a mutualidade. A vida em “comunidade” é marcada pela dependência entre os agentes, as atividades são realizadas em conjunto e tudo é compartilhado. Tönnies afirmava que existiam “Leis” que regiam a formação da “comunidade”, seriam elas: “1- Parentes, cônjuges, vizinhos e amigos se relacionam de forma amistosa, sentimento recíproco; 2- Há prevalência do consenso entre os que se gostam; 3- Os que se gostam, ordenam suas vidas em comum. 4- Há

laços de consangüinidade, os agentes coabitam no mesmo território e prevalece a afinidade espiritual”.

No caso da sociedade, das “relações societárias”, há o oposto do que ocorre em “comunidade”. Em “sociedade” as vontades seriam “arbitrárias”, a sociabilidade se dá no domínio público, com base nas relações mercantis. O contrato, o acordo, o cálculo, passam a ser norteadores das ações. Os agentes se associavam visando um interesse e a hegemonia capitalista passava a se constituir e se consolidar como “classe”. Na cidade se destacam as distinções entre a burguesia e a classe trabalhadora. Em “sociedade” o controle é do Estado e em “comunidade” quem rege é a autoridade do pai ou do líder religioso. Em sociedade, a razão inspira a autonomia, a individualidade e as divergências são latentes.

Em suma, haveria uma disposição das “vontades humanas” em passar de “comunidade para sociedade”. Isso se daria com o marco de passagem do modo de vida rural para o urbano, assim Tönnies acreditava que quanto mais a *urbe* ganhava forças, mais se distanciavam e perdiam sentido os “círculos de parentesco, vizinhança e amizade”. Passagem: Vontade Natural (campo)→Vontade Arbitrária (metrópole).

Max Weber (1991), preocupado em conhecer o conteúdo simbólico dos fenômenos sociais, também se debruçou sobre a mesma questão e formulou uma explicação sociológica mais aprofundada para justificar como as relações associativas se constituíam. Desenvolveu, para tanto uma teoria que apontava a existência de duas formas associativas: a comunitária e a societária. Frisando que tais associações humanas seriam distintas segundo o *tipo de relação social* e a orientação de suas ações¹¹⁴.

Sendo assim, Weber considera que uma relação social seria estabelecida a partir de uma partilha de sentido de *condutas sociais* entre indivíduos numa sociedade. Tem como característica a provável correspondência entre as formas de agir, seria a *ação social*, que pressupõe resposta. Os significados das ações têm sentido numa relação, quando o outro passa a compreender o quê o indivíduo, que está em processo de interação com ele, pretende lhe transmitir.

Weber divide essas ações em quatro tipos ideais, para tentar explicar a dinâmica nas relações sociais: ação racional com relação a fins, ação racional com relação a valores, ação tradicional e a ação afetiva. Numa *relação social* pressupõe-se que haja

¹¹⁴ Por ação, Max Weber compreende que seria “aquela cujo sentido pensado pelos sujeitos está refletindo sob o comportamento de outros sujeitos”. Logo o comportamento de um é orientado pelo comportamento do outro.

uma ação de reciprocidade, baseada na compreensão dos sentidos, mesmo que a resposta seja a negação ou discordância com relação à ação.

Uma *relação social* seria o comportamento (ações) que de forma recíproca, com relação ao seu conteúdo de sentido, envolve uma diversidade de indivíduos que se correspondem conforme essa orientação. Weber explica que a interação entre indivíduos e a “relação social consiste na probabilidade de que se possa agir de maneira social, de acordo com o sentido, não se baseando apenas na probabilidade”. (WEBER, p.16, 1991)

Segundo Weber, uma *relação social* pode ser caracterizada de duas formas: uma *relação comunitária* e uma *relação associativa*. Weber chama de “comunidade” uma *relação social* que tem em sua ação uma base movida pelo sentimento subjetivo (emocional, afetivo e tradicional) dos agentes, com relação à união de todos em prol de um agrupamento. Ele denomina uma *relação social* de “sociedade” quando a sua *ação social* é inspirada por interesses racionalmente acordados, seja por fins ou valores, ou mesmo que haja uma união motivada por interesses semelhantes. De acordo com o teórico, numa “comunidade” podem ser percebidas uma ou as duas relações, dependendo da *ação social* realizada pelos agentes.

Na *relação comunitária*, o que une os agentes são as ações orientadas por sentidos subjetivos de pertencimento ao grupo. Na *relação associativa*, o que torna o grupo aproximado são os interesses em comum. Nos dois tipos de relações as ações podem ser racionalmente realizadas ou não.

Para tentar tornar mais clara a compreensão a respeito da categoria “comunidade”, Weber apresentou três modelos explicativos, ou seja, três tipos¹¹⁵ de relações comunitárias: “doméstica, de vizinhança e étnica” (WEBER, 1991). Uma comunidade doméstica pode ser oriunda de relações primordiais, homem e mulher que formam uma comunidade sexual duradoura, nesse caso o matrimônio é a instituição que estabelece essa *associação*. A comunidade doméstica também é caracterizada a partir de uma unidade familiar, laços consanguíneos: pai, filhos e mãe – que pressupõem no cerne familiar uma comunidade de sustento. Dentro da mesma unidade a relação entre irmãos é classificada como uma comunidade de criação.

No âmbito da *relação comunitária* pode haver a união com outras unidades familiares (comunidades domésticas), também quando surgem outras formas associativas (motivações) que os aproxima, por exemplo, quando outros indivíduos são

¹¹⁵ Tipos ideais – são modelos explicativos criados por Weber para tentar descrever fenômenos concretos. Trata-se de processos conceituais que tentam abstrair desses fenômenos o que há de particular neles. (WEBER, 1991)

agregados ao grupo, por casamentos, situações de “migração”, em busca de trabalho, por motivos religiosos para trabalhar em conjunto e por várias razões que também podem ser econômicas ou não. Nesse caso a ação comunitária é intensa e contínua.

A aproximação de várias comunidades domésticas pode formar uma comunidade de vizinhança, que é vista em Weber quando essas unidades, movidas pela necessidade de ajuda mútua entre os vizinhos (interesses em comum) como os vizinhos ou parentes, se torna a inspiração-chave dessa união. É uma relação marcada pela partilha espacial do território, embora Weber coloque que esse não é o fator definidor da relação, pois esses vizinhos podem viver em localidades longínquas uns dos outros, mas o que está em *jogo* são as circunstâncias que os liga. A ação pode ser coletiva ou individual, nem todos compartilham das mesmas expectativas, mas também em determinada situação se unem em torno de um objetivo comum (ações compartilhadas que pressupõem uma reciprocidade das partes).

Na convivência entre vizinhos pode haver várias formas de *associação* distintas, o estabelecimento de regras é uma dessas formas, essas normas orientam o comportamento dos indivíduos que fazem parte daquela “comunidade”, a submissão às regras do grupo passa a regular o convívio entre seus membros. No âmago da comunidade de vizinhança, as relações podem ser fraternais ou não, com conflitos de interesses e inimizades, onde as “relações sociais” se resumem em pessoais íntimas e frequentes. A *ação* é descontínua e aberta.

A comunidade étnica, segundo Weber, pressupõe a existência do sentimento de pertencimento a uma descendência comum, herdada ou hereditariamente transmitida ou ainda sentida subjetivamente. Nesse caso, a comunhão étnica é um elemento característico para a construção das relações comunitárias. O pertencer ao grupo, também independe de suas práticas. “Os grupos étnicos têm semelhança no *habitus* externo ou nos costumes e nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, propagando as relações comunitárias” (WEBER, 1991, p. 267-269). Porém, a procedência comum não é determinante, para que os grupos que possuem diferentes modos de vida habitual estabeleçam comunidades de intercâmbio baseando-se na compreensão ou não, no sentido subjetivo do *costume*.

O trabalho de Zigmunt Bauman (2003) traz uma reflexão, que me levou a pensar o sentido de uma categoria, tratada pelo autor no início da sua obra, como uma palavra, carregada de idealizações positivas. Bauman destaca o anseio das gerações na modernidade, algo utópico que alimenta a esperança do alcance do que seria viver em

“comunidade”. Isso tem servido para compreender como essas associações humanas são interpretadas e o que se tem esperado encontrar no futuro. Voltando à discussão, trata-se de uma ideologia “inventada para alimentar a sede humana em encontrar um lugar quase intocável, um paraíso, onde a realidade dura da sociedade moderna ainda não tivesse corrompido suas bases.

A idealização dessa *associação* ganhou forças e ficou cristalizada nas mentes, ao ponto de tornar-se alvo de críticas sociológicas, que estimularam um pertinente debate, sobre como esta categoria poderia ser pensada.

De acordo com Bauman (2003) a palavra “comunidade” possui um significado marcante, dentre aos quais provoca a sensação de “bem-estar”, sugerindo um lugar perfeito com laços de amizade duradoura, de pessoas que vivem harmonicamente e livres. A “comunidade” seria o lugar onde a conduta humana parece ser a mais correta e incorruptível. Mas em se tratando de realidades empíricas, a reflexão sobre o uso de classificações ou de palavras, como prefere o autor, me leva a refletir sobre o direcionamento que pode ser dado para que, propositalmente, se queira introjetar uma forma de entendimento positivo de palavras como a “comunidade”.

Sendo a “comunidade”, uma interpretação de *associação* ideal para a humanidade, essa forma de organização contrapõe a categoria “sociedade”, que transmite a ideia de *desordem, miséria, prisão, desconfiança* e outros atributos negativos, típicos da forma complexa da vida em “sociedade”.

A intenção de Bauman (2003) é destacar que a realidade iria muito além do que se poderia imaginar, isso teria um preço, a adesão a esse modo de vida passaria a seguir um rigoroso controle dos passos de seus membros (segurança e fim da liberdade), bem como enquadramento a regras locais pressupõe uma obediência. A confiança prevaleceria apenas entre os membros da “comunidade”, a postura e o consumo deveriam obedecer a um regimento local. Por tudo isso, os membros poderiam adquirir determinados direitos, proteção, *reconhecimento* e assim também constituiriam sua identidade. Na “comunidade” não haveria espaço para o individualismo, tudo deve ser compartilhado, esse tipo de atitude seria combatido.

Bauman afirma que autores como Redfield e Tönnies acreditavam que numa “comunidade” prevaleceria um “entendimento compartilhado”, forma tácita que não é procurada e nem construída, seria algo dado, que precede a todos os acordos e seria o ponto de partida da união. Trata-se de um *sentimento recíproco e vinculante*. Mas quando a essência do entendimento passa a ser refletido num exercício de

autoconsciência, torna-se alvo de exames, questionamentos e a “comunidade” fica prestes a desaparecer. Para os autores citados, numa “verdadeira comunidade” não haveria razão para reflexão, porque as decisões seriam tomadas em conjunto, as pessoas agiriam coletivamente, pois seriam fiéis à sua natureza.

Neste caso, seguindo os pressupostos de Tönnies e Redfield, há quem realmente concorde que uma “comunidade” possua esta característica ideal, de “paz, pequenez e auto-suficiência”. Bauman cita ainda que Goran Rosenberg trata essa relação como um “círculo aconchegante”, relativa às lealdades humanas, que também é caracterizada pela sua “homogeneidade e “mesmidade”. Embora essa “mesmidade” possa se encontrar ameaçada quando a “comunicação”, a intensa mobilização dos de dentro com os de fora deste “círculo” diminua as distâncias estabelecidas entre “nós e eles”. Sendo que tal distância é potencializada para marcar a distinção dos que fazem parte da “comunidade” daqueles que vivem em “sociedade”.

Visto em Bauman, a modernidade provocou uma fragilidade na base da “comunidade”, ela estaria fadada ao desaparecimento, mesmo que haja um acerto para tentar mantê-la intocada. Da forma como ela surgiu, desse “entendimento compartilhado”, ela resiste, não mais em sua forma primeira, mas por meio de negociação. Alguns tentam fazer com que ela renasça, mas ela é produzida conforme um acordo artificial e se espera alcançá-la um dia. De acordo com Bauman, o problema dessa associação é que a modernidade trouxe as inquietações, questionamentos, posições, conflitos e desentendimentos que comprometem a sua permanência tal qual é idealizada.

Em meio a essas dificuldades de um dia chegar a essa condição, Bauman chama a atenção para as novas formas de destacar um modo de vida distinto, feito tal associação, isso estaria se dando através de um novo elemento carregado de sentido significativo e que está vinculado a formas específicas de associação. Esse novo apelo à forma de vida distinta estaria ganhando forças nas identidades que emergiam na “sociedade moderna”, seriam como uma espécie de substituta da “comunidade”.

O elemento contributivo de Bauman (2003) é propiciar que se questione as razões que levaram à ideologia da “comunidade imaginada” da forma como foi apresentada inicialmente, seria ela de fato um paraíso? Desta forma, isso serve para perceber que dentro desse tipo de associação há fragilidades, surgem conflitos, imperam interesses, o estabelecimento da diferença, vide a emergência de identidades e restrições dos limites de um grupo.

Outra proposta analítica sobre a categoria foi destacada por Joseph Gusfield, que organizou uma reflexão teórica com alguns dos principais pensadores que se ocuparam do debate a respeito da categoria “comunidade”. Sua proposta convida a pensar o conceito de “comunidade e sociedade” como categorias analíticas e não realidades empíricas.

Tais formulações seriam conceitos inventados para que o pesquisador pudesse refletir e compreender as associações humanas e as mudanças que ocorriam no seio dessas relações, principalmente a partir das transformações sociais que se davam desde o século XIX e XX, com a emergência de uma ordem social e quando estas discussões passaram a ser o foco das preocupações sociológicas. Gusfield (1975) entende que a realização do esforço analítico em se aprofundar a respeito do conhecimento do significado dos processos, nos ajuda tanto quanto apenas descrevê-los. Isso faz com que pensemos relacionalmente como tais fenômenos estão conectados em meio a questões (problemas) de cunho “político, moral, étnico e humano”, que nos possibilitam a escolha de pontos relevantes para nossa pesquisa e reflexão.

Para tanto, ele alerta que, dentro do esforço em compreender essas categorias, devemos analisá-las pela forma como elas são usadas e acionadas. Ele sugere que primeiramente se faça uma gênese histórica de como o problema foi abordado, de modo que os pesquisadores possam fazer um comparativo entre seus pontos contrastantes e possivelmente se construa uma crítica de seus usos reivindicativos.

Pensar a categoria “comunidade” conceitualmente remonta à percepção que podemos ter de uma direção persuasiva, anterior, que produzia rígidas convicções. A missão dos sociólogos tem sido a de buscar o entendimento dessa categoria no presente, relacionando-a com seu passado para cogitar como seria no futuro. O debate sobre “comunidade e sociedade” se tornou a “arena” não apenas de sociólogos, mas de outros cientistas sociais que se dedicaram a compreender que rumos o mundo moderno estaria tomando em meio a tantas transformações.

Em sua abordagem sobre “comunidade e sociedade”, Gusfield (1975) prima por dois aspectos: um que se propõe a analisar o uso da categoria como *esquema para descrever e analisar as associações humanas* e o outro para verificar “o seu uso como uma avaliação intelectual constante e suas orientações, bem como seu sentido, relevância e significado”. Gusfield (1975) salienta ainda que busca avaliar os conceitos por sua utilidade, para que seja possível compreender e esclarecer como se dariam as ações humanas.

Para Gusfield(1975), esse tipo de associação é produto da imaginação humana e não fruto da descrição de um mundo real. Nenhuma associação humana pode ser encontrada com todos os atributos dos ideais de “comunidade e sociedade”. Bem como, não há “comunidade” onde não haja divisão do trabalho e não existe ação sem interesse. Mesmo em sociedade, nas organizações com interesses econômicos, há sentimentos e laços emocionais que emergem nos diversos campos da vida social, desde os trabalhadores até as autoridades. Isso quer dizer que entre as dicotomias criadas estão perpassando a todo o momento a vida social.

Gusfield (1975) orienta que enquanto pesquisadores, que se depararam com realidades empíricas como as comunidades, temos que compreender que este conceito nos fornecerá subsídios para nossas análises. A realidade empírica não apresenta todas as suas características, elas têm que ser percebidas em sua profundidade com muita atenção do pesquisador, mesmo porque, o que se conhece a seu respeito, ou seja, a partir da ótica primeira é superficial. Para tanto, é preciso ir além, conhecer como se constituíram nas relações sociais, essas associações humanas, vide a denominada “comunidade”.

Voltando aos aspectos de leitura de outras posições, citadas por Gusfield, sobre os estudos desenvolvidos pelos cientistas sociais, ele destaca que as várias formulações do que seria “comunidade” surgiram em contextos históricos de intensas mudanças (industrialização, revolução democrática) no mundo social. Esse fato levou muitos desses pensadores a crer que a nova ordem que surgia, seria perniciosa a humanidade. Então, emergiram temores, com relação à nova lógica econômica, aos valores que estavam sucumbindo, ao “declínio de pequenos agrupamentos humanos formados pela relação de parentesco e dominadas pelas paróquias”.

Gusfield cita o trabalho de Dürkheim “A divisão do trabalho social”, no qual o autor tenta dar uma resposta às angústias dos estudiosos da época, com relação ao significado da “comunidade” na vida moderna. Aponta que Dürkheim destacou o seguinte fato, apesar da emergência de uma nova ordem, premissas institucionais, normas, valores e outros, eram aspectos que poderiam se estabelecer com a “vida moderna urbana”. E mesmo um possível declínio da “comunidade”, enquanto uma organização humana condenada em prol dos interesses individuais que emergiam, teria uma “ordem distintiva”.

Os fundamentos de Dürkheim apontavam que as mudanças não poderiam ser vistas apenas por uma ótica negativa que poderiam causar. O sociólogo tentou

demonstrar através das categorias “solidariedade orgânica e mecânica”¹¹⁶, que os valores como moral e ética não desapareciam nas sociedades modernas. O que ocorreria seria a mudança na solidariedade, mas não o seu desaparecimento.

Gusfield (1975) também cita que Tönnies fez uma leitura diferente de Dürkheim com relação às formas de associação. Ele organizou uma explicação das duas formas, demonstrando que um “era orientado pelas características e objetivos racionais (sociedade) e a outra era uma forma natural das organizações se desenvolverem”, com uma base de valores intrínsecos.

Reconhece as contribuições de Weber na formulação da explicação teórica dos tipos de associação (comunitária e societária), mas chama a atenção a respeito dos problemas que poderíamos ter na análise das associações humanas. Ele diz que os “tipos” não seriam encontrados em sua forma pura como realidades concretas, um erro que se poderia cometer seria o de buscar os tipos, tais quais definiu Weber, como realidade existente.

Gusfield alerta também para a forma como os conceitos foram pensados, sempre em posições opostas, dados os seus contrastes e isso de alguma maneira fez vir à tona várias interpretações que apenas corroboravam para uma crença num processo evolutivo de passagem da “comunidade para sociedade”. Essa base fez com que muitos deduzissem uma destruição de uma forma associativa antiga. Mas o grande dilema sociológico, das teorias antigas, era o peso da perda das “práticas tradicionais para a modernidade”.

O convite de Gusfield para pensar o conceito de “comunidade” seria a partir de um aprofundamento sobre as diversas abordagens a respeito do tema e as lacunas não preenchidas nessa tentativa de conceituação da categoria. “Comunidade” deveria ser pensada como uma construção social, que remete às relações sociais que são estabelecidas pelos homens em diferentes situações sociais, considerando contextos históricos e políticos, relacionados às transformações sociais. Ele afirma que é preciso conhecer que laços sociais predominam e constituem as associações humanas.

¹¹⁶ De acordo com Dürkheim, as características encontradas numa sociedade é que vão definir sua organização, ele a denomina de “solidariedade”. O autor remonta os tipos de solidariedades: 1- a Mecânica que está associada aos agrupamentos humanos ditos “primitivos”, com organização clânica ou tribal, onde os indivíduos compartilham os mesmos princípios, valores, crenças, religiões, regras e agem conjuntamente para atender os interesses do grupo. 2- a Orgânica, relativa às sociedades “modernas”, onde prevalecem as individualidades, as diferenciações sociais, característica do “capitalismo”. Nela os indivíduos não compartilham dos mesmos princípios, cada um tem consciência de si e esta é destacada pela externalização do que pensam. (DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999)

Nesse caso exemplifica a ação/afiliação entre os agentes, que se dá com o compartilhamento de aspectos comuns e destaca a *atração* como elemento-chave, que seria uma espécie de motivação ou a razão principal que inspira a constituição de uma unidade. Logo, há uma consciência de que se faz parte do mesmo grupo e que partilham de uma história em comum, nesse caso, a mesma “comunidade” com o *reconhecimento* de “nós e os outros”, onde persiste um *jogo* de obrigações e direitos no cerne dessa relação social. A consciência coletiva remete à evocação de símbolos próprios que marcarão a diferença dos membros deste agrupamento perante aos demais, na qual interagem e mesmo com relação à territorialidade do grupo.

Gusfield (1975) discute que para identificar uma “comunidade” durante muito tempo foram estabelecidos pré-requisitos baseados na cultura, língua, etnia, número limitado de membros, território determinado (pequeno), características que moldavam a “comunidade” ideal. Algo que levaria a conclusões precipitadas de que a “comunidade” somente seria encontrada distante da sociedade moderna, por exemplo, no meio rural. Assim, a sociedade, dada a sua grandeza, seria uma espécie de ameaça à existência desses agrupamentos humanos, pois uma vez aproximados, a sociedade seria capaz de absorvê-la, destruindo a sua “harmônica” organização social.

No entanto, o que Gusfield alega é que dentro de uma sociedade, que possui um território maior e uma estrutura organizacional mais complexa e abrangente, perpassam as características de uma associação comunitária. Portanto, Gusfield contesta essa afirmação de que a cidade dilui a comunidade e diz que isso é relativo, pois em grandes espaços urbanos os laços comunais persistem, do contrário como explicar a formação dos vários tipos de comunidades recorrentemente encontrados nela? Associações realizadas seja por interesses econômicos, religiosos, políticos, étnicos, entre outros.

Ele diz que o conceito de “comunidade” é apresentado de duas maneiras, a primeira com base no limite territorial marcado pelo grupo como uma referência geográfica, *espaço físico* que ocupam e fazem uso. A segunda é relacional, diz respeito à construção das relações sociais, sua qualidade, sem que esteja necessariamente presa à questão territorial. Sua base teórica se inspira nessa segunda forma explicativa.

Gusfield (1975) afirma, “comunidade” é uma das formas associativas que explica a reunião de grupos humanos, assim como a “sociedade” representa outra forma de associação. A diferença de ambas está presente na forma como as relações são orientadas, seja por valores de sentimentos ou interesses. Mesmo com essas diferenças, quando necessário, os sentimentos de solidariedade vão estar presentes em ambas às

associações, como no caso em que o coletivo se una em torno de um objetivo comum. Essas referências são diversas e correspondem à ligação que estes agentes tem com o lugar onde vivem, com a natureza, com as relações socialmente construídas e com as atividades que praticam, de acordo com a forma associativa.

Pude observar neste autor, que as regras e a hierarquia são os pontos relevantes para compreender a persistência de uma “comunidade”. Pois ambas manterão o controle e a dinâmica interna que definirão as ações do grupo. Quando novos agentes pleiteiam fazer parte de uma “comunidade”, ambos são submetidos a regras impostas pelos agentes que já constituem esse coletivo. Estes são vistos como agregados e terão um tratamento diferenciado, em alguns casos, leva tempo até que sejam reconhecidos como parte do grupo. Mas, pode ocorrer que eles sejam sempre vistos como os outros.

3. 1 A classificação das localidades observadas no trabalho de campo: as noções de “comunidade” “distrito”, “vila”, “assentamento”, “reassentamento”, “agrovila” e “reserva”

Da mesma forma como as autoidentificações dos agentes sociais foram apresentadas através dos discursos que emergiram nas entrevistas, também foi possível identificar inúmeras classificações¹¹⁷ dadas às localidades que percorri no trabalho de campo, muitas nas quais estes agentes pertenciam.

Os agentes sociais referiam como “comunidade” às localidades denominadas: “São Carlos”, “São Sebastião”, “São Domingos”, “Trata Sério” e “Cachoeira Teotônio”. As duas primeiras encontram-se na área definida geopoliticamente como Baixo Madeira. Além de estarem à jusante das duas barragens, tais localidades não sofreram *deslocamento compulsório* conduzido pelos empreendedores. As três seguintes localidades foram anuladas e submersas pelas águas das barragens. Elas estavam situadas em áreas definidas pelas empresas como áreas atingidas, na qual os agentes sociais foram totalmente deslocados para dar passagem às obras hidrelétricas. Todas essas comunidades citadas se situam/situavam às margens do rio Madeira e suas atividades estavam relacionadas ou eram desenvolvidas de acordo com o uso dos recursos naturais disponíveis nessa região.

Há também outra localidade constituída pelos agentes sociais, denominada por eles como “Vila de Jirau”, situada próxima à rodovia BR-364. Atualmente esta

¹¹⁷ Justifico que as classificações que farei referência adiante estarão destacas nas citações em negrito.

localidade recebeu várias famílias que foram deslocadas para a localidade “Nova Mutum”. “Nova Mutum” foi construída pela ESBR para receber as famílias de atingidos que viviam no “Distrito” de “Mutum- Paraná”. Esta última também ficava às margens da BR-364 e foi inundada pelas águas da UHE de Jirau.

O consórcio Santo Antônio Energia fez uso da denominação “vila” para se referir à localidade “Vila Teotônio” e “assentamento” para se referir à localidade “assentamento Santa Rita”. Tais localidades foram construídas para receber as famílias de atingidos, deslocados da “comunidade Cachoeira Teotônio” e “assentamento Joana Darc”.

O uso de diversas denominações referido pelo consórcio SAE sobre as localidades podiam ser vistas em placas de sinalização espalhadas pelos lugares e em publicações do consórcio como ao “reassentamento Vila Teotônio”¹¹⁸, conforme pesquisa na Revista FURNAS, que informa sobre as ações do consórcio nas localidades: “As famílias afetadas pela construção da Usina Santo Antônio, no rio Madeira (RO), que optaram pelo “reassentamento Vila Teotônio” já se preparam para ocupar suas moradias.” (Revista FURNAS, p.16, 2010)

Ao mesmo tempo, quando apresentavam o trabalho de comunicação social do consórcio, notoriamente em seu discurso ao tratar de forma geral a todas as localidades, o consórcio as denominava de comunidades:

“A Santo Antônio Energia trabalha constantemente nas “comunidades” com projetos de comunicação social para conhecimento prévio das situações dessas famílias.” (Revista FURNAS, p.16, 2010)

As menções feitas por ambas às empresas sobre as localidades são usadas de forma arbitrária, referências como: “agrovila”, “reassentamento”, “vila” e “assentamento”, se mesclam quando estas empresas se reportam publicamente a essas localidades construídas em lugar das localidades anteriores.

Até o momento, foram construídas e entregues duas agrovilas para os atingidos da margem esquerda do rio Madeira: Novo Engenho Velho¹¹⁹, com 40 residências, e Riacho Azul, com 21. A Santo Antônio Energia estuda a possibilidade de construir dois assentamentos[...] (Revista FURNAS, p.17, 2010)

Além das variadas referências usadas pelo consórcio, é possível identificar uma visão arquitetônica e planejada do lugar ideal, que omite os aspectos culturais da vida

¹¹⁸Revista FURNAS – Ano XXXVI – Nº373 – Março 2010. Disponível em: <<http://www.furnas.com.br/frmPURevistaFurnas.aspx>>. Acesso em: 19 de agosto de 2013.

¹¹⁹A designação “Novo” de “Novo Engenho Velho” está relacionado com a projeção da localidade criada pela empresa. A localidade onde os agentes viviam era “Engenho Velho”.

dos agentes sociais. Há uma afirmação constante que informa como estavam sendo projetadas as casas que os agentes iriam residir e que sempre destaca que a estrutura idealizada até então era a requerida pelos agentes sociais.

O caso da localidade denominada “assentamento Santa Rita” se apresentou como outra forma de denominação dada pela SAE, encontrada nas entrevistas que fiz.

Nesse caso, o consórcio adotou a mesma designação dada pelo INCRA, como “assentamento” e denominou a localidade para onde seriam levadas as famílias do “assentamento Joana Darc” de “assentamento Santa Rita”.

As denominações do tipo “assentamento” surgiram em meio às entrevistas e nos relatos de agentes sociais que viviam no “assentamento Joana Darc”. Por exemplo, em Porto Velho fui apresentada por uma das alunas do professor Luiz Novoa ao senhor Davi, que vivia no “assentamento Joana Darc”, era militante do MAB e havia sido deslocado em situação recente. Nosso encontro se deu fora de sua nova residência, marcamos no “Mercado Cultural” no centro de Porto Velho, enquanto tomávamos um café. Neste encontro estavam presentes, eu, a estudante, o senhor Davi e sua esposa.

Nossa conversa foi tranquila e descontraída, em meio às histórias contadas pelo senhor Davi do tempo em que era criança e em meio a lembranças do rio Madeira. Neste ínterim, diversas vezes o senhor Davi denominava o “assentamento” onde viveu de “comunidade”, denotando uma variação no uso do termo. Na ocasião, percebi que ele, ao se referir a outras localidades como as criadas por projetos do INCRA, adotava a mesma designação dada por esta agência. Um dos exemplos foi quando ele começou a criticar a falta de atuação do INCRA numa dessas localidades:

Uns tão indo pra outro assentamento, é um assentamento que eu costumo dizer que não é um assentamento, é um jogamento, porque o INCRA jogou as pessoas pra lá e num deu assistência. Aquelas pessoas sobreviveram mesmo na raça e na coragem ali. É um povo de luta é por isso que eles são a maioria, são do MAB por causa disso. (Informação verbal)¹²⁰

E em algumas situações, relatou que antes de serem deslocados da localidade onde viviam, tentaram ser incluídos com os demais, amigos, parentes e vizinhos, na lista de agentes que passariam a viver juntos em outra localidade. Mas não tiveram escolha, dadas as regras estabelecidas pelo consórcio nesse processo, então não puderam seguir os demais. Abaixo ele faz uso de uma categoria, usada para explicar a nova condição a localidade que fariam parte:

A gente tentou pra ir para o reassentamento, a empresa nunca dizia isso. Mas aí quando chegou por último foi com a indenização, com a proposta que nós

¹²⁰ SOUZA, Davi Lima de. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

já não tínhamos mais direito ao reassentamento, porque nós tinha mais de cem hectares. (Informação verbal)¹²¹

Davi chegou a explicar que no caso da localidade “Santa Rita”, para onde foram deslocados vários agentes, apenas os que já viviam no “assentamento Joana Darc”, é que podiam ir para lá: “É, pro “Santa Rita” foi só quem morava no “Joana Darc” que era “assentado” do INCRA, da reforma agrária”. Davi também classifica as localidades criadas pelo INCRA, com outra denominação, como estas abaixo, quando relata sobre o aumento das áreas protegidas¹²², que pressionam estas localidades:

Tem a questão das reservas também, que estão ao redor, tem a reserva Mapinguari, tem a reserva Três Irmãos, eles querem aumentar essa reserva aonde as pessoas tão vivendo, nas agrovilas que são seis agrovilas no assentamento, eu não lembro o nome delas todas não, mas tem a Pequena Vanessa, Padre Ezequiel, são agrovilas criadas pelo INCRA, lotes de dez alqueires. (Informação verbal)¹²³

Esse debate sobre a restrição do acesso a áreas protegidas e o fato do INCRA ter criado, via programa de colonização as várias localidades também foi comentado pela senhora Nilza, quando estive no “assentamento Santa Rita” durante minha estadia na casa do senhor Artur e senhora Francinete. Ela, sendo moradora do “assentamento Joana Darc”, se sentia desamparada pelo Estado e fazia críticas à intervenção do consórcio Santo Antônio Energia na área, que deslocou vários agentes e não considerou como afetados os que ficaram na localidade. Para tanto, observamos neste trecho da citação, a preocupação de dona Nilza quanto à situação:

Aí a Santo Antônio Energia tira a metade do povo e deixa um bocadinho de gente e joga o problema pro INCRA. Mas acontece que o INCRA há dez anos começou o assentamento, não imaginava que a Santo Antônio Energia ia mexer naquilo ali. Agora eu tenho condições de sair pra um assentamento novo e refazer tudo de novo? Eu to com cinquenta e seis anos, quando eu for refazer tudo que eu já fiz em casa, eu to com sessenta anos, você acha que tá certo isso? (Informação verbal)¹²⁴

Na localidade denominada “assentamento Santa Rita”, praticamente todos as pessoas que entrevistei, adotavam a designação “assentamento” e assim, em seus discursos, a *classificação* era reproduzida a todo momento.

A outra referência encontrada foi na localidade denominada “distrito de São Carlos”, que ora também é denominada pelos agentes como “comunidade São Carlos”.

¹²¹ SOUZA, Davi Lima de. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

¹²² O IBAMA previa aumento da criação de áreas protegidas, fato que prejudicava os que viviam ao redor. Pois haveria restrição no uso dos recursos naturais.

¹²³ SOUZA, Davi Lima de. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

¹²⁴ GOMES, Nilza. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Esta localidade fica à margem do rio Madeira, em frente ao encontro dos rios Jamari e Madeira, sendo cercada pela Reserva Extrativista do “Cuniã”. A designação “distrito” foi atribuída para fins administrativos (divisão territorial) do município de Porto Velho, de acordo com a Lei Municipal nº122, de 21/11/1985, que eleva a localidade à categoria de “distrito”.

Apesar da referência administrativa dada pelo regimento municipal, nas entrevistas encontrei em duas falas a categoria “comunidade”. A primeira vez foi ao entrevistar Miquéias do MAB, que vive com sua família na localidade. A categoria veio à tona quando ele me contava como foi viver ali:

Então na verdade eu nasci em Porto Velho com meus pais, eu moravam ali no Vale do Jamari. E aí tiveram que sair devido à barragem de Samuel. Então nós fomos atingidos pela barragem de Samuel. Na época eu era muito pequeno, não lembro de muita coisa, mas eu lembro que tivemos que sair de lá e migrar pra cá, pra essa comunidade chamada São Carlos. (Informação verbal)¹²⁵

3.2 As diferentes modalidades de classificar a “paisagem”.

A riqueza de elementos naturais que formam a *paisagem* na região do rio Madeira é algo muito presente nas entrevistas dos agentes. Não há como cogitar um desvencilhar dessa relação construída socialmente e que foi se tornando parte da vida dos afetados. Não se trata apenas do uso dos recursos que essa natureza poderia oferecer, mas algo que era apropriado pelos agentes para si, como outros componentes que foram fundamentais para formar seu modo de vida. Para tanto, creio que a reflexão de Eric Hirsch traz contribuições para compreender como os agentes sociais da pesquisa dão sentido a essa paisagem e por conta da relação estabelecida, criam classificações próprias para essa natureza e aos poucos é possível perceber o significado de cada uma delas.

Dada a relação que foi se constituindo com a natureza do rio Madeira, bem como a própria relação com o rio e seus elementos, os agentes passaram, com a interação, a classificá-la, denominando lugares, animais e fenômenos. Essa familiaridade construída seria uma forma de organização das referências locais que foram sendo criadas pelos agentes em sua relação com tudo o que fazia parte deste *espaço físico* e social. Para ir além do que geralmente se observa ao percorrer as localidades do rio Madeira, foi fundamental perceber como se constituiu o entendimento da paisagem do lugar e

¹²⁵RIBEIRO, Miquéias. **Entrevista**. Entrevistador: GlauCIA Maria Quintino Baraúna. Distrito São Carlos, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

necessário ouvir o que os agentes sociais têm a dizer a respeito daquela “imagem” avistada.

A descrição é mencionada nas entrevistas, principalmente, quando lembravam do lugar¹²⁶ onde viviam, nas recordações que possuíam de uma paisagem que não era mais avistada e tão pouco possível de se ter acesso. Infelizmente parte dessa natureza, atualmente, foi tomada/apropriada para a construção das hidrelétricas e não faz mais parte da vida dos agentes. No entanto, embora barrado, o rio Madeira resiste a muitos empreendimentos, mesmo sofrendo todas as alterações possíveis e sem os componentes essenciais do seu *corpus*, como as cachoeiras e praias, ele ainda é um dos maiores afluentes que corre para o encontro de vários rios amazônicos.

Pode-se dizer que com a alteração do *espaço físico*, temos uma imagem da paisagem idealizada, período “pós-renascentista” visto por Hirsch. Fato que remonta à discussão sobre a paisagem enquanto uma “pintura” projetada pelo seu idealizador, onde no quadro é realizada a alteração que ele julgar. Então, comparativamente, a alteração real do curso do rio foi planejada e executada. Isso faz lembrar a facilidade que um pintor teria em modificar as posições num quadro. No entanto, essa projeção foi sentida na realidade daqueles agentes sociais. (HIRSCH, 1995)

Em se tratando do caso do rio Madeira, houve uma idealização, algo que me recorda as teorias estéticas, de uma paisagem que inspira e transmite uma “vista agradável” apenas e que no fundo já não condiz mais com a forma como os agentes sociais tinham sua representação.

Quero chamar a atenção para o fato de que, assim como Ingold e Sauer que são citados por Hirsch, a paisagem pode ser percebida como resultado da interação social, sendo assim entendida como um “processo cultural, encontro do plano da vida social com plano de fundo de sua relação idealizada”.

Sendo assim, pode-se dizer que o rio Madeira é um dos principais elos de comunicação que interliga vários lugares. O controle de sua força afetou pontos relevantes, onde existiam vários agrupamentos sociais que ora foram compulsoriamente deslocados para outras localidades ou mesmo espalhados dentro do Estado de Rondônia.

¹²⁶ Seguindo os moldes de Bourdieu (1997, p. 11-12), tratarei como “lugares”, cada ponto de referência que forma a paisagem da região do rio Madeira. Os “lugares” são pontos relevantes dentro do espaço social onde os agentes se relacionam e estão em constantes processos interativos.

Os efeitos ainda perduram e ameaçam o “patrimônio cultural e natural” da região. Há localidades e lugares, antes não considerados pelas empresas como afetados¹²⁷, que correm risco de desaparecimento e que atualmente sofrem os chamados “impactos sociais e ambientais”. Há casos onde os “lugares notáveis¹²⁸”, considerados obras do homem e da natureza, que serviam de fonte de sobrevivência e de referência cultural para os agentes sociais, passaram a ficar marcados pelo descaso em manter viva a sua memória e relevância, sendo totalmente violados pelas obras hidrelétricas.

Dos monumentos naturais¹²⁹, referências constantes nas falas dos entrevistados, como as cachoeiras, o rio, as pedras e as praias, formações físicas e biológicas, dessa região, patrimônios que sofreram e sofrem incessantes intervenções humanas, que desapareceram e os que ainda existem estão em vias de extinção. Tal fato representa um verdadeiro massacre na vida dos agentes sociais e um ataque aos valores universais que estes possuem para a humanidade. Alguns desses lugares, de acordo com as entrevistas e conversas, se mostraram fundamentais e exprimem valores significativos para a história desses agentes e sua formação cultural.

Neste caso, correspondem a “bens culturais e naturais” relevantes para as comunidades tradicionais que constituíram designações locais e significados próprios de uso e de referências. Tais bens podem ser tratados como “Definições do Patrimônio Cultural e Natural” da região do rio Madeira e que deveriam ser protegidos pelo Estado, como prevê o Decreto nº80.978, de 12 de dezembro de 1977.

Das classificações locais recorrentes a respeito de lugares e fenômenos, encontrei as seguintes: Cachoeira Teotônio, pedras, pedral, pesqueiros, lagos, barrancos, praias, tombo, fundo, terra caída¹³⁰, desbarracamento¹³¹, água mansa, bamborral, beira do rio, barranca do rio, todos esses adjetivos que compunham a paisagem descrita pelos agentes sociais em suas falas e revelam como estas foram sendo significadas por eles.

¹²⁷ De acordo com a pesquisa de campo, as localidades do Baixo Madeira que se encontram à jusante das hidrelétricas estão sofrendo os efeitos do aceleramento da queda das margens do rio, queda dos “barrancos”. Localidades ameaçadas, segundo relatos dos agentes (Miquéias) em São Carlos: São Sebastião, Nova Aliança, Cujubim, Cujubinzinho, Cujubim Grande, Brasileira, São Carlos, Terra Caída, Nazaré e Calama.

¹²⁸ Podem ser “obras do homem e obras conjugadas do homem e da natureza, zonas e lugares arqueológicos que têm valor universal excepcional do ponto de vista histórico, arqueológico, etnológico e antropológico”. (ALMEIDA et al, 2013, p. 61-62) – Decreto nº80.978, de 12 de dezembro de 1977.

¹²⁹ (ALMEIDA et al, 2013, p. 64) – Decreto nº80.978, de 12 de dezembro de 1977.

¹³⁰ Fenômeno natural de desmoronamento de margens. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000300010>. Acesso em: 19 de agosto de 2013.

¹³¹ Seria equivalente ao fenômeno das “terras caídas”. No entanto, para os agentes este fenômeno foi acelerado, está sendo percebido como efeito imediato da ação das UHE’s. Adiante quando tratar dos efeitos ambientais, apresentarei a situação.

Um dos lugares mais enfatizados durante as entrevistas era a “Cachoeira Teotônio”¹³². Entre as conhecidas cachoeiras como: “Misericórdia”, “Ribeirão”, “Araras”, “Paredão”, “Jirau”, “Caldeirão do Inferno”, “Morrinhos”, “Teotônio” e “Santo Antônio”, que formavam a *paisagem* inavergável de uma das áreas do rio Madeira. A “Cachoeira Teotônio”, segundo Bastos (1975, p.178)¹³³, possuía um “salto”¹³⁴, que se tornava um obstáculo praticamente insuperável e era tão bela quanto as demais. Num dos trechos de sua descrição, Tavares Bastos, assim como os entrevistados relata as dificuldades deste trecho do rio Madeira:

Das cachoeiras **a maior e a mais bela é o salto de Teotônio**, com uma queda de 50 a 65 palmos de altura; das outras, nem todas, como já disse, impedem a travessia das canoas, mas em geral pode-se reputar essa extensão de 50 léguas inteiramente perdida para a grande navegação. O Sr. Major Coutinho gastou 19 dias para fazer essa travessia em canoas subindo, e 7 ½ descendo, viagem que diz ser a mais rápida que se tenha feito: a sua canoa, porém, não transportava senão mantimentos e ligeira bagagem (BASTOS, 1975, p. 181)

Não obstante, essas foram menções que de alguma forma, estiveram sendo compartilhadas pelos agentes quando eles relataram sobre a *paisagem*. A “Cachoeira Teotônio” também foi mencionada quando descreveram as dificuldades de domar a sua força. Mas também, ela foi exaltada como o lugar onde a interação social era promovida. Sendo ponto de reunião entre as pessoas, lugar por onde muitos passavam ou se estabeleciam, seja nas localidades próximas para exercerem diversas atividades como: viver, cultivar, divertir/lazer, pescar, trabalhar no comércio, extrair, garimpar, e muitas outras possibilidades que pudessem ser praticadas.

Na “Cachoeira Teotônio” ocorriam muitos eventos, desde a reunião de garimpeiros no auge da temporada da extração de ouro. Nas pescarias que reunia os agentes, a população de Porto Velho e outros lugares. Nas atividades esportivas, como a descida da cachoeira (canoagem) e mesmo quando grupos se aventuravam, na própria pescaria, em contornar de voadeira a área da cachoeira. Os desafios da força dessa cachoeira, em especial, chegavam a ser um dos principais de seus atrativos, embora representassem um grande risco por causa de acidentes, como anteriormente foi mencionado pelo senhor Izaías.

¹³² Para fins de esclarecimento, o nome da “Cachoeira Teotônio” foi dado a partir da criação de um povoamento localizado nas proximidades desta cachoeira, como um empreendimento de ocupação dessas terras, apoiado pelo então “Governador de Província Mendonça Furtado”. Trata-se de uma homenagem dada ao “juiz de fora de Vila Bela, Dr. Teotônio da Silva Gusmão, seu então fundador. Antes quando o povoado foi sendo ocupado, seu nome era “Nossa Senhora da Boa Viagem do Salto Grande ou Salto Grande”. Ver mais em: Vitor Hugo (1959, p. 106 – 108)

¹³³ Resumo nesta observação, que adiante será melhor abordada, que na obra de Tavares Bastos denominada “O Vale do Amazonas”(1975, p.174-184) de 1866, já era apontada a preocupação em investimentos econômicos e políticos que explorariam as riquezas da região e beneficiariam o tráfego comercial que circulava entre Brasil, Bolívia e Peru. Um dos desafios era vencer os obstáculos naturais que se apresentavam, como dominar a “ferocidade” de uma área marcada por cachoeiras, a densidade da floresta e o enfrentamento dos grupos étnicos locais.

¹³⁴ Elevação, altura.

O lazer era uma das grandes motivações naquela área, muitas pessoas procuravam o lugar por sua paisagem exuberante. A “Cachoeira Teotônio” era um lugar que reunia vários grupos e isso favorecia diversas atividades econômicas locais. Assegurava a reprodução social das próprias famílias que ali viviam, como as citadas abaixo:

Era lotada a Cachoeira Teotônio, era lotada. Quando a gente fazia comida lá, o povo ficava esperando tudo sentado no chão, porque não tinha mais mesa pra sentar. Ficava esperando lá nas pedras, a gente ia levar o marmiteix. Ficavam esperando aprontar o marmiteix pra poder levar para as pedras. Porque não tinha lugar pra ficar. Então, dava bastante dinheiro. As pessoas viviam com certeza uma vida de abundância, porque era muito farto de tudo. Você tira por você morar na cidade e morar em local assim, que é tipo sítio. Na cidade tu não planta macaxeira, na cidade você não planta feijão, na cidade você não planta melancia e tudo isso o povo da cachoeira tinha. Plantava melancia, macaxeira, é feijão, tudo! Laranja, essas coisas tudo de fruta! (Informação verbal)¹³⁵

Para algumas pessoas, como a senhora Nilza, a cachoeira aproximava os visitantes para as localidades. Ela gostava de ter a companhia dos visitantes e de poder aproveitar a natureza do lugar. Dona Nilza num dos trechos das entrevistas que fez, desabafa sua indignação pela perda da “Cachoeira Teotônio”:

Não, verdadeiramente medo eu não sinto, eu sinto é revolta, eu me revolto porque eu já saí de um lugar que eu amava. Eu não sofri não, foi por ter saído da ilha, eu sofri por que destruíram o maior ponto turístico que nós tinha aqui em Rondônia. Era as cachoeira, era aqueles pedral¹³⁶ maravilhoso, o ecoturismo do pessoal acamparem, onde eu morava era uma ilha e o povo ia lá pra casa final de semana acampar, pescar. (Informação verbal)¹³⁷

A “Cachoeira Teotônio” era o principal lugar de referência para muitos agentes, bem como também se revelam nas falas as barrancas do rio, onde os agentes podiam pescar e cultivar. Havia também os pesqueiros¹³⁸, que tinham como marco principal algumas pedras nomeadas pelos agentes e sendo locais que atraíam pescadores pela abundância de peixes. Outro atrativo eram as praias que se formavam no verão¹³⁹, próximas à cachoeira. Todos estes eram lugares, componentes de uma paisagem que proporcionavam uma interação social, geravam atrativos turísticos, possibilidades de sobrevivência via atividades comerciais.

Sinto muita falta. Apesar que a gente, no final do dia, ficava muito cansada mas, tipo assim, quando acabava o movimento. A gente já começava a sentir falta daquela agitação, né? Do povo, é... diferente. Vinha povo de tudo

¹³⁵ LISBOA, Cláudia. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

¹³⁶ Conjunto de rochas (que os agentes chamavam também de pedras) que formavam a “Cachoeira Teotônio”.

¹³⁷ GOMES, Nilza. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

¹³⁸ É um **lugar** que possibilita a pesca. Como se fosse um berçário de espécies de peixes.

¹³⁹ Que era no segundo semestre de cada ano.

quanto é canto. Todo mundo ia pra lá, tirar foto, fazer tudo, lá. Dormia na praia, os turistas, vinha os gringo, vinha os japonês, tudo lá. Andar nas pedras, de voadeira, dormir na praia, nas pedras. Não faltava gente, no movimento, não faltava gente na cachoeira. (Informação verbal)¹⁴⁰

3.2.1 A relação com a “Cachoeira Teotônio”

A presente descrição da relação dos agentes sociais com a paisagem do rio Madeira se deu a partir de uma das entrevistas, realizadas durante o encontro promovido pela equipe de pesquisa do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia do Núcleo Rondônia, no ano de 2012 num encontro com os atingidos. Na ocasião se fizeram presentes representantes das seguintes localidades: “Jirau, bairro Triângulo, Vila Teotônio, Nova Mutum, BR-174 e São Carlos”.

No momento de um dos intervalos da atividade, me aproximei de Marcelo e sua filha Marciane, ambos da localidade “Vila Teotônio” e que estavam no encontro para compartilhar a experiência de viver numa das localidades construídas pela SAE. Eles também faziam uma exposição das dificuldades que vinham enfrentando e um relato da *resistência* dos atingidos quanto às reivindicações que estavam em pauta em sua localidade. Marcelo e Marciane tentavam desenhar como era a “Cachoeira Teotônio”, antes da formação do lago da usina de Santo Antônio, era um retrato da paisagem que guardavam em sua memória.

Ao observar o desenho e as figuras que faziam, indaguei-os sobre como era a cachoeira. Marcelo que se encontrava debruçado sobre uma cartolina desenhando cuidadosamente as pedras que formavam a cachoeira e sua filha pintando e nomeando as pedras ergueu a cabeça e respirando fundo, numa reação saudosa e inconformada, se pôs a responder.

Primeiramente, ele me esclareceu que a cachoeira era conhecida como “Cachoeira Tiotônio” e ela era a segunda maior cachoeira. Havia a primeira maior que era a “Cachoeira Santo Antônio”, onde a barragem da usina Santo Antônio foi erguida, lá também havia outra “comunidade” na qual os agentes sociais foram deslocados. Sobre as características da cachoeira, nunca de fato haviam se centrado em medir a altura ou largura dela, mas fez uma menção, de que ela era da largura do rio em comprimento durante o inverno e no verão ela ia diminuindo e era quando os pontos de

¹⁴⁰ LISBOA, Cláudia. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

pesca, que eram referenciados por um conjunto de pedras que formavam o denominado pedral, iam surgindo gradativamente.

De acordo com Marcelo, a “Cachoeira Teotônio” era formada por essa barreira de pedras, também conhecidas como paredão, rochas gigantescas que cortavam o rio Madeira e que recebia o fluxo de água que descia dos Andes. Depois da formação dos pedrais, vinha uma área formada por uma extensão de areia branca, denominada por eles como prainha. A prainha era tida como a área de lazer das famílias durante o período de baixa das águas.

De acordo com Marcelo e pelo que pude compreender de sua explicação, as pedras, sobretudo o paredão que se formava, funcionavam como uma espécie de divisor do forte volume das águas.

Era tipo um paredão, isso aqui de quem ia descendo. Isso aqui era a primeira pedra que você encontrava. Aí ela dividia a água, rodava a água por aqui no verão e jogava a água por aqui. Aí aqui ó, aqui corria a água e essa água ia se distribuindo por esses canal aqui, conforme ia enchendo. Essa mesma água que vinha aqui, ela se dividia bem aqui. Aqui tinha uma Vila da Amazônia, aí tinha um canal principal que no “verãozão”, ficava só esse canal aqui. Aí esse canal dividia pra cá e se distribuía pra cá. Essa própria pedra aqui jogava água pra cá assim, pra vim descendo por aqui assim. (Informação verbal)¹⁴¹

De acordo com Marcelo, o aparecimento gradual das pedras se dava a partir do mês de julho. E a primeira pedra a surgir era a “Tibúrcio”, depois vinha a “Ilha”, a “Paredão” e “Vala-me Deus”, o restante ia surgindo simultaneamente, sendo comparadas a filhos¹⁴² das primeiras pedras. Quando todas elas apareciam, também surgia a prainha, que completava a formação da paisagem da “Cachoeira Teotônio”. De acordo com Marcelo e mais adiante na descrição da pesca na cachoeira, cada pedra tinha uma “função”, fato que comprova um conhecimento adquirido a partir da observação das famílias que viviam próximos a “Cachoeira Teotônio”.

A primeira que aparecia era o Tibúrcio, aí vinha a ilha, aí ia seguindo, era Vala-me deus, era tipo os filhos depois paredão, era Tibúrcio, Ilha depois Paredão. Aí depois Vala-me Deus. Esse paredão aqui era o terceiro depois que surgiu e aí depois aí. Depois dele aí ia aparecendo tudinho, gradativamente em sequência. Quando ia enchendo e aí ia voltando tudinho gradativamente, até ficar na ilha, aí a ilha parava de...aí secava, a ilha não funcionava, Tibúrcio num funcionava, Vala-me Deus não funcionava, paredão...e só a prainha que ficava. A prainha que ficava aqui o restante não. Essa aqui era uma ilha, tinha uma pedra e tinha casas morando. (Informação verbal)¹⁴³

¹⁴¹ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3. Ele explicava a distribuição de águas com base no desenho que fazia naquele momento

¹⁴² A comparação das pedras menores que apareciam com a baixa das águas era com filhotes. As primeiras pedras a surgirem era como se fossem os pais das demais.

¹⁴³ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

Marcelo também explicou que onde terminava a sequência das pedras começava a formação das praias, lá eram cultivadas as plantações das famílias. Segundo ele, as praias surgiam devido ao assoreamento e essas praias eram muito férteis para os cultivos de curta duração. Em meio às explicações de Marcelo, sua filha também opinava e dava respostas que complementavam os relatos do pai. Para Marciane, a jovem de aproximadamente 15 anos, a formação das praias representava a maior alegria para as famílias, era um dos lugares que conseguia reunir a todos para o lazer local.

Não encontrava não, final de semana não encontrava praticamente ninguém em casa. A gente ia para os banhos que era lá dentro mesmo. Que era Jatuarana, uma praiona, que quando o rio secava tinha uma praiona mesmo. (Informação verbal)¹⁴⁴

Bem aqui fazia uma lagoa, isso aqui era a prainha que era um pedral e bem aqui, num sei como é. A natureza ela é muito perfeita, bem aqui tinha uma areia de praia, num sei como é que ficou, aí ficou esse monte de areiazinha aqui. Tipo uma prainha, era uma mini-praia, era assim o único lugar de toda cachoeira que tinha areia era aqui dentro dela, era bem pequenininha, tá bem aí, prainha. Já deu origem assim, esse nome prainha por causa dessa areia que se concentrava bem aqui assim, dentro d'água. (Informação verbal)¹⁴⁵

As praias formadas junto à cachoeira eram um atrativo para as famílias e para as pessoas que vinham de outros lugares com a finalidade de se divertir e descansar. Depois da formação do lago da UHE Santo Antônio, os pedrais e as praias desapareceram completamente e só persistem na memória desses atingidos.

3.2.2 A cachoeira e a relação com as mortes

Em meio às harmônicas lembranças de pai e filha sobre a cachoeira, também surgiram relatos sobre as restrições impostas por esta cachoeira para quem dela fazia uso. Marcelo advertiu que as águas eram muito violentas e que era necessário conhecer o comportamento da cachoeira para poder agir moderadamente, principalmente sabendo interpretar o que ela teria a dizer.

O que o entrevistado expressa sobre esse comportamento da cachoeira é resultado de profundo conhecimento que as famílias adquiriram ao viver na localidade e fazer uso rotineiro do que a natureza lhes proporcionava naquela região. Em suas lembranças, ele ressaltou que procuravam respeitar os limites que lhes era imposto pela cachoeira. A falta de conhecimento sobre a cachoeira já havia tirado muitas vidas,

¹⁴⁴ ARAÚJO, Marciane. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

¹⁴⁵ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

principalmente de turistas que se aventuravam a explorar a cachoeira sem ter a dimensão das mudanças repentinas que ocorriam com o aumento ou diminuição do volume das águas. Também quando as pessoas que não conheciam a cachoeira costumavam se enganar com as facilidades que achavam que teriam em praticar a pesca em áreas aparentemente de águas calmas.

Morria principalmente turista. Bebia escorregava e o peixe enganava muito. Eles via o peixe bem na beirinha, que nem igual como tu tá. Aí tu olhava aqui lá pro paredão d'água e vendo um monte de peixe aqui. Aí tu vai tu olha assim a água tá lá embaixo, aí tu diz: “dá pra mim ir lá”. Só que lá é por maré, da mesma forma que ela desce ela enche de uma vez, aí o cabra descia. Quando o cabra descia, não dava tempo de ele subir e a água levava ele. E nunca achemo um corpo. Rapaz eu num sei, mas a cachoeira comia tudinho o corpo que ia lá. (Informação verbal)¹⁴⁶

Entre as histórias de mortes na cachoeira, Marcelo fez um relato do que ocorreu com um de seus primos, que havia se aventurado num local como o citado e acabou desaparecendo nas águas da cachoeira. Seu primo estava acompanhado de seis pessoas, mas apenas ele havia falecido. Nessa ocasião, vários pescadores avistaram o ocorrido e se reuniram nas margens e nos pedrais para resgatar o corpo para o velório. Em cada ponto da cachoeira havia um grupo de pescadores que fez uso de seus apetrechos para recuperar o corpo que foi engolido pela força da água. E as famílias que viram o drama desse resgate temiam que a cachoeira não quisesse devolver o corpo, forma como eles compreendiam o comportamento dela.

Morreu um primo nosso nesse mesmo local, morreu um ano antes, ele entrou e num deu certo dele sobreviver e acabou morrendo, eram uns seis e cinco sobreviveram e ele morreu. O que que aconteceu? Nós fechemo de ponta a ponta a cachoeira de malhadeira. E toda a cachoeira fechemos, nós fechemos daqui da cachoeira até o Santo Antônio com a malhadeira pra ver se a gente pegava o corpo. Nós pesquemos lá debaixo do Santo Antônio, todo mundo era conhecido do Santo Antônio pra cima, filho de fulano morreu afogado, todo mundo fechou o rio pra pegar o corpo. Pusemos todo tipo de apetrecho. Nesse caso aqui, todos os pescadores foram atrás do corpo pra fazer o velório, mas infelizmente, ela mais uma vez levou e num deu pra fazer o velório como num deu para os outros. Teve duas percas muito grandes pros “pescador” por morte. O cara pescando morria, foi um senhor de idade, 30 anos antes desse, nenhum dos dois a cachoeira devolveu, próximo do Equador. Tivemos que fazer o velório só da lembrança da imagem e todo mundo foi pra beira do rio rezar, fazer a celebração lá porque já que num tinha corpo, então foi tudo pra beira do rio. E aqui, esse caso do meu foi assim uma questão de segundos, a coisa quando tem de acontecer acontece. Porque quando chegou o aviso, já ia três voadeiras daqui pra cá e uma das voadeira já tava bem aqui assim. O meu primo entrou dentro da cachoeira pra pegar ele, quando meu primo foi encostando na voadeira pra pegar, ele foi sumindo. Esse aí num teve jeito de trazer ele de volta não, eu ainda consegui sair, agora ele num conseguiu não. (Informação verbal)¹⁴⁷

¹⁴⁶ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

¹⁴⁷ **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

Ao fazer os relatos de busca e o empenho dos pescadores na busca de corpos de pessoas conhecidas na cachoeira, Marcelo fez comparativos sobre a violência das águas da cachoeira com a violência da água do mar, denominando por vezes o grande volume de água e sua velocidade que corria abruptamente de forma aumentativa como um marzão.

3.2.3 O “ronco da cachoeira”

Ao se aprofundar cada vez mais sobre as situações de morte na cachoeira, sua filha recordou do conhecido ronco que a cachoeira dava. Havia o ronco comum que ouviam das águas caindo nas “pedras”, mas também havia um ronco diferente e temido pelas famílias que ali viviam.

Segundo Marcelo, o ronco era uma espécie de aviso de fatalidade, que limitava os passos dos pescadores e de suas famílias no acesso à cachoeira para quaisquer que fossem as atividades. A própria pesca passava a ser limitada dentro da cachoeira, pois eles temiam uma morte que era certa quando o ronco era emitido.

Ela tinha um negócio de roncar mesmo, já escutei ela roncando. Quando ela roncava nós limitava de colocar pesca dentro dela, nós esperava. Parecia assim tipo um ritual, tinha que morrer alguém. Tipo assim um bicho roncando, um cachorro urrando e alto, todo mundo ouvia. Quando ela roncava tudo parava até o ronco da água. A gente já sabia que ia morrer alguém. (Informação verbal)¹⁴⁸

Nesse momento, perguntei se o ronco era algo recorrente, mas Marcelo explicou que era um fato raro e temido por todos. O ronco despertava a preocupação nas famílias que passavam a redobrar o apoio mútuo que tinham de parentes e conhecidos. O cuidado coletivo era constante, as pessoas passavam a andar acompanhadas e a vigiar os passos de cada um.

Isso era raro acontecer. Quando acontecia, aí todo mundo ficava preocupado. Depois que morresse um, a gente dobrava os cuidados, evitava entrar em certos pesqueiros. E certas horas, se entrava dava apoio, próximo mesmo porque sabia que ia acontecer alguma coisa, ou cedo ou tarde acontecia, alguém ia ter que morrer. Parecia que era uma dívida que ela tinha. Ela dava, mas ela queria receber. (Informação verbal)¹⁴⁹

O ronco da cachoeira marcava uma fase nebulosa na vida das famílias que viviam nas localidades próximas a ela e segundo os relatos de Marcelo e sua filha,

¹⁴⁸ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

¹⁴⁹ _____. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

seguir os passos do comportamento da cachoeira era o que lhes restava. Todos nas localidades passavam a observar vários aspectos referentes a ela, tipo o que representava a agitação, o barulho, a calmaria e a brisa. Marcelo informou que havia um momento em que a agitada cachoeira, de águas violentas, ficava em silêncio. Não se escutava absolutamente nada, era uma parada de meia hora de silêncio, depois começava tudo de novo e as águas passavam a bater nas pedras outra vez.

Nos relatos é destacado que geralmente os pescadores não desafiavam o horário da meia noite, esse era o momento do silêncio total e para ele era como se alguém abafasse o barulho que a cachoeira fazia. Quando um grupo de pescadores ia para cachoeira, próximo a esse horário eram orientados a deixar que a pesca fosse realizada na madrugada após esse horário e se fosse o caso, os pescadores dormiam nas pedras para aguardar a chegada das primeiras horas da manhã seguinte, entre 2 ou 3 horas da madrugada.

Passado esse momento de temor e respeito, os pescadores seguiam para a pesca na cachoeira e bem cedo com o raiar do sol já estavam vendendo o peixe capturado e retornavam para casa com o dinheiro da venda do pescado.

3.2.4 A pesca na “Cachoeira Teotônio”

Ao falarmos sobre a pesca, Marcelo coloca um ponto diferencial na prática da atividade naquela região. A pesca realizada na cachoeira era algo específico e se dava a partir do domínio que os pescadores tinham da estação, do horário, dos pontos de pesca, dos peixes, dos meses e dos apetrechos próprios para a captura de espécies que todo tamanho, principalmente os grandes bagres, apreciados no comércio regional.

O tipo de pesca segundo ele era a pesca de cachoeira com o uso de materiais diferenciados daqueles materiais usados em pesca de lago, que também possuem suas especificidades. Naquele momento, os pescadores da “Cachoeira Teotônio” estavam analisando como fariam a pesca em lago, pois não tinham o domínio aprofundado de antes praticado na cachoeira. Marcelo comentou que era um período de “adaptação”, pois teriam que mudar a forma de pescar e até mesmo os apetrechos seriam outros, uma vez que não faziam pesca de lago.

Nós sempre fomos pescador de cachoeira. Pescaria de lago, a gente ainda vai passar pela adaptação porque a gente nunca fez pescaria de lago. Só agora que a gente vai. E pescando em lago, teve que mudar todos os apetrechos, entendeu? Então não era mais o mesmo material que era usado na pescaria da “Cachoeira Tiotônio”, lá era usado um material. Com a formação do lago da

usina isso aqui tudo foi pro fundo. Então todas as pescarias que eram feitas aqui nessas pedras aqui desapareceram também e o material que era usado aqui, não vai ser usado mais no lago da usina agora, tem que ser outro tipo de material. (Informação verbal)¹⁵⁰

Esse período denominado por Marcelo como de “adaptação” para os pescadores está sendo difícil. Segundo ele, um “problema” pois esses pescadores têm tentado estudar minuciosamente o comportamento do lago para identificar os possíveis pontos de pesca para realização da pesca. De acordo com ele, essa identificação era lenta e dependia de inúmeros fatores que não eram da natureza que conheciam antes. Na cachoeira, os pontos de pesca já estavam definidos e no lago ainda iam passar por este processo. Ao relatar, Marcelo recorda que conforme o regime fluvial, quando as águas baixavam era possível pescar nos pedrais que iam surgindo e na medida em que as águas subiam, os pescadores recuavam a cada “pedra” que submergia.

3.2.5 O conhecimento sobre a rota dos peixes

Conhecer as espécies de peixes e sua peregrinação na cachoeira para a reprodução era algo que os pescadores aprendiam a conhecer desde crianças. Marcelo me explicou um pouco da morfologia da cachoeira para que fosse possível entender a subida dos peixes, então ele fez um resumo dessa saga. A cachoeira possuía uma barreira que os peixes geralmente subiam quando o fluxo da água aumentava, levava um certo tempo até que isso fosse possível. Era a partir dessa condição que eles se espalhavam pelos pontos e começavam a aparecer em meio às pedras, sendo esta a condição ideal para que a pesca fosse realizada. Os pescadores se posicionavam em cima das pedras para capturar os peixes que desejavam. Era possível pescar com a tarrafa e só pegar o peixe que se queria, sem sequer desperdiçar e afetar os peixes menores.

Segundo seus relatos, Marcelo contou que quando focavam na captura de peixes comerciais, era possível selecioná-los sem provocar danos às demais espécies menores. Então entre as escolhas, pescavam o Jaú, a Dourada e o Surubim, que geralmente estavam no meio do rio.

Na cachoeira se formavam algumas barreiras de pedra que concentravam os peixes e esses ficavam à mercê da pesca predatória. Segundo Marcelo, os pescadores da

¹⁵⁰ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3. Ele explicava a distribuição de águas com base no desenho que fazia naquele momento.

cachoeira tinham toda a preocupação e cuidado em manusear o material, também com a forma como a pescaria seria realizada para evitar prejuízos e desperdício em pescar espécies que não seriam comercializadas naquele momento.

Marcelo destacou alguns pontos de pesca onde era possível realizá-la. No entanto, dependendo da época do ano, a subida e a descida das águas proporcionavam uma pescaria positiva para quem se empenhava, mas era necessário ter atenção e muito cuidado, pois os riscos eram corriqueiros. Ele citou como exemplo o ponto denominado paredão:

Esse paredão aqui ele é engraçado, esse paredão aqui ele aparecia no verão, mas ninguém pescava nele no verão, só pescava nele no inverno, depois que tudo isso aqui sumia, só ficava ele e essa pedra aqui. Porque ele só ia ficar bom pra pescaria quando tivesse tudo alagado, porque aí o peixe vem aqui pra cá, o peixe só ia subir bem aqui e aqui. E aqui ele passar, aqui nesse paredão, bem aqui assim tinha tipo uma bacia, entendeu? Uma bacia onde o peixe se concentrava aqui dentro. (Informação verbal)¹⁵¹

Marcelo informou que para capturar os peixes, os pescadores observavam o percurso que eles faziam para subir a cachoeira. Segundo ele, esses peixes ficavam procurando as subidas e era como se fosse por etapas, subir escadas. Nesse processo de subida da cachoeira, várias espécies em reprodução tentavam chegar à cachoeira e tanto fazia ser peixe de escama ou liso.

Aí o peixe chegava e ficava aqui e a gente ficava pescando todo esse tempo aqui. Aí eles ficavam procurando as subidas. Você vendo assim era muito bonito, as etapas que o peixe ia passando era por etapa, ia pulando tipo escada. Só que a própria natureza, ela criou os caminhos certos, davam as condições corretas pra esse peixe chegar lá de cima da cachoeira, mantinha o equilíbrio tranquilamente. O período que era pra subir os de escama, aí era o de escama, mas não todos os de escama. Você tinha os que de acordo com o que tava ali o período de quem tava de ovulação é que ia subindo. Os peixe liso só conseguia fazer esse processo depois que subia tudo. Então você tinha o processo de subida, quem vai mais longe, vai subindo. Tinha que subir tudo. Num era negócio de dizer assim: **o peixe de couro vai subir e o de escama vai num vai subir**. Tinha que passar também, pelo menos uma boa parte tinha que passar (Informação verbal).¹⁵²

Marcelo relatou que peixes como o dourado requerem muito oxigênio e necessitam da velocidade da água e na “Cachoeira Teotônio”, devido à intensa agitação das águas, isso era possível. Segundo seus relatos, dentro da cachoeira os pescadores respiravam melhor, então ele e os demais companheiros se posicionavam em pontos estratégicos para capturar os peixes no momento que eles emergiam para respirar. Era nesse momento que toda a habilidade e conhecimento adquiridos eram postos em

¹⁵¹ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

¹⁵² ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

prática. Puxar o peixe capturado requeria muita força e rapidez, pois era nesse momento que os pescadores corriam o risco de caírem na cachoeira.

E aí você tinha que fisgar o peixe, era um negócio de você conhecer mesmo, tinha que pegar o peixe na hora em que ele boiasse¹⁵³. E o peixe nessa água aqui ele era rápido. É negócio de segundos, você tinha que ser muito rápido e você não podia fisgar em qualquer lugar, tinha um ponto específico. Tinha que manter a qualidade, não podia pegar pelo meio e pelo rabo não, tinha que ser só no tronco da cabeça. Tá a vara aqui, a gente tinha uma com uns 8 metros de comprimento com um anzol bem grandão na ponta. Como a água era rebojada, o peixe tinha que vir em cima pra fundar, pra pegar velocidade. Então na hora que ele boiasse a gente ficava e esperava ele assim e puxava ele assim. Na hora que ele subia em cima d'água, boiava um pouquinho a gente fisgava. Aí podia se segurar porque a porrada era seca. (Informação verbal)¹⁵⁴

Pescar na cachoeira era um risco constante, por isso eles geralmente nas áreas críticas faziam pescar em equipe. No entanto, mesmo os exímios conhecedores da dinâmica das águas, às vezes eram pegos de surpresa em alguma situação inesperada. Marcelo fez o relato sobre um acidente envolvendo um dos pescadores que não conseguiu segurar o peso do peixe capturado e de forma surpreendente foi derrubado na água. Esse “pescador” estava em cima de uma estrutura de madeira que os pescadores construía próximo à cachoeira, esse apoio lembrava uma rampa e era ali que eles se concentravam para pescar, geralmente bem na ponta dessa armação.

Esse “pescador” teve que viver a amarga experiência de cair da estrutura, mas acabou sendo resgatado pelos demais pescadores da mesma forma que se capturava um bagre. Os pescadores lançaram um anzol sobre o homem que o segurou pelas costelas. Essa foi a única maneira rápida em socorrê-lo naquele momento, fato que exigiu dos pescadores uma tomada de decisão imediata e habilidade extrema para manusear o instrumento que resgataria o “pescador” das águas da cachoeira.

Cinto de segurança nosso era a corda. Uma vez teve uns dois casos que dois caíram na água, o peixe derrubou o cara e aí os outro tiveram que fisgar o cara pela costela. Aí trouxeram aqui pro João Paulo e tiraram o anzol. Até hoje o cara tem a tatuagem aqui do anzol. Mas era pra ter deixado ele morrer porque ele não ia sobreviver. E a única forma de pegarem ele era fisgando ele pela costela. Porque a gente usou a mesma técnica pra fisgar peixe e puxar ele pra fora. Era uma corda bem resistente e agüenta uns 100 a 200 kg. Peixe de 45 kg quando a gente fisgava lá balançava a estrutura todinha¹⁵⁵. Aí conforme você fisgue, dependendo da jogada que ele dava, a rabada que ele dava, já tinha uma noção do que era aquilo. Aí todo mundo tratava de se

¹⁵³ “Boiar” significa emergir das águas do rio.

¹⁵⁴ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

¹⁵⁵ A estrutura relata por Marcelo é uma espécie de ponte de madeira, também conhecida pelos pescadores como burra. Essa estrutura era construída para que os pescadores pudessem alcançar as águas da cachoeira. Para melhor visualização, favor verificar o CD com as fotos.

segurar porque a estrutura balançava todinha. Era nessa hora que muitas vezes o cara caía n'água. (Informação verbal)¹⁵⁶

O próprio Marcelo, ao relatar o caso acima mencionado, comentou que já se viu em perigo várias vezes, mas houve uma ocasião em que ele achou que morreria, tendo o fato ocorrido numa área da cachoeira onde não se tem notícias de pessoas que haviam escapado com vida. Marcelo seria a única experiência viva de um acidente. Nessa aventura, antes de Marcelo se ver em perigo, houve um momento de tensão com um dos pescadores que estavam com ele.

O que aconteceu? Eu tava com a equipe aqui, nós tinha uma equipe de três, aí eu vim, deixei os camaradas aqui e tinha uns camarada da cidade aqui pescando na Pedra do Ceará. Aí eu vim e eu dei sinal pra eles que era pra eles recolher a linha que eu vinha embarcar o barco. Nós tava com mais ou menos 12 jaú entre 20 e 35Kg , era uma carga até boa pro barco. Só que aí os caras tiraram a linha, aí eu peguei e entrei pra carregar o barco e isso aqui já tinha sumido tudo, isso aqui tinha sumido, só tava esses ponto aqui e uma cabeceira d'água violenta aqui. Aí eu entrei, no que eu carreguei o barco, eu nem carreguei o barco, eu disse assim: “vamo quebrar a linha ali que a linha toda”. Nós tava pescando com uma linha de 150 mm, dessa grossura a linha pra pegar jaú. Aí o outro parceiro entrou e eu fui e saí pra dentro da cachoeira pra quebrar a linha. Só que esses camaradas aqui tavam pescando no Ceará, da cidade, em vez de quebrar a linha, porque a gente recomendava de quebrar a linha com força, quebrando alinhado dentro d'água, ela não fica ponta de linha, fica só o anzol lá (Informação verbal).¹⁵⁷

Marcelo tentou quebrar uma linha de pesca dentro de uma voadeira, mas um dos pescadores que havia tido dificuldades para quebrar essa linha se viu em perigo ao cair na água.

Eu entrei no motor, peguei o camarada e fui saí pra quebrar a linha, a linha que o cara tinha cortado enrolou na hélice e trancou o motor. Aí eu entrei daqui pra cá assim, o outro pulou logo e eu ia pulando dentro da cachoeira logo, porque quando nós ia passando aqui, nós passamos perto da pedra que tava meu tio. Aí ele achou que ia conseguir chegar na pedra, só que ele pulou e errou o pulo. E a água puxou ele pro rumo de dentro, e eu quase ia pulando junto. E aí meu tio disse: “num pula não, fica dentro da voadeira e espera o que vai acontecer”. Meu irmão aí eu entrei pra cá assim e esse pessoal aqui da Vila Amazonas tava todo mundo, isso aqui encheu de gente olhando e dando sinal para os outros daqui, que num tinha celular, dando sinal para os outros entrar pra socorrer. Só que aí, era na hora de almoço, tava todo mundo almoçando. Meu amigo. Aí eu entrei no rumo daqui. Um rapaz chamado Sílvio, meu tio conseguiu salvar ele na linha 0.7. A água quebrou ele todinho, a pressão da água foi tão grande que ele passou mais ou menos 90 dias doente. Meu amigo, aí eu entrei no rumo daqui. (Informação verbal)¹⁵⁸

¹⁵⁶ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

¹⁵⁷ _____. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

¹⁵⁸ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

Os relatos de Marcelo demonstram o quão hábeis são/eram os pescadores da “Cachoeira Teotônio”, pois conseguiram salvar a vida do “pescador” que havia caído nas águas violentas, ao lançarem sobre ele uma linha de pescar Jaú.

Meu tio conseguiu pegar ele com a linhada, a mesma linhada que ele tava pescando o Jaú, conseguiu pegar ele. Na hora lá do rebuliço d'água, ele conseguiu achar a linha dentro d'água, meu tio tava com a linha esticada, conseguiu pegar na linha e segurou e agora pro meu tio puxar esse camarada? 70 Kg puxando. Aí o que acontecia? A água vinha daqui, aí a mesma água que batia nessa pedra aqui voltava e imprensava assim. E ele ficou dentro daquele imprensado, passou uns 90 dias doente todo quebrado. (Informação verbal)¹⁵⁹

Depois que conseguiram salvar o “pescador”, Marcelo se viu em perigo, sozinho na pequena embarcação que era levada pelas águas da cachoeira. Ele viveu momentos de pânico e não acreditava que escaparia com vida das violentas águas da cachoeira.

Rapaz eu entrei no rumo de dentro e saí bolando e fui embora. A cachoeira ia me levando. Só sentei na voadeira e peguei o tanque do motor e me agarrei com o tanque e me amarrei, pelo menos meu corpo acha pra fazer o velório. Quando o pessoal foi ver o que tava acontecendo, alguma coisa de errado lá dentro, eu já tinha saído, já pulado por debaixo e já tava era voltando pra pegar os outros dois. Eu só fui sentir o impacto de toda essa adrenalina quando eu cheguei na beira d'água lá no porto. Quando eu cheguei no porto aí eu não aguentei, saí de dentro da voadeira, atacou o sistema nervoso. Depois quando eu tava lá dentro eu tava tranqüilo, assim como eu to falando com vocês, e é engraçado o “pescador”, porque dentro do perigo mais tranqüilo de que fora de lá. Aqui a gente consegue manter uma tranquilidade muito grande, mas saiu fora dessa zona de perigo, nossa aqui aí o sistema nervoso ataca. Mas isso aqui tudo era perigoso, mas a gente cresceu lhe dando com isso e num fazia diferença nenhuma. Saber que morrer, todo mundo vai morrer um dia, isso pra nós. (Informação verbal)¹⁶⁰

3.3 Os tipos de pescaria

Quando o indaguei sobre como a pescaria era feita, Marcelo se preocupou primeiro em identificar os tipos de pescaria que eram realizadas na “Cachoeira Teotônio”, ele apontou que existiam quatro possibilidades. A primeira delas era a pescaria do pedral, realizada de cima das pedras onde eram jogadas as redes. O segundo tipo a pescaria de grozeira, que seria a mesma de espinhelzão realizada num leito sinalizado por ele no croqui. O terceiro tipo era a pesca de malhadeira realizada abaixo do rio, na parte que se formava a bacia grande, especificamente na ponta das praias, onde os pescadores usavam a malhadeira de arrasto na qual capturavam o dourado,

¹⁵⁹ _____, Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

¹⁶⁰ _____, Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

tambaqui e filhote. Havia o último tipo que era a pescaria de tarrafa utilizada nos pontos pequenos, lugares onde os peixes se concentravam para subir a cachoeira.

3.3.1 Ser “pescador” da cachoeira: um conhecimento repassado de pai para filho

A vida na cachoeira e, sobretudo, ser “pescador” da cachoeira requeria uma formação familiar que preparava os futuros pescadores para exercerem livremente a atividade. Durante os relatos, Marcelo contou que desde crianças os pais ensinam a pescar, a conhecer a natureza, a viver e trabalhar. Ele informou que era muito comum observar um menino acompanhar o pai numa pescaria na cachoeira ou mesmo pilotar uma voadeira para o pai nas áreas mais remotas da região. O envolvimento da família nessa atividade era algo recorrente. Quando um “pescador” saía para capturar os peixes na cachoeira, ele levava os filhos e a esposa, mas na maioria das vezes eram os filhos que acompanhavam os pais. A esposa só não acompanhava enquanto as crianças eram pequenas demais ou quando estavam na escola.

Era engraçado que nós não ficava em casa, nem o “pescador” e nem a família dele, o que ficava em casa ainda era a mulher cuidando dos filhos e dos pequenos, porque aqueles que já aguentavam, já davam pra botar um motor, pra remar pro pai, o pai já levava. E as mulheres ficavam cuidando dos menores e mandavam os filhos pra escola. Enquanto nos final de semana, que às vezes o pessoal pensava que “pescador” parava em casa, ele num parava não. (Informação verbal)¹⁶¹

Marcelo contou ainda que os adolescentes ao conviverem com as atividades dos pais já exerciam pequenas funções e até mesmo passavam a adquirir sua própria renda. O contato com a atividade fazia com que os jovens passassem a conhecer a dimensão do valor da atividade, aos poucos esses jovens já criavam uma autonomia e quase os pais não se preocupavam em ter que comprar-lhes objetos e materiais. Esses filhos que ao entrarem em contato com o mundo comercial desde crianças já adquiriam um senso de responsabilidade.

É normal o adolescente, uma criança de dez anos ganhar o próprio dinheiro dele. Pra ele comprar as próprias coisas dele, porque ele já sabia o valor do trabalho dele. Ele trabalhava com o pai e o pai já compensava ele, já sabia que o valor dele, do trabalho dele. Então, o pai raramente se preocupava em comprar as coisas para o filho, ele pegava dava a parte do filho. Então: “filho você trabalhou comigo, seu pai produziu tanto com você, seu pai vai lhe dar tanto, não se esqueça que esse tanto aqui é pra comprar nossa alimentação, esse aqui é pra ser gasto com material de pesca, combustível, manutenção pro motor e isso aqui é seu”. Aí a mãe já pegava e “meu filho nós vamos amanhã pra cidade, para Porto Velho para você comprar a sua roupa, o seu calçado,

¹⁶¹ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

seu material escolar, seu brinquedo. Então as crianças já eram educadas desta forma. Então desde cedo elas já começavam a trabalhar e nunca isso impediu as crianças de estudar, de ir pra escola, porque o pai também se preocupava em dar uma boa educação para os seus filhos. (Informação verbal)¹⁶²

Aos filhos era ensinado que a atividade tinha um valor e garantia o sustento da família como um todo, aquele era seu ganho e sustento. O filho assumia responsabilidades compartilhando as despesas com os pais dentro de casa. Os pais passavam a orientar os gastos que os filhos faziam em suas primeiras compras e isso fazia parte da educação das famílias que viviam da renda da pesca.

Crianças e jovens aprendiam desde cedo a produzir seu próprio material e Marcelo relatou que seu pai lhe ensinou a tecer e a se envolver com a atividade repassando todo conhecimento sobre a pesca na cachoeira e a natureza do lugar.

E aí menino, eu fui um que eu fabricava material, eu fazia tarrafa com meu pai, meu pai me ensinou desde novinho e ele sempre dizia: “filho, pescador que é pescador ele fabrica o seu material e constrói seu material, **é a identidade dele, é construir seu material e não o contrato. Aí ele me ensinou desde cedo, ele os outros “pescador” me ensinaram tudo que poderia ser ensinado pra você sobreviver na “Cachoeira do Tiotônio” da pesca, entendeu?** (Informação verbal)¹⁶³

3.3.2 A luta dos pescadores da “Cachoeira Teotônio”

Relembrar a vida que tinham antes da construção das usinas é o que inspira os pescadores e suas famílias a lutar cada vez mais pelos seus direitos. O peso do *deslocamento compulsório*, de ter que reconstruir suas vidas em outro lugar e de uma forma completamente diferente, tem um significado amargo para muitos pescadores. Marcelo se vê nesta situação, principalmente ao recordar constantemente de sua vida na “Cachoeira Teotônio”. Ele relatou que agora a cachoeira já não existe mais, o lago da usina inundou tudo, os pedrais, a “ilha” e os pescadores ficaram prejudicados, sem poder realizar a pesca na cachoeira. O sumiço da cachoeira provocou sentimentos nunca antes experimentados, um sofrimento que talvez os pescadores e suas famílias nunca superem. Marcelo relatou o que sentiu ao ver o desaparecimento da cachoeira.

Rapaz, sem brincadeira eu chorei. A coisa que mais me deixou quebrado foi quando essa cachoeira aqui sumiu, meu pai morreu. Porque tava correndo o processo de formação do lago, que ela tava sumindo, meu pai tava no hospital e acabei perdendo meu pai. Quando fecharam pra terminar ele morreu, no dia 29 de dezembro do ano retrasado (2010), quando formou-se o lago. Eu acho que se meu pai tivesse vivo podia até ter aceitado, mas ele era muito ligado ao rio. Ele mesmo dizia “filho eu num consigo viver sem essa cachoeira não, minha vida é aqui”. Aí eu penso assim que hoje, meu pai tá lá,

¹⁶² _____. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

¹⁶³ _____. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

nesse local aqui. Porque ele amava demais isso aqui igual eu amava e amo até hoje. (Informação verbal)¹⁶⁴

De acordo com Marcelo é a consciência que os pescadores têm da realidade que atualmente vivem que lhes inspira a lutar. Ele relembra que antes, o “pescador” não se preocupava com o futuro, em ter que se engajar de todas as formas para garantir o sustento de sua família, porque tinham na atividade da pesca sua fonte de renda certa, de todos os dias. E os pescadores conseguiam se manter e adquirir os bens que quisessem através da atividade. O fato de se sentirem engessados causa indignação.

Por isso é que o que me motiva a brigar pelos direitos das pessoas, principalmente o “pescador”. Isso aqui, meu pai me sustentou daqui, me ensinou a trabalhar por dentro disso daqui e aqui dentro constituiu família. Daqui de dentro sustentei toda a família e daqui tirei toda sabedoria e todo conhecimento, adquiri com isso daqui. Há sempre um tipo de pescador, principalmente o pescador aqui do Tiotônio. Então o pescador do Tiotônio nunca se preocupou com o dia de amanhã que o amanhã a Deus pertence. Assim era o pescador do Tiotônio, não se preocupava com o amanhã. Ele queria viver o hoje. Porque Deus dava todo dia o hoje pra ele! Ele saía pra pescar, a gente conseguia dinheiro suficiente pra comprar o que a gente queria do bom e melhor. (Informação verbal)¹⁶⁵

Na luta por uma “indenização” que correspondesse à renda que os pescadores obtinham com a pesca na cachoeira, Marcelo informou que durante as negociações, nas quais os pescadores apresentavam a proposta para a SAE, não havia consenso entre as partes. Os representantes do consórcio, não conseguiam compreender que a renda destes pescadores correspondia ao que lhes era apresentado. Eles julgavam que aqueles pescadores não fossem capazes de possuir uma renda razoável, numa faixa de valor considerado pelo consórcio como mediano.

Só usava o bom e o melhor, quando a gente falava pra Santo Antônio Energia que a gente, que eles perguntavam quanto era a renda da gente e a gente dizia que ganhava três, quatro mil, cinco mil, às vezes quinhentos reais por semana, mil reais por semana, três mil reais por semana e eles diziam que era mentira da gente. Porque na concepção deles quem ganha isso na capital, tem o seu bom carro, a sua boa casa, tem uma conta bancária no banco muito bom, uma linha de crédito. Então num tinha nada disso, mas era só de olhar pro que a gente vestia, pro que a gente calçava, pro que a gente comia, tava tudo ali. A gente nunca se preocupou em regrar, viver economizando. Não existia economia na casa do pescador, isso não existe. Era viver, viver bem, viver bem e trabalhar. (Informação verbal)¹⁶⁶

Ao fazer um relato dos novos desafios, Marcelo expôs que estava sendo difícil para ele e aos demais companheiros terem que traçar novas estratégias para dialogar

¹⁶⁴ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

¹⁶⁵ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

¹⁶⁶ _____. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

com as instituições e o consórcio. Seu relato demonstra que, dado o grau de autonomia que os pescadores tinham, não estavam acostumados a ter que depender do poder público para a resolução de seus problemas. Até mesmo em sua organização, não se reuniam nesse sentido, para resolver questões políticas. Eles se reuniam para organizar suas atividades, a pesca.

Outra coisa, o pescador ele nunca foi de estar cobrando das autoridade o direito dele, porque quando a gente morava aqui a gente não precisava cobrar do governo, a gente num tinha esse hábito de se mobilizar, de estar buscando recurso, porque nós tinha recurso suficiente pra levar a vida digna. Então quando nós mudemo pra nova Vila Teotônio e chegou esse período, chegou o período da pesca e o pescador já tava habituado de no mês de agosto pra frente ele começar um trabalho intenso na captura do peixe. Minha filha, aí tu vê o que foi dor no coração do pescador. Saber que o peixe que tava no Santo Antônio, lá debaixo da barragem, sem ter peixe lá em cima. (Informação verbal)¹⁶⁷

Para Marcelo os pescadores foram pegos de surpresa, pois o empresa usou de estratégias de convencimento que levaram muitas pessoas de sua localidade a aderir ao projeto. O “pescador” não imaginava que esse fato pudesse afetar a sua vida. Não havia programação para reivindicar e resistir a qualquer tentativa de construção de hidrelétricas nessa *região*. O “pescador” apenas se programava para realizar suas atividades. As propostas apresentadas pela SAE, garantindo que as novas condições seriam baseadas numa “política de sustentabilidade” das famílias nas localidades, não atenderam às necessidades dos pescadores.

Chegava num período de seis horas se encontravam 20 ou 30 pescador num local de pesca iam definir a programação de tudo isso daqui, porque lá nós se organiza nos pesqueiro assim: cada pescador tem x hora, cada equipe tem x hora pra pescar, isso em determinados pesqueiros, tem x hora, aí a pessoa ia pescar naquela hora. Essa era nossa organização, aí quando a usina chegou menina, nós fomos presas fácil demais, fácil, fácil mesmo. É tanto que a nossa vila, tinha a Nova Vila Tiotônio, ela foi criada sem planejamento de sustentabilidade. A questão sustentabilidade foi discutida depois que o pessoal mudou, depois que pessoal apanhou, que enxergou que realmente tinha acabado, que teria que optar por outras alternativas para complementar a renda. Aí foi outro problema pra nós, achar meios pra achar alternativas de renda que complementasse a renda que não prejudicasse e nem tirasse a identidade do pescador e ribeirinho. (Informação verbal)¹⁶⁸

Conforme pode ser verificado, através dos relatos, o consórcio jogou com muitas promessas, fato que foi lembrado pela filha de Marcelo durante a conversa. Os jovens criaram uma expectativa em torno da nova vida que teriam fora de sua localidade.

Eles falavam: “ah, vocês vão pra lá e vai ter campo de futebol, tudinho”. A gente tava torcendo logo pra ir embora lá pra cima, quando a gente chegou lá foi um arrependimento tão grande...tinha campo de futebol sim, mas num tinha iluminação para jogar de noite também e o campo de areia tava mais

¹⁶⁷ _____, Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

¹⁶⁸ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

para pedra do que para areia. Machuca se cair, você se rala todinho, não tem como você jogar. Agora se vieram ajeitar, fizeram iluminação lá na praia, que tão fazendo os troços lá. (Informação verbal)¹⁶⁹

Ao complementar a fala de sua filha, Marcelo reconheceu que o consórcio soube exatamente como agir e obteve apoio principalmente daqueles que viviam a pouco tempo na antiga localidade. Uma das ações do consórcio para pressionar as famílias era comparar as negociações e dizer que muitos já tinham aceitado as propostas e que somente faltava uma família ou outra. As pessoas interessadas em receber suas indenizações e as casas acabavam se precipitando e aceitavam de imediato o que os funcionários da SAE propunham no momento da negociação. Assim, muitas pessoas acabavam prejudicadas no cálculo dos valores que iriam receber, pois era algo individual e quem desconhecia esse tipo de processo acabava se conformando. Quando as famílias tomavam uma posição contrária, sofriam ameaças de serem levados até a justiça para resolver a negociação.

Olha, eles trabalharam muito bem o psicológico das pessoas. Porque eles não começaram a negociação deles, justamente porque eles começaram com aquelas pessoas que chegaram a pouco tempo e deixaram pra negociar com os tradicionais, os antigos, fundador de famílias, por último. Porque aquele número x de pessoas já tinha sofrido uma diminuição muito grande. Então como que um pequeno grupo de famílias iam resistir? Porque eles mesmo diziam:” fulano já acertou, só falta tu”. Aí nós dizia assim: “mas isso aqui pra mim um dá não” – “Se tu num quer vai pra justiça”. E jogava todo tempo nós pra justiça. Teve um certo ponto que a gente até pensou em entrar na justiça, mas foi quando a gente procurou o MAB e ele disse: “não entrem na justiça, vamo pra luta, vamo procurar resolver isso na luta, na conversa e na mobilização, porque a justiça ela é lenta”. Ela reconhece, mas até ela reconhecer nós vamos morrer de fome. Aí chegava os advogado pilantra querendo enganar nós e nós ficava por ali. (Informação verbal)¹⁷⁰

Marcelo observou que as ações das equipes de profissionais do consórcio, são planejadas com muita antecedência. Eles chegavam à localidade e se aproximavam das pessoas para levantar todas as informações possíveis sobre a dinâmica das famílias de uma localidade. A entrada definitiva nas localidades já seria de forma impositiva e essas equipes conseguiram atingir o emocional de cada um.

Ao observarem o avanço dessas equipes na localidade e a inundação da cachoeira, o sentimento de perda ia tomando conta de seus pensamentos. E ele foi externalizado de forma nostálgica. Abaixo demonstro um trecho da reflexão de Marcelo sobre a ação das equipes nas localidades, quando ainda estavam fazendo a campanha de

¹⁶⁹ ARAÚJO, Marciane. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

¹⁷⁰ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

adesão ao “Complexo Madeira”. Nota-se, nitidamente, a surpresa que ele teve com a realização das obras e a constante comparação com o antes e depois das barragens.

Os caras são filha da mãe, a gente tira o chapéu pra eles. Eles trabalham muito bem o psicológico das pessoas. Aí meu irmão, foi um Deus nos acuda. E aí menino parou foi tudo, embarcação parada e aquele rebuliço. E quando a cachoeira começou a ser alagada aos poucos, isso que doeu mesmo. Vivia todo dia na beira do rio, o único acesso que tinha era ela, tava todo dia vendo o rio subir. Mas é assim mesmo (Informação verbal).¹⁷¹

Focalizarei agora nas descrições que remontam às atividades que as famílias atingidas realizavam nas localidades que atualmente foram tomadas pelas águas das barragens ou que por serem consideradas como “área de influência direta”. Adiante vejamos alguns exemplos que pude tomar como referência.

3.4 As atividades desenvolvidas pelas famílias afetadas no rio Madeira

Apontar que no rio Madeira prevalece a prática de uma única atividade, não corresponderia ao que pude observar nas localidades durante o trabalho de campo. As entrevistas indicaram as inúmeras atividades desenvolvidas e a riqueza de conhecimentos acumulados sobre a região. Para tanto, pressupõem-se que a reprodução social destes agentes frente aos desafios da natureza tão comentada do *espaço físico* se mostrou resultado de um *capital simbólico* adquirido pela vivência e experiências que tiveram no processo de interação com outros agentes e a natureza do rio Madeira. Isso indica que os agrupamentos humanos perduraram historicamente nas localidades e se mantiveram firmes, mesmo diante de tantas dificuldades.

De modo desafiador, através do conhecimento sobre a *região*, as famílias atingidas orientaram seu modo de vida e organizaram-se de acordo com a sazonalidade do rio Madeira e as condições que tinham para sobreviver. Esta razão os levou a por em prática, no *tempo* apropriado, as suas capacidades e a integrar outras atividades, conhecidas com o constante fluxo de novos agentes que percorriam o rio. Fato este que não pude deixar de lembrar, uma vez que tal *região* sempre foi palco de intensa mobilização de pessoas por diversos interesses¹⁷². Portanto, servindo de “atração” para os que vinham de outras localidades com finalidades diversas, seja pelos recursos naturais e/ou por apenas se estabelecerem nas localidades no rio Madeira.

¹⁷¹ _____, _____. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

¹⁷² Garimpos, aberturas de estradas, pesca, criação de povoados, construção da ferrovia, navegação, turismo e outras atividades.

Como pude citar e será visto nesta pesquisa, as localidades foram sendo recorrentemente constituídas, ao longo de décadas, por uma diversidade de pessoas e famílias, oriundas de outras regiões que foram se interagindo e se apropriando das novas possibilidades que a *região* podia lhes oferecer. Foi possível construir um “saber que consolidou a partir de um processo de aprendizagem” (ELIAS, 1998, p. 10), com base numa noção que construíram do *tempo e do espaço* na *região*. Sendo responsáveis pela “configuração” (forma organizativa) que as localidades teriam atualmente e pelo domínio (conhecimento) que tiveram da natureza, estes agentes foram precursores de muitas iniciativas.

O caso das localidades do rio Madeira se difere do caso dos *Nuer*, onde segundo Pritchard (1978) as noções de *tempo e espaço* estão relacionadas às circunstâncias ecológicas e estruturais. Não só apenas esses dois elementos, mas as relações sociais seriam orientadas por fatores ecológicos. Para Pritchard (1978), o tempo dos *Nuer*, se dividiria de duas formas, aqui resumidas desta maneira: 1- O tempo ecológico – que se orienta de acordo com o meio ambiente; 2- O tempo estrutural – que se orienta a partir da influência da “estrutura social”, das relações mantidas internamente entre os *Nuer*. Então, suas atividades seguiam essa forma de perceber as condições naturais e estruturais.

É relevante ressaltar que o *tempo* para os *Nuer* não é equivalente ao *tempo* em nossa compreensão, como algo concreto que “passa, que pode ser perdido ou economizado”. Não utilizam unidades numéricas como as que usamos. Os *Nuer* não têm essa mesma dimensão de tentar controlar, excessivamente o tempo, não há uma rigidez nesse sentido, no qual as atividades deveriam ser seguidas e cumpridas.

Para este estudo, creio que há uma aproximação maior com os debates feitos por Elias (1998) sobre o *tempo* e suas “medidas temporais”. Na atualidade o *tempo* é algo cada vez mais dinâmico, com constantes alterações, movido pela influência de fenômenos sociais e naturais. Assim, sua abordagem, envolve temas que discorrem sobre sucessivos *processos* (urbanização, comercialização e posso citar criação de grandes obras de infra-estrutura) que pressupõem transformações sociais que afetam a dinâmica das “sociedades”.

Elias (1998) compreende que o entendimento das “sociedades” sobre o *tempo* foi se construindo a partir das distintas mudanças ocorridas no mundo social a cada geração, sendo assimilado durante um longo período de transformações. O *tempo*, segundo Elias (1998), se torna um “símbolo social”, fruto de um processo de

aprendizagem, que foi sendo concebido durante “milênios”. Isso perpassa pelas experiências de vida, diferentes *habitus*, até formularem, de formas diversas, as várias noções sobre o *tempo*.

Pensando na realidade estudada, analiso que todo conhecimento desenvolvido pelos agentes sociais foi sendo aprimorado de acordo com as mudanças que refletiam sobre os seus modos de vida. Com isso, muitos elementos foram sendo adotados e aprimorados a partir de suas observações sobre a natureza, o período ideal para cultivos e colheitas, para caçar, pescar e adentrar a floresta e o rio para praticar o extrativismo. Para tanto, criaram um mecanismo para pensar o tempo, a época adequada para investir em alguma atividade ou em várias simultaneamente.

Então desenvolveram um ordenamento das várias atividades, expressas nos relatos feitos pelos entrevistados, que exprimem um “calendário”¹⁷³ de atividades, e uma noção do *tempo e do espaço*. Esse ordenamento do *tempo* foi construído e controlado, segundo o entendimento dos agentes sociais, para promover a rotatividade das atividades agrícolas. Sendo que essas atividades foram passando por inovações, reflexos da dinâmica das interações sociais, fato que levou os agentes a desenvolverem outras habilidades¹⁷⁴. Estas foram apreendidas e praticadas, de acordo com as novas necessidades que surgiam com as transformações sociais vividas por cada geração.

A dinamicidade existente nas localidades, dada a compreensão da categoria *tempo* para os agentes sociais, provocava uma ação coletiva em torno de diversas atividades que estavam interligadas entre si e que definiam os comportamentos e o modo de vida dos agentes. Quero dizer, há características específicas e compreensões específicas do *espaço físico e do tempo*. Na Amazônia a leitura feita por povos e comunidades tradicionais não segue uma única direção, ambos criam arranjos que lhes possibilitam incorporar cada vez mais outras atividades e tais atividades vão representando a forma como eles direcionavam-na.

¹⁷³ Pritchard (1978) organizou o entendimento do calendário dos Nuer, observando os ciclos de mudanças ecológicas, fato que define cada ação do grupo. O ciclo ecológico dura um ano e suas estações estão divididas em 04, relevantes para as atividades com o gado e dedicar-se à produção de mantimentos. Dessas estações duas são fundamentais a *Tot e Mai*, também conhecidos como meses marginais. A *Tot* corresponde de março a meados de setembro, período de “aumento da precipitação das chuvas”. A *Mai* inicia com o declínio das chuvas, de setembro a março. Durante o mês de setembro, (seca) começa o período dedicado à pesca e os acampamentos para cuidar do gado. No fim da seca, se baseando na mudança natural dos céus encobertos (período de chuvas - *Rwil*), os Nuer voltam para as aldeias, onde passam a se dedicar a preparação do solo, dos cultivos. O *Jiom* (vento) corresponde ao período da colheita, época de pesca nas represas, de fazer queimadas e formação de acampamentos. (PRITCHARD, 1978, p.107-111)

¹⁷⁴ O conhecimento desenvolvido para lidar com um fluxo de turistas que iam para as cachoeiras, como na “comunidade Cachoeira Teotônio” é um dos exemplos. Posso citar o tratamento dado ao público consumidor; os serviços de atendimento comercial; serviço de segurança dos carros, criando os “guarda-carros que ficavam estacionados próximos às cachoeiras, atividade geralmente exercida por crianças, jovens e adultos, são alguns deles.

3.5 Os novos desafios diante da condição de atingidos.

As atividades como: agricultura, pesca, criação de animais, garimpo e extrativismo, praticadas no rio Madeira eram realizadas em diversas localidades pelas famílias que ali viviam. Essas mesmas atividades citadas eram realizadas alternadamente, conforme a organização dessas famílias em torno das estações e do regime fluvial do rio Madeira. Ambos podiam orientar essas mesmas atividades de acordo com as condições, particulares, que determinam as suas dinâmicas de vida.

As atividades que destacarei neste texto são fruto das entrevistas e diálogos, antes já justificadas, realizadas no trabalho de campo. Mas esse montante de informações que apresentarei, apenas desvela uma parcela de relatos sobre o que essas famílias realizavam em suas localidades. Portanto, não pode ser tomada como algo acabado, pois não percorri todas as localidades da *região* para construir e dispor de um quadro de informações mais completo. Antes de me reportar às atividades, chamo a atenção para um ponto. Não há relatos que não estejam associados ao fato das atividades terem sido bruscamente interrompidas. São relações rompidas por ação da tensão social pelo posicionamento dessas famílias no *espaço social*, em resposta à implantação dos empreendimentos hidrelétricos. Portanto, as informações estão sempre reportadas aos efeitos.

3.5.1 Descrição das atividades agrícolas e extrativas antes do “complexo madeira”

Para os entrevistados e suas famílias que viviam na localidade próxima a “Cachoeira Teotônio”, as atividades de cultivo de curta duração ou temporárias, eram praticadas no período em que as águas do rio Madeira baixavam. A seca se iniciava em meados do fim de maio a início de novembro e a cheia de novembro a maio. Estas informações que obtive foram baseadas nas indicações dos agentes, sobre os locais onde esses cultivos eram praticados. Sendo que boa parte das famílias que viviam na localidade denominada “comunidade Cachoeira Teotônio” plantavam variadas espécies de grãos, frutas, tubérculos, como a macaxeira e hortaliças.¹⁷⁵

A família Damasceno, na qual pertenciam: Pedro, Idevan e Claudia, são os agentes sociais que menciono em várias ocasiões, dadas as inúmeras atividades que

¹⁷⁵ Nos capítulos seguintes, retomarei a descrição sobre como cheguei até os entrevistados e suas respectivas localidades. A partir desse conhecimento, reuni as informações sobre as atividades praticadas no rio Madeira.

realizavam durante o tempo que viveram na localidade próxima à “Cachoeira Teotônio”.

Eles tinham no cultivo diversificado de espécies, incluso grãos, hortaliças e frutas, uma das formas de garantir o sustento de suas famílias. Claudia, apesar de sua forte relação com o comércio, dirigindo um restaurante, chegou a descrever brevemente quais eram os cultivos feitos por eles, mencionando os que sua sogra, mãe de Idevan e Pedro, se dedicava durante o período de seca, quando a praia se formava nas margens do rio Madeira:

Na praia quando o rio seca deixa o praião. Aí “plantava”... quem tinha “chacarazinha” ao redor, assim, do rio, eles plantavam lá. A minha sogra plantava na chácara dela, que era de beirada no rio. E aí quando o rio enchia alagava tudo, aí quando secava ia deixando a praia. Aí era o tempo que ela plantava: melancia, macaxeira, tudo ela plantava.... Não cheguei a plantar, não. Só cheguei a ir buscar com ela, melancia, apanhar feijão, ainda cheguei a ir com ela, ainda. Feijão tinha bastante, dava bastante. Feijão, melancia. Teve uma época que deu muita melancia. Era vendido, ela mandava o carro vir buscar pra cidade, vendia. O meu pai, também chegou a vender pra ela na cidade, ela chegou a mandar pra ele na cidade, pra ele revender pra ela. (Informação verbal)¹⁷⁶

O caso de Pedro Damasceno não só revela com propriedade como praticavam a agricultura, mas também a predisposição dos agentes que viviam acerca do rio Madeira em executar várias atividades simultaneamente. Seu próprio histórico de vida, ainda no Acre, em Cruzeiro do Sul especificamente, denota o que ele e sua família (pai, mãe e irmãos) realizavam quando viviam no Acre e na localidade “comunidade Cachoeira Teotônio”, antes das mudanças sofridas por eles. Com efeito, fica claro que a riqueza de conhecimentos sobre a natureza e técnicas de trabalho que possuíam também foram levadas e compartilhadas na localidade.

Dessa forma, creio que durante a interação com as famílias que já viviam na localidade, de onde todos foram deslocados, houve um intercâmbio entre as atividades que já exerciam e o conhecimento local. Assim as técnicas de cultivo que encontraram e o conhecimento sobre a natureza da *região* também foram apreendidas para que estes agentes fossem se estabelecendo, enquanto unidade familiar na “comunidade Cachoeira Teotônio”.

Em sua fala, Pedro remonta a um quadro de quando viviam na localidade chamada “comunidade Cachoeira Teotônio”, passando por relatos da vida no Acre, no interior de Cruzeiro do Sul, perpassando pelas várias atividades que realizavam como a

¹⁷⁶ LISBOA, Claudia. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

pesca, criação de gado, plantação de grãos, extração de látex nos seringais, caça e a própria produção artesanal de derivados:

A gente vivia do seringal, tudo era tirado de lá, o açúcar a gente fazia açúcar mascavo. Aqui eles chamam batida, lá pro ... chamavam alfinim que é a mesma batida feita de cana, que puxa ela assim ela fica macia, ela dissolve num é que nem açúcar mascavo e tudo era gerado de lá, menos o sal mas o resto. A gordura, a gente trabalhava com gordura de porco, o óleo, cansamos de tirar o óleo de patauá. Isso aí era o que a gente tava acostumado. Então viemos pra cá um lugar muito rico. Então a gente ganhava dinheiro de várias formas, fazia o que gostava, que era pescar. Aí em outros tempos como a gente começou e minha mãe sempre gostou de gado, botava uma cabeça de boi lá, dependendo do dinheiro que faria, se eu comprasse uma ou duas cabeças de gado ia botando no pasto. E outra, a hora que podia lá no sítio mesmo pra manutenção de lá, a gente caça, come, pra comércio, num é porque tô sendo entrevistado ou não, nunca fui de vender. Porque eu acho que se fosse bom pra comer e não pra vender, isso aí eu fiz e faço, não pra vender. Pode alguém, até que nem eu sou contra fazerem muitas coisas contra a natureza, mas eu vejo o seguinte. Se ele está ali foi uma dádiva de Deus e se ele é uma dádiva de Deus, eu acho que é pro ser humano ou pro vivente da natureza viver dali. Agora que nem eu tá falando, matar para comercializar, aí eu sou contra. Mas pra sobreviver da natureza foi Deus que deixou e eu num vou tirar? Só me dá fome e eu num vejo falha nisso não, o homem pode achar que é falha, mas eu num acho não, acho pra comercializar, também matar por perversidade (Informação verbal).¹⁷⁷

Nesse depoimento, Pedro é bem contundente em demonstrar suas capacidades, a autossuficiência que podia ser produzida pelas unidades familiares que compunham a localidade. Pedro era firme em afirmar em tom “grave”, quando discordava de algumas práticas que fossem abusivas no uso dos recursos naturais. Era contrário às intensas investidas que visavam apenas a exploração da natureza para comercialização.

Tendo esse panorama das atividades que eram feitas pela família Damasceno, como no caso de Pedro, menciono um pouco mais de sua contribuição, ao descrever como desenvolviam a agricultura nas margens do rio Madeira. Embora ele não dominasse com tanta certeza os períodos exatos para cada cultivo, abaixo ele relata:

Melancia cento e vinte um dias você já colhe, primeiro a melancia, você planta, por exemplo, hoje, após cento e vinte e um dias, cento e vinte, você já começa a comer melancia plantada pela mão de quem botou ela lá no solo, já tem melancia madura. O feijão também varia, eu não sei te dizer exatamente o período não, justamente por causa disso, esses negócios de datas, minha mãe que...isso aí ela... Mas eu mesmo. Até fui mesmo agora, saí do garimpo, depois que eu vim trabalhar com ela, foi que eu comecei a...isso aí se você perguntar dela ela tira de letra, até porque ela foi criada no interiorzão, era só o que eles faziam, apesar também que viviam na seringá também. (Informação verbal)¹⁷⁸

Para saber mais detalhes sobre o destino de toda aquela produção, se era consumida apenas na localidade ou se era comercializada também, Pedro me explicou:

¹⁷⁷ DAMASCENO, Pedro. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

¹⁷⁸ DAMASCENO, Pedro. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Isso aí era pra vender, feijão se vendia mais um pouco, agora melancia não, se vendia com abundância. Plantava muito e vendia muita melancia, a gente vendia aqui na vila. Como vinham pra cá pessoas que queriam comprar e levavam, ou seja, terceirizado no caso. Era um meio de ganhar dinheiro, se vendia, mas dava muito trabalho, lógico, mas que você também ganhava muito dinheiro. Cansamos de dar duas, três viagens de carros levando melancia pra cidade. As últimas que a gente chama de pororoca, eu não sei, os outros chamam de ponta de rama. Lá pra nós, a gente chama de pororoca que é tipo aquela... é tipo o arroz, você planta o arroz, colhe e se você corta ele, brota de novo e dá outra safrzinha que eles dão um nome lá que eu não sei como é e aí se fazia. (Informação verbal)¹⁷⁹

Assim como as famílias da localidade que Pedro vivia, outras tiveram diferentes experiências. Entre os entrevistados, os relatos sobre a agricultura e demais atividades foram apenas relacionadas ao que realizavam nas localidades, antes do deslocamento. Esses depoimentos tinham características que se reportavam a épocas (tempo), onde nem imaginavam que teriam que ser deslocados do lugar onde viviam. Muitas falas eram marcadas pelo saudosismo e pelas novas expectativas criadas na atual localidade onde vivem.

Na localidade denominada de “assentamento Santa Rita”, conversei com algumas pessoas e tive exemplos relatados por: Manuela, Francinete, João Felipe e Raimundo¹⁸⁰. Estes atingidos deram detalhes do modo de vida na localidade denominada “assentamento Joana Darc”, de onde foram deslocados. Na nova localidade, os mesmos vinham enfrentando os desafios que os deslocamentos trouxeram para suas vidas, em ter que se estruturar novamente no “assentamento Santa Rita”.

Para Manuela e Francinete, nos depoimentos colhidos quando elas estavam juntas, as lembranças do que cultivavam causava frustração, pois não queriam abandonar seus “sítios”, situados no “assentamento Joana Darc”. Isso estava pesando em suas mentes e suas expectativas até aquele momento não eram positivas. O deslocamento para aquela localidade estava sendo muito problemático e esses entrevistados apresentaram uma série de dificuldades que vinham enfrentando até aquele momento. Vejamos o que Manuela comentou neste trecho da entrevista das duas:

Se dissessem pra mim ficar eu ficava, porque era longe, era difícil, mas eu gostava, eu gostava de lá, tudo bonito lá. O João disse que tá tão bonito, as plantas tudo florando, lindo, lindo e se eu fosse lá hoje, eu chorava só em ver, dói tristeza, dói. Aí você planta assim uma plantinha, passa ano, passa dois anos. Aí você começa a limpar, aí de repente a gente tem esse abalo de que vai sair, “ah, porque vocês estão bem, numa casa boa com dinheirinhos”. Mas não é assim, é uma coisa que fica dentro, que machuca e não cicatriza é você deixar uma vida que você planejou, que você construiu... Pois é menina,

¹⁷⁹ _____. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

¹⁸⁰ Para situar um pouco sobre o lugar de origem ou de onde cada um veio: Manuela é natural de Lábrea no Amazonas, Francinete é de Manacapuru- AM, João Felipe é de Minas Gerais e Raimundo é Rondoniense.

muito bom lá, muito tranquilo, muito calmo, muito farto, não é a mesma coisa daqui. Aqui você olha e ainda num vê uma planta, chegamo agora no meio do mato, daqui que você plante e vê que a plantinha. E indo pra frente, ainda vai começar a dar. Porque a alegria da gente que vive assim no sítio, numa chácara, numa pequena fazenda é aquilo que você planta, que você cria é pelo menos uma alegria, eu sinto isso, eu sinto quando eu planto, que eu vejo que tão crescendo. Eu ponho uma galinha pra chocar que eu vejo que tirou todos os pintinhos que você. E fazendo uma coisa com amor, uma coisa que você gosta, tudo isso (Informação verbal).¹⁸¹

A fala de Manuela é permeada pela lembrança da vida no “assentamento Joana Darc”, em seu sítio. Segundo sua menção, foram anos de dedicação e cuidados com os cultivos e uma estrutura de vida que para ela era a ideal, de uma relação subjetiva e particular com aquele lugar. Observei que a sua base, segurança e conforto emocional estavam naquela localidade, na relação que ela e sua família construíram com as demais famílias do “assentamento”. Sua reação no momento dos relatos era de sofrimento, em decorrência da nítida decepção em ter que recomeçar uma vida que foi interrompida para dar lugar às hidrelétricas.

Para ilustrar a fala de dona Manuela e dar mais detalhes sobre as plantações que eram realizadas no “assentamento Joana Darc”, a senhora Francinete também mencionou como eram diversificados os cultivos das famílias na localidade. Ela frisou que lidar com a terra e as plantas era uma atividade, acima de tudo, prazerosa.

Mas eu tinha um prazer de plantar, tinha coco, tinha graviola, carambola, tinha até um pé de apuí. Tinha acerola, fruta-pão, tudo eu plantava. Embora que eu não comesse, mas eu...tinha goiaba, cupuaçu também, limão, laranja, só que minha laranja ainda não estava dando, ainda. Agora que vai dar. Laranja, tangerina, pupunha, tudo, tudo... Mas eu gostava de ter a minha pimentinha, eu tinha prazer do vizinho chegar e eu dar um pouco de chicória, eu tinha prazer disso, ninguém tinha vergonha de bater na minha porta de manhã cedo. Era igual esse negócio de num plantar e ir buscar lá em casa. Eles iam pedir mesmo “Ah Francinete eu quero pimenta de cheiro”, vai lá e pega, dava até prazer em sair pra servir os outros. (Informação verbal)¹⁸²

Constantemente nas falas não há como deixar de destacar que sobre qualquer tema tratado, como o das atividades agrícolas, não esteja presente o componente trágico dos “efeitos sociais. O comparativo entre o antes e depois das hidrelétricas era latente, porque estavam vivenciando os problemas. Um dos principais fatos estava nesse processo de deslocamento, isso dizia respeito à brusca saída da localidade, tendo que aceitar que as regras mudaram e seus modos de vida foram alterados. Para alguns, aqueles que possuíam em mente outras alternativas, se a nova vida na localidade “Santa

¹⁸¹ PEREIRA, Manuela. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

¹⁸² RODRIGUES, Francinete. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Rita” não correspondesse, isso já era claro, eles sairiam do lugar para viver em outro.

Sobre essas incertezas, indaguei do senhor Raimundo:

Glaucia: O senhor acha que não vai durar muito tempo aqui seu Raimundo?

Raimundo: Não, tem que programar o negócio pra gerar uma renda rápida. Se não, eu vou ter que formar uma venda rapidinho, se não nos dois anos, se não formar uma renda por mês, vou ter que voltar pra cidade.

Glaucia: E na cidade o senhor faria o quê?

Raimundo: Na cidade a minha profissão agora é pedreiro, é açougueiro. Mas açougueiro eu não quero, só se for último caso, mas se eu voltasse pra cidade, mas eu não vou voltar, vou batalhar.

Glaucia: Não tem essa pretensão?

Raimundo: Não tenho

Glaucia: É mais difícil na cidade?

Raimundo: É bem mais difícil agora, aqui como o acesso é bem pertinho da cidade, dá pra você mexer com plantio de melancia, com plantio de maxixe que você leva pra cidade pra vender. Pra plantar aqui, planto abóbora, planto o mamão, planto melancia. Vou fazer um barracão agora, criar uns porco que já tem umas oito cabeças. Vou mexer com galinha, porco já. Agilizando o dinheirinho que eu peguei, mas eu tô investindo todinho, menos em ferramenta de trabalho. Que aí montando tudo de novo que é pra mim não voltar pra cidade, que aqui vai ter muita gente que vai voltar pra cidade.

Glaucia: O senhor acha que vai ter muita gente que vai sair fora?

Raimundo: Vai, vai sair fora, vai gastar o dinheiro todo, não tem condições de trabalhar, que a terra aqui tem que corrigir.

Glaucia: É muito caro corrigir essa terra para a plantação?

Raimundo: É, vamos supor, no caso eu já gastei seiscentos e cinquenta reais pra gradear doze casas. Agora eu tenho que fazer a análise da terra, são cento e vinte reais ali na casa rural. (Informação verbal)¹⁸³

No caso do senhor João Felipe, foi demonstrado que ele tinha expectativas positivas em dar continuidade às suas atividades, ele falou sobre o que plantava e quais eram seus planos na nova localidade. A princípio, durante a nossa conversa ele estava animado com a organização da casa e o preparo da terra para iniciar os cultivos, mas em meio às lembranças que tinha da sua vida no “assentamento Joana Darc”, ele apresentou uma reação saudosa da localidade e chegou a se emocionar durante os relatos:

Glaucia: Lá no sitio você plantava o quê?

João Felipe: Olha, logo no início plantava abacaxi que eu acreditava muito, mas acabou não dando certo, por causa do acesso que não tinha estrada, não tinham tirado a divisa. Aí eu acabei plantando banana no sítio do outro, aí depois eu plantei banana no meu e não deu certo. Aí veio o IBAMA que não podia queimar, chegou o limite da derrubada que é dez hectares. Não podia mais derrubar, eu tinha um pasto, não podia queimar pra aumentar o pasto se não era multado, era aquele problema. Teve gente lá que foi multado em trinta mil reais, aí complicou a vida da gente.

Glaucia: Você plantou mais ou menos, quantos pés de abacaxi?

João Felipe: Eu plantei ainda umas 600 covas de abacaxi, mas o meu pensamento era plantar mesmo quarenta e cinco mil, que era pra venda. Mesmo eu tenho experiência com abacaxi, que eu trabalhei na fazenda, cheguei a plantar arroz, milho, macaxeira, só pra despesa mesmo.

Glaucia: E criou gado?

João Felipe: Aí a gente fez o financiamento e preferi o gado, porque pra plantar a terra tinha muito toco. Eu plantei capim, aí fiz um projeto pra gado.

¹⁸³ OLIVEIRA, Raimundo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Comprei umas cinco cabeças de gado, hoje eu tô com quinze cabeças e os gados reproduziram lá. Lá antes de vir, eu marquei tudinho, cheguei a fazer queijo lá. Mas agora nesse último verão, o pasto tava ruim, aí eu não quis judiar das bichinhas. Eu pus lá no pasto que a Santo Antônio vai pagar durante um ano. Aí agora que saímos do Joana Darc, aqui começando tudo de novo, vou fazer um pomar, já fiz a irrigação. Porque um sítio sem pomar não é sítio. Agora eu quero plantar um araçá-boi, mas eu quero ter de tudo no sítio, é banana, é laranja, é tangerina, é mexerica, é macaxeira, é cupuaçu, é limão. (Informação verbal)¹⁸⁴

Paralelo às atividades agrícolas, a *região* do rio Madeira tem em seus recursos naturais uma histórica fonte de constante cobiça, a exemplo dos seringais e agora com o domínio da força das águas do rio, que estão sendo controladas para geração de energia elétrica. A fonte cobiçada que estou me referindo é o “ouro”, um dos recursos naturais mais procurados na Amazônia e que desperta uma intensa especulação em torno das áreas onde sua presença é crescente.

Com a valorização deste minério, o rio Madeira foi sendo explorado em quase toda a sua extensão e com isso uma larga expansão de garimpos foram formados há décadas, passando a ser uma das principais atividades realizadas pelas famílias das localidades do rio Madeira. Essa atividade já teve seu ápice e era realizada desde o Rio *Beni* na Bolívia. A busca pelo ouro atraiu milhares de garimpeiros que se distribuía pela calha do rio e até atualmente muitos garimpeiros, se dedicam à busca do ouro. Cabe lembrar que a atividade do garimpo se tornou uma prática das famílias que viviam nas margens do rio Madeira. Essa atividade concomitante a outras atividades, como a pesca e a agricultura, fazia parte do arcabouço cultural das unidades sociais presentes no rio Madeira. Temos os exemplos dessa prática conjugada a outras atividades, nos relatos de Pedro Damasceno e da senhora Nilza.

Conforme foi verificado, sua prática foi tão marcante e intensa na *região*, que houve a formação de sindicatos e cooperativas extrativistas, a exemplo de algumas existentes em Rondônia e no Amazonas, como em Porto Velho-RO, Humaitá-AM, Manicoré-AM e Apuí-AM. Em Porto Velho: Sindicato dos Garimpeiros do Estado de Rondônia – SINGRO, Ariquemes – RO: Cooperativa dos Garimpeiros do Estado de Rondônia – COOGER; em Humaitá-AM: Cooperativa do Extrativismo Mineral e Familiar de Humaitá; em Manicoré – AM: Cooperativa Mista dos Extrativistas Mineraias Familiares de Manicoré; Cooperativa Extrativista Mineral Familiar do Rio Juma, Apuí-AM. No entanto, se qualquer pessoa percorrer o rio verá que a atividade também é

¹⁸⁴ QUEIROZ, João Felipe. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

realizada de forma autônoma, pelas famílias que vivem nas margens do rio e não necessariamente estão vinculadas a uma organização como garimpeiros.

A circulação de garimpeiros que vêm de outras regiões e estados, em busca de ouro para extrair, é recorrente. Estes garimpeiros ficam circulando em busca do melhor lugar para extrair o minério, para depois vendê-lo e gerar parte da renda que sustenta suas famílias. Com as hidrelétricas, já era apontado em 2008¹⁸⁵, pela equipe de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA, que a atividade foi se intensificando e avançando para outras regiões do rio Madeira e seus afluentes, como o caso de Apuí-AM e Novo Aripuanã, que já estimavam a presença, desde 2007, de cerca de dois mil garimpeiros na atividade. Isso estava provocando uma tensão social, dada a grande movimentação de pessoas para extrair o ouro.

Durante as entrevistas conheci dois casos de pessoas que chegaram ao Estado de Rondônia e que tiveram a experiência de trabalhar na atividade. Foram os casos de Pedro Damasceno, da “Vila Teotônio”, e da senhora Nilza, do “Joana Darc” que fizeram relatos sobre a época em que trabalharam em outros garimpos fora e dentro de Rondônia. Pedro Damasceno, embora atualmente esteja envolvido com outras atividades, recordou o tempo em que trabalhou na extração do ouro, da época em que foi morar na localidade próxima a “Cachoeira Teotônio”.

Dona Nilza, natural de Manacapuru no Amazonas, também fez relatos sobre a atividade no rio Madeira. Falou das viagens, dos riscos em administrar a vida em torno do garimpo, da sede de procurar o tão esperado ouro. Relembro também que o senhor Izaías fez referências ao *tempo*, década de 80, em que o “ouro” atraiu muita gente para as proximidades das cachoeiras. Isso fez com que seu comércio crescesse em vendas e no atendimento aos consumidores locais¹⁸⁶. O garimpo seria mais uma atividade dentre as tantas desenvolvidas pelas famílias no rio Madeira, ele fazendo desenvolver, conseqüentemente o comércio na *região*. Além do garimpo e agricultura, outra atividade, mencionada anteriormente nos relatos do senhor Marcelo, realizada pelas famílias em todo o rio Madeira é a pesca. Essa atividade ocorre em toda a extensão do rio e se destaca por ser mais uma forma de, assim como as demais, garantir o sustento de centenas de famílias.

Sem sombra de dúvida, a pesca tem sua relevância e os relatos sobre a atividade estão presentes em quase todas as entrevistas que realizei. Com base nas entrevistas que conduzi, percebi que a pesca pode ser realizada sem determinação de época específica.

¹⁸⁵ Ver artigo “Transformações Econômicas e Sociais” no livro “Águas Turvas” (SWITKES, 2008, p. 144).

¹⁸⁶ Tais citações foram expostas anteriormente quando tratei da autoidentificação e classificação das localidades.

Mas é claro que ocorria, em algumas localidades, com uma frequência mais intensa em alguns meses do ano, fato que favorecia muitas famílias na prática da atividade. Há que se convir que, existiam aqueles que se dedicavam muito mais a pesca, como a maioria das famílias que viviam na “comunidade Cachoeira Teotônio”, onde era praticamente unânime a prática desta atividade. Sobretudo, há uma dinâmica que permeia e organiza a capacidade dessas famílias em realizar várias tarefas cotidianas, cada uma num *tempo* específico, o que indica que entre as demais atividades prevalece uma rotatividade, espécie de combinação, entre a pesca e as atividades agrícolas.

Em relatos como os de Rosilene, da localidade denominada “distrito de São Carlos”, a pesca aparece lado a lado com outras atividades, destacando mais uma vez a habilidade das famílias com relação às ações que poderiam desenvolver:

A gente desenvolve, tem uns que vivem mais da pesca, aí quando o período da pesca acaba, tem o período do açaf. Essas coisas da agricultura, plantam melancia, a maioria trabalha assim e outros o trabalho deles é assim, no governo, na prefeitura, no colégio, no hospital é assim o trabalho deles, é variado não é só uma única coisa. Por que as pessoas que estão no governo trabalham a noite, eles trabalham de pescaria, alguma coisa assim. É pra complementar a renda de dia e outros já trabalham de manhã e pra tarde já faz outro trabalho como meu marido, ele trabalha de manhã na prefeitura e a tarde ele trabalha com outra coisa. (Informação verbal)¹⁸⁷

No entanto, ao mesmo tempo em que os entrevistados falaram da pesca como fonte de sustento das famílias nas localidades, muitos deles mostraram que essa atividade vinha sofrendo duras restrições de acesso aos recursos pesqueiros, disponíveis em pontos específicos do rio Madeira. Isso tem afetado a dinâmica de ocupação e manutenção de muitas famílias.

Em entrevista realizada com Miquéias Ribeiro, que vive também em “São Carlos”, sobre os problemas da localidade, a pesca surge como um dos temas problemáticos. Tal atividade aparece em sua fala imersa numa série de situações, onde ele mesmo alerta para os enfrentamentos e restrições que os pescadores vêm tendo:

Glaucia: Existem outros problemas graves que os aflige aqui na comunidade?
 Miquéias: Existem, nós temos outros problemas graves é a situação justamente dessas reservas e o IBAMA e a SEDAM que reprimem muito os pescadores e pescadoras. Então é um problema tão sério, que eles não podem mais descer no rio de canoa. Então privatizaram todos os rios e o pescador desce lá pra pescar. Aí a SEDAM já vem, já toma os utensílios de pesca. Então a gente tem sofrido muito com isso e a gente tem tentado pra que não se torne uma guerra, a gente tem tentado minimizar a situação, mas é isso a SEDAM e o IBAMA eles têm a tarefa de vir reprimir as famílias aqui no Baixo Madeira. Porque aí envolve tudo, eles estão a favor da Santo Antônio, eles estão a favor das grandes empresas.
 Glaucia: A SEDAM tem um posto aqui?

¹⁸⁷ MORAES, Rosilene. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Distrito de São Carlos, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Miqueias: A SEDAM tem um posto assim, eles acostumam vir pra uma área que tem se tornando área dos grandes, que é no Rio Verde, que é aqui próximo. Então lá, as famílias entravam e pescavam, hoje não, hoje os grandes empresários tomaram conta desse rio. E aí é lá onde eles é acolhidos, que é lá em Rio Verde, que é lá na casa dos grandes empresários.

GlauCIA: O que tem lá nesse Rio Verde, chácara?

Miqueias: Então tem muita coisa unida, não tem chácara, mas tem flutuante a coisa mais linda, cada um mais lindo que o outro. É coisa chique, virou uma área turística, era uma área de pesca das famílias, mas aí virou uma área turística dos grandes empresários, que agora os grandes empresários tomaram de conta, agora eles proíbem. A SEDAM fica na entrada do rio, aí as famílias pobres não entram, só entra os ricos, tu vê de sexta-feira começa o movimento lá. Os grandes empresários vêm, os vereadores, prefeito e tudo mais de Porto Velho, pra pescar, passar o dia, o lazer e tudo mais. Então a gente tem sofrido com isso também, por que aquele rio era nosso e ele tem que ser nosso, das famílias e a gente tá até querendo mobilizar pra tomar aquele rio pra nós e nós que têm que tirar eles de lá. Não eles tirar nós de lá, nós temos o exemplo de um companheiro nosso que é da coordenação do MAB, que foi expulso de lá esses dias, não só expulso, mas ele foi ameaçado. Os grandes empresários chegam a ameaçar, chegam a intimidar os pescadores e lá é uma área que dá muito peixe, então é muito visada. (Informação verbal)¹⁸⁸

As famílias de “São Carlos” tem se visto num cerco que os pressiona a se deslocar da localidade. A partir das conversas, percebi que as famílias começavam a questionar os efeitos decorrentes da implantação das hidrelétricas e dos *atos* institucionais que passaram a orientar incisivamente as suas atividades. É interessante observar que as famílias desta localidade sofrem com a falta de alternativas, uma vez que não foram consideradas pelos consórcios como atingidas e sentem os efeitos ambientais desde que as hidrelétricas foram erguidas. No que diz respeito às restrições feitas pelo IBAMA e SEDAM, não havia, segundo os relatos, nenhuma ação que pudesse orientá-los com outras alternativas que pudessem garantir a reprodução social daquelas famílias e muito menos que os ajudassem com os problemas que estavam tendo diante do aceleramento dos desbarrancamentos. Parecia que os problemas estavam coadunados para forçar o deslocamento. Naquele momento, eles nem imaginavam que o pior estava por vir e seria o *desastre* da cheia de 2014.

Apesar de todos esses problemas, retomo uma breve descrição da pesca, a partir dos relatos de pescadores que viviam na “comunidade Cachoeira Teotônio”, informações que complementam os relatos anteriores de Marcelo. Tais relatos demonstram como a pesca era realizada, com detalhes sobre os tipos de pescarias, uso de instrumentos, os pontos de pesca e os peixes que eram capturados. Sempre fazendo alusão à época em que tinham acesso a certos lugares, nesse caso as cachoeiras.

¹⁸⁸ RIBEIRO, Miquéias. **Entrevista**. Entrevistador: GlauCIA Maria Quintino Baraúna. Distrito de São Carlos, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Nesse caso, ganham destaque as descrições feitas pela família Damasceno, que tinha uma forte ligação com a pesca. O senhor Pedro, várias vezes fez referências à atividade e aos procedimentos para realizar uma pescaria. Ele se deteve em reconstituir cuidadosamente os detalhes dessa prática, que tornava os pescadores, que viviam próximos a “Cachoeira Teotônio”, exímios especialistas em pesca de cachoeira. Selecionei alguns excertos desses relatos e abaixo aponto o uso de certos instrumentos, grifados por mim, utilizados na pesca de bagres na “Cachoeira Teotônio”:

Glauca: E vocês trabalhavam com que instrumentos?

Pedro Damasceno: A pesca nessa época, quando o rio agora que nem tá agora, ele tá baixando. A gente usa mais a grozeira aqui do nosso lado e a linha 140, 150, manual, as chumbadas chegam a pesar, cada, seiscentas gramas, cada chumbada. Os anzóis são os anzóis médio que é pra suportar e usar um anzol bem reforçado pra suportar o peso e geralmente são peixes de 20, 30, 40 quilos... o jaú ele é um peixe que gosta muito de pedra. Então nessa época, nessa época até se dizer, o rio está seco mesmo, o jaú a gente pegava razoável, muito, muito, muito. Aí chegava o forte do verão mesmo, aí a pescaria continuaria já com tarrafa e aí já entraria todos os peixes, os peixes de couro, o bagre: a piramutaba, o barba chata, dourado, babão, filhote, pirarara, eram vários tipos de peixe. Peixe de escama mesmo curimba, jaraqui.

Glauca: O que é grozeira?

Pedro Damasceno: Grozeira é uma...você compra um cadaço, tipo uma cordinha, assim daquela espessura dali, que tá amarrado na banana. Então ele é *nylon* mole que a gente chama. Já essa linha de pesca de botar em longuinete a gente chama de *nylon* seco pra ela num cair na água e esse *nylon* mole, ela é essa fibra que ela molha. Então você coloca em torno de cem braças, solta uma pedra numa corda mais grossa amarrada, aí quando a pedra topa o chão no fundo do rio, aí você estica a corda e amarra um carote¹⁸⁹ e aquele carote é a base para você ver ali passar um anzol. Aí você na alça do balde amarra duas cordas, da grozeira e da coica que a gente chama de coica que é pra segurar a grozeira no meio do rio. Aí você estica ela e na ponta dela você solta uma outra pedra amarrada na ponta da grozeira. Aí você já solta ela pra fazer tipo um seio, porque é pra ela ficar uma parte leve, mais ou menos no formato de seio. Que daí quando ela senta aquela parte em formato de seio, você levanta até onde você consegue levantar e começa a botar os anzóis, que quando você solta ela afunda de novo. Entendeu? Que aquela pedra sempre vai ficar ali, tanto a da ponta, como essa da ponta do balde e você trabalha é aquela linha, você vai levantar e vai botando os anzóis nela mais ou menos de três em três metros, de dois em dois metros, cada um anzol naquelas grozeiras. Aí uns ficam bem perto do solo, no fundo e outros ficam em meia água. Aí então os bagres vão passando, qualquer peixe vai passando e é a grozeira que chamamos (Informação verbal).¹⁹⁰

Para o irmão de Pedro, que pescava, principalmente para abastecer o restaurante que dirigia com a esposa Claudia, a pesca foi citada quando ele retratava a sua condição pessoal. Uma vez deslocados, ele e outros pescadores já não exerciam mais a atividade. Em seu caso específico, nem o restaurante que mantinha com a sua esposa pode continuar funcionando. As condições não eram favoráveis para o casal. Claudia apenas

¹⁸⁹ “Carote”: pode ser um vasilhame de plástico, tipo um garrafão;

¹⁹⁰ DAMASCENO, Pedro. **Entrevista**. Entrevistador: Glauca Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

fornecia refeições para alguns funcionários da SAE e Idevan estava sem pescar porque não havia peixe naquela área. Naquele momento ele apenas realizava pequenas atividades com seus irmãos. Os ganhos já não correspondiam à renda que tinham com o restaurante e à venda do peixe. Ademais, o valor pago como “indenização” estava acabando. Em seus relatos ele lembrava como a pesca era organizada e expressava o seu envolvimento com a atividade:

É, eu pescava o ano todo. Quando um local tava ruim, tinha outro local que tava bom, às vezes eu ficava meio que sem pescar, porque a água ainda tava muito baixa. Então logo mais eu já ia tá pescando e assim ia. Sabe o que nós fazia? Nós pescava em torno de quatro, cinco pessoas. Numa pescaria de um dia, dois dias, dava setecentos, oitocentos pra cada um. E era muito solto, muito solto. Esse ano passado, no meu ano quem pegou mais fui eu. Criei um calo na mão que eu fiquei com medo de não acabar mais... É aquele mesmo negócio, você enquanto morador, você tem que tomar cuidado com a sua vida se não você morre... Eu pesco desde os meus dezenove anos. Só que eu, tá com um ano e meio de rio. Aí aqui eu comecei a pescar desde os meus dezenove anos... em Cruzeiro do Sul, era. Sempre eu ia acompanhar o meu pai. Só que não era pescar pra vender não, era pescaria... aqui é outra pescaria.

Entre os relatos, Idevan também falou sobre o desafio que era pescar na cachoeira, fato que é expresso pelo senhor Izaías e Marcelo, quando mencionaram a falta de habilidade de pessoas de outros lugares que se propunham à prática sem conhecer o lugar. Idevan demonstrou como dominavam a técnica da pesca e os instrumentos usados.

Gláucia: Por que não podia colocar a tarrafa no braço?

Idevan: Nós aqui não faz esse tipo de coisa...morador da rua é que faz isso, que acontecia, que não sabia o que é que tava ali debaixo, qual era o peixe e na correnteza também. Então a gente pesca com cabo grande, cabo de vinte metros, quinze, trinta metros. Você joga e o que puxar, você vai levantando até acertar, aí você puxa fácil. A gente pegava peixe muito grande. Então, era aquele negócio, só de nós nascer, nós já tamo correndo o risco.

Gláucia: Qual é o tipo de peixe que dava ali?

Idevan: Peixe que a gente pegava ali era: dourado, filhote, pirarara, jaú, surubim, mapará, barba-chata, babão... (Informação verbal)¹⁹¹

Sobre os pontos de pesca, Idevan citou alguns. O senhor Izaías também já havia citado os mais conhecidos e disputados:

Aqui é um poço¹⁹², isso aqui, era um poço do manteiga. Nós fica acocado¹⁹³ bem aqui, assim, com a canoa, quando tá cheio porque falta secar mais um pouquinho. Aí jogava a linha aqui dentro. Aí pegava um peixe muito grande aqui. Então aqui é o Ceará essa pedra aqui, não, a pedra do meio, perto da

¹⁹¹ DAMASCENO, Idevan. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

¹⁹² A parte mais profunda de um lago ou rio. Lugar onde ficam os peixes.

¹⁹³ De Cócoras, numa posição baixa.

pedra do meio. Aqui são o Salvador. E aqui a pedra Salvador e aqui já é outro canal e já é outra pedra. (Informação verbal)¹⁹⁴

Relembrando o senhor Izaías, destaco excertos da entrevista onde ele aponta, assim como Pedro, os principais lugares de pesca:

Glaucia: Havia algum ponto que mais tinha peixe?

Izaías: Lá tinha vários pesqueiros, na cachoeira, todos tinham seus nomes que era, vou falar assim: Tibúrcio, peixeiro bom, Ceará, Valha-me Deus, Paredão, Buraquinho, Pedra do Meio, Pedra da Manteiga, Pedra do Lodo, Zé Rodrigues e de outro lado lá no Amazonas, de frente logo, do outro lado do rio, lá o apelido lá do peixeiro é Amazonas. Porque uns tempos atrás, lá era do Amazonas, pertenceu ao Amazonas. Só que depois ficou pra Porto Velho.

Glaucia: E esses pesqueiros eram entre as pedras?

Izaías: Não, num eram entre as pedras, só que ia pelas pedras, só que aonde o peixe parava, lá era muito peixeiro. Era um remanso¹⁹⁵, onde podia jogar tarrafa, jogar linhagem, não engatava muito, então formava aqueles pesqueiros, daí tudo isso eles conseguiam. Tinha época aí quando estava enchendo ou secando, tinha “pescador” de pegar setecentos quilos só desse peixe aí alinhado, já. (Informação verbal)¹⁹⁶

Recorrer a tais relatos se fez necessário para que se tenha ideia do quão valoroso é a pesca para as famílias atingidas ao longo do rio Madeira. Sendo uma das atividades mais abrangentes na vida desses atingidos, optei por apresentar os exemplos dos relatos acima para que fosse possível perceber dois pontos fundamentais que remetem à anulação da atividade.

O primeiro diz respeito ao fato desta atividade estar ameaçada pela restrição, por parte de instituições ambientais e de empresários que se apropriaram de áreas comuns, nas quais as famílias da redondeza faziam uso dos recursos naturais para o sustento próprio. Esta situação que ocorria em “São Carlos”, e que possivelmente deve ocorrer em outras áreas, demonstra as nítidas investidas contra a manutenção dessas famílias, que se dava ao negar o direito à sobrevivência, impossibilitando o acesso à alimentação e ao pleno direito de exercerem a atividade.

O segundo demonstra uma situação em que os pescadores sofreram, o *deslocamento compulsório* da “comunidade Cachoeira Teotônio” e perderam totalmente o direito ao exercício da atividade na “Cachoeira Teotônio”. Com isso, se foram várias possibilidades e atualmente só as lembranças de um tempo e um lugar que não voltam mais. O resultado desse corte são os problemas que começaram a surgir e um

¹⁹⁴ DAMASCENO, Idevan. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

¹⁹⁵ Uma contracorrente que se forma às margens de um rio, lago ou igapó. Em alguns lugares da Amazônia também é conhecido como “rebojo”. Seria como uma espécie de espiral ou redemoinho que se forma no fundo do rio até a superfície.

¹⁹⁶ CAMARA, Izaías Pinheiro. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

sentimento de temor do que iria acontecer, caso não lhes fossem possibilitadas alternativas para reconstituir suas vidas.

Ambas as situações demonstram o gradativo efeito da implantação de políticas aliadas e tornam evidente o projeto político-empresarial de redefinição da ocupação do rio Madeira. Pude inferir que sem a prática da pesca na vida dos pescadores e suas famílias, não há reconhecimento de suas identidades. Conseqüentemente, há perdas de direitos trabalhistas (aposentadoria, seguro-defeso são alguns exemplos) e violações profundas no âmbito das subjetividades. Aliado a isso estão as omissões por parte das instituições do Estado que não se propõem a criar resoluções para garantir que esses atingidos possam, pelo menos, usufruir de medidas que minimizem os problemas que ambos vêm enfrentando.

Nesse sentido, tem-se que inviabilizar para o “pescador” e sua família o direito à prática é destruir parte de sua vida. A pesca está para essas famílias como o exercício da profissão está para cada pessoa. Em decorrência desses atos, que negam o direito a livre atividade, que constitui a identidade destes agentes sociais, emergem situações de sofrimento que fazem com que ambos busquem constantes respostas sobre a pavorosa experiência vivida. É óbvio que várias reações surgem em meio a situações como as que acima foram apresentadas. Mas entre essas reações, especificamente naquele momento, percebi que alguns se mostraram perplexos e imobilizados, já outros inspirados a lutar contra as inúmeras causas que provocaram a desestabilização de suas unidades coletivas. De acordo com o que pude compreender, a partir das entrevistas, a desestabilização parecia orientar os pescadores a se apropriarem de conhecimento e a recorrer a *estratégias de luta* para garantir o que lhes restava, na esperança de recuperar parte da vida que foi perdida. Com relação às reações contra os atos que engessaram a atuação dos atingidos, adiante veremos como se constitui a *resistência* que propagará a luta contra os projetos hidrelétricos em Rondônia.

PARTE II

4 OS EFEITOS SOCIAIS PROVOCADOS PELO “COMPLEXO MADEIRA”

No início da década de 2000, após serem oficializadas as ações previstas na agenda de trabalho dos planos IIRSA, PAC e PDE, passaram a tomar fôlego as obras de infraestrutura que contemplavam o que seria o “Complexo Madeira” e as construções das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira. Com isso, nos anos subsequentes, a especulação em torno dessas obras foi crescendo e as informações sobre os estudos e as promessas de “desenvolvimento” para o Estado de Rondônia avançaram. O anúncio de melhorias para o Estado de Rondônia e principalmente para a problemática capital de Porto Velho se transformaram na inspiração de grande parte da população, que passou a aderir às iniciativas referidas ao “Complexo Madeira”¹⁹⁷.

Em meio à atordoada chegada oficial da proposta de construção dessas obras de infraestrutura em Rondônia, o movimento antibarragem ganhava força mais uma vez, em menção a *resistência* na década de 80, reunindo: o MAB, ONG’s, entidades confessionais, associações, especialistas, núcleos de pesquisa, indígenas, estudantes e tantos outros colaboradores que à sua maneira somavam forças para evitar os efeitos sociais e ambientais que atualmente temos visto com recorrência na mídia e nos estudos apontados por pesquisadores de instituições de pesquisa.

Com base na compreensão que tinham dos prejuízos futuros, este movimento, mesmo de forma fragmentada, por não serem numerosos, iniciou o debate sobre os problemas e as formas de atuação para deter o processo distorcido de implantação e as estratégias dos consórcios que almejavam as obras. Embora o movimento pudesse usar todos os mecanismos legais possíveis, para frear essa imposição, via ministérios públicos, o governo autorizou que as obras fossem implantadas, sendo a UHE de Jirau em 2009 e a UHE de Santo Antônio em 2008.

¹⁹⁷ Antes de tratar diretamente do conhecimento público do “Complexo Madeira”, esclareço que as informações sobre os primeiros anos do debate sobre ele foram obtidas a partir de fontes secundárias como: reportagens, artigos, documentários, relatórios entre outros. Apesar de conhecer parte da região desde o ano de 2008, durante a pesquisa de mestrado e nas pesquisas realizadas pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA, apenas em 2011 realizei trabalho de campo de forma mais direcionada à compreensão dos conflitos socioambientais e enquanto aluna do curso de doutorado do PPGAS/UFAM. Nesse sentido, foi a partir desse período que intensifiquei o contato com agentes sociais e pude conhecer outros agentes e algumas localidades afetadas.

A partir daí se iniciou outra etapa na vida de centenas de afetados pelas obras, seria a etapa de deslocamento dos agentes sociais para áreas definidas pelas empresas. Nesse sentido, optei por acompanhar o caso daqueles que viviam nas localidades próximas ao Rio mas não foram deslocados e que sofreriam as consequências ambientais das alterações de seu curso.

Não tive acesso ao arquivo das empresas, apenas aos relatórios considerados públicos que estão disponíveis na internet. Tentei o acesso direto aos responsáveis pelos programas de reassentamento para entrevistas e obter licença para fazer um levantamento documental sobre as estratégias de deslocamento, mas nunca obtive resposta às minhas solicitações.

4.1 O deslocamento compulsório no rio Madeira: identificação das várias formas.

A brusca saída das famílias afetadas da região definida para a implantação das hidrelétricas denota um quadro variado de diferentes formas de deslocamentos compulsórios (MARTINS, 2012; ACSERALD, 2010) crescentes, enquanto um dos efeitos provocados a partir da construção das obras hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. Para tanto descarto a possibilidade de tais situações serem tomadas como “migrações”, por não se tratarem das usuais classificações limitadas a saídas por questões espaciais ou saídas “espontâneas” vistas comumente de forma naturalizada pela geografia. Chamo a atenção também para o fato de não corresponder a este debate, por haver uma generalização do termo “migrante”. O uso desta categoria oculta a realidade e coloca os que se movimentam no mesmo plano de categorização, impedindo que seja possível avançar no conhecimento da diversidade de identidades e das especificidades culturais que apontam de maneira concreta quem são os agentes sociais em situação de deslocamento (ALMEIDA; PALMEIRA, 1977, 17-20).

Da forma como foram analisados, esses deslocamentos puderam se concretizar a partir das intervenções empresariais legitimadas pelos governos de forma arbitrária e indefinida, tal qual o caso **Sobradinho** onde as indefinições do “reassentamento” provocaram grande insegurança nos atingidos (SIGAUD, 1986, p. 20-21). Subordinaram os agentes sociais atingidos às ações impositivas e por isso fomentaram seu deslocamento para outras localidades, embora nem todos tenham tido o mesmo “destino” (DAOU, 1988). Com base no trabalho de campo que realizei, constatei que

esses deslocamentos não dizem respeito apenas à retirada dos agentes sociais afetados pelas obras hidrelétricas para outras localidades planejadas pelos consórcios.

Embora esse tipo de deslocamento seja um dos destaques, as demais formas verificadas em campo também estavam ligadas a uma espécie de efeito sequencial que provocou deslocamentos provenientes de vários fatores. No que tange as definições de direitos dos atingidos, os consórcios se apropriaram de tal forma que coube a cada um determinar a partilha de concessões que as famílias teriam. Outro fator que levou ao deslocamento se deu a partir de problemas ambientais oriundos da barragem do rio. As restrições jurídicas ambientais, ou seja, o acesso às áreas de floresta e rio tem levado as famílias a buscar os recursos necessários a sua reprodução social em outros lugares. A *resistência* à proposta de moradia imposta pelas empresas e a neutralização das forças políticas de militantes, também tem levado as famílias a saírem forçadamente de suas terras. Não deixando de citar os deslocamentos de agentes sociais, que mesmo dando total apoio ao “Complexo Madeira”, não deixaram de estar na mesma condição dos demais, de ter que sair de suas terras compulsoriamente.

Ao analisar a proposta de deslocamento dos agentes sociais elaborada pelos consórcios responsáveis pelas hidrelétricas, percebi muitos pontos em destaque a serem refletidos. O primeiro desses destaques está relacionado ao uso de termos que se entrelaçam ao entendimento de como se referir ao próprio deslocamento. Então é recorrente encontrar na leitura das propostas os termos: “deslocar, reassentar, remanejar, realocar” proferidos nos itens de investimentos de apoio das empresas como componentes do discurso paliativo da “compensação” por perdas e pelo deslocamento. São algumas referências que “suavizam” os reais efeitos do *deslocamento compulsório* (PBA/MESA, 2008, p. 26-28 & Plano de Trabalho/ESBR, 2009).

No processo de *deslocamento compulsório*, os atingidos assistidos pelos consórcios foram classificados como “público alvo” dos “programas” elaborados pelas equipes dos mesmos (empresas especializadas à serviço dos consórcios com equipe técnica não especificada), para dar suporte apenas aos que se encontravam dentro da linha de alcance das hidrelétricas. Neste caso, estão em *jogo* as classificações, na qual aqueles que são autorizados podem fazer uso de instrumentos legítimos para realizar as mudanças. Tais intervenções afetam a vida social, uma vez que nesse processo de *classificação*, posições de “superioridade e inferioridade” passam a ser alteradas, reproduzindo na sua ação as diferenças (SCOTT, 2002, p. 18-19).

Os “Programas de Remanejamento da População Atingida” se encontram dentro dos Projetos Básicos Ambientais – PBA (UHE Santo Antônio 2008 e UHE Jirau 2009) apresentados pelos consórcios como ações a serem executadas na construção das hidrelétricas no rio Madeira. O universo do PBA diz respeito a várias questões: planejamento, a morfologia, meio ambiente, efeitos e afetados ou “impactos” sobre a “região” definida como afetada pelo “Complexo Madeira”, entre outros.

Sobre a parte que diz respeito ao deslocamento dos agentes sociais, eles são definidos pelos consórcios como “público alvo”, “população-alvo” ou “população atingida”, “população diretamente afetada”. No PBA são apresentadas as metas e atuações dos consórcios com relação a: definição de quem são os afetados que foram deslocados das áreas pretendidas; pagamento de indenizações pelos imóveis, propriedades e benfeitorias que estavam nas áreas definidas como afetadas; pagamento de indenizações pelas atividades que não seriam mais realizadas nas localidades rurais; imposição das regras jurídicas para desapropriação das terras ocupadas, segundo critérios dos consórcios. Uma ação cadastral e censitária orientou estes procedimentos.

As famílias classificadas pelos consórcios como atingidas seriam acompanhadas por equipes técnicas e pelos subprogramas do programa de remanejamento. Para tanto, estas famílias tiveram que estar enquadradas de acordo com os critérios dos consórcios. Desta forma, estes consórcios consideraram como afetadas apenas as famílias que residiam na “Área de Influência Direta - AID”. Essas áreas correspondiam àquelas onde foram erguidos os canteiros de obras, que seriam apropriadas, segundo seus engenheiros, para a construção da barragem e para a formação do reservatório (PBA, MESA, 2008, p, 02 & Plano de Trabalho/ESBR, 2009, p. 03). Isso indica que os consórcios insistiam em não admitir que os efeitos ambientais e sociais, não extrapolariam as áreas das construções e do alcance das águas com o enchimento do reservatório.

O processo de *classificação* dos afetados se deu de forma unilateral¹⁹⁸, sendo apresentados inicialmente nos EIA/RIMA. Logo depois já no PBA, sendo discriminados a partir de “cadastros físico e socioeconômico”, propostos pelas equipes responsáveis, prestadoras de serviço desses consórcios. Este fato denota um processo dirigido sem muita clareza, pois no escopo dos PBA não foi encontrada uma justificativa plausível sobre os procedimentos de escolha. As equipes técnicas seriam as responsáveis pela

¹⁹⁸ Me parece uma prática comum entre as empresas formular justificativas de que a escolha das novas localidades tenha se dado a partir da adesão em massa das famílias de atingidos. Isso remonta a situações semelhantes vistas por pesquisadores na experiência da barragem de Sobradinho no Rio São Francisco (DAOU, 1988, p. 40-41).

descrição detalhada sobre quem seriam as famílias afetadas. Essa descrição serviria como fonte de informações para orientar os passos dos subprogramas de assistência voltados aos atingidos. No caso das famílias denominadas como afetadas e citadas no PBA da hidrelétrica de Santo Antônio, sua procedência seria das seguintes localidades: “Jaci-Paraná”, “Cachoeira Teotônio” e “Amazonas”, somadas às localidades das áreas rurais da margem direita e esquerda do rio Madeira” (PBA, 2008, p. 06). As famílias definidas como atingidas pela hidrelétrica de Jirau, segundo a ESBR seriam aquelas que viviam nas localidades de:

Mutum-Paraná, localidades da BR-364, (Cical, Palmeiral, Dois Irmãos e algumas propriedades de Jirau) ramais rurais do Caldeirão de Baixo, do Arrendido, de FURNAS, Caiçara, da Prainha, Primavera, algumas propriedades do Caldeirão de Cima e São Lourenço), propriedades rurais às margens do rio Madeira (entre Ilha do Padre e Abunã). (Plano de trabalho, ESBR, 2009, p.03)

No entanto ao realizar a leitura do conteúdo do PBA, dos programas de remanejamento, observei uma limitação de informações descritivas sobre estes agentes sociais e uma tendência a generalizações das localidades rurais. Essas informações demonstram nitidamente o apagamento da diversidade de modos de vida e das identidades apontadas anteriormente. Vejamos:

A população diretamente afetada pelo projeto é formada pelos moradores, trabalhadores e proprietários de unidades produtivas localizadas nas margens do rio Madeira e seus afluentes em todo trecho onde haverá obras e inundação. (PBA/MESA, 2008, 06)

As informações obtidas e descritas no PBA demonstram que as famílias afetadas, bem como as benfeitorias e as atividades realizadas por elas em suas localidades de origem, foram qualificadas a partir do uso de instrumentos limitados. Tais instrumentos omitem uma série de detalhes sobre a vida no rio Madeira e não permitem que se tenha uma ideia mais completa possível, das atividades realizadas antes da implantação das hidrelétricas. Sabe-se também que a intencionalidade que domina esse tipo de metodologia é de favorecimento aos consórcios, para que os mesmos não assumam todas as responsabilidades, principalmente no que diz respeito aos direitos dessas famílias, deslocadas. Para tanto é informado o uso de “questionários socioeconômicos”, uma forma reducionista de apresentar realidades tão diversas¹⁹⁹.

¹⁹⁹ De acordo com o PBA, o primeiro levantamento socioeconômico foi realizado pelo Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental da UNIR em 2004 no EIA. E em 2007, FURNAS realizou mais um levantamento, considerando imóveis e benfeitorias (PBA/MESA, 2008, p. 06).

Os “cadastros” serviriam para fomentar um julgamento interno, feito pelos profissionais que atuaram nesse levantamento, para que pudessem definir quem seriam os afetados ou não. Todas as informações sobre os pontos que foram requisitados como “área afetada” foram georreferenciados, correspondendo a: casas, sítios, propriedades, fazendas, e registradas através das “atas notariais”.

No PBA está claro o uso da ferramenta legal para que as famílias atingidas disponibilizassem suas terras e imóveis em benefício da construção das duas hidrelétricas que, segundo os consórcios, são de interesse público, embora seja claro que houve a imposição e a facilitação para que as obras fossem implantadas. Neste caso, há o uso autorizado de ferramentas judiciais para também estabelecer os “direitos e a indenização” de acordo com os critérios estabelecidos pelos consórcios. Há total apoio jurídico e governamental, concessões para que esses mesmos consórcios pudessem fazer suas avaliações.

Neste caso os consórcios se basearam no Decreto-Lei Nº 3.365/41 que orienta os procedimentos de desapropriação de terras para “utilidade pública”. Tal Lei autoriza os interessados nas propriedades a adquiri-las e estes passam a ter o domínio total e legal para iniciar seus projetos, inclusive ditar o valor das indenizações por propriedades, imóveis e benfeitorias. A forma como é posta no PBA exprime nitidamente um poder constituído para privilegiar empresas, construtoras de obras hidrelétricas (barrageiros) e concessionárias de energia (PBA/MESA, 2008, p. 05).

Há trechos do documento do programa que tentam apaziguar e adotar uma interpretação positiva da construção das hidrelétricas, justificando a necessidade “pública” de um empreendimento energético. Há também um discurso dos consórcios que constantemente se exime de responsabilidades e isso tem se dado quando estes consórcios se veem obrigados a assumir a responsabilidade de tentar reestabelecer o modo de vida das famílias afetadas. Em destaque, separei dois excertos retirados do relatório e que exprimem essa tentativa:

Da parte da justificativa:

A capacidade da população local em absorver esse conjunto de alterações é pequena e o empreendedor se obriga a recompor as condições de vida e das atividades produtivas na área diretamente afetada pelas obras e pela formação do reservatório. (PBA/MESA, 2008, p.03)

E parte das Metas:

“Repor as condições de produção e moradia, refletidas em padrões de qualidade de vida no mínimo equivalentes as desfrutadas hoje, respeitando a legislação em vigor.” (PBA/MESA, 2008, p. 05).

Essa base legal também subsidiou o julgamento dos valores das indenizações, a cargo dos consórcios é claro. Esses valores estipulados foram mencionados de forma obscura, seguindo critérios apenas dos mesmos. Dessa forma, não fica claro no texto dos PBA, os valores para as atividades econômicas que deixaram de ser exercidas nas comunidades e assentamentos, assim também as demais condições (GARZON, 2009, p. 06-07).

As atividades consideradas como afetadas que estão no mesmo plano dos afetados com relação a AID são tratadas de forma muito resumida e sem riqueza de detalhes. Quando falam de agricultura, apenas se referem em “agricultura de subsistência e agricultura comercial”, dando um tom de pouca relevância à variedade de cultivos que existiam nas áreas e a importância para as famílias que se sustentavam com a produção que era escoada para a cidade de Porto Velho. A pesca também é reduzida a atividade complementar ou principal atividade, sem destacar a relevância que vimos ter para os pescadores durante o trabalho de campo. O garimpo apenas é descrito rapidamente e o extrativismo aparece como atividade complementar (PBA/MESA, 2008, p. 11).

O tratamento minimizante dado às atividades realizadas pelas famílias afetadas evidencia a pouca relevância que ambas tem para os consórcios e a baixa rentabilidade diante de tamanha obra. Tal posicionamento aponta para um descaso com o investimento voltado para o que seria uma proposta de “reassentamento”. Investir nos atingidos talvez representasse um alto custo para esses consórcios (SIGAUD, 1986, p. 25).

Com relação às localidades vistas como afetadas, há breves apresentações, que destacam timidamente as famílias pertencentes a elas e a baixa visibilidade dada as suas atividades. O texto era de característica reducionista, sem muitos detalhes que fariam o leitor conhecer um pouco mais sobre a história de vida e as trajetórias daqueles que viviam nas localidades, que atualmente se encontram submersas pelas águas. Sobre a localidade “Cachoeira Teotônio”, apenas oito parágrafos resumem o número de famílias, casas e a separação das atividades econômicas destacando quantos estavam envolvidos em cada uma delas (PBA/MESA, 2008, p. 08).

A respeito de Jaci-Paraná o texto carece de riqueza descritiva, uma vez que a localidade tem um número maior de famílias do que na “Cachoeira Teotônio”. Esse texto se resume em apresentar números de imóveis afetados e o tempo em que as famílias viviam nessa localidade. As informações mostram que há uma variedade de

atividades distintas, daquelas citadas sobre a localidade “Cachoeira Teotônio”. No relatório é apresentado que parte da população local tem sua renda baseada no serviço público; como autônomos; aposentados e trabalhadores rurais. As informações sobre demais atividades realizadas nesta localidade se apresentam de forma insuficiente.

Quando se trata de atividades como o garimpo, o extrativismo e a agricultura são destacados números ínfimos de pessoas que viviam dessas atividades. Essas informações dão margem à ideia de que poderiam ser atividades exercidas pontualmente e uma margem a baixa relevância econômica para o Estado de Rondônia. Deve ser considerado que sendo apresentado apenas o baixo número de atividades e o baixo número de quem as exercia, fica a nítida omissão de quais seriam as demais atividades que sequer foram citadas no conteúdo do PBA. Isso pode implicar numa interpretação equivocada de que as famílias se dedicavam a apenas uma atividade.

Localidades como “Morrinhos, Cachoeira dos Macacos” e outras localidades não especificadas, são caracterizadas de forma dispersa com informações gerais sobre as atividades e o uso recorrente de termos que configuram uma incerteza das informações: “Alguns pescadores...” “alguns moradores...” “outras fontes...” “alguns trabalhadores”. (PBA/MESA, 2008, p.08-09)

No texto, prevalece um tratamento dado à atividade da pesca, que é mencionado como “lazer” das famílias, o que de certa forma desqualifica o significado desta atividade para pescadores e suas famílias, principalmente frente à forma como me foi relatada pelos pescadores durante o trabalho de campo. Atribuir a pesca apenas um qualitativo de “lazer” dos pescadores é subjugar a cultura local. A pesca possui distintos significados, construídos a partir da relação entre as famílias e a natureza da localidade, seu peso vai além de um ato de lazer. A pesca representava a base estrutural familiar, assim como poderia ser a agricultura ou o extrativismo em outras localidades.

Ele pegava a família dele levava tudinho pra pescaria, ia acampar nas praias, nos igarapé. Então num se encontrava pelas casas dos outros. Por isso que o pescador nunca teve o hábito de se organizar, de discutir, de planejar pro que ia acontecer, por isso que nós apanhemo da Santo Antônio Energia, ela pegou nós de um jeito, porque nós não tinha esse hábito de se organizar, sentar pra planejar, não, nós planejava o que nós ia trabalhar. E era planejado, por incrível que pareça nos pontos de pesca. (Informação verbal)²⁰⁰

Em meio ao conteúdo do PBA, encontrei um item que trata das formas de *classificação* usadas pelas equipes da SAE. Estas classificações eram denominadas por

²⁰⁰ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

“tipologia de pessoas” e as suas respectivas atividades. Além disso, marcavam os critérios de deslocamento e “indenização” e apresentavam subdivididos os que seriam contemplados e que tivessem as seguintes características:

<p>“População a ser reassentada e/ou indenizada na área rural”.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1- “Proprietário residente de área rural: aquele que possuísse título da terra e de suas benfeitorias construídas no local, podia ser na agricultura, extrativismo ou pecuária; 2- Assentado em projeto de assentamento rural do INCRA: aquele que possuísse cessão ou título do INCRA e direito de propriedade das benfeitorias realizadas no lote; 3 – Ocupante ou posseiro de área rural: ocupante de fato sem titulação legal ou com titulação legal ou titulação imperfeita, sendo enquadrável como população tradicional (ribeirinho); 4- Gerentes ou caseiros de propriedade rural: empregados que vivem numa propriedade com suas famílias; 5- Empregados assalariados residentes em propriedade rural: 6- Proprietário não residente de terra ou fazenda: aquele que faz a exploração da área com empregados ou faz o arrendamento para terceiros; 7- Arrendatário, meeiro ou similar: aquele que explora a propriedade rural de terceiros e vive nela.”
<p>“População a ser reassentada e/ou indenizada em núcleos urbanos”</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1- Proprietário residente de imóvel urbano com titulação legal; 2- Proprietário não residente de imóvel urbano com titulação legal; 3- Ocupante de imóvel urbano se titulação legal ou com titulação imperfeita; 4- Inquilino ou ocupante “de favor” de imóvel urbano.”

Fonte: PBA/MESA, 2008.

O contraditório neste processo de *classificação* é que os responsáveis pela definição passavam a estabelecer uma definição limitante no entendimento do que seria um “atingido”²⁰¹. Uma leitura avessa à maneira como os agentes sociais se sentem ao relatarem o que é ter suas vidas afetadas por uma obra dessa dimensão e o que é ser e se sentir um “atingido”. Não houve uma partilha de fato das definições, onde as pessoas pudessem ter espaço na elaboração dos critérios para o deslocamento e “indenização”.

²⁰¹ A antropóloga Lygia Sigaud (1986, p. 20-21) ao longo do relatório feito sobre a barragem de Sobradinho, aponta também um entendimento inferiorizante, por parte dos engenheiros da CHESF, com relação aos “barranqueiros”, que de um modo geral, eram sinônimos de “atraso” e “incapazes”, diante da realidade do restante do país.

Houve a elaboração de justificativas acertada sobre quem seriam os atingidos, repetida tese que tem se sustentado em outros casos e neste, muito mais pela ideia de alcance das obras e das águas das hidrelétricas (VAINER, 2008) e pelos custos obrigatórios que esses consórcios teriam a pagar. Ações de assistência²⁰² nas novas localidades foram previstas, segundo o PBA, na tentativa de “realocar” atividades anteriores que não seriam mais realizadas ou que teriam uma baixa significativa, algumas relacionadas a atividades agrícolas, comércio, benfeitorias, pecuária e aquelas que necessitassem de assistência técnica.

Tentamos negociar no início, mas no final chegaram dizendo que iam arrumar recursos para os moradores, como ampliar criações de animais e horta e conseguir mais financiamento com o governo. Depois a empresa falou que não era pra plantar mais nada, que ia ser indenizado tudo e acabou-se, aí nós paramos. Mais de dois anos parados, primeiro começaram passando a mão por cima, depois veio paulada. Aí mandavam uma assistente social, que falava que não era pra plantar mais nada. Aí nós corria no escritório do chefe e ele dizia: “Ah não! Quem foi que falou isso? Pode plantar a vontade. Aí como a gente vai acreditar? Aí eu mesmo concluí que não ia fazer mais nada. Ia ficar aqui articulando o pessoal pra ir pra cima da empresa. Aí nós fomos pra luta. Se não fosse nós ir pra luta tinha ficado era pior. Nós corremos atrás dessas casas (100m²) porque nós brigamos. Casas com dois a três quartos com sala e cozinha. Nós brigamos por um barracão aqui, 15/8. Brigamos pela horta, brigamos pela nossa terra aqui (10 hectares), gradeada e corrigida. Taí a terra, sem corrigir, sem jogar calcário, sem jogar adubo, sem nada. Toda cercada. Aí depois eles prometeram de plantar dois hectares de macaxeira, plantaram, mas o gado do vizinho comeu parte da plantação. Aí falaram que iam repassar todo lucro de plantação da macaxeira, mas não repassou. Nós queríamos o dinheiro da macaxeira que foi perdida. Mas só que repassaram só o dinheiro do plantio. Aí muitas coisas que eles falaram, eles não cumprem não. Por exemplo, o barracão que era 15/8, aí reduziu pra 5/5. Agora vão repassar o dinheiro, R\$ 6.200 só. A horta foi esquecida, nada do que pedimos lá...eles deram só o pouquinho. (Informação verbal)²⁰³

Segundo a posição dos consórcios observada através do PBA, essas ações também foram postas em prática para reparar as perdas que as famílias tiveram quando foram deslocadas compulsoriamente de suas localidades. Na realidade, não há valores estabelecidos que pudessem mensurar o significado das relações construídas por estas famílias e seu modo de vida em suas localidades. Mesmo as novas ações propostas em lugar de atividades que antes elas realizavam, não há previsão de retorno imediato e tão pouco aceitação por parte de todos. Aqueles que não receberam tudo que foi previsto integralmente, teriam direito apenas a parte da “indenização” ou apenas as assistências. A maneira de definir adotada pelos consórcios sofreu muitas críticas, afinal sabe-se que não há como considerar a existência de afetados parcialmente.

²⁰² A ESBR definiu assistência de 3 anos após o deslocamento. (Plano de Trabalho/ESBR, 2009, p. 11)

²⁰³ BOLOR, Sebastião. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

A empresa prometia e não cumpria. Aí fomos imprensando a empresa. Aí foi chegando mais gente pra ajudar adquirir alguma coisa com a empresa. A empresa sempre fugia da negociação. Falavam uma coisa, mas descumpriam e não tínhamos nada gravado, aí não tinha como provar. Uns 30% foram indenizados. O resto ficou só com um trocadinho. Teve gente que não recebeu nem um terço do sofrimento. A maioria dos pés de planta foi uns R\$33, 00 reais o pé, café R\$ 9,00 reais produzindo. Eu paguei 250 reais de laranja levei 15 mudas. Não foi calculado o valor que tinha que colher e vender depois da temporada. Só foi calculado o valor da muda. Mas assim mesmo não pagaram pra nós. Eu tinha um manejo pronto, com madeira, mas impediram de tirar meu manejo. Aí ficou lá mil cúbicos de madeira. O que eles pagaram mesmo foi o custo do manejo, 8 mil. Era pra ser 70 mil cúbicos. Alegaram que ia dar outra reserva aqui e que nós podia fazer manejo novamente. Aí nós falava que lá não tinha como fazer manejo que aquela mata lá já foi explorada, aproximadamente 100 Km². (Informação verbal)²⁰⁴

De acordo com os consórcios, a aquisição dos “imóveis rurais e urbanos” foram baseados nos valores de mercado e seguiram as normas da “Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou seja, não pagariam o valor que as famílias estabelecessem. Os consórcios “deixaram” a critério de algumas pessoas a escolha por viver nas localidades construídas ou num imóvel em outra localidade. A opção pelo imóvel teria que seguir as regras impostas, principalmente quando a família optava por adquiri-lo fora da localidade proposta pelo consórcio. O imóvel teria que estar devidamente de acordo com as regras dos consórcios, que seguia o padrão dos planos de habitação adotados pelos bancos para que a família obtivesse a concessão de uma “carta de crédito”(Plano de Trabalho/ESBR, 2009, p. 08).

Com toda exigência requerida pelos consórcios, algumas pessoas relataram as seguintes condições:

O gasto dessa casa aqui dá enorme por mês, de duas pessoas de uma família pequena, gasta com produtos. Isso aqui é ruim de limpar, invés de ele ter colocado uma cerâmica lisinha é pra castigar todo dia. Daqui a um ano que vai chegar no final do ano e vai ter dinheiro pra comprar tinta pra tirar essas manchas, pra pintar essa casa todinha por dentro e por fora. Vai virar um mofo e a tinta vai ficando velha e vai pegando umidade. Eu por mim comprava outra terra com pasto maior do que essa terra daqui, que lá onde ia comprar tinha só de pasto, tinha dez de pasto, tudo arrumadinho. Só faltava dar uns retoques nas cercas, igarapezão que passava dentro era a coisa mais linda e aqui só deram dez hectares, pra quarenta que é a promessa. A casinha era ruim, mas a gente ajeitava a casa, por sessenta mil, aí se ela me indenizasse tudinho aqui essa casa tem valor de setenta mil. Isso aqui é a terra de cinquenta hectares o valor da terra aqui. Aí esse valor se ele tivesse me repassado, eu tinha comprado a terra lá e ainda ia sobrar cem mil pro meu bolso, aí eu ia comprar de gado, ia fazer minha instalação (Informação verbal).²⁰⁵

²⁰⁴ _____. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

²⁰⁵ OLIVEIRA, Raimundo. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Pela leitura feita dos planos, constata-se que não houve um debate das partes de modo igual, a começar por este tipo de afirmação a respeito das classificações que dão margem a decisão de quem seriam as famílias que teriam direito a uma das propostas oferecidas pelos consórcios:

Se, ao final do Estudo de Caso a ser realizado pela equipe da ESBR, o indivíduo ou unidade familiar postulante a benefício de remanejamento não se enquadrar nos critérios acordados no documento, seu caso será, ainda, submetido/informado a Comissão de Remanejamento inserida no Comitê de Sustentabilidade, a fim de que sejam dirimidas eventuais dúvidas ou lacunas que, uma vez superadas, ensejarão a tomada de decisão final pela ESBR (Plano de Trabalho/ESBR, 2009, p. 08).

O processo de negociação não considerou as representações coletivas das famílias atingidas. As regras foram claras quando se tratava dos acertos para o deslocamento, afastando qualquer possibilidade conjunta de atender as reivindicações coletivas. As reivindicações exigiam uma condição justa aos moldes do movimento antibarragem, considerando ações do MAB e dos apoiadores para que as famílias pudessem refazer suas vidas.

A aquisição das propriedades atingidas é o do entendimento direto com o atingido, através do diálogo franco e cordial, procurando sempre que possível, afastar a intermediação de terceiros que possam, eventualmente, pretender tirar proveito econômico ou político da ocasião (Plano de Trabalho/ESBR, 2009, p. 09).

As negociações “individuais” são ações comuns em vários casos que envolvem atingidos e os projetos hidrelétricos (SIGAUD, 1986, p.28-29 & DAOU, 1988, p. 50), recorrentes nos processos de “deslocamento”. Esse tipo de negociação enfraquecia a mobilização em torno de melhores condições, em alguns casos, os consórcios usaram de estratégias para separar alguns atingidos de seus pares. Um dos casos que chamou a atenção se deu no “assentamento Joana Darc”, quando durante o deslocamento, o consórcio não deu alternativas para um dos atingidos, que era militante do MAB. De acordo com o seu relato, a ele não foi dada a escolha de viver entre as famílias de sua localidade e então ele não pode se juntar aos seus na nova localidade:

Eu recebi tudo de uma vez, que na verdade eles queriam se livrar da gente, que na época eu morava com minha companheira e eles queriam se livrar que a gente era liderança lá. Por isso que acho que eles não quiseram dar assentamento pra nós, acho que por causa disso. Porque queriam indenizar a gente, pra gente sair fora (Informação verbal).²⁰⁶

²⁰⁶ LIMA, Davi. **Entrevista**. Entrevistador: Glauca Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Os deslocamentos que citei puderam ser encontrados na realidade e previstos na própria leitura dos PBA. Mas há casos em que os deslocamentos tem se dado devido os efeitos ambientais que atualmente recaem sobre a população que vive no limite entre a cidade de Porto Velho e o Baixo Madeira. Desde 2011, quando a hidrelétrica de Santo Antônio entrou em operação, localidades como “São Carlos” e “Brasileira” no rio Madeira e o “bairro Triângulo”, na área urbana de Porto Velho, passaram a sofrer os efeitos da aceleração dos desbarrancamentos das margens do rio Madeira.

Temendo que o “desbarrancamento” se expandisse, os atingidos haviam alertado as autoridades quanto ao fato e temiam por desastres futuros. De acordo com levantamento de informações realizado no MPF/Rondônia em 2012, as famílias atingidas pelo desbarrancamento chegavam ao número aproximado de 900 pessoas (Trabalho de campo/MPF, 2012). Muitos destes foram levados de imediato para hotéis e lutavam para serem reconhecidos pela SAE como atingidos pela hidrelétrica. Segundo essas famílias, o desbarrancamento era atribuído ao início da operação da hidrelétrica, que teria provocado a queda de terra e causou a destruição várias casas desse bairro.

O caso do “distrito de São Carlos” é um dos exemplos em que as famílias atingidas lutavam pelo *reconhecimento* junto aos consórcios. Elas vinham enfrentando os problemas com os desbarrancamentos e esperavam que algo fosse feito, do contrário essas famílias teriam que sair para evitar um *desastre* maior. Abaixo registrei o depoimento de um dos entrevistados que estava preocupado com a situação, durante o trabalho de campo em 2011.

Justamente porque foi atingido, a princípio é atingido, ou seja, diretamente ou indiretamente como as empresas privadas diz. Mas pra nós é diretamente, porque nós que somos afetados, atingidos diretamente. Eu vou por assim primeiro, a princípio é pela perda dos peixes, perdemos os peixes, agora ninguém tem mais peixe pra se pescar, o pescador e a pescadora que vive da pesca hoje em dia, se elas forem sobreviver da pesca elas não sobrevivem. Então isso é um princípio de atingimento, aí vem as outras consequências que é atingida pelo barranco que agora tá caindo. O barranco devido a barragem, atingidos pela estrada, pela saúde, pela educação que nós não temos uma educação de qualidade. Nós não temos uma saúde de qualidade! Então tudo isso eu me coloco em área de atingimento, para as grandes empresa não. Só aquelas que vem ser alagada diretamente aí eles tem como atingida. Mas pro MAB, nós consideramos atingidos diretamente e indiretamente (Informação verbal).²⁰⁷

Os problemas com a queda das terras das margens do rio Madeira tem se agravado cada vez mais. No início de 2014, temos como consequência a elevação do rio Madeira acima do esperado e seria a maior cheia em 50 anos.

²⁰⁷ RIBEIRO, Miquéias. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Distrito de São Carlos, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Esta será a maior cheia registrada nos últimos 50 anos”, afirma o coronel José Pimentel, coordenador da Defesa Civil de Porto Velho. O nível do rio Madeira atingiu nesta quinta-feira (6), a cota de 16,28 metros, bem próximo ao nível de transbordamento, que é de 16,40 metros. Se continuar neste ritmo, a situação deverá se agravar, já que o nível do rio está subindo, em média, 17 centímetros por dia. Na quinta-feira (5), a cota estava em 16,15 metros.²⁰⁸

O trecho da reportagem denuncia os sucessivos problemas enfrentados pelas famílias que viviam nas localidades próximas a cidade de Porto Velho. Essas localidades foram consideradas pela Defesa Civil como áreas de risco e várias famílias tiveram que ser deslocadas urgentemente. Nessa reportagem, essas famílias alegam que não foram inclusas no PBA, ou seja, não passaram pela avaliação que o consórcio submetia as demais famílias para indenizá-las ou mesmo para deslocá-las para as agrovilas construídas para receber os afetados.

Com a água quase invadindo a casa onde mora, na Vila Candelária, Gracinéia Barbosa França disse que já não dorme em noites de chuva. Com três filhos pequenos, de 2, 4 e 6 anos, ela teme uma tragédia. “Tenho medo de sair pra trabalhar e quando voltar encontrar uma tragédia. Tenho filhos pequenos e uma mãe idosa. O rio Madeira está enchendo rápido demais nos últimos dias”, diz Gracinéia. A comunidade de Vila Candelária vive sobre os trilhos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e às margens do rio Madeira. Na opinião do morador Rovilson Nunes, de 42 anos, a situação das enchentes se agravou após a construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. Os técnicos da UHE Santo Antônio vieram aqui, mediram as casas, os terrenos, viram o nosso sofrimento, isso em 2011. Depois indenizaram uma parte das famílias e deixaram outras só na esperança. Alegam que quem está aqui hoje se mudou após o período de indenizações, mas não é verdade. Moro aqui há sete anos, também tenho direito. Meus filhos estão matriculados na escola da comunidade há muitos anos e não acho justo”, desabafa Rovilson.²⁰⁹

O caso dos atingidos que viviam em “Mutum-Paraná”²¹⁰ e foram deslocados para a localidade construída pela ESBR é um dos exemplos de mais uma forma de deslocamento. Os atingidos da antiga “Mutum” passaram a viver nas casas de alvenaria, na localidade definida pelo consórcio, numa vida distinta da realidade anterior, adiante essa nova realidade se tornou incompatível com seus modos de vida (STOLERMAN, 2012, p. 38-40). Este fator é confirmado a partir do instante em que estes atingidos passaram a se deslocar, em *resistência* ao que o consórcio definia como “programa de remanejamento”, em direção às localidades próximas a BR-364 e para outras localidades longe dali. Segundo relatos que ouvi durante o trabalho de campo em 2012,

²⁰⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/02/porto-velho-pode-ter-maior-cheia-dos-ultimos-50-anos-diz-defesa-civil.html>> Acesso em : 06 de fevereiro de 2014.

²⁰⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/02/em-ro-defesa-civil-decreta-estado-de-emergencia-e-remove-25-familias.html>> Acesso em 07 de fevereiro de 2014.

²¹⁰ De acordo com Stolerman (2010, p. 34-36) a localidade denominada “Distrito Mutum-Paraná” se formou a margem dos trilhos da ferrovia Madeira-Mamoré. Esse era um lugar de passagem, que outrora teve uma intensa movimentação e era um ponto de parada para abastecimento e embarque. Ao longo da história no trecho ferroviário, algumas famílias se estabeleceram na localidade e permaneceram mesmo com a falência da ferrovia e a baixa nas movimentações.

havia casos onde algumas famílias abandonaram completamente suas casas na “Nova Mutum”.

Todo ser humano que foi morar ali, ele foi porque não se adaptou na Nova Mutum. Em português claro, vamos supor assim, é acostumado a ter um banheiro lá no fundo do quintal, certo? É acostumado a criar a sua galinha, é acostumado a ter a sua plantação, é acostumado a ir ali pegar um peixe porque o igarapé ta bem aqui. Eles vieram do igarapé onde tinha o rio Mutum! Eles eram acostumados a isso! Aí botaram eles pra uma cidadezinha criada, onde não se tem nada, onde não se pode criar nada. Onde só tem asfalto e quentura vamos supor. Eles resolveram voltar pra cá, venderam suas casas aqui e optar em morar aqui. Só que ninguém sabia que isso aqui ia ser prejudicado, porque isso aqui era tudo mato, era tudo sitiante, chácaras pequenas. Como cresceu a população com venda de terreno, eles foram pra lá, eles não foram atrás de “indenização”, “quero mais “indenização”, porque é só o que eles jogam na cara do povo, que tá todo mundo lá querendo “indenização”, não é! Ninguém tá querendo “indenização”, a gente quer um lugar onde a gente possa ter a criaçãozinha da gente, onde a gente possa ter o jeito de viver melhor.²¹¹

Quando estive em 2012 na “Vila de Jirau” tomei conhecimento de que parte dos que viviam em “Nova Mutum” passaram a se deslocar para esta localidade e a reconstruir suas casas e a restabelecer suas vidas sem a intervenção do consórcio. Eu mesma cheguei a conhecer algumas casas de madeira que foram reerguidas de forma semelhante às antigas casas que existiam nas localidades anteriores. Na Vila de Jirau, essas famílias que se deslocaram tentavam reproduzir as atividades rurais, até a forma como organizavam suas hortas ao plantar outra vez as árvores frutíferas, ao construírem os locais de criação de animais, tudo sendo organizado, de acordo como era a vida em “Mutum-Paraná”.²¹²

Pude tomar como primeiros sinais dessa *resistência* algumas ações feitas pelos atingidos na nova localidade para onde foram deslocados. Algumas delas foram relatadas em trabalhos de pesquisa anteriores, na qual foram mencionadas as primeiras construções de casas de madeira, réplicas das casas de “Mutum-Paraná”, erguidas laterais às casas de concreto feitas pela ESBR (STOLERMAN, 2012, p. 39-40).

Embora os atingidos estivessem reconstruindo suas vidas em “Jirau”, novas dificuldades também se tornaram a grande preocupação para aqueles que já viviam nesta localidade. Aqueles que eram de “Jirau” comentavam que a chegada de famílias da antiga “Mutum”, era problemática pela falta de estrutura na localidade. No mesmo ano em que estive em “Jirau”, participei de um encontro organizado pelo grupo de

²¹¹ SILVA, Esmeralda. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Distrito de São Carlos, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

²¹² Situações semelhantes podem ser mencionadas, na qual famílias atingidas organizaram **movimentos de retorno** para outras localidades, em resposta a denominada “relocação” feita pela Eletrobras, como aponta Acserald (2010, p. 164) ao se reportar sobre os atingidos pela usina de Tucuruí.

pesquisa do professor Luiz Nova da UNIR com os atingidos, em Porto Velho. Os atingidos presentes nesta reunião eram das localidades de: “Vila Teotônio”, “Vila de Jirau”, “São Carlos”, “bairro Triângulo” e “Mutum-Paraná”. Neste encontro, eles elaboraram os mapas das suas localidades e fizeram relatos de suas realidades e das mudanças que viveram até o momento. Dentre os relatos, havia o de um senhor que externou sua preocupação, a partir da exposição de um croqui para os participantes do encontro, que apontava o aumento do número de famílias em “Jirau”, reflexo do deslocamento das famílias atingidas que estavam em “Nova Mutum” e foram para sua localidade:

Na realidade esse mapa aqui é a nossa atualidade recente, estamos totalmente desestruturados, porque crescemos desordenadamente, devido a vinda dos pessoal da velha Mutum, porque não se adaptaram na “Nova Mutum”. Então o local não oferece recurso para seres humanos normais que somos nós. Faltamos com segurança pública, iluminação, professores e é uma parte que mais tem afetado, principalmente, as crianças e outras pessoas que tem necessidade de voltar às aulas e falta professores. Não temos segurança, é um local, digamos que poderíamos dizer “terra de ninguém”, tudo se faz, tudo se pode, tudo sem lei. Então isso aqui é um passo do que estamos, passamos de quatrocentas famílias a mercê do nada. Então esse é o nosso trabalho, é o que estamos apresentando, as nossas necessidades e as dificuldades que estamos passando no nosso dia-a-dia (Informação verbal).²¹³

O deslocamento surpreendeu as famílias de várias localidades, os prejuízos são incontáveis e extrapolam as perdas materiais, sobretudo, o deslocamento afetou a base das unidades organizativas e abalou os aspectos culturais de formação dessas unidades. Algumas famílias foram deslocadas, mas não receberam a “indenização” e vice e versa, não havia como se manterem numa casa construída pelo consórcio, razão que levou muitas dessas famílias a se deslocar para Vila de Jirau. As condições oferecidas não correspondiam às expectativas das famílias e como mostrei ao longo da tese, muitas dessas famílias sequer receberam algum tipo de assistência ou *reconhecimento*. As dificuldades vividas fizeram com que houvesse a emergência da consciência sobre o estado em que se encontravam. Em meio à confusa situação, referências de experiências anteriores também eram recordadas por estes atingidos e o temor de viver o mesmo sofrimento pairava em suas falas.

Depois que eles terminarem de abrirem tudo isso aí e forem embora e se o chefe não tiver aí, você acha que vai adiantar? Não vai! Eu já morei lá em Cachoeira Dourada, em Goiás, teve uma...a Mendes Júnior fez uma barragem lá, a maior parte dos pessoal que era na beira do rio, que é o rio Paranaíba e na cidade, no patrimônio lá, maior parte ficou e eles fizeram o projeto “você vai receber tanto”, quando era no fim não pagaram e hoje em dia lá é um cemitério. Você vê aqueles pessoal antigo que às vezes não teve condições de

²¹³ Azevedo, Adilson de. **Entrevista**. Entrevistador: Glauca Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

mudar pra outro lugar e o resto virou mato dentro da cidade. Era uma cidade bonita, eles fizeram uma cidade bonita pra quem eles indenizaram, pra outros não indenizaram. E aí aqui também em Rondônia tá acontecendo do mesmo jeito porque teve muitos da Nova Mutum que não recebeu. E ali se for alagar eles não vão pagar, terão que mudar e vai perder tudo de novo. Aí eu sou uma que to sendo prejudicada duas vezes (Informação verbal).²¹⁴

Outro fato que assustava os atingidos naquela ocasião era o que faziam com o patrimônio que estavam construindo com suas famílias, uma vez que pairava um clima de indefinição dos consórcios. Abaixo destaco uma parte do relato de uma senhora, que vive na Vila de Jirau estava construindo sua casa e uma padaria, mas teve que paralisar a obra por temer uma saída imediata, não ser indenizada e ser deslocada para outra área.

Aí nunca que eu pensei que ali ia ter algum problema que ninguém falava nada, agora depois que eu fiz a casa, eu fiz a padaria, aí quando eu tava com a licença pronta já para levantar a casa, veio o assunto. Porque lá não tinha quase casa nenhuma, naquele tempo que eu fui, podia contar as casas e, portanto, eu tinha comprado um terreno lá perto, do seu Constantino, do fundo daquele campinho, mas aí diz que lá não dá água, muita pedra. Aí eu fui e comprei do seu Arlindo, que eu comprei esse terreno do seu Arlindo, eu não paguei esse terreno do seu Arlindo até hoje não. Eu comprei pra mim pagar de pouco, eu ainda não paguei. Aí eu paguei oito mil no terreno, eu não paguei ele todo ainda. Ele falou pra mim, a senhora constrói a casa e depois a senhora começa a pagar, aí eu to terminando de pagar porque só de aluguel eu paguei sete mil, paguei catorze mil pra fazer a casa e a padaria, fora os material. Então, de primeiro tava bom e todo mês acertava certinho, mas agora com uns três, quatro meses pra cá, arruinou, eu to pelejando pra ver se ainda tá dando porque eu ainda sou aposentada, tem a pensão, é pouco, um salário mínimo, mas já ajuda, se não num tava dando pra pagar não, porque arruinou mesmo... Porque eu mudei pra ali e a minha intenção era fazer minha casa toda na cerâmica, toda forrada, depois forrei os quartos, mas a sala não forrei, a cozinha não forrei, não pus cerâmica na casa, pus só na padaria. Por conta disso, porque na mesma hora que eles falam uma coisa, já falam outra (Informação verbal).²¹⁵

A investida da subordinação fez com que a *resistência* crescesse entre os atingidos, como bem lembra Scott (2004), e passasse a inspirar a vontade de lutar pelas condições que tinham antes, ou pelo menos, tentar melhorar as condições em que se encontravam, nesse caso a *resistência* não é velada como nos exemplos citados pelo antropólogo. É nessa tomada de consciência, também no pós-deslocamento, que muitos atingidos que se viram encurralados diante do *deslocamento compulsório* passam a unir forças, juntando-se aos atingidos que já resistiam ao projeto hidrelétrico.

Quando há a retomada de diálogo das famílias com o movimento de atingidos, outrora neutralizado pelos artifícios dos consórcios em positivar o sentido do deslocamento, pode-se dizer que ações de reivindicação passam a ser intensificadas. Dessa forma, as formas de luta cotidianas vão sendo elaboradas contra a hegemonia das

²¹⁴ VIEIRA, Maria da Conceição. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

²¹⁵ VIEIRA, Maria da Conceição. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

empresas. É na reunião entre os atingidos que novas *estratégias de resistência* vão sendo postas em prática e é na construção do discurso coletivo que as conquistas vão tomando força. Os atingidos munidos de argumentos previamente construídos (discurso oculto) enfrentam seus opositores com a intenção de assegurar direitos e a reprodução social das famílias atingidas.

Isto remonta ao debate de Scott (2004) que aponta para a da conduta política de *grupos subordinados* em situações diversas, sobretudo de exploração. O autor relata que em suas estratégias, esses denominados subordinados são levados a atuar, ou seja, adotar uma postura de enfrentamento diante dos interesses que estão se sobrepondo a seus modos de vida. É na compreensão das ações dos que resistem que se percebe como o *subordinado* pensa a sua condição. Ele aponta que fora da relação direta com o detentor do poder, esses subordinados, a partir de seu sofrimento, elaboram um *discurso oculto*, fato que caracteriza a formação de uma crítica ao poder imposto (SCOTT, 2004, p.21).

Bem, lá não foi fácil, no começo a gente estava desatualizado porque tinha sido impactado em cheio. A principal atividade de renda foi parada bruscamente, parou de uma forma geral e nós ficamos sem o chão. E aí conhecemos mais outro processo de mudança e a coisa foi ... desabou de vez e chegou um certo ponto que nós dissemos assim: “se acabou todo mundo”. Mas aí a gente começou a procurar alternativas, temos a empresa pra cobrar, já que o governo se negou a fazer a coisa como deveria fazer, deixou muito a desejar, na hora de discutir e melhor fazer para amparar as famílias atingidas, nós temos que fazer alguma coisa. E foi aí que nós procuremo o MAB, a associação de moradores, procuremo eles e dissemos: “olha, tamo ferrado, tamo ferrado e a empresa colocou nós aqui e acabou o recurso que ela vinha dando. O auxílio financeiro ...” e aí o MAB entrou junto com a associação e fizemo uma aliança e dissemos vamo trabalhar! Primeiro passo, organizar as famílias, primeiro passo a fazer, organização! Sem organização a gente não anda, avança, tem que ter organização! Tem que ter uma base, tem que sentar várias vezes numa sala e discutir. Cobrar a quem deve ser cobrado e cobrar mais de quem deveria fazer e vistoriar também. E aí começamos a correr atrás, começamos o processo de luta. E aí a Santo Antônio Energia no princípio, estabeleceu uma barreira que nada avançava, nada avançava, quando partimos pra luta na rua, daí conseguimos, a primeira barreira. E daí por diante não foi fácil, nós conseguimos avanço pra melhorar a vida de quem tá vivendo naquele assentamento. Parar? Nós não paremo e a recomendação que eu faço a todos, só te digo não pare! Mas se organize. Ela diz que não, nós dizemo que sim. Vai ter que fazer, porque mexeu. Tirou a gente do nosso lugar, entendeu? Temos que planejar, tudo é diante de um bom planejamento. E gente o que eu tenho pra dizer, eles são ruins são, são mesmo, eles negam o que tiver de negar. Mas se organize e vamos correr atrás. Nós num conhecia nada de barragem. Mas nós fomos atrás de quem conhecia e quem conhecia num era só o MAB. Tinha que procurar o Ministério Público, tinha que procurar a promotoria, tinha que procurar tudo quanto é tipo de recurso do governo. (Informação verbal)²¹⁶

²¹⁶ ARAÚJO, Marcelo. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Porto Velho, RO, 2012. 1 Arquivo. mp3.

4.1.1 Os deslocamentos compulsórios e os efeitos sobre a vida dos agentes sociais no rio Madeira

A “região” definida para a construção da infraestrutura do “Complexo Madeira” é caracterizada como área privada e se tornou alvo de uma série de divisões realizadas por seus idealizadores para que fossem cumpridos os seus objetivos. No tocante as áreas pretendidas para a construção das hidrelétricas, uma vasta proporção de terras ao longo do rio Madeira passou a sofrer os efeitos provocados pela construção das obras realizadas para a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio . No entanto, não se tratam apenas de graves alterações físicas da morfologia do rio. A questão-chave foi o fato de envolver especificamente o modo de vida dos que ali se encontravam, as relações entre seus pares e as localidades, bem como os “territórios” construídos socialmente pelas famílias, estabelecidas historicamente nas proximidades do rio Madeira.

Este tópico do capítulo traz as descrições etnográficas do trabalho de campo realizado nos anos de 2011 e 2012. Em 2011, se deu a minha primeira ida às chamadas “agrovilas”, localidades para onde foram deslocadas as famílias que viviam as margens do rio Madeira, nas denominadas comunidades e nos “assentamentos rurais”. Esse foi o período em que as famílias estavam deixando tudo o que haviam construído para viver nas localidades definidas pelos “programas de remanejamento” dos consórcios ESBR e SAE.

O momento do deslocamento era tenso e acabei privilegiando-o como eixo de partida para a descrição etnográfica. Como desdobramento, optei por acompanhar como as famílias atingidas que viviam em áreas rurais passaram a se deparar com a nova situação. A intenção era analisar a reação de algumas pessoas mediante todo o processo de implantação das hidrelétricas, privilegiando suas histórias de vida e a luta que travaram antes do deslocamento e naquela atual situação.

4.2 A entrada em campo: conhecendo a “Vila Teotônio”

Em 2011 cheguei à Porto Velho e permaneci entre a cidade e as localidades durante três meses. Estar ali já não era algo novo, eu havia realizado trabalho de campo do mestrado, com pescadores artesanais em 2008 que foi o período de grande tensão e incerteza, com relação à implantação das hidrelétricas. Embora estivesse muito próximo

àquela realidade, o quadro ainda não era o mesmo com o qual me deparei em 2011. Por ter estabelecido algumas “relações de pesquisa”, frutos do trabalho de campo anterior, da proximidade que mantive com pesquisadores e membros de movimentos sociais, a entrada nas localidades não foi um obstáculo a princípio.

Na primeira oportunidade, entrei em contato com um casal de conhecidos que me recebeu em sua casa durante o trabalho de campo. Este casal se tornou uma referência relevante para a pesquisa, pelo fato de terem acompanhado a chegada da proposta de implantação das hidrelétricas. Sua contribuição foi fundamental pelas trocas que pude ter, nas conversas que tínhamos em sua casa e por terem facilitado o contato direto com alguns atingidos em Porto Velho. Na mesma semana que cheguei à cidade, acompanhei-os num evento social (jantar) que se deu na casa de uma amiga do casal e, na ocasião, acabei sendo apresentada a outras pessoas que se dirigiam a uma das denominadas agrovilas construídas pela SAE.

Neste evento, fui informada que uma pesquisadora da USP, que estudava educação escolar indígena, estava percorrendo a região para conhecer experiências em educação diferenciada. A pesquisadora ia se dirigir a localidades rurais e aldeias indígenas. Sua intenção era ir até uma das localidades onde os atingidos estavam vivendo. Na ocasião, a pesquisadora precisava que alguém pudesse acompanhá-la nessa ida e percebi que aquela poderia ser a oportunidade para conseguir chegar até uma das agrovilas, foi quando meus amigos intermediaram a minha ida a “Vila Teotônio”. A pesquisadora iria com outra professora da UNIR e a elas fui apresentada, expliquei o meu propósito e elas não mediram esforços em colaborar.

A localidade ficava à uma hora, aproximadamente, de Porto Velho. Saímos pela manhã e o trajeto foi feito no veículo particular da professora da UNIR que nos conduziu até a “Vila Teotônio”. Ao chegarmos à escola fomos apresentadas por ela ao corpo de funcionários (professores, auxiliares administrativos e serventes) que ali se encontrava. Na escola, a diretora fez as honras da casa e se prontificou a nos mostrar o prédio construído e a relatar como estava sendo a experiência de trabalho e a convivência dos alunos nas novas dependências.

Para um contato inicial eu me detive em observar e acompanhar a pesquisadora em suas intervenções junto à equipe de profissionais que ali atuavam. Percebi que havia, por parte dos professores e diretora, uma satisfação em trabalhar na nova escola construída pela SAE, pois para eles ali havia melhores condições materiais do que quando ainda estavam na “comunidade Cachoeira Teotônio”.

Em meio a essa apresentação, segundo a diretora, a escola teria um atendimento diferenciado, com ações sociais na área pedagógica e de formação, por conta da mudança de localidade e por medida compensatória proposta pelo consórcio. Este fator aguçou cada vez mais a nossa curiosidade e tivemos a possibilidade de fazer algumas indagações e conhecer o que estava sendo feito na escola rural da “Vila Teotônio”.

Assim conhecemos a “Escola Municipal Antônio Augusto Vasconcelos”, construída pelo consórcio SAE para atender as crianças e adolescentes, deslocadas com suas famílias da “Cachoeira Teotônio” e adjacências para a atual localidade. A escola foi construída em substituição a antiga escola na “comunidade”.

A atual escola possui uma estrutura de alvenaria, com salas de aula, biblioteca, ar-condicionado, bebedouro, banheiro masculino e feminino, secretaria, sala de professores, quadra esportiva e pátio. O lugar também dispunha de serviço de transporte escolar, via ônibus cedido pelo município, que é o responsável por apanhar as crianças ao longo da rota que se inicia em Porto Velho. As séries que funcionavam na escola iam do primeiro ao nono ano do ensino fundamental.

Outra colaboradora nesta ida a escola foi uma das professoras de português que acompanhou a diretora quando fomos conhecer toda a estrutura. Para nosso conhecimento, ela nos falou um pouco sobre o processo de deslocamento e o que ela pode acompanhar do período conflituoso do anúncio da construção das hidrelétricas.

Em meio ao diálogo com as pessoas da escola, fizemos uma apresentação mais minuciosa sobre nossas pesquisas, cada uma dava um enfoque sobre o que fazia e qual instituição representava. Assim, depois que fizemos nossa apresentação e conhecimento da localidade, nos retiramos e eu resolvi voltar a “Vila Teotônio” posteriormente no ônibus escolar. Assim, voltaria com mais tempo e poderia circular para além da escola e ampliar o contato com os moradores.

A professora me repassou informações sobre os dirigentes locais e falou a respeito do presidente da associação comunitária, o senhor Pedro Damasceno. Eu imediatamente tomei nota para procurá-lo em outro momento e, talvez, adiante conversar um pouco sobre o deslocamento. No mesmo dia, durante um intervalo que tivemos para conhecer a localidade, segui as orientações da professora e tratei de viabilizar o primeiro contato com o senhor Pedro. Caminhei até a sua casa e tive a oportunidade de apresentar-me rapidamente e falar um pouco do que estava fazendo.

A partir dali, eu e o senhor Pedro Damasceno, conversamos cerca de uma hora, até chegar o momento de o ônibus partir. Ele também fez várias referências sobre

peças que eu poderia estar conversando, como alguns membros de sua família que moravam também na localidade. Sua contribuição a partir daquele momento foi fundamental para que eu planejasse e organizasse a minha agenda.

Tomei nota de todas as informações possíveis e pude visualizar como seriam as minhas idas sozinha e pensar a partir daí a abordagem inicial e direta aos agentes sociais. Este seria o ponto de partida.

4.2.1 Observações sobre a rota, as casas, a localidade e os atingidos

A rota seguida com as duas companhias acima citadas serviu para que eu pudesse observar como foram planejadas as localidades que correspondem às várias “agrovilas” erguidas para receber as famílias deslocadas pelos consórcios. O trajeto foi realizado de carro e levou cerca de uma hora. Para chegar até a localidade cortamos o centro da cidade e seguimos rumo a BR-364, sentido Rondônia-Acre, passamos pela UNIR e depois entramos numa estrada de barro que servia de acesso a denominada “Vila Teotônio”.

Entre as observações feitas, percebi que as condições da estrada eram precárias, e ao sairmos da BR-364 da zona de asfalto, entramos num ramal de barro vermelho e enfrentamos muita poeira e buracos que formavam poças enormes no meio da passagem, o que requeria de quem dirige muita habilidade para ultrapassar esses obstáculos. Em meio às dificuldades vistas na estrada, era possível perceber a precariedade de serviços públicos que faltavam às pessoas que viviam nas localidades que se formaram ao longo da estrada. A paisagem era marcada pela contrastante presença de povoados de casas de extrema simplicidade em pequenos terrenos, sendo pressionados por grandes fazendas e pela construção de torres de transmissão de energia, os chamados “linhões”.

Era espantoso ver a extensão das fazendas de gado, que em sua maioria tomavam conta da estrada e abriam imensas clareiras no meio da floresta. Além dessa memorável imagem, havia muita fumaça vinda de áreas que estavam sendo desmatadas e eram constantes no decorrer da estrada. As margens da estrada eram totalmente cercadas com arame, o que denotava uma vasta área totalmente loteada como propriedade privada e sobrepunham as localidades avistadas.

Pouco depois de passarmos por essa área, era chegada a hora de conhecer a “Vila Teotônio”, ao longe avistei as casas pré-moldadas de alvenaria, teto de barro, paredes pintadas de branco, sendo que algumas tinham a parte da frente pintadas de

azul, bege ou vermelho. Na frente das casas havia placas fincadas com os nomes do morador. Sua composição aparentava ser: dois quartos, uma sala, um banheiro, uma cozinha, com janelas e portas de alumínio, área lateral e frontal, lavatório, caixa d'água e poço artesiano. Os terrenos não tinham um tamanho específico, variavam, eram cercados com arame liso, no estilo das fazendas locais, com plantações de mandioca feitas pelos técnicos do consórcio SAE para serem entregues às famílias deslocadas. Na “Vila”, havia sistema de iluminação com os postes distribuídos nas ruas da localidade. O que indica a prestação de serviços vendida pelo consórcio.

Na entrada da Vila havia uma placa da SAE com os seguintes dizeres: “Bem vindo a sua nova casa! – Parabéns por fazer parte dessa grande mudança”. Era possível perceber que ali estavam tentando forjar uma suposta harmonia e tentar convencer que o modelo de “agrovila” projetado pela SAE era o mais adequado às famílias atingidas.

Era possível ver uma tendência ao ordenamento, placas de sinalização, placas com ruas numeradas. Mas também percebi que apesar da recente mudança, a *resistência* ao modelo imposto começava a emergir com as reformas promovidas pelos próprios atingidos. Este fato denuncia um desacordo com a proposta ideal de moradia e estava sendo realizada com o dinheiro das indenizações. A insatisfação com o modelo empregado começava a ser questionado. A estrutura não agradava e tão pouco correspondia à necessidade das famílias.

Caminhando pela “Vila Teotônio”, na direção que leva ao rio, avistamos um campo de futebol de areia, um campo de futebol gramado e o famoso *pier*²¹⁷, construído, segundo um casal que transitava naquele momento, com a madeira derrubada para a construção da localidade. Esse *pier* seria um ponto para atrair os turistas em época de cheia. De acordo com o que nos foi dito, esse turismo pensado pelo consórcio, seria o substituto das atividades anteriores exercidos por alguns moradores na “Cachoeira Teotônio” e que naquela localidade já não realizavam, por não encontrarem condições adequadas e pelo fato do lugar ainda não estar preparado para receber visitantes.

Ainda segundo o casal que abordamos na visita ao *pier*, tomamos conhecimento de que essa área escolhida pelo consórcio para a “Vila Teotônio”, havia se tornado um dos focos de expansão dos casos de malária e seria também uma área imprópria para desenvolver o turismo. Ademais, a estrutura do *pier* não foi construída com madeira que

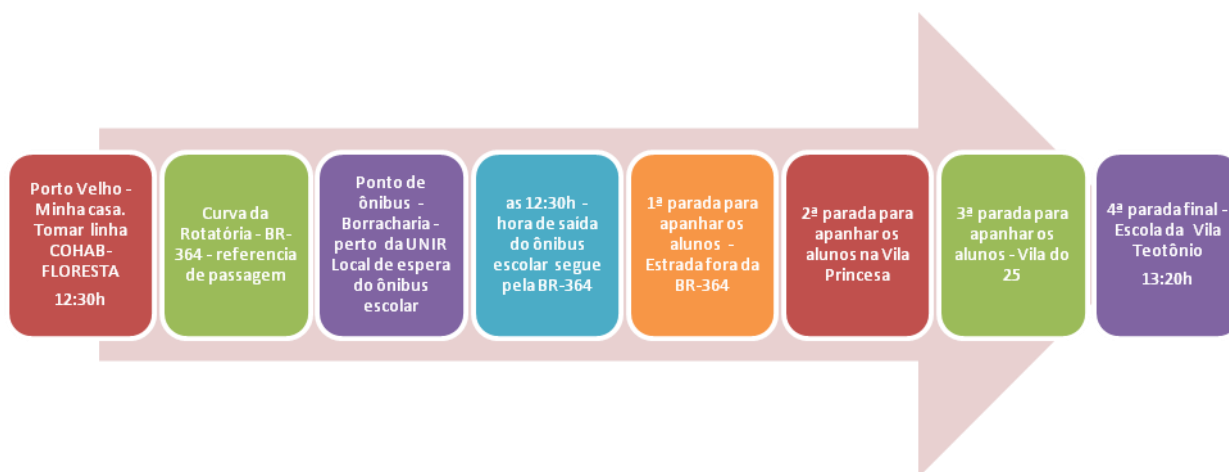
²¹⁷ Estrutura de madeira, ponte ou passarela que é construída nas margens de rios, mares, para servir como cais ou ponto de acesso.

resistisse aos seis meses de seca e cheia do rio. A madeira era frágil e não havia recebido o devido tratamento para resistir à água e ao intenso calor da região.

4.2.2 Retornando à Vila Teotônio no ônibus escolar

A orientação que me foi dada pela diretora e a professora era que eu encontrasse os demais professores no ponto, onde o ônibus escolar ia buscá-los em Porto Velho todos os dias. Pela relevância de narrar a trajetória de dificuldades enfrentadas diariamente por alunos e professores na estrada, resolvi fazer um breve resumo de como essa rota se dava.

Figura 1 – Rota do ônibus escolar.



A rota acima expõe o cotidiano da locomoção de professores e alunos, todos os dias. No meu caso, acima incluí a saída desde o local onde eu estava hospedada até a chegada à escola. A rota se configurava da seguinte forma, para chegar ao ponto de encontro com os professores, eu me dirigia ao ponto de ônibus da linha COHAB-Floresta. E entrei neste veículo e me dirigi a referência seguinte, que era a curva da Rotatória, próxima a BR-364 e a UNIR. Depois dessa rotatória eu poderia avistar o ponto e era lá que eu teria que ficar aguardando.

Nesse ponto, observei a chegada dos professores, alguns alunos e o ônibus. Esse transporte, em condições precárias, foi concedido pela prefeitura para transportar os funcionários e professores do município que viviam em Porto Velho e trabalhavam na área rural. Os que possuíam carro particular deixavam seus veículos estacionados num terreno atrás de uma borracharia até que o ônibus retornasse à Porto Velho no fim do dia. Os que trabalhavam em regime integral geralmente tomavam assento às 05h00min da manhã e retornavam às 18h00min.

Pelo que observei, dada as condições da estrada e as estações do ano, quando as chuvas predominavam era o período que mais obstáculos surgiam. O fato é que parecia recorrente entre os passageiros, vivenciar situações complicadas como imprevistos que pudessem acontecer no meio do caminho, seja por causa da chuva ou por problemas de manutenção do veículo. As áreas esburacadas careciam de manutenção para que o tráfego fosse possível e quando chovia havia a ameaça de acidentes, fato que representava um constante risco para um ônibus repleto de adultos, jovens e crianças. Em meio às mudanças e o deslocamento das famílias atingidas, não houve a manutenção das vias de acesso para a localidade.

Seguindo viagem o motorista fez a primeira parada a margem da rodovia, em meio a um mato de capim alto, lugar onde foram apanhadas duas meninas, provavelmente irmãs, que estão entre 10 e 12 anos de idade. Após apanhá-las o ônibus seguiu e durante o caminho o motorista falava alto para contar histórias anedóticas e divertir os alunos que interagiam o tempo todo com ele. O motorista parecia familiarizado com todos e era sempre muito carismático com as crianças e adolescentes, ele agradava a cada um que entrava no ônibus pelo caminho.

A segunda parada é na “Vila Princesa”, localidade formada numa área de bifurcação à margem da BR-364. Neste ponto entraram praticamente todos os alunos do trajeto, em torno de 30, entre crianças e adolescentes. Os alunos aparentavam muita vaidade, estavam todos arrumados e além da farda de aula, usavam acessórios pelo corpo e exibiam seus celulares de última geração, com capas coloridas e fones de ouvido.

Alguns meninos (adolescentes) usavam *piercing* na sobrancelha, com cortes de cabelo estilo “moicano” e uma leve tintura loira com muito gel para segurar o penteado. Já as meninas (adolescentes) usavam maquiagem, fivelas coloridas, pulseiras, brincos e colares de toda cor. Ao meu lado no ônibus havia um adolescente que escutava em som alto no celular, músicas que iam desde *Hip-hop*, *pop*, *rock*, samba ao sertanejo. Naquele momento os jovens expressavam a sua dinâmica de vida, que ia além das relações com o meio rural, e isso demonstrava o quanto estavam em constante ligação com lançamentos da moda, música e outros campos.

Depois que passamos pela “Vila Princesa”, entramos na estrada de barro que dava acesso à “Vila Teotônio” e ao longo da viagem foi possível avistar, pelas placas, os investimentos feitos pelo consórcio Santo Antônio Energia. O que vi eram as torres que ligariam as linhas de transmissão da energia produzida pelas hidrelétricas do

Madeira. Na montagem dessas torres, vários homens trabalhavam subindo para unir as barras que ampliariam a tal estrutura.

A terceira parada ficava numa localidade conhecida como “Vila do 25” (referido ao quilometro 25). Neste ponto o ônibus apanhava mais alunos e o veículo continuava até chegar ao seu destino final, até a denominada “Vila Teotônio” e a escola.

4.2.3 O primeiro contato com os afetados na Vila Teotônio

Assim que fiz o *reconhecimento* da rota para chegar à “Vila Teotônio”, passei a frequentar alternadamente a localidade durante os três meses que permaneci em campo. Ao obter as indicações dadas pelo senhor Pedro Damasceno, seguia para a localidade semanalmente. Através dos primeiros atingidos que conheci, passei a ser apresentada a outros mais e assim fui construindo uma rede de conhecidos por onde passava.

Embora fossem numerosos esses conhecidos, optei por apresentar no texto a seguir algumas situações relacionadas à vida na nova localidade e aspectos que estavam surgindo como efeitos do deslocamento. Assim aproximaria tais situações ao debate que tenho me proposto neste estudo, considerando é claro, os desdobramentos inesperados que pude perceber em campo. Para tanto, apresentarei e falarei um pouco sobre os entrevistados e suas histórias, pondo em destaque as mudanças que eles vinham enfrentando até o momento da pesquisa de campo.

Inicialmente fui até a casa do irmão de Pedro Damasceno, o senhor Idevam Damasceno, de aproximadamente 28 anos, “pescador”, casado com a senhora Claudia e pai de dois filhos. Nesse dia caía muita chuva, mesmo assim, segui rumo à casa dessa família, que eram também moradores da antiga localidade. Este casal foi o primeiro que eu indaguei de fato sobre as mudanças, mas nesse dia apenas a senhora Claudia estava em casa.

Ela era uma jovem senhora, de mais ou menos 25 anos, natural de Porto Velho e quando se casou foi morar na antiga localidade com o marido Idevan, com quem teve dois filhos (um menino e uma menina). De acordo com ela, a partir do deslocamento havia diminuído o ritmo das atividades que realizava anteriormente na localidade onde viviam. Seu marido era “pescador” e ela mantinha um pequeno restaurante que vendia comidas diversas e principalmente o peixe trazido das pescarias realizadas pelo companheiro.

Naquele momento, ela estava apenas se dedicando a cuidar da família e ao fornecimento de refeições aos trabalhadores da SAE, responsáveis pela construção das casas na localidade. Ao tomar conhecimento do serviço que ela oferecia, passei a me tornar uma de suas clientes e ia almoçar em sua casa todos os dias. Como me tornei uma cliente diária no consumo das refeições criei uma proximidade maior do casal e, partir disso, tivemos muitas conversas promissoras sobre o processo de implantação das hidrelétricas e a vida na “comunidade Cachoeira Teotônio”. Cheguei a gravar alguns desses relatos feitos pelo casal, que serão destacados adiante.

Numa das conversas, enquanto almoçava, Claudia me relatou as perdas que tiveram com o deslocamento, disse que antes de mudarem para a “Vila Teotônio”, ela aumentava a renda familiar com a venda de refeições aos turistas que iam passear na cachoeira. Pelo visto a cachoeira era muito frequentada, ela tinha seu próprio sustento, assim como outras famílias que viviam das atividades comerciais diversas naquela área tão requisitada pelos visitantes. Seu marido trabalhava com a pesca e comercializava o pescado para feiras e mercados. Juntos eles mantinham a sua família e se realizavam com o que faziam.

Sinto muita falta. Apesar que a gente, no final do dia, ficava muito cansada mas, tipo assim, quando acabava o movimento, a gente já começava a sentir falta daquela agitação, do povo, é ... diferente. Vinha povo de “tudo quanto é canto”. Todo mundo ia pra lá, tirar foto, fazer tudo, lá. Dormia na praia, os turistas, “vinha os gringo”, “vinha os japonês”, tudo lá. Andar nas pedras, de voadeira, dormir na praia, nas pedras. Não faltava gente, no movimento não faltava gente na cachoeira... A cachoeira... as pessoas viviam com certeza uma vida de abundância porque era muito farto de tudo. Você tira por você morar na cidade e morar em local assim, que é tipo sítio. Na cidade tu não planta macaxeira, na cidade você não planta feijão, na cidade você não planta melancia e tudo isso o povo da cachoeira tinha. “Plantava” melancia, macaxeira, é... feijão, tudo! Laranja, essas coisas “tudo” de fruta (Informação verbal).²¹⁸

Em seus comentários ela sempre reforçava que uma de suas maiores preocupações era com o restante da “indenização” que ainda estavam recebendo, o que iriam fazer quando esse recurso acabasse, pois havia prazo limitado e o valor pago parecia não atender aos gastos que estavam tendo na localidade. Já seu marido, Idevan, das vezes em que se juntava às nossas conversas, sempre frisava que a sua preocupação era com o pescado que estava escasso, fato que para ele se dava pelas alterações que surgiram pela barragem do rio Madeira.

A gente ia lá, pegava o peixe, comia, pronto e acabou. E aqui em cima não. Aqui em cima não! Aqui em cima, nós já tamo vivendo de uma maneirazinha, já! Ruim ainda não chegou a época ruim. Ainda não aqui em

²¹⁸ LISBOA, Claudia. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

cima. Já tamo começando a pesar um pouco aqui as coisas não vem no vap! Aqui geralmente vem, a doação devagarinho. Você vê, tanto que, esse ano encheu muito, muito aqui em cima não sei lá embaixo. Então, pela... a água que vem aqui, ela passou de 97. Foi 97 e 84. Em 84 foi mais forte. Mas em 97 encheu de uma maneira que essa época lá, tinha peixe que era um absurdo. Então agora você vai lá e até pra comer tá difícil, porque lá o negócio era pegar o peixe. Eu acredito muito que venha da obra, só que, o que é que eles falam? “tá escasso, o peixe tá escasso”. Escasso, escasso, como é que peixe fica escasso? De uma hora pra outra? O peixe fica escasso com passar do tempo, ele vem, vem, vem e vai acabando. Aqui não, acabou vapu, acabou! Não é que vá acabar não, acabou! O rapaz que... se você quiser até ver lá embaixo só agora, se você pode ver algum pescador com motor ou alguma coisa. Quando você chegava lá embaixo uma hora dessas, você via gente pescando feito louco, era um absurdo. Agora acabou! Eu mesmo pescava muito, eu ainda to esperando um período aí que é começo de agosto, não.... é um período aí. Acho que daqui a um mês mais ou menos. Um mês mais ou menos começa a pescaria do jaú, aí é bom, aí é boa. Isso é, se der peixe (Informação verbal).²¹⁹

Além do problema da escassez do pescado, o casal chegou a comentar que a terra onde estavam vivendo era seca e não havia uma forma adequada para cultivar plantas, fazer roça, plantar árvores frutíferas e cultivar uma horta, pois tudo o que se propusessem plantar não aguentavam a falta de nutrientes daquela terra. Idevam fez uma crítica à condição do solo da nova localidade.

Aqui, essa terra aqui é uma fazenda. Essa terra aqui não é uma terra preta apesar de que, tem muito ácido. Ela é boa pro mato, mas só que pra planta, Deus me livre, morre. Pra nascer ali acho que uns dois a três mês, coitado não passa daquilo ali, não, só morrendo. Porque tem muito ácido nessa terra. Essa terra que eles queriam levar nós pra lá, rapaz, você podia bater assim com a enxada, que a enxada entortava. Uma terra, era uma fazenda, gado pisando direto, dá até ... mais dura do que ... (Informação verbal)²²⁰

Idevam lamentava muito o fato de terem sido deslocados da “comunidade Cachoeira Teotônio”. Ele criticava o valor pago pelo consórcio, como “indenização”, aos pescadores. Criticava como o processo havia se dado, fato que revelava em sua fala a estratégia usada pelo consórcio. O fato revelava que havia uma manipulação em torno de uma ação de convencimento das famílias. Essa ação seria de cooptar o apoio daqueles que eram moradores recentes, em ceder as investidas feitas pelo consórcio. Para ele, os que já viviam na “Cachoeira Teotônio” e tinham um vínculo maior com o lugar foram os mais prejudicados. E segundo ele, isso indicava que os que viviam há pouco tempo não tinham apego ou laços mais profundos que as demais famílias .

Na realidade do Santo Antônio ninguém recebeu nada, nada. Simplesmente nós trocamos de lugar pra pior. Por que viemos pra cá. Eu tinha a minha casa, minha casa de alvenaria e tudo. Então Santo Antônio chegou, se apoderou e chegou, pegou umas pessoas que tinham acabado de chegar, ganhou uma

²¹⁹DAMASCENO, Idevan. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

²²⁰DAMASCENO, Idevan. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

micharia, pegaram uma micharia, só que aquela micharia pra eles era bom porque tinham acabado de chegar. Então não fizeram investimento, não fizeram gasto nenhum na vila, nada, então pegaram 109? Porra! Cheguei aqui ontem e pego 109? Então eu vou embora! Nem me criei, nem tem raiz, não tenho nada aqui, vou embora! Aí então as pessoas que nasceram e se criaram, tem raiz aqui no local. Então, esses foram muito prejudicados porque nasceram e se criaram ali, não tem outra opção a não ser pescar. Aquela vida pacata, sem perturbação de nada. Aí vem um empreendimento desses e faz isso com as pessoas. Aí então eu acho que foi muita falta de consideração, porque se a ... tá certo, era “desunido”, era. Mas eu acho que tinha que ter um pouco de respeito com cada um e dizer “o que é teu é teu, não posso te dar tudo, mas eu vou te dar pelo menos a metade”, já que nem a metade do dinheiro não deram. Não acho, não, é certeza! Tirar a indenização de uma pessoa que nasceu e se criou ali dentro, não tem cabimento (Informação verbal).²²¹

Nos dias que se seguiram, após frequentar a casa de Claudia segui rumo à casa de Dona Maria Gima, uma das referências apontadas também pelo senhor Pedro, principalmente por se tratar de uma das antigas moradoras da “comunidade”. Esta senhora morava na mesma rua de Claudia e do portão dela eu podia avistar a sua casa. Um dia, um pouco antes de me dirigir a sua residência, eu a avistei ao longe. No entanto, parei para cumprimentar o senhor Pedro Damasceno e tivemos uma rápida conversa. Por dez minutos me distanciei do olhar sobre dona Maria Gima, atravessei a rua, cheguei ao portão e bati palmas clamando por seu nome.

Infelizmente naquele instante não fui recebida por nenhuma pessoa. Com receio de que alguém da casa não estivesse me ouvindo, tomei a liberdade de abrir o portão, entrei e chamei novamente por ela. Naquele momento, um senhor (o marido dela), que parecia ter acabado de acordar, veio em minha direção para me atender. Então eu o indaguei para saber se ela estava em casa e ele respondeu que ela deveria estar no quintal, ele a buscou, mas não a encontrou. Para ter certeza, ele entrou na casa e voltou com a notícia de que ela poderia ter saído.

Como não a encontrei, comentei com seu marido que a esperaria. Apesar de não conseguir falar com dona Maria Gima, permaneci sentada na varanda, do lado de fora da casa, na esperança de aguardá-la, foi então que comecei a conversar com seu esposo.

Esperar pela senhora citada foi uma situação curiosa, pois no início da conversa, o senhor Raimundo, como era chamado o marido de dona Maria Gima, parecia um pouco inquieto. Primeiramente, ele foi logo deixando claro que não era uma pessoa extrovertida, senti que não queria ser entrevistado, mas que sua esposa adorava falar sobre tudo. No momento em que ele me falou isso, procurei ser menos invasiva possível e assim fazer com que ele não se sentisse incomodado com minha presença, apesar de

²²¹ _____. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Vila Teotônio, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

saber que o fato de uma pessoa estranha estar ali já os deixava visivelmente incomodados.

Por um instante fiquei a refletir sobre o fato daquelas pessoas estarem desgastadas com toda a tensão vivida com a implantação das hidrelétricas e do deslocamento que sofreram. Deveriam estar cansadas das abordagens, promessas, perdas e acertos. Talvez naquele momento qualquer pessoa desconhecida que aparecesse e estivesse interessada em suas histórias fosse vista de forma duvidosa. Em meu caso, antes de tudo sempre me perguntavam se eu era do consórcio. De fato, eles teriam vários motivos para me indagar e eu estava continuamente preparada para relatar o que eu pretendia ali naquela localidade.

Apesar da situação, ele continuou conversando enquanto eu aguardava a sua esposa chegar. Não esperava que ele ficasse conversando comigo, mas ele foi desenvolvendo o diálogo, relatando situações vividas pelas famílias, sem que eu o indagasse a respeito do deslocamento. Nesse sentido, fui informada por ele que ter saído da “comunidade” não representava um sofrimento, uma vez que o mesmo não era apegado ao lugar. Para o senhor Raimundo, não havia diferença entre estar na “Cachoeira Teotônio” ou na atual localidade para onde foram deslocados. Ele expressou uma visão positiva do deslocamento, disse que não tinha apego àquela terra deixada para trás.

O senhor Raimundo relatou ainda que se admirava por ver que havia gente, de sua vizinhança, como o senhor Izaías, que chegou a ficar em estado de depressão ao tomar conhecimento que iriam sair da “Cachoeira Teotônio”. Contou também do caso do senhor Pedro Vieira, que adoeceu profundamente quando soube do deslocamento. Para ele, a doença deste último foi depressão, mas relatou que ele havia conseguido “sair do fundo da rede”, palavras dele, com a ajuda dos filhos. Esses dois aspectos provocaram o surgimento de efeitos emocionais que acabaram abalando a saúde das pessoas idosas da localidade. Adiante, também veremos relatos de mulheres de outras localidades que associam os efeitos do deslocamento com o sofrimento da perda pela morte.

Num instante, em meio aos relatos do sofrimento dos dois senhores da localidade, ele observou ao longe para ver se sua companheira estava chegando, mas não havia nenhum sinal. Repentinamente ele começou a recordar de um tempo passado, da sua juventude, de quando que ele conheceu a esposa e como foram viver na localidade.

Segundo o senhor Raimundo, ao vê-la pela primeira vez ficou extremamente penalizado com a sua condição de vida, ela era uma jovem de família humilde e sem recursos. Ela vivia numa localidade no rio Madeira e trabalhava com a família na produção de rapadura e derivados de cana. Maria Gima tinha 17 anos aproximadamente e ele via nela uma menina sofrida, sentiu vontade de tirá-la do trabalho pesado, pois achava que aquela atividade lhe consumia bastante.

Foi então que ele se aproximou e perguntou se ela aceitava se casar, pois o mesmo lhe daria melhores condições de vida, lhe tiraria daquele árduo trabalho. De acordo com ele, ela imediatamente aceitou o pedido. Então, como ele estava naquela localidade de passagem, tratou de falar com o pai da moça, que autorizou e lhe concedeu a mão da filha.

Após receber a autorização para se casar com a moça, ele voltou a Porto Velho para trabalhar e juntar o dinheiro para o casamento. Mas de antemão havia deixado com a irmã da noiva uma quantia, para que fosse providenciado o enxoval do casamento. Seis meses depois ele retornou a comunidade com o padre para a realização do enlace. “Foi uma linda festa!”, lembra saudoso (palavras do senhor Raimundo). Ele também disse que estava falando nela porque estava preocupado com sua saúde frágil. Ela estava com muita falta de ar e tudo indicava um problema coronário. Seu temor transparecia quanto ao estado de saúde da esposa.

Depois da nossa conversa, ele me pareceu mais a vontade e me convidou para conhecer o seu terreno que estava cheio de plantações, havia uma horta com cebolinhas, cheiro-verde, hortelã e maxixe. O senhor Raimundo também apontou alguns pés de árvores frutíferas, plantas medicinais e tudo o que, segundo ele, haviam plantado em sua antiga casa na “comunidade” eles trouxeram para a “vila”. Aos poucos ele se preocupou em mostrar todas as plantas do novo terreno, fez uma observação, disse que a terra ali não era boa, teria que estar sendo adubada o tempo todo, assim as plantas poderiam crescer e reproduzir, esse fato também ouvi de outras pessoas. Segundo as pessoas que conversei, o fato de terem sido deslocados para uma área de terra improdutiva se tornou mais um efeito nada positivo do deslocamento.

Seu Raimundo explicou que a Santo Antônio Energia, apenas providenciou que jogassem terra preta para encobrir o cascalho que há nessas terras. Apontou a terra preta espalhando-se por força da água da chuva e o cascalho aparecendo. De certo, houve apenas uma cobertura da terra apontada por seu Raimundo, é o que pude perceber observando e ouvindo as pessoas.

A conversa com seu Raimundo foi longa, aos poucos ele ficou a vontade para interagir. Infelizmente, naquela ocasião dona Maria Gima não apareceu, fato que me levou a pensar que ela não queria sofrer qualquer tipo de pressão ou ceder a abordagens.

A partir daquele momento refleti que diante do quadro em que as famílias se encontravam, nem sempre conseguiria estabelecer algum tipo de contato e as pessoas nem sempre estariam dispostas a serem interpeladas por estranhos, seja por enfermidades, vontade própria ou ocupações de trabalho. Eu era apenas uma pessoa nova em suas vidas, talvez não estivessem interessados em me conhecer, talvez tivessem receio em se aproximar por conta de tudo que já haviam passado.

Numa de minhas saídas para a investida acadêmica, resolvi fazer uma espécie de surpresa a algumas pessoas. Então não avisei a nenhum de meus contatos que estaria indo à “Vila” para vê-los. Essa era uma forma também de tentar evitar com que eles se preparassem para me receber e, tentar chegar naturalmente. Estava receosa por não ser um dia promissor para pesquisar e conhecer as pessoas, mas era mais um dia de trabalho e não poderia desanimar por nada.

Naquele dia, desci do ônibus escolar com uma pessoa em meu pensamento, o senhor Izaías. Minha preocupação estava aguçada pelas várias vezes em que seu nome havia sido citado pelas pessoas que ouvi, principalmente pelo fato dele ter sido uma das pessoas que ficaram bastante fragilizadas com o deslocamento. Tinha ideia de mais ou menos onde ele morava e me dirigi até a sua casa.

Assim que cheguei ao portão de sua casa avistei uma senhora, que ao me avistar, sorriu em cumprimento. Naquele momento, me senti logo bem recebida, passei do portão e a cumprimentei. Perguntei se ali era a casa do senhor Izaías e ela confirmou. Esta senhora, provavelmente sua esposa, foi logo apontando onde ele estava. O vi embaixo de uma área coberta, construída fora da casa para guardar um carro. O senhor Izaías estava lá, deitado numa rede, rodeado por crianças, que ao me avistarem, cumprimentaram-me de imediato, eram dois meninos e duas meninas, provavelmente netos deste senhor.

Eu me apresentei e falei do meu propósito ao casal, Izaías e Maria Helena, eles me ouviram e concordaram em colaborar com a pesquisa. Nosso primeiro contato foi movido por um diálogo informal com perguntas e curiosidades. Em interação com o casal, muitas perguntas sobre minha pessoa também foram realizadas, afinal, o que fazia na localidade que vinha de tão longe? Em meio à conversa descobri que eles eram um casal de amazonenses, vindos do município de Manicoré no Amazonas, no ano de 1984.

Segundo eles, sua ida para Rondônia havia sido incentivada por parentes e a escolha em morar na “comunidade Cachoeira Teotônio”, teve a mesma motivação.

Na antiga localidade ele comprou um terreno, construiu uma casa de madeira e abriu um comércio onde vendia uma variedade de produtos, bebidas, alimentos, carne, frango e peixe. Na década de 80, seu negócio foi crescendo, porque chegou em pleno auge da movimentação do garimpo que havia na região da “Cachoeira Teotônio”. Ali foram construindo suas relações e criando seus oito filhos, embora três deles tenham falecido.

De acordo com o seu Izaías, seu negócio tomou corpo aos poucos. Ele possuía três tipos de negócios, num ponto ele tinha um bar e ao mesmo tempo, mantinha um estabelecimento comercial, com produtos variados. Depois montou uma barraca perto da cachoeira e lá ele vendia bebidas e comida, peixe frito principalmente. As vendas foram crescendo e ele foi ampliando os serviços. Ele destacou que chegava a faturar mensalmente, com os três negócios, cerca de R\$ 20 mil reais por mês. Sentia muito porque não tinha mais essa renda e essa era uma atividade que envolvia inteiramente ele e a esposa.

Para seu Izaías estava sendo difícil se acostumar a viver na “Vila Teotônio”. Ele observava que a estrutura da localidade construída pelo consórcio, não atendia e não substituiria a vida na “comunidade Cachoeira Teotônio”. Ele fez algumas ponderações com relação às condições que eles encontraram naquele lugar. A forma como era a vida na cachoeira também tomava conta de seus relatos, comparações que destacavam que ele estava desmotivado e que o enfrentamento com a realidade do deslocamento, havia provocado efeitos desgastantes para ele e a esposa.

Rapaz, tem uns pés de macaxeira, mas num tenho mais animação de plantar não. É porque a terra aqui parece muito ruim também, nem chovendo tá mais e agora não chove mais. Pois é, eu não to gostando daqui não, porque eu acho, que ficando parado aqui e eu, não dá mais pra botar o comércio porque ela trabalhava muito no comércio também. Não, não, mesmo a renda num ia ter não porque aqui num tem. Lá funcionava mesmo a questão do dinheiro era o ouro e o peixe e aqui acabou agora, num vai ter nem peixe, depois de alagar mesmo. Foi muito bom o tempo que nós passemos lá, eu acho que uns vinte e cinco anos. Foi bom demais, fizemos muita amizade com o povo, dinheiro era bastante ali. Meu pensamento foi assim, eu sempre achei que não ia dar certo pra mim, porque já estava com vinte e seis anos ali. Pra sair assim, pra ficar perto assim. Eu conhecia ali muito tempo dessa terra aqui, eu trabalhei muito aqui, quando cheguei aqui num sítio que nós tinha ali. Fazendo cerca aqui... num é boa, você vê isso aqui já é muito antigo, num tem um, se não tucumã, se bem que é planta da natureza, mas num tem uma planta aqui. Acho que já foi propriedade de um pessoal aí há muito tempo, mas num tem nada porque a terra é ruim (Informação verbal).²²²

²²²CAMARA, Izaías Pinheiro. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Como se não bastassem às dificuldades enfrentadas, ele revelou que a negociação das casas e da carta de crédito, que permitia aos que quisessem adquirir um imóvel fora da localidade, se tornaram amarras que dificultavam a vida das famílias atingidas. A proposta era ilusória para as famílias que tinham outra compreensão do processo de negociação, o valor da casa era descontado na “indenização” que eles receberiam, ou seja, eles pagariam pela casa. Desse modo, o consórcio usou de todas as formas possíveis para deixá-los sem saída e as famílias ficaram em desvantagem no que diz respeito ao que receberiam, pois muitas famílias achavam que receberiam a “indenização” e a casa, mas não ocorreu desta forma. E foi assim que o *deslocamento compulsório* das famílias atingidas se consolidou. Não havia solução a não ser ir embora e ceder às investidas do consórcio.

Porque tinha duas alternativas, aqui na vila ou então pegar uma carta de crédito e comprava uma casa onde quisesse. Eles pagavam no caso, mas desde que tivesse documentada, pagavam também ou descontavam na indenização. É que nem essas casas, tudo se paga, nós que paguemo, descontaram, eles num deram as casas pra ninguém aqui não! Eu achava que eles iam valorizar a indenização e dessem pelo menos a casa. Mas num foi, descontaram e ficaram, foi caríssima a casa (Informação verbal).²²³

De acordo com a fala de seu Izaías, a localidade para onde foram deslocados, não atendia as expectativas das famílias que viviam na “Comunidade Cachoeira Teotônio”. Havia problemas estruturais e alguns serviços básicos ainda não tinham sido disponibilizados. Uma das coisas que os surpreendeu foi o valor da conta de energia que passaram a pagar, essa conta se mostrou demasiadamente cara e isso causou um espanto entre todas as famílias. Outro ponto preocupante era com relação ao trânsito de veículos e a forma como se chegaria até a “Vila”. O acesso que os turistas tinham não era o mesmo, ele julgava que era arriscado chegar até a localidade pela forma como as vias foram projetadas.

A conta de energia tá vindo meio pesado, lá embaixo era barato, lá era taxado. Agora que tem...lá tinha um ponto meu do comércio, aqui já paguei até trezentos reais por mês, lá eu pagava catorze era a taxa mínima... A energia mesmo na rua não presta, acende um pouquinho depois apaga de novo e passa meia hora pra tornar voltar, dois minutos e some de novo, fica escuro, a gente já fez várias reclamações, mas até agora nada. O asfalto diz que eles vão colocar, não tem previsão pra colocar, não sabem ainda porque está em jogo.

Porque essa estrada aí, isso aí não vai funcionar, vai ter aí um desvio pra cá um pouco da cachoeira uns duzentos metros, daí vai entrar aí, vai lá por dentro e vai sair lá na frente. Só esse arroteio aí são treze quilômetros e setecentos metros, quando é treze quilômetros e oitocentos metros dá da

²²³CAMARA, Izaías Pinheiro. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

cachoeira lá no asfalto. Quer dizer vai ficar muito mais longe e é estreito, muito ruim, cheio de curvas, o que eles fizeram ali. Nem pra asfaltarem aquilo lá, não, se asfaltarem mesmo ali vai dar muito acidente porque é cheio de curva. E já teve várias... minha filha mesmo quase tomba o carro dela aí...mas eu acho que pouca gente vai vir aqui. Pra ver o que? Porque ali na cachoeira que chamava a atenção do povo num era nada ali, só o peixe, a pescaria. Até ontem mesmo eu tava lá na cachoeira, que ontem era feriado e tinha uns quinze carros lá, gente pescando. E depois que fecharem ali num vai mais entrar, eles vão botar um portão ali, dizem que vão quebrar um bocado de pedra e vai acabar ali, vai ficar só por aqui mesmo. Ninguém vai vir pra visitar isso aqui que não tem nada de bonito aqui (Informação verbal).²²⁴

Apesar das constantes comparações feitas por seu Izaías, as boas lembranças do tempo em que viviam próximos a cachoeira e a memória da prosperidade que tinham com seu negócio em família, prevaleciam. Ele relatou que as pessoas que frequentavam a cachoeira iam para lá movidas pelo desejo de pescar, acampar e aproveitar a natureza do lugar. A presença de turistas em torno da localidade por causa das praias, da cachoeira e da pesca movimentava o comércio local. As famílias que ali viviam, além de atividades agrícolas e da pesca, costumavam prestar serviços aos que chegavam para também garantir uma renda.

Você vê ali, perto de onde nós morava era criança assim que nem essa menina minha neta. Ali na época quando dava peixe ali tinha criança assim que fazia uns duzentos reais todo dia, puxando aquele peixe. Aí eles ficavam animados com aquela brincadeira ali, ainda mais quem jogava a linha para pegar o peixe. Todo dia eles pegavam. E aí quando era no verão mesmo, o movimento maior era na cachoeira, porque renda mesmo pesada era no verão. Aí um menino daquele tamanho ali via um carro assim encostar e já iam com cuidado no carro. Daí pediam “cuida aí que eu te dou cinco reais”, eles já ficavam ali, ou então chegava outro e organizava lá, ninguém esbarrava ali (Informação verbal).²²⁵

Ele lembrou que a pesca era uma das atividades que mais movimentava a localidade, pois atraía muita gente de outros lugares e era uma das atividades realizadas pelas famílias ali estabelecidas. O senhor Izaías informou que devido à riqueza de peixes na região, havia também uma disputa entre os pescadores pelos “pesqueiros” da redondeza, ao todo ele enumerou para mim, cerca de 10 pesqueiros²²⁶ próximos a cachoeira, muitos já mencionados anteriormente quando tratei das atividades que as famílias realizavam no rio Madeira.

²²⁴ CAMARA, Izaías Pinheiro. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

²²⁵ _____. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

²²⁶ São eles: “Tibúrcio, Vale-me Deus, Pedra do Lodo, Paredão, Buraquinho, Zé Rodrigues, Pedra da Bolívia, Amazonas, Pedra do Meio, Pedra da Manteiga”.

Conversamos muito sobre sua vida na localidade, ele afirmou que sentia muita falta de lá e que atualmente não sentia mais vontade de retomar a atividade de antes. Percebeu que sua esposa havia perdido o gosto por fazer qualquer outra atividade. Às vezes, ele a observava sempre pensativa e entristecida, com o olhar perdido no horizonte, talvez se lembrando da vida que tinha. Ele não sabia o que poderia fazer para que ela voltasse a ter a mesma força de vontade de antes. Essa era uma das suas preocupações naquele momento.

Enquanto conversávamos, o casal foi surpreendido pela chegada de um senhor muito agitado e alegre, parecia um tanto embriagado. O nome dele era Luiz Carlos e se reportava ao casal como pai e mãe. Este senhor sentou-se entre nós e começou a interagir conversando bastante. Ele relatou que era morador da “comunidade Cachoeira Teotônio” desde 2000, quando veio do Maranhão para Porto Velho. Pelo que observei, ele é visto por seus conhecidos como uma figura “cômica”. Enquanto eu o observava, uma das crianças soprava baixinho em meu ouvido: “ele é maluco” e do outro lado o seu Izaías comentava baixinho “ele gosta de beber e de fumar também”, dando a entender que se tratava de uma pessoa dependente, um “viciado” e de certa forma, orientando-me para que eu não o levasse a sério.

Realmente ele parecia estar um pouco exaltado por conta do consumo de bebida alcoólica, mas estava falando alto ao telefone celular com uma mulher. Depois que deixou de falar, se aproximou de nós e justificou que estava falando com sua irmã no Maranhão. Ele observou que estávamos a conversar sobre o processo de deslocamento e pediu para participar da conversa. Deixei-o a vontade para falar o que quisesse, foi então que ele começou a contar que ele era visto como uma pessoa sem importância na localidade, porque bebia muito e alguns o julgavam. Mas tinha fortes laços de amizade com os moradores da localidade.

Ele relatou que antes do deslocamento, prestava todo tipo de serviço na época em que viviam próximos a cachoeira²²⁷. Ele limpava quintais, carregava caixas, vigiava os carros, todo tipo de favor que os moradores da comunidade precisassem ele estava executando em troca de pagamento e outros serviços também. Sem que eu o indagasse

²²⁷ O senhor Luiz Carlos fazia parte de uma parcela de agentes sociais que vivia no interior de alguma propriedade, em seu caso, no sítio de um proprietário de terras. No trabalho de Lygia Sigaud (1986, p. 39), também são apontados os agentes sociais que viviam em propriedades particulares, conhecidos como “agregados” ou “cativos”. Ao ter conhecimento desse *agente social*, não obtive uma informação sobre como estes agentes sociais eram classificados pelos demais agentes sociais das localidades. Mas para a SAE esses agregados não eram tratados como detentores de direito ao “reassentamento”. Não há nenhuma referência no PBA, de que esses agentes sociais receberiam alguma “compensação”.

diretamente, ele contou que durante o processo de negociação das indenizações e do cadastramento das pessoas que iriam receber as casas, ele estava trabalhando de caseiro num sítio. Nesse período, trabalhava para um senhor que foi um dos classificados como atingido pela UHE Santo Antônio e que recebeu uma das casas em troca da sua. Luiz Carlos mencionou que quando ouviu falar do cadastramento dos que viviam na localidade, solicitou a seu patrão que fizesse o seu cadastramento. Mas o seu patrão, dono do sítio, apenas fez o próprio cadastro e não fez o dele. Sendo assim, ele acabou excluído da lista dos que sairiam da localidade para receber umas das casas que estavam em construção.

Essa situação o deixou muito abalado, pois ele não esperava que fossem esquecer-lo, principalmente pelo fato dele ter se dedicado tanto as pessoas da localidade e aos amigos. E o que ele iria fazer se a “comunidade” era sua vida? Eram muitas questões levantadas por ele em seu momento de angústia e incerteza, pois havia sido excluído. Depois que me relatou isso, ele contou que tentou lutar por uma das casas e garantir sua mudança para junto das demais famílias da “comunidade Cachoeira Teotônio”.

Luiz Carlos contou que resolveu procurar o responsável pelo processo de *classificação* daqueles que teriam direito a receber as casas, o representante da SAE, chamado Ivan, que segundo ele, informou que o Sr. Luiz Carlos poderia morar numa das casas. No entanto, esse foi um acerto verbal e Luiz Carlos, sem as chaves da residência, “abriu uma das casas” e foi morar.

De acordo com seus relatos, ele juntou suas coisas, um colchão, geladeira e fogão, que haviam sido doados dos amigos e foi morar na “Vila Teotônio”. Dias depois, ele recebeu uma intimação da justiça para comparecer a uma audiência, onde a SAE estava acusando-o de “invasão de domicílio privado”, ou seja, ele se mudou sem autorização comprovada em documento emitido pelo consórcio para uma das casas. Ele estava bastante insatisfeito e indignado com o consórcio, pois na época da campanha pró-usinas, ele fazia propaganda em favor da construção das hidrelétricas, convencias as pessoas e tinha uma relação amigável com as equipes de técnicos que andavam pela “comunidade”. Ele estava se sentindo “traído e decepcionado” com a Santo Antônio Energia.

Num instante, o Sr. Luiz Carlos começou a expressar sua indignação com relação à atitude do consórcio, criticando a forma como eles planejavam suas ações, revelando algumas estratégias para convencer os moradores de que o deslocamento

seria a melhor saída para todos. Pelo que percebi, ele conseguia relatar algumas situações porque tinha livre acesso e circulava em vários espaços restritos, justamente por não aparentar perigo e por não ser levado a sério pelos funcionários da SAE.

De acordo com ele, o telefonema que fazia anteriormente estava relacionado com o seu processo na justiça, ele estava vendo uma forma de montar sua defesa, entrando em contato com os irmãos que estavam no Maranhão e tentando conseguir um advogado. Disse ainda que não poderia sair da casa, pois estava trazendo o filho, de 20 anos, do Maranhão para morar com ele. Sem uma casa não haveria condições de ter seu filho por perto.

Depois do relato, fiquei pensando na situação, observando aquele homem que não tinha condições de constituir sua defesa, diante de tamanho arsenal jurídico que o consórcio poderia ter a seu favor e contra o afetado.

Estas foram algumas das situações vividas durante o encontro com os atingidos na “Vila Teotônio”. Nessa aproximação com cada atingido, pude conhecer brevemente pelos seus relatos os efeitos do *deslocamento compulsório*. Além das famílias conhecidas na “Vila Teotônio”, quando estava nessa localidade, percorria as demais como o denominado “assentamento Santa Rita”, localidade onde as famílias viviam os efeitos do deslocamento e tentavam se organizar na nova estrutura oferecida pela SAE.

4.3 O Assentamento Santa Rita

Quando eu ainda estava andando pela “Vila Teotônio” e na “comunidade São Sebastião”, ouvi muitos comentários a respeito do “assentamento Santa Rita”, localidade para onde foram deslocadas algumas famílias que viviam no “assentamento Joana Darc”, da área deste assentamento que o consórcio SAE considerou como afetada pela hidrelétrica.

Neste caso, as famílias foram levadas para uma área comprada pelo consórcio. Coincidentemente, naquele período (maio e junho), os demais moradores do “assentamento Joana Darc”, que permaneceram nos lotes do INCRA, haviam fechado a única via de acesso para Porto Velho. Esta ação se deu como forma de protesto para chamar a atenção das autoridades, quanto às condições que estavam vivendo. Uma das reivindicações era pelo direito de serem reconhecidos como atingidos pela hidrelétrica. Foram dias de protesto e eu não pude acompanhar no assentamento essas manifestações devido dificuldades de locomoção até a localidade.

Esse foi um período difícil até para manter contato com os membros do MAB e eu estava ansiosa para vê-los e acompanhá-los nas localidades onde atuavam. Mas naquele período eles estavam no “assentamento Joana Darc” acompanhando as reivindicações das famílias daquela localidade²²⁸. Assim minha ida ao “assentamento Santa Rita” foi sendo adiada, pois lá era a área de maior influência do MAB e de maior número de membros. Então tive que esperar uns dias para fazer novamente o contato com a coordenação do MAB enquanto aguardava uma resposta para que eu fosse até a sede do movimento conversar e combinar a minha ida até o “assentamento Santa Rita”.

Durante esse processo de espera, confesso que estava ficando apreensiva, pois das vezes que entrava em contato com o MAB, devido a atenção dada ao “assentamento Joana Darc” sempre adiavam o encontro. Com o passar dos dias, ia para outras localidades e, quando a situação se acalmou, consegui marcar uma conversa com um dos militantes para irmos até o “assentamento Santa Rita”. No dia em que fui até a sede do MAB em Porto Velho fui recebida pelo coordenador regional Océlio Muniz, que já havia me conhecido em outra ocasião. Finalmente, ao encontrá-lo pude expor minha proposta de pesquisa e combinar um acompanhamento do trabalho que eles faziam nas localidades, onde estavam as famílias atingidas.

Era a primeira vez que estava indo a sede do MAB, que estava situada numa casa alugada, localizada no bairro Nova Floresta, próximo ao Campus da UNIR. Essa casa foi transformada em escritório, onde eles recebiam pessoas vindas de vários lugares. Lá fizeram uma reestruturação para abrigar alguns militantes que não tinham casa na cidade e que trabalhavam direto no escritório. Assim que cheguei a casa, o coordenador me mostrou a parte interna. A casa era de tamanho razoável, com uns cinco cômodos e duas áreas externas, uma na frente da casa e outra nos fundos. Havia uma mobília improvisada. Nos quartos de hóspedes havia uns colchões e camas que ficavam num espaço reduzido que foi adaptado para receber visitantes. Os dois primeiros cômodos correspondem a uma recepção e um escritório central. Depois de ser recepcionada pelo coordenador Océlio coloquei minhas ideias, meus objetivos e meu anseio de ir até as localidades onde eles atuavam. Ele não se opôs e fez o convite para que eu acompanhasse uma equipe do MAB que ia ao “assentamento Santa Rita” naquela semana, para fazer uma assembleia. Fiquei contente com o convite. Ele sugeriu que, se eu quisesse, poderia ir antes para o assentamento, ele entraria em contato com uma família para que me recebessem e eu poderia iniciar o trabalho mais diretamente.

²²⁸ Tive dificuldades no acesso ao assentamento e não consegui chegar a localidade Joana D’arc.

O coordenador telefonou imediatamente para o seu contato no “assentamento Santa Rita” e fez outra chamada para a casa do senhor Artur e dona Francinete, o casal que me receberia. Além disso, o coordenador também viabilizou o transporte para que eu chegasse ao casal, que seria de carona com o senhor Sebastião, mais conhecido como “Bolor”, que passaria por Porto Velho para resolver assuntos pessoais e me conduziria, em seu carro, até o “assentamento Santa Rita”. Eu acertei todos os detalhes três dias antes da viagem a localidade, mas tive a oportunidade de conhecer os meus anfitriões no dia seguinte ao telefonema dado pelo coordenador do MAB, pois eles estavam em Porto Velho fazendo compras e marcamos um almoço. Nesse encontro com o casal, me apresentei e falei dos meus estudos. A primeira impressão que tive foi muito positiva. Então ficamos de nos ver já no dia de minha partida.

No dia de minha viagem, marcada para o fim da manhã, eu fiquei esperando o seu Sebastião na sede do MAB. Providenciei as compras de supermercado que seriam necessárias como contribuição para me hospedar com a família. Então quando o senhor Sebastião chegou, partimos em seu carro com sua esposa, a senhora Lourdes e sua filha adolescente de dezesseis anos, chamada Mariana. Chegamos à localidade em cerca de quarenta e cinco minutos, estávamos bem próximos a Porto Velho. Era o momento de compartilhar com eles o que seria viver no lugar para onde foram deslocados.

Quando cheguei ao “assentamento Santa Rita”, percebi algo diferente do que havia visto na “Vila Teotônio”. Primeiro, havia distinções que chamavam a atenção com relação ao tamanho dos lotes (terrenos), a terra aparentava ser melhor que a da “Vila Teotônio” e as casas eram maiores, apresentavam uma estrutura maior, com quatro quartos²²⁹. Mas ali não havia iluminação pública nas vias e também não conseguíamos sinal para fazer chamadas de celular por conta do bloqueio feito pela polícia federal na redondeza do presídio federal do Estado, que era próximo à localidade.

Percorrendo o assentamento era possível avistar a área verde definida para a execução do plano de manejo das famílias que para aquele lugar foram deslocadas. Também vi que muitas pessoas já estavam preparando a terra para fazer as suas plantações e para a criação de gado. Os lotes ainda estavam sendo cercados pelos funcionários do consórcio. Havia alguns pés de macaxeira plantados em cada terreno,

²²⁹ O formato diferenciado das casas no “assentamento Santa Rita”, segundo os agentes sociais, era fruto de suas reivindicações. A *resistência* à proposta de “reassentamento” também se apresenta como uma das marcas da luta antibarragem. Em sua pesquisa Sigaud (1986, p. 26) ressalta o fator “pressão” dos agentes sociais sobre a CHESF para que o “reassentamento” também atendesse às suas exigências.

mas a maioria das plantas estava morrendo por falta de água e por não terem sido cultivadas na época adequada.

Ao chegarmos à casa do seu Artur e família, fui informada que uma das únicas limitações deles, estava relacionada ao extremo cuidado que tinham com a filha de treze anos. Tratava-se de uma adolescente que tinha paralisia cerebral e apresentava uma limitação no desempenho das capacidades, como as habilidades motoras. Era uma menina a quem os pais se dedicavam inteiramente, a mãe não fazia outra coisa além de cuidar da filha. Quando dona Francinete tinha de sair de casa, ela programava seu horário todo em torno dela e revezava com o marido e o filho para que ficassem com a menina.

Na casa vivia o casal, a menina que se chamava Jackeline e o filho de 16 anos Wellington. Às vezes, quando os pais saíam, a filha ficava na companhia do irmão. O filho era um menino tímido, que estudava na escola local, estava cursando o nono ano e ajudava os pais nos trabalhos como: criação de animais, cultivos, cuidados com a casa, sendo ele que dirigia a moto para transportar os pais na localidade.

A casa da família está dividida em uma sala de estar, uma cozinha, uma sala de jantar, um banheiro, quatro quartos e uma área de serviço. Ao redor do prédio eles levantaram um canteiro com verduras, um galinheiro com as aves e as tábuas da antiga casa que havia sido desmontada. Também começaram a plantar um jardim na frente da casa e espalharam algumas pedras-brita para evitar que a poeira se espalhasse dentro de casa, já que no verão havia muita poeira em vários lugares.

A família também aproveitou o dinheiro da “indenização” para decorar a casa com móveis novos e fez investimentos comprando instrumentos para irrigação das plantações que iriam cultivar.

Fui acomodada num dos quartos que estavam disponíveis, guardei minhas coisas e fui conversar com dona Francinete que foi minha constante companhia na localidade. A filha de dona Francinete ficou bastante agitada com minha presença, ela me tocava, pegava na minha roupa, balbuciava alguns sons, mas como não falava, apenas apontava para os objetos da casa como se estivesse me apresentando algo.

A mãe da menina chegava a ficar muito irritada pelo comportamento dela e a reprimia com gritos pela insistência dela em me trazer comida, objetos, por querer mexer na minha bagagem e a todo instante que me via, saía correndo para me puxar e brincar. O fato de minha presença ter agitado o comportamento de Jackeline me preocupava, pois os cuidados que dona Francinete tinha com a filha e a apreensão com o

fato da menina estar me perturbando ou não eram constantes. Mas sempre tentava acalmar dona Francinete quanto a isso, conversava com ela e explicava que eu entendia a situação, afinal era a minha presença que estava mudando a rotina e deixando Jackeline agitada.

Para mim, foi um aprendizado observar todo o trabalho daquela mãe e busquei tranquilizá-la, pois eu não me incomodava com a reação da menina. Válido era ver a dedicação com que ela cuidava de uma criança especial. Isso me comoveu muito, principalmente por perceber que ela era uma mãe que abdicou de toda uma vida de trabalho para ficar ao lado de sua filha. Outro fator que me chamou atenção foi perceber que essa mesma mãe era uma mulher reservada, mas extremamente observadora e tinha uma leitura política que orientava o marido nas decisões da associação na qual faziam parte.

Enquanto nos familiarizávamos, eles foram também conhecendo um pouco de minha vida. Tinham curiosidades sobre o que eu fazia, minha família, religião, meu estado civil e se esforçavam para entender o que uma antropóloga fazia e o que compete a essa profissão. Quando faziam referências a minha pessoa era raro me chamarem pelo nome, na casa, eu fiquei conhecida como “a mulher”, talvez tratassem assim pessoas que eles ainda estivessem conhecendo ou fosse algo costumeiro.

Dona Francinete era natural de Manacapuru no Amazonas, teve dois filhos do primeiro casamento e quando saiu do Amazonas levou uma filha pequena, deixou com a mãe seu outro filho, quem não via há mais de vinte anos. Sua ida para Rondônia se deu por convite de uma irmã que havia casado com um rondoniense e se estabelecido em Porto Velho. Quando ela foi morar perto da irmã, arranjou um trabalho na cidade e conheceu seu atual marido. Em seu relato ela conta sorrindo que primeiro ficaram amigos, depois, por incentivo da filha mais velha, resolveram namorar e se casar. Com seu Artur ela teve os dois filhos citados anteriormente e que são os que atualmente vivem com o casal.

Nos três primeiros dias em que estive na casa, seu Artur não estava, ele havia voltado para o “assentamento Joana Darc” para providenciar o transporte de seus bois que haviam ficado em seu sítio. O problema era como iria transportar os animais sem tantos problemas e onde iria colocá-los. Bem, ele estava fora tentando solucionar e depois desses dias ele retornou, havia conseguido um pequeno pasto fora de seu lote, pois ali não havia capim para alimentar o gado. Ele chegou num fim de tarde, muito

cansado junto com a cunhada (Nilza), irmã de dona Francinete, que o ajudou a tanger o gado para transportar num caminhão.

Seu Artur ficou ocupado com os cuidados com o gado, pois temia que os animais morressem, uma vez que estava relatando que no deslocamento dos animais de criação de seus vizinhos, houve muitas perdas, muitos bichos morreram no caminho e ao desembarcar dos caminhões.

Enquanto ele dava atenção aos animais, pude conhecer sua cunhada, dona Nilza, de 53 anos, mais conhecida como “Jacaroa”. Foi por causa dela que dona Francinete veio para Rondônia. Então, aproveitei e busquei ampliar o diálogo com ela nos dias que se seguiram. Nos jantares em família ela sempre estava presente e se mostrava uma pessoa comunicativa. Sua fala predominava na mesa e ela comentava como haviam feito para laçar o gado que estava no pasto.

Ela aparentava ser uma mulher autônoma e ser uma figura de destaque nas decisões políticas no “assentamento Joana Darc”, localidade onde ainda vivia, pois a mesma não foi considerada atingida. Ao ser apresentada a ela, tive a oportunidade de manter uma proximidade, mas sinto que no início, ela me tratava com certa distância e preferia me observar para saber do que se tratava a minha presença. Nos diálogos ela sempre dirigia as histórias olhando para os membros da família e não para mim, em alguns momentos parecia não me notar ali, mas isso não afetou a relação que estava se construindo.

Nas conversas que tivemos ela sempre me indagava a respeito de estar percorrendo sozinha os assentamentos e comentava que se fosse sua filha ela não deixaria. Aos poucos, fomos nos aproximando, ela sempre com seu jeito desconfiado, me observando e fazendo perguntas sobre minha vida e eu respondendo para que ela se sentisse mais a vontade e eu pudesse estabelecer um diálogo. Eu tinha muita curiosidade a respeito do que ela fazia e qual seria seu papel no “assentamento”.

Um dia ela estava sentada na frente da casa e eu me aproximei e sentei ao seu lado para conversar. Ela começou a me contar um pouco sobre sua vida. Ela era viúva do primeiro marido e o conheceu em Porto Velho. Com ele ela teve duas filhas, uma delas havia falecido com problemas relacionados ao uso de drogas e a outra era casada e vivia com sua família na cidade. Atualmente, já com um novo companheiro, vivia entre o “assentamento” e sua casa na cidade, sua vida girava em torno do marido e dos cuidados que tinha com uma neta que criava.

Ao me contar sobre sua vida, relatou que com o seu primeiro marido percorreu várias regiões da Amazônia em busca de ouro, ele era garimpeiro e juntos na atividade exploraram áreas no Pará, Amazonas, Guianas, Suriname e Madeira. De acordo com ela, ele era dono de algumas balsas, tinha vários trabalhadores, mas infelizmente foi assassinado. Depois ela se tornou a “dona” do garimpo e os trabalhadores passaram a serem seus funcionários. Ela me falou que trabalhou e sofreu muito, que mergulhava no fundo do rio atrás de ouro, somente com a mangueira de ar para respirar. Também me confessou que foi vítima de uma emboscada preparada por quatro homens que a sequestraram e tentaram matá-la, mas ela relatou que andava armada e reagiu às tentativas de assassinato e fez o enterro dos quatro homens.

Dona Nilza também me contou que morava numa ilha, localizada em frente à “comunidade Cachoeira Teotônio” e com o deslocamento das famílias teve que sair da localidade também. Quando a indaguei sobre de *resistência*, ela foi enfática em não concordar com o trabalho do MAB, mas não quis entrar em detalhes, apenas disse que não aceitavam a forma como eles trabalhavam, apesar de seu cunhado fazer parte do movimento.

Enquanto estava tendo as manifestações no “assentamento Joana Darc”, ela se revelou umas das pessoas à frente das reivindicações. Era ela que ficava responsável por interditar, os caminhões que transportavam a produção de vários agricultores e que trafegavam no ramal do “assentamento” fazendo uso de armas. Esses caminhões ficaram interditados até que os manifestantes conseguissem negociar com o INCRA, as reivindicações listadas por eles. Dona Nilza permaneceu na casa da família apenas por uma semana, mas tive a oportunidade de gravar uma entrevista com ela para compreender os conflitos latentes dentro do “assentamento Joana Darc”.

O senhor Artur estava se estabelecendo na nova casa, arrumando suas coisas com a família, montando equipamentos de trabalho, como as peças de irrigação que havia comprado com o dinheiro da “indenização”. Quando ele estava livre conversávamos bastante sobre o processo de deslocamento. Seu Artur era membro do MAB, fez todo curso de formação e sua esposa também, mas apenas ele viajava para completar a formação, pois dona Francinete tinha dificuldades para deixar a filha com alguém e passar alguns dias fora.

Em sua atuação política exerceu a função de presidente de uma das associações de agricultores do “assentamento Joana Darc” e ficou por quatro anos na gestão. Enquanto conversávamos sobre sua vida no antigo assentamento, a sua esposa sempre

ficava próxima e o ajudava a lembrar de pontos relevantes. A cada pergunta que lançava, o casal respondia junto e ela sempre fazia as análises sobre o papel do marido enquanto liderança política. O que percebi era que seu Artur não tomava decisões sem antes escutar a opinião de Francinete e ela apontava o que ele às vezes não conseguia visualizar. Ela parecia tornar as coisas mais práticas, enquanto ele tinha muitas dificuldades em tomar decisões.

O senhor Artur me relatou que acompanhou as atividades do MAB na luta antibarragem, virou militante e tentou convencer as pessoas do quanto iam sair prejudicadas com a implantação das hidrelétricas. Ao final conseguiu fazer com que boa parte das famílias atingidas que viviam no “assentamento” aderisse ao movimento. No entanto, agora ele luta por uma “compensação” mais justa, pois o fato dos assentados apenas terem a concessão do uso da terra, acabava prejudicando a negociação das indenizações. De acordo com ele, a SAE entendia que só poderia pagar pelas benfeitorias que cada “assentado” havia construído tipo: “casa, galinheiro, galpão, pelas plantas e árvores cultivadas”, mas seguindo uma tabela que, segundo ele, apresentava valores muito baixos.

Segundo seu Artur, havia pessoas que tinham recebido um valor de mil reais, considerado por ele insuficiente para manter uma família enquanto “indenização”. Sua luta e dos demais conseguiu garantir, via movimento, pelo menos as casas, já que parte das famílias não teve “direito” a praticamente nada. Ele disse que ainda continuavam unidos, mas naquela ocasião tentavam fazer com que o consórcio arcasse com os danos que as casas apresentavam, que fizessem a entrega das casas que faltavam, garantissem o que eles tinham antes na localidade onde viviam, antes da implantação das hidrelétricas. Ele relatou que um dos grandes problemas vistos, era que as pessoas receberam indenizações com valores diferenciados e que assim que recebiam o dinheiro, passavam a gastar despreocupadamente.

Em alguns casos, soube que havia aqueles que receberam um valor equivalente a cem mil reais. Com esse tipo de valor, muitas famílias investiram em compra de carros, móveis e outros bens que almejavam obter com o próprio trabalho, mas se viram diante da oportunidade de obtê-los repentinamente. Tal fato tornava-se um agravante para os militantes do MAB, pois investir o dinheiro sem ter preocupação se manteriam esses novos bens e a própria existência se tornava o grande desafio para as famílias que foram deslocadas. Seus gastos foram completamente sem controle, alguns de seus conhecidos

já não tinham mais como garantir a manutenção da própria família, pois haviam gastado tudo o que receberam.

Outras pessoas, como ele, investiram em equipamentos para produção agrícola. Preveniram-se quanto à “indenização”, pois previram que iria acabar e teriam que começar tudo de novo, reorganizar seu plantio e criação de animais, o que lhes tomaria um longo tempo. Sua luta era para garantir que o consórcio se responsabilizaria pelo transporte das futuras produções, assistência técnica, transporte escolar para os jovens, promessas feitas na campanha pró-barragem pelas equipes do consórcio.

Atualmente seu Artur tentava reunir todas as famílias que foram deslocadas para o “assentamento Santa Rita”. De acordo com ele a fórmula estaria na união dos pares em torno das reivindicações o que também evitaria o que já vinha ocorrendo em casos isolados, quando as pessoas agiam individualmente sob a orientação de advogados que viam nas ações reivindicatórias suas chances de ganho. Quanto a esse ponto ele chegou a me contar alguns casos e eu mesma, em minha temporada na localidade, escutei versões que denunciavam a ação direta destes profissionais, conhecidos pelo movimento como “advogados rapineiros”.

Para esclarecer, alguns advogados que se apresentavam como representantes do movimento chegavam nas localidades procurando as famílias, que tinham algum tipo de denúncia ou irregularidade que dissesse respeito à “indenização”. Eles tornavam-se procuradores destas pessoas, entravam com ação na justiça processando os consórcios, muitas vezes ganhavam a ação de “indenização” e recebiam um honorário acima do que é estabelecido por lei para um advogado.

Em algumas situações, as pessoas recebiam vinte mil reais e o advogado levava metade. Seu Artur relatou que ele e seus companheiros vinham alertando as famílias sobre golpes, também incentivam a reunir as reivindicações e sempre recorrer ao MPF em conjunto. O próprio MAB não tinha advogados particulares, recorrendo aos defensores públicos, dos ministérios públicos.

Grande parte das famílias deslocadas para o “Santa Rita” eram do MAB, apesar disso havia também um grupo opositor. Eram os que não concordavam com a forma como o movimento conduzia as reivindicações. Essa oposição, de acordo com o senhor Artur, vem desde a época em que ele era presidente da associação. Dona Francinete completou seu relato revelando que seu Artur ficou na gestão, praticamente sozinho e costumava usar o recurso da pensão da filha para viabilizar as ações da associação. Isso

revoltava dona Francinete, pois mesmo sabendo que a associação não tinha recursos, os opositores continuavam a discordar das alianças e propostas do marido.

Numa das ocasiões em que estávamos conversando na frente de sua casa, pude conhecer um de seus opositores: um senhor que vendia pão e leite para as famílias. Ele era da ala opositora a de seu Artur, se chamava Ociclei. De acordo com o seu Artur, o senhor Ociclei entendia que as pessoas do movimento estavam enriquecendo com a mobilização. Ele queria se tornar o presidente da associação e, como não teve apoio da maioria, resolveu fundar outra associação.

Durante minha temporada no assentamento, eu acompanhei as atividades do MAB na localidade. Dias depois uma equipe do movimento vinda de Porto Velho, havia chegado para mobilizar o maior número de pessoas para a assembleia geral do MAB que seria realizada na sede social da localidade. Um dia antes da ida até as casas, chegaram à casa de seu Artur para se hospedar também, Elias e Moisés, dois jovens do MAB que foram destacados para organizar essa assembleia.

O jovem Elias, um rapaz de 23 anos, que estava há pouco tempo em Porto Velho, veio destacado do Rio Grande do Sul pela Coordenação Nacional do MAB para tentar ajudar na estruturação da base local. O outro rapaz de 18 anos chamado Moisés, era rondoniense, filho de uma senhora militante do MAB e estava na escola de formação Florestan Fernandes. Ambos estavam ali para ajudar o seu Artur e o Bolor no que fosse necessário para que a assembleia fosse realizada.

Conversei bastante com Elias, ele me explicou como estava sendo o processo de formação dos novos membros, me falou das dificuldades e da falta de recursos do MAB para garantir as viagens e para manter os militantes. Foi possível saber um pouco mais a respeito dos conflitos entre os próprios afetados nas “agrovilas” e dos problemas enfrentados pelo MAB para entrar nas demais localidades para onde muitas famílias foram deslocadas. Ele afirmou que a base mais sólida de adesão ao MAB estava concentrada apenas no “assentamento Santa Rita”.

Para ele, era difícil construir um trabalho de agregação, pois quando chegaram a Rondônia, há pouco mais de um ano, o quadro de referência do movimento social antibarragem estava crítico. Ele relatou também que o modelo de “cooptação” de novos membros talvez não fosse adequado para aquela realidade, principalmente a “ribeirinha”. Estavam dispostos a repensar esses obstáculos.

Eu os acompanhei na ida às casas. Percorremos toda a localidade e eu pude conhecer outras famílias. No dia anterior à assembleia, também ajudei na arrumação do

salão para receber as pessoas, que fica numa sede social construída pela SAE. Para que tudo ficasse pronto a tempo, tivemos que lavar o lugar, pois havia muita poeira e a sede estava sem uso até então.

No dia da assembleia, Elias tentava verificar se era possível fazer a reunião, pois ele achava que a mobilização não tinha atingido todas as famílias e isso comprometia a participação. No entanto, seu Artur e demais membros do MAB insistiam em realizá-la, pois tinham pressa na resolução de algumas reivindicações. Elias acabou acatando a decisão da maioria e aos poucos os participantes foram chegando, até que o salão ficou lotado e a assembleia pode ocorrer. Abaixo apresento uma lista de tópicos com os principais pontos da assembleia:

- 1- Elias propôs a transferência da assembleia porque ela estava tendo um número menor do que a anterior. No entanto a maioria decidiu que ela teria que ser realizada.
- 2- A senhora Maria Oliveira, entrevistou com a sugestão de fazer uma lista de presença para ver se o número de pessoas seria o suficiente para encaminhar as decisões que iriam ser tomadas ali.
- 3- Elias fez um histórico das ações do MAB.
- 4- Começou a leitura das reivindicações e uma das principais seria fazer com que a SAE concluísse o compromisso que acertou com o movimento: doação de mudas, assistência técnica e equipamentos.
- 5- Em meio à discussão, foi proposta a divisão de responsabilidades, pois apenas alguns estavam se dedicando mais às cobranças feitas ao consórcio. Estas pessoas relataram que estavam sobrecarregadas e, se outras pessoas não se manifestassem a colaborar, iam desistir.
- 6- Foi sugerida a criação de uma comissão para discutir nas casas, os anseios das famílias e da associação.
- 7- Houve um momento de tensão entre os participantes para definir o nome da comissão, que ao final ficou denominada de “comissão provisória”.
- 8- Mais um ponto seria levado a SEDUC e SEMED: o transporte escolar que não funciona com recorrência, não havia um ônibus adequado que levasse os jovens para a escola e para Porto Velho facilitando a vida dos estudantes do ensino médio.
- 9- Outra reivindicação: Criação da associação local.

10- Formação da “Comissão Provisória”: Manuela, Artur, Teresa, Francisco e Maria.

Os cerca de cinquenta participantes que estavam na assembleia, julgaram que seria melhor finalizá-la com esses encaminhamentos, pois muitos já estavam saindo e tiveram que terminá-la. E assim foi uma das últimas atividades que participei, pois logo voltei para Porto Velho.

4.4 O deslocamento compulsório de famílias da “comunidade Trata Sério” – a destruição de casas feita pela equipe do consórcio SAE.

O campo em Porto Velho não foi marcado apenas por minhas idas programadas nas denominadas “agrovilas” para onde foram deslocadas centenas de famílias. Numa de minhas viagens de pesquisa em 2011, tive a oportunidade de compartilhar momentos dolorosos com os atingidos. Pude vivenciar a experiência de dona Neuzete, que conheci em 2008, quando da primeira vez que estive em Porto Velho e a discussão sobre a implantação das hidrelétricas, que ainda estava na fase de muita tensão.

Coincidentemente, num dos dias em que eu caminhava pela avenida sete de setembro, no centro de Porto Velho, reencontrei-a parada na rua, encostada num poste falando num telefone celular. Neuzete era uma de minhas principais informantes em minha pesquisa de campo no mestrado.

Reconheci aquele rosto, a voz e me aproximei para cumprimentá-la. Ela levou cerca de um minuto para me reconhecer, nos abraçamos e eu fiquei muito contente em revê-la. Não imaginava que seria por acaso, a convidei para caminharmos um pouco, ela estava um pouco enfraquecida, com malária e estava indo comprar remédio. Aproveitando a conversa, expliquei para ela que havia voltado para dar continuidade à pesquisa com as famílias atingidas pelo “Complexo Madeira”.

Em nossa conversa eu a indaguei sobre a possibilidade dela tornar-se minha informante. Ela concordou imediatamente, fiquei muito feliz por essa colaboração, já que dona Neuzete era uma das pessoas que lutou contra as barragens e agora estava morando numa chácara, pois as famílias que viviam na sua localidade haviam sido deslocadas para a “agrovila São Domingos”. Naquela ocasião ela e alguns conhecidos seus da “comunidade Trata Sério”, tentavam negociar com o consórcio, para que ela pudesse voltar a viver junto deles na nova localidade. Mas seria um processo lento, que não garante o seu retorno.

Na semana seguinte ela me telefonou, pois na última vez que nos encontramos, ela estava indo ver outra pessoa e estava com certa pressa, foi quando trocamos os contatos. Num telefonema ela avisou que estava indo ver sua casa na “comunidade Trata Sério”, pois seu irmão havia informado que teriam derrubado a sua e a dele, sem o consentimento prévio de ambos.

Dona Neuzete estava desesperada, queria fotografar a destruição de sua casa para juntar provas contra FURNAS, até então a negociadora citada por ela. Para essa missão, ela me pediu auxílio, na tarefa de juntar os registros. Pela sua explicação, o ato era ilegal, pois o que ela havia acertado era que, enquanto ainda não tivessem chegado a um acordo sobre a “indenização”, os responsáveis pelo deslocamento, não poderiam fazer qualquer alteração na casa ou no sítio. Ela disse ainda que sequer foram avisados. Mas, o acordo anterior foi apenas verbal, com a garantia de uma mulher que trabalhava para a FURNAS, chamada Raquel.

Bem, ela necessitava de um carro para chegar até a comunidade, me pediu ajuda para dirigir ou conseguir alguém que pudesse levá-la até a localidade. Na ocasião, como eu não tinha condições para conduzi-la, pois não possuía carteira de habilitação, tentei viabilizar um veículo com alguém para nos levar durante dois dias seguidos. Mas apenas no domingo, quando ela entrou em contato com um casal de amigos do Instituto Madeira Vivo – IMV, é que conseguimos ir até a localidade. Coincidentemente, eu estava hospedada na casa deles e eles tinham um veículo. Então fomos ao seu encontro para buscá-la na casa alugada onde ela vivia em Porto Velho.

A apanhamos, fomos conversando durante a viagem toda, ela contou que recebeu a informação pelo seu irmão, que a telefonou avisando que sua casa estava destruída e que alguns homens de FURNAS haviam arrancado as tábuas e os alicerces da casa e jogado no “lixão”. Imediatamente, ela acionou um advogado e foram fazer a denúncia ao MPF²³⁰. Ela não via a hora de chegarmos à localidade, mas antes disso tivemos que entrar em “São Domingos”, localidade para onde foram deslocadas algumas famílias da “comunidade Trata Sério” e “comunidade Cachoeira Teotônio” e adjacências.

Passamos por várias estradas, orientados por dona Neuzete, até que chegamos a “São Domingos”. Na entrada havia um Portal, com os seguintes dizeres: “Bem-Vindo ao Riacho Azul e São Domingos”. Fomos passando pelas ruas de barro batido, em meio à nuvem de poeira, típica na região em todo verão.

²³⁰ Ministério Público Federal.

Ao observarmos as casas e os terrenos, percebemos as vastas plantações de macaxeira que, segundo a dona Neuzete, foram feitas pelo consórcio. Mas ela comentava que não iam conseguir produzir, pois a terra estava muito seca e dura, eram antigos pastos e algumas áreas, onde as casas foram construídas, eram de floresta, reconhecidas por ela como áreas de capoeira, que foram limpas para receber os que seriam deslocados.

Pelos comentários, as expectativas para o cultivo não eram tão boas. Cada casa era distante uma da outra e os terrenos eram maiores que os da “Vila Teotônio”. Observei que algumas casas ainda estavam fechadas, elas seguiam o mesmo padrão das que vi com telhas de barro, uma janela na frente, com dois quartos. No entanto, pelo que observei a maioria das famílias, tão logo se mudaram, começaram a modificar as casas, fato que estava se repetindo em todas as “agrovilas”.

Nessas casas, estavam sendo ampliadas as laterais e muitas pessoas criaram uma cobertura para servir de garagem ou para guardar o material de trabalho, geralmente os moradores tinham carro, alguns adquiridos a partir do pagamento da “indenização”. Dentre os problemas que se apresentaram através dos relatos das famílias, alguns eram estruturais e muitos reclamavam que as casas eram muito quentes e pequenas. Para os que moravam em casas amplas de madeira, aquela estrutura não era adequada. Como se não bastasse o calor, eles também estavam com problemas de abastecimento de água nos poços artesianos.

Antes de irmos fazer as fotos da casa de dona Neuzete, paramos para almoçar na casa de sua cunhada Edna²³¹, esposa de seu irmão, que mora em “São Domingos”, foi ela que nos revelou os problemas com os poços artesianos. Havia alguns dias que ela tinha entrado em contato com os técnicos do consórcio para irem até sua casa, fazer os reparos. Mas até então não havia recebido retorno e providência.

Num dá nem cinco minutos de água, saía era lama, agora não, parou de uma vez, eu acho que é porque deve estar na seca, agora só deu foi quatro minutos, na beira do rio Madeira. Tem água nesse poço, nós temos água da CAERD, pra nossa sorte. Eles falaram que o pessoal vai vim, a gente tá precisando dessa água com urgência, pra poder fazer a ligação pra molhar as plantas que tá seca demais. Nós fizemos muitas plantações ali de...nós compramos de milho, de laranja, limão, tangerina. Aí tem que ficar aguando com canequinho, com balde. Eu levo o balde porque a gente precisa fazer a ligação com bastante cano. Mas como é que a gente vai fazer a ligação com isso aí? Num tem água, me falaram que já foi providenciado e que eles vinham arrumar, mas isso já tem o quê? Desde de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho, cinco meses agora, cinco meses, quer dizer, se em cinco

²³¹ Esta senhora vivia do fornecimento de refeições (café, almoço e janta) aos trabalhadores da Santo Antônio Energia. Este trabalho foi um ganho temporário que aumentava a renda de sua família. Depois que os trabalhos de manutenção acabassem, esses funcionários iriam embora da localidade e ela perderia seus clientes.

meses num vieram arrumar, acho que num vai vir mais não, não é? Eu acho, se acomodaram. (Informação verbal)²³²

Além do problema com os poços, havia também o problema com a estrutura das casas para onde essas famílias foram deslocadas. E com o tempo as rachaduras e demais defeitos foram aparecendo cada vez mais pela qualidade ruim do material investido na construção.

A casa em si ela é uma casa bonita, o único problema é que ela começou a rachar, mas deve ser devido a essa bomba. Rachou aqui do lado da janela e lá no nosso quarto que tem rachadura e as telhas também, as telhas são novas e quebraram também, rachou toda a telha. Acho que porque quando, quando solta essa bomba aqui, tão forte chega a gente se assusta, treme, as janelas treme, treme, treme ... Mas se a gente fizer que nem o rapaz que vem aqui, o Raul que ficou no lugar do menino, do Jorge, a gente pede uma assistência assim pra ele, um carro pra resolver um problema, até que ele num falha com a gente não, sabe. Ele vem ajuda, vem arrumaram aí, tu viu que botaram ali uns pau, lixaram, pintaram, que o IBAMA veio tiraram até foto daquele pau preto, era só o pau preto. Agora limparam tá ok, limparam direitinho. Agora não sei quem falou pra mim que o problema nessa rachadura que apareceu, devido que elas são umas casas pré-moldadas, diz que às vez acontece, diz que elas rasgam bem naquela divisa com, aonde tá. Porque a pré-moldada ela vem tipo encaixado, ela vem tipo aquele brinquedo de criança que vem encaixando, aí eles vão só, diz que num tem perigo não, num sei quem foi o pessoal que tava aqui um dia desses “aí num tem perigo não dona Edna, ela não vai cair não”, eu digo “aí eu morro de medo” e agora com essa área aí talvez fique mais segura (Informação verbal).²³³

Além do problema com estrutura da casa e do fornecimento da água, dona Edna ainda tinha preocupações com a conta de energia que não chegava. Seu temor era que o valor fosse exorbitante.

A energia nós temos luz todo dia, o problema é que num tá chegando o papel pra gente pagar, o rapaz do correio disse pra gente, ele disse que num registra lá. Aí a minha preocupação é a seguinte, quando vir e a cacetada pra gente pagar? E segundo ele, o rapaz do correio falou que aqui é urbana. Mas moço eu num moro na cidade eu moro no mato. Então eu num sei, segundo a reunião que teve lá no Azul, diz que eles iam mudar, mas eu num sei eu vou perguntar da Lucia se já mudaram pra rural, pode ser que eles tenham mudado e eu num sei. (Informação verbal)²³⁴

O acesso a outras localidades fora dali também era outro desafio aos que foram deslocados. Não havia proposta de transporte que fosse viabilizado pelo consórcio ou pelo poder público.

Olha o nosso carrinho aí minha filha! Se num fosse não o nosso carro, tem muita gente que sofre, ainda dou é muita carona pra vizinho, sabia? Isso aí que acho errado porque, se eles num querem dar transporte num tem problema, mas que entre em convênio com uma empresa de ônibus que aí

²³² ALVES, Edna. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Assentamento São Domingos, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

²³³ _____. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Assentamento São Domingos, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

²³⁴ _____. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Assentamento São Domingos, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

entrava em convênio com que ele pra eles botarem ônibus na linha. Mesmo que seja pra gente pagar, que até eu mesma que nem agora que meu marido tá na cidade fazendo as coisas, se eu precisar ir amanhã cedinho pra Porto Velho, se tivesse ônibus não precisava gastar balsa duas vezes é onze e cinquenta pra ir e onze e cinquenta pra voltar que o nosso carro é caminhonete. Então, já evitava da gente pagar vinte e três reais eu pegava o ônibus e ia me embora pra lá. Porque é que ele não entra em contato com alguma empresa aí de transporte e coloca ônibus aqui, dessa linha aqui pra gente? Eu acho, num é não? Eu tenho carro, mas às vezes eu preciso ir para Porto Velho de urgência, se eu precisar aqui o vizinho não tem carro não! (Informação verbal)²³⁵

Entre as dificuldades acima retratadas, dona Edna revelou aos poucos que, quando foram deslocados, a infraestrutura básica apresentada nos PBA não condizia com a realidade, ou seja, nem tudo o que o consórcio responsável anunciava estava à disposição das famílias. Eles foram deslocados sem que os serviços estivessem prontos para ampará-los. Um exemplo foi com relação à educação e saúde.

Aqui nós temos só um sindicato que tá lá fechado e segundo informação, não vai ter posto de saúde não, mas eu vou brigar pelo posto aqui pra nós. Já comecei a mexer os meus pauzinhos e eu vou brigar, porque a gente precisa de posto, para uma emergência, um acidente, quem trabalha em roça, em terra tem acidente, isso acontece muito. (Informação verbal)²³⁶

Enquanto conversávamos, aproveitamos para almoçar, depois seguimos no carro do casal que nos acompanhou para fazermos as fotos. No entanto, tivemos que optar por um caminho um tanto dificultoso. Para chegarmos até a margem do rio, onde ficava a “comunidade Trata Sério”, tivemos que criar um caminho no meio do mato, passando com o carro por uma área de capim alto e depois pegando uma pequena trilha, onde fomos abrindo a floresta com o veículo.

Era uma área acidentada, uma situação arriscada, pois o terreno era cheio de obstáculos, com subidas e descidas, até que chegamos numa parte que não podíamos mais prosseguir de carro. Descemos e fomos caminhando, havia muito espinho, troncos, áreas queimadas, terras alagadas que ainda estavam secando por conta das águas da cheia do rio que ainda estavam baixando.

Passamos pela terra ainda completamente encharcada e algumas áreas estavam afundando. Corremos para não afundarmos completamente, alguns de nós ainda ficaram presos na lama ao pisar naquela terra encharcada. Mas conseguimos vencer os obstáculos naturais para chegar ao nosso destino. Depois de caminharmos uns 20 minutos, finalmente, avistamos o local onde ficavam as casas. Assim que nos

²³⁵ ALVES, Edna. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Assentamento São Domingos, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

²³⁶ _____. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Assentamento São Domingos, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

aproximamos, vimos a casa de madeira derrubada, totalmente no chão, haviam arrancado até as colunas que sustentavam a estrutura da casa. Quando Neuzete avistou a casa derrubada ela declarou:

Enquanto eles não acertaram meu terreno, eles não podiam fazer isso ainda. Tá na justiça e tem que deixar na justiça, eu até...chegaram aqui e resolveram tirar as coisas, foram eles mesmo. A gente vê os amigos da gente tudinho, os primos da gente, dói demais, mas dói muito que aqui é onde eu nasci, onde me criei e fiquei até agora. Eu vim ver a derrubada é meio dolorido né! Rapaz num sobrou nada, eles tinham que me avisar. Rapaz mais já acabaram a mata tudinho (Informação verbal).²³⁷

Também foi possível perceber que móveis, roupas, panelas e ferramentas foram jogadas no chão. Nada foi sequer reunido para ser entregue à dona Neuzete. Ela saiu aos poucos, lamentando a perda e juntando o que podia aproveitar. Mostrava onde ficava cada cômodo da casa, a cozinha, a varanda, os quartos.

Aqui era minha entrada da minha porta, era mais alta e com a inundação ela ficou mais baixa e aqui era minha casa na qual eu fiquei muito triste, não poderiam desmanchar sem me avisar e tinha meu material, tinha sofá, tinha cama, tinha rede, tinha fogão, mesa, cadeira, caixa d'água, isso eu não encontrei mais não. Eles tinham que me avisar o dia que eles vinham desmanchar, pra mim ver minhas coisas, eu queria ver eles desmancharem, eles não podiam fazer isso, será que nós não podemos ter o direito de escolha? Ninguém podia fazer isso com nós é muito triste, triste mesmo pra mim que nasci e me criei aqui. Eu não tenho mais nem palavras, num tava mais nem conhecendo o terreno, ta tudo diferente, tirado a mata. Aqui a mata virgem era aí atrás, agora num tem mais mata virgem eles cortaram tudo, mas não podiam cortar, mas eles tem o direito de cortar tudo. Nós só fazia o essencial na nossa roça e esperar o rio baixar pra preparar o nosso plantio e eles chegaram, meteram o trator cortaram tudo muita madeira boa, castanheira muito, muito, muito. Aqui atrás era um castanhal agora não tem mais nada não, triste né? (Informação verbal)²³⁸

Ao nos contar, ela começou a se emocionar e a lembrar do tempo que viveu ali com sua família na “comunidade”, aqueles eram momentos de sofrimento enfrentados por ela. Depois seguimos para onde ficava a casa de seu irmão, que também encontramos nas mesmas condições. Era uma casa de alvenaria com madeira, nela havia móveis, TV e alguns pertences pessoais quebrados e jogados pelo piso da casa. De acordo com os relatos de dona Neuzete, foi o seu irmão que escutou o barulho das máquinas derrubando suas casas. Mas quando ele chegou até o local, a casa dela já estava abaixo e a dele estava sendo derrubada.

O irmão dela pediu para que parassem com a derrubada das casas, feita pelos funcionários da SAE, mas já era tarde. Ele também soube que as tábuas da casa de Dona

²³⁷ ALVES, Neuzete. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “comunidade Trata Sério”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

²³⁸ _____. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “comunidade Trata Sério”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Neuzete sequer foram entregues para ela. De acordo com ele, a madeira tinha sido colocada numa balsa para ser jogada num “lixão”. Na ocasião, ele telefonou para dona Neuzete e a avisou. Ficamos na localidade por mais uma hora, andando e observando os estragos deixados para trás.

Depois de sairmos do ponto onde ficavam as casas fomos até a beira do rio Madeira para observarmos pela última vez aquela paisagem, antes que fossemos embora. Lá, dona Neuzete fixou os olhos sobre o horizonte, ainda bastante emocionada, lembrou como era a localidade e sinalizava a revolta por não poder conter a ação do consórcio.

Eu nasci aqui, nasci e me criei aqui, minha mãe morreu, mas a casa dela era pra ali, aí eu fiz essa mais pra trás. Isso aqui doze garimpeiros na balsa, encostaram aqui e quando eu cheguei aqui, já tinham comido uns duzentos metros porque minha casa era atrás... Eu já fui duas vezes no Ministério Público e ninguém resolveu foi nada... Ninguém tá resolvendo nada mana, tá assim. A gente num sabe nem pra onde correr, num resolvem nada. Ministério público? Eu fui nos dois ministérios, em nenhum foi resolvido nada (Informação verbal).²³⁹

Voltar a viver entre seus pares era tudo o que ela queria naquele momento. Para ser mais direta, durante a *classificação* de quem seriam os deslocados da “comunidade Trata Sério” para a nova localidade, Neuzete, mesmo cadastrada, não havia sido incluída na lista de deslocados que receberiam uma das casas nas “agrovilas”. Ela achava que sairia e ficaria junto das famílias de sua localidade, mas não foi assim que o consórcio procedeu no caso dela. Tudo indica que esse ato era para separar as famílias atingidas que resistiam às manobras do consórcio, principalmente por ela ser considerada uma das pessoas mais incisivas na luta pelos direitos em sua comunidade. Fato que remonta a ameaça que ela representava para o consórcio junto às famílias daquela localidade.

De acordo com os comentários dos dois amigos que me acompanhavam e que passavam mais tempo com dona Neuzete, ela havia deixado de se envolver na luta pelas reivindicações. Essa seria uma estratégia para que o consórcio não a visse mais como um possível obstáculo e para poder conseguir ganhar uma “permissão” para construir sua casa, no lugar para onde foram deslocados os agentes sociais de sua antiga localidade.

Após esse episódio seguimos para Porto Velho, acompanhando dona Neuzete, sem forças e emocionada com o que viu. Foi uma experiência inesperada que tive, de ver de perto como o *deslocamento compulsório* pode afetar a vida destas pessoas. Os

²³⁹ ALVES, Neuzete. **Entrevista**. Entrevistador: Gláucia Maria Quintino Baraúna. “comunidade Trata Sério”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

efeitos emocionais sobre essas vidas não são compensados com indenizações e outras benfeitorias, pois o que fica marcado são as dores da perda e as boas lembranças de um lugar e pessoas que pertenciam àquela realidade, que foi apagada para atender os interesses empresariais.

4.4.1 “Ser ou não ser deslocado”: o drama das famílias atingidas que lutam e esperam ser reconhecidas

Passar pelo crivo de classificações dos consórcios responsáveis pela construção e gerenciamento das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio se tornou um drama para as famílias das localidades rurais no rio Madeira. O fato é que a partir de critérios próprios, reproduzidos historicamente em outras regiões, os consórcios responsáveis por projetos hidrelétricos continuam a ter como base principal de sua definição de área afetada ou não, o alcance das águas dessas hidrelétricas e algum grau de prejuízo que esse alcance possa ter sobre as localidades (VAINER, 2003).

No caso das hidrelétricas do rio Madeira, nem todas as famílias que vivem em localidades rurais foram classificadas como atingidas. As que se encontram em situação de risco não foram deslocadas para outras localidades projetadas pelos consórcios, como foi explicitado no primeiro tópico ao tratar dos PBA. Portanto, as famílias que permaneceram nas margens do rio Madeira não ficaram isentas de sofrer os efeitos que surgiriam com a construção dessas hidrelétricas.

Muito além do que se possa imaginar, os efeitos não têm recaído apenas sobre as famílias que conheci nas denominadas “agrovilas” construídas pelos consórcios. Esses efeitos tem alcançado além do limite previsto pelos consórcios. Isso apontava desde 2011 para uma fuga do controle que os idealizadores do “Complexo Madeira” achavam que poderiam ter sobre a natureza da região e sobre os efeitos sociais que essas construções poderiam provocar.

Com intuito de conhecer como esses efeitos estavam se constituindo para as famílias das localidades que não foram consideradas atingidas, percorri três localidades do denominado Baixo Madeira, o “distrito de São Carlos” também conhecido como “comunidade São Carlos”, a “comunidade Brasileira”, que conheci rapidamente por ser antes da primeira e a “comunidade São Sebastião”. Reconheço que, além destas localidades do Baixo Madeira, existem outras que se encontram em condições

indefinidas, mas dada a limitação para percorrer todas as localidades desta área, optei por aqui apresentar esses três casos.

Em minha ida até essas comunidades constatei alguns problemas que as famílias vinham enfrentando, da mesma forma como as famílias deslocadas para as “agrovilas” sofriam o dilema de estar vivenciando os efeitos da implantação dessas hidrelétricas. As famílias das três comunidades citadas apresentam situações diversas que apontavam para deslocamentos futuros.

As famílias da “comunidade Brasileira” estavam lutando para que sua permanência na localidade fosse reconhecida e elas não tivessem que ser deslocadas para dar lugar a interesses empresariais. As famílias do “distrito de São Carlos” lutavam pelos direitos territoriais, contra os problemas ambientais e para serem reconhecidas como atingidas. Na “comunidade São Sebastião” as famílias não tinham definições quanto ao que iria ocorrer naquela área próxima às barragens, temiam um *desastre* ambiental. Como atingidas, as famílias dessas localidades estavam fadadas a sofrer o processo de deslocamento. Trago um resumo do que percebi durante o trabalho de campo como prova de que as preocupações que as pessoas tinham anteriormente com relação aos problemas que naquele momento, emergiram como efeitos da implantação das hidrelétricas eram pertinentes.

Os maiores temores de ambas as famílias estavam relacionados aos desastres ambientais que vinham ocorrendo de forma progressiva, como os desbarrancamentos, a escassez dos peixes e as alagações, que eram renegados pelos consórcios, que atribuíam esses efeitos a fatores naturais. A ausência de ações por parte do poder público para solucionar os problemas que as famílias atingidas vinham denunciando também se tornavam um drama para as mesmas. Os conflitos territoriais estavam se aguçando e as famílias tentavam se manter nas comunidades que se encontravam em áreas consideradas estratégicas para o empresariado, que almejava se apropriar e expulsar centenas de famílias que viviam às margens dos rios. Tudo aponta para a exploração dos recursos naturais, como se não bastasse a exploração da força das águas do rio Madeira, havia interesses em torno da extração de ouro, areia, madeira, entre outros.

A seguir, apresento uma breve descrição dos fatores mencionados acima, efeitos e prenúncio de que o pior ainda estava por vir, que seriam o *desastre* da cheia do rio Madeira e, conseqüentemente, o *deslocamento compulsório* de centenas de famílias, impedidas injustamente do direito de manter os seus modos de vida em suas “comunidades”.

4.4.2 Os deslocamentos compulsórios provocados por problemas ambientais e tensões pela ocupação territorial

4.4.2.1 Distrito de São Carlos, comunidade Brasileira e comunidade São Sebastião

Num segundo momento, retornei à sede do MAB em Porto Velho e encontrei um rapaz que ficava no escritório, ele se chamava Miquéias e era de “São Carlos”. Naquele instante, foi ele que me recebeu e perguntou como havia sido meu trabalho e se eu havia gostado de estar com as famílias em “Santa Rita”, respondi que sim e que gostaria de conhecer outros lugares onde o MAB atuava. Ele, observando meu interesse em visitar essas localidades, me convidou para conhecer o “distrito de São Carlos”, pois estava indo para lá no dia seguinte, visitar sua esposa e filhos. Miquéias disse que se eu estivesse interessada, poderia ficar na casa de sua família e percorrer com ele o lugar para saber um pouco mais dessa área não considerada pelo consórcio como afetada.

Resolvi aceitar e mais uma vez me arrumei para viajar no dia seguinte. No dia de nosso deslocamento, encontrei com ele na sede do MAB e tomamos um táxi que nos levaria de Porto Velho até a boca do rio Jamari, onde pegaríamos um barco que faria a travessia para o “distrito de São Carlos”. Na viagem de carro percebi várias fazendas de gado e em nossa parada para esperar o barco, havia uma comunidade com cerca de quarenta casas chamada “Brasileira” que se formou ali, na boca do rio Jamari. Nessa localidade, havia comércios, uns dois pequenos restaurantes, um ponto de táxi e um ponto de frete de voadeiras e barcos pequenos.

A comunidade Brasileira encontra-se na confluência do rio Jamari e o rio Madeira, do outro lado do rio em frente a “São Carlos”. Entre as localidades, observei que havia muitas balsas que retiravam areia do rio Madeira e balsas de garimpo (dragas) que se tornaram um problema para ambas as localidades. Curiosamente, perguntei a Miquéias sobre a legalidade da prática das duas atividades. Ele me explicou que o garimpo já não estava como antes e a atividade que era realizada com intensidade era a retirada de areia. Havia muitas restrições com relação às duas atividades, mas as regulamentações não se aplicavam apenas às pessoas que passavam por ali para explorar o ouro e retirar a areia, também acabavam afetando a vida das famílias que viviam nessa região.

De acordo com Miquéias, as famílias que vivem nas proximidades têm enfrentado sérios problemas com as restrições pelo uso dos recursos naturais, uma vez

que o ICMBIO os proibiu de extrair areia para construção. Em sua visão é contraditório, pois sabe de casos em que os que vivem nas comunidades são multados por qualquer retirada e as balsas que tiram areia sem licença, sequer são fiscalizadas ou recebem o mesmo tratamento. Muitos moradores do “distrito de São Carlos” estavam retirando areia para construir suas casas às escondidas de madrugada.

O Distrito de São Carlos fica no Baixo Madeira, na margem do rio, está entre a RESEX do Cuniã e a boca do rio Jamari. De acordo com Miquéias, “São Carlos” está sofrendo várias pressões, além das que já foram citadas, uma delas é o fato da localidade ser cercada por áreas protegidas e isso tem restringido os moradores ao uso dos recursos naturais dessas áreas.

As famílias também vêm sofrendo com a escassez de peixes e isso tem dificultado a vida de pescadores e dos que precisam do recurso para sobreviver. Naquele período eles também tinham percebido a gravidade do processo de “desbarrancamento” das margens do rio Madeira. O fenômeno estava acelerado e ameaçava toda a borda da localidade. As famílias têm atribuído este fenômeno à construção das hidrelétricas, pois antes as terras caíam, mas não daquela maneira.

Segundo os relatos dos atingidos, cerca de 50 casas foram engolidas em uma noite, por sorte quando aconteceu o *desastre* ninguém saiu ferido. Este fato foi registrado por mim através de fotos e o clima entre as famílias era de preocupação. Miquéias foi um deles e estava desesperado desmontando o que restou de sua casa, naquele momento, ele tratava de reconstruir tudo novamente, desta vez com uma distância de 10 metros da margem. Ele temia pela vida de sua esposa e seus dois filhos, tinha medo de viajar e acontecer outro *desastre* e perder sua família enquanto estivesse longe.

Miquéias me informou que outro problema enfrentado pelas famílias no “distrito de São Carlos” e na “comunidade Brasileira” é o fato da área que corresponde ao cruzamento entre os rios Jamari e Madeira, prevalecer uma disputa pelo território. A pressão se dava na tentativa de expulsão das famílias da “comunidade Brasileira” dessa área do rio Jamari.

A disputa era por uma área estratégica de saída para o rio Madeira e entrada para o Jamari, onde se encontravam lugares ainda preservados e que estavam sendo cogitados por empresários como referências para investimentos em ecoturismo. As famílias da “comunidade Brasileira” já tinham recebido uma notificação judicial

alertando que aquela área teria um “dono” e que possivelmente eles iriam ser deslocados.

Quando estávamos voltando para Porto Velho, ao pararmos para almoçar, pude conversar rapidamente com uma senhora, dona de um dos restaurantes da “comunidade Brasileira” e ela me relatou que estavam se reunindo para evitar tal deslocamento. Uma suposta interdição, feita por esse suposto “dono”, impossibilitaria a passagem de quem segue para “São Carlos” e demais localidades. Este fato prejudicaria a vida dos que ali estavam há anos. As famílias da “comunidade Brasileira” estavam tentando reunir provas de que ocupavam a área antes do surgimento dessa contestação, mas não tinham título da terra e o MAB estava começando a acompanhar o processo.

Enquanto estive no “distrito de São Carlos” na casa da sogra de Miquéias, conheci sua esposa e os três filhos dele. Nessa casa viviam ele, a esposa, os filhos, a sogra, o sogro e o irmão da esposa. Eles acabaram indo para a casa da sogra por causa do problema do desbarrancamento. Os sogros eram aposentados, o filho deles, de 45 anos aproximadamente, é quem ia para o roçado e pescava para manter os pais, ele não havia se casado e se dedicava a cuidar dos idosos. A esposa de Miquéias, Léa, já foi casada e a filha mais velha dela era do primeiro casamento, os outros dois um menino de um ano e uma menina de cinco anos, eram de sua relação com ele. No entanto, Miquéias considera a mais velha como sua filha, uma adolescente de 15 anos, pois segundo ele, foi ele quem acabou criando a menina.

Nesta casa todos eram evangélicos, me receberam gentilmente, contaram como era a vida na localidade e pude aproveitar e conversar bastante com Miquéias e sua família. Com os meus anfitriões pude caminhar pela localidade que tinha mais ou menos cinco ruas e devia ter cerca de mil pessoas vivendo ali. O transporte era exclusivamente bicicleta e moto, mas andávamos a pé. Como a casa da sogra de Miquéias era bem próxima à área que desabou, fomos ao lugar fazer algumas fotos e acompanhá-lo no trabalho de reconstrução da casa.

Na margem do rio, observando como foram os danos, também conversei com algumas pessoas que estavam recolhendo seus pertences e desmontando suas casas. Eles apontavam os pontos no chão onde as casas ficaram rachadas. Algumas frentes das casas foram levadas pela terra que caiu. Em outros casos, a casa inteira quase caiu sobre os flutuantes que estavam ancorados no porto. De acordo com estas pessoas, muitas localidades estavam tendo o mesmo problema, algumas como: “Calama, Nazaré, Tira-Fogo, São José, Demarcação, Terra Caída e São Carlos”.

Nos dias que se seguiram, realizei algumas entrevistas com moradores e com o Miquéias. Também escutei os relatos sobre a reaproximação do MAB com as famílias dali, pois havia uma agenda de reuniões sendo organizada com intuito de reivindicarem, junto ao consórcio, o direito de serem considerados atingidos. Suas reivindicações eram baseadas no que estavam vivenciando e isso era associado à construção das hidrelétricas, seriam os problemas coma escassez do pescado e o desbarrancamento das terras.

Minha ida a “comunidade de São Sebastião” se deu por indicação do professor da UNIR, Luis Novoa²⁴⁰. Ele me sugeriu conhecer áreas que não foram consideradas como afetadas e por essa razão, as famílias que ali viviam não teriam sido deslocadas. Logo que soube de minha passagem por Porto Velho, ele entrou em contato comigo e me informou sobre a situação da primeira localidade que ficava depois do “paredão” da hidrelétrica de Santo Antônio. O contato dado pelo professor Novoa, para que eu chegasse até a “comunidade” era a de uma de suas orientandas, chamada Estefânia, que morava na própria localidade e que me falou sobre os problemas e me apresentou a algumas pessoas da “comunidade”, para que eu pudesse ter noção dos problemas enfrentados desde que as hidrelétricas foram implantadas.

Depois que telefonei para a estudante, marcamos uma conversa pessoal na UNIR. Lá dialogamos por um tempo e ela me informou que não vivia na cidade e que não passava muito tempo em Porto Velho porque morava do outro lado do rio. Sua vida era corrida, ela fazia a travessia diariamente da “comunidade” para estudar na cidade. Ela tinha uma pequena embarcação (voadeira) e pilotava sozinha todas as noites, enfrentando os riscos atravessar o rio Madeira. A jovem nasceu na localidade, cresceu recebendo as referências familiares do lugar e construiu seus próprios laços a partir daquela formação.

Na localidade, Estefânia também me contou que trabalhava como agente de saúde o dia todo, era casada com um rapaz de uma das famílias da “comunidade” e tinha uma filha pequena de aproximadamente oito meses. Antes que eu fizesse a travessia, ela me sugeriu que eu fosse aos finais de semana, já que muitas famílias poderiam estar fora de suas casas, trabalhando ou resolvendo outras demandas.

Depois que acertamos os detalhes, fui até a localidade num final de semana, acompanhada por uma das estudantes de ciências sociais que também se dispôs a

²⁴⁰ Luis Novoa é professor da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, aluno de doutorado do IPPUR e pesquisador colaborador do PNCSA. Ele acompanha e colabora com as atividades do MAB em Rondônia.

conhecer a localidade. Então, marcamos o encontro em um sábado, às 07h30min. Marcamos como ponto de nosso encontro o Porto do “Cai N’água”. Neste porto, nos dirigimos aos senhores que prestavam serviço de travessia em suas embarcações. A taxa de embarque cobrada para cada uma de nós era de cinco reais por pessoa, num trajeto de 15 a 20 minutos. Embarcamos e iniciamos nossa travessia pelo rio Madeira. Em seguida, quase chegando à “comunidade”, foi possível avistar o “paredão” da UHE de Santo Antônio (a 10 km de Porto Velho) que estava sendo levantado no meio do rio, uma imagem colossal e preocupante, pela proximidade deste “paredão” da cidade de Porto Velho e da “comunidade São Sebastião”.

Quando nos aproximamos da localidade, observei toda a sua extensão, que é composta por casas de madeira e alvenaria, algumas são mescladas. Existiam alguns flutuantes, rabetas e canoas na frente. Havia rampas de madeira ou escadas que formavam os pequenos portos de cada casa. A “comunidade São Sebastião” tinha a típica distribuição que se vê nas localidades da Amazônia, com igreja, escola, sede social, uma lateral a outra. As casas tinham suas frentes viradas para o rio. A primeira rua da localidade era toda pavimentada com cimento e era estreita, de forma que passavam três bicicletas e havia a circulação de motos, mas que, pelo seu formato, não passaria um carro.

Nesta localidade, não havia cercaduras entre as casas, então se um visitante ou morador quisesse chegar às casas mais distantes, eles passariam pelas casas e quintais dos moradores da frente. É perceptível saber logo onde mora um ou outro, um “pescador”, por exemplo, pois os seus apetrechos ficam pendurados na frente das casas. Passando entre elas, vimos canteiros suspensos de verduras, árvores frutíferas, plantas medicinais, fogões de barro, tanques de lavar roupas e máquinas de lavar roupas do lado de fora das casas. Havia um contraste de objetos de diversas origens junto a materiais de trabalho e plantas, cultivadas pelos moradores para o uso alimentar e medicinal.

Uma das coisas que percebi foi que, nesta localidade, as casas tinham uma decoração que demonstravam uma preocupação com combinações e acabamentos. Ao passar por elas e ver algumas portas abertas, percebemos que eram constantemente limpas, com chão e assoalhos encerados. Nas salas destas casas, de modo geral havia: sofá, estante com decorações, algumas com imagens de santos padroeiros, como o São Sebastião, televisores e nas janelas havia telas para impedir que os mosquitos entrassem à noite. Nas cozinhas, havia panelas penduradas nas paredes, muito polidas e brilhavam como um espelho.

Assim registrei em minha mente a imagem daquela “comunidade”, não reconhecida pelos consórcios como atingida e que futuramente estava fadada a enfrentar os efeitos advindos da construção das hidrelétricas.

Ao chegar à localidade, procurei a casa onde Estefânia morava, pedi informações de algumas pessoas e fui ao seu encontro. Seguindo o trajeto orientado, me dirigi à sua casa e foi quando ela me recepcionou. Conversamos sobre minha pesquisa e ela me levou para conhecer algumas pessoas que pudessem contribuir com o meu trabalho. Então fomos caminhar pela “comunidade” e foi quando conheci alguns familiares seus que puderam conversar comigo. Assim foi possível ter uma aproximação inicial antes de qualquer tentativa de entrevista.

Em meio as minhas idas e vindas da “Vila Teotônio”, reservei dias alternados para voltar à “comunidade São Sebastião”. Num desses dias, conheci a avó de Estefânia, a senhora Donata Monteiro Maia, de 76 anos, a senhora Esmeralda Gerônimo da Silva, de 88 anos e o casal Gerson Cardoso de Souza, de 79 anos e Odália Barbosa de Souza, de 75 anos. Estes eram os fundadores da comunidade, com eles tive alguns diálogos e eles fizeram referências à época de formação da “comunidade”, história que fizeram questão de me relatar na ocasião da visita.

Esses senhores são pessoas que vieram de outras localidades e se estabeleceram naquele lugar por incentivo de um bispo de Porto Velho. Na comunidade começaram a formar suas famílias e a estabelecer novas relações e promover diversas atividades rurais para garantir a reprodução social de suas famílias.

O maior destaque de nosso diálogo era com relação à preocupação atual destes senhores (as) com as hidrelétricas construídas ao lado dos seus locais de moradia. Seu Gerson temia muitas situações, uma delas estava relacionada às indefinições com relação ao deslocamento das famílias, não havia nenhuma resposta concreta que os deixasse aliviados e não havia na comunidade quem pudesse tomar a frente de algum diálogo. A outra dizia respeito ao comportamento do rio Madeira, fato que demonstra seu profundo conhecimento, e ao avaliar a força da água cogitou que um *desastre* poderia acontecer ali. Ele temia que essas águas devastassem a comunidade e até fez referência a respeito de uma situação vivida por uma atingida pela UHE Tucuruí. Esse relato precedeu o *desastre* da cheia do rio Madeira verificado posteriormente em 2014. Vejamos:

Vieram uma porção de gente, de diversos lugares, gente de São Paulo falar sobre isso. E eu disse: “meu filho, vou dizer uma coisa pra vocês, vocês que tão acostumado a fazer isso em água limpa, água parada, porque água limpa não pesa e com essa água do Madeira? Essa água pesa, tem muita força, muita

força”. Mas agora já viu, porque já encheu aí. Quase que subiu aqui, tava na beira do barranco, ficou mesmo bem...já teve enchente que chegou aqui. E agora os pau que desce, agora já não desce tanto pau como de primeiro...eu tenho medo, eu tenho vontade de ir embora daqui. Minha filha, eu não sei pra onde...o medo é que vai fazer a gente sair daqui...é porque se ela explodir ali minha irmã, aqui não fica nenhum palmo. Porque a gente tem visto na televisão. Essa em Tucuruí em Belém, conheci uma mulher lá no banco que disse: “ah seu menino, eu tenho uma prima que mora em Belém e ela escapou, que quando ela levantou e que abriu a porta, ela enxergou a desgraceira, que vinha água, vinha cobrindo tudo assim. Ela correu com a roupa do corpo só, conseguiu sair na carreira”. E se ela já tivesse em casa teria morrido também, mas morreu muita gente, muita gente, ela tava me falando. Eu tenho medo minha filha, parece que ... um monte de água descendo aí, fazendo força nessas parede aí...com a lama que tem esse Madeira? É muito peso, você vê alguma balsa na beira do rio, a bicha balançava porque é uma força medonha. Agora dá tanta da ilha, daqui pro Jirau, como do Jirau pra cima. Tem muita coisa, areia, terra, tudo misturado. Já vieram por aqui e dizem que não vão tirar nós daqui não. Mas só vejo o pessoal falar que vão tirar daqui, até lá...Mas nós aqui num temos um chefe assim, nós temos um aí mas, desde janeiro a gente nunca mais viu ele falar em nada. Esses que entram para tomar conta assim, num anda, não adianta procurar (Informação verbal).²⁴¹

Além de uma grande enchente há temores com relação à seca do rio Madeira que os deixaria da mesma forma prejudicados. Na fala de dona Donata, ela desabafa sobre o que poderia ocorrer nos anos seguintes, fala das mudanças no leito do rio, de seus medos, das indefinições, boatos e faz uma crítica a intensa exploração dos recursos naturais. Ela também recordou das explosões provocadas pelos consórcios para destruir o conjunto de rochas que formava as cachoeiras. Em sua fala, ela aproveita e faz referência às ordens do governo para a construção das hidrelétricas. Abaixo apresento o depoimento:

Porque aí tem muita gente que é vitelo, muita gente sabido e que conhece as coisas...muita gente fala que mudou um pouco o rio...o rio ficou mais...agora não porque encheu, mas esse ano secou muito. E eles dizem que daqui uns tempos não vai dar mais nem de andar de motor aqui que vai secando o rio sabe? Sei lá o que vai acontecer, eu sempre digo: “aí meu Deus, tão acabando com a natureza mesmo, não deixe, não deixe acabar Jesus!” Eu me pego com ele sabe, porque eu vou te falar, aqui acabaram com a natureza. Porque o que eles estão fazendo? Porque é que acontece esses desastre aí pra fora, não é? É por causa dessas coisas, eles metem máquina e esse pessoal tirando madeira, isso tudo é natureza...eu escuto, escuto aqueles estrondos, escuto é bem, a gente sente aqui tremer, agora até que parou mais. Mas de vez em quando a gente escuta e é mais a tarde...da primeira vez eu não sabia o que era, depois eu perguntei da menina e a minha menina já trabalhou pra lá e ela disse: “ah mamãe é as pedras que eles quebram”. Aí antes deles...eles botam lá um negócio, que eu não sei o que é, pra estourar as pedras mesmo. Aí fica a...a gente escuta, daqui de dentro de casa a gente escuta. Tipo assim uma, sabe o que cigarra? Cigarra que faz piii...faz assim mesmo, antes de estourar, dá aquele apitinho fino e aí logo em seguida a bicha estoura. Pois a menina falou que lá de onde ela trabalhava, dava de ver lá sabe. Só que ficava longe, ela disse que voa cada pedra assim pra cima, sabe? Aquela cigarra eles já botam

²⁴¹ CARDOSO, Gerson. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “comunidade São Sebastião”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

que se tiver alguém por perto, tem que se mandar, se não morre mesmo. Já pensou se a pedra cai em cima de uma pessoa? A comunidade não se reuniu porque não tem jeito, a ordem veio do Lula, olha eu gosto muito do Lula, ele foi um presidente que fez muita coisa. Mas eu não tô gostando porque ele deu a palavra pra fazerem a usina. Eu tava esperando a palavra dele, sabe? E ele concordou e não é só uma e nem duas comunidades que se juntassem pra ser contra, não é só uma e nem duas não, tinha que ter muitas. E podia até ser, assim sei lá, eu fico pensando assim, porque é que eles não fizeram porque tudo aqui ainda é um pouco perigoso. Mas se tivesse ido lá pro Jirau, porque tem a outra pra lá, fosse pra lá. Senão fosse bem aqui, que é só sete quilômetros... (Donata M. Maia, São Sebastião, 2011)²⁴²

Tomando os últimos acontecimentos, deste ano de 2014, como referência, o *desastre* da cheia do rio Madeira foi algo que estes senhores temiam e renunciaram em 2011. Algo que acabou por afetá-los profundamente, comprometendo o curso de suas vidas naquele lugar, que agora está marcado pelo *desastre* da enchente. E tendo como resultado a falta de definições sobre a ocupação da “comunidade” novamente, uma vez que todas as famílias tiveram que ser deslocadas emergencialmente para abrigos e contar com o apoio de entidades que se viram obrigadas a auxiliá-los.

Da mesma forma o processo se sucedeu em “São Carlos” e em todas as localidades do Baixo Madeira até as proximidades de Calama, onde as famílias atingidas correm o risco de não voltarem mais para suas comunidades, devido a uma série de fatores de risco, relacionados às próximas enchentes e desbarrancamentos.

4.5 A posição das instituições e a relação com as famílias atingidas quanto aos deslocamentos

Nesta etapa, que se deu no ano de 2012, me detive em transitar pelas instituições à frente citadas e procurei conhecer os encaminhamentos que estavam sendo tomados com relação à situação das famílias que sofreram deslocamento. Neste sentido, a ida até os escritórios da SAE e ESBR, também tinha esse intuito de conhecer a relação que eles haviam estabelecido com as famílias atingidas. Entre as idas às instituições, estive presente nos Ministérios Públicos Estadual, Federal e do Trabalho para tomar conhecimento a respeito dos processos judiciais quanto às reivindicações dos atingidos pelas hidrelétricas e conversar com os procuradores e promotores responsáveis. Na sequência, organizei uma descrição sobre essa empreitada que foi marcada por conversas e trocas de informações.

²⁴² MAIA, Donata. **Entrevista**. Entrevistador: Glauca Maria Quintino Baraúna. “comunidade São Sebastião”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

4.5.1 Santo Antônio Energia

No início de outubro de 2012, eu segui rumo ao escritório do consórcio SAE. Em minha companhia, estavam duas conhecidas, uma colega do grupo de pesquisa do professor Luiz Novoa e outra colega professora da UFAM em Humaitá. A primeira estava me auxiliando nas idas às localidades e às instituições em troca de minha colaboração com o grupo de pesquisa naquele período e a outra colega estava de passagem pela cidade e me acompanhou durante algumas de minhas atividades. Nos dirigimos rumo ao escritório, situado na rua Tabajara, n° 834, próximo ao Ministério Público do Estado e SESC. Anteriormente, ainda em Manaus, entrei em contato pelo telefone disponível no site²⁴³ do consórcio com o setor da comunicação social. Naquele momento, havia sido atendida por um dos responsáveis da área. Tratava-se do coordenador das relações públicas, Rodrigo Pellegrine.

Na ocasião eu havia esclarecido que estava com viagem prevista para Porto velho e gostaria de conhecer as ações do consórcio, o trabalho que haviam feito durante as negociações do deslocamento e as ações que vinham executando naquele período na região.

Em resposta a minha solicitação, Rodrigo Pellegrine se mostrou atencioso e prestativo no atendimento e me orientou a procurá-lo quando chegasse a Porto Velho para que ele expusesse um pouco do trabalho que realizavam. Ele informou que eram responsáveis pela parte da comunicação direta com as famílias das áreas deslocadas e atualmente realizavam trabalhos em educação ambiental. Então acertamos que assim que eu estivesse na cidade eu o encontraria.

Estando em Porto Velho em companhia das pessoas mencionadas, fui ao escritório do consórcio. O prédio se localizava numa área de residências e edifícios. Quando chegamos ao portão, tocamos uma campainha eletrônica de segurança e uma voz feminina nos abordou e pedindo nossas identificações, nomes, perguntando a quais instituições representávamos. Em seguida ela nos perguntou o que desejávamos e de onde vínhamos. Cada uma de nós se identificou e então informei que havia agendado uma visita anteriormente com Rodrigo e que estava realizando um estudo, que vinha de Manaus e desejava encontrá-lo para conversar melhor sobre a pesquisa.

²⁴³ Disponível em: < <http://www.santoantonioenergia.com.br/hotsite/>>. Acesso em 13 de dezembro de 2013.

Então a atendente me pediu para aguardar e logo fomos autorizadas a entrar. Observei que o prédio era projetado visando dificultar o acesso interno. Na entrada, logo observamos o sistema de segurança que filmava todos os que transitavam no escritório. Na medida em passamos pela portaria, observei a divisão do lugar, havia uma sala de espera e logo a recepção. O lugar era muito bem decorado, sendo que a sala de espera tinha poltronas confortáveis e nas paredes havia quadros com fotografias da natureza do rio Madeira, organizadas em sequencia lateral, mostrando a paisagem das cachoeiras e da floresta.

Ao entrarmos, nos dirigimos então à recepção e falamos com a atendente chamada Kelly, que era a mulher que nos atendeu pelo interfone e permitiu nossa entrada. Ao cumprimentá-la, fiz minha apresentação e das colegas que me acompanhavam, em seguida relatei que tinha telefonado para a parte da Comunicação Social do consórcio e que havia combinado de encontrar Rodrigo Pellegrini.

Ela nos informou que ele estava em horário de almoço e pediu que aguardássemos. Então ficamos sentadas na sala de espera e aguardamos por uma hora e meia. Rodrigo e sua colega de setor chegaram as 15h00min, mas demorou a nos atender, ficamos aguardando por mais uma hora. Apenas quando eu voltei a indagar a recepcionista sobre o atendimento é que ela telefonou para sua sala e ele a informou que havia esquecido que nós estávamos aguardando-o.

Na sequencia, Rodrigo²⁴⁴ veio em nossa direção e nos cumprimentou. Então nos apresentamos e eu relatei que havíamos nos falado anteriormente por telefone, ele respondeu que não lembrava da conversa, mas se dispôs a atender²⁴⁵. Então ele pediu que esperássemos e foi verificar se havia uma sala para nos receber, talvez o lugar onde trabalhasse não fosse apropriado para receber visitantes ou fosse demasiadamente pequeno. Ele também verificou outras possibilidades, mas não havia salas disponíveis, então ele nos convidou para irmos até a lanchonete do prédio. Recebemos os crachás de autorização para entrar e nos dirigimos até o lugar, onde comecei a falar sobre meu trabalho e que gostaria de conhecer as ações do consórcio junto às famílias atingidas pela UHE de Santo Antônio e aos poucos ele começou a nos explicar.

Em meio ao diálogo que tínhamos com Rodrigo, percebi que funcionários passavam pela lanchonete e observavam a conversa, tive a impressão que estávamos sendo vigiados, o tempo todo. A reação de Rodrigo naquele ambiente era de inquietude

²⁴⁴ Rodrigo era do Estado do Rio de Janeiro e acumulou experiência a partir da atuação na UHE de Simplício que estava entre os estados de Rio de Janeiro e Minas Gerais. Depois veio trabalhar na SAE.

²⁴⁵ Na conversa com Rodrigo, não fiz uso do gravador por perceber que ele não se sentiria a vontade naquele ambiente.

e que naquele lugar pairava um ar de controle a todo momento. Fato que também foi percebido pelas duas colegas que estavam conosco.

Rodrigo iniciou sua fala de forma tranquila, demonstrando estar à vontade para relatar como se dava o trabalho que executavam junto às famílias deslocadas. Inicialmente, ele explicou que internamente o consórcio organizava suas ações através de 27 programas²⁴⁶ como o da comunicação, da ictiofauna, da parte biológica e assim sucessivamente. De acordo com seus relatos, havia duas equipes da área da comunicação, um deles tratava das “relações institucionais”, denominado por ele pela sigla “R.I”. A outra equipe, da qual ele fazia parte junto com a Jornalista Juliane Calaes, trabalhava com ações dirigidas aos atingidos nas localidades para onde foram deslocados.

As ações dessa equipe de comunicação variavam. No início do processo de implantação do “Complexo Madeira”, eles atuaram como mediadores dos técnicos do “alto escalão” do consórcio (engenheiros responsáveis) com as famílias atingidas. Isso se deu durante as negociações que diziam respeito à “indenização” pelo deslocamento que sofreriam de suas localidades. Seu papel era de propiciar o “entendimento” da linguagem técnica, como se fosse um trabalho de “tradução” das informações.

Outra ação executada pela equipe era de fazer as mobilizações para “reuniões participativas” e cuidar da parte logística dessas atividades. A equipe da comunicação dirigia as reuniões, chegava a fazer negociações também, mas em situações polêmicas que diziam respeito às reivindicações, eles apenas ouviam as demandas e as encaminhavam ao grupo que definia os rumos das negociações.

Pelo que pude perceber na fala de Rodrigo, todas as equipes dos programas, obedeciam a uma escala hierárquica de decisões. Cada uma tinha uma atribuição específica e havia uma cautela na tomada de decisões que obedecia aos critérios da chefia que era representada pelos engenheiros do consórcio.

Além de mediadores na relação entre o consórcio e os atingidos, a equipe de comunicação era responsável por criar o “elo” que inspiraria a “confiança” que as famílias atingidas teriam nos representantes do projeto hidrelétrico e nas propostas apresentadas em nome do consórcio.

²⁴⁶ SANTO ANTÔNIO ENERGIA – SAE: Disponível em: <http://www.santoantonioenergia.com.br/previa/portal_mesa/pt/responsabilidade_social/meio_ambiente/educacao_ambiental/educacao_ambiental.aspx?utm_source=home_portal_SA_PT&utm_medium=%20Destaque&utm_content=Link&utm_campaign=%20Natureza_ProgramasSustentaveis> Acesso em: 19 de agosto de 2013. No entanto, ao verificar o site apenas 22 destes programas estão registrados nessa página.

Ele revelou que assim que assumiram o trabalho de mobilização pró-usinas, suas atividades eram intensas, quase não paravam no escritório e estavam o tempo todo percorrendo as localidades. Ele chegou a comentar que entre 2009, 2010 e 2011 era quase impossível parar para conversar com as pessoas que se dirigiam ao escritório do consórcio em busca de informações. E, possivelmente, muitas informações que ele, naquele momento poderia nos fornecer, em outras ocasiões, eram proibidas de serem relatadas.

Quando a licença foi concedida e o deslocamento realizado, as demandas pela atuação da equipe foram diminuindo. Além destas atividades, eles organizaram um acervo de vídeos; de relatórios; sistema de urnas²⁴⁷; informativos (impressos e digitais), sistema de comunicação via 0800, disponível também no *site*, e um programa de rádio, que já não existia mais.

Naquela ocasião, além da comunicação, passaram a assumir um trabalho na parte da Educação Ambiental que tem como “público alvo” as escolas e as “agrovilas” assistidas pelo consórcio. Em sua fala, destacou a implantação das “tendas” que eram espaços montados por eles nos denominados “assentamentos e reassentamentos”, forma como o consórcio também se referia às “agrovilas”. Nessas tendas eram promovidas palestras com profissionais de diversas áreas, que abordavam temas como: gênero, economia e outros.

O trabalho nas tendas era desenvolvido junto a CCPT-Cuniã²⁴⁸, ONG contratada pela SAE para desenvolver atividades diversas, que era a responsável pelas ações sociais e que, segundo ele, era bastante experiente por trabalhar nas localidades, antes do “Complexo Madeira” ser implantado. Em seu comentário, ele relatou que antes, as atividades, a exemplo das que eram realizadas no Baixo Madeira, foram feitas pela ONG Amazônia – BR (conhecida como Amazônia-Brasil).

Em meio a seus relatos, Rodrigo passava de um tema para outro a cada momento que falava, de forma empolgada, do trabalho da SAE na região. No que tange as informações que deveriam chegar às localidades e ao que precisava ser divulgado para sociedade, ele afirmou que tinham uma preocupação com a produção dos informativos, com a forma como os desenhos eram elaborados. Também fez críticas ao que era elaborado por uma empresa de fora do Estado, e que em algumas ocasiões acabava por projetar um informativo com símbolos que não condiziam com a realidade da região.

²⁴⁷ Criaram urnas que foram colocadas nos centros sociais e nas escolas para que os afetados pudessem depositar suas críticas e sugestões.

²⁴⁸ Grupo formado por estudantes do Curso de Geografia da UNIR e que atualmente presta serviços a SAE.

Quando esse material chegava às mãos da equipe, eles acabavam fazendo as correções e adequando à realidade amazônica.

Ele também falou dos “megaeventos sociais” que realizavam nas localidades afetadas, que eram definidas por ele como “ações civis”, com vários tipos de atendimento. Estes atendimentos eram: retirada de Registro Civil, Carteira de Trabalho, cadastro para recebimento de benefícios federais (como bolsas-assistência), abertura de contas, cortes de cabelo, teatro, almoço.

As “ações civis” eram realizadas a partir de parcerias fechadas com diversas instituições. Segundo Rodrigo, apenas o banco Bradesco se dispôs a organizar uma espécie de “multirão” para a abertura de contas das famílias deslocadas para aquela área. Com relação à prestação de serviços de outros bancos, sempre que eram questionados pelos atingidos, sobre a ausência de outros bancos para executarem os serviços de abertura de contas, ele respondia que apenas o Bradesco é que se “dispunha” a estar nas localidades para efetuar tais trabalhos.

Além dessas informações, ele falou de diversas atividades que realizaram, também no âmbito de outros programas como o trabalho que é realizado com o monitoramento da pesca, onde alguns *chips* foram inseridos nos peixes do rio Madeira com a finalidade de acompanhar a rota das espécies. Também falou da denominada “revitalização social” das famílias atingidas e das suas localidades. E quando falei de meu desejo em conhecer a hidrelétrica, comentei que sabia que promoviam visitas agendadas. Nesse sentido, ele me orientou a entrar em contato a equipe de R.I²⁴⁹, com Maurício e Carla, que possivelmente me orientariam sobre essas visitas.

Durante o diálogo, ele revelou que os investimentos de “compensação” que seriam destinados à construção de obras sociais nas adjacências da UHE não eram definidas apenas pelo consórcio, mas a partir da participação dos governos no direcionamento do recurso. Ele explicou que o consórcio repassava o recurso, sugerindo a localidade, por exemplo, que uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA poderia ser construída em Jaci-Paraná. No entanto, os governos direcionavam para o hospital regional de Cacoal, por intervenção do então governador da época, Ivo Cassol. Esse fato era recorrente nos diversos investimentos, as relações políticas também definiam para onde os recursos seriam destinados.

²⁴⁹ R.I: Relações Institucionais.

Com relação à atuação do consórcio na “Vila Teotônio” eles estavam providenciando a compra de uma área de terra que propiciasse aos atingidos a possibilidade de realizarem as suas atividades agrícolas.

Em meio à conversa surgiu uma curiosidade e uma das perguntas feitas por nós, foi com relação às providências que o consórcio teria tomado quanto ao desbarrancamento provocado na orla da cidade, a partir da abertura das comportas da UHE de Santo Antônio . Esse episódio havia provocado o desbarrancamento de terras no “bairro Triângulo”, deixando várias famílias desabrigadas e tendo que ser removidas imediatamente para evitar um *desastre* de maiores proporções com perdas de vidas.

A resposta dada foi a seguinte: inicialmente o consórcio através de seus especialistas, teve que analisar se aquele fenômeno havia sido realmente provocado pela ação da hidrelétrica. Quando a engenharia concluiu que eram responsáveis, passaram a incluir as 200 famílias no plano de “indenização”. Então levaram essas famílias para hotéis e comentou que, por ordem judicial (MPE e MPF), em 20 dias retiraram as famílias. Citou também que o fenômeno foi inesperado, pois os estudos realizados pelo consórcio previram que a força da água apenas atingiria um quilômetro das terras das margens da cidade de Porto Velho. No entanto, os desbarrancamentos atingiram uma média de 04 quilômetros, afetando de imediato as famílias que viviam no bairro do Triângulo.

No que diz respeito à “indenização”, Rodrigo informou que a exemplo das cartas de crédito para comprar as casas, o consórcio realizava um acompanhamento minucioso de como esse recurso iria ser investido. Deu exemplo do caso de vários atingidos que receberam valores aproximados a R\$ 100 mil reais, que nunca haviam tido uma grande quantidade em dinheiro nas mãos. Relatou que há vários casos de atingidos que gastaram todo o recurso e entraram num estado de crise proveniente da falência. Muitos em tão pouco tempo, já estavam envolvidos em casos de alcoolismo, fato que levava as famílias a acusar o consórcio pelo o que estava acontecendo.

Por causa de situações como essas, apresentaram como proposta duas opções às famílias atingidas, uma era a carta de crédito para compra de casa própria, que tinha como modelo os critérios dos financiamentos habitacionais feitos pelos bancos. Esse modelo exigia que a casa estivesse apta, com aval de um engenheiro e devidamente documentada. No entanto, dado o grau de exigência do consórcio e as dificuldades, as famílias acabavam a mercê da procura de uma residência que atendesse essas exigências. Uma segunda possibilidade seriam os “reassentamentos”, ou seja, poderiam

aceitar as casas construídas pelo consórcio. Ele comentou que maiores informações poderiam ser dadas pelo setor jurídico do consórcio, com os senhores Everson e Clayton. Sobre este ponto, percebi que ele evitou se estender e aprofundar o assunto.

Durante a conversa, eu havia comentado que tinha conhecido a UHE de Balbina no Amazonas. Na ocasião ele ressaltou que lamentava a construção dessa hidrelétrica e citou que Balbina assim como a UHE de Samuel foram duas obras desastrosas, que realmente não deram certo. Mas sobre tais hidrelétricas ele não fez maiores comentários, ficando apenas numa reduzida opinião.

Quando perguntei sobre a questão relacionada ao fundiário, ele me informou que eu deveria direcionar as perguntas ao senhor Ivan, figura conhecida nas entrevistas do campo de 2011 e que os atingidos rechaçavam pelas atitudes ríspidas com que os tratava. Esse foi o último ponto que ele tocou naquela ocasião. Depois informou que precisava interromper a conversa porque tinha muito serviço naquela tarde. Nos despedimos e agradecemos pelo atendimento.

Apesar da atenção dada, ele comentou várias vezes que não sabia se o que havia falado era para ter sido realmente dito e me orientou a solicitar uma autorização formal para frequentar, sem maiores objeções, o escritório do consórcio. Ele pediu que dirigisse o documento de pedido de licença ao Gerente de Sustentabilidade, o senhor Ricardo Marcio Martins Alves. Dias depois retornei com o pedido para fazer a pesquisa e para conhecer a UHE Santo Antônio. No entanto, nunca obtive resposta sobre as duas solicitações.

Sem obter o retorno da SAE com relação à continuidade de minhas idas ao escritório central, me dirigi à sede da ESBR em Porto Velho, na tentativa de conseguir informações sobre as atividades que desenvolviam.

4.5.2 Energia Sustentável do Brasil

A minha visita ao escritório da ESBR em Porto Velho, assim como a minha ida ao escritório da SAE, foi marcada com alguns dias de antecedência. Após ter ido a SAE, segui rumo a ESBR e na sede do escritório fui recebida pela assessora de comunicação, Sabrina Albuquerque. A assessora me recebeu de forma simpática e me convidou para conhecer uma das salas, onde se reuniam vários dos funcionários do setor administrativo do consórcio. Ela deu um breve panorama do funcionamento do escritório local, que ocupava um pavilhão daquele edifício, sendo que o setor que

conheci era cercado por divisórias e em cada sala, ao todo umas 10 salas pequenas, havia entre três a quatro pessoas trabalhando.

Após a passagem pelo local ela me convidou para conversarmos na sala de reuniões. Lá ela expôs o papel que a comunicação exercia dentro do consórcio, que seria divulgar tudo que era realizado pelos programas da ESBR. A sua equipe era responsável por informar a sociedade civil e instituições sobre as atividades desenvolvidas junto às famílias atingidas.

Embora tenha sido atenciosa, Sabrina sempre demonstrou uma preocupação em entender o propósito de minha pesquisa, pelo menos naqueles instantes, e ao me indagar, comentou que levaria à hierarquia maior do consórcio, o meu propósito. Sobretudo, ela fez questão de salientar que não me daria esperanças de que eu teria sucesso em minha tentativa de realizar a pesquisa na ESBR. A tentativa inicial era criar uma possível ponte para que eu pudesse voltar a frequentar o escritório e obter mais informações sobre as atividades das equipes do consórcio.

Ao conversarmos sobre a atuação do consórcio junto às famílias atingidas, ela me explicou que as ações eram especificamente em “Nova Mutum” e na área rural definida como área de influência direta. As famílias deslocadas para as localidades construídas pelo consórcio, segundo ela, passaram a receber cursos de capacitação, que serviriam para “potencializar a vocação econômica” das pessoas que classificam como atingidos. Em meio a isso, firmaram parceria com algumas instituições como: a Fundação Getúlio Vargas – FGV; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI (curso de eletromecânica para que os afetados fizessem estágio na obra de Jirau) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (Projeto Feijão com arroz²⁵⁰). Há outros programas previstos, mas ela não revelou quais seriam.

Sabrina também relatou que em “Nova Mutum” as casas construídas pelo consórcio, abrigavam alguns funcionários da ESBR e comentou que essas casas seriam repassadas ao município quando a obra se concretizasse definitivamente.

A conversa não pôde ser gravada, senti que Sabrina estava apreensiva demais para dar qualquer tipo de informação que a comprometesse diante da hierarquia maior

²⁵⁰ “A Energia Sustentável do Brasil (ESBR), concessionária da Usina Hidrelétrica Jirau, e a Embrapa Rondônia acabam de lançar o projeto "Feijão com Arroz", visando proporcionar suporte tecnológico para o cultivo de arroz, feijão e outras culturas alimentares na área de abrangência do reservatório da Usina, assim como a produção de fruteiras irrigadas. O convênio, no valor de R\$ 4,5 milhões, foi assinado nesta sexta-feira, 16, no auditório da Embrapa Rondônia, em Porto Velho, pelo diretor institucional da ESBR, Jose Lucio de Arruda Gomes e pelo chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Rondônia, Victor Ferreira de Souza”. In: <<http://www.cpafrro.embrapa.br/portal/noticia/188/>> Acesso em: 02 de janeiro 2013.

dos engenheiros do consórcio. Percebi isso pelo seu comportamento com palavras contidas e cuidadosas, sempre observando quem passava por perto ou nos firmava os olhos. A conversa fluiu de forma rápida, ela demonstrava pressa e da mesma forma que Rodrigo Pellegrini, uma inquietação constante.

Em meio à conversa ela falou que “não sabia se o consórcio teria interesse em me atender”. Foi quando percebi a preferência de Sabrina e, possivelmente, do próprio consórcio, em receber outros profissionais no escritório, aqueles que pudessem ter uma relação empregatícia com a ESBR, de se inserir como profissionais nos ramos do setor energético e da construção civil. A estes profissionais a atenção era redobrada e o acesso ao universo do consórcio era facilitado. Foi então que percebi o quão era fechado e seletivo estabelecer algum tipo de relação naquele ambiente. A partir do sinal dado, concluí que seria difícil ir além, conhecer os arquivos e acompanhar as atividades nos arredores da UHE de Jirau.

Ao me alertar, ela sugeriu que eu encaminhasse um ofício, solicitando autorização para pesquisar, que eu me reportasse ao diretor institucional, ao senhor José Lucio de Arruda Gomes. Esse ofício foi encaminhado no dia seguinte, mas não obtive nenhuma resposta quanto ao pedido durante o tempo que permaneci na cidade.

Finalizamos nossa conversa e ela me convidou para ir com uma equipe da ESBR conhecer a obra, que eu ficasse aguardando a resposta da autorização para pesquisa e assim poderia visitar a UHE de Jirau. Agradei pelo atendimento e encerrei a minha ida ao consórcio.

4.6 Ministério Público Estadual de Rondônia

Na visita ao MPE em Porto Velho busquei em meio à atribulada agenda dos promotores, alguns instantes para conversar sobre a atuação da instituição frente às reivindicações e o direito das famílias atingidas pelas hidrelétricas.

A ida foi marcada por uma longa espera no MPE em busca de uma oportunidade para falar com um dos promotores que acompanhou os processos referentes às situações que envolviam as famílias atingidas e os consórcios responsáveis pela implantação das hidrelétricas do rio Madeira. Foram três horas de espera, justificadas pela ausência do promotor que se encontrava em audiência.

Quando a audiência terminou fui recebida por uma das assessoras do promotor Aluildo, que me conduziu até a sala dele. Ao encontrá-lo ele se dispôs a receber-me de

forma atenciosa. Apresentei-me, falei da minha pesquisa e mesmo estando ocupado com várias outras atividades urgentes da rotina de um promotor, ele se colocou a relatar alguns fatos que tem acompanhado a respeito das implantação das hidrelétricas e as situações de violações dos direitos das famílias atingidas.

Como o promotor tinha pouco tempo para atender, então ele sugeriu que eu consultasse a página do MPE e informou que lá eu teria acesso às ações civis públicas que ele em parceria com a promotora Aídee Maria Torquato Luiz e os procuradores do MPF também teriam encaminhado. Ele fez um breve resumo, disse que lá eu poderia encontrar ações relacionadas às enchentes que estavam associadas à abertura das duas comportas da UHE de Santo Antônio, a questão do bairro do Triângulo, das audiências públicas e outros casos.

Ao fazer uma exposição breve, ele indicou também que eu consultasse o relatório da COBRAPE²⁵¹, que aponta várias críticas e falhas sobre o EIA-RIMA. Depois comentou sobre as ações que tratam do processo de licenciamento, sobre os danos sociais e morais. Em algumas dessas ações foram solicitadas reparações pelo deslocamento e indenizações oferecidas pelos consórcios.

Em meio a fatos relacionados aos “assentamentos”, ele comentou que o INCRA acompanhou a situação dos sete “assentamentos” criados pelos consórcios, mas se absteve de várias decisões. O promotor Aluildo também aproveitou e comentou sobre a situação dos trabalhadores nos canteiros de obras. Falou da série de abusos que os trabalhadores sofreram e me orientou a ouvir o procurador do MPT, que teria muito a dizer sobre as ações movidas contra os consórcios pela condição em que esses trabalhadores se encontravam, motivos que inspiraram as manifestações nos canteiros de obras.

O promotor também pontuou que entre os maiores problemas estavam os chamados “gatos”, que seriam equivalentes a práticas de aliciamento de trabalhadores em outras localidades. Esses trabalhadores eram deslocados de seus lugares de origem e contratados como se vivessem em Rondônia.

Dr. Aluildo destacou também os “TAC – Termos de ajustamento de conduta” que os consórcios estavam assinando. Os mais recentes são relacionados aos casos de desbarrancamento da na área do bairro do Triângulo, que afetou a vida de várias famílias. O desbarrancamento fez com que essas famílias afetadas passassem a lutar

²⁵¹Disponível

<http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/Mad/Documentos%20Oficiais/Madeira_COBRAPE/11118-COBRAP-report.pdf> Acesso em: 30 de janeiro 2013.

pela “indenização” e por serem reconhecidas como “atingidas” pela abertura das duas comportas da UHE de Santo Antônio no ano de 2011.

Ele também tem acompanhado três situações de intervenção: a construção do Parque das Águas (projeto de criação de um condomínio) no referido bairro, o projeto “Minha casa minha vida” e os desbarrancamentos.

Além disso, o promotor externalizou seu entendimento sobre a situação das famílias atingidas pelas UHEs. Na sua opinião, os danos que as obras estavam provocando eram “irreparáveis”, principalmente pelo fato de ferir os direitos e ao modo de vida das centenas de famílias atingidas. E em seus relatos, compreende que os atingidos tem uma relação profunda com a natureza da região e por esse fato não havia como mensurar essa relação.

Nossa conversa não foi gravada, tratou-se de um rápido contato, que ao final teve uma crítica rígida aos professores da UNIR que se vincularam aos consórcios e atualmente realizam pesquisas com financiamento destas. Ele finalizou a conversa dizendo que estava decepcionado com que vinha acontecendo nos últimos anos na Amazônia.

4.7 Ministério Público Federal de Rondônia

Antes de ir ao MPF, ainda em Manaus, eu havia agendado uma audiência com a procuradora responsável pelos processos relacionados às famílias atingidas pelas hidrelétricas. Em Porto Velho, na sede do MPF compareci na data marcada e conheci a Procuradora da República Renata Baptista. O objetivo desse encontro era semelhante ao do Promotor Aluildo. Então eu solicitei formalmente uma autorização, para consultar/acessar os processos que a procuradoria teria acompanhado com relação ao “Complexo Madeira”.

Ao abordá-la tive a oportunidade de conversar sobre a minha pesquisa e ela prontamente respondeu, se dispondo a colaborar, mas esclareceu que nem tudo poderia ser acessado. Ela liberaria apenas alguns processos, os demais estavam correndo em sigilo por estarem em andamento.

Ao iniciar os relatos, a procuradora fez uma comparação nos seguintes termos, à situação instaurada no rio Madeira era semelhante às situações observadas nas “fronteiras”. Essa analogia levava a compreender aquela região como um lugar de intenso conflito. Tomando como exemplo o caso da UHE de Jirau, ela fez uma comparação do canteiro de obras com uma “casa de detenção”, dado o grau de controle

mantido pela “chefia” do consórcio sobre os trabalhadores. Segundo ela, havia várias violações e enquanto MPF tentavam apurar os fatos e acompanhar o processo de garantia de direitos a estes trabalhadores.

A procuradora Renata também fez uma avaliação da relação que o MPF tinha com os consórcios. No acompanhamento das ações dos consórcios, ela afirmou que a ESBR, consórcio responsável pela UHE Jirau, seria a que apresentava as características mais “duras” na relação. Diferente da SAE, que até aquele momento havia se disposto a contribuir com o MPF.

Entre seus relatos, a procuradora informou que tem percorrido os escritórios dos consórcios, bem como os canteiros de obras a cada dois meses. Ela tem feito as reuniões do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, realizadas em conjunto com o MPE. Nessas reuniões, a intenção é observar e questionar possíveis irregularidades, vistas a partir de: problemas ambientais; do acompanhamento das obras e as condições de trabalho; do cumprimento dos direitos trabalhistas, em vista das denúncias e constatações de situações de “tortura” que lhes foram apresentadas.

A procuradora também fez uma menção ao caso dos “advogados rapineiros”, aqueles profissionais que se aproximam das famílias para convencê-las a dar-lhes poderes de representação legal, pela reivindicação de um direito violado por um dos consórcios junto à justiça. O resultado disso é que tais advogados acabaram cobrando honorários advocatícios muito altos, abusivos segundo o próprio MPF. Alguns deles até estabeleciam em seus contratos, os valores de 50% sobre o valor da “indenização” dessas famílias, caso estes obtivessem ganho de causa.

Contudo, ela ressaltou que tal prática passou a ser reconhecida pelas famílias e mesmo em algumas localidades, a presença destes profissionais é evitada. Como exemplo, ela citou que na “Vila de Jirau”, os atingidos não aderiram mais a nenhuma proposta de tal tipo, e estão em alerta quanto à prática maliciosa desses advogados.

Em meio a isso, a procuradora comentou que nada seria capaz de “pagar o modo de vida” dos atingidos e naquele momento ela recordou o que recentemente havia acontecido. Então ela destacou o caso do “bairro Triângulo”, onde centenas de famílias sofreram *deslocamento compulsório* por causa do desbarrancamento das margens do rio Madeira, pela ação de abertura de duas das 15 comportas da UHE de Santo Antônio .

Aliado ao problema enfrentado pelos que viviam no “bairro Triângulo”, a procuradora informou que os atingidos também já estavam se deparando com outra ação interventiva do poder público municipal, que seria a criação do projeto “Parque das

Águas”²⁵². De acordo com a proposta, este projeto visa criar um “espaço” de lazer, com um píer, com quadra esportiva, área para estacionar, banheiros e um observatório de pássaros. Essa obra afetaria diretamente a área do “bairro Triângulo” e mediações do Porto do Cai N’água, e logo a vida daqueles que viviam nessas localidades.

A conversa com a procuradora não se prolongou por muito tempo e uma das minhas dificuldades era em conseguir uma audiência com ela e os demais procuradores. Nesse sentido, manter recorrentes encontros se tornou um pouco complicado, dada a demanda de trabalho e atendimento que ambos tinham para dar conta, em suas atribuições de todo o Estado.

Apesar de pouco tempo disponível por estes profissionais que acompanham o desfecho da luta das famílias atingidas, percebi que há um esforço mútuo entre os MPs e uma aliança em torno da defesa dessas famílias. Essa aliança se dá porque cada MP, em sua atribuição não tem conseguido isoladamente assegurar os direitos e acompanhar o passo a passo dos consórcios. Os procuradores da república e os promotores de justiça, desde a implantação dessas hidrelétricas, sempre tiveram dificuldades em dialogar com outros representantes da justiça (juízes e desembargadores) a respeito dos direitos violados. Mesmo a produção de uma defesa fundamentada por estes profissionais tem enfrentado grandes obstáculos, dada as condições de trabalho que estes dispõem em cada instituição que atuam.

A frequente rotatividade dos procuradores é algo que acaba inviabilizando a continuidade dos trabalhos. Estes são constantemente pressionados por políticos e por representantes da justiça que estão hierarquicamente acima de suas atribuições e em muitas situações apresentam posições divergentes quanto às suas reivindicações e defesas.

Observando seus esforços, não há como deixar de perceber que a instituição em que atuam apresenta muitas limitações no que tange aos recursos disponíveis para a execução das atividades que lhes cabem. Tem-se nos MPs uma estrutura fragilizada por estas dificuldades que remontam ao tamanho acúmulo de demandas de todos os tipos, que não são apenas as dos atingidos. No caso que envolve a relação conflituosa entre as famílias atingidas e os consórcios, prevalece a escassez de um corpo de especialistas de diversas áreas para elaborar estudos e análises que subsidiem os procuradores e promotores em suas avaliações. Essa ausência, apenas faz com que o corpo jurídico dos

²⁵² Disponível em: <<http://www.piniweb.com.br/construcao/arquitetura/parque-das-aguas-deve-ser-aprovado-este-mes-209118-1.asp>> Acesso em: 19 de setembro de 2013.

consórcios ganhe tempo para fundamentar e contestar as denúncias das famílias atingidas quanto aos efeitos ambientais e sociais que as mesmas vêm sofrendo. Este fato exprime tamanha desigualdade de “capital”, pois os consórcios têm contratado escritórios advocatícios conhecidos nacionalmente e de peso, em sua defesa. Os consórcios também têm investido na produção científica em seu favor. Para tanto, os consórcios tem ultrapassado os muros das universidades para financiar grupos de pesquisa e gerar estudos e produção acadêmica em torno do “Complexo Madeira”. Pode-se dizer que existe um arsenal construído por especialistas recrutados pelos consórcios contra os interesses dos atingidos.

Em Rondônia, assim como em outros estados da Amazônia, é preocupante o número reduzido de procuradores, promotores e defensores, que possam assistir as situações desastrosas e abusivas que se constituíram aceleradamente. As ações são encaminhadas, mas dada uma série de dificuldades que engessam as lutas dos MPs e movimentos sociais, muitas perdas se deram ao longo destes anos de implantação do “Complexo Madeira”.

Recentemente com o *desastre* da cheia do rio Madeira, os MPs, tem encampado uma árdua luta para apurar as responsabilidades dos consórcios quanto aos impactos ambientais e sociais de grande proporção que afetaram cerca de 30 mil pessoas no Estado de Rondônia. Houve a exigência de novos estudos e vários encaminhamentos com relação à obrigatoriedade dos consórcios sobre a condição em que se encontram os “desabrigados” pela cheia. É importante frisar que o poder público tem sido cobrado no sentido de assistir a estes “desabrigados” até que retomem suas vidas normalmente. Nessa direção, observasse que os MPs têm se colocado de forma dedicada e com a finalidade de solucionar os problemas provocados pelas hidrelétricas.

5 A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS COMO ATOS DO ESTADO

Os esforços analíticos para compreender de maneira mais ampla os deslocamentos compulsórios resultaram por me devolver à teoria, isto é, ao estudo de instrumentos teóricos e conceituais, capazes de permitirem uma compreensão mais detida destas realidades localizadas, produtos da relação entre estratégias empresariais e as práticas de *resistência* dos atingidos. Procurei analisar os estudiosos que fundamentam a ação oficial, detalhando a lógica do planejamento.

Para tanto recorri inicialmente ao trabalho intitulado *Sobre o Estado: Curso no Collège de France*, de Pierre Bourdieu (2012). O autor traz sua contribuição teórica, no sentido de orientar as observações de pesquisadores em análises que suscitam relevantes questões sobre o Estado. Tais questões remetem a outra forma de abordagem, que supera a maneira já cristalizada de conceber o Estado, como um “ser” materializado, que ordena a vida social a partir de sua posição divinizada. Essa vista nos faz perante inúmeras possibilidades de análise da “estrutura” que forma o poder. Também inviabiliza conhecer as relações que estão em *jogo* no escopo desse domínio tão citado. O que encobre o que ou quem está por traz deste “ser” tão referido.

Diante de tal premissa, creio que as análises podem seguir essa linha de pensamento, para chegar à compreensão das imposições que se legitimam a partir de *atos* autorizados. Bourdieu (2012) provoca nessa direção, convidando-nos a substituir a figura do Estado sobre seus *atos* que ora ordenam o mundo social e exercem efeitos sobre ele. É nessa direção que analisamos a implantação de hidrelétricas na Amazônia, tendo como foco as usinas hidrelétricas no rio Madeira.

Seguindo os exemplos indicados por Bourdieu (2012, p. 27) quando o mesmo faz referência à forma como algumas políticas se legitimam, em detrimento a real necessidade da sociedade, para fins de consolidação dos objetivos que almejam grupos abastados, em manter uma estrutura de poder e domínio. Se observarmos de forma crítica, a constituição da política de infraestrutura para a Amazônia e com ela seus desdobramentos em produção de energia e construção de obras que dão suporte para montar uma ampla ligação entre projetos. Fica clara a posição, ou seja, quem são os interessados em dar um direcionamento especulativo a uma exploração exacerbada dos recursos naturais na *região*.

Essa política, como a citada pelo teórico na referida obra, se consolidou de forma “legítima” e por não ter sido posta em cheque em sua elaboração passou a ser executada. Não houve uma construção compartilhada para atender a demanda social,

uma segunda proposta que a substituísse, levando com que essa política adotada se tornasse a marca dos dois últimos governos. Nossa presente política de infraestrutura se coloca-o neste sentido, como um ato do Estado.

Nosso trabalho, leva em conta a análise da capacidade de executar uma política de Estado dessa dimensão. Tem-se que a consolidação dos *atos* se dá, pelo poder empregado pelos executores. E aí estão suas instituições e figuras públicas, dotadas de poder. Uma vez que o Estado responde pela sociedade e a mesma lhe dá concessões para solucionar as demandas sociais, são *delegados* os *agentes* que falam em nome da representação majoritária e os mesmos passam a aplicar os *atos* a partir do uso do poder que lhe foi conferido.

O *agente*²⁵³ delegado pelo Estado carrega consigo o “estatuto”, as normas que lhe concedem poder para que ele intervenha sobre as coisas e pessoas. No entanto, dependendo da posição, ou tipo de cargo exercido, não há outro *agente* que possa conferir o real uso do poder que lhe é dado. Deixando, de certa forma, que este *agente*, que se encontra a serviço do Estado faça uso de suas prerrogativas,

O *agente* ou as “instituições” do Estado são emissores de “juízos de valor”, portanto, são formadoras de opiniões e dependendo do que é proferido por ambos os delegados, seja de conteúdo positivo ou negativo, irão exercer efeitos na sociedade.

Este *agente* pode se valer das prerrogativas que lhes são concedidas, tudo o que ele proferir pode ser tomado como legítimo e verdadeiro. Ele detém o poder da fala e para exercer o ato de *categorizar*. A polêmica que gira em torno desse poder é que ele, pelo fato de desfrutar da autoridade, pode cometer injustiças, uma vez que essa categorização é pública e pode surtir efeitos negativos ou positivos.

Para que os *atos* de categorização se consolidem, é conferida aos *agentes* uma *autoridade simbólica*. Bourdieu (2012) diz que é por via dessa autoridade que se chega a uma “comunidade ilusória”, investida por um suposto consenso de todos com relação aos *atos* cometidos pelo *agente* em nome do Estado. Bourdieu ainda alerta que por mais que se discorde desses *atos*, se as pessoas se dobram a eles é porque estão colaborando de alguma forma para que ele se imponha, ou seja, estão consentindo. Logo, quando esse consenso prevalece, as pessoas passam a fazer parte dessa “comunidade ilusória”, pois a deixou prevalecer, estando consciente da situação ou não.

²⁵³ O *agente* referido neste debate não é o “*agente social*” tratado na tese. O *agente* que é delegado pelo Estado, tem uma função específica e é autorizado para agir em nome dele.

A partir desta reflexão sobre os *atos* do Estado, temos como perceber que os interesses privados, conhecedores dos rumos necessários para que seus projetos sejam colocados em prática, tem se inserido cada vez mais no campo das definições políticas. Na escalada para se tornarem autorizados, sendo detentores de poder ou fazendo alianças que lhes facilitem a celebração de seus objetivos, são articulados diversos meios para que se sobressaiam enquanto grupos dominantes e em suas definições.

A luta pelo *reconhecimento* de suas autodefinições, um direito²⁵⁴ que é garantido por lei, na qual o Estado é obrigado a reconhecer e a dar as condições necessárias para a reprodução social destes agentes, se tornou uma luta contra os *atos* do Estado. Por isso a luta política se tornou um instrumento de defesa e está relacionado à forma como os agentes sociais querem que a sociedade, os governos, os políticos e as empresas os reconheçam. Diz respeito à luta cotidiana²⁵⁵ contra a categorização exacerbada que vem do discurso dominante, pelo direito de dizerem quem são.

Nos itens seguintes são apontados exemplos históricos de *atos* que foram extremamente imponentes perante os direitos de povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Há anos projetos hidrelétricos se tornaram exemplos de ações políticas elaboradas para constituir a estrutura ideal que atendesse os “auspícios” de grupos dominantes que se apoiaram no discurso do progresso para a região.

Ao mesmo tempo, apresento um quadro de *resistência* dos agentes sociais que inconformados com sua condição, começam a formar uma identidade de luta e uma contraposição que perduraria anos, até a chegada do denominado “Complexo Madeira”. Com a implantação do referido projeto, a *resistência* tem se ampliado, mesmo enfrentando dificuldades e lutando contra as investidas de desqualificação e negligência que tem sofrido. Passarei a um breve retrospecto destes *atos* e de seus efeitos sobre os movimentos de *resistência* na região amazônica nas últimas décadas.

5.1 A construção de hidrelétricas na Amazônia: conflitos e perspectivas

Pretendo neste capítulo expor referências básicas que ajudarão a compreender os principais problemas mais gerais em *jogo* a partir da implantação dos denominados “grandes projetos” na Amazônia e em especial o “Complexo Madeira”. O primeiro propósito analítico é realizar um breve resumo sobre como as ações do Estado, dimensionadas e materializadas nas políticas governamentais (planos, programas e

²⁵⁴ Ver Convenção 169 da OIT.

²⁵⁵ SCOTT (2002).

projetos), se relacionam com a implementação de uma política energética valendo-se dos rios amazônicos. Isso implica em retomar algumas situações históricas em que a produção de energia esteve relacionada à formação de uma ampla estrutura, que proporcionaria fornecimento de energia à exploração de recursos naturais. Esse crescente objetivo é visivelmente marcado pelas concessões governistas feitas a setores industriais que foram incentivados a se instalar na Amazônia para executar projetos nos campos do agronegócio, da mineração, do mercado de terras, da indústria pesqueira e de outras possibilidades de exploração voltadas para diferentes circuitos mercantis.

A materialidade dessas ações deu margem à construção de uma “infraestrutura energética”, cujas obras hidrelétricas tem resultado em efeitos sociais ainda não completamente estimadas. Esta posição de incompletude inspirou o segundo propósito deste capítulo, que consiste basicamente em reconstituir situações históricas referidas às primeiras hidrelétricas na Amazônia, trazendo a reflexão para realidades localizadas referentes ao Estado de Rondônia.

Ao tratar especificamente dos projetos hidrelétricos nos rios referidos a Rondônia, a tentativa é refletir sobre como se deram as primeiras formas de *resistência*, fato que culminaria na constituição do Movimento de Atingidos por Barragens, a partir da dolorosa experiência das famílias afetadas pela UHE Samuel no rio Jamari. Essa *resistência* é a base para a atual configuração do movimento antibarragem e é novamente potencializada a partir do surgimento de mais um projeto hidrelétrico em Rondônia, o “Complexo Madeira”, foco principal desta tese.

As atuais “obras de infraestrutura” projetadas para a Amazônia podem ser pensadas retrospectivamente, delineando posições geopolíticas e o sentido de estratégias empresariais historicamente apontadas. Essas iniciativas podem ser revistas desde os Acordos de Washington em 1942, passando pela constituição da SPVEA em 1953, pela Operação Amazônia de 1966, pelo Plano Nacional de Desenvolvimento em 1971 e Programa de Aceleração do Crescimento em 2003. Políticas governamentais ressaltam o interesse em aprofundar estudos e implantar projetos de produção de energia, baseado no aproveitamento hídrico de rios da Amazônia.

Tais iniciativas foram norteadoras de profundas transformações sociais e econômicas resultantes da aliança feita entre interesses empresariais e governamentais, para tornar a região “economicamente produtiva e explorável”.

Torna-se relevante considerar que ao serem planejadas, inúmeras ações de exploração dos recursos naturais e de implantação de infraestrutura pairou uma

constante “preocupação” que pode ser registrada nos discursos oficiais que defendiam a necessidade do avanço sobre a “inóspita região”, diferenciando-a das demais regiões do país.

Para tanto, os sucessivos governos lançaram mão de campanhas, enfatizando as condições precárias da economia local, marcada pela falência de empreendimentos anteriores²⁵⁶, e caracterizando os grupos sociais de diferentes partes da Amazônia a partir de uma representação degradante do seu modo de vida. Segundo este discurso era necessário uma intervenção imediata para ocupar “racionalmente” a “imensa floresta”, que se via ameaçada por uma propalada invasão da região por interesses estrangeiros, valorizar sua população, recuperando-a e enquadrando-a no “processo de civilização” (ELIAS, 1993).

Neste sentido, é recorrente o uso de categorias que remetem ao fator “ocupação da Amazônia”, e segundo essas visões era preciso “integrar, progredir, avançar, entre outras tantas”. É sob o escopo da ideologia do “desenvolvimento” que se orientam tais políticas.

A tentativa de compreender o discurso do “desenvolvimento” é constante em diferentes autores e seus teóricos-fonte (FOUCAULT, 1971, p. 09-26). É na relação entre distintos discursos que o filósofo propõe compreender a articulação do discurso proferido por um grupo dominante, ir além de um “meio-silêncio”. É preciso estar atento àquilo que antecede a sua aparição, o “não-dito” e perceber as descontinuidades presentes em sua elaboração. Nem sempre o que diz ser a “continuidade” do discurso o representa de fato. Para tanto é necessário conhecer os detalhes que constituem o “discurso do desenvolvimento”, bem como a forma do enunciado emitido e sua “singularidade”. É relevante identificar as “condições de sua existência, as correlações estabelecidas, as exclusões e práticas”.

O modelo empregado para promoção de transformações na Amazônia tem seu cerne no “discurso do desenvolvimento” (ESCOBAR, 1990, p. 09-15), uma justificativa para explorar os recursos naturais de áreas nunca ou pouco exploradas numa velocidade intensa que atenda aos diferentes circuitos dos mercados mundiais de matérias-primas.

As décadas que antecederam os atuais “projetos de infraestrutura”, ou seja, o discurso dominante se recobriu de formas distintas, aperfeiçoadas conforme a dinâmica das relações políticas e dos regimes de governo. O que se percebe como relevante perceber na defesa do discurso oficial das relações de poder (SCOTT, 2004, p. 20-21) é

²⁵⁶ Constituiriam exemplos a produção da borracha, em toda a Amazônia, e obras como a Ferrovia Madeira-Mamoré no Estado de Rondônia.

que seu conteúdo sugere variadas formas de apresentação pública, forjadas para atender interesses empresariais, privados.

Unifica-se a formação de um *discurso oculto*, fora da relação de subordinação, à qual os agentes sociais são submetidos. Seria uma racionalidade que ocultaria os interesses pela intensa transformação que se dá no âmbito da intervenção no *espaço físico*. O discurso do “desenvolvimento” independe dos regimes políticos. Eles não surgem nos governos ditatoriais, mas na redemocratização do pós-guerra nos acordos e planos realizados politicamente, pondo em prática medidas transformadoras, apresentadas como “valorizando o regional”.

5.2 Relação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia e a Política Energética

As formulações que justificam tais medidas, consistem num lugar-comum, como se pode destacar no pronunciamento do historiador Ferreira Reis no ato de oficialização da SPVEA em 1953, delimitando uma região designada como Amazônia e preconizando como transformá-la:

Ora, para efeito de interferência da União na execução de programas de ação política visando recuperar a região para enquadrá-la no processo de civilização que dá cor a outras áreas do país, criou-se uma Amazônia que não é aquela tradicional, a que me referi, mas uma Amazônia legal, que o diploma 1.806, de 6 de janeiro de 1953 assim dispôs: “Artigo 29, a Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do, Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e, ainda a parte do estado do Mato Grosso a norte do paralelo de 16° a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13° e a do Maranhão a do meridiano, de 44.

O legislador de 1952, votando o texto que é hoje a lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, não se mostrou desatento às condições sociais da Amazônia ao fixar diretrizes centrais dos objetivos que tinha em mira alcançar para a valorização regional. E especificou, no artigo 7°, letra h: “Estabelecer uma política demográfica que compreenda a regeneração física e social das populações da região pela alimentação, a imigração de correntes de população que mais convenham aos interesses da região e do país, e o agrupamento dos elementos humanos da região ou de outros Estados em áreas escolhidas, onde possam constituir núcleos rurais permanentes e **desenvolver** a produção econômica. (REIS, 1999, p. 7-20 grifo nosso)

Segundo uma perspectiva economicista, a SPVEA objetivava gerar possibilidades de serviços a partir do planejamento de obras públicas com o propósito de “valorização da região amazônica”, e do estímulo a setores “agrícolas, mineral e

industrial”. Através de ações que favorecessem estes setores, haveria, segundo este ponto de vista, uma melhoria na “qualidade de vida da população regional”. (MAHAR, 1978, p. 15-19)

Um dos objetivos dos planejadores era pautado inicialmente pela criação de mecanismos que proporcionassem o crescimento agrícola e transformassem a região numa área de autossuficiência. Isso se daria através da produção de alimentos e da ampliação dos negócios voltados para a exportação de matérias-primas que aqui fossem produzidas, seja para o consumo interno ou externo.

Em termos da chamada “infraestrutura”, uma das prioridades governamentais era promover o “desenvolvimento” dos setores de transporte, de comunicação e energia. Tais prioridades passaram a ser reproduzidas oficialmente nos governos posteriores. Também anunciavam a implementação de ações que fossem ampliar os investimentos voltados para o saneamento básico, crédito, comércio, educação e o uso “racional” dos recursos naturais.

No que diz respeito à questão energética, havia a preocupação em planejar a produção de energia: “em bases econômicas, pela utilização e conservação de suas fontes, a organização do abastecimento de combustíveis, a eletrificação dos principais centros de produção, utilização racional dos recursos naturais” (SPVEA, 1955, Vol. I.).

Uma vez que almejava-se transformar a região numa referência em produção industrial e numa “economia estável”, a SPVEA previa a instalação de “centrais elétricas”, para as capitais Belém e Manaus. A produção de energia serviria de suporte às novas indústrias que se pretendia estabelecer na Amazônia. Essas indústrias seriam as responsáveis por explorar o potencial dos recursos naturais e conseqüentemente fariam a exportação para mercados nacionais e internacionais. (OLIVEIRA JR. In: ADOLPHO, 1951, p.114)

A produção de energia também objetivava o atendimento doméstico e havia interesse em tornar essa expansão possível, através da construção de termelétricas. As dificuldades geográficas alegadas nos anos 50, já eram assinaladas pelos técnicos, advertindo das dificuldades de se construir hidrelétricas. A pretensão de construir uma “infraestrutura energética” era cogitada no âmbito da SPVEA e inspirou a formação de equipes de estudos que fariam um inventário de potencial energético na Amazônia. (OLIVEIRA JR, 2012. In: ADOLPHO, 1951, p.114)

Todas essas ações acabavam por se confrontar com a forma como distintos agentes sociais concebiam a ocupação das terras na Amazônia. Neste caso, trata-se de

mais uma iniciativa que coibiu o livre acesso à terra e aos recursos naturais, negando as formas de produção que diferentes grupos sociais e comunidades locais praticavam.

De cunho economicista, a medida teve como efeito, conceituar, de maneira formal, o que seria a “Amazônia”, privilegiando fatores tributários e jurídicos que se sobrepunham a outras formas de compreensão já existentes.

Dado o amplo alcance deste plano, não foi relevante considerar o conhecimento detido sobre a região Amazônica. Ademais não havia interesse maior, por parte dos governos a respeito dos efeitos sobre as comunidades locais que deveriam, idealmente, preceder a qualquer empreendimento. Em decorrência, graves problemas sociais e ambientais surgiram, afetando inclusive os aspectos administrativos da implementação dos empreendimentos. Uma propalada escassez de recursos e a falta de controle dos gastos para dar continuidade aos projetos aumentaram gradativamente, inviabilizando iniciativas²⁵⁷.

De forma resumida, quando graves falhas foram vindo à tona em seu cronograma de planejamento, a SPVEA passou a ser criticada e vista com uma política malograda, principalmente por não conseguir alcançar os seus principais objetivos. Finalmente, em 1964 a partir do golpe militar, a SPVEA foi extinta e, em nome de uma pretensa racionalidade, foi instituída, em 1966, uma nova agenda de desenvolvimento denominada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

5.3 A “Operação Amazônia” e o interesse pela produção de energia

Nesta segunda metade da década de 60 a “ocupação” da Amazônia, passou a ser apresentada sob uma justificativa geopolítica e de segurança nacional, objetivando o controle do território para evitar uma suposta invasão internacional.

O uso de categorias específicas delineavam a face de cada plano. Uma das marcas dessa política se dava ao acionar o termo “avançar”, que exprimia a vontade constante de expansão explicitando uma modalidade de “desenvolvimento” que congregava interesses empresariais e geopolíticos.

²⁵⁷ Embora o discurso, aparentemente transparecesse uma intenção positiva dos propositores para a Amazônia, a real situação era que a SPVEA privilegiaria diversos circuitos de mercado, como o automobilístico, que consistia num dos alvos financeiros significantes. Para tanto, foram projetadas obras que atenderiam às indústrias, mas elas foram concluídas tardiamente, aumentando a lista de empreendimentos que não deram certo para a região. Para fazer alusão, remonto à lembrança a construção da Rodovia “Belém-Brasília” e a atração “descontrolada” com deslocamento para a região de milhares de famílias (Hall, 1991)²⁵⁷. São fatos que se destacaram como efeitos problemáticos, numa região, que tanto foi almejada para grandes obras que previam despertar uma “vocação” da Amazônia para os diferentes circuitos de mercado.

Para que fossem alcançadas, foi instituída a “Operação Amazônia”, que reuniu fundos privados e estatais, que através de incentivos financeiros e da abertura de créditos, concedidos oficialmente para consolidar os projetos econômicos na região²⁵⁸.

Esse “avanço sobre a Amazônia” é criticado Oliveira (1994, p. 04), como uma segunda tentativa de entrada violenta, numa região povoada por grupos sociais com modos de vida próprios, definiria que a imposição de “políticas desenvolvimentistas” do porte das que historicamente conhecemos, remete a uma “reconquista”, onde o sociólogo faz alusão à “conquista”, termo comum usado para se referir à chegada dos europeus no Brasil.

O relatório enviado a Presidência da República em 1966, indicava que a “estrutura econômica” da Amazônia era “subdesenvolvida”. O plano visava reduzir a importância da economia local baseada em “setores extrativos e comercial” para favorecer “setores” considerados mais “dinâmicos” como o da “agropecuária”²⁵⁹.

O plano tinha como premissa a “mudança de hábitos e métodos de trabalhos existentes”, retirar a “região” da situação considerada de “isolamento” e que por conta deste quadro, não conseguia acompanhar o “progresso” do país.

No que diz respeito ao Estado de Rondônia, o plano exalta a abertura de vias que ligam o estado ao sul do país e se reporta a capacidade de produção mineral a partir da extração de “cassiterita”, que se encontrava em advento. Revela grande interesse em ampliar o aproveitamento industrial em Rondônia e atrair investidores privados nacionais. Mas em meio à expectativa positiva, o referido Relatório anuncia que há dificuldades pela “falta de corpo técnico especializado”²⁶⁰.

Com relação à produção de energia, mais uma vez era apresentado como um problema que dificultava a expansão dos projetos de industrialização de matérias-primas

²⁵⁸ “A “Operação Amazônia” (criada pelo Presidente Castelo Branco em 1965), previa: 1) Uma política regional orientada pelo “estabelecimento de Pólos de Desenvolvimento”, tinha como uma das metas promover a ocupação da Amazônia, através de políticas de terras, através do estímulo a imigração, com a implantação de assentamentos permanentes nas fronteiras e a chegada de pessoas de outras regiões e estrangeiros; incentivar o capital privado a investimentos futuros; desenvolver a infraestrutura e pesquisar o potencial dos recursos naturais. 2) Aplicar a Amazônia o modelo nordestino de desenvolvimento (SUDENE), que promovia a industrialização na região, a partir do financiamento do capital privado nacional e internacional. 3) Cabia ao Estado criar mecanismos de articulação, por via de isenções e incentivos fiscais, para atrair novos capitais empresariais a região. Para tanto, o mesmo entraria com a garantia de uma infraestrutura (transporte, energia e comunicações), suficientes para receber esses investimentos. 4) 1966 - Criação do órgão administrativo, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, seu financiador seria o Banco da Amazônia – BASA. 5) Criação da Zona Franca de Manaus – ZFM, como medida compensatória para desenvolver a parte da Amazônia Ocidental que estava sofrendo com as conseqüências da concentração de investimentos que estava sendo feita em outras capitais como Belém. Com a ZFM, Manaus passaria a receber os incentivos para o desenvolvimento comercial, industrial e agrícola da região, passando a ser um dos principais pólos de produção do norte do país. As empresas que se estabelecessem na área de abrangência da ZFM, ficariam isentas de impostos sobre os produtos fabricados. A responsabilidade sobre a ZFM ficaria a cargo da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA”. (BARAÚNA, 2009, p. 42-43 e Relatório Operação Amazônia, 1966)

²⁵⁹ Relatório Operação Amazônia, 1966, p. 23.

²⁶⁰ Relatório Operação Amazônia, 1966, p. 45.

na Amazônia. A baixa produção de energia resultava deste ponto de vista num “estrangulamento da economia”. O Relatório aponta ainda que o fato da região ser de difícil acesso, não tinha como receber energia de outras regiões do país e era necessário “executar planos locais” para “estimular a atividade industrial”²⁶¹.

O relatório aponta para a necessidade de estudos de potencial energético e para a construção de termelétricas e hidrelétricas. Em Rondônia, o Ministério de Minas e Energia – MME, já realizava estudos nos trechos das cachoeiras de: “Fortaleza, Escalvados e Samuel”, no rio Jamari, também nas áreas das cachoeiras de: “Santo Antônio, Teotônio e Macacos”, no rio Madeira²⁶².

5.3.1 O PND e a Política Energética

Na década de 70 para uma imediata ação governamental de implantação de uma “infraestrutura” o governo ditatorial do general Emílio Garrastazu Médici, sancionou o I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND²⁶³ (1972-1974). Este plano previa medidas de atuação em setores industriais os mais diversificados, também prevendo ações voltadas para pesca, turismo e desenvolvimento agrícola. O Plano de Integração Nacional ²⁶⁴ tinha como fundamento a implantação de uma infraestrutura em transportes, rodoviário e hidroviário para promover a interligação de vários pontos no país²⁶⁵.

No que diz respeito ao PIN, possibilitou a abertura de várias rodovias conhecida historicamente como provocadoras de efeitos desastrosos. Constituiu-se em mais um plano que não considerava as peculiaridades da região. Suas ações se tornaram o símbolo falido de uma proposta integracionista dos governos militares e como porta de entrada para o aumento do desmatamento da floresta amazônica. Rodovias como a “Transamazônica – BR 230, a Cuiabá-Santarém - BR 163, Cuiabá-Porto Velho – BR 364 e Porto Velho-Manaus – BR 319” (VELHO, 2013, p.153), tornaram-se vias de

²⁶¹ Relatório Operação Amazônia, 1966, p.63

²⁶² Relatório Operação Amazônia, 1966, p.69

²⁶³ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5727.html.> Acesso em 26 de agosto de 2013.

²⁶⁴ DECRETO-LEI Nº 1.106 de 16 de junho de 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.html.> Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici. Acesso em 26 de agosto de 2013.

²⁶⁵ Um marcante programa que estava vinculado ao PND, mas voltado para as questões agrárias na região amazônica e focado em viabilizar mecanismos de aproveitamento das “potencialidades” foi incentivado neste âmbito. Tratava-se de um segundo planejamento baseado numa divisão criada para cada área da região, definida em “pólos de desenvolvimento”. Os diversos “pólos de desenvolvimento” orientariam as ações no território, que dizia respeito à “Amazônia brasileira”. Tratava-se de um “Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – conhecido como Polamazônia”. (KOHLHEPP, 2002)

entrada para um intenso e desordenado deslocamento para a região. Isto reflete uma certa perda de controle, relacionada ao fato dos governos ditatoriais não acompanharem e não criarem mecanismos políticos eficazes para orientar os deslocamentos²⁶⁶. Em meio a esse efeito, as rodovias também alavancaram uma corrida em direção à expansão de atividades econômicas. Tais vias de acesso, conhecidas como “corredores de desenvolvimento”, e tais atividades tinham como foco a exploração dos recursos naturais (mineração, madeira e demais produtos da floresta) e a expansão agropecuária com os investimentos em monoculturas, como a soja e a criação de gado. (KOHLHEPP, 2002, p. 38)

Na leitura do II PND, verifica-se que a questão energética foi tratada de modo prioritário e como base para subsidiar outros empreendimentos, incentivados pelos planos de governos e sobre os futuros investimentos que nas últimas décadas se fizeram concretos com a implantação de usinas hidrelétricas, que antes eram apenas espelhos para estudos de viabilidade que desafiavam a engenharia dos anos 70²⁶⁷.

Neste PND a busca por outras fontes de energia, aparece como alternativa à diminuição do intenso uso de petróleo para eletrificação. De acordo com o plano, tem-se o seguinte: “Por outro lado, deverá o país afirmar o seu poder de competição em indústrias altamente intensivas de energia elétrica, inclusive para exportação (a exemplo do alumínio) tendo em vista tirar proveito dos seus amplos recursos em hidroeletricidade)”²⁶⁸.

O PND também assinala que a “hidroeletricidade” já era vista como grande promessa para “desenvolver o poder de competição” no aspecto de aumento de produção industrial²⁶⁹, sobretudo, o potencial de “alumínio e outros minérios”. No item “Execução de Programa Ampliado de Energia Elétrica” há referências sobre investimentos em pesquisas (estudos de viabilidade) para a construção de hidrelétricas na bacia do Rio Tocantins (Tucuruí e São Felix) estendendo-se para áreas do “Xingu, Tapajós e Madeira”²⁷⁰.

²⁶⁶Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF p. 47>. Acesso em 26 de agosto de 2013.

²⁶⁷ Os projetos hidrelétricos que antes eram apenas mencionados nestes planos e programas saíram dos gabinetes e se tornaram monumentos reais em plena floresta amazônica, vide as: UHE Tucuruí, UHE Samuel, UHE Jirau, UHE Santo Antônio, UHE Belo Monte e as futuras UHE Tapajós.

²⁶⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF> Acesso em: 23 de abril de 2014.

²⁶⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF. (p. 61)> Acesso em: 23 de abril de 2014.

²⁷⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF> (p. 64). Acesso em: 23 de abril de 2014.

As políticas sancionadas durante o regime militar foram dimensionadas para atender interesses que necessitariam do fornecimento de energia elétrica para os setores em ascensão. Pela característica impositiva dos governos autoritários, houve a priorização de empreendimentos que foram propagados como meios de promover o crescimento econômico do Brasil e das regiões consideradas fora do eixo de “desenvolvimento”, como o norte e o nordeste do país. Em consequência disso, teriam sido construídas as primeiras hidrelétricas, resultado das especulações anunciadas em estudos de viabilidade citados nos planos acima. Vejamos a primeira delas.

5.4 Pará-Tucuruí

A UHE de Tucuruí foi projetada para atender as indústrias em áreas estratégicas definidas para a mineração. Muitas empresas se reuniram²⁷¹ para dar conta da exploração e pretendiam alcançar o topo da escala comercial mundial. O governo acionou sua agência responsável, ELETRONORTE²⁷², para viabilizar o fornecimento da energia necessária para as indústrias. Nascia então a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. (Pinto, 2010, p. 09)

Com a movimentação em torno de várias especialidades do ramo da mineração, havia empresas que se destacavam pela sua capacidade de produção. Entre um dos mais conhecidos empreendimentos está o Programa Grande Carajás – PGC (déc. 80)²⁷³, que conseguiu dar implementar a produção de: “ferro-gusa, ferro-ligas e silício-metálico”. Essa intensa produção se deu a partir da ação de um grupo de empresas²⁷⁴, que se instalaram em sua área de influencia.

Nessa região, construtoras como a “Camargo Correa Metais - CCM” conseguiram ampliar seus serviços e foram além da mineração. No caso da CCM, a mesma recebeu incentivos fiscais, se estabeleceu e se fortaleceu no norte do país, tendo participação na construção da UHE Tucuruí²⁷⁵.

²⁷¹ Junção da CVRD e a empresa japonesa Nippon Amazon Aluminum Corporation (NAAC) na produção de alumina e alumínio.

²⁷² Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE.

²⁷³ De acordo com Almeida (1994, p. 25), quando o PGC foi planejado houve uma definição arbitrária da “região”. Esta definição seguiria critérios do grupo interessado na criação do programa e essa formulação teve como base uma orientação de vocação econômica apoiada nos aparatos jurídicos do Estado. Fato que proporcionaria às empresas interessadas, uma facilidade em sua entrada para instalação de suas indústrias do ramo da exploração mineral, produção de energia e uma rede de outras produções industriais que conseqüentemente emergiram conforme o que era negociado entre empresários e governos.

²⁷⁴ Vinte e duas Empresas sidero-metalúrgicas.

²⁷⁵ Grandes projetos hidrelétricos que atualmente tem sido amplamente conhecidos, graças as condições favoráveis que temos hoje nos meios de comunicação, foram gestados durante o regime militar. As primeiras experiências se

O elo que aproxima a produção mineral da construção da hidrelétrica citada visto de forma crítica, e aponta para uma associação de interesses privados, apoiados por acordos políticos selados com os governos militares. A justificativa dos planos em não ter mais como utilizar recursos fósseis para o fornecimento de energia, prenunciava a chegada de novas alternativas energéticas, tendo como única solução “salvadora da indústria nacional” a construção de hidrelétricas. Esse tipo de tecnologia que visava aproveitar os recursos hídricos, se fez aliado às necessidades infraestruturais para a eletrificação de cidades, localidades distantes e principalmente às indústrias, como foi ressaltado nos planos anteriormente mencionadas.

Em torno da construção da hidrelétrica de Tucuruí e da ampliação de vias de acesso para os municípios e toda a área de influência das obras de infraestrutura, a especulação fundiária crescia. Uma intensa mobilização de interesses e de pessoas em torno de oportunidades cercava as áreas produtivas, de uso das famílias que já ocupavam a região. Esse fator marcava a tensão da desapropriação promovida pela Eletronorte e as empresas de mineração. (ACSERALD, 2010, p. 177)

Essa articulação política e empresarial visou o investimento hidrelétrico, que pressupunha um complexo de construções, para beneficiar-se economicamente via empreendimentos de valor elevado e com a distribuição de recursos investidos pelos governos e financiadores (bancos).

Retomando, a UHE Tucuruí entrou no eixo histórico das “grandes obras” na região amazônica, principalmente por não se tratar de uma demanda social e pelo que destaca, apenas foi projetada na década de 70 e concluída em 1984 para atender interesses empresariais. Um dos graves efeitos provocados por este empreendimento foi violar os direitos básicos de povos indígenas e comunidades locais. Com a implantação do projeto, as localidades que antes existiam passaram a ser definidas como áreas de abrangência da hidrelétrica e foram deslocadas compulsoriamente. De acordo com Acserald (2010, p. 161) cerca de 10 mil famílias sofreram deslocamento compulsório por causa da construção da usina de Tucuruí. A maioria dessas famílias prejudicadas, se dedicavam a atividades extrativas e parte das famílias foram deslocadas para loteamentos às margens do reservatório da hidrelétrica. Esse fato acarretou uma

deram com criação de Tucuruí (PA), Samuel (RO) e Balbina (AM) todas construídas durante o regime. E nos recentes governos Lula e Dilma, obras como: Jirau e Santo Antônio (RO), realizadas, Belo Monte (PA) e Teles Pires (MT) e Tabajara (RO), são alguns dos exemplos dos vários idealizados e que estão em vias de consolidação, fato que remonta a uma agenda que tem se estendido desde a década de 70.

desestabilização econômica a esses atingidos, que por desconhecerem a área, não conseguiram reestruturar suas atividades. Segundo Acserald (2010), isso favoreceu o vasto desmatamento e “reconcentração fundiária”.

Além desses problemas, os atingidos pela usina de Tucuruí, localizados à jusante desta barragem, enfrentaram uma sequência de dificuldades, relativas aos efeitos ambientais, como a contaminação da água que não era apropriada para o consumo humano, o aumento do aparecimento de doenças e as alterações nos peixes. Com o passar dos anos, estudos revelaram que a qualidade da água do reservatório de Tucuruí apresentava sérios danos a saúde por conta da contaminação de metil-mercúrio. (ACSERALD, 2010, 163)

De acordo com Fearnside (1999, p. 03), durante a elaboração do projeto da UHE Tucuruí, a ELETRONORTE não realizou nenhuma consulta pública aos que seriam afetados e tão pouco providenciou os estudos de impacto ambiental – EIA e o relatório de impacto ambiental – RIMA. Este fato é criticado por Fearnside, principalmente pela decisão tomada pela ELETRONORTE em ter apenas encomendado um estudo rápido, efetuado em um curto período de tempo, de dois meses de avaliação, feita por “Robert Goodland”, seu consultor contratado.

Os resultados deste breve relatório excluíram inúmeros agentes sociais, que foram deslocados de suas localidades, dos direitos que teriam à “indenização”, principalmente aqueles que não eram portadores de comprovante ou termo de titularidade da terra. O levantamento feito pela ELETRONORTE a respeito do número de grupos sociais que seriam levados para as localidades definidas, expressou um número limitado e estabelecido segundo os critérios do próprio consórcio. E a cada nova etapa de construção da hidrelétrica, o número de agentes afetados triplicava e chegou a cerca de 32 mil pessoas, conforme dados da própria ELETRONORTE. (FEARNSIDE, 1999, p. 04)

Com o rio Tocantins barrado, houve a inundação de 2.430 km² que afetou centenas de agentes sociais como: “ribeirinhos, pescadores, extrativistas, agricultores e indígenas”. O que prevalecia para a ELETRONORTE era a definição dos agentes sociais, que só eram considerados afetados caso suas terras fossem tomadas pelas águas do barramento. Mesmo aqueles que receberam uma moradia em outra localidade, tiveram que ser novamente deslocados por serem “afetados”, novamente pelas águas que alcançaram nessas localidades destinados pela ELETRONORTE.

A questão da ocupação se tornou muito tensa, pois ainda havia a chegada de centenas de pessoas de outras regiões que eram atraídas pelos anúncios de oportunidades, oferecidas pelo consórcio para trabalhar na obra da hidrelétrica (ACSERALD, 2010, p. 159). Assim como, havia um atrativo de atividades resultantes do plano de “desenvolvimento” dos governos para a região. O fato de ter provocado essa atração de novos grupos sociais, em busca de possibilidades de trabalho, não era visto pela empresa como de sua responsabilidade. Segundo Fearnside (1999), situações como essas apenas agravaram o drama do “reassentamento” e foi mais um componente que motivou os conflitos entre grupos sociais e a empresa. Anos depois, já no governo Sarney (1985-1989) foi criada a “comissão interministerial” para tratar dos assuntos referentes ao “reassentamento” e tentar amenizar as tensões sociais que surgiam.

No caso dos indígenas, os Parakanã tiveram que ser deslocados de suas terras e esse deslocamento ocorreu por cinco vezes sucessivas um após o outro, caracterizando-se como um grande desgaste para este povo indígena. A ELETRONORTE e a FUNAI, responsáveis pelos deslocamentos deste povo abandonaram o processo no fim da década de setenta. Na década de oitenta, os Parakanã, por iniciativa própria, acabaram saindo de suas terras para evitar maiores transtornos com a inundação das águas da barragem. Depois, parte dos que haviam permanecido teve que ser transferida de helicóptero para outras áreas definidas pela empresa. Tiveram que enfrentar graves problemas como as doenças e a falta de assistência adequada, que deveria ser dada pelo governo. (FEARNSIDE, 1999; ACSERALD, 2010)

De acordo com estudos realizados por pesquisadores da FIOCRUZ, ainda entre os Parakanã, as doenças associadas a construção da UHE Tucuruí recorrentes entre estes indígenas são: “as respiratórias agudas, as dermatológicas e diarréicas, devido o banho de rio”. A malária continua sendo um marco na vida destes indígenas dado o deslocamento da antiga aldeia para a nova e se torna um grande risco para a vida de crianças até os 10 anos de idade. Foram constatados também problemas considerados distúrbios de ordem emocional (psicossocial). (QUEIROZ et al, 2012, p. 1392)

Aos Krikati coube como “compensação” receber instrumentos que auxiliariam em suas atividades agrícolas. A eles foram entregues alguns veículos para facilitar o transporte da produção e de cabeças de gado. Obter esses veículos e outros instrumentos foi o que lhes coube para que fossem instaladas as linhas de transmissão de energia que cortariam sua reserva. Embora alguns grupos indígenas fossem reconhecidos enquanto afetados pela obra, os Assurini, que viviam à jusante da barragem, não tiveram a mesma

sorte e não receberam assistência à época. (FEARNSIDE, 1999, p. 08. In: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1991, p. 69)

Segundo Fearnside (1999) e Acserald (2010) outro problema enfrentado pelos grupos sociais se deu com o aumento da infestação de insetos na região provocada a partir da construção da hidrelétrica. A praga de insetos se acumulou em toda a proximidade da barragem pela falta dos devidos cuidados, por parte da empresa, em retirar a floresta da área de formação do lago. Essa área foi inundada e com o tempo houve um desequilíbrio de nutrientes da água do lago formado, fato que acabou por provocar esse fenômeno²⁷⁶. Além deste, também surgiram surtos de malária (*Anopheles*) e de mosquitos, do tipo *Mansonia*, os mesmos que provocam a doença conhecida como “elefantíase” e que passou a se alastrar sobre a área definida para os Parakanã.

A água foi completamente contaminada, houve concentração de mercúrio e logo doenças relacionadas à ingestão da substância química foram constatadas. Outras doenças como esquistossomose e a doença de chagas foram recorrentes, em maior número na área afetada. A mortandade de peixes foi aumentando ao longo do processo de implantação da hidrelétrica, tornando-se umas das perdas que afetou duramente o sustento de centenas de agentes sociais que dependiam do pescado para sobreviver.

De acordo com o MAB²⁷⁷ e com Fearnside (1999, p. 14), a venda de energia, da forma como estava sendo realizada, não trazia nenhum benefício a região. Apenas as empresas multinacionais conseguiam uma energia barata para a produção de alumínio que necessitavam. Ao final, a diferença cobrada pela energia para as empresas multinacionais era desigual frente às taxas cobradas à população brasileira, que arcava com os custos via impostos e contas de luz.

5.5 Amazonas – UHE Balbina

No Estado do Amazonas, um dos marcos das grandes obras, foi a criação da usina hidrelétrica de Balbina, localizada nas proximidades do município de Presidente Figueiredo, numa área caracterizada por inúmeras cachoeiras. A ideia de criação desta hidrelétrica foi durante o auge da “crise do petróleo” que se deu na década de 70, mais uma vez em pleno regime ditatorial. A justificativa era de que a cidade de Manaus, até então abastecida apenas pelas termoelétricas, necessitava de um fornecimento maior de

²⁷⁶ Ver o documentário “Tucuruí: a saga de um povo”.

²⁷⁷ Ver documentário: “Tucuruí: a saga de um povo”

energia. O discurso proferido pelos governos era de que o custo para manter as termoeletricas era alto, diante da crise do petróleo, e não havia tecnologia suficiente para transportar a energia a longas distancias, de outras regiões para a capital.

As restrições impostas aos meios de comunicação pelo governo militar da época e as revelações, feitas em caráter não oficial por funcionários da ELETRONORTE, de que a ordem de iniciar a obra veio diretamente da Presidência da República, mostram que esta não foi desenvolvida em bases técnicas. O governo queria dar uma grande obra ao Estado do Amazonas, e a alternativa mais próxima, embora com potencial substancialmente maior, situava-se no Pará (Cachoeira Porteira) (FEARNSIDE, 1990, p. 36)

Fearnside (1990), aponta a UHE de Balbina como um dos maiores desastres ambientais e sociais produzidos em plena região amazônica. Ele chega a enumerar uma lista de falhas, uma das mais destacadas está na capacidade, de não produzir energia suficiente para atender à demanda da cidade de Manaus²⁷⁸, pois seu planejamento desconsiderou a morfologia natural do rio Uatumã. A vazão da água do rio não era suficiente para gerar a energia pretendida, que era ao todo de 250 MW. Havia épocas em que o rio secava, de maneira que era comparado a um igarapé, fato que comprometia o esperado.

Outros problemas também se apresentaram como: i) o aumento do valor da obra de U\$ 383 milhões de dólares para U\$ 750 milhões; ii) A apressada inundação da represa que comprometeu a floresta, provocou uma perda ambiental irreparável e prejuízos à estrutura da própria represa; iii) o curto tempo dado às madeiras para a exploração das madeiras consideradas comercializáveis, numa área que foi inundada em menos de dois anos, desde o prazo de fechamento do reservatório.

O fato de parte da floresta ter sido inundada, junto com a perda de inúmeras espécies animais e pelo efeito estufa causado, bem como a liberação de carbono na atmosfera e metano, também foram alguns dos destaques entre os prejuízos causados pela criação da UHE de Balbina.

Com relação aos danos sociais, a UHE Balbina afetou cerca de mil agentes sociais que viviam nas proximidades da represa até Cachoeira Morena. Algumas dessas famílias permaneceram em suas localidades, em áreas à jusante da barragem e até receberam como medidas “compensatórias” secadores solares, poços e caixas d’água, distribuídos pontualmente. Logo depois tais localidades foram sendo inundadas

²⁷⁸ Recentemente (2013) as LT vindas de Tucuruí passaram a abastecer a cidade de Manaus. A idéia seria retirar a região norte da situação de isolamento e assim integrá-la ao SIN, fato que na prática tem sido polemico, pois o Ministério de Minas e Energia continua a considerar a região como “isolada”. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,a-confusao-do-linhao-,1063378,0.html>>. Acesso em: 23 d abril 2014.

juntamente com as casas dessas famílias, durante uma das aberturas das comportas em março de 1989. (FEARNSIDE, 1990, p. 38)

Os prejuízos sociais vão além deste breve resumo, um dos mais marcantes na história dos grupos sociais foi o fato da construção da usina ter afetado drasticamente os indígenas Waimiri e os Atroari²⁷⁹. Estes agentes sociais foram afetados com as decisões planejadas para suas vidas fora de seus “territórios”, e no fato de serem deslocados para área definida pela ELETRONORTE em razão da criação da hidrelétrica. Suas terras foram apropriadas pela empresa e cortadas pela passagem da rodovia que liga Manaus a Boa Vista, a BR-174. Logo depois suas terras foram afetadas pelas águas do lago formado com a construção da UHE Balbina.

De acordo com Baines (1996), a empresa mineradora Paranapanema²⁸⁰, após estudos sobre o potencial mineral da região e interessada na exploração de “cassiterita”, tratou de realizar articulações políticas para conseguir os direitos sobre a exploração mineral nas áreas almeçadas. Para tanto, houve um arranjo para alterar o curso natural do Rio Uatumã na direção sudoeste onde o rio passou a ser renomeado de “Pitinga”, apenas para atender os interesses da empresa. Com isso, a T.I. Waimiri-Atroari foi redefinida para favorecer as empresas do grupo Paranapanema. Parte dessa terra também foi inundada, logo após essa manobra, pelas águas do reservatório da UHE Balbina.

Tendo a concessão em mãos, a Mineração Taboca levantou uma estrutura logística aos seus funcionários em plena floresta. Essa estrutura garantiu a exploração mineral da cassiterita e da columbita na área denominada como mina de Pitinga. Na mina são feitos a “lavra e beneficiamento” desses minérios, o restante do processo é realizado no interior de São Paulo numa de suas filiais. Do rápido resumo, não há como negar que a construção da UHE de Balbina está estritamente ligada aos projetos de mineração projetados e realizados por empresas privadas. A produção de energia acabou beneficiando tal exploração em detrimento dos modos de vida dos grupos sociais, afetados por tais empreendimentos²⁸¹.

²⁷⁹ Os dois grupos indígenas foram reunidos por conta da ação do Programa Waimiri-Atroari – PWA (agência criada pelo convênio FUNAI-ELETRONORTE). (BAINES, 1996)

²⁸⁰ A Paranapanema, fundadora da Mineração Taboca, é uma empresa que existe desde a década de 60 e atua em diversas áreas, desde a construção civil, como a produção de energia e exploração mineral. Em 1979, com a descoberta de cassiterita na região amazônica, a Paranapanema conseguiu obter o direito para exploração deste mineral no Rio Pitinga, no Estado do Amazonas. Sua atuação também se deu no Estado de Rondônia, em meados da década de 60, também com a exploração de minério de Estanho. Em 1973, a Paranapanema incorporou a empresa Mamoré Mineração e Metalurgia. Disponível em: <<http://www.mtaboca.com.br/port/empresa/historico.asp>> Acesso em: 26 de setembro 2013.

²⁸¹ Disponível em: <<http://www.mtaboca.com.br/port/empresa/historico.asp>> Acesso em: 26 de setembro de 2013.

5.6 As primeiras projeções de hidrelétricas para o Estado de Rondônia e a construção da resistência

Apresentar como se configurou o plano de “desenvolvimento”, sobretudo aquele que foi elaborado para produção de energia no Estado de Rondônia, torna-se relevante para mostrar alguns aspectos que remontam a interesses empresariais, dos ramos da infraestrutura, mineração, agronegócio e energia entre outros, capazes de promover mudanças irreversíveis na Amazônia. Essas mudanças são definidas por grupos financeiramente bem posicionados e influentes politicamente. Uma de suas características está em não enfrentar empecilhos em seu caminho, como a preocupação com questões climáticas e ter de lidar com a presença de diferentes grupos sociais que vivem na *região*. Para tanto, as referências se darão em torno do período em que os planos de “incentivo econômico”, como os de ocupação, exploração, construção de infraestrutura e os projetos de colonização, foram criados.

Relacionada a esta política de “desenvolvimento”, a intenção é apontar que simultaneamente já era prevista a implantação de várias hidrelétricas no Estado de Rondônia, fato que deu fôlego ao surgimento de “conflitos localizados”, que ao longo de anos só vem se intensificado, sendo impulsionados por “aparelhos de poder” que através de ações de intervenção governamental passaram a definir o destino de agentes sociais que lutam contra qualquer iniciativa que vá renegar a sua posição no mundo social (ALMEIDA, 2011, p.15).

Ao mesmo tempo em que mais uma vez, a história de *resistência* era escrita por novos agentes sociais (fazendo alusão ao processo de colonização que se deu na região de forma violenta), através da formação de movimentos sociais na região, e que devem ser destacados por representar um marco contra a submissão. Embora os agentes sociais tenham muitas conquistas e dificuldades, essa *resistência* oscila entre a “emergência e uma falência”, na realidade muito mais um adormecimento da condição que não se extingue. Mas até a atualidade persiste através do entendimento e do posicionamento político que estes agentes tem tido desde que os projetos hidrelétricos e outras grandes obras, foram concebidos e impostos com maior velocidade desde o regime militar.

Com relação aos projetos hidrelétricos em Rondônia, temos o início dessa *resistência* sendo constituída simultaneamente, a partir de um processo amplo que está ligado ao formação de movimentos emergentes em outras regiões do país. A *resistência*

local tem suas bases na mobilização nacional que ganha força a partir da constituição de 1988 como bem explicita Almeida (2011), quando distintos agentes sociais iniciam uma dinâmica de “encontros” e promovem uma partilha de experiências de lutas que serviria para formação da consciência em resistir aos projetos hidrelétricos. A partir dali os agentes sociais passariam a atuar constantemente na formação de suas bases.

Como uma das formas de *resistência* em Rondônia, tem-se a constituição do movimento contra barragens, que se nega a aceitar a intromissão externa. Tal ação “externa” implica na forma específica de *resistência*, como se refere Said (2011, p. 328), ao tratar da *resistência* primeira, que é o passo inicial de uma luta contra a hegemonia da imposição e que nutre de maneira constante a constituição de uma *cultura de resistência*, expressa nesse caso por uma mobilização permanente contra os projetos hidrelétricos em implantação ou previstos para Rondônia.

Said (2011) diria que este tipo de “avanço” sobre uma determinada *região*, preconiza as ações e formas de *colonialismo*. A ocupação de lugares que antes pertenciam a unidades organizativas é resultado de um mapeamento realizado pelos planejadores para ordenar as delimitações, para sobrepor-se através de um desenho de projeções (construções e planos) às formas organizativas existentes. A exemplo da expansão colonial, tal como vista pelo autor, submeter os *outros* se tornou a marca do *imperialismo* em continentes como a África e a Ásia. A construção de novas “imagens” passa a ocorrer a partir de uma hegemônica referência ocidental. O que passou a imperar foram as orientações culturais da Europa em detrimento de culturas locais, destacando-se à língua dos povos que conheceram a experiência amarga do *colonialismo*.

O que Said traz de novo para esta pesquisa é a possibilidade de pensar como a *resistência* conseguiu ser construída em meio a tantas situações de submissão, que atingem o âmago da formação cultural dos grupos sociais e povos submissos. Ao resistir os agentes sociais se apegam às referências anteriores. A preocupação se volta para recuperar as perdas que tiveram enquanto dominados por regras e classificações estigmatizantes, situações de extrema destruição, como as guerras, desastres e outras formas, consideradas por eles quase que irreversíveis. Recorrer à história dos lugares tomados seria uma espécie de volta ao passado e de valorização das referências simbólicas, configurando uma base ideológica que une os grupos afetados pelo estado de submissão.

Said também possibilita pensar as reivindicações dos agentes sociais em casos onde as áreas foram apropriadas pelos empreendedores, ao tratar de terras ocupadas por “brancos”. A reação a essas apropriações surgem quando os agentes sociais não se sentem contemplados com as formas de reparação de danos ou mesmo quando estes sequer são reconhecidos como afetados por quem os submete. O que chama a atenção no que descreve Said (2011) sobre as reivindicações é que ambas não podem ser interpretadas como ações de vingança e muito menos afronta aos bens privados, mas este autor instiga a pensar criticamente as questões de direitos que foram violados pela entrada brusca de empreendimentos em áreas antes ocupadas por agentes sociais.

A *resistência* se dá contra a transformação do território e de sua paisagem, das formas de conceber as antigas moradias, da extinção dos cultivos, da inserção de novas doenças, desastres ambientais que possam afetar os agentes sociais, fatores apontados por Said (2011, p. 351) ao tratar da *resistência* ao novo posicionamento diante da dominação que estabelece a transformação.

De fato, as transformações são alavancadas a partir de “projetos racionalizadores” que visam tornar uma área em renda, como frisa o mesmo autor. Isso remonta a transformação de tudo que compõe a natureza e o espaço, integrando-os a concepções economicistas de desenvolvimento, que resultam em planos desiguais de condições de vida (pobreza e riqueza). Nesse sentido, a *resistência* tem se dado contra essas projeções que produzem o conflito vigente e que afeta a realidade dos agentes sociais.

Na Amazônia, as diversas experiências de *resistência* face a implantação de megaprojetos, se assemelham às formas como as regiões foram sendo “desenhadas” para atender os anseios de interesses dominantes, caracterizados como “europeus”, que exploravam os recursos disponíveis e ditavam novas regras e valores que orientavam/interviam no modo de vida nas localidades. Com as ações que afetaram diretamente as formas organizativas locais, muitas dessas regiões, que sofreram alterações, já não apresentam mais as características que dispunham antes. Até mesmo povos indígenas, que viviam em determinadas áreas já não estão mais em seus lugares de origem. Um exemplo concerne ao caso dos Waimiri-Atroari e das localidades de ribeirinhos que não existem mais no Alto rio Madeira, mediante a ocupação das terras para a construção das usinas do “Complexo Madeira”.

O Estado de Rondônia foi alvo das mesmas políticas projetadas para outras regiões da Amazônia, principalmente durante o governo militar de Jorge Teixeira (1979

a 1984). As políticas governamentais, nesta *região* da Amazônia, evidenciam o prenúncio dos anos de transformações profundas. A imagem sofre “deformações” face às intervenções, que se deram no plano das florestas desmatadas e atualmente na morfologia do rio Madeira, somadas aos inúmeros deslocamentos provocados a partir das ações de implementação de megaprojetos.

Através das políticas de ocupação, o Estado de Rondônia experimentou também os “programas de desenvolvimento rural”, que estimulavam pequenos agricultores a se estabelecer e a investir mais no Estado e em suas terras. Nesse período entre as décadas de 70 e 80²⁸², houve um crescente investimento em empreendimentos agrícolas de colonização e na pecuária. A exploração da madeira também se expandiu e cada vez mais novos grupos sociais, vindos, principalmente da região sul e sudeste, se distribuíram pelo Estado²⁸³.

De acordo com Kohlhepp (2002, p.41), a história de Rondônia foi marcada pela política de incentivo a formação de vários projetos de assentamentos rurais, numa distribuição de terras “descontrolada”, que não previa problemas futuros e nem assegurava aos que apostavam na construção de uma nova vida nessas terras, que o retorno esperado seria imediato. A pressão sobre a floresta teve como resultado o aumento dos índices de desmatamento e o surgimento de conflitos sociais entre “assentados” e “grileiros”, e entre fazendeiros e indígenas. As terras ocupadas não apresentavam as condições esperadas para os cultivos. As dificuldades foram se agravando e se desdobrando a cada novo programa governamental. Em 1980 o PLANAFLORO²⁸⁴, foi instituído e seu objetivo consistia em criar soluções para os problemas sociais e ambientais que passaram a caracterizar esta região amazônica.

Segundo Fearnside (2004, p. 10), os programas de incentivo à vinda de “migrantes”, de outros estados para Rondônia, fez com que a região tivesse um “crescimento urbano” distinto do restante do Brasil e o consumo de energia também foi deixando de acompanhar este crescimento. Este fato justificava, por parte dos governos local e federal, a necessidade de sanar os problemas do alcance de fornecimento de

²⁸² Informe que em 1982, Rondônia passa da categoria “território federal” para Estado.

²⁸³ O estímulo a vinda de pessoas dessas regiões para o norte do Brasil, era uma das formas de amenizar os conflitos fundiários que eram crescentes em Estados como o Paraná.

²⁸⁴ Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO. “Inclui a promoção de projetos comunitários e a pesquisa de novas tecnologias agroflorestais, que garantam a conservação do meio ambiente e fiscalização de áreas indígenas”. Disponível em: <<http://www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?id=239&cod=BUSCA.>> Acesso em 01 de outubro de 2013.

energia para a população. E os interesses empresariais, coetâneos dos programas de colonização, passaram a pressionar as autoridades pela melhoria no atendimento.

Em vista da forte pressão vinda dos empreendimentos que estavam se instalando e dos que já estavam em andamento, como os de mineração e de outros setores industriais, os governos passaram a idealizar uma imagem de Rondônia como grande exportadora de energia para o resto do Brasil. Fornecer energia seria mais uma forma de estimular o denominado “desenvolvimento” da região. Isso era apresentado como alternativa econômica a propiciando condições para que o setor energético empresarial passasse a negociar com o governo a venda da energia para os estados.

Houve uma espécie de sondagem preliminar, das regiões ideais e seus respectivos rios para atender à tão almejada produção de energia. Nesse sentido houve um mapeamento dos recursos hídricos e logo uma projeção das hidrelétricas de grande e de pequeno porte que poderiam ser construídas entre os estados do Amazonas e Rondônia, então vejamos: 1) No Rio Ituxi/AM era prevista a construção da UHE Endimari com capacidade para 200 MW; 2) Entre os rios Mamoré e Madeira/RO seria a UHE Madeira/Caripiana com capacidade de 3.800 MW; 3) No rio Jamari/RO seria a UHE Samuel com 400 MW; 4) No Rio Ji-Paraná/RO seria UHE tabajara com 300 MW e Jaru-JP 16 com 100 MW, também a Ji-Paraná-JP-28; 5) No Rio Aripuanã e Roosevelt/MT-RO as usinas de Preto RV-B com 200 MW; Muiraquirã RV-2 com 100 MW; Roosevelt RV-38 com 700 MW; Vila do Carmo NA-6 com 200 MW; Jacaretinga NA-18 com 300 MW; Aripuanã NA-26 100 MW. 6) No Rio Sucunduri/AM usina Umiris-SR-6 com 6.700. (BASSEGIO, 1992)

Essa política energética estava associada às ações do projeto POLONOROESTE²⁸⁵, até então financiado pelo Banco Mundial. Uma de suas metas era a abertura de rodovias, como a BR-364 que liga Porto Velho a Cuiabá. O que se torna relevante é pensar que a construção de uma hidrelétrica está associada a um conjunto de outras obras, como neste caso, em que tais empreendimentos estiveram a serviço da exploração de recursos naturais e da implantação de novas atividades. Nesse caso, extração de madeira, mineração, pecuária e a entrada da soja, como fatores que moldaram o perfil econômico do que é hoje o Estado de Rondônia.

Essa política levou a perdas ambientais tão graves que o próprio financiador, o Banco Mundial, foi levado a tomar medidas de controle para tentar frear a gravidade

²⁸⁵ Projeto do governo federal que previa a abertura de rodovias que interligassem o norte ao sul do país. O POLONOROESTE antecedeu o PLANAFLORO.

dos efeitos ambientais provocados. O Banco Mundial foi impelido a criar um departamento específico para tratar do problema. O saldo foi reconhecido pelo próprio representante do Banco como um grosso erro:

O POLONOROESTE causou grande aumento de desmatamento e impactos severos sobre os povos indígenas...Anunciando a criação do Departamento de Ambiente, o presidente do Banco Mundial (Barber Conable) descreveu POLONOROESTE como “um exemplo sóbrio de um esforço ambientalmente bom que deu errado. (FEARNSIDE, 2004, p. 9)

No Estado de Rondônia, durante a década de 80, entre as hidrelétricas anunciadas acima, uma lista de hidrelétricas era prioritária e passou a ser propagada como urgente a sua continuação. Posso citar as que foram planejadas e a que primeiro foi ativada, são elas: UHE Ji-Paraná com 518 MW²⁸⁶ e UHE Tabajara com 350 MW no Rio Machado²⁸⁷; UHE 12 de outubro com 12 MW no Rio 12 de outubro e a UHE Samuel no rio Jamari com 216 MW. Esta última foi construída ao mesmo tempo em que a UHE Balbina e é considerada mais uma experiência desastrosa na Amazônia. O empreendimento foi realizado no município de Candeias do Jamari e não se sabe ao certo o número de afetados por esta hidrelétrica nem a extensão completa dos danos socioambientais que provocou. (BASSEGIO, 1992, p. 197)

A crítica feita à construção dessa obra tem se dado em torno dos custos desnecessários que foram aplicados para obter uma baixa produção de energia, com alto valor de venda, cerca de U\$ 835,97 milhões, investidos para erguer a UHE Samuel (FEARNSIDE, 2004, p. 13). Os problemas ambientais provocados e os conseqüentes prejuízos, que vieram após a hidrelétrica entrar em operação estão nítidos na vida e na memória regionais.

A construção da hidrelétrica fez com que cerca de 420 km² de floresta fossem inteiramente perdidos e com isso a fauna também ficou prejudicada. Ocorreu também um aumento da sedimentação do leito do rio Jamari e por conta da atividade de mineração emergiram os resíduos da cassiterita que era extraída na região, fato que acarretou a contaminação das águas deste rio. As alterações no ecossistema aquático resultaram em grandes perdas de peixes e outras espécies. Com isso os agentes sociais que pescavam para sobreviver sentiram a diminuição dos cardumes e foram compelidos a se deslocar para outros pontos de pesca, onde já havia outros agentes sociais que os

²⁸⁶ Projeto criado na década de 80 e suspenso na década de 90. Fonte: BASSEGIO, Francinete Perdigão Luiz. Migrantes Amazônicos. 1ª ed. São Paulo: Loyola, 1992, p. 197. Disponível em: <<http://www.eletronbras.com/elb/main.asp>> Acesso em 27 de setembro 2013.

²⁸⁷ Reativado o processo de implantação.

exploravam. O efeito cascata desta pressão sobre os recursos hídricos resultaram em conflitos de pesca, que se agravaram ao extremo.

Com relação aos efeitos sociais provocados pela construção da UHE Samuel, há inúmeros danos apontados em estudos técnicos e em relatos feitos por agentes sociais. Em passagem pela localidade de São Carlos, município de Porto Velho, em 2011, percebi na fala de uma das entrevistadas os resquícios do sofrimento que viveram quando a água da barragem de Samuel era liberada e inundava de detritos e peixes apodrecidos a referida localidade. Quando lhe indaguei sobre a usina de Samuel ela respondeu o seguinte:

A única coisa que eu lembro direito por que nesse tempo eu tinha mais ou menos uns doze anos, eu não me lembro direito, foi na época que jogaram a água soltaram lá no rio. Aí foi quando aqui no Jamari ficou tudo podre, descia a água, vinha direto do Jamari, aí as pessoas mais antigas contam que foi assim, por que a gente mesmo não viu, que eles viram ate peixe boi morto, muito peixe eles contam que a água nesse período é limpa que os bichinhos vinham rodando assim, até boiar, morto. Aí foi logo o aviso na rádio que a gente não poderia comer desse peixe, aí deram ate um período que não podia comer desse peixe, por que ele tava contaminado. (Informação verbal)²⁸⁸

Os efeitos se apresentaram de forma prejudicial desde a elaboração do projeto hidrelétrico, onde primeiro, não houve sequer qualquer tipo de consulta com relação à discussão do referido projeto pelos agentes sociais afetados. Diante desta situação, os agentes sociais não tiveram como enfrentar o empreendimento. Há explicações sociológicas com respeito a experiências vividas por outros agentes sociais em diferentes estados do país como bem assinala Sigaud que estudou os efeitos das barragens no Nordeste, no Rio São Francisco (SIGAUD, 1986, p. 21).

No que tange a UHE de Samuel, tem-se que o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente – RIMA, não foram produzidos antes do início das obras. Esta pré-condição só se tornou obrigatória para a implantação de grandes projetos no Brasil, a partir de janeiro de 1986, ou seja, no início do período de redemocratização. A ditadura terminara em março de 1985 e com ela os procedimentos que impunham essas construções sem sequer consultar qualquer representação da sociedade civil. Assim um fato a ser considerado, doravante nas obras hidrelétricas, é que o regime democrático implica em consulta.

²⁸⁸ MORAES, Rosilene. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. Distrito de São Carlos, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

Até então não havia lugar institucional para promover audiências públicas, como espaços sociais que poderiam promover debates e esclarecimentos e que só foram tornados obrigatórios a partir de 1986.

No que concerne ainda aos efeitos sociais, os grupos que viviam nas localidades onde UHE Samuel foi erguida, foram deslocados compulsoriamente de suas terras e não se sabe ao certo o número de afetados. De acordo com Fearnside (2004, p.23) apenas 238 famílias foram para uma área considerada de “reassentamento”. Mas, segundo um dos agentes sociais não havia nenhuma estrutura para recebê-los, ou seja, casa, escola, posto de saúde, etc.

A construtora da barragem foi a ELETRONORTE. Então as famílias que foram atingidas e foram expulsas de suas terras foram para uma outra área que a empresa supostamente deu. Tirou nós de lá dizendo que ia levar nós para uma outra área, dizendo que lá já tinha casa, escola, posto de saúde pronto e quando a gente chegou lá nada disso tinha acontecido, ou seja, não tinha nada pronto para as famílias atingidas...as famílias se dividiram, tem algumas famílias que moram numa pequena região de Porto Velho que é Candeias do Jamari que hoje é município e outras famílias moram no assentamento Triunfo também são famílias atingidas dessa área da barragem de Samuel que hoje está lá naquele assentamento com muita dificuldade também...Meu pai foi um que nunca recebeu nenhuma “indenização”, os pescadores não tem nada dado pela ELETRONORTE, uma empresa privada que ainda continua lá na região. Então nós viemos enfrentando vários tipos de dificuldades ainda com essa questão dessa barragem. Então a gente tá lá naquela região com grande risco também que a gente corre, quem “vevi” pra parte da jusante, todas as famílias. Porque é assim, de ano em ano, eles represam a água e soltam para baixo aí a água inunda as casas, fica tudo dentro da água, vai pro fundo todo ano as casas, os pescadores tem que sair de suas casas...²⁸⁹

Embora alguns recebessem um lote de terra, nem todas as famílias afetadas foram contempladas com algum tipo de medida reparadora pelas perdas que tiveram, com a construção da hidrelétrica. Com as obras iniciadas o efeito simultâneo foi o *deslocamento compulsório*, que desarticulou as unidades organizativas que ali estavam estabelecidas. Fragmentados, os agentes sociais se deslocaram rumo aos municípios de Candeias do Jamari, Ariquemes, Itapoã do Oeste, Porto Velho e outras regiões e localidades rurais sobre as quais não se tem dados de monitoramento capazes de precisar para onde estes agentes poderiam ter seguido e o que aconteceu com eles.

Recentemente, enquanto a luta das famílias afetadas pelas hidrelétricas do Madeira toma força, em meio ao *desastre* da cheia de 2014 do rio Madeira, os agentes sociais afetados pela UHE Samuel tem se juntado a luta destes recém-afetados e cobram dos governos a reparação de 30 anos de completo esquecimento.

²⁸⁹RIBEIRO, Miquéias. **Atingido pela UHE Samuel e pelas UHE Jirau e Santo Antônio**, em entrevista dada ao Observatório de barragens do IPPUR/UFRJ em 14 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj>> Acesso em: 23 de agosto de 2013

É preciso nesse momento que os atingidos do rio Madeira lutem pelos seus direitos: terra, moradia, condições dignas de vida. E exijam do governo que cobre a responsabilidade das usinas. Em Samuel, fomos retirados da beira do rio Candeias e estamos há 30 anos sem terra, sem “indenização”, sem nenhum direito”. (Coordenador do MAB em Candeias do Jamari, 2014)²⁹⁰

Durante a construção da UHE de Samuel, muitas áreas foram agressivamente afetadas tendo como resultado a diminuição dos recursos naturais e pelo fato de atrair mais famílias para áreas já ocupadas. A cabeceira do rio Jamari remonta a um dos exemplos, nessa área onde se encontram os indígenas Uru-Eu-Uau-Uau, ocorreu a intensa perda de estoques pesqueiros, fato que culminou na queda da atividade da pesca praticada por estes indígenas. O outro fator era com relação a pressão feita pela chegada de novos agentes sociais que se aglomeravam próximos as suas terras, isso provocou uma tensão em torno da especulação sobre as terras ocupadas pelos Uru-Eu-Uau-Uau. Esse quadro levava ao risco de vivenciarem situações de conflito, como ocorreu com os Karitiana e os Karipuna.

As hidrelétricas do Rio Machado, localizadas no município de Ji-Paraná, no conjunto de obras a serem construídas em Rondônia, foram as que desafiaram o movimento indígena que visavam frear a sua implantação. As terras indígenas seriam afetadas de modo que as mudanças alterariam profundamente a vida dos grupos. De acordo com Bassegio (1992, p. 196), somente a UHE Ji-Paraná chegaria a afetar cerca de seis povos indígenas: Arara, Gavião, Suruí-Paiter, Zoró, Cinta-Larga, Isolados, Uruku, com aproximadamente 2.070 afetados. A UHE 12 de Outubro, por sua vez, afetaria os povos: Nambiquara e Enauenê-Nauê, com 1.019 indígenas.

Os projetos hidrelétricos do Rio Machado foram fortemente combatidos pela sociedade civil representada por: “sindicatos, igrejas, organizações indígenas como as que representavam os Arara e os Gavião, organizações ambientais, pastorais e demais apoiadores”. A intenção era fazer com que tais projetos não fossem realizados, por conta de todos os transtornos que causariam aos afetados e aos seus efeitos ambientais. Os exemplos devastadores da UHE Samuel ainda estavam vívidos. Em, 1993 face à intensidade das mobilizações, tais projetos foram suspensos. (SEVÁ et al. 2010, p. 10)²⁹¹

Com toda esta mobilização na região de Ji-Paraná, os grupos sociais que se uniam contra as hidrelétricas no Rio Machado, aliados aos afetados pela UHE de Samuel, resolveram criar uma forma organizativa de *resistência* conjunta e fundar, em

²⁹⁰ Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2014/03/em-rondonia-atingidos-cobram-responsabilidade-das-usinas-por-enchentes-do-madeira/>> Acesso em: 22 de junho 2014.

²⁹¹ Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/profseva/RIOSDERONDONIA_SevaNobregaNovoa_dez2010.pdf> Acesso em: 23 de julho de 2013.

abril de 1991, o Movimento de Atingidos por Barragens de Rondônia – MABRO. (D’ALMEIDA, 2008, p. 157)

Por viverem dramas aproximados e temendo uma segunda *catástrofe*, tais grupos sociais compartilharam experiências e passaram a construir uma pauta de ações com propósito de alertar a população sobre os riscos causados pela criação de uma hidrelétrica. Em sua mobilização contra as obras que afetariam os povos indígenas e suas terras, passaram a reivindicar os direitos daqueles que não foram reconhecidos como afetados pela UHE Samuel. Suas prioridades foram sendo listadas constituindo uma extensa pauta de reivindicações e uma luta passou a ser travada contra: projetos hidrelétricos e a proposta do Gasoduto Urucu-Porto Velho²⁹².

Segundo D’Almeida (2008, p. 157), a estruturação mais concentrada do MAB em Rondônia se deu no início dos anos 2000, já com o anúncio das hidrelétricas no rio Madeira. Em Rondônia em 1997, passou de uma articulação regional para o *reconhecimento* de movimento nacional, sendo definido como MAB e não apenas MABRO.

O entendimento do que significava o projeto instigou a mobilização contra as hidrelétricas na Amazônia, sobretudo as que foram projetadas para Rondônia entre os anos 80 e ao longo dos anos 90. Então, assim que as informações foram divulgadas, novas formas organizativas foram criadas por aqueles que estavam prestes a serem afetados pela construção das hidrelétricas anunciadas. Um novo padrão de relação política começava a ser construída nesta região a partir do que já sucedia com outras regiões amazônicas desde 1988 (ALMEIDA, 2011, p. 18-19).

Para apontar que a *resistência* e a associação com agentes sociais ameaçados em outros estados, já se fazia presente, resumi uma breve referência sobre a presente participação dos atingidos em eventos reivindicatórios nos planos regional e nacional. As formas de *resistência* que se constituíram em Rondônia passaram a se formar com a contribuição de outros agentes sociais, pela troca de experiências relacionadas às histórias de lutas.

As mobilizações em torno da *resistência* que se formava começaram a se intensificar também em várias partes da Amazônia, com a participação de inúmeros agentes sociais, em espaços de discussão política, constituídos logo após a promulgação da Constituição de 1988 (ALMEIDA, 2011, p. 18). Estes seriam os primeiros **encontros**

²⁹² O gasoduto demandaria a abertura de estradas que passariam por terras indígenas e previa a criação de pequenas centrais hidrelétricas também conhecidas como PCH’s.

e logo o movimento antibarragem passou a circular nesses espaços de debates e a tomar decisões fundamentais para os agentes sociais em Rondônia.

Em 1989, após a formação da “Comissão Estadual de atingidos por barragens de Rondônia”, registra-se a presença de representantes de Rondônia no “I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu”, realizado em Altamira/PA, que intensificava os protestos contra a hidrelétrica de Kararaô e contou com a presença de agentes sociais de outros estados e que iniciavam um processo de constituição de unidades de mobilização (ALMEIDA, 2011, p. 18). No mesmo ano, após o encontro em Altamira, os agentes sociais de várias partes do país tiraram como encaminhamento a realização do “I Encontro Nacional de Trabalhadores atingidos por Barragens” realizado em Goiânia. Em 1990, a mesma Comissão se fez presente no “I Encontro dos atingidos por Barragens na Amazônia, realizada em Altamira/PA. Em 1991 a Comissão também esteve no “I Encontro de atingidos por Barragens”, em Brasília. (NOBREGA, 2008 ; BASSEGIO, 1992)

Um relevante salto foi dado pelo movimento em 1991 com a criação do MABRO que contou com a participação de agentes sociais: indígenas – Arara, Gavião, Zoró, Cinta-larga e Suruí; pescadores, extrativistas, agricultores, garimpeiros e outros. Tiveram como apoiadores: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ji-Paraná, Conselho Indigenista Missionário de Rondônia, Associação de Proteção Ambiental e Recuperação de Áreas Indígenas, Comissão pastoral da Terra, Centro de Estudos e Pastoral do Migrante, Movimento dos Sem Terra de Rondônia, Central Única de Trabalhadores.

O ano de 1991 também foi marcante para os agentes sociais e indígenas, por sua participação em dois eventos, no “I Encontro Nacional das Nações no Xingu, em Altamira/PA e na realização da “I Assembléia Geral dos Povos Indígenas de Rondônia e do Norte do Mato Grosso, em Ji-Paraná/RO.

Em 1993, os indígenas: “Arara, Gavião, Zoró, Cinta-larga e Suruí, mais os atingidos pela usina de Samuel e os apoiadores: STR, CIMI, Diocese de Ji-Paraná, APARÁI, CPT, CEPAMI, MST, CUT e Grupo União e Consciência Negra” realizaram o “Ato Antibarragem”, em Ji-Paraná/RO. No mesmo ano houve a suspensão dos projetos hidrelétricos do Rio Machado. (NOBREGA, 2008 ; BASSEGIO, 1992)

Em 2005, o governo anuncia a retomada do processo de implantação das hidrelétricas no Rio Machado. A hidrelétrica de Tabajara passou a ser a nova preocupação entre os indígenas de Rondônia e do Estado do Amazonas. Os Tenharim e suas terras demarcadas passaram a estar ameaçados, enquanto afetados pela obra. As

terras indígenas em risco compreendiam: “TI Tenharim-Marmelos, TI Tenharim do Igarapé Preto”. Na lista estão inclusas as: “Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá, Floresta Estadual de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado e a Área Prioritária de Conservação Calha do rio Madeira”. (NOBREGA, 2008 ; BASSEGIO, 1992)

As ameaças e as novas obras que se sobrepunham às unidades organizativas dos rios citados, fizeram com que os agentes sociais tivessem uma postura combativa e em contraposição aos projetos hidrelétricos. Esta postura foi alimentada pela associação com outras experiências de luta contra as barragens e pelo diálogo com outros agentes sociais ligados a movimentos sociais com pautas de reivindicação das mais diversas.

No caso da UHE de Samuel, a emergência dos problemas levou os agentes sociais a uma reflexão “autoconsciente” (SAID, 2011, p. 329), sobre sua condição e estes passaram a reivindicar que os responsáveis²⁹³ pela construção da hidrelétrica, reconhecessem suas perdas. Esse fato os levou a uma tomada de consciência histórica, sobre como se deu o processo de construção da barragem de Samuel. Essa percepção crítica do passado, aproximando de experiências vividas tragicamente, extrapolou anos de lutas e reivindicações, servindo de base para um árduo trabalho de formação de novos militantes do MAB e para obter o apoio dos afetados pelas hidrelétricas do rio Madeira.

Na formulação de Said, quando um grupo toma consciência de si, uma visão crítica é formulada sobre o fato de se sentir “submetido” a outrem (SAID, 2011, p. 334-335). A partir dessa visão diversas reações (VIANNA, 2012, p. 123) contrárias ao controle do *outro* começam a ser acionadas. Tais reações funcionam em reposta à desestruturação das unidades organizativas e à sua relação com o território construído pelos agentes afetados. Esse fato engendra a estruturação de um movimento em Rondônia, que se propõe a defender as localidades, seu modo de vida, a natureza e o direito a ter condições de um novo estabelecimento que siga também seus critérios de escolha.

Essa aproximação com o pensamento do autor, mostra que o processo de *resistência e descolonização* leva à *retomada da cultura* e da ideia de “comunidade”. “Valores, crenças, modos de vida, símbolos e histórias” passam a ser exaltados, de forma que o grupo submisso encontre possibilidades de sair da condição imposta. Essa *resistência* e consciência de si vêm da experiência de ter vivido os efeitos da criação da

²⁹³ ELETRONORTE.

hidrelétrica de Samuel, perdura por anos e torna-se uma luta constante que é travada em defesa de valores culturais afetados.

Pode-se afirmar que essa *resistência* se transpôs para além dos limites referentes ao caso Samuel. As famílias afetadas por essa usina, passaram a contribuir para a consolidação do movimento antibarragem no estado, ampliando sua capacidade de alcance para situações vistas como as primeiras especulações em torno da suposta construção das usinas do Rio Machado e depois com a implantação das usinas no rio Madeira.

Nesta última referência, tem-se visto um crescente movimento de adesão, que outrora teve dificuldades em se fazer entender. No entanto, pode-se atribuir ao aumento dos problemas sociais e ambientais provocados desde a implantação das usinas no rio Madeira, o crescimento da *resistência* e o seu fortalecimento momentâneo. Essa *resistência* tem sido contínua, mas segue uma nova roupagem no que concerne ao discurso atual e suas formas de atuação e cooptação. e tem sobrevivido as inúmeras ações contrárias a permanência dos agentes sociais que se encontram no trajeto que vai ao encontro (choca-se) dos interesses dos grupos dominantes.

Acompanha-se a trajetória do planejamento e execução de UHEs. Verifica-se que ocorreu transformações no âmbito das relações políticas

Com o MAB está-se diante de uma nova unidade organizativa que não se confunde com a estrutura sindical tão pouco pode se confundir pelo uso rígido da noção de “classe social”.

5.7 Políticas governamentais recentes: a tríade das políticas governamentais – O IIRSA, O PAC e o PDE

Como pude demonstrar anteriormente, foi a partir dos governos ditatoriais que inúmeras obras, planejadas para atender à construção de uma infraestrutura altamente cara e de consequências irreversíveis, tiveram como terreno fértil a região amazônica. A partir desses governos, a região passou a ser uma espécie de “laboratório experimental”, de monumentos de enormes proporções, capazes de provocar efeitos ambientais e sociais a *região*.

Passado o regime de imposições e tendo em vista um regime governamental, forjado a partir dos ideais da “democracia”, as grandes hidrelétricas voltaram a ser alvo de especulações e prioridades dos governos democraticamente eleitos pelo voto direto. Projetos de construção e ativação de antigas obras, que priorizavam a estrutura física em

transporte, comunicações, rodovias, energia, hidrovias e outros²⁹⁴. Seria o período de “gestação” de um amplo pacote de ações que se estenderia para além dos limites geopolíticos, não somente o Brasil, mas incorporaria os demais países da América do Sul. Esse debate toma fôlego ainda no mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, através de reuniões de planejamento e passa do plano de elaboração para os mandatos seguintes com os governos petistas, do ex-presidente Lula da Silva e tem se estendido a atual gestão da presidente Dilma Roussef, com a implantação de uma lista de projetos direcionados para a Amazônia²⁹⁵.

O plano de “Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana – IIRSA”, foi elaborado com a participação dos chefes de estado dos doze países do continente sul-americano. Esta medida oficial é fruto de um dos principais encontros entre os chefes de estado, que em anos anteriores já vinham discutindo essa iniciativa em suas pautas, e formalmente foi apresentada em agosto de 2000. A associação entre os países se deu em Brasília, quando houve o Encontro da Cúpula dos Presidentes da América do Sul.

De acordo com as definições que justificam a criação da IIRSA, ela seria uma iniciativa que a partir da reunião de ações, dos países associados, seria possível promover uma aceleração dos “processos de integração” política, econômica e social do continente. Isso resultaria numa diminuição das distancias e eliminação do que representa um obstáculo aos objetivos traçados pelos governantes destes países. Para tanto, as ações previstas foram para colocar em prática a infraestrutura que facilitaria a aproximação de regiões e países, considerados ainda “pouco desenvolvidos”. A intenção é expansionista e avança com uma proposta de modernização das condições infraestruturais nas regiões mapeadas para receberem a intervenção via projetos governamentais de cada país, baseados nas premissas da IIRSA para a América do Sul.

A IIRSA passou a ser uma espécie de agenda para guiar a elaboração de políticas governamentais em cada país. De acordo com Castro (2009, p. 107), no caso da Pan-Amazônia, os interesses se voltaram novamente para uma ampliação de objetivos empresariais, associados às alianças políticas governamentais em atender mercados internacionais. Então, por se tratar de uma região que ainda mantém uma vasta riqueza em termos de recursos naturais inexplorados, há preponderantes sobre a exploração de áreas intocadas e ocupadas por grupos sociais que não as utilizam na

²⁹⁴ Ver página da IIRSA, são cerca de 514 projetos nos setores citados. Disponível em: www.iirsa.org. Acesso em: 23 de março de 2013.

²⁹⁵ Ver PDE 2008.

mesma proporção, como se pretende com essas ações. Isso aponta para uma nova tentativa de ocupar a Pan-Amazônia, tendo como alvos a “floresta, a vasta riqueza mineral e sua capacidade hídrica” pouco explorada.

As implicações deste plano refletem diretamente na forma como as políticas de definição territorial (unidades de conservação, reservas, terras indígenas, territórios quilombolas entre outros) passam a ser interpretadas. Em vista do que for determinado como essencial para criação dessa infraestrutura, áreas passam a ser revistas e redefinidas em prol de obras de infraestrutura.

O fato é que para que este plano seja efetivamente realizado, a política de limitação sobre a ocupação de terras na Amazônia passa a ser uma das norteadoras dos empreendimentos e isso afeta veementemente os “territórios” e modos de vida de povos e comunidades tradicionais, em toda a Pan-Amazônia. Tais alterações tem comprometido a existência de unidades organizativas locais, constituindo um *campo de tensões* entre aqueles que defendem a entrada de grandes empreendimentos na “região” e os grupos sociais e seus apoiadores. Assim, temos um quadro que destaca aqueles que resistem ao processo de “modernização” imposto pelo Estado e grandes empreendimentos propostos.

Furtado (2008, p. 180-181), aponta que a IIRSA traz em seu conteúdo um apelo econômico da necessidade de investir na região amazônica como um todo, algo que na prática remete apenas a interesses políticos e empresariais. Essa intervenção é fomentada como uma forma de melhorar a condição econômica e social dos países sul-americanos, isso diminuiria as desigualdades e equipararia suas posições frente à geopolítica internacional, uma espécie de promessa de salvação da economia. Na realidade, os projetos da IIRSA visam “integrar”, no período de dez anos, todo o continente sul-americano para facilitar a livre circulação do capital e assim abrir caminho para futuros tratados comerciais.

As críticas são diversas e muitos especialistas que se dedicam a compreender as transformações sociais que caracterizam a Amazônia têm chamado a atenção em suas análises, sobre a pressão que a região vem sofrendo nestas últimas cinco décadas. Essas relevantes observações tem sido divulgadas em notas e estudos, suas reflexões e análises a cerca dessas mudanças, que estão sendo promovidas pelas agências multilaterais aliadas aos governos locais. Fato que tem chamado atenção para o esforço

que as agências brasileiras tem feito para tomar o espaço nas negociações em torno desse plano de integração²⁹⁶.

Abaixo é possível visualizar essa interligação defendida formalmente no plano. Traduz o objetivo de controlar todo o continente através das alianças entre os governos. As setas indicam que a exploração se dará intensivamente em todos os territórios pertencentes aos países americanos.

Figura 2 - Mapa-América do sul – Eixos de integração sulamericana



Fonte: IIRSA, 2008.

Para que as ações da IIRSA fossem realizadas criou-se uma Agenda de Implementação Consensuada – AIC, que tem contado com apoio e financiamento cedido pelos 12 países que a fundaram, juntamente com os recursos oriundos das Agências multilaterais como: BIRD, BID, FMI, BNDES, CAF, IFRs, FONPLATA e BM.

A lista acima destaca as fontes financiadoras que representam o interesse do capital privado, em investimentos na América do Sul. De acordo com Furtado (2008, p, 176), essas agências multilaterais como a CAF e o BM tem injetado milhões de sua reserva em dinheiro, para por em prática a criação de mega projetos como os que estão

²⁹⁶ Ver Furtado (2008), Verdum (2008), Castro (2009) e Almeida (2009), ambos fazem críticas ao modelo neoliberal de desenvolvimento.

sendo feitos no Brasil, fato que remonta a um processo histórico que aponta a presença dessas agências, com propostas de apoio financeiro a grandes obras e investimentos na Amazônia como em várias partes do mundo.

Apesar de aparentar um compromisso com uma possível promoção de ações para alavancar a economia de regiões pouco desenvolvidas as suas vistas, prevalece um discurso/interesse que está oculto (SCOTT, 2004). Esse discurso camuflado através de uma série de ações que atendem as demandas do mercado internacional que está em busca de novas fontes de riqueza que possam promover a ascensão do capital. Em vista disso, tais agências desconsideram modos de vida dos diversos grupos sociais dos países sul-americanos. Desta forma passam a desestabilizar formas de organização social, sobrepondo-se a territórios pertencentes a povos e comunidades tradicionais, sendo ao fim, responsáveis por causar danos ambientais e sociais com projeções negativas sobre esses grupos.

Pelo que tudo indica, os planos de governo passaram a ser direcionados segundo a “cartilha” oficial das agências financiadoras. Trata-se de acordos políticos, traçados a partir interesses diversos que giram em torno da entrada do capital internacional no país, negócio lucrativo para grandes estatais e empreendedores nacionais. Uma vez que a adesão a essas propostas seja feita, os governos passam a atrelar-se a tais interesses em prol dos interesses internos dos grupos políticos-empresariais, que se encontram nos assentos autorizados e legitimados pelo Estado.

Nesse processo de associação entre multilaterais e governos, o que menos importa são aqueles que ficaram fora do acordo. Os planos passam a tomar formato de política de Estado e o conjunto de ações vai se moldando de forma obscura. A falta de transparência sobre a relevância dos projetos que surgem, começa a ser percebida em meio à confusa forma em que os mesmos tomam ao se estabelecerem na região pretendida.

Os projetos são de origens diversa, relacionados a criação de infraestrutura, à questões ambientais, à ocupação de terras e as diversas formas de incentivo econômico que se possam investir na região, que possam ser revertidos em lucro, através do uso dos recursos naturais, que ainda se encontram disponíveis. No tocante as obras que surgem da demanda do empresariado industrial, tem se tornado cada vez mais nítida uma de suas características, que é a de manter-se distante das discussões ampliadas com a sociedade em geral. Seus objetivos não deixam claro e não garantem um compromisso ambiental e social plausível, tão pouco visam cumprir a promessa de trazer melhoria

para a maioria da população e menos ainda minimizar as distâncias entre os países vizinhos, a não ser pelo interesse comercial que está em *jogo*.

Para fins de conhecimento, informo que financiadores como os acima citados, viabilizam uma remessa de recursos para consolidar uma agenda de ações (obras e investimentos/projetos) elaboradas para atender os objetivos da IIRSA. Estes passam por uma distribuição interna dos investimentos, que são baseados nos valores monetários disponíveis, organizados no que a IIRSA denomina de “carteira de projetos”. Essa carteira é organizada de acordo com suas prioridades e está dividida através dos “Eixos de Integração e Desenvolvimento - EIDs”, que ao longo dos anos vem tendo alguns redirecionamentos. Abaixo apresentamos esses eixos e a previsão dos valores gastos em cada um.

Quadro 1 - Carteira IIRSA

EIXOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – EID	Nº GRUPOS ²⁹⁷	Nº PROJETOS	% PROJETOS	INVESTIMENTOS ESTIMADOS EM USD	% INVERSÃO
ANDINO	07	64	12,0%	9.343,5	8,0%
DE CAPRICÓRNIO	5	76	14,2%	8.979,1	7,7%
HIDROVIA PARAGUAY-PARANÁ	5	93	17,4%	6.514,8	5,6%
DO AMAZONAS	7	64	12,0%	6.099,9	5,2%
ESCUDO GUAYANÊS	4	18	3,5%	4.540,3	3,9%
DO SUL	2	27	5,1%	2.738,0	2,5%
INTEROCEANICO CENTRAL	5	61	11,4%	4.112,7	3,5%
MERCOSUL-CHILE	6	105	19,7%	44.389,8	38,2%
PERU-BRASIL-BOLÍVIA	3	25	4,7%	29.557,8	25,4%
PSI	0	2	0,4%	2,90	0,0%
TOTAL	47	531	100,0%	116.120,6	100,0%

Fonte: COSIPLAN 2011.²⁹⁸

Segundo Castro (2009), um dos maiores objetivos é realizar o “reordenamento do território”, ou seja, traçar a abertura dos caminhos do Atlântico ao Pacífico para que ocorra uma incorporação, através das possibilidades econômicas vislumbradas pela IIRSA, da região da Pan-Amazônia ao mercado internacional. A reestruturação da Bacia Amazônica irá facilitar o escoamento dos insumos produzidos na região para abastecer mercados internacionais como o da China, Japão, Europa e Estados Unidos. No entanto, para que haja a execução das metas da IIRSA, os projetos visam abranger os territórios

²⁹⁷ São grupos técnicos executivos de planejamento, elaboradores das ações.

²⁹⁸ Disponível

em:

<http://www.iirsa.org/BancoConocimiento/L/lb11_cartera_de_proyectos_2011/lb11_cartera_de_proyectos_2011.asp?CodIdioma=POR> Acesso em: 20 de junho 2013.

amazônicos do Brasil, da Colômbia, Venezuela, Peru, das Guianas e a Bolívia (p. 110-117).

Os interesses avançam sobre as fronteiras e para além delas, de suas demarcações geopolíticas, com a inserção dos projetos de integração e dos “atores capitalizados”, que estão envolvidos com as economias da “pecuária, mineração e da soja”. Esses interesses que estão chegando nos limites entre os estados amazônicos e dos países atualmente são as peças-chave dos ditames para uma política governamental que beneficia e facilita os seus interesses. O Estado passa a ser o seu mecanismo de inserção nos territórios pretendidos para os novos negócios (CASTRO, 2009, p. 114 & 2012, p. 45).

A Amazônia também se destaca pela sua capacidade de concentrar a maior parte da água de todo mundo, cerca de dois terços (70%)²⁹⁹. E essa riqueza tem despertado o interesse em investimentos em infraestrutura hidrelétrica e hidroviária, com destaque para construção de UHEs como as dos rios: Xingu, Tocantins, Tapajós, Araguaia, Trombetas e Madeira. As obras realizadas e previstas nesses rios são algumas prioridades apontadas nos eixos de interligação entre as fronteiras brevemente mencionadas.

Além dos eixos acima apresentados, vejamos a atual situação dos projetos e os valores investidos. Abaixo é possível visualizar como são divididas partes desses valores, segundo a IIRSA.

Quadro 2 - Projetos concluídos e tipos de financiamento

Os “avanços concretos” dos projetos da IIRSA ▼
10% do previsto, equivalente a 51 projetos concluídos – inversão estimada em US\$ 7.506 milhões.
38% do previsto, equivalente a 196 projetos em andamento – inversão correspondente a US\$ 30.728 milhões.
20% do previsto, equivalente a 103 projetos em elaboração – inversão estimada em US\$ 17.383 milhões.
A carteira de projetos da IIRSA conta com os seguintes financiamentos ▼
Financiamento a partir de recursos do Tesouro Público ► 190 projetos = US\$ 17.641
Financiamento a partir de recursos Público-privado ► 29 projetos = US\$ 13.408
Financiamento a partir de recursos Privados ► 28 projetos = US\$ 7.185

Fonte: IIRSA, Dezembro de 2008.

²⁹⁹ Ver Castro (2009, p. 132).

A realização das obras idealizadas pelos criadores da IIRSA e seus aliados é baseada em condicionantes que justificam tais investimentos. Algumas dessas condicionantes são ressaltadas durante as apresentações, forjadas em alternativas para uma nova dimensão que as economias emergentes dos 12 países envolvidos aos seus moldes deveriam ter. O que na realidade omite as exigências das agências multilaterais. Com a IIRSA é preconizado que este é o momento de recuperar a economia do continente, diminuir a pobreza, a exclusão social, o desemprego e criar uma abertura comercial entre os mercados vizinhos. Com base nesse “ideário”, o anseio pela crescente adesão a tais ações, tem sido um dos combustíveis da competitividade entre as economias no continente.

De acordo com as premissas elaboradas para a IIRSA é necessário que se aproveite a potencialidade de cada país através de seus recursos naturais; que se crie uma reserva financeira interna para não depender de reservas externas; que se promova a competitividade comercial em torno da circulação comercial de produtos; que se consolide maior poder de negociação com outros países; que haja o apoio ao comércio intrarregional através das novas rotas a serem construídas com as rodovias, hidrovias e ferrovias; que sejam ampliados os corredores de circulação tendo como base os portos que serão ligados a outras rotas e estimular a competitividade e reduzir os custos que as empresas envolvidas terão. Como pode observar toda a prioridade deste grande plano de integração, está em promover a reprodução do capital empresarial que ignora a existência dos grupos sociais que serão afetados por essas iniciativas.

Os países sul-americanos compreendem que tal plano e incentivo financeiro dessas agências, possam torná-los competitivos e reconhecidos no mercado internacional. Temos como exemplo, as propostas de criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA e do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, ambas orientadas pela lógica dessas agências.

Quadro 3 - Interligações dos Eixos

Nº	EIXOS	PAÍSES/REGIÕES – Áreas de interligações
01	Interoceânico Central	Brasil-Bolívia-Paragua-Peru-Chile
02	Mercosul-Chile	São Paulo-Montevideú-Buenos Aires-Santiago
03	Peru-Brasil-Bolívia	Acre-Rondônia

04	Andino	Caracas-Bogotá-Quito-Lima-La Paz
05	Do Sul	Talcahuano-Concécpcion/Chile-Neuquen-Bahia Blanca/Argentina
06	Andino do Sul	Norte e Sul da Argentina
07	Multimodal do Amazonas	Brasil-Colômbia-Ecuador-Peru
08	Hidrovia Paraná-Paraguai	Brasil-Paraguai
09	Escudo Guyanés	Venezuela-Brasil-Guiana-Suriname
10	De Capricórnio	Antofogasta/Chile-Jujuy/Argentina-Assunção/Paraguai-Porto Alegre/BR

Fonte: IIRSA, 2008

Dentre as agências de financiamento, aqui no Brasil o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, tem se destacado como um grande apoiador de projetos de infraestrutura. Ele está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior. Sua criação ocorreu no ano de 1982³⁰⁰, possui vários escritórios pelo Brasil e mantém sua sede principal no Rio de Janeiro³⁰¹. Sua crescente demanda, em apoiar obras estruturais foi valorizada a partir do governo Lula, responsável por conceder incentivos ao BNDES. Este banco está se consagrando na América do Sul, pelo fato de fornecer subsídios milionários aos países vizinhos, com a finalidade de que estes executem as obras previstas na Carteira de ações da IIRSA.

É relevante tornar conhecido que o BNDES apoia e subsidia os investimentos na América do Sul, como: a expansão de vários gasodutos na Argentina, como o de San Martin que vai da Patagônia a Buenos Aires, totalizando US\$ 690 milhões. No Chile, o BNDES passou a financiar a participação de empresas do Brasil no fornecimento de veículos que assistiriam o sistema de transporte daquele país, orçando um investimento de US\$ 250 milhões.

Na Colômbia, financia a estrada de ferro Carare, que servirá para transportar carvão das minas de Boyacá e Cundinamarca, a frente está a estatal Brasileira

³⁰⁰

Disponível

em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/historia.html> Acesso em: 23 de abril de 2013.

³⁰¹ GUDYNAS, Eduardo. As instituições financeiras e a integração na América do Sul. In: Financiamento e Megaprojetos: uma interpretação da dinâmica regional sulamericana. Verdum, Ricardo (org.), Brasília, INESC: 2008, p. 27.

Votorantin. Na Venezuela, está apoiando a construção de uma ponte sobre o Rio Orinoco. O BNDES também atua como co-participante, junto com empresas brasileiras na compra de outras empresas fora do Brasil, sua parcela de contribuição esta nos recursos concedidos para que uma empresa compre ações em outros países. Assim esse banco vai se posicionando com um dos “controladores e negociadores” mais poderosos da América do Sul. (GUDYNAS, 2008, p. 32-33)

No Peru, o BNDES já financiou a criação dos corredores rodoviários passando por várias localidades daquele país, onde está inclusa a construção da rodovia Interoceânica, foram cerca de US\$ 420 milhões. No Brasil, especificamente na região que abrange as proximidades de Rondônia, financia o “Complexo Madeira” e no Acre a ponte sobre o Rio Acre, ligando Assis Brasil a Iñapari (Peru), US\$ 19 milhões. (GUDYNAS, 2008, p. 32)

Esse banco tem sido um dos maiores investidores no continente, responsável por incentivar a construção de obras de infraestrutura. Seu crescimento se deve ao apoio que recebeu durante o governo Lula, fato que o transformou num dos principais responsáveis por empréstimos milionários aos países sul-americanos, como no empréstimo concedido ao Equador para a construção da UHE de San Francisco, as hidrelétricas do rio Madeira e a UHE Belo Monte. O BNDES se transformou num instrumento político do estado brasileiro, se configurou numa agência da política externa, responsável por negociar investimentos e por galgar o caminho do Brasil rumo à liderança política na América do Sul (FURTADO, 2008, p. 182-183).

Verdum critica a posição do Brasil com relação à expansão empresarial brasileira diante dos países andinos, que se lançou como um novo domínio neoliberal de um país do continente sob os demais, antes privilégio de países estrangeiros sob os países da América do Sul. Assim, o Brasil está na liderança política das negociações financeiras, pois seus bancos, a exemplo do BNDES, concedem empréstimos e as suas empresas como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Gerdau, a Votorantim, a Odebrecht e a Camargo Correa estão presentes na maioria dos países andinos, executando e dominando o mercado das construtoras. “A crescente presença do capital brasileiro na região andina vem colocando por terra as expectativas de que, com o governo Lula, os processos de integração superariam os conteúdos essencialmente neoliberais” (VERDUM, 2008, p. 07).

Os olhares se voltaram para a região da Pan-Amazônia, pela dimensão de sua riqueza em recursos naturais ainda inexplorados. Esse potencial vem sendo monitorado

e estudado com vistas a abrir caminho para que essa infraestrutura seja instalada, fato que já está ocorrendo. Para tanto, vem se consolidando/impondo um “reordenamento territorial” orientado pela parceria governos/empresas privadas. Nessa perspectiva ganharam corpo através de ações políticas locais. Podemos citar como exemplo as UHEs de Jirau, Santo Antônio, Belo Monte, a reabertura de rodovias como a BR-319 e a concretização da Interoceânica no Peru. No caso dos rios amazônicos, a reestruturação da Bacia Amazônica facilitaria o escoamento dos insumos produzidos no país e adiante sua comercialização para atender mercados internacionais. Com isso, é necessário desapropriar grandes extensões de terras e alterar as condições físicas dos rios para que a movimentação seja facilitada em prol das exportações em massa.

Uma vez que os interesses avançam para áreas de fronteiras, as ações tem sido legitimadas pelo Estado e ameaçado a existência de “povos e comunidades tradicionais na Amazônia”, que sofrem com os constantes deslocamentos compulsórios. As investidas estão em direção aos territórios desses grupos sociais, onde os projetos de infraestrutura preparam a base para a exploração dos recursos naturais e provocam a partir de suas ações, um aumento do desmatamento na região (CASTRO, 2009, p. 110-117).

No que tange à economia de base produtiva, os setores empresariais se especializaram em formular *agroestratégias* e se articulam via política governamental para obter concessões e facilidades quando o assunto diz respeito a remoção dos obstáculos jurídico-formais. Empecilhos legais podem comprometer a expansão de seus negócios e a aquisição de áreas pretendidas. Nesse sentido o setor empresarial almeja obter grandes extensões de terra, fato que coloca em risco os *patrimônios naturais e culturais*, fato que aponta para uma violação dos direitos garantidos constitucionalmente e em convenções internacionais. (ALMEIDA, 2009, p. 58-63)

5.7.1 PAC: um plano elaborado nos moldes da IIRSA

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC surgiu em 2007, durante o governo do presidente Lula da Silva, está vinculado ao Ministério do Planejamento e possui o objetivo de implementar projetos de infraestrutura em todo Brasil. Esse programa foi elaborado para promover o almejado “crescimento acelerado e sustentável” do país e previa gastos por volta de R\$ 503,9 bilhões investidos em projetos e obras, a previsão era de uma ação imediata de quatro anos (2007-2010).

Inspirado no modelo da IIRSA, o programa tem como pontos de referências três grandes eixos: “**1) R\$ 170,8 bilhões voltados para a infraestrutura social e urbana; 2) R\$ 58,3 bilhões para a logística e transporte e 3) R\$ 274,8 bilhões em energia.** (PAC, 2007, p. 07)

De acordo com a justificativa elaborada que estabelece sua relevância, o PAC foi idealizado para retomar antigas obras estruturantes em todo país. Essas obras gerariam renda e para mantê-la os recursos viriam das empresas estatais e privadas, numa parceria “público-privadas”(PPP’s). Seus gastos, em sua maioria, serão dirigidos por empresas estatais, prevendo um investimento de R\$ 436 bilhões para o cumprimento de metas. Para que os objetivos fossem cumpridos, foram eleitas algumas medidas³⁰², separadas em cinco blocos, sendo o PAC o agregador dessas ações que são: 1) Investimento em infraestrutura; 2) Estímulo ao crédito e ao financiamento; 3) Melhora do Ambiente de Investimento; 3) Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário; 4) Medidas Fiscais de Longo Prazo.

Os blocos acima foram criados para orientar a aplicação dos recursos, durante o prazo de cada proposta. O PAC também apresenta, em seu conteúdo, alguns critérios de execução contínuos que independem de governos, seja ele Federal, Municipal ou Estadual. Cada projeto deverá ser efetuado além da duração dos mandatos, pois o uso dos recursos foi direcionado a curto, médio e longo prazo, ou seja, a agenda prevista terá de ser contemplada. Percebe-se que este modelo foi desenhado de maneira impositiva, pois se pensou num rígido controle para este plano de criação de infraestrutura, agora cabe aos governos ter de cumpri-los. Alguns críticos dizem que seria mais que uma política de governo, mas uma política de Estado, vejamos:

O PAC foi apresentado não como um programa de governo, mas como um programa de Estado. Ambiciona-se que seus marcos não se delimitem somente a um mandato governamental, mas que se estendam por um largo tempo. Tanto o ministro da fazenda, Guido Mantega, como a da Casa Civil, Dilma Roussef, se expressaram favoráveis à necessidade de o governo deixar um portfólio de projetos aos governos futuros. (Vigna & equipe INESC, 2008)

O PAC pressupõe uma redefinição, aos moldes do Estado, dos territórios e seus recursos naturais, mas isso não é feito a partir de acordos justos onde o lado que perde suas referências se desloca voluntariamente para retomar sua vida em outro lugar. A chegada de projetos de infraestrutura é marcada por disputas e desentendimentos, algumas veladas e outras mais evidentes. Mas para engessar qualquer tipo de

³⁰² Fonte: PAC, 2007, p. 04.

manifestação contrária ao programa, o que se tem visto é a elaboração de estratégias de dominação que imobilizam a organização dos movimentos sociais que tentam resistir a essas políticas vigentes. (GARZON, 2009, p. 12)

O PAC tem duas etapas de atuação, PAC I e II³⁰³, ele projeta mais uma vez, um modelo de crescimento, versão reeditada dos grandes projetos da década de 70 para a Amazônia. O fato é que, assim como nas versões anteriores, de projetos desenvolvimentistas, o programa é bastante avesso às realidades ambientais e sociais. Assim que teve início, o governo teve que driblar muitos dos obstáculos que surgiram, passou a pressionar os órgãos responsáveis pelo direcionamento dos recursos que viabilizariam as obras, a facilitarem qualquer processo relacionado ao início dos projetos. No ano de 2009, o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte – DNIT foi um dos mais cobrados. No próprio quadro de metas do PAC existia uma lista de possíveis obstáculos a serem superados, dentre eles estão: 1) Eliminação dos principais gargalos que podiam restringir o crescimento da economia; 2) Redução de custos e aumento da produtividade das empresas; 3) O estímulo ao aumento do investimento privado; 4) Redução das desigualdades regionais. (PAC, 2007, p. 06)

Em seu conteúdo, o PAC demonstra ao leitor o que seria “necessário” à população. Em sua defesa, é dito que tratasse de uma política do aumento de oportunidades, ampliação de serviços de transporte, comunicação e energia. Com isso, seria possível uma geração de renda maior para todos, criada para melhorar as condições de vida do povo brasileiro. No entanto, se fizermos uma leitura atenta de suas prioridades, apenas os conglomerados empresariais, que estão envolvidos nesse programa é que acabam sendo beneficiados.

Baseado nas premissas da IIRSA, o PAC apresenta as mesmas características instigantes de incentivo a competitividade. E torna-se nocivo por acelerar a economia, ao ponto em que as contradições internas (desigualdades) vão ficando cada vez mais acentuadas. Com relação aos países vizinhos, disparidades vão se formando, pois o Brasil vai se posicionando vantajosamente diante deles. Seguindo a sua trajetória interna, o Brasil tem se tornado o fornecedor de muitos produtos, concessor de empréstimos e prestador de serviços, suas empresas vão se instalando via representações em várias cidades da América do Sul. E isso tem criado uma nova dependência econômica. (CASTRO, 2009, p. 138)

³⁰³ PAC I vai de 2007 a 2010 e PAC II de 2011 a 2014.

O PAC teve muitas facilidades, o esforço do governo Lula e de todos os seus ministros para apressar a viabilidade das construções. Muitas obras sequer passaram por consultas prévias e os licenciamentos ambientais tem sido liberados muito depois de uma obra estar sendo construída. Embargos judiciais são derrubados e “brechas na lei” são encontradas para a autorização necessária de se iniciar algo. Assim foi no caso das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.³⁰⁴

Voltando a explicar o funcionamento deste programa, há uma série de ações e políticas que conjugam objetivos muito próximos a ele. Na primeira versão do programa, chamado de PAC I, estão associados: a “Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP; a Política Nacional de Logística e Transporte – PNLTL; a Política Nacional de Transporte Hidroviário – PNTHT; o Plano Nacional de Viação; o Plano Nacional de Energia 2030 – Matriz Energética Nacional 2030; Política Nacional de Aviação Civil – PNAC; o Plano Hidroviário Estratégico; Plano Nacional de Mineração; Plano de Ordenamento Territorial. Todos ligados as estratégias de integração e aos eixos de desenvolvimento. (CASTRO, 2012, p. 48)

Na região do rio Madeira, englobando os estados do Amazonas e Rondônia, o PAC prevê vários investimentos de infraestrutura logística e energética, como:

Quadro 4 -“Ampliação da Infraestrutura Logística e Energética” – Estado do Amazonas

Tipo	Obra	Valores (milhões)
Rodovia	BR-319 (construção de trechos, pontes e pavimentação)	529,0
Petróleo e Gás Natural	Gasoduto Urucu-Porto Velho	Em estudo
Hidrovia	Construção de cerca de 19 terminais hidroviários em todo Amazonas, inclusive nos municípios do rio Madeira como: Borba, Humaitá, Manicoré, Lábrea.	Borba = 3,8 Humaitá = 5,2 Manicoré = 7,8 Lábrea = 2,9

Fonte: PAC – Infraestrutura Energética, 2008, p. 10. PAC – Investimento Amazonas, 2008, p. 06-07.

³⁰⁴ Ver Vigna & equipe INESC, 2008.

Quadro 5 - PAC – “Investimentos em Infraestrutura Logística e Energética para o Estado de Rondônia

Tipo	Obra	Valores (milhões)
Hidrovia	Terminal Hidroviário de Porto Velho – Cai N’água	10,1
Rodovia	BR-319	97,0
Ferrovias	Ferrovias de Integração Centro-Oeste	3,0
Petróleo e Gás	Gasoduto Urucu – Porto Velho	Em estudo
Geração de energia elétrica	UHE Santo Antônio	5.700,0
	UHE de Jirau	6.440,0

Fonte: PAC, Infraestrutura Logística e Energética, 2008, p. 07-09.

5.7.2 O PDE e a retomada da construção de hidrelétricas na Amazônia

Aliado ao plano IIRSA está o Plano Decenal de Energia – PDE (2008-2017), que é vinculado ao Ministério de Minas e Energia - MME e elaborado pela Equipe de Pesquisa Energética - EPE³⁰⁵. O plano também conta com o apoio de outras secretarias como: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético SPE/MME, Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG/MME e Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM/MME.³⁰⁶

O PDE é aliado ao planejamento infraestrutural projetado pela IIRSA e PAC. De acordo com seus objetivos, o plano visa implantar mecanismos de produção energética que atenda os estados brasileiros, sendo que apenas uma parcela privilegiada (SIGAUD, 1986, p.20), acaba definindo as prioridades em produção de energia. O PDE também se propõe a investir em exploração de gás, combustíveis fósseis, minerais e desenvolver tecnologias para geração de novas fontes de produção de energia. O PDE em suma é voltado para “instalação de infraestrutura de oferta de energia, necessárias para atender ao crescimento dos requisitos do mercado (...) de forma ambientalmente sustentável (...)”. (PDE, 2008, p.02)

Como pode ser visto, a cada dez anos as metas do plano deveriam ser contempladas no tempo previsto. As ações consistiam em “orientar e subsidiar” os empreendimentos energéticos, tomando a frente nas negociações de compra e venda de energia, realizada através dos leilões. A parte dos empreendimentos, tem toda a

³⁰⁵ Desde 2004 o planejamento energético brasileiro é de responsabilidade dessa agência. Ver Switkes (2008, p. 23).

³⁰⁶ (PDE, 2008, p. 01-02)

apreciação favorável ao surgimento de propostas de desenvolvimento de projetos energéticos, como a criação de usinas e fontes de energia que possam proporcionar a transmissão desse recurso.

No PDE podemos encontrar a proposta de implantação do SIN – Sistema Integrado Nacional, que pretende reunir de norte a sul, todos os sistemas de energia possíveis. Um dos pontos principais do SIN é interligar os sistemas isolados tais como: **Acre-Rondônia** e **Manaus-Macapá**. A ligação seria via Linhas de Transmissão – LT e já estão sendo viabilizadas. Há também as Subestações – SE, mais comuns nos estados e os projetos de implantação de novos transmissores nas regiões.

Pelo que compreendi essa estrutura montada tem como alvo o fornecimento de energia para a demanda empresarial, juntamente com os investimentos estatais. No caso deste último, um dos exemplos é fornecer suprimento energético suficiente para transportar a produção do gasoduto Coari-Manaus, via BR-319, se estendendo até o Estado de Rondônia em Porto Velho. Nesse ponto, ocorrerá a interligação Acre-Rondônia ao SIN, depois seguirá rumo aos sul de sudeste do país, com isso se formará uma gigantesca rede de energia.

Figura 3 - Interligação Acre-Rondônia / Sudeste Centro Oeste

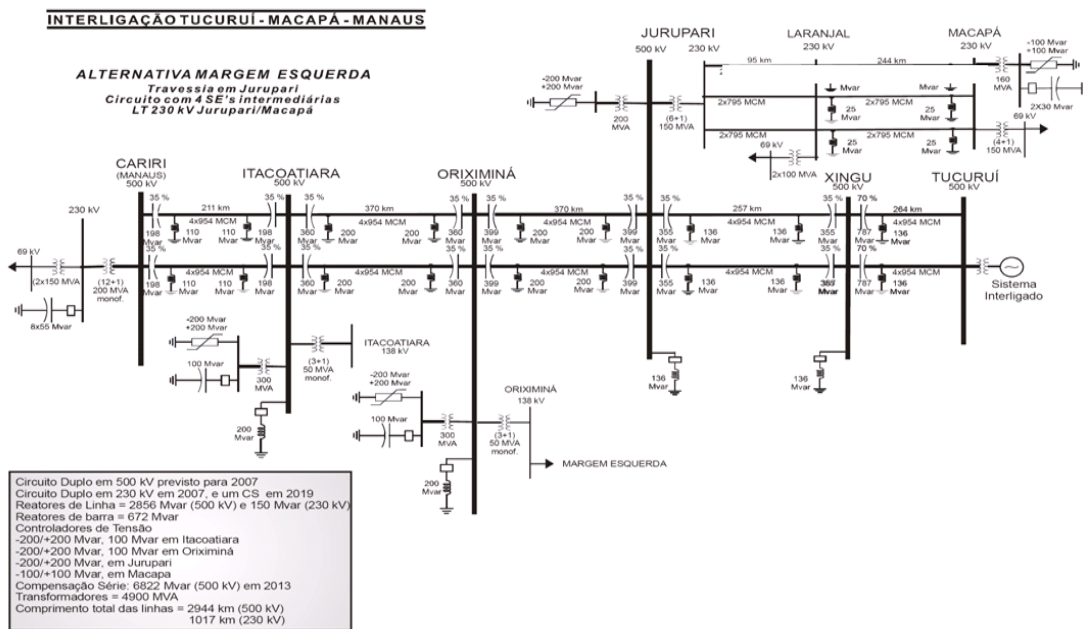


Fonte: PDE, 2008, p. 21

A infraestrutura energética vai além das fronteiras nacionais, um dos exemplos está no corredor de Linhas de Transmissão que estão sendo trazidas da Venezuela, da SE de *El Guri* indo ao encontro da SE de Boa Vista – Roraima no Brasil. De Roraima a linha se encontrará com outra linha vinda do Pará, da rota de Interligação Tucuruí-

Macapá-Manaus, seguindo para o trecho na região do rio Madeira. Logo se vê quem um desenho da interligação vai se formando, remontando a pretensão de concretização da esperada infraestrutura planejada pelos governos e empresariado. (PDE, 2008, p. 10-13)

Figura 4 - Rota – Interligação Tucuruí – Macapá – Manaus



Fonte: PDE, 2008, p. 23.

A partir de informações contidas no próprio PDE, demonstrei a rota traçada para fazer com que a energia fosse trazida de outra fonte, nesse caso da UHE Tucuruí no Pará, que atualmente abastece a cidade de Manaus. Essas linhas de transmissão citadas vão ao encontro da energia produzida em Jirau e Santo Antônio e respectivamente seguem o trajeto rumo a Araraquara em São Paulo, onde se concentram os maiores interessados na produção energética, todos do setor industrial.

5.8 O Complexo Madeira: especificidades técnicas

Vimos que os projetos hidrelétricos elaborados para a Amazônia podem ser conhecidos através da leitura do PDE. Neste plano estão definidas as obras que montam uma estrutura de produção de energia em todo país, através da interligação energética entre os estados. Essa interligação se dará por diversas vias, onde em algumas regiões estão sendo instaladas as bases, como as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) usinas termelétricas (UTE) e as usinas hidrelétricas (UHEs), e essa energia se distribui pelos famosos “linhões de transmissão” (LT). Essa estrutura mobiliza milhões de reais pela

venda de energia que é fornecida as cidades e localidades que necessitam do serviço. A comercialização da energia no país é um dos negócios que mais cresce e interessa principalmente às concessionárias e à indústria como um todo. Por último, o consumo doméstico é o que menos é priorizado e detém a qualidade no fornecimento.

Produzir energia envolve uma série de especializações, conhecimentos que se orientam a partir de uma “engenharia de negócios” que reúne diversos profissionais³⁰⁷. Trata-se de empresas que acumularam anos de experiência na abertura de frentes de obras e construção de estruturas gigantescas. Essa “engenharia” se consagrou ao longo de décadas e tem detido o monopólio da participação em obras de infraestrutura em todo país. Isso torna mais clara a partilha/aliança que tem sido feita há décadas para criar obras rentáveis ao empresariado na Amazônia, onde se evidencia a demanda empresarial daqueles que se encarregam pela garantia da infraestrutura e dos que emergem durante e/ou após a facilitação dos meios (obras construídas) para promover a exploração dos recursos naturais.

Os grupos empresariais têm “servido”, vice-versa, aos interesses dos governos, ambos tendem a aliar-se em torno da construção de direcionamentos (planos e projetos governamentais) e quando estes são definidos, as ações vão sendo legitimadas e colocadas em prática. O que quero dizer, é que realizar grandes obras na região propiciam o crescimento empresarial frente à construção da infraestrutura almejada para a exploração de recursos naturais e investimentos futuros na região.

Segundo Switkes a apresentação oficial do plano de criação das hidrelétricas no rio Madeira foi realizada pela empresa de energia FURNAS e a representação do consórcio que se dispôs a estar à frente da construção da obra, pertencente ao grupo Odebrecht. Essa apresentação foi realizada durante um seminário promovido pelo BNDES, na cidade do Rio de Janeiro, onde o “Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do rio Madeira” foi contemplado e apontado de acordo com as pretensões governamentais, digamos que é um dos projetos mais importantes da IIRSA na América Latina e se destacou como um dos primeiros a concretizar esse ideal de “integração”.

O “Complexo Madeira” marca a destinação econômica do rio Madeira (aproveitamento), consoante ao destino de outros rios, como o Vale do rio São Francisco (SIGAUD, 1986, p. 13-14). O projeto foi elaborado pelas empresas que fizeram sua apresentação no seminário acima citado, que também são algumas das

³⁰⁷ Destaco grupos empresariais de setores da construção civil, elétrico, mineral, madeireiro e de serviços em geral.

atuais edificadoras (a FURNAS Centrais Elétricas S.A308 e a Construtora Norberto Odebrecht - CNO309). Tais agências após o processo de criação, foram as responsáveis pelo “Estudo de Impacto Ambiental – EIA”, que foi submetido a apreciação e aprovação da ANEEL. O projeto consistiu num plano do governo brasileiro em construir quatro hidrelétricas na calha do rio Madeira para futura geração de energia e a construção de uma linha hidroviária que ligará o rio Madeira aos rios de sua confluência, serviria de uma saída para facilitar o transporte de grandes produções, a exemplo da soja, para o mercado internacional (SWITKES, 2008, p. 10-25).

Duas dessas hidrelétricas fazem parte de um acordo binacional entre o Brasil e a Bolívia, em construir uma UHE com capacidade de 600 MW, no território boliviano em *Cachuela Esperanza* no rio Beni. A outra UHE com capacidade para 3.000 MW seria na fronteira dos dois países entre as cidades fronteiriças de *Guayaramerin* na Bolívia e Guajará Mirim no Brasil, nas corredeiras *Ribeirão*. Parcialmente essas duas obras estavam em fase de estudos de viabilidade, mas a sua construção é tema de um debate polêmico entre os dois países, ainda não há clareza sobre o início das obras, que tem seus valores totais subestimados em: a obra de *Cachuela Esperanza* está estimada em US\$ 1,2 bilhão e a obra de Guajará Mirim está US\$ 2 bilhões (SWITKES, 2008, p. 25).

A construção da obra da UHE de Santo Antônio é financiada pelo BNDES iniciou em 2008 e tem previsão de finalização completa até 2016. De acordo com dados do consórcio responsável, a capacidade da hidrelétrica é de 3.150,4 megawatts. O investimento total foi de R\$ 15,1 bilhões, com início de geração de energia nos primeiros três meses de 2012. O consórcio responsável pela UHE é a Santo Antônio Energia, formada por um consórcio de empresas: Odebrecht Energia (18,6%), Eletrobrás FURNAS (39%), Andrade Gutierrez (12,4%), CEMIG (10%), Caixa FIP Amazônia Energia (20%), com contrato de concessão de trinta e cinco anos. A obra tem aproximadamente 19.000 trabalhadores em seu canteiro de obras³¹⁰.

³⁰⁸ FURNAS é considerada uma “holding” da estatal brasileira ELETROBRÁS, foi fundada em 1957 quando da construção da sua primeira hidrelétrica, a UHE FURNAS em Minas Gerais. A empresa trabalha basicamente com geração de energia, tem atuação no sul e sudeste do Brasil. Ver Switkes (2008, p. 22).

³⁰⁹ A Companhia Norberto Odebrecht surgiu em 1944, é considerada a maior construtora no continente, atuando nos ramos da construção e da engenharia petroquímica. A Odebrecht é famosa pelos serviços prestados em vários países, foi a responsável pela construção da UHE de Itaipu; da UHE Pichi Picún Leúfu na Argentina; pela UHE de San Francisco no Equador que em 2008 apresentou falhas na estrutura da obra, fato que desencadeou um problema diplomático entre a empresa brasileira e o presidente Rafael Correa; pela ampliação do aeroporto de Miami e do metrô de Caracas na Venezuela e também pela pavimentação da rodovia Interoceânica no Peru. Também é destacada pela construção da Linha Amarela do metrô de São Paulo, que virou polêmica com o acidente provocado por um desabamento que matou 07 pessoas em janeiro de 2007. Ver Switkes (2008, p. 21).

³¹⁰ Disponível em: <<http://www.santoantonioenergia.com.br/empresa/perfil/>> Acesso em: 18 de novembro de 2013.

Com relação ao caso Jirau, a UHE teve o início de suas obras em meados de 2009, seu prazo de instalação era de 7,5 anos. A capacidade da UHE de Jirau é de 3.750 Megawatts (MW) e Garantia Física de 2.184,6 MW médios. O consórcio responsável pela obra é a Energia Sustentável do Brasil – ESBR, tendo como sócio-acionistas a GDF-SUEZ (60%), que futuramente repassará 20% para a japonesa *Mitsui*³¹¹; Eletrosul (20%) e CHESF (20%), com contrato de concessão de trinta e cinco anos. O valor estimado da obra era de R\$ 8,7 bilhões e em setembro de 2013 sofreu um aumento anunciado pela GDF-SUEZ de R\$ 17,3 bilhões³¹². O canteiro de obras emprega cerca de 13 mil trabalhadores.

Em anexo reuni uma série de fotos para que o leitor tenha idéia de como foram construídas essas hidrelétricas sobre o leito do rio Madeira e ter a dimensão da grandeza das obras que barraram esse rio e deslocaram centenas de agentes sociais que viviam em suas localidades e as suas margens.

Em meados de 2008, as obras equivaliam aos valores abaixo apontados neste quadro, mas sofreram as correções (alta) apresentadas pelas empresas responsáveis nos parágrafos acima. É interessante perceber como os empreendimentos puderam triplicar em menos de uma década de produção de energia, os custos dos investimentos. Embora na realidade não consigam ainda atender a própria demanda local, caso cidade de Porto velho, que como observei durante o trabalho de campo, tem sérios problemas estruturais com os serviços devidos, de iluminação pública (falta) nos bairros e nas localidades vizinhas.

Quadro 6 - Detalhamento dos valores totais das obras no rio Madeira

Obras	Valores a serem investidos até 2008³¹³
Construção da UHE de Santo Antônio	R\$ 12,72 bilhões
Eclusa Santo Antônio	R\$ 730 milhões
Interligação de interesse restrito Santo Antônio	R\$ 350 milhões
Custo Total da UHE de Santo Antônio	R\$ 13,80 milhões

³¹¹Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/10/1363296-investimento-total-estimado-na-hidreletrica-jirau-subiu-para-r-173-bi.shtm.l>> Acesso em: 01 de abril de 2013

³¹² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/10/1363296-investimento-total-estimado-na-hidreletrica-jirau-subiu-para-r-173-bi.shtml>> Acesso em: 01 de abril de 2013.

³¹³ Os valores apontados são subestimados, portanto passíveis de futuras mudanças apontadas pelos consórcios.

Construção da UHE de Jirau	R\$ 13,04 milhões
Eclusa Jirau	R\$ 650 milhões
Interligação de interesse restrito Jirau	R\$ 580 milhões
Custo Total da UHE de Jirau	R\$ 14,27 milhões
Linha de Transmissão	R\$ 15 bilhões
Valor total do “Complexo Madeira”	R\$ 43,07 bilhões

Fonte: Switkes & International Rivers, 2008, p. 24.

Além do pacote da construção das hidrelétricas, foram projetadas a instalações de eclusas, acima apontadas, que serviriam para facilitar a operação da linha hidroviária no rio Madeira. Nessa hidrovia, que possui 4.225 km de extensão, deverão transitar embarcações de grande porte, como as balsas, que facilitarão, o tráfego acima e abaixo, de *Puerto Maldonado* - Peru e *Riberalta* - Bolívia, em rios como *Madre Dios* e *Beni*, passando pelo estuário do Amazonas até chegar ao Oceano Atlântico (SWITKES, 2008, p. 25).

Com isso, tornaria possível o escoamento de produtos como a “soja, madeira e minerais”, e que seguirão rumo aos portos do Pacífico e do Atlântico direto para comercialização. O projeto também prevê a pavimentação de rodovias como a BR-163 (Cuiabá-Santarém), a rodovia Interoceânica na fronteira Brasil-Peru e do Corredor Norte na Bolívia, vias que auxiliarão na logística do transporte da produção de grãos e de outros produtos, a chegarem mais rápido aos seus destinos³¹⁴.

Em 2005 foi entregue ao IBAMA o EIA-RIMA do “Complexo Madeira”, situação na qual foram encaminhadas reformulações e solicitações de estudos mais aprofundados sobre uma série de pontos inexplicáveis e que de acordo com os especialistas seriam inviáveis. Em setembro de 2006, mesmo sob forte pressão das defensorias públicas, que cobravam clareza e novos ajustes e estudos quanto aos “impactos socioambientais” que iriam ser causados pelas obras e que foram vistos nos relatórios, o IBAMA autorizou que fossem feitas as audiências públicas em Porto Velho, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e Abunã.

³¹⁴ Os investimentos feitos com a hidrovia e as rodovias beneficiariam o setor graneleiro, principalmente a soja. A previsão para este setor é que os campos de plantação passem a se expandir para novas áreas ainda inexploradas e ter um crescimento em toda área do Madeira alcançando a parte boliviana. Segundo Switkes (2008, p. 29) a expansão proporcionaria uma diminuição dos gastos com transporte de cerca de US\$ 30 por tonelada, fortalecendo o agronegócio na região.

Durante esse período os movimentos sociais de Rondônia como o MAB, os pescadores, os ribeirinhos, os indígenas e representantes dos movimentos sociais da Bolívia passaram a intensificar as manifestações antibarragens, contra o processo de implementação dessas obras. O caso boliviano foi amplamente debatido, pois o relatório de estudos do “Complexo Madeira”, não considerou áreas do território boliviano que provavelmente estão afetadas e alagadas. Assim como a jusante das obras, no Baixo Madeira, não houve referência às áreas que sofrerão com os efeitos futuros das barragens.

Antes que a licença prévia fosse liberada, muitos processos contestatórios vieram a público, e a própria equipe do IBAMA, formada por oito profissionais, apresentou seu parecer técnico alegando insuficiência nos estudos e que provavelmente os efeitos reais estariam muito além do que os previstos³¹⁵. O governo federal reagiu imediatamente contra os laudos dos técnicos, criando situações depreciativas quanto ao parecer. Naquele período o IBAMA passou a receber sérias pressões, por parte do governo para que a obra fosse autorizada a iniciar. Durante essa etapa o presidente Lula chegou a declarar a imprensa que estava inconformado com a demora da liberação, chegando a comentar nos jornais que “jogaram o bague no colo do presidente”³¹⁶. (Boletim Diário do Portal EcoDebate, dezembro de 2008).

Contudo, o processo de licenciamento ambiental prévio - LP dessas hidrelétricas acabou sendo emitido em 09 de julho de 2007 e logo depois foi realizado o leilão para definir quais empresas se encarregariam das obras. Para a UHE de Santo Antônio, em decisão que ocorreu em dezembro de 2007 a responsável pela obra é o consórcio Madeira Sustentável - MESA³¹⁷ e em maio de 2008 para a UHE de Jirau o encarregado é o Consórcio Energia Sustentável do Brasil – CESB/ENERSUS³¹⁸.

Por fim, as obras da UHE de Santo Antônio foram iniciadas no fim do semestre de 2008, com a instalação do canteiro de obras na Cachoeira de Santo Antônio. Muitos pontos com relação ao EIA-RIMA ficaram obscuros e sem resposta, mesmo com as incorporações solicitadas pelos ministérios públicos e pela sociedade em geral aos

³¹⁵ Ver Parecer Técnico Nº 014/2007 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Brasília, 21 de março de 2007.

³¹⁶ Lula usou a metáfora do bague por causa das manifestações que ocorriam naquele momento. Os movimentos sociais e pesquisadores alertavam para a mortandade de peixes durante a construção.

³¹⁷ O Consórcio MESA era formado por Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda; Construtora Norberto Odebrecht S/A; Andrade Gutierrez Participações S/A; CEMIG Geração e Transmissão S/A; FURNAS Centrais Elétricas S/A; Fundo de Investimentos e Participações – FIP; Amazônia Energia formado pelos bancos Banif e Santander. Disponível em: www.aneel.gov.br. Acesso em: 22 de outubro de 2013.

³¹⁸ O consórcio ENERSUS era composto pelas empresas Suez Energy South América participações Ltda.; Camargo Correa Investimentos em Infraestrutura S/A; Eletrosul – Centrais elétricas S/A; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF. Fonte: Ministério Público do Estado de Rondônia e Procuradoria da República em Rondônia, 2008.

empreendedores, para que diminuíssem o grau dos prejuízos que teriam com as hidrelétricas.

Esta visão oficial congrega distintas alianças e tem como característica evidenciar a confluência das estratégias empresariais com aquela adotada pelo Estado. A construção de hidrelétricas nos rios amazônicos apontam mais uma vez para o avanço sobre uma região que ainda mantém vastas áreas inexploradas pela tecnologia empresarial. A diversidade social não tem a mesma relevância que os negócios, prioridades-chave da aliança entre Estado e empresariado.

6 O DESASTRE ANUNCIADO: A ENCHENTE DO RIO MADEIRA E OS EFEITOS PROVOCADOS A PARTIR DO BARRAMENTO DO RIO

O prenúncio do *desastre* se deu ainda durante os primeiros debates sobre a implantação do “Complexo Madeira”. Para tanto, estudos sedimentológicos apontaram que o projeto era arriscado e que havia questões não aprofundadas e sem resposta a respeito dos efeitos sobre o leito do rio, sua hidrologia e os processos de sedimentação que viriam a se alterar com a construção das duas hidrelétricas. Esses estudos já condenavam a viabilidade do projeto e chamava a atenção para os problemas futuros que afetariam de forma destrutiva a morfologia da *região* (SWITKES, 2008).

A construção de uma represa, e a conseqüente formação de uma barragem, provoca mudanças significativas no curso de água afetado. Processos de deposição de sedimentos e de erosão de margens ocorrerão processos erosivos nas margens e no leito principal, associados a alterações morfológicas do rio que se estendem a uma certa distancia da represa. Todas essas mudanças são resultado do processo de adaptação às modificações causadas pelas obras hidráulicas e à busca de um novo estado de equilíbrio morfológico do rio. Em todos os casos, a barragem tende a perder gradualmente sua capacidade de armazenamento e de geração de energia, no caso de usinas hidrelétricas. Outras mudanças também ocorrerão associadas à sedimentação, em sua maioria negativas do ponto de vista ambiental. (CARPIO, 2008, p. 69)

Especialistas renomados, que podem ser vistos ao longo do texto, reforçaram as razões que contrariavam a insistente proposta dos consórcios, governos e seus especialistas. Mas a gana de uma proposta prioritária para o governo do presente momento dobrou todas as recusas, usou de manobras políticas e legais para fazer com que tal projeto saísse da polêmica que havia se formado e se tornasse real.

As críticas científicas feitas às análises que se mostravam insuficientes sobre as erosões futuras das margens do rio Madeira, principalmente à jusante das barragens, foram combatidas, justificando possíveis favorecimentos com a construção dos reservatórios:

[...] O rio Madeira está atualmente na área estudada, com o processo de sedimentação preponderando sobre o processo erosivo. Destaca-se, ainda, que a sedimentação atual está condicionada, basicamente, nas margens e leito do rio e, muito raramente, na planície, de inundação, uma vez que o rio Madeira apresenta, na sua morfologia, percurso predominantemente retilíneo e vale encaixado’ [citação do EIA]. **Quando ocorrer a implantação dos reservatórios favorecerá ainda mais a deposição dos sedimentos ao longo do curso de montante e favorecerá a erosão à jusante, uma vez que a carga de sedimentos depositada não será transferida para a jusante.**(TUNDISI & MATSUMURA-TUNDISI, In: SWITKES, 2008, p. 70)

No entanto, não foi apenas a morfologia do rio Madeira a ser apontada pelos estudiosos como um dos aspectos mais afetados. Havia o risco de prejuízo à vida de milhares de pessoas e na época em que a sociedade foi alertada, não se tinha noção da dimensão que um possível *desastre* poderia causar até então.

Os estudos científicos e os apelos das famílias atingidas, conhecedoras da dinâmica do rio Madeira e da sua força foram totalmente ignorados. Os governos, suas instituições e os consórcios forjaram diversos mecanismos para que o “Complexo Madeira” se tornasse uma realidade.

Em 2008 recordei quando estava realizando trabalho de campo em Humaitá-AM e naquele período ocorreu a queda de parte da margem de um dos denominados “barrancos”, que se localizava numa das principais áreas do centro da cidade. A queda da margem havia se dado próximo ao Mercado Municipal, na Rua: Marechal Deodoro, que acabou sendo interditada. Lembro que algumas pessoas já comentavam sobre o aumento dos desbarrancamentos ou do fenômeno das “terras caídas”, como é conhecido. Naquela época, já temiam a barragem do rio e a abertura das comportas das duas hidrelétricas.

Nos anos subsequentes, não houve demora para que esse processo se intensificasse, os primeiros efeitos recaíram sobre Porto Velho e as localidades do Baixo Madeira como : “São Carlos, Calama, Brasileira, Nazaré em Rondônia e Humaitá, Manicoré e Borba no Amazonas” e atualmente as localidades do alto Madeira como: Fortaleza do Abunã, Jaci-Paraná, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e o lado boliviano sofrem isolados com a enchente³¹⁹.

Na capital o “bairro Triângulo” foi marcado pelo primeiro grande deslocamento de centenas de famílias que foram surpreendidas com o desbarrancamento da margem do rio Madeira referente ao bairro. As famílias atingidas passaram a lutar por moradias dignas e pela reparação das perdas que tiveram, em consequência do início da operação da usina de Santo Antônio (abertura das comportas). Em 2012 estava coletando informações nos MPs e já havia Inquéritos Civis Públicos – ICP, onde os procuradores cobravam do consórcio SAE providências com relação às famílias atingidas e a situação de suas moradias, destruídas pela operação iniciada naquele ano. A operação afetou brutalmente a margem direita do rio e da mesma forma o bairro onde viviam centenas de famílias. O ICP era baseado em relatórios descritivos de vistoria elaborados pela Coordenação Municipal de Defesa Civil com as famílias atingidas.

³¹⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/02/em-ro-casas-na-comunidade-de-sao-carlos-sao-atingidas?-pela-cheia-do-rio.html>> Acesso em: 19 de abril de 2014.

Após o enchimento do lago da barragem de Santo Antônio, a abertura das comportas, no dia 23 de janeiro de 2012, provocou uma movimentação irregular nas águas do rio Madeira, produzindo socavação e o desbarrancamento de cerca de 7 km à jusante do eixo da barragem, afetando diretamente o “bairro Triângulo”, 5 km à jusante do eixo da barragem (documento SA). Cerca de, 115 moradias foram afetadas pelo processo erosivo e as famílias encaminhadas para hotéis e pousadas na cidade de Porto Velho. Realizamos entrevistas com moradores deslocados e remanescentes foram direcionadas para registrar como era seu modo de vida e quais suas impressões acerca do incidente que levou ao despejo forçado de centenas de pessoas. O Consórcio SAE assumiu parcialmente sua responsabilidade, mas somente após a efetivação de um TAC intermediado pelo MPE.³²⁰

A margem afetada, que corresponde a parte da borda da cidade de Porto Velho, passou a ser cercada por rochas colocadas pelos funcionários do consórcio, na tentativa de controlar a queda dos barrancos. Um indicativo de que a SAE tinha pleno conhecimento do que poderia vir a piorar nos anos seguintes, ao passo que ao longo do rio os desmoronamentos estavam se intensificando.

Mas o que já era esperado aconteceu no início de 2014 e tomou uma proporção incontrolável, que foge as ações governamentais e dos próprios consórcios responsáveis pelas hidrelétricas. A cheia dos rios *Beni* na Bolívia e *Madre Dios* no Peru, rios que têm influencia direta sobre a formação deste rio, que nasce nos Andes e é conhecido em território brasileiro como rio Madeira, surpreendeu a todos. Não há como conter as chuvas e o rio passou a subir repentinamente, uma equação que idealizavam ilusoriamente controlar. A questão é que um rio que possui um grande volume de água e que passou a ser barrado por duas grandes hidrelétricas, iniciou um avanço violento para cumprir seu curso normal, que seria correr em direção ao Rio Amazonas. Mas o obstáculo criado pelos consórcios tem desafiado a natureza do rio e ele tem respondido com toda sua força sobre ambas as barragens que insistem em controlá-lo.

No entanto, imprevisível é a dimensão do que o avanço das águas possa causar, o rio subiu além do limite esperado e conseguiu encontrar formas de ultrapassar as barragens e avançou sobre Porto Velho e as localidades rurais que atualmente sofrem com os fortes banzeiros provocados pelo barramento e que derrubam os barrancos.

Matérias jornalísticas têm denunciado o conflito entre os consórcios ESBR e SAE em controlar a vazão do rio, tanto que foi divulgado recentemente pelo “Valor Econômico”, o pedido encaminhado a Agencia Nacional de Águas – ANA, IBAMA, Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS e Agencia Nacional de Energia Elétrica –

³²⁰ Segundo Luiz Novoa, bairro formado a partir da construção da Ferrovia Madeira Mamoré no século XIX. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2012/06/informativo-Triângulo-as-transformacoes-no-bairro-Triângulo-em-porto-velho/>> Acesso em: 19 de janeiro de 2014.

ANEEL, de esvaziamento do reservatório de Santo Antônio Energia, que contradiz o que estava estabelecido em seu projeto original. A ESBR teme que o acúmulo de água no reservatório de Santo Antônio possa comprometer a estrutura da UHE Jirau³²¹.

No entanto, uma súbita abertura das comportas da hidrelétrica de Santo Antônio pode causar danos maiores do que os que temos visto nos últimos tempos, com dimensão imprevisível. No recente episódio da cheia, o rio Madeira alcançou a cota de 20 cm a cada 24 horas.

Os MPs chegaram a indagar a razão desta elevação desde o fim do ano passado e advertido quanto aos esclarecimentos:

Na última semana, o MPF abriu inquérito civil para investigar três aspectos que envolvem a usina Santo Antônio: descumprimento das condicionantes da licença de operação; a falta de consulta popular sobre a elevação no nível do reservatório da hidrelétrica – aumento da área alagada; e para apurar se os impactos socioambientais foram estimados abaixo do real. Na última semana, o MPF abriu inquérito civil para investigar três aspectos que envolvem a usina Santo Antônio: descumprimento das condicionantes da licença de operação; a falta de consulta popular sobre a elevação no nível do reservatório da hidrelétrica – aumento da área alagada; e para apurar se os impactos socioambientais foram estimados abaixo do real.³²²

Os MPs cobraram explicações públicas sobre o aumento da cota de 70,5m para 71,3 metros, proposto pela Santo Antônio Energia e a realização de audiências públicas com a devida convocação das “comunidades ribeirinhas” e dos povos indígenas da região afetada.

A associação dos efeitos destrutivos, que tem se visto nesta *região*, com a construção das hidrelétricas, tem sido atribuída pela forma como o rio Madeira se comportou desde que sofreu as intervenções em seu curso natural. As mudanças foram se dando desde que o barramento foi realizado, primeiro vieram as perdas da vida aquática, seguida dos fortes banzeiros que se formaram ao longo do rio e do aceleração do fenômeno das “terras caídas”.

Desde então, a partir de averiguações e das denúncias feitas pelos atingidos, em sua constante luta pelo *reconhecimento*, várias ações civis têm sido encaminhadas. A justiça entende que o empreendimento hidrelétrico de responsabilidade do consórcio Santo Antônio Energia, tem produzido danos à vida das famílias atingidas que vivem nas localidades rurais à jusante da barragem de Santo Antônio. Portanto, é de mera

³²¹

Disponível

em:

<<http://www.rondoniagora.com/noticias/usinas+de+jirau+e+santo+antonio+em+novo+conflito+2014-02-10.htm>> 22 de junho de 2014.

³²² Disponível em: <<http://www.rondoniaovivo.com/noticias/elevacao-da-cota-mpf-abre-novainvestigacao-sobre-usina-desantoantonio/111113#.UwDI8YWmYVQ>>. Acesso em: 20/04/2014

responsabilidade dos consórcios arcar com os prejuízos que tem provocado a centenas de famílias que tem perdido suas casas, terras e benfeitorias, bem como perdido suas formas de organização local. Visto isso, instituições do campo jurídico tentam promover a proteção da vida no rio Madeira.

A ação (0011169-44.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento) foi interposta pela empresa Santo Antônio Energia, que buscava impugnar, por agravo, a decisão proferida pelo juiz da 3ª Vara Cível de Porto Velho, determinando a realocação de ribeirinhos e pagamento de salário aos maiores de 18 anos. Para o relator, desembargador Raduan Miguel Filho, a discussão está no aparente conflito entre a necessidade de proteção à vida dos agravados e a busca pela proteção do patrimônio da empresa, assim, não é preciso esforço para concluir que a vida, a segurança do cidadão têm peso maior na solução desse conflito. Não é demais lembrar que, no próprio Termo de Ajustamento de Conduta, incluso aos autos, embora não mais em vigência, está consignado que a UHE Santo Antônio assumiu sua responsabilidade pelo aceleração do processo natural denominado "terras caídas".³²³

Nesta enchente de 2014, agravada pela ação das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, os desbarrancamentos triplicaram e o alerta vermelho foi emitido pela Defesa Civil, o que indica uma enchente de altíssimo risco. Em Porto Velho foram cerca de onze bairros afetados. No Estado de Rondônia cerca de 570 mil pessoas prejudicadas, com cinco municípios em estado de emergência: Porto Velho, Rolim de Moura, Nova Mamoré, Guajará-Mirim e Santa Luzia e várias localidades rurais submersas e isoladas. Na Bolívia o rio Beni transbordou e a cidade de *Guayamerin* está isolada. O presidente Evo Morales acompanhou as ações de ajuda às áreas alagadas³²⁴.

Em Porto Velho as águas alcançaram o “Complexo da EFMM” cartão postal da cidade, onde se encontram os galpões, um pequeno museu, a praça e a arena. As águas tomaram conta de vários lugares, o prédio do TRE e o porto do Cai N’água e vários bairros e residências próximas ao rio. No dia 15 de fevereiro de 2014, a Defesa Civil emitiu um boletim com a atualização do número de famílias afetadas de acordo com o cadastro feito pela instituição. São cerca de 1.203 famílias num total de 6.015 atingidos. Os números reais vão além e devem subir conforme a atualização feita pela Defesa Civil.

Para tomar providências quanto ao estado de calamidade em que se encontram as centenas de atingidos, o poder público, a Defesa Civil, representantes das forças armadas, corpo de bombeiros e o representante da Casa Civil, estiveram reunidos para avaliar a situação e montar um plano estratégico para socorrer as famílias atingidas.

³²³ Disponível em: <<http://www.rondoniaovivo.com/noticias/terras-caidas-justica-mantem-responsabilidade-da-santo-antonio-sobre-ribeirinhos-em-risco/111170#.UwDjtoWmYVQ>>. Acesso em: 20 de abril de 2014.

³²⁴ Disponível em: <<http://www.portalguajara.com/alerta-geral-guayamerin-quase-submersa-e-isolada-rio-beni-transborda-na-bolivia/>>. 22 de junho de 2014.

Foram mobilizados transporte terrestre, aéreo e fluvial para deslocar estas famílias que se encontravam isoladas. Foi providenciado atendimento médico, alimentação e água potável às localidades distantes e aos que estiverem sem recursos na capital.

As escolas, igrejas e lugares já estão servindo de abrigos àqueles que foram deslocados com urgência de suas casas nas áreas afetadas. Campanhas de apoio e arrecadação foram sendo feitas para ajudar na manutenção desses afetados³²⁵. O risco de epidemias foi alto e havia uma corrida para tentar atender os desabrigados.

Algumas vias de acesso ficaram comprometidas, como a que liga Porto Velho a Humaitá pela BR-319. Vias de acesso por Abunã, na BR-364, também estavam inacessíveis e nessas localidades houve falta de combustível e outros provimentos.

A previsão de que até o próximo dia 20, com base em dados do Sipam, a cota do Madeira atinja os 18 metros, um nível bem acima da marca histórica da cheia de 1997, quando registrou 17,55m. “Se atingir essa marca, teremos uma situação crítica, com o fechamento de rodovias, isolamento de comunidades, desabastecimento de combustível e cerca de 2.000 famílias desabrigadas na capital, sem contar nos distritos ao longo do Madeira, além de Nova Mamoré e Guajará-Mirim”, pontuou o coronel Caetano. O coordenador da Defesa Civil Estadual alertou que a primeira medida seria o racionamento do combustível para assegurar o funcionamento da frota pública, o transporte público, veículos da saúde e de transporte de pessoas e de mantimentos e operações de segurança. “Isto é uma projeção, com base nos dados meteorológicos. Não podemos afirmar que essa cota será atingida, mas a certeza que temos é que o Madeira continuará com o volume de águas bem acima do normal”, enfatizou Ana Strava.”³²⁶

O resultado da cheia foi uma situação desastrosa que tem perdurado e extrapolado os limites definidos como área de influencia direta do “Complexo Madeira”. Adiante faço uma breve menção dos acontecimentos que acompanhei no final da escrita da tese, que correspondem até período de abril de 2014. Os efeitos do desastre ultrapassaram o período das chuvas do rio Madeira, que se deu aproximadamente de dezembro a meados de maio de 2014. Às famílias atingidas, restaram as perdas de suas casas, objetos, escombros, abrigos improvisados, doenças, insegurança e uma cena que remonta a situação, quase que eternizada do imprevisto, muito próxima à eterna espera de soluções, vividas pelas vítimas do terremoto no Haiti.

Simultaneamente, as famílias atingidas passaram a tomar uma posição de apoio ao MAB, somando forças e ingressando na luta e *resistência* aos efeitos provocados pelas hidrelétricas. A pressão do MAB sobre os consórcios e o poder público, baseados nas ações tomadas pelos MPs, me parece ter conseguido grande adesão por parte da

³²⁵ Disponível em: <<http://www.rondoniadinamica.com/arquivo/rondonia-defesa-civil-detalha-acao-contra-enchente,65179.shtml>>. Acesso em: 22 de junho de 2014.

³²⁶ Disponível em: <<http://www.rondoniadinamica.com/arquivo/rondonia-defesa-civil-detalha-acao-contra-enchente,65179.shtml>>. Acesso em: 21 de abril de 2014.

população de Porto Velho. Isso remonta a uma possível mudança de opinião quanto ao entendimento de que o *desastre* da cheia do rio Madeira está relacionado à implantação das hidrelétricas. Adiante prossigo com a discussão em torno do que pude acompanhar parcialmente, estando fora do campo de pesquisa e em fase final da escrita da tese.

6.1 A enchente da estação chuvosa de 2014 no rio Madeira – “desastre natural” ou catástrofe produzida?³²⁷

Muito antes da maior enchente da história do rio Madeira ser registrada recentemente, neste inverno de 2014, eu havia acrescentado alguns debates relativos às situações de desastres, decorrentes da ação humana sobre a natureza. De certo modo, já era esperado que com a construção de grandes hidrelétricas em rios de forte caudal, extremamente violentos, como é o caso do rio Madeira, fosse desencadear uma série de problemas ambientais³²⁸.

Para surpresa dos empreendedores, dos governos e da população portovelhense, a resposta do rio veio mais imediatamente do que se supunha. No dia 02 de fevereiro de 2014, dois anos após o completo barramento, o rio Madeira ultrapassou o recorde de 17,52 registrado em 1997, com uma subida estimada em 17,71 metros, segundo a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado de Rondônia. No dia 01 de abril o rio Madeira alcançou 19,69 metros de acordo com a Agência Nacional de Águas – ANA. Em municípios como Humaitá, no Amazonas, o nível das águas chegou a 25,44 metros nesta mesma data, demonstrando números alarmantes, que inclusive resultaram no alagamento das BR-319, BR-230 e a BR-364, isolando por via terrestre, inúmeros municípios e inclusive o Estado do Acre.

De acordo com a Defesa Civil do Estado de Rondônia ao todo, no dia 01 de abril os atingidos totalizavam cerca de 25 mil pessoas, em Rondônia, que se encontravam na condição de desabrigados. Este termo corresponde a uma nova denominação criada para se referir aos agentes sociais que não possuem mais uma residência fixa por conta do alcance das águas. Trata-se de uma designação de características provisórias e circunstanciais, atreladas a uma situação específica. A partir do dia 08 de abril esse número estava se aproximando dos 30 mil, com um número de 29,5 mil afetados³²⁹.

³²⁷ Tratarei como eventos as situações de *desastre e catástrofe* citados ao longo do texto.

³²⁸ Devido à finalização da tese, não pude acompanhar *in loco* a enchente no rio Madeira.

³²⁹ Jornal *Em Tempo*. C6 País. Manaus, 08 de abril de 2014.

Somente em Porto Velho o número de desabrigados, registrado pelas equipes da Defesa Civil Municipal, extrapolava as 5.500 famílias de atingidos. De acordo com o serviço de assistência social da Defesa, há muitos casos de famílias atingidas que se deslocaram de suas casas por conta própria, sem recorrer à Defesa Civil e esse fato dá margem para considerar que o número de afetados é muito maior, superando o total que se tem oficialmente propalado.

Com relação aos municípios e localidades afetadas por esta cheia do rio Madeira, em Rondônia são cerca de nove municípios proclamados em estado de “calamidade pública”, ou seja: “Rolim de Moura, Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Jaru, Pimenta Bueno, Cacoal, Ji-Paraná, Candeias do Jamari e Porto Velho”. Do mesmo modo, dezenas de localidades rurais encontravam-se devastadas. Dentre elas vale citar: São Sebastião, São Carlos, Calama, Brasileira, Nazaré, Jaci-Paraná, Extrema, Mutum, Vista Alegre do Abunã, Ilha Nova, Ilha da Assunção, Ressaca, Firmeza, Fortaleza do Abunã e Abunã.

Em Rondônia os MPs Federal e Estadual têm cobrado dos consórcios responsáveis pelas hidrelétricas a “compensação” e a responsabilidade social pelos danos causados a centenas de famílias atingidas, que ficaram desabrigadas e tiveram perdas materiais e afetivas por conta dos “impactos” provocados pela “cheia”.

Recentemente a Justiça Federal compreendeu que os problemas ambientais provocados, pois esta cheia do rio Madeira se deram a partir da construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, mesmo considerando também que ocorrem a elevação do índice pluviométrico nas nascentes. Para tanto, a Justiça Federal condenou os consórcios SAE e ESBR a arcarem com os prejuízos das famílias afetadas. A condenação se deu a partir de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal no Estado de Rondônia:

Nos autos da Ação Civil Pública nº 2427-33.2014.4.01.4100, movida pelo Ministério Público Federal, OAB/Rondônia, Defensoria Pública da União e do Estado de Rondônia contra as Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio e outros réus, o juízo da quinta vara federal, em decisão liminar, condenou, hoje, 10/03, a Santo Antônio Energia (SAE) e Energia Sustentável do Brasil (ESBR), sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00, a prover todas as necessidades básicas (moradia, alimentação, transporte, educação, saúde, etc) das populações atingidas apenas montante (acima) de cada uma das Usinas pela cheia do rio Madeira às margens dos reservatórios subdimensionados no EIA/RIMA enquanto durar a situação de emergência e até uma decisão definitiva sobre a “compensação”/indenização/realojamento; proteger emergencialmente dos impactos no patrimônio histórico identificado pelo IPHAN e buscar alisar e/ou abrir rotas alternativas às vias interditadas, que serão identificadas pelo órgão de trânsito municipal, DER e/ou DNIT - especialmente a BR-364 - nas proximidades dos reservatórios das Usinas (a montante); refazer o

EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental) considerando todos os impactos decorrentes da vazão/volume histórico do rio Madeira em relação a todos os aspectos mais relevantes, dentre eles: a ictiofauna de todo o rio, o tamanho dos reservatórios a montante (curva de remanso, populações afetadas, estradas alagadas, patrimônio histórico, reservas ambientais afetadas - fauna e flora, cheia dos igarapés, lençóis freáticos e consequências no solo e subsolo) e os reflexos a jusante (desbarrancamentos e movimentação de sedimentos e novas áreas de remanso).³³⁰

No Estado do Amazonas os municípios da calha do rio Madeira têm sofrido com as alagações, como: Humaitá, Apuí, Manicoré, Borba, Nova Olinda do Norte e Novo Aripuanã, somado a municípios das calhas dos rios: Juruá e Purus, que também sofrem com a “enchente” e há especulações em torno da influencia da cheia do rio Madeira sobre esses respectivos rios e também sobre o Baixo Amazonas.

Segundo a Defesa Civil do Amazonas, em Humaitá, primeiro município localizado na fronteira com o Estado de Rondônia e a 207,4 km de Porto Velho, os prejuízos provocados pela cheia levaram cerca de 18 mil pessoas aos abrigos improvisados em escolas públicas no município. As terras indígenas Jiahui, Pirahã e Tenharim também se encontram isoladas pela cheia que alcançou a BR-230, rodovia Transamazônica, fato que deixou o município de Apuí e dezenas de localidades rurais em condições de isolamento.

Com relação aos efeitos sobre as terras do Estado do Amazonas, bem como áreas de floresta, localidades rurais e municípios, algumas providencias e cobranças foram encaminhadas por representantes políticos do estado. O deputado estadual Sidney Leite (PROS) protocolou, no dia 28 de março, junto à Justiça Federal um documento requerendo ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e à direção da Santo Antônio Energia o EIA/RIMA a Licença de Operação – LO, que aponte comprovadamente que o Estado do Amazonas não está “impactado” pelas obras que barram o rio Madeira. Ele também está recorrendo ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM para que realize estudos de “impactos” nas áreas inundadas do Estado do Amazonas³³¹.

Além do exposto o parlamentar solicita que o IBAMA esclareça sobre as providencias a serem tomadas, quando há casos numa obra de grande proporção em que, os “impactos” ultrapassam os limites e “permissões” da LO. O parlamentar critica o fato do consórcio desconsiderar as inundações em terras do Estado do Amazonas, o

³³⁰ Disponível em: <<http://portal.trf1.jus.br/sjro/comunicacao-social/imprensa/noticias/justica-federal-condena-usinas-a-prover-necessidades-dos-desabrigados-da-enchente.htm>>. Acesso em: 22 de junho de 2014.

³³¹ O deputado colocou em pauta essa discussão no Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEMAAM, na Procuradoria Geral do Estado – PGE/AM e Ministério Público do Estado – MPE/AM. (Jornal Em Tempo. Deputado pede suspensão de obras em hidrelétrica. Manaus 19/03/2014)

que refletiria uma distorção nos próprios estudo de viabilidade econômica da obra. Ele reforça em sua fala o seguinte:

O consórcio Santo Antônio, responsável pela obra, utiliza-se de um subterfúgio, a partir de um levantamento altimétrico pegando o decreto do Estado de Rondônia, para definir o limite entre os dois estados. Ou seja, toda área alagada a partir da UHE passa a ser de Rondônia. A lógica adotada é de até onde vão as inundações, ali será Rondônia, ainda que a geografia mostre território amazonense”. (Dep. Estadual Sidney Leite. Manaus, 03 de Abril de 2014. Jornal A Crítica, C4 – Cidades)

Os produtores rurais do Estado do Amazonas também têm calculado os prejuízos que tiveram com as enchentes nas calhas dos rios: Purus, Madeira, Juruá e até o Médio Amazonas, com cerca de 5.694 famílias atingidas localizadas em tais calhas. Considero que pelo menos os prejuízos em três calhas de rios estão sendo associados aos efeitos provocados pelas usinas hidrelétricas no rio Madeira. Atualmente os produtores rurais tentam negociar os prejuízos e o perdão das dívidas num amplo debate com o governo do estado e os demais órgãos competentes. O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM calculou uma perda aproximada de R\$ 136 milhões de reais com a enchente³³².

Na divisa entre os Estado de Rondônia - Acre, municípios e localidades rurais ficaram submersas. Parte da BR-364 que corre em direção ao Acre, ao município de Guajará-Mirim/RO e levam ao lado boliviano em *Guayara Merin* ficaram isolados por conta das águas retidas nessa área. Na tríplice fronteira internacional Brasil-Bolívia e Peru, os rios *Beni-BO* e *Madre Dios-PE* transbordaram por conta do degelo dos Andes.

No entanto, estes rios deveriam correr normalmente como tributários do rio Madeira, mas a construção das hidrelétricas impediu a livre passagem das águas. O fluxo normal do rio Madeira foi interrompido para que seu volume de água e sua força, fossem controlados para a geração de energia e posteriormente proporcionar a distribuição e comercialização dessa produção. A retenção das águas provocou inundações de áreas, nunca antes vistas pela maioria da população nem registradas pelos órgãos oficiais. Na história das cheias do rio não há nada semelhante. Uma situação fora de controle, onde o poder público teve que se articular celeremente para evitar perdas piores.

Os prejuízos foram imensos. Na Bolívia, por exemplo, centenas de localidades foram inundadas. Cabeças de gado e pequenas plantações pertencentes à população das cidades bolivianas, sobretudo, aos *campesinos* foram perdidas. A Bolívia culpa o Brasil

³³² Jornal A Crítica. A9- Economia. Efeitos da Enchente: prejuízo de R\$ 136 milhões. Manaus 08 de abril de 2014.

pelos efeitos sofridos em decorrência da construção das hidrelétricas que afetam toda a região à montante das represas. Efeitos desta ordem que foram ignorados nos EIA/RIMA. Vejamos esse trecho de reportagem do jornal *El país*:

As vozes que pedem ao Governo boliviano que exija uma “compensação” do Brasil aumentam devido à situação de desastre no departamento de Beni, praticamente alagado por causa do refluxo de águas das represas hidrelétricas no rio Madeira e também pelas torrenciais chuvas e o transbordamento dos caudalosos rios da região amazônica, entre janeiro e março.

Organizações ambientalistas como o Foro Boliviano de Meio Ambiente (Fobomade), a Liga de Defesa do Meio Ambiente (Lidema), a Câmara Agropecuária do Oriente, a pesquisadora Sarela Paz, autoridades do Governo de Beni e parlamentares reiteraram nas últimas horas sua encomenda para que o governo reclame a seu homólogo brasileiro pela inundação que afeta sete das oito províncias de Beni, o segundo departamento de maior extensão territorial após Santa Cruz.

Uma falha do Tribunal Ambiental e Agrário da Corte de Justiça de Rondônia, que atribui responsabilidade pelas inundações nesse país às represas hidrelétricas do rio Madeira, que delimita a fronteira no nordeste boliviano, confirmou o critério de um grande número de entidades e cidadãos de que as atuais inundações, as piores na história de Beni, estão muito relacionadas com as represas brasileiras.

O Governo de Beni ressaltou que as perdas preliminares por causa das inundações se aproximam aos 180 milhões de dólares, cálculo que abarca a morte de 250 mil gados e toda a produção agrícola de sete de suas províncias. Quando as águas baixarem será preciso contabilizar o número de casas destruídas pelas águas, as estruturas prejudicadas, a perda de outros animais, além de dar atenção à saúde das 75.000 famílias atingidas.³³³

Os rios nacionais Mamoré e Guaporé também apresentaram uma cheia “fora do normal” e como estes são também rios tributários do rio Madeira, e correm em sua direção, é evidente que sofreram os efeitos da contenção das águas que deveriam seguir rumo ao Baixo Madeira na direção do Rio Amazonas, do qual o Madeira é afluente.

Nas áreas afetadas em Porto Velho, os surtos de doenças infectocontagiosas se alastraram. Há o crescimento de casos de malária, diarreia, dengue, leptospirose e um recente alerta de surto de cólera. As famílias têm sido abrigadas em tendas armadas pelas forças militares como medida de assistência emergencial aos desabrigados. As condições de assistência necessitam ser acompanhadas e os danos e perdas que esses agentes sociais tiveram não foram ainda calculados. Não há nenhuma definição sobre o futuro desses desabrigados, apenas assistência no atual estado de emergência. Este foi o saldo catastrófico de duas grandes obras hidrelétricas na Amazônia, das quais não se tem estimativas quanto aos próximos efeitos. Apenas sabe-se que este é apenas um dos maiores já vistos.

³³³ Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/12/internacional/1394652388_186847.html> Acesso em: 18 d novembro de 2013.

Com o recente *desastre* o que pensar da construção das “grandes obras de infraestrutura” nos rios da Amazônia? Essa é uma das indagações que mais tem sido feitas e especificamente, o caso do denominado projeto “Complexo Madeira”, tem me instigado a refletir sobre pontos de vista que revelam um número diversificado de noções operacionais e categorias de análise que podem contribuir para a compreensão dos processos reais, tornados objeto de reflexão deste trabalho de pesquisa. No que diz respeito aos estudos antes concluídos, algumas pesquisas se propuseram a analisar realidades distintas, ao apresentarem aspectos aproximados àqueles de realidades empíricas observadas e que perpassam pela “ordem natural e social”.

As situações que me chamaram a atenção foram relevantes do ponto de vista da análise que realizei sobre os empreendimentos na região, principalmente no que tange aos efeitos provocados até o momento. Neste caso, a reflexão se concentrou na leitura dos efeitos que recaíram sobre as unidades organizativas de agentes sociais a partir da construção das hidrelétricas do rio Madeira, Jirau e Santo Antônio . Embora julgue relevante considerar que para este estudo, recorri à observação dos fatores políticos, que antecedem à criação do projeto hidrelétrico, enquanto um processo que tem se dado com base nos *atos* do Estado para atender demandas empresariais e que acabam se tornando legítimas, por essa “mão”, como obras imprescindíveis ao crescimento econômico da Amazônia (BOURDIEU, 2012, p. 26)

Ainda neste sentido e tomando como base as análises de Bourdieu (2012) sobre esses *atos* impositivos do Estado, é possível reconhecer que as “instituições oficiais” a partir do poder que dispõem são capazes de promover intervenções de grandes proporções no mundo social, sem mensurar as tragédias que decorrem destas tomadas de decisões.

Isso remonta ao poder de legitimidade concedido pelo Estado aos interventores, no caso os consórcios, e a sua capacidade de implantar de maneira efetiva projetos de grande proporção. Detendo poder, os *atos* passam a ser “desenfreados”, mesmo diante de tantos exemplos de contestações e de *resistência* dos agentes sociais afetados. Seus *atos* vão além do que a sociedade possa esperar frente aos interesses e associações em *jogo*, isso possibilita a reprodução da dominação de tudo o que está a sua volta.

Os *atos* do Estado podem ser observados em sua forma autoritária de tomar decisões, sem maiores consultas, e na forma como articula os arranjos para que seus planos cheguem a ser realizados. Tais *atos* justificam tomadas de controle e classificações, com seus “formalismos jurídicos” e delegações de poder, tudo porque

detém um domínio que lhe é conferido e autorizado pelo consenso da sociedade em reconhecê-lo como legítimo em seus *atos* (BOURDIEU, 2012, p. 26-31). Certamente que os quesitos de participação social na execução destes grandes projetos têm sido negligenciados.

Entendo que no decorrer da relação constituída entre sociedade e Estado, há uma inversão de papéis que se dá no campo das determinações políticas, que estão ligadas as formulações interventivas, que dizem respeito às políticas públicas que deveriam priorizar demandas sociais e que na realidade exprimem muito mais a outra “face do Estado”, ou seja, quem seus *atos* representam.

Nessa relação paira uma nebulosidade, onde se confundem “bens” que outrora seriam públicos e que passam a ser apropriados e passam a ter caráter privado, onde o acesso é restrito por uma ordem legitimada. Mas essa espécie de “passagem” se dá de forma gradual e por ser pouco questionada ou quase que “invisível” é naturalizada pela sociedade.

Em artigo publicado pelo periódico *Le Monde Diplomatique*, Bourdieu (2012, p.03)³³⁴ chama a atenção para essa monopolização do universal, do privilégio que é construído sobre desfrutar e falar em nome do Estado, impedindo que todos tenham o mesmo acesso. Ele formula ainda que há um capital do universal e se sobressai quem consegue destaque na gestão do universal e isso não está dissociado da “constituição de uma categoria de agentes” que tomam para si esse universal.

Uma das estratégias usadas pelo Estado para monopolizar o universal, que está em pauta, se dá ao manter um *capital simbólico* que agrega, sobretudo, o conhecimento. Para tanto, são concentradas as informações, dados e formações, entre outros, recursos que servirão para fundamentar a sua apropriação das coisas e iniciar uma desapropriação em nome da ordem que convém aos seus interesses. Seria de fato, um ordenamento em vários sentidos e âmbitos da vida social, desde as patentes que são concedidas, às posições sociais que são determinadas e a organização espacial de uma “região”.

Nessa direção, através de seus *atos*, o Estado se coloca no topo como grande legitimador. Tudo o que estiver fora de suas regulamentações logo é invalidado/ilegitimado, o que leva a crer que a centralização tornou-se sua maior marca.

Os efeitos vistos recentemente, como a cheia do rio Madeira, os desbarrancamentos e o desencadeamento de situações de isolamento, desabrigo,

³³⁴ BOURDIEU, Pierre. As duas faces do Estado. 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1080>>. Acesso em 12 de outubro de 2013.

doenças e a falta de assistência básica, podem ser vistos como efeitos desses *atos*. Um *desastre* e uma catástrofe como estas provocadas pelas alagações são processos acelerados e bruscos, são caracterizados por abarcar uma ampla dimensão da vida social e chegam a alcançar toda a estrutura social, política e cultural de uma sociedade. Eles podem resultar num desmantelamento inesperado na vida dos agentes sociais que são afetados por um processo abrangente e desestruturante. (OLIVER-SMITH, 1996, p. 303; ALMEIDA & PALMEIRA, 1977)

Nesta abordagem me aproximei de análises que tratam de “fenômenos naturais” considerando que a cheia do rio Madeira não pode ser entendida como um caso atípico da natureza. A cheia do rio Madeira agora se torna um marco “inesperado”, mas anunciado, que atingiu muito além do que os empreendedores e os órgãos governamentais achavam que iriam alcançar.

Com isso, tem provocado inúmeros efeitos sociais e ambientais, equiparando-se a “terremotos, maremotos, tsunamis e furacões”. Todos denominados desastres, que recaem sobre a vida de milhares de pessoas, vitimadas pelo mundo afora.

Apesar dos exemplos citados serem classificados como “fenômenos naturais”, não posso deixar de considerar que atualmente, eles estão associados a alterações climáticas relacionadas diretamente a ação humana sobre o *espaço físico*. No entanto, um discurso, sobretudo, de interesses que defendem setores empresariais, prega que os desastres, que atualmente assistimos em várias partes do mundo, são apenas “fenômenos naturais”, argumento usado para se isentarem de responsabilidades e isso de alguma forma tem causado uma fragilização no que diz respeito aos valores culturais e sociais, maiores prejudicados por esses desastres.

Em Rondônia os consórcios tentam se defender, quanto às responsabilidades cobradas pelo Ministério Público e os movimentos sociais. Constantemente ambos têm emitido várias “notas de esclarecimento” propagadas nos canais de televisão locais e pela internet, na tentativa de se eximir da culpa pelo *desastre* causado nas áreas afetadas³³⁵. Ambas em suas notas dizem “suportar até dez mil anos de cheia”.

Nesse sentido, o debate sobre desastres não se limita apenas ao ponto de vista de entendê-los como fenômenos naturais, pois uma segunda dimensão desta categoria revela um sentido que perpassa pela realidade empírica vista nesta pesquisa. Há casos

³³⁵ Disponível em: <<http://www.gentedeopinia.com.br/opiniaotv/index.php?vid=5095>> e <<http://www.rondoniaovivo.com/noticias/jirau-afirma-que-barragem-suporta-dez-mil-anos-de-cheia-no-rio-madeira/111352#.U0QpZj-AkgI>>. Acesso em: 22 de novembro de 2013.

onde os desastres podem ser previstos ou programados (tragédias anunciadas), que se dão continuamente a partir de um longo processo de intervenções humanas, como foi acima mencionado, fruto de “empreendimentos ou grandes obras”. De acordo com a lógica de interesses em *jogo*, as intervenções vão se estabelecendo e progressivamente passam a envolver os agentes sociais que estão localizados na área afetada.

A partir de uma análise mais cuidadosa, é possível observar que, qualquer que seja a razão que provoque um *desastre*, os efeitos nem sempre são passíveis de controle, pois acabam desencadeando uma série de novas situações.

Refletir sobre o *desastre* remonta a situação de *catástrofe*, que se instaura quando uma situação de tamanha dimensão provoca efeitos sobre a vida de milhares de agentes sociais. Para tanto, me dispus a refletir simultaneamente sobre as categorias *desastre e catástrofe*, que tem sido objeto de copiosa produção intelectual e científica, com a finalidade de fazer observações para a realização de uma análise contrastiva entre semelhantes realidades, onde ambas provocaram distintos efeitos sociais.

Tais categorias surgem como norteadoras de outros desdobramentos conceituais e pelo fato de apresentarem distintos significados no campo científico. Em resumo, são diferentes conceituações que tentam dar conta, a partir do modelo explicativo próprio, de situações que emergem inesperadamente ou de forma programada, que desencadeiam uma série de transformações na ordem das relações sociais, antes prevalecentes numa área até ela ser afetada por um *desastre* de qualquer natureza.

Debruçar-se sobre esses pontos de vista, elaborados sobre os “desastres e catástrofes” tem auxiliado na expansão da análise sobre as situações que remontam ao “sofrimento social e os processos de *deslocamento compulsório* e reconstrução”, nas mudanças sociais e nos problemas ambientais, oriundos da intervenção humana direta e que conseqüentemente passaram a afetar a vida das famílias atingidas.

Para esta abordagem, trago a contribuição de autores do campo antropológico que tem se dedicado aos estudos de “fenômenos naturais e sociais”, constituindo uma relevante produção literária sobre situações de *desastres e catástrofes*.

Estes estudos se dão de longa data, alguns deles desde a década de 70, outros de anos mais recentes e acompanham situações específicas e debates ligados as interpretações relativas a estas duas últimas categorias. A abordagem dessas categorias tem reunido diversas perspectivas e tem estimulado a elaboração de novas análises sobre a diversidade de situações e no que se refere ao entendimento destas e de outras categorias que se apresentam como desdobramentos. Para este trabalho, a intenção é

tomá-las como referência e tentar apresentar algumas perspectivas de diferentes esquemas e autores. Tais estudiosos propõem uma leitura crítica que vai além dos olhares “deterministas/catastrofistas”, para melhor orientar o campo estudado e a relação com outras experiências. (OLIVER-SMITH, 1995; ALMEIDA & PALMEIRA, 1977)

No campo dos eventos e antes mesmo de tomar como exemplo os estudos sobre barragens no Brasil, destaco aqui as situações de desastres, onde são considerados os efeitos que emergem quando estes eventos ocorrem.

Há uma influencia recíproca na relação do homem com a natureza e quando ocorre uma ação destrutiva entre ambos é necessário considerar os “processos históricos, estruturais, econômicos e naturais” que possam ter contribuído para que o evento viesse a acontecer. Deve-se ter em mente que fenômenos “naturais e tecnológicos”, vão além da forma comumente vista por alguns pesquisadores, apenas enquanto um fenômeno natural ou marco causador extremo ou imprevisível que assola uma determinada região. (MATTEDI & BUTZKE, 2001, p. 14-15)

Em se tratando do *desastre* a partir da cheia do rio Madeira há discordâncias entre pesquisadores de distintas instituições, que tem acompanhado o processo destrutivo e que apresentam opiniões divergentes sobre o que tem se estabelecido. De um lado há os que alegam insistentemente que trata-se de um “fenômeno natural” e do outro há os que pensam o *desastre* de forma associativa, defendendo que a cheia tomou a atual dimensão por efeito do barramento do rio Madeira:

Não temos observado influência das usinas, porque elas são a fio d’água, não retêm água. Elas têm um protocolo de nível mínimo e máximo, e têm mantido isso o tempo inteiro. A água que entra, passa”, explica o diretor de Hidrologia e Gestão Territorial do CPRM, Thales Sampaio.

Segundo o diretor da CPRM, o que está causando a cheia no rio Madeira é o excesso de chuvas na Bolívia, onde ficam as cabeceiras do rio.

Choveu acima da média desde outubro na Bolívia, especialmente em janeiro e fevereiro”, diz o diretor. Segundo ele, esta é a maior cheia do rio Madeira dos últimos 47 anos, desde que o nível do rio é medido. “É também a maior cheia de que temos notícia, deve ser de mais de 100 anos.”³³⁶

Aqui separei um trecho da entrevista dada a Carta Capital pelo pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia –INPA, Philip Fearnside:

As duas usinas devem estar contribuindo, de maneiras diferentes, ao agravamento dos impactos da enchente atual. A presença da barragem de Santo Antônio, logo acima de Porto Velho, pode estar aumentando a erosão da orla da cidade. O vertedouro da barragem modificou as correntezas em frente à cidade, jogando mais água contra a orla, como foi demonstrado em

³³⁶ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/cheia-do-madeira-nao-tem-a-ver-com-hidreletricas-diz-cprm.>>. Acesso em: 25 de junho de 2014.

2011-2012 quando cerca de 300 casas foram derrubadas ou condenadas. A velocidade da água neste local também deve ser maior do que no rio natural³³⁷, sendo que toda a liberação da energia está agora concentrada em uma única queda só 7 km acima do centro da cidade.

No caso de Jirau, deve estar contribuindo à inundação na Bolívia no trecho logo acima do final do reservatório propriamente dito em Abunã, na divisa entre Brasil e Bolívia. Os sedimentos amontoados, justamente no início do reservatório em Abunã, devem represar a água rio acima, aumentando a inundação. As afirmações das empresas de que este fenômeno de “remanso superior” não aconteceria no caso de Jirau foram contestadas por mim em um artigo em 2013 na revista *Water Alternatives* (versão em português Disponível em <http://philip.inpa.gov.br>).

A alegação de Jirau de que a usina de Santo Antônio não abaixou o nível do reservatório como planejado quando a vazão começou a subir, se confirmado, indica um forte impacto sobre a população próxima ao lago, inclusive em Jaci Paraná. O mesmo pode aplicar a Jirau, sendo que se o nível do reservatório tivesse sido rebaixado ao máximo para aproximar o rio natural, a inundação teria sido menor, inclusive nos trechos hoje interditados da rodovia BR-364.³³⁸

A incerteza omitida pelos consórcios e denunciada pelos agentes sociais, o MAB, representantes do ministério público, pesquisadores e entidades que apoiam a iniciativa de luta por direitos, fez vir à tona as contradições dos consórcios com relação às responsabilidades pelo *desastre* da cheia do rio Madeira. A pressão social levou com que ambas tivessem que argumentar sobre os efeitos que estavam colocando a região do rio Madeira em estado de calamidade pública. Fato que fez com que ambas revelassem o lado obscuro do descumprimento de procedimentos técnicos que garantiriam o controle das águas e da segurança das barragens. Por isso, os consórcios chegaram a trocar acusações na tentativa de se retirar de qualquer imposição legal de responsabilidades, sobre efeitos oriundos da intervenção dessas obras:

Segundo o diretor-presidente da ESBR, Victor Paranhos, se a SAE seguisse a regra proposta à Agência Nacional de Águas (ANA), em março de 2012, os impactos em Jaci-Paraná e Porto Velho seriam inferiores ao verificado atualmente. Pela proposta, diz ele, a empresa teria de iniciar a redução do nível do reservatório para a cota de 68,5 metros quando a vazão do rio chegasse a 34 mil metros cúbicos por segundo (m³/s). No dia 3 de fevereiro, o reservatório estava na cota de 70,4 metros e a vazão era de 38.315,68 m³/s.

E ainda querem elevar a cota para 71,3 metros. Numa situação como a atual, subir mais um metro deixaria Jaci-Paraná praticamente debaixo d'água", afirma Paranhos. Segundo ele, se isso ocorrer, os impactos observados agora podem ser ainda piores no futuro. Nas últimas semanas, com a pior cheia nos últimos 100 anos, várias cidades de Rondônia ficaram alagadas, milhares de pessoas desabrigadas e o acesso para o Acre foi interrompido por causa das rodovias inundadas.

³³⁷ Grifo meu.

³³⁸ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/cheias-no-rio-madeira-um-desastre-anunciado-7430.html>>. Acesso em: 23 de junho de 2014.

Do outro lado, a Santo Antônio Energia (SAE) publicou comunicado afirmando que o rebaixamento do reservatório de sua usina foi determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) "para evitar que as estruturas provisórias de Jirau - como suas ensecadeiras - fossem afetadas, já que não foram dimensionadas para uma cheia como a que está acontecendo no rio Madeira".

Com o rebaixamento, disse a SAE, faltou uma queda mínima na barragem (diferença entre o nível do rio acima e abaixo da barragem) para o funcionamento das turbinas. Por isso, a hidrelétrica teve de ser desligada no início da semana - até então, 14 máquinas estavam em operação, enviando parte da energia para o Sudeste.

Paranhos, no entanto, tem outra versão. Pelas regras do edital, as turbinas deveriam operar com queda mínima de seis metros. Mas elas só funcionam com queda de nove metros, diz ele. "As minhas turbinas funcionam com quedas bem maiores que as deles. Tem de saber porque isso ocorre." A SAE, formada por Odebrecht, Andrade Gutierrez, Furnas, Cemig e um fundo da Caixa, não respondeu ao pedido de entrevista do Estado.

No início da semana, o presidente da ESBR, cujo principal acionista é a franco-belga GDF Suez, foi a Brasília reforçar a reivindicação feita à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para rever a autorização de aumento da cota de 70,5 para 71,3 metros de Santo Antônio. Mas o pedido foi em vão. A Aneel manteve a decisão anterior, que significa um aumento de cerca de 200 megawatts (MW) médios na usina de Santo Antônio. Agora dependerá do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) permitir ou não o aumento da cota. Mas a briga ainda poderá parar na Justiça.³³⁹

Entre opiniões das mais diversas, recentemente a mais polemica de todas foi a da presidenta Dilma Roussef, que esteve em Porto Velho no dia 15 de março de 2014, para acompanhar as medidas de assistência aos atingidos pela cheia histórica do rio Madeira e para sobrevoar as áreas alagadas. A polêmica da presidenta se deu em torno de seu discurso, na qual deixava claro, a defensiva posição do governo federal com relação aos consórcios SAE e ESBR.

A presidenta reforçou a opinião sobre a falta de controle dos desastres como um “fenômeno natural” que escapa da dimensão de monitoramento dos governos sobre estes eventos inesperados. Sendo que o poderia ser revisto seria a criação de “condições e melhorias para resistir aos desastres”. Para ela cada país tem uma capacidade de enfrentar os desastres naturais. Ela ofertou como solução aos atingidos um leque de assistências que o governo oferece como “política pública”, alguns como o programa “Minha Casa, Minha Vida”; antecipação de fundo de garantia (FGTS) entre outros. A presidenta afirma que essa assistência serviria para que os agentes sociais “não fossem duas vezes atingidos, atingidos pelo *desastre* e pelas consequências do *desastre*”.

Mas apesar da aparente solução, observa-se que tais ações já são informadas como deveres dos governos para melhorar as condições de vida de grande parte das famílias, que se encontram desabrigadas e sem condições materiais de retomar suas

³³⁹ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,usinas-trocam-acusacoes-por-cheia-no-rio-madeira,1135604,0.htm>>. Acesso em: 25 de junho 2014.

vidas, principalmente aqueles que sempre viveram em áreas de risco. Apenas atualmente, com o *desastre* deflagrado é que as ações do Estado passam a conferir ajuda as famílias atingidas, ignoradas em suas mazelas, na cidade de Porto Velho e nas localidades rurais.

Além de anunciar possíveis medidas de assistência às famílias atingidas, a presidenta concluiu que a cheia do rio Madeira nada mais seria que uma excepcionalidade, um “fenômeno natural” causado pela concentração de chuvas na Bolívia. Reafirmando a frase polêmica: “É um absurdo atribuir às duas hidrelétricas a quantidade de água que vem pelo rio”. Ressaltando na sequência que a cheia seria consequência das chuvas da Bolívia: “a Bolívia está acima do Brasil em relação ao nível da água. Nós não temos essa quantidade de água. Nós não temos essa quantidade. Vem da Bolívia. Não é possível ser culpa das usinas”. (PINTO, 2014)

Para tentar explicar o “fenômeno”, a presidenta usou como exemplo a fábula do “Lobo e do cordeiro”: “E eu até uso a fábula do lobo e do cordeiro. O lobo na parte de cima do rio diz ao cordeiro: 'você está sujando minha água'. O cordeiro respondeu: 'não estou, não. Eu estou abaixo de você no rio'”. Fato que livra declaradamente os consórcios da culpa de ter provocado a enchente a partir da construção das usinas.

A tentativa insistente da presidenta em explicar a sociedade o significado da linguagem instrumental da engenharia de hidrelétricas, apenas confirmou a posição de apoio dos governos aos empreendimentos de infraestrutura. Ela ressaltou a relevância da tecnologia desenvolvida, “hidrelétricas fio d’água”³⁴⁰, e a necessidade de ter o controle da água para o crescimento do país. Ela defendeu veementemente as usinas de qualquer associação com efeitos a partir das obras, admitindo ser a cheia apenas um *desastre* natural devido às chuvas da Bolívia que originaram a enchente no rio Madeira.³⁴¹

Retomando a explicação conceitual e contrário ao entendimento da cheia como “fenômeno natural”, tem-se que desastres podem ser pensados a partir de *sistemas ambientais e humanos*, representam a junção de elementos, onde o evento se torna possuidor de uma força fora de controle e é caracterizado por tamanha capacidade destrutiva e pelo seu potencial em devastar a natureza. Ele torna-se capaz de causar graves danos a uma sociedade ou grupos sociais que vivem em áreas ditas “vulneráveis ou áreas de risco”.

³⁴⁰ Seriam aquelas que não tem necessidade de manter estoque de água, não precisam acumular num reservatório. A UHE Belo Monte terá essa tecnologia.

³⁴¹ Ver pronunciamento da Presidenta da República Dilma Roussef. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q6T5qAJt4xY>>. Acesso em: 21 de junho de 2014.

Em resumo: “Desastres ocorrem na interface entre “sociedade, tecnologia e meio ambiente” e são fundamentalmente os resultados das interações destas características”. Observando tais eventos é possível contribuir para a construção de uma **antropologia dos desastres**, do entendimento da relação *homem-ambiente e mudança sociocultural* dos grupos ou sociedades afetadas. Reportar-se a um *desastre* é relacioná-lo a uma dimensão ampla: social, política, econômica e cultural de uma sociedade. (OLIVER-SMITH. 1996. p. 303)

Os desastres possibilitam vários caminhos para a elaboração de novas reflexões e estudos, fato que tem provocado debates sobre os trabalhos de planejamento, prevenção e previsão desses eventos. Ao mesmo tempo em que chamam a atenção para o estado de destruição em que as organizações locais se encontram e no que concerne as dificuldades que os agentes sociais passam a enfrentar no período *pós-desastre*.

Para ilustrar mais de uma situação, tomo como exemplo o caso de um terremoto, que ocorreu no Peru em 31 de maio de 1970, com uma magnitude de 7.8 graus na escala Richter e que provocou a morte de cerca de 80 mil pessoas e deixou aproximadamente 140 mil feridos, fora o número não calculado de desaparecidos. O *desastre* fez com que várias localidades fossem totalmente destruídas, o terremoto chegou a provocar o desprendimento de um bloco de neve do *pico oriental do nevado Huascarán*, que cobriu vários povoados e a cidade de *Yungay*. Este evento foi acompanhado por diversos estudiosos e se tornou um dos marcos para as descrições antropológicas observadas em campo³⁴².

De acordo com Oliver-Smith, aquele desastre pode ser pensado sob muitos aspectos, um deles gira em torno da comoção provocada na população daquele país, naquele momento em torno do resgate dos corpos, do auxílio e da “*reconstrução*” dos povoados afetados. O pós-desastre tornou-se um período de desestabilização da “ordem social” entre aqueles que experimentaram o sentimento de perda total de sua condição de vida.

No entanto, é necessário observar que as perdas obtidas, seja de vidas e bens materiais, estão relacionadas à forma de ocupação de uma área ameaçada. Mas é relevante considerar que essa área teve uma história de ocupação relacionada com o *processo de desestruturação da sociedade andina*. Assim, na medida em que a exploração e a expansão do domínio espanhol avançou sobre a *região* dos Andes e sobre os povos que ali já se encontravam, “novos padrões de assentamento” também

³⁴² Disponível em: <<http://peru.com/2012/05/31/actualidad/nacionales/31-mayo-1970-80-mil-muertos-deja-terremoto-peru-noticia-67131>>. Acesso em: 19 de outubro de 2013.

foram impostos pela “colônia e a república”. Os agentes sociais que ali sofreram com o *desastre* acabaram, de alguma forma, sendo comprimidos a estabelecer-se naquela região, dada a alternativa que tinham para garantirem a própria reprodução social. (OLIVER-SMITH, 1994, p. 02)

Neste estudo, consideraram-se situações políticas e históricas, anteriores ao *desastre*, que contribuíram para dimensionar a condição de vida local, vista como “subdesenvolvida”, de uma área marcada pela extrema pobreza e ausência do Estado. Em outras palavras, os agentes sociais³⁴³ foram direcionados compulsoriamente, devido o processo histórico e conflituoso de uma relação de exploração que se impõe desde o avanço da colonização espanhola.

Os agentes sociais tiveram que constituir seu modo de vida e reproduzir novas condições econômicas nessa região marcada pela sua formação climática e geológica, própria da Cordilheira dos Andes. De acordo com essa reflexão, o processo histórico chega a ser tão nocivo quanto o próprio terremoto, uma vez que a região é naturalmente propensa às mudanças e grandes destruições que combinadas à presença humana, acabam afetando a ordem social local. (HEWITT In: OLIVER-SMITH, 1995, p.13)

De forma comparativa, há um fator que remonta a história já mencionada. Para os povos andinos, a “colonização ou conquista”, representou em si uma situação de *desastre*, semelhante a um terremoto ou fenômeno da mesma proporção, pois os agrupamentos e inúmeros povos foram dizimados pelo avanço europeu sobre suas terras. Portanto, a aproximação desses dois eventos se deu pelo grau da imposição de um poderio sobre a organização do Império Inca, remontando a destruição da estrutura existente.

Com o controle espanhol e tendo subjogado os povos daquela *região*, as estratégias desenvolvidas pelos povos, a respeito do conhecimento da natureza e o desenvolvimento de suas próprias tecnologias, criadas para provê-los em suas necessidades e para sobreviver em áreas perigosas, foram perdidas. Ao mesmo tempo, os espanhóis também ignoraram o conhecimento e a experiência desses povos sobre os rios, as cordilheiras e a ecologia local. E impuseram a formação de novas localidades, onde esses povos ficaram a mercê dos desastres que já ocorriam naturalmente.

Los cambios en los modelos urbanos complicaron el peligro que representaban dichas viviendas para sus habitantes. Los pueblos más

³⁴³ Os povos que vivem e viveram nessa região de extremos eventos naturais, faziam uso de seu conhecimento historicamente construído sobre áreas de risco. E ocupavam as regiões a partir de um controle (conhecimento) dos desastres locais. Era a forma como estes investiam nos cultivos e na criação de estruturas arquitetônicas próprias para sua sobrevivência. Tendo esse domínio, poucos indícios arqueológicos apresentam histórias de massivas mortes como as do terremoto de 1970. (COOK, 1981 In: OLIVER-SMITH, 1994, p.05)

densamente organizados por los españoles, con sus calles angostas y perpendiculares alineadas con viviendas de adobe de uno y dos pisos y techos de cerámica, crearon una situación sumamente peligrosa y vulnerable en una región sísmicamente activa. Calles angostas, muros no amarrados, techos pesados y temblores sísmicos, son una combinación mortal. (OLIVER-SMITH, 1994, p. 09)

O *capital simbólico* adquirido pelos povos andinos sequer foi considerado pelos colonizadores, todo um conhecimento acumulado sobre as remotas regiões, não puderam resistir às restrições espanholas e aos efeitos dos desastres, que já dominavam e na qual não puderam mais evitar. Os espanhóis destruíram modelos de produção agrícola tradicional; fragmentaram as relações de reciprocidade e de cooperação que fomentava a unidade entre os povos pré-colombianos; provocaram mudanças no modelo de organização social; restringiram o acesso às terras férteis; o armazenamento de alimentos e impuseram outro sistema econômico frente aos que existiam.

Permanecer em áreas arriscadas foi o que restou a esses povos, principalmente para que os seus descendentes tivessem a oportunidade de sobreviver em meio ao processo da invasão espanhola, essa alternativa se tornou uma das estratégias para que se mantivessem vivos frente aos intentos da colonização. Neste caso, o *desastre* se deu passo a passo, não tem a característica de um evento natural que irrompe subitamente e ocorre de uma única vez. Ele foi se configurando ao longo do processo de colonização, carregando características de *desastre e catástrofe*. (OLIVER-SMITH, 1994, p. 08-10)

O processo enfrentado depois do evento é marcado por muitas transformações, onde os agentes sociais são obrigados a ter que arrumar forças para começar a organizar uma vida em lugar da que foi destruída. Esse processo é caracterizado por um doloroso contingente de dificuldades a ser enfrentadas, como o principal desdobramento do *desastre* que não obedece uma temporalidade e suas consequências são quase impossíveis de mensurar.

A *catástrofe* surge como parte do processo seguinte ao *desastre*, a consequência destrutiva de grande proporção, o momento de crise. A categoria remonta à compreensão das grandes mudanças provindas do *desastre* como: as perdas organizacionais e de instalações físicas de uma comunidade; os traumas; a interrupção de atividades cotidianas da vida social, provocadora de “estresse individual” e a desorganização do modo de vida dos afetados, se configurando na desestabilização da base organizacional coletiva. Como os desastres também estão relacionados como “eventos materiais”, a *catástrofe* pode sinalizar a mudança de comportamento dos

afetados em relação aos recursos materiais que são viabilizados por diferentes agentes para auxiliar na recuperação da área atingida.

A construção das hidrelétricas remonta a situação de *desastre*, comparável a um tsunami ou mesmo a um processo similar ao da colonização espanhola, exemplificado por Oliver-Smith anteriormente. Mas ao contrário de um evento imediato, que acontece inesperadamente, a construção das hidrelétricas do rio Madeira representa um *desastre* que foi se constituindo, passa a passo, provocando a desestabilização social desde o anúncio de implantação das obras. Esse *desastre* tem servido de base para desencadear outros desastres, resultantes do *desastre-intervenção*, que aqui nomeio apenas para fins de diferenciação.

A constituição da catástrofe que vai se alastrando junto com a situação de *desastre*, seria distinto daquelas características corriqueiras vistas na literatura, que tenta defini-los a partir de um “fenômeno natural” que segue a sequencia linear dos fatos.

De fato a cheia do rio Madeira não é o *desastre* que marca a vida das famílias atingidas, ele é apenas o desdobramento da manobra política de construção de usinas hidrelétricas em um rio ainda em formação. Neste caso, a barragem do rio Madeira é o maior *desastre* ambiental e social que provoca outros desastres por sucessivos fatores que a engenharia não consegue conter.

Seguindo a lógica do debate sobre a catástrofe, quando os recursos materiais estão em *jogo*, em alguns casos, as tensões se acentuam, grupos com diferentes interesses econômicos passam a monitorar o controle da distribuição do “auxílio”. É relevante observar que em tempos de escassez material, principalmente ligados à fome, padrões de desigualdade são reproduzidos por grupos hierarquicamente marcados e uma “estrutura da moral” passa a orientar a distribuição dos recursos. (TORY In: OLIVER-SMITH, 1995, p. 16)³⁴⁴

Uma das categorias que tem se apresentado enquanto desdobramento de um evento e conseqüentemente, têm sido pensada enquanto catástrofe, é a categoria **êxodo**. Ela é trazida para este debate por se aproximar dos mesmos problemas que a literatura antropológica sobre *desastre* e *catástrofe* levanta. Também por se confrontar com a categoria *deslocamento compulsório*, utilizada por mim nesta tese.

Entre os fatores aproximados, se destacam as várias classificações criadas e associadas apenas a fenômenos naturais, ocultando aspectos que podem remeter a inúmeros motivos que provocam a ação denominada.

³⁴⁴ Torry relata que na Índia a diferenciação religiosa (divisão por castas) que normalmente já reproduz a desigualdade, tornou a distribuição de recursos mais tensa. Alguns grupos são privados de receber auxílio.

Como é citado acima, a categoria “êxodo” é atribuída a “processos naturais e irregulares” como calamidades climáticas e as enfermidades. Seu significado seria de forma abreviada, o mesmo atribuído ao “êxodo rural”. O que vem sendo debatido é o fato desta categoria ter conseguido se estabelecer de modo, quase inquestionável. Seu significado é relativo a essa “naturalização” de eventos como as “calamidades e cataclismas” caracterizados pelas transformações inesperadas, que acabam refletindo sobre a vida social, que leva a *ruptura das situações cotidianas*. Tais eventos se manifestam com tal velocidade e possuem uma frequência repetitiva, propiciadoras de alterações no “desenvolvimento das sociedades”. (ALMEIDA & PALMEIRA, 1977, p. 37)

Este último fato acima, da recorrência e conhecimento que as autoridades tem de tais eventos, podem levar a tomada de decisões e possíveis ações de cunho político para auxílio e controle dos acontecimentos.

Entre os diversos aspectos comentados sobre a categoria êxodo, está uma espécie de excesso desenvolvido por estudiosos que se dedicaram a compreender fenômenos de deslocamento, vistos como êxodo. O componente faz parte de um discurso de “tom hiperbólico”, com proporções variantes entre uma grandiosidade ou uma diminuta qualidade que é atribuída aos “fatos naturais”. Mas há aqueles que também indiquem que situações de “guerra ou revolução”, enquanto fenômenos de “ordem social”, também possam ser portadoras de classificações hiperbolizantes e com alcance público. Esse seria o fator que aproxima esses dois fenômenos de ordens distintas, principalmente por constituírem as rupturas que omitem o *cotidiano* (MORTARA In: ALMEIDA & PALMEIRA, 1977).

Na medida em que as duas ordens foram aproximadas, abriu-se um precedente para se pensar a categoria *catástrofe* e conseqüentemente a categoria “crise”, que acabam convergindo em vários pontos na mesma direção das ordens citadas. A categoria *catástrofe* se apresenta de forma mais ampla e pode ser tratada na mesma dimensão das duas ordens mencionadas. Nessa direção é uma categoria transitiva, que perpassa pelas duas relações³⁴⁵.

A categoria crise faz alusão somente à ordem social, onde uma possível “ideia de crise da natureza” não passaria de uma orientação social sobre a natureza. Ambas as

³⁴⁵ Sejam elas “calamidades, cataclismos, guerras ou revoluções”.

categorias, de alguma forma, acabam sempre exprimindo rupturas e elementos qualitativos, de grandiosidade a outros termos.

Nesse campo de lutas entre o significado das categorias é recorrente o fato de haver uma corrida pela sobreposição de uma ordem sobre outra. Mesmo que a ordem natural tente fazer uso da terminologia social, prevalece camuflada a definição determinista dos eventos. (ALMEIDA & PALMEIRA, 1977, p. 39)

O ponto crítico apresentado no debate é colocar os processos sociais no mesmo patamar de fenômenos naturais sem avançar nas proposições explicativas que podem estar relacionadas a questões mais complexas do que se imagina.

A dimensão grandiosa é a que mais se destaca entre as características da categoria “êxodo”, onde sempre novas terminologias são atribuídas e reforçam um arcabouço que se petrifica no campo acadêmico.

No tocante a questão do “êxodo rural” prevalece o hiperbolismo e o sentido negativo do processo em debate. A referência que é mencionada do êxodo enquanto “guerra, cataclismo ou catástrofe” revela o sentido nocivo que tais termos despertam quando mencionados. O termo *catástrofe* consiste no uso das categorias que tenho refletido para esta pesquisa. Ao passo que também, apesar da fatalidade que se coloca, o “êxodo rural” dá margem para várias interpretações instigantes.

Êxodo rural, como evento catastrófico, pode ter se tornado sinônimo de avanço, do “progresso” a ser almejado e acionado por fatores que levaram a este evento. Então de certa forma, ele chegou a ser interpretado como evento “normal e são”. Mesmo sendo provocador de tensões sociais, ele seria “um mal necessário” que contribuiria com o “progresso” com “finalidades de um futuro promissor”.

No sentido religioso, estaria justificado a partir do destino que lhe foi dado, a predestinação por onde a humanidade teria que passar para que fosse possível chegar, a tão conhecida “terra prometida ou paraíso” . A profecia bíblica relata que é preciso passar pela provação e dificuldades para alcançar o paraíso.

Fatores como estes exprimem a naturalidade na qual, muitas vezes o evento é tratado, que seria encarado como algo distante da própria vontade humana. Corresponderia a algo que o ser humano não conseguiria controlar, sendo imprevisível e inevitável, portanto um “fenômeno irreversível”. (ALMEIDA & PALMEIRA, 1977, p. 53)

No entanto, diante de toda *irreversibilidade*, há possibilidades deste fenômeno ser interrompido. Quando a ação de frear o processo se inicia, algumas medidas passam

a ser adotadas para que os efeitos do fenômeno sejam minimizados. É a partir de planos e ações de controle que essa contenção passa a se efetivar. O planejamento tem como objetivo restabelecer a normalidade e o ordenamento da vida social. Mesmo o sentido hiperbólico construído sobre o êxodo perde sua dimensão de grandiosidade a partir dessas medidas para anulá-lo.

O planejamento nada mais é do que o reflexo da conclusão que se tem sobre o fenômeno. Uma forma de evitar que sua continuidade, no caso a saída do campo para a cidade, se transforme numa *catástrofe*. Com isso a intenção seria a de deter a “ordem natural”, para isso proposições são elaboradas para estimular o retorno da cidade para a localidade de saída.

Sabe-se que as ações de contenção ao êxodo rural acabariam partindo do Estado e suas instituições. Este atua criando “medidas de fixação”, que corresponderiam a tentativas para assegurar/manter os agentes sociais em seus lugares. Seguindo a lógica dessas medidas, alguns investimentos podem ser realizados como: incentivos a atividades agrícolas; projetos de colonização; criação de novas possibilidades de trabalho promovidas pelo setor industrial e incentivos ao setor privado.

O contexto dos desastres tem sido alvo de reflexões e também de novas abordagens, fato que leva ao desenvolvimento de inúmeros estudos de casos, abrangendo pontos específicos, a partir da observação dos efeitos decorrentes de cada um desses eventos. Entre os estudos conhecidos resolvi destacar aqueles que mais se relacionam com alguns aspectos observados em campo. Essa aproximação se encontra na forma como estes apontam a constituição do evento, os processos decorrentes deles e como estes afetam e ditam mudanças inimagináveis no espaço social afetado.

Distintos resultados que tem como eixo-base esses eventos vêm sendo acompanhados e explicados a partir da observação das relações entre agentes sociais em suas diferentes posições sociais, envolvidos pela situação catastrófica. De acordo com a lógica dessas relações, são destacados como estes agentes podem se comportar no campo de disputa que se evidencia com o evento. Principalmente quando está envolvida, a criação de políticas de “reestruturação” de áreas afetadas, na medida em que estão em *jogo* “lugares, recursos naturais e materiais”. Neste processo os agentes sociais do rio Madeira tem encampado uma luta incessante pelo *reconhecimento* de seus direitos. Há uma compreensão coletiva de que um dos momentos de luta mais propício para fazer valer suas reivindicações mais latentes é o atual, pois não há mais como o poder público negar a influencia das usinas sobre o regime fluvial do rio Madeira.

O MAB tem organizado em conjunto com as famílias atingidas e seus apoiadores, uma série de manifestações, cobrando das instituições, providencias quanto aos direitos violados por força da implantação das duas usinas na região do rio Madeira. Uma delas se deu na sede do IBAMA em Porto Velho, em 28 de fevereiro de 2014, e contou com a participação de 300 pessoas de diversas localidades como: “Jaci-Paraná”, “Santa Rita”, “Morrinhos”, “Joana Darc”, “São Carlos” e localidades próximas a usina de Samuel. As reivindicações foram:

“O QUE QUEREMOS?”³⁴⁶

- 1- “indenização” pela perda da produção, dos equipamentos domésticos, moradias, moveis e outras máquinas.
- 2- Construção e realocação das obras públicas e comunitárias afetadas pelas águas em lugares seguros.
- 3- Verba de manutenção para todas as famílias atingidas de R\$ 720,00 por pelo menos três meses, até as famílias se restabelecerem.
- 4- Cesta de alimento mensal para todas as famílias atingidas.
- 5- Condições dignas de alojamentos durante o período desalojado.
- 6- Remanejamento em terra firme dos atingidos e comunidades afetadas, com: lotes adequados, casa de alvenaria, água tratada e encanada, energia, acessos, pontes e estradas.
- 7- Infraestruturas coletivas nestes locais, como escolas, creche integral, posto de saúde, centro comunitário, área de lazer;
- 8- Remanejamento de todas as famílias atingidas pelos reservatórios das barragens, em condições digna de moradia para todos.”

No rio Madeira o que tem sido visto atualmente com o *desastre* da cheia é um fortalecimento do movimento de *resistência*. O fato da enchente ter atingido a cidade de Porto Velho, tendo parte do centro da cidade e 12 bairros alagados, fez com que os centenas de pessoas destas localidades e a própria população da capital também reconhecessem o efeito provocado pela construção de usinas hidrelétricas tão próximas, há apenas 7 quilômetros de distancia do primeiro paredão da usina de Santo Antônio .

Mas tal afirmação não se limita apenas ao fato das águas alcançarem a cidade, os bairros, comércios, prédios públicos monumentos históricos como: a estrada de Ferro

³⁴⁶ FONTE: MAB. Protesto na sede do IBAMA em Porto Velho. 28/02/2014.

Madeira Mamoré, os vagões, os galpões, o museu da EFFMM entre outros ³⁴⁷. Foram submersos, inúmeras localidades rurais e distritos de Porto Velho e destaca-se que, a abrangência das águas mexeu com a economia da região, impedindo com que a dinâmica cotidiana de atividades, do trânsito de produtos e de serviços, saísse de sua aparente normalidade.

A literatura antropológica tem conseguido apresentar inúmeras informações e apontar os rumos tomados pelos agentes sociais, quando eventos dessa escala afetam sua organização local, relações, práticas, crenças e tudo que diz respeito à vida social anterior ao evento. No entanto, revela também que um evento dessa magnitude, seja ele de qualquer natureza, configura e justifica uma espécie de “negócio”, atrai interesses políticos e econômicos, sobretudo de grupos interessados. Estes, por sua vez, movimentam variadas estratégias para criar uma constante dependência e controlar a situação conflituosa que se instaura em meio à crise. (RAFFALLI, 2013, p. 04-05)

A respeito dessa aproximação dos grupos interessados no *desastre*, observou-se que o evento tem servido como uma espécie de “escada” para ascensão política que depende de apoio popular para continuamente reproduzirem suas formas de dominação. Ao contrário, como explicar a mudança de orientação de vários políticos em um ano de eleição? Como explicar a preocupação repentina com a cheia e culpar as usinas? Da mesma forma como existem aqueles que adotaram a versão copiosa de que a cheia é fruto de um “fenômeno natural”, como aqueles representantes políticos que acompanhavam a presidenta durante sua passagem por Porto Velho.

Enquanto o contexto de um evento catastrófico é algo confuso e que desestabiliza toda organização política, tenha ela a dimensão social equiparável a de uma sociedade ou uma localidade, há fatores que permeiam profundamente a vida dos afetados. Inicialmente chamo a atenção para aqueles relacionados aos fatores mais particulares, recorrentes em situações desestabilizadoras, que envolvem aspectos como o do “sofrimento” e a intensa “vitimização” dos agentes sociais que passaram por bruscas mudanças resultantes das situações de *desastre* ou de outros eventos. (DUDASIK In: OLIVER-SMITH, 1996; VEENA DAS, 2002, p. 623-626)³⁴⁸

³⁴⁷ Disponível em: <<http://www.institutoipro.org/?p=1233>>. Acesso em: 27 de junho de 2014.

³⁴⁸ Vejamos a criação de uma lista explicativa da classificação em casos de desastres: 1) Vítimas do evento – aqueles afetados fisicamente, que sofreram algum tipo de ferimento/mutilação; 2) Vítimas de contexto – aqueles agentes sociais que ficaram abalados ou traumatizados com o que ocorreu, bem como as condições físicas e socioculturais *pós-impacto* em que se encontraram; 3) Vítimas periféricas – aqueles agentes sociais que não vivem na localidade do ocorrido, mas que sofreram os efeitos a partir de perdas; 4) Vítimas de entrada – trata-se daqueles agentes sociais que chegam de outras localidades ou regiões para realizar algum tipo de atividade na localidade do desastre, seriam os voluntários, agentes de assistência, que acabam sofrendo com as condições físicas do lugar e com as tensões vivenciadas *pós-desastre*. (DUDASIK In: OLIVER-SMITH, 1996, p. 05)

No entanto, é o sentido dessas categorias e os vários usos, dados por quem se encontra neste “campo de disputas”, que apresenta diversos entendimentos. E em meio a gama de diferentes pesquisas foi possível encontrar tais qualitativos, nomeados a partir da compreensão de como os agentes sociais estavam posicionados, seja pela definição elaborada pelos próprios agentes, agências ou Estado.

Em se tratando de quem é afetado e não teve como se proteger, o *agente social* pode ser visto e posicionado enquanto “vítima” do *desastre* ou de alguma intervenção orientada por interesses particulares. Para tanto, há uma disputa conflituosa pela categorização das possíveis vítimas e do sofrimento, onde múltiplos entendimentos tentam se sobrepôr, em busca da determinação de soluções para os problemas que emergem com o evento.

Eventos que geram mudanças violentas no âmbito das relações sociais são responsáveis por provocar uma quebra no cotidiano e uma consternação em torno da perda das referências simbólicas de um grupo. O resultado é o surgimento de um sofrimento, regado a lamentações, quadros de depressão e dor, capazes de produzir diferentes reações entre os agentes sociais.

A construção das usinas representa um fator provocador de desastres, não apenas pelo seu mais recente efeito, das cheias do Madeira, mas pelos de menor proporção que já vinham ocorrendo e outros que vêm sendo alimentados. Perceber a implantação das usinas enquanto desastres também é uma possibilidade de entendimento pelo fato desse tipo situação provocar a desestruturação das unidades organizativas, que sofrem com as transformações profundas de seu modo de vida, principalmente com os deslocamentos compulsórios que tais empreendimentos têm forçado.

Em 2011 quando estive no “assentamento Santa Rita”, conversando com as senhoras Francinete e Manuela, percebi nesta última senhora um estado de inquietação que ela mesma não conseguia discernir. A confusa situação de deslocamento e a reconstituição de sua vida não havia contemplado a satisfação interior que tinha antes na localidade onde vivia (“assentamento Joana Darc”). Ela relatou que tinha sofrido por um conjunto de situações que a preocupavam, sua saúde estava muito frágil, sentia falta da sua antiga casa, de suas plantações e das atividades que realizava. Ela foi acumulando toda frustração sentida em torno da saída da localidade e não conseguia entender porque estava naquele estado. Sua fala resume bem seus pensamentos confusos e inconformados com a vida que estava levando:

Eu creio que eu to na menopausa, eu preciso ir no médico pra saber se eu to, mas eu acho que eu to, eu fico ruim, dor de cabeça, a dor nos ossos, choro. Você pode dizer que se eu sofrer eu vou chorar, me dá uma depressão, eu ando com uma depressão de tudo isso, o tempo atrás, esse negócio que abalou a gente e tinha que mudar. Aí o dinheiro não vem satisfatório pra gente, abala a gente, aí dá a tristeza. Antes eu pegava a moto ia pescar, as coisas que me melhoram...porque a gente não pode mais fazer serviços de plantações, nada porque é isso aí mesmo, então nadinha. Vamos fazer o que? Pescar, aí muitas vezes eu me senti tão triste e eu lembrava tanto da minha mãe, do meu pai e chorava. E quando você tá deprimido, tá estressada, tá magoada, você não tá satisfeito, sessenta por cento, sessenta e cinco ou oitenta por cento do que tá acontecendo não tá satisfeito. Tudo é motivo de abalar você, aí você chora, às vezes as pessoas fala de um jeito e a pessoa pensa que é de outro, já vai tudo, sabe. Outro dia eu peguei o nome de um remédio de uma mulher e ela disse que é bom pra quando você tá assim. Você toma aí você dorme, mas eu tenho medo de tomar certos remédios sem ir no médico. Eu nunca tive problema de pressão, minha pressão um tempo baixou, minha pressão ficou sete por quatro, tão baixa, tão baixa, porque vai abalando tudo o que a gente vai sentindo com esse negócio de FURNAS, hidrelétrica, muda vai pra ali. Você vai receber só esse tanto, num pode mais pedir mais, não adianta, não adianta, não adiantou. (Informação verbal)³⁴⁹

Quando toco na questão das reações, me refiro a possibilidades de anulação da capacidade de reprodução das ações cotidianas, antes praticadas pelas famílias atingidas, em suas unidades organizativas. Da mesma maneira, pode servir de cimento para emergência de uma solidariedade e a elaboração de uma unidade política de luta, caracterizada pela formação de uma militância. Fato que reflete na construção da própria identidade dos atingidos e suas formas de *reconhecimento*. No caso de Manuela que se encontrava em estado muito abalado naquele momento, em que ela havia sido deslocada com sua família para o “assentamento Santa Rita”, apesar das dificuldades enfrentadas, ela não deixava de se envolver nas pautas de reivindicações de sua localidade frente à relação com a SAE. Manuela era militante do MAB e buscava se envolver com as atividades do movimento para auxiliar as demais famílias. Buscava forças nas dificuldades para tentar reconstituir um pouco da vida que tinham antes.

Reafirmando o que já foi posto, os desastres acabam acionando formas de perceber a própria condição. Apesar dos efeitos traumáticos que um *desastre* pode causar, há uma transformação interior, que promove a ascensão de uma identidade política na ordem relacional formada a partir da *catástrofe*. Quando ocorre um *desastre* é possível que haja um engajamento político por parte dos afetados através de suas organizações, motivação para socialização e mobilização imediata. Relata as experiências de Button e Mason que acompanharam a formação de uma militância política que passou a lutar por melhores condições e auxílio, depois do derramamento

³⁴⁹ PEREIRA, Manuela. **Entrevista**. Entrevistador: Glaucia Maria Quintino Baraúna. “assentamento Santa Rita”, RO, 2011. 1 Arquivo. mp3.

de óleo causado pela Exxon-Valdez. Mesmo as relações com o Estado passam por mudanças e o fato é que as relações antes existentes se alteram ou a estrutura das organizações locais se desestabiliza ou se transforma em engajamento político. (OLIVER-SMITH, 1996, p. 05-08)

Trago um exemplo recente das primeiras famílias atingidas, que antes da construção das hidrelétricas do rio Madeira, foram marcadas pela implantação da primeira hidrelétrica em Rondônia. Estou falando das famílias atingidas pela dolorosa experiência da UHE Samuel, na qual não tiveram nenhum tipo de “compensação” pelas perdas e danos obtidos quando viveram o *deslocamento compulsório* de suas localidades, que se tornaram a área ocupada pela ELETRONORTE.

A experiência dessas famílias levou-as ao contato com o MAB e outras entidades que lutavam pelos direitos dos atingidos, na época em que foram surpreendidos pelo referido empreendimento no rio Jamari. Estas famílias tiveram como herança as piores experiências de suas vidas, mas essa passagem acabou deixando um legado de luta que fundou o movimento de *resistência* em Rondônia e que emergiu com mais força com a experiência das usinas no rio Madeira.

A luta das famílias atingidas pela UHE de Samuel sempre esteve somada a recente batalha pelos direitos das famílias que passam pela experiência de lidar com os consórcios SAE e ESBR. E em alguns casos, como apresento em relatos na tese, as famílias chegaram a ser atingidas novamente por essas novas hidrelétricas.

Retomando a questão da emergência de um engajamento político, atualmente, quando os atingidos clamam por justiça, a partir da experiência da cheia do rio Madeira, as famílias atingidas pela UHE de Samuel, ignoradas pelos governos e pela ELETRONORTE durante anos de luta desde a construção da referida hidrelétrica, reafirmaram suas reivindicações e conseguiram uma grande conquista, recente, em meio ao *desastre* da cheia do rio Madeira.

A conquista se deu na mesa de negociação onde estavam os coordenadores do MAB, o governador do Estado e Rondônia, o senhor Confúcio Moura, representantes da: “Secretaria Estadual de Agricultura (SAEGRI), Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRIC), INCRA, Terra Legal, do Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira (CONACOBAM) e lideranças de diferentes comunidades do Alto ao Baixo Madeira.”

A reunião foi pautada na construção de soluções que amenizassem os problemas trazidos pela construção de obras hidrelétricas no Estado. Entraram na lista de solicitações, as questões relativas à cheia do rio Madeira e uma solução para o antigo problema que há cerca de 30 anos não haviam resolvido, que seria a disponibilização de áreas para os atingidos de Samuel.

No dia 08 de abril de 2014, nesta reunião o governo se comprometeu em disponibilizar as terras a estes atingidos. Essa conquista é fruto do engajamento político que nasce dessa experiência vivida nos anos oitenta, ainda nos governos militares. Desde então os demais governos negavam esse direito as famílias prejudicadas. Segundo a assessoria de comunicação do MAB: “o chefe de governo afirmou que “as terras para as famílias de Samuel é um compromisso fechado...”³⁵⁰

Apesar da *catástrofe* instaurada devido a situação de *desastre* da cheia do rio Madeira, são nesses momentos conflituosos que as relações de poder emergem e são facilmente percebidas e confrontadas. Seria o momento da elaboração de uma consciência política, exercício individual que vai de encontro a interesses coletivos capazes de desmontar os arranjos institucionais antes prevalecentes.

O quadro instaurado a partir de um evento desastroso é algo que vai alimentar sentimentos como a dor da perda, ao passo que promove a tomada de consciência do que está sendo vivido. O *sofrimento* cotidiano vai sendo construído e refletido a cada nova situação apresentada e recorrentemente pode ser intensificado, a partir da insatisfação com a elaboração da ação assistencial governista e das agências. Essas ações tratam-se de propostas que visam reestruturar a vida das famílias atingidas. No entanto, quando essas ações não são construídas em conjunto, acrescentando os componentes essenciais para os atingidos, tais propostas podem passar a ser questionadas e recusadas.

Ao mesmo tempo, os atingidos, em seu entendimento, podem ter um posicionamento favorável em aceitar as condições oferecidas, também visando o atendimento de seus interesses, seja coletivo ou individual. Não deixando de observar que posições favoráveis ou não, acabam variando entre os atingidos, isso pode aguçar desentendimentos internos e as decisões passam a ser reflexo do que em determinado momento, a maioria almejava.

Retomando um ponto que já foi mencionado, é relevante refletir que o sofrimento e a dor podem despertar o pensamento crítico sobre os papéis do Estado e

³⁵⁰ Disponível em: <<http://www.MABnacional.org.br/noticia/governo-rondonia-assume-compromisso-com-atingidos>>. Acesso em: 23 de junho de 2014.

suas agências, corroborando para a criação de uma “comunidade política”. As famílias atingidas ao se relacionarem com o “sistema burocrático e jurídico”, se sentindo de alguma forma “vítimas” de descasos e descontentes com a forma como as decisões são tomadas, passam a interpelar e pressionar as instituições do Estado sobre o surgimento de um sofrimento repentino e inexplicável. Esse fato, expressa o *jogo* de forças, onde poder público e os consórcios tentam manter o controle e as famílias atingidas tentam lutar contra o seu poder disciplinador para também garantir suas demandas.

Ambos lutam para que suas definições se sobressaíam e usam mecanismos distintos para controlar o domínio das decisões. Artimanhas são criadas, em alguns casos é possível que haja uma apropriação de situações e discursos. No caso do Estado, é possível que ele possa se apropriar do *sofrimento social*, de modo que as famílias atingidas compreendam e aceitem a assistência segundo suas orientações.

Por outro lado, as famílias podem entender que estarão optando pela melhor resolução, mas em certas ocasiões não conseguem discernir que estão se submetendo a uma nova relação de dependência, vista também como uma forma de violência. Há momentos, frente à pressão feita pelas famílias às instituições do Estado e aos consórcios, que é possível ocorrer o seu *reconhecimento* enquanto “vítimas” e é quando, de fato as responsabilidades são assumidas, as atribuições são dadas aos responsáveis pela assistência e a atuação passa a ser favorável aos interesses dos que estão reivindicando.

Referências ao estresse pós-traumático (*PTSD*)³⁵¹ são recorrentes na literatura antropológica que acompanha a situação de agentes sociais, afetados por algum tipo de evento de dimensão destrutiva. A história desses acontecimentos acaba marcando a vida de agentes sociais que nunca imaginaram passar por uma experiência tão fragilizadora em suas vidas. Tal literatura aponta exemplos nesse nível e cita os desastres americanos como o incêndio *Baldwin Hills* e o terremoto *Whittier Narrows*³⁵². Além destes desastres que provocaram efeitos psicológicos traumatizantes sobre os afetados, se destaca o caso do derramamento de óleo, ocasionado por falha na estrutura interna do navio petroleiro Exxon-Valdez³⁵³.

³⁵¹ *Post-traumatic stress disorder*.

³⁵² Esse terremoto ocorreu em 01 de outubro de 1987, na região da Califórnia com magnitude de 5,9.

³⁵³ Exxon Valdez (atualmente chamado Dong Fang Ocean e anteriormente conhecido também como Exxon Mediterranean, SeaRiver Mediterranean, S/R Mediterranean e Mediterranean) foi um navio petroleiro que ganhou notoriedade em 24 de março de 1989, quando 50.000 m³ a 150.000, cerca de 257.000 barris de petróleo, lançados na Costa do Alasca. Esse desastre causou perdas ambientais irreparáveis. Na Época o navio pertencia a ExxonMobil. <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/desastre-do-exxon-valdez-uma/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2013

Nessa situação o *PTSD* foi citado como um dos mais evidentes casos, sendo prevalente nas mulheres da região e naqueles que foram submetidos à exposição ao derramamento. E embora os danos físicos tenham sido de grande alcance, o vazamento do óleo acabou caracterizando um efeito psicossocial tão marcante quanto ao meio ambiente. (OLIVER-SMITH, 1995, 06-07)

Há outro ponto que chama a atenção nesse aspecto, ainda relacionado a problemas emocionais. No caso do terremoto no Peru em 1970 foi observado que a assistência levada aos afetados acabou acentuando mais ainda o quadro de trauma dos que sofreram os efeitos do *desastre*. Pois os mesmos tiveram sua capacidade de autonomia comprometida, fato que fortaleceu a “síndrome de dependência debilitante”.

Os fatores emocionais acabaram permeando muitas indagações feitas pelos antropólogos. No estudo a respeito do terremoto no Peru, foi possível perceber que numa situação de *desastre*, seria viável se aprofundar no conhecimento do significado das expressões culturais dos afetados. Essa proposta pode ser realizada a partir da investigação do luto e da dor vividas por eles e foi no decorrer dos relatos, de como era a vida antes do *desastre*, que estes atingidos elaboraram suas explicações para o ocorrido. A necessidade de falar e criar “formas culturalmente aceitáveis” de explicação do *desastre*, representou algo que lhes proporcionou uma estabilidade emocional, como se fosse uma espécie de conforto interior. (OLIVER-SMITH, 1995, p. 4-5)

A investigação e a compreensão dos significados depois de um *desastre* faz com que surjam, entre os agentes sociais, muitos problemas existenciais. Os afetados (*disaster-stricken*), se encontram imersos num campo de valores morais e de crenças no qual buscam sempre a razão para o acontecido, a causalidade do fato e a proximidade com o universo do sagrado e profano é um dos campos onde muitos se apegam para obter essa resposta. Compreender o papel dos “mitos e lendas” durante a *catástrofe* se tornou fundamental para o estudo antropológico que visava analisar as mudanças sociais provocadas com o *desastre*. Foi durante a observação de como foram orientados os elementos-chave da religiosidade desses afetados, nesse processo, que houve uma melhor compreensão do que de fato sustentava a identidade individual e cultural.

Muitos são os desafios provocados pelo trauma da perda da localidade e das referências anteriores que orientavam a vida dos agentes sociais. Um evento é capaz de causar uma tão mudança radical, ao ponto de afetar a organização de um grupo, suas ações, seus valores, suas instituições e até o campo da religiosidade e suas crenças que foram abaladas e deixadas de lado por conta da extrema insegurança sentida. Essas

mudanças foram citadas e registradas durante a pesquisa realizada por Oliver-Smith no Peru, depois do terremoto de 1970. (OLIVER-SMITH, 1995, p. 07)

A profunda decepção pela perda e a necessidade de lamentar e chorar e sempre estar em busca de respostas para o ocorrido são características que marcam a vida dos afetados e tem se destacado no campo da antropologia cultural que estuda essas catástrofes. O que isso quer dizer? Oliver-Smith explicou em seus estudos, que tendo as suas casas, suas atividades individuais, “contextos sociais e locais” perdidos, a estrutura de referência cultural tem seu significado abalado. Ele compara a tristeza observada e relatada pelos agentes sociais a um estado de luto por um ente querido perdido. Mas não apenas as perdas individuais abalam, perder espaços públicos que orientam a identidade de um povo, por exemplo, também são constantemente lamentados.

6.2 Reconstrução e Reassentamento

Um outra questão que me chamou a atenção pela proximidade de uma *situação social* vista em campo, é a abordagem sobre o entendimento a respeito do que seria a tão conhecida “reconstrução”, relevante para compreender algo que está em processo em Rondônia e que pode servir como referência aos novos estudos que se dedicarem a acompanhar a etapa de “reconstrução” das localidades e da vida das famílias atingidas pela cheia do rio Madeira. Esta é colocada como uma das prioridades no conjunto de estruturas que deveriam ser erguidas para que uma nova localidade fosse preparada para receber os agentes sociais. O fato é que essa palavra tem se mostrado problemática, tanto para quem pesquisa quanto para os próprios afetados, ela possui sentido político e existencial.

Tal categoria passou a ter uma diversidade de interpretações e com isso vários significados orientados conforme entendimento de quem os propaga. Inúmeras vezes e grupos geralmente tentam explicá-la, contestações surgem numa arena de disputas. Deter o domínio do poder de representação dessa categoria significa orientar os rumos das políticas e a assistência dada aos afetados por algum evento.

No embalo das políticas de reestruturação, surgem discursos que editam um conteúdo do que poderia ser ideal a quem sofre os efeitos. E categorias são lançadas para fazer alusão às políticas de assistência que são direcionadas aos atingidos. Para tanto, é comum encontrar referências a “reconstrução” e “reassentamento” para famílias afetadas por qualquer que seja o fenômeno destrutivo ou um projeto governamental. Um desses vieses se dedica a construir uma reflexão sobre a ação dos planejadores de um

projeto de “realocação”. Oliver-Smith aponta que seria necessário conhecer as estratégias utilizadas nesse processo, ele ainda chama a atenção sobre a escolha do local, que é vital para a construção do “indivíduo e da identidade comunitária”.

Como já foi afirmado anteriormente, eventos como desastres e aqui coloco as grandes obras hidrelétricas, também são capazes de despertar uma “solidariedade política, ativismo e novas agendas, ao passo que vem a tona novas relações de poder”. Muitas vezes é o evento que acaba aproximando o Estado de realidades um tanto distantes de suas prioridades. Nesse caso, toma-se como exemplo o trabalho de Davis , citado por Oliver-Smith, sobre o terremoto no Alasca em 1964, que revela que o Estado passou a ampliar o contato com as “aldeias nativas americanas”. (DAVIS In: OLIVER-SMITH, 1995, p. 09)

Robinson, também citado por Oliver-Smith (1995, p. 09), fez um estudo no México em 1985, após um terremoto, onde constatou a criação de espaços políticos para grupos emergentes que se apropriaram dos principais papéis nas funções de assistência e distribuição de ajuda. Com isso o poder hegemônico local foi questionado, mas depois retomou o controle da assistência e o poder foi recuperado pelo grupo dominante. Casos como esse, devem ser refletidos com muito cuidado.

O estado de *catástrofe*, diferente do acima citado, nem sempre faz com que os agentes sociais, afetados por um *desastre* consigam juntar forças para constituir novas formas de sobrevivência. Um estudo realizado por Doughty no Peru, revela que os efeitos de um desastres podem mudar os rumos da política numa determinada localidade e os processos normais que influenciariam na aquisição de auxílio acabam sendo engessados. Na experiência de Chairetakis, ao observar o processo de “reconstrução e desenvolvimento” após o terremoto ocorrido na região da Campania e Basilicata na Itália, concluiu-se que o *desastre* apenas reforçou os laços de dependência e os interesses políticos e econômicos do partido que estava no poder (democrata-cristão). (CHAIRETAKIS In: OLIVER-SMITH, 1996, p. 310)

Durante o *processo da reconstrução*, esse momento *pós-desastre* onde diferentes agentes e agências como: ONGs, agentes sociais, voluntários e profissionais irão se concentrar em planejar a construção de uma nova localidade para receber os afetados, ocorre mais uma das intensas disputas. É nesse processo que, sobretudo é político e econômico, pode ocorrer inúmeros posicionamentos, chegando a tornar-se uma arena de debates e contestações, capaz de comprometer as “estruturas de poder” e as relações que antecederam o evento.

É conforme o embate visto que uma seleção é realizada entre as famílias atingidas, entre aqueles que receberão uma casa na nova localidade, a remuneração pelas perdas e um certo prestígio com os negociadores que representam as agências responsáveis por setores da construção e de outros investimentos. Então se estabelece uma dinâmica e a disputa por definições sobre como a “reconstrução” poderia ser realizada. Essa mudança envolve a inserção de novos agentes, a criação de oportunidades, mobiliza a *resistência* em setores de auxílio, ao mesmo tempo que limita as possibilidades de autonomia dos afetados, prevalecendo a intensa relação de dependência.

Mas é relevante considerar que esse processo, onde está envolvido todo tipo de ajuda, pode ser marcado por disputas e conflitos pela orientação desses recursos. E na medida em que a providência do auxílio (socorro) pode chegar à área afetada, corre-se o risco do surgimento de desentendimentos e problemas de gerenciamento. Isso pode fazer com que a solidariedade seja abalada e os conflitos passem a se aguçar pela chegada dos recursos materiais que deveriam ser socializados entre as famílias atingidas.

Em meio ao quadro crítico que se instaura a partir dos desastres, um ambiente carregado de emoções se forma. Interesses individuais e antigas divergências vêm à tona aliados a disputa pela distribuição diferenciada de recursos materiais. Contudo, outra característica também se sobressai, se antes uma área caracterizada pela constante escassez era praticamente renegada, naquele instante acaba sofrendo um “boom econômico” de investimentos e se transforma no centro das atenções. A dinâmica da movimentação em torno da “reconstrução” toma conta dos anseios daqueles que se empenham no trabalho de auxílio e dos grupos locais, sejam eles pertencentes a uma militância política de reivindicações (atingidos) ou dos que fazem parte do poder hegemônico nessa área.

Um dos exemplos mais recentes nesse tipo de processo é o caso do terremoto no Haiti, ocorrido em 12 de janeiro de 2010, onde cerca de duzentas e trinta mil pessoas morreram e trezentas mil ficaram feridas e um milhão e trezentas mil ficaram sem teto. Foi o pior *desastre* ocorrido naquele país, como se não bastasse os problemas sociais gerados historicamente por uma dominação instaurada naquele país. O terremoto representou a destruição total da esperança de milhares de pessoas, ao mesmo tempo esse evento mobilizou forças humanitárias em todo mundo. Muitas agências de

financiamento e cooperações foram firmadas para ajudar na “reconstrução” daquele país.

O recurso internacional que foi arrecadado e seria destinado a várias ações naquele país parece que “evaporou” sem explicações. E passado três anos após o *desastre*, a “reconstrução” dá claros sinais de que nem foi iniciada. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), via representante do Haiti, apenas parte da remessa de cinco milhões e trezentos e setenta mil dólares³⁵⁴, tinham sido dirigidos às ações. O restante não havia sido repassado por falta de confiança e segurança nas instituições públicas do Haiti.

Sem a confiança nas instituições locais, as agências internacionais se apoderaram desse processo de “reconstrução”, tornando o cenário de acertos mais conflituoso do que se imaginava. Com a propagação dos investimentos para a “reconstrução” do Haiti, muitos interesses passaram a vigorar e a máxima orientadora era “*Haiti is open for business*”. Então nasceram acordos internacionais entre políticos do Haiti, como Michel Martelly e ex-chefes de Estado, como o ex-presidente norte-americano Bill Clinton, dando origem a Comissão Interina para Reconstrução do Haiti – CIRH.

E com essas aproximações conseguiram criar o Fundo para Reconstrução do Haiti (FRH), consolidando apoios de agências multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, também presentes e apoiadores da criação de grandes obras em todo mundo. Um dos episódios que remonta a situação de corrupção no gerenciamento dos recursos arrecadados para a “reconstrução” ocorreu com o Fundo Clinton-Bush, criado emergencialmente no mesmo mês do *desastre*. Este fundo foi estimado em cerca de cinquenta e quatro milhões de dólares, mas foi interrompido por ordem do presidente Barack Obama, por falta de resultados concretos do investimento.

Em meio aos problemas com o desvio de recursos surgiram às acusações entre o empresariado local e internacional, sobretudo norte-americano que trocava farpas com os haitianos. Mas sabe-se que vários contratos de empresas foram muito mais favoráveis aos norte-americanos do que empresas nacionais daquele país. Muitas irregularidades foram reveladas ao longo desses três anos passados. Serviços que antes nunca foram executados, contratos fantasmas, obras estimadas em valores exorbitantes e uma disputa política pelo governo do país. Enquanto isso, o país segue descoordenado, com

³⁵⁴ Recurso arrecadado na Conferencia de Nova York, no mês de março de 2010. Fonte: Le monde diplomatique, El Dipló 122. Mayo, 2013.

problemas sociais gravíssimos, promessas não cumpridas, sem saúde, educação, moradia e uma violência extrema que se expande nesse quadro de *catástrofe*.

O que se pode pensar a partir de um breve cotejo com a experiência do Haiti é que o *desastre* abriu margem para apontar o quadro catastrófico que já existia naquele país. O terremoto revelou ao mundo os embates políticos em torno das disputas existentes, principalmente pelos recursos financeiros que entraram de forma massiva no Haiti. O que acabou ocorrendo foi à entrada de investimentos que visam, não a “reconstrução”, mas um campo propício aos negócios. Num campo onde a destruição toma conta de tudo, os agentes sociais tentam agarrar-se em qualquer sinal de esperança e submetem-se a todo de tipo de exploração para garantir a sua sobrevivência, pois a esperança da chegada de ajuda para reconstruírem suas vidas lhes escapa pelas mãos no momento e quem detém o poder define os rumos do país.

A “reconstrução” é propagada como alternativa de uma reestruturação de áreas afetadas pelos desastres, mas sua orientação é definida pelo possível grupo que está a sua frente e que acaba determinando seu formato. Isso quer dizer que pode ocorrer que tal processo pudesse atender a um anseio externo de investimento nessas áreas para promoção do “desenvolvimento econômico”. Vale pensar que essa “reconstrução” pode se tornar a propagadora de uma espécie de etiqueta, onde padrões de habitação tem que ser seguidos, o que leva a reforçar as “hierarquias sociais tradicionais”. (RAFFALLI, 2013, p. 24)

O interesse que orienta os estudos antropológicos sobre os eventos está em compreender a capacidade dos agentes sociais em estabelecer-se outra vez, considerando que nem todos os aspectos da vida, antes de um evento serão retomados. Vale lembrar que para isso deve ser analisado como se davam as relações, antes e depois do evento (*pré-desastre e pós-desastre*) com a finalidade de compreender as diversas “respostas sociais” a partir da compreensão dos agentes sociais, da estrutura antes do ocorrido e do que se cria no decorrer da “reconstrução”.

7 CONCLUSÃO

Para que fosse possível analisar conflitos socioambientais deflagrados com mais intensidade a partir da implantação do “Complexo Madeira”, fato que envolve os atingidos e suas formas organizativas confrontando a ação governamental e as estratégias empresariais, julguei necessário apresentar duas perspectivas que perpassam a presente tese. Uma delas sintetizada na primeira parte, que compreende a dois capítulos remete às classificações de uma diversidade de agentes sociais encontrada em campo, e às situações dramáticas que passam a viver as famílias atingidas a partir das medidas inerentes aos deslocamentos compulsórios. A outra parte focaliza inicialmente os atos do Estado e as estratégias empresariais, evidenciando suas conjunções e articulações respectivas.

Inicialmente considerei relevante examinar os usos sociais da categoria “atingido”, que possui variações de entendimento e significado, que passam pela modalidade como os consórcios interpretam esta categoria e o sentido que lhes é dado pelos diferentes agentes sociais. No caso destes agentes sociais, tem-se a formação de uma identidade coletiva e de luta, designada como atingidos, que representa a unidade política dos agentes sociais em torno da *resistência* ao “Complexo Madeira”. Os atingidos se colocam contrários às decisões autoritárias tomadas pelos governos e consórcios, que sobrepõem formas de denominação e territórios cometendo atos, que remetem às violações de direitos básicos das famílias atingidas, mediante os efeitos sociais e ambientais que passaram a sofrer com a implantação das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. É a partir da experiência transformadora das rupturas provocadas com as perdas referênciais de suas atividades elementares, de seus territórios, de suas comunidades e das diversas identidades, que antecedem às hidrelétricas, que emerge uma consciência crítica e comparativa das condições de vida antes e depois das barragens.

Pode-se dizer que os antagonismos traçaram o caminho da luta que orienta a formação de um movimento social, que tem como base uma *resistência*, iniciada com as primeiras experiências de projetos hidrelétricos em Rondônia. As contribuições para essa construção ocorrem no âmbito do coletivo, da reunião de pares que compartilham a mesma situação ou que se aproximam através de indagações e reivindicações semelhantes. Tais experiências de vida e os novos conhecimentos são fundamentais como aspectos que dão sentido à identidade de atingido.

Destaquei como ponto fundamental para a construção da identidade de luta e da *resistência* dos “ribeirinhos, pescadores, assentados, extrativistas, garimpeiros e agricultores” no rio Madeira, a relação das famílias atingidas com os recursos naturais e com suas antigas localidades, que atualmente já não existem por conta da construção das hidrelétricas. Essa relação servia de base para a associação de várias famílias em torno de unidades sociais designadas como: comunidades, “projetos de assentamentos”, “distritos” e “vilas”. Nestas localidades as famílias atingidas depositavam suas expectativas, projetavam suas conquistas, construía seus planos e consolidavam seus modos de vida. As localidades mencionadas ao longo desta pesquisa eram o ponto de referência para a reprodução social das famílias. A formação das localidades em determinadas áreas estava relacionada à confluência de inúmeras trajetórias de vida. Suas atividades eram diversas e também fruto de uma relação de profundo conhecimento do ecossistema e das cachoeiras, praias, floresta, barrancos, leito do rio, dos peixes entre outros. Tal conhecimento e suas afinidades possibilitaram o desenvolvimento de técnicas que facilitavam a realização de suas atividades diárias, fato que contribuía para a formação das identidades encontradas em campo: “pescadores, garimpeiros, agricultores, extrativistas e ribeirinhos”.

No que tange à natureza, o conhecimento sobre o rio, as praias, o regime fluvial, as cachoeiras, a fertilidade do solo, se tornou uma referência para que as famílias desenvolvessem técnicas, criassem instrumentos que ajudassem na execução de atividades que constantemente, como forma de aprendizado eram repassados a gerações nas localidades. Ambos os destaques culminaram na formação das referências e dessas identidades acima mencionadas e relatadas pelos atingidos. Mostrar a relevância dessas relações para os entrevistados aponta mais uma vez para a razão pelo qual eles tem resistido e lutado tanto. É conhecendo um pouco do significado destas relações que se tem a dimensão do que tais referências representam para as famílias atingidas e, conseqüentemente, o entendimento de sua persistência enquanto movimento de luta.

São muitas as polêmicas que se referem ao período de construção das hidrelétricas e ao período pós-obras concluídas. Entre eles destaco questões que julguei relevantes para se pensar as estratégias empresariais, os conflitos sociais e as estratégias de *resistência* dos atingidos. A primeira delas está relacionada à forma como os consórcios executaram os deslocamentos compulsórios das famílias atingidas, a partir de definições próprias, sem de fato atender às reivindicações dos movimentos sociais quanto a este processo.

A segunda questão diz respeito às estratégias de *resistência* das famílias atingidas, quanto às condições em que ocorre o *deslocamento compulsório*. Essa *resistência* apresenta nuances que extrapolam as manifestações reivindicatórias, ela está no cotidiano dos atingidos, como a recusa em aceitar as propostas de “compensação” oferecidas pelos consórcios. Para aqueles que foram deslocados para as chamadas “agrovilas”, as respostas contrárias puderam ser vistas nas alterações feitas nas plantas das casas que receberam e nas novas edificações erguidas nessas localidades, que ousavam reproduzir o retrato das antigas. Em algumas “agrovilas” a *resistência* à proposta de casas fez com que o consórcio SAE adotasse as reivindicações feitas pelas famílias e pelo MAB para a construção dessas casas.

Os deslocamentos compulsórios, de alguma forma, funcionaram como impulso para a formação da consciência da condição de atingidos, levando as famílias atingidas a se reunirem permanentemente e a se organizarem em torno das reivindicações. O *deslocamento compulsório* tem provocado efeitos que tem agravado o estado de muitas pessoas entre os atingidos. Durante o trabalho de campo, era recorrente encontrar pessoas revoltadas, deprimidas e insatisfeitas com as condições de vida a que foram submetidas.

A terceira questão destacada foi o fato do ato de *classificar* dos consórcios empreendedores, aqueles que seriam ou não deslocados para outras áreas, ter feito com que as famílias atingidas que foram excluídas deste processo, começassem a se mobilizar em torno do *reconhecimento* de sua posição. A preocupação dessas famílias passou a ser com a forma como a área de influencia direta foi traçada, principalmente no que tange aos efeitos ambientais que recairiam sobre as localidades do Baixo Madeira. As famílias de áreas próximas às barragens alertavam para os futuros desastres ambientais, que em pouco tempo, acabaram se tornando realidade, levando centenas de famílias a novos deslocamentos compulsórios. Essa situação, que foi marcada pelos desbarrancamentos e pelo *desastre* da cheia do rio Madeira, no inverno de 2014, ocasionou uma pressão sobre os consórcios. As famílias deslocadas passaram a ser reconhecidas juridicamente como atingidas, sofrendo impactos desagregadores que os tornavam “sujeitos de direitos”. Esta é a *situação social* do presente e se refere a um processo em que muitas famílias estão lutando, porque os consórcios tem se negado a reconhecê-las.

Num sentido contrário a estas mobilizações dos atingidos, procedi à análise dos planos de governos que, historicamente projetaram obras hidrelétricas para a Amazônia

e resultaram em trágicas experiências na vida de centenas de atingidos. Esse percurso propiciou a compreensão dos *atos* do Estado na construção dessas hidrelétricas. E foi ao recorrer a tais informações, que se chegou à compreensão da emergência da constituição da *resistência* dos atingidos em Rondônia, a partir do caso da UHE de Samuel e dos projetos hidrelétricos no rio Machado. Apresentar esta *resistência* como emergindo da experiência da implantação da hidrelétrica de Samuel revela a base de formação da consciência de luta pelos direitos violados e do surgimento da identidade política dos atingidos.

Tomo como referência um dos maiores efeitos ambientais e sociais da construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio sobre o rio Madeira, o conhecido *desastre* da cheia de 2014. Este evento inesperado se tornou uma surpresa para as famílias atingidas nesta situação e ao mesmo tempo algo prenunciado por muitos atingidos, profundos conhecedores do rio, e por especialistas de diversas áreas que realizam estudos sobre o ecossistema e o leito do rio Madeira. Estes dois tipos de conhecimento foram marcantes antes do início das obras. Foram às vezes que tentaram alertar a sociedade sobre os efeitos futuros e que questionavam os governos e os consórcios a respeito da viabilidade de tais construções. No entanto, suas opiniões foram ignoradas e o *desastre* se fez em menos tempo do que se esperava.

O que esta análise traz de relevante para a reflexão sobre hidrelétricas no rio Madeira? A *resistência* passou a se intensificar a partir do *desastre*. Uma situação de alerta se instaurou e permanecem os problemas resultantes das duas construções, que passaram a ser apontados como causadores do *desastre* da cheia, que atingiu cerca de 30 mil pessoas no Estado de Rondônia. Tem-se a formação de um novo quadro de atingidos, onde a partir desta situação, mais pessoas passaram a se reconhecer como tais.

A luta contra as violações cometidas ganharam novos adeptos e mesmo as antigas reivindicações, como as dos atingidos pela UHE de Samuel, passaram a entrar na pauta de reivindicações dos atingidos pelas UHEs de Jirau e Santo Antônio. Tendo como norte o MAB, passaram a ser reivindicados inúmeros direitos e os Ministérios Públicos passaram a apoiá-los intensivamente nas ações, que exigiam o *reconhecimento* das famílias atingidas e também cobravam dos consórcios os novos estudos sobre as áreas afetadas. Mesmo essas ações, só puderam ser retomadas devido à pressão popular e de diversas instituições que se posicionaram contrárias às justificativas forjadas pelos consórcios e propagada pelos governos, insistindo que a “cheia do rio Madeira se

tratava apenas de um fenômeno natural”, um fato decorrente das fortes chuvas que caíram sobre o território boliviano.

Em termos gerais, tem-se a elaboração de um amplo planejamento político territorial da “região” e com isso o propósito de delimitar uma área para implantar uma infraestrutura que subsidiará a exploração de recursos naturais na Amazônia. Foi a partir da aliança empresarial e governamental que construções como a das hidrelétricas no rio Madeira foram delineando este planejamento, inaugurando uma seqüência de intervenções capazes de transformar rapidamente a paisagem do Vale do rio Madeira.

As investidas em projetos de infraestrutura foram definidas para todo país, mas em Rondônia, as condições políticas e sociais da região do rio Madeira, carente de diversas ações do Estado, convergiram para abertura de alianças que apenas visavam possibilitar o avanço sobre áreas inexploradas e ocupadas por povos e comunidades tradicionais. Foi neste contexto ideal para os investimentos em infraestrutura, que antigos projetos de construção de infraestrutura energética, acabaram sendo retomados e com isso o plano de construção das duas hidrelétricas no rio Madeira. Fato que aguçou os conflitos sociais na referida *região*.

Essa breve referência auxilia a compreender que o conflito em torno do poder de definir as posições nesta região prevalece e entre os vários planos que possui, o que diz respeito às hidrelétricas se tornou um dos mais dinâmicos e intensos problemas sociais. São os divergentes interesses que provocam as tensões e isto envolve um *jogo* de classificações que foi sendo analisado com um pouco mais de profundidade ao longo da pesquisa.

As classificações locais encontradas no trabalho de campo, aquelas que estão relacionadas às formas próprias elaboradas pelas famílias atingidas, em suas unidades organizativas, tem sido alvos das primeiras intervenções desta dinâmica de tensões sociais. Concomitante a isso, tem-se o mais recente efeito que recai sobre os atingidos, resultado dos atos do Estado para consolidação de obras de infraestrutura, com a construção de Jirau e Santo Antônio, que representam o marco para se iniciar uma série de outras obras hidrelétricas e novas definições de *região* em várias partes da Amazônia.

Diante disso os consórcios empreendedores, devidamente legitimados pelo Estado e suas instituições, a partir de *atos* autorizados tem definido o “destino” de povos e comunidades tradicionais e dos recursos naturais no rio Madeira. Este fato tem provocado uma reação a esses *atos*, implicando numa crescente mobilização de

resistência destes atingidos e numa luta incessante contra as violações cometidas aos direitos, previstos legalmente em decretos e convenções internacionais, como bem foi mencionado na tese.

O caso da implantação das hidrelétricas no rio Madeira, exemplifica a sobreposição de classificações legitimadas pelos *atos* do Estado sobre as formas de pensar e classificar, próprias das famílias atingidas em suas realidades localizadas. Como vimos ao longo desta tese, há um desenfreado avanço de interesses empresariais e governamentais, que tem se estabelecido a cada oportunidade de investimento de cunho econômico. Na história da ocupação do rio Madeira vários interesses emergiram em diferentes períodos com a finalidade de atender alianças e mercados, tentativas feitas de desde a construção da EFMM, passando pela construção de Samuel e dos planos de ocupação do Estado de Rondônia. Destarte, distintos interesses políticos e econômicos, encontraram terreno fértil para a consolidação de projetos de expansão de mercados (terras, energia, mineração, madeira, turismo e outros), tendo como base os planos e programas de governo. A construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio representam a aliança de setores financeiros, construtivos, industriais e políticos que se posicionaram e projetaram o plano inicial de construir a infraestrutura para que fosse possível dar suporte a essa expansão mercadológica.

Assim, como já foi exaustivamente analisado, as transformações sociais promovidas na região do rio Madeira estão relacionadas a “mecanismos econômicos e sociais”. Tais mecanismos visam definir posições a partir do poder conferido pelo Estado a instituições e consórcios que passaram a deliberar sobre a permanência e a existência das famílias atingidas, numa área onde os interesses se voltaram para a construção das hidrelétricas mencionadas. Os atingidos tem se visto numa tensa situação, que tem forçado-os a se inclinar diante de uma força que quer decidir seu destino, desapropriá-los e monopolizá-los. Como efeito dessa tentativa de ordenamento e de dominação emerge um sofrimento social experimentado pelas famílias atingidas pelo “Complexo Madeira”. A análise engendrada sobre os conflitos sociais no rio Madeira buscou compreender as causas sociais que remetem a produção desse sofrimento pelo qual os atingidos tem sido alvo, desde o estabelecimento dessa política que preconiza a construção da infraestrutura energética para subsidiar os interesses empresariais aliados aos interesses políticos de fomentar o “desenvolvimento” econômico e social nessa região da Amazônia.

A questão polemica que permeia o grande plano acima mencionado, é o fato de incidir sobre a diversidade social e os recursos naturais, sem que haja como é de direito uma consulta prévia, de acordo como prega a legislação. Talvez se as lutas sociais e a *resistência* que se constituiu por anos na Amazônia, contra interesses que historicamente vem sendo combatidos na região, não tivessem assegurado alguns direitos e estes não fossem acionados, esses atingidos sequer obteriam novas conquistas. Talvez nem tivessem a oportunidade de retomar a reestruturação de seus modos de vida. No entanto, isso ainda se mostra um grande desafio e em meio a tantas reivindicações, não há como assegurar que os atingidos serão assistidos em todas as suas necessidades. No próprio corpo da tese, aponto depoimentos de atingidos que travam uma constante luta por provar, a todo momento, que são atingidos pelas hidrelétricas.

Em vista da implantação dessas hidrelétricas, todos os prejuízos oriundos de tamanha intervenção realizada no leito do rio Madeira tem expandido a destruição de unidades organizativas, indo além do previsto e forçando com que inúmeras famílias tenham que ser deslocadas compulsoriamente para outras localidades em casas de parentes e conhecidos. Outras famílias têm seguido para a capital viver em imóveis alugados, outras em abrigos improvisados e sem condições de permanência.

Todas essas situações exprimem o poder dos atos do Estado sobre o modo de vida de povos e comunidades tradicionais. Esses atos apontam para um novo desenho da região do rio Madeira. Um mapa com referências distintas do que havia antes das hidrelétricas é o que tem se sobreposto. A intenção é que já não haja mais a diversidade social e sim um caminho livre para a exploração dos recursos naturais. O fator humano se tornou um obstáculo contornável, de acordo com as ações e políticas de governo. O anseio é estabelecer uma espécie de “vocação econômica”, sem ter que lidar com os que ali ocupavam historicamente essa região. Tudo tem se encaminhado para que esse grande projeto político se concretize.

Na tese foram destacados alguns exemplos em que através da análise dos *atos* do Estado foi possível desvelar a face que está por traz dos projetos hidrelétricos erguidos na Amazônia. Por uma razão contrária a tais interesses e das amargas experiências vividas pelas famílias atingidas, uma coisa há de se ter em mente, o acúmulo de situa es que desapontaram, sobretudo, as expectativas de uma economia próspera, que grande parte dessas famílias tinham sobre a proposta de constru o dessas hidrelétricas, já não   vista com bons olhos. Todas as dificuldades enfrentadas, descasos, perdas e exclusões, tem servido de elemento incentivador para a *resistência*. Isso aponta para

uma nova postura mediante as propostas que são colocadas para as famílias atingidas. O que elas tem feito é buscar nas referências de luta consolidadas, como o MAB, um apoio para lutar pelas reivindicações e consolidar a garantia de seus direitos.

Durante o trabalho de campo, em todas as localidades que percorri, percebi através das entrevistas e conversas informais, diversas reações e opiniões críticas quanto à forma como cada passo dado pelos consórcios, havia sido conduzido.

Nas denominadas “agrovilas”, como: “Santa Rita, Vila Teotônio, São Domingos e Nova Mutum”, era praticamente consenso entre os atingidos, fazer críticas à forma como o deslocamento das famílias havia sido conduzido pelas equipes dos consórcios, de suas antigas localidades.

Os entrevistados expressaram indignação quanto às compensações, pelos seus imóveis, suas benfeitorias e pelas suas atividades que não seriam mais realizadas. Sobre as atividades, a falta de alternativas econômicas que realmente atendesse as suas demandas e que estivessem de acordo com o que eles sabiam fazer, não alcançava êxito, principalmente por não terem sido planejadas de forma compartilhada. As casas não corresponderam às expectativas das famílias, havia vários problemas estruturais, assim como a própria localidade que deveria ter serviços básicos funcionando para atender as famílias. Seus gastos com os novos imóveis e serviços fornecidos (iluminação) triplicaram. Os atingidos passaram a contrair dívidas em investimentos feitos nos imóveis e para melhoria de vida. A escolha da localidade, feita pelos consórcios deixava-os prejudicados cada vez mais, pois a terra não era adequada para os cultivos, a pesca era inviável na parte do rio para onde pescadores foram deslocados e havia muitas dificuldades no trânsito nessas “agrovilas”.

Uma dependência havia sido criada, fato que os deixava extremamente revoltados e que ao mesmo tempo, fazia com eles lutassem e exigissem dos consórcios, todo o aparato possível para melhorar as condições de vida nessas “agrovilas”. As cobranças feitas pelos atingidos eram fundamentadas a partir da apropriação que tiveram dos mecanismos jurídicos e que podiam acionar quando necessário. A partir da experiência do deslocamento, muitos dos atingidos passaram a se posicionar com mais fervor nas mesas de negociações com os consórcios. As dificuldades levaram muitas famílias a buscar apoio no MAB e através de outras instituições como os Ministérios Públicos e as associações rurais. Grupos de pesquisa de universidades também foram acionados e remete a uma dinâmica de interações que passa a moldar a *resistência* dos atingidos contra injustiças cometidas, assim como grupos de pesquisa de universidades,

acionados por uma dinâmica de interações que passa a moldar a *resistência* dos atingidos contra injustiças cometidas.

Não apresento conclusões definitivas no que tange a nova vida nas “agrovilas”, pois este é um processo corrente, onde as famílias atingidas ainda tentam enfrentar e resistir cotidianamente às dificuldades, por não se conformarem com as condições em que foram colocadas. No que diz respeito às definições do que seria adequado as suas vidas, estar fora de suas antigas localidades e interromper seu modo de vida, se tornou uma das piores formas de violência simbólica já vividas pelas famílias atingidas. Tento desta forma, resumir o que via nos rostos e falas desesperançosas através dos contatos que realizei. Creio que ser impedido de continuar as suas práticas tradicionais, deixar de ter as suas referências e os laços que construíram, equivale a uma catastrófica herança inesperada.

Nas comunidades como “São Carlos, Brasileira e São Sebastião” e na “Vila de Jirau”, ambas excluídas do *reconhecimento* dos consórcios enquanto localidades atingidas, havia preocupações semelhantes e diversos problemas a serem enfrentados. Nos aspectos imediatos, referentes aos danos ambientais, ambos enfrentaram problemas com a escassez de peixes, casos de contaminação de água e restrições de acesso a áreas de uso dos recursos naturais, essenciais as famílias que viviam nessas comunidades. Uma das questões apontadas na maioria das falas dos entrevistados era com relação aos efeitos ambientais que já sentiam, antes mesmo da deflagração do *desastre* da cheia do rio, a exemplo dos desbarrancamentos. O outro fato era uma eternizada espera de respostas seguras sobre a proximidade das hidrelétricas com relação as suas localidades, pois havia de fato risco de enchente ou outro tipo de problema ambiental que pudesse vir a ocorrer? Essa resposta nunca era definitiva ou os consórcios sempre asseguravam que nenhum *desastre* ocorreria.

Entre as preocupações o que chamou a atenção nas entrevistas foram às especulações provocadas pelos consórcios em torno da incerteza se as famílias dessas comunidades iriam ser deslocadas ou não. Em muitas falas, a ida de funcionários da SAE a essas localidades era mencionada constantemente. Também o fato de não serem consideradas atingidas, apenas porque suas comunidades não alagariam como as demais localidades, que foram definidas pelos consórcios como dentro do limite do alcance das águas do reservatório e do canteiro de obras. Os atingidos dessas comunidades tinham completo discernimento de que os denominados “impactos” extrapolaria a linha imaginária traçada pelos consórcios. E por essa razão deixava-os nas mesmas condições

dos demais e a sua luta era em fazer com que os consórcios assumissem as responsabilidades.

Na “Vila de Jirau” as famílias que ali já estavam estabelecidas acabaram sendo “impactadas” pelo *deslocamento compulsório* das famílias atingidas que viviam em “Nova Mutum” e acabaram reconstruindo suas vidas nesta localidade. E as preocupações giravam em torno da falta de estrutura que a “Vila de Jirau” não dispunha para receber as famílias que foram deslocadas para “Nova Mutum”, por conta dos efeitos provocados pela hidrelétrica de Jirau. Entre as famílias da “Vila de Jirau” pairavam as seguintes questões: Quem assumiria as responsabilidades sobre as famílias atingidas de “Nova Mutum” e que ora se juntavam aos atingidos daquela localidade? Os consórcios ou o poder público? Ampliariam serviços de saúde, educação e segurança?

Em meio a isso, me deparei com casos de atingidos na “Vila de Jirau” que lutavam pelo *reconhecimento* de sua identidade de atingido, com a finalidade de serem incluídos em algum programa de remanejamento ou receber alguma “indenização”. Havia casos, onde o *deslocamento compulsório* foi nefasto, como ocorreu com a senhora Neuzete e o seu irmão, ao se depararem com a destruição, não anunciada, de suas casas na “comunidade Trata Sério”.

Reuni essas breves referências apenas para apontar algumas das razões que levaram os atingidos a resistir às falhas de planejamento do “Complexo Madeira”, a se posicionar contra as omissões dos consórcios Jirau e Santo Antônio e a lutar pela garantia de terem novas oportunidades de reconstruírem suas vidas com a dignidade que tem direito.

Atualmente, pode-se dizer que o momento em que essa *resistência* ficou mais evidente, tem se dado no recente episódio da cheia do rio Madeira. Foi durante as dificuldades vividas que as famílias atingidas, juntamente com o MAB passaram a cobrar do poder público e consórcios, juntamente com os MPs, as responsabilidades sobre a destruição provocada.

O que vemos é uma situação que se encontra numa dinâmica surpreendente, muitas lutas ainda estão por vir e tem sendo organizadas pelo MAB para enfrentar as determinações dos consórcios, que se negam a arcar com as responsabilidades sobre as famílias atingidas, que se encontram em abrigos improvisados e insalubres. O fato é que quanto mais experiências ruins se fizerem presentes na vida desses atingidos, mais a *resistência* tem se fortalecido e marca uma luta que não cessa, pelo contrário, a sede

pela justiça tem fortalecido o movimento contra estes empreendimentos hidrelétricos em Rondônia.

A partir dos fatos levantados pude ter uma ideia preliminar dos efeitos sociais e ambientais que a construção de duas hidrelétricas podem provocar numa *região*. Simultaneamente, através da análise, conhecer o conjunto de interesses que se unem em torno da máquina estatal e estão por traz da política de construção de infraestrutura para a Amazônia. Os efeitos sociais e ambientais estão recaindo sobre a *região* de forma ininterrupta. Os deslocamentos continuarão a se processar, sem que haja de fato um total controle e assistência devida aos povos e comunidades tradicionais atingidos pela construção de obras de infraestrutura.

Segundo a lógica desta dinâmica, e agora com o *desastre*, outra situação se coloca e envolve o papel das instituições do Estado em ações de assistência as famílias atingidas pela cheia. Sendo que essas instituições, num “ato” de obrigação assistencial passaram a mover fundos em prol das famílias atingidas, ao mesmo tempo, parecem ter camuflado a responsabilidade que os consórcios deveriam ter com os cerca de 30 mil atingidos.

O auxílio concedido pelos governos para reconstruir as áreas afetadas e reconstituir a vida das famílias atingidas se tornou uma espécie de novo alvo de interesses. Cabe aos atingidos acompanhar a distribuição e o gerenciamento dos recursos destinados as suas famílias. Pois as posições passam a ser redefinidas com a finalidade de “assistir” as famílias atingidas, sendo que nessa nova mudança de posição, estão aqueles que outrora se mostravam a favor da implantação do “Complexo Madeira” e que atualmente, visando talvez posições políticas de controle, surjam como supostos aliados das famílias atingidas. Aponto que esta recente situação possa ser melhor acompanhada através de novos estudos e que provavelmente trarão novas contribuições sobre a trajetória da *resistência* dos atingidos no rio Madeira.

Tomando-se então, que mesmo diante do intenso quadro de conflito, as famílias atingidas conseguiram encontrar forças para fazer valer a sua luta e resistir a submissão aos *atos* do Estado. A tentativa de uma nova disposição de lugares e de anulação da diversidade de povos e comunidades tradicionais no espaço social enfrenta essa crescente *resistência*. As entrevistas e as conversas, obtidas com os atingidos durante o trabalho de campo, me levam a crer que a situação de sofrimento, que se constituiu com os efeitos provocados a partir da implantação das hidrelétricas, fez com que estes

atingidos elaborassem uma consciência crítica e politizada que levou-os a organizar ações de *resistência* às tentativas que ameaçavam a sua existência.

Constata-se dessa forma que os atingidos lutam contra a sua anulação e requerem o *reconhecimento* da diversidade social na região do rio Madeira. A experiência de campo me levou a perceber através dos relatos dos atingidos, que ambos almejavam melhores condições de vida e esperavam que o poder público e os consórcios pudessem atender essas expectativas. As suas contestações não se tratavam de meras posições contrárias às políticas de infraestrutura, mas contra a forma como essa política é dirigida. O lado que não dispõe do mesmo capital simbólico que os grupos dominantes, se mobilizam em defesa de si. Para tanto, estes atingidos tem recorrido a todos os mecanismos políticos e jurídicos que preveem a defesa de seus direitos, não reagindo apenas de forma passiva quanto aos atos do Estado.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. **Mercado de terras e meio ambiente em áreas de grandes projetos de investimentos – o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**. Est.Soc. e Agric., Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010:158-192.

ADOLPHO, Alvaro. **Plano de valorização econômica da Amazônia**. Parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 73 de 1951. Rio de Janeiro: Senado Federal. Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

ALMEIDA, Alfredo W. B.; PALMEIRA, Moacir G. S. **Projeto Emprego e Mudança Sócio econômica no Nordeste**. 1977. Relatório de Pesquisa - Departamento de Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

_____. **“Terras de Quilombo, “Babaçuais livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundo de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas”**. Manaus: PPGSCA-UFAM/Fundação Ford.Coleção “Tradição e Ordenamento Jurídico”, 2006.

_____. Agroestratégias e Desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo W. B.; CARVALHO, Guilherme (Org.). **O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica**. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório COMOVA/UFPA, 2009. p. 57-105.

_____. **A guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994.

_____. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

BAINES, Stephen. A usina hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Ramos de. **Energia na Amazônia**, Vol.II. Belém: MPEG, UFPA, UNAMAZ, 1996. p. 747-759.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (Org.). **O guru, o iniciador e outras formas variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 25-67.

BARAÚNA, G.M.Q. **Análise das políticas governamentais definidas para a região do rio Madeira e seus efeitos sobre a pesca artesanal**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

BASSEGIO, Luiz; PERDIGÃO, Francinete. **Migrantes Amazônicos - Rondônia: a trajetória da ilusão**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

BASTOS, A.C.T. **O Vale do Amazonas:** a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas. Prefácio de Oscar Tenorio, 3. ed. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1975.

BRASIL. **Parecer Técnico N° 014/2007 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.** Brasília, 21 de março de 2007.

BRASIL. **Plano de Remanejamento. PBA – 4.25.** Programa de Remanejamento das Populações “atingidas”. Diretoria de Meio Ambiente. Energia Sustentável do Brasil. Agosto/2009.

BRASIL. **Plano de Trabalho de Remanejamento da População Atingida.** Atendimento à condicionante 2.40. Item “I” DA LI 621/2009.

BRASIL. **Projeto Básico Ambiental.** AHE Santo Antônio . Seção 22. Programa de Remanejamento da População Atingida. Madeira Energia, Vol. III, 2008.

BRASIL. **DECRETO-LEI N° 1.106 de 16 de junho de 1970.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11106.htm>. Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici.

BRASIL. Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, Gabinete do Ministro. **Relatório Operação Amazônia.** [s.l], 1966.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: _____. (org.). **A Miséria do Mundo.** Tradução de Mateus Azevedo et al. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 160-163.

_____. Compreender. In: _____. (org.). **A Miséria do Mundo.** Tradução de Mateus Azevedo et al. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. A Identidade e a Representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de Região. In: _____. **O poder Simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 107- 132.

_____. Os ritos de institucionalização. In: _____. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer.** Tradução de Sérgio Miceli. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 97-106. (Clássicos, 4)

_____. Sur L'État. Cours Au Collège de France, 1989-1992. Raisons d'agir/Seuil. 2012.

_____. A Identidade e a Representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de Região. In: _____. **O Poder Simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 107- 132.

BOURDIEU, Pierre. **As duas faces do Estado.** 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1080>>. Acesso em 12 de outubro de 2013.

CASTRO, Edna. **Expansão da fronteira, megaprojetos de Infraestrutura e integração sul-americana**. CADERNO CRH, Salvador. v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012.

_____. Integração Sul-Americana do IIRSA: visão do Estado e dos atores da Pan-Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo W. B.; CARVALHO, Guilherme (Orgs.). **O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica**. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório COMOVA/UFPA, 2009. p. 107-141.

CARPIO, Jorge M. Hidrologia e sedimentos. In: _____. **Águas Turvas: alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas**. Editora: São Paulo: International Rivers, 2008.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. In: _____. **A Era da Informação: economia, Sociedade e Cultura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. p. 02 - 04.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Transformações territoriais no Alto rio Madeira: hidrelétricas, tecnificação e (re)organização**. Dissertação (Mestrado em Geologia e Geoquímica) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 19-21.

COSER, Lewis. **Continuities in the study of social conflict**. New York: The Free Press, 1966.

COSTA, Ana Luiza M. **Uma retirada insólita: rio São Francisco – barragem de Sobradinho**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR, 2013.

DAOU, Ana M. L. **Políticas de Estado e organização social camponesa: a barragem de Sobradinho**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1988.

DAS, Veena. **Violence and translation**. *Anthropological Quarterly*, 75 (1): 105-112, 2002.

D'ALMEIDA, Bruna Gonçalves. **Práticas jurídicas de pescadores e extrativistas da várzea amazônica e grandes projetos governamentais: conflitos sócio-ambientais na comunidade de São Carlos, em Rondônia e o Complexo Madeira**. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas, 2008. p. 20-60.

DAVIS, Shelton H. (Org. Antropologia do Direito: estudo comparativo de categorias de dívida e contrato. In: BOHANNAN, Paul. **A categoria “injô” na sociedade TIV***. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Edição de Michael Schröter. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1998.

ESCOBAR, Arturo. El desarrollo sostenible: diálogos de discursos. In: _____. **Ecologia Política**. Cadernos de debate internacional. Barcelona: Icaria, 1990.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. Tradução de Júlio Assis Simões. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FEARNSIDE, Philip M. **A hidrelétrica de Samuel: lições para as políticas de desenvolvimento energético e ambiental na Amazônia**. Manaus: INPA, 2004.

_____. **Social impacts of Brazil's Tucuruí Dam**. (1999). Environmental Management 24(4): 483-495. Doi: 10.1007/s002679900248. Disponível em: <<http://philip.inpa.gov.br>>. Acesso em: 14 de nov. de 2013.

_____. Balbina: Lições trágicas na Amazônia. In: REVISTA Ciência Hoje. v.15, n. 84, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, 2006.

_____. **Classificar - As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humana. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Sobre a arqueologia das Ciências: resposta ao círculo epistemológico. In: _____. **Estruturalismo e teoria da linguagem**. Petrópolis: Vozes, 1971.

FURTADO, Fabrina. Integração financeira da América do Sul. Banco do Sul: mais do mesmo ou oportunidade histórica? In: REVISTA de Economia Heterodoxa, n. 9, Ano VII, 2008.

GARZON, Luis Fernando Nova. É preciso um Anti-PAC. In: REVISTA Contra Corrente. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Jan. de 2009. p.12-13.

GUDYNAS, Eduardo. As instituições financeiras e a integração na América do Sul. In: VERDUM, Ricardo (org.). **Financiamento e Megaprojetos**: uma interpretação da dinâmica regional sulamericana. Brasília: INESC, 2008. p. 27.

GUSFIELD, Joseph R. **Community – a critical response**. New York: Harper & Row Publisher, 1975.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma *situação social* na Zuzulândia moderna. In: _____. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneos-métodos**. São Paulo: Global, 1987, p.227-344.

- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HALL, Anthony L. **Amazônia – desenvolvimento para quem? desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- HIRSCH, Eric; O'HANLON, Michael. **Anthropology of Landscape: Perspectives on Place and Space**. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. In: _____. ESTUDOS Avançados, 16 (45), 2002.
- MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia**. Rio de Janeiro: IPEAMNPES, 1978.
- MARTINS, Cynthia C. **Os deslocamentos como categoria de análise: o garimpo, lugar de se passar; roça, onde se fica e o babaçu nossa poupança**. Manaus: UEA, 2012.
- MATTEDI, Antonio e BUTZKE, Ivani. A relação entre o social e o natural. In: AMBIENTE e Sociedade – Ano IV, n. 9, 2 semestre de 2001.
- MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. Le capital militant. Essai La définition. In: ACTES de La recherche em Science Sociales, Seuil, 2004. n. 155, p. 4-11.
- NOBREGA, Renata da Silva. **Contra as invasões bárbaras, a humanidade: a luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas - SP, 2008. p. 67-90.
- OLIVER-SMITH, Anthony. **Anthrological Research on hazards and disasters**. Annu. Rev. Anthropol. 1996. 25: 303 – 28.
- _____. **Perspectivas antropológicas en la investigación de los desastres**. Revista semestral de la red de estudios sociales en prevencion de desastres en America Latina. Desastres y Sociedad. Julio-Diciembre, 1995. n.5, Año 3. (Especial: La Sequía en el Nordeste del Brasil)
- _____. Peru, 31 de mayo, 1970: quinientos años de desastres. In: DESASTRES y sociedad. Enero-julio 1994. n. 2, año 2. (Especial: Tragedia, Cambio y Desarrollo. Revista Semestral de La Red de estudios sociales en prevencion de desastres em America Latina.)
- OLIVEIRA JR, Antonio. **Energia e Amazônia: subsídios para um enfoque nacional**. 2012. Disponível em: <www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/.../1601/1575>. Acesso em: 18 de novembro de 2013.
- OLIVEIRA, Francisco. **A reconquista da Amazônia**. Novos Estudos. CEBRAP. Março, 1994.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. A fronteira e seus cenários: narrativas e imagens sobre a Amazônia. In: _____. **Projeto Fronteiras étnicas, território e tradição cultural: uma comparação entre o nordeste e a Amazônia.** Convenio FINEP/Museu Nacional. 1987/1990. Estendida até 1994 com apoio do CNPq.

PRITCHARD, E.E. Tempo e Espaço. In: _____. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo Nilota.** Tradução de Ana M. Goldberger Coelho. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. p. 107-150.

PINTO, Lucio F. **Jornal Pessoal – A Agenda Amazônica de Lúcio Flávio Pinto** . n. 557, mar. de 2014. Quinzenal.

_____. **Tucuruí: a barragem da ditadura.** Belém: Edição Jornal Pessoal, set. de 2010.

QUEIROZ, Adriana Renata Sathler de; MOTTA-VEIGA, Marcelo. **Análise dos impactos sociais e à saúde de grandes empreendimentos hidrelétricos: lições para uma gestão energética sustentável / Analysis of the social and health impacts of large hydroelectric plants: lessons for a sustainable energy management.** *Ciência saúde coletiva*;17(6):1387-1398, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a02.pdf>> . Acesso em 03 de outubro de 2013.

RAFFALLI, Céline. **Haiti, despedazado por sus benefactores.** Le Monde Diplomatique. El Diplo 122. mai. 2013, p. 04-05.

REIS, Arthur C.F. **Aspectos Sociais da Valorização da Amazônia.** Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, 1999.

RELATÓRIO Operação Amazônia, 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5727.htm.>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF.>/. Acesso em: 20 de jan. de 2014.

REVISTA FURNAS – Ano XXXVI – N°373 – Março 2010. Disponível em: <<http://www.furnas.com.br/frmPUREvistaFurnas.aspx>>. Acesso em: 19 de agosto de 2013.

SAID. Edward. Resistência e oposição. In: CULTURA e imperialismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 302-431.

SCOTT, James C. **Los dominados y El arte de La resistência.** México: Ediciones Era. 2004.

SCOTT, James. **Formas Cotidianas da Resistência Camponesa.** Tradução de Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Campina Grande. v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo; GARZON, Luís Fernando Novoa; NÓBREGA, Renata da Silva. "RIOS DE RONDÔNIA: jazidas de megawatts e passivo social e ambiental" p. 51- 67. In: BORRERO, Antônio Manuel Valdés; MIGUEL, Vinicius Valentin Raduan (orgs.). **Horizontes Amazônicos: economia e desenvolvimento** . Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

SIMMEL, Georg. **Le Conflit**. Belval: éditions Circé, France, 2003.

SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito. In: _____. **Sociologia**. Tradução de Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo: Ática, 1983.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos**, Comunicação n.09. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1986.

SILVA, José G. C. da. **Hidrelétricas em Rondônia: tempos e conflitos nas águas do Madeira**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2012.

STOLERMAN, Paula. **Nova Mutum: narrativas de mudanças e resistências**. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais, Núcleo de Ciências Humanas, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2012.

SWITKES, Glenn (Org.). Resumo Executivo. In: _____. **Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas**. São Paulo: International Rivers, 2008.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e Sociedade como entidades típico-ideais. In: **COMUNIDADE e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1973, p. 96-116.

TUNDISI, José G.; MATSUMURA-TUNDISI, Takako. Análise insuficiente do impacto de erosão nas margens e à jusante. In: _____. **Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas**. Editora: São Paulo: International Rivers, 2008.

VAINER, Carlos B. O conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa-MG: UFV, 2008, p. 39-63.

VERDUM, Ricardo. Financiamento a megaprojetos: novos desafios. In: **REVISTA Contra Corrente**. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Janeiro de 2009, p. 6-7.

VELHO, Otávio G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de Penetração numa área da Transamazônica**. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

VIANNA JR. Aurélio. **Prisão em Lajeado Pepino: uma ação social contra a barragem de Sobradinho**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2012.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília, DF : Editora da Universidade de Brasília, 1991.

Ficha Catalográfica

B227a Baraúna, Gláucia Maria Quintino

Atingidos por barragens: conflitos socioambientais no Rio
Madeira / Gláucia Maria Quintino Baraúna. –2014.

338 p.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Amazonas, Museu
Amazônico, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social,
2014.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

1. Complexo Madeira – Rio Madeira. 2. Atingidos por
barragens. 3. Deslocamentos compulsórios. I. Almeida, Alfredo
Wagner Berno de. II. Título.

CDU 314(811.1)

CADERNO DE FOTOS

HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO



Figura 1: Hidrelétrica de Santo Antônio. Fonte: <http://www.santoantonioenergia.com.br/>. Acesso em 23/03/2014

HIDRELÉTRICA DE JIRAU



Figura 2: Hidrelétrica de Santo Antônio. Fonte: <http://www.camargocorrea.com.br/grupo-camargo-correa/comunicacao/central-de-midia/fotos/engenharia-e-construcao.html>. Acesso em 23/03/2014.

DESBARRANCAMENTOS



Figura 3: Desbarrancamento em São Carlos. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna



Figura 4: Desbarrancamento em São Carlos. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna



Figura 5: Contenção de rochas sendo colocadas às margens de Porto Velho para evitar o desbarrancamento. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna

AGROVILAS



Figura 6: Casas da Vila Teotônio. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna



Figura 7: Placa com o nome do morador. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna



Figura 8: A foto tirada dentro do ônibus escolar, demonstra a real condição da estrada que dá acesso a Vila Teotônio. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 9: Casa na Vila Teotônio, ao fundo a construção de uma casa de madeira, reproduzindo os formatos que existiam na “comunidade Cachoeira Teotônio”. Trabalho de campo 2012. Foto: Gláucia Baraúna



Figura10: Portal de entrada das agrovilas “Riacho Azul” e “São Domingos”. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna



Figura 11: As novas construções feitas ao redor da casa e a área desmatada. Agrovila São Domingos. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna

ATINGIDOS



Figura 12: Senhor Izaías e a esposa Helena. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna



Figura 13: Senhor Luiz Carlos ao telefone. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna



Figura 14: Dona Neuzete reencontra seu antigo vizinho que morava na Comunidade Trata Sério, agora morador da Agrovila São Domingos. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna



Figura 2: Dona Maria, cunhada de dona Neuzete. Na foto ela está falando do problema da água do poço artesiano. Ao fundo o rio Madeira. Agrovila São Domingos. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna



Figura 16: A foto aponta o que sobrou da casa de dona Neuzete, apenas as colunas da casa de madeira. “Comunidade Trata Sério”. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna



Figura 17: Casa do irmão de dona Neuzete. Os funcionários da SAE derrubaram a casa sem consentimento prévio do proprietário. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 18: Dona Neuzete relatando suas lembranças bem na parte onde seria a porta de entrada de sua casa. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 19: Porto do Cai N'água, Porto Velho - RO. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 20: Algumas casas da Comunidade São Sebastião. Na foto aponto a primeira rua da localidade. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 213: Dona Donata, moradora da “Comunidade São Sebastião”. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna.

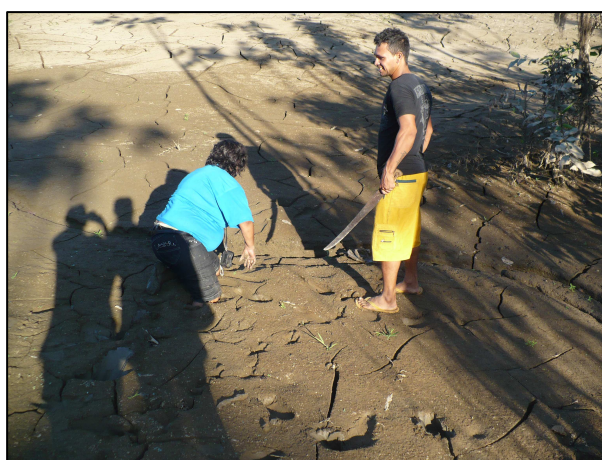


Figura 22: Dona Neuzete atolada na terra ainda encharcada, indo em direção a “comunidade Trata Sério”. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 23: Jantar em família. Do lado esquerdo da foto está o Senhor Artur, ao fundo e próxima a janela a senhora Nilza, ao seu lado de camisa vermelha o jovem Wellington, ao lado do jovem a senhora Francinete e a filha do casal, a menina Jackeline. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 24: Senhor Sebastião, conhecido como “Bolor”. Santa Rita Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 25: Senhora Hercília Abigail. Santa Rita. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 26: Senhora Manuela e senhora Francinete. Santa Rita. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 274: Assembleia do MAB no “assentamento Santa Rita”. Trabalho de campo 2011. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 28: Senhora Maria da Conceição. Vila de Jirau. Trabalho de campo 2012. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 29: Senhor Marcelo da Vila Teotônio desenhando os pontos de pesca e falando sobre a vida antes do deslocamento compulsório. Porto Velho. Trabalho de campo 2012. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 30: Apresentação do croqui da comunidade Cachoeira Teotônio no encontro promovido pela equipe do Núcleo Rondônia do PNCSA com os atingidos. Na foto estão Marciane e Marcelo da Vila Teotônio. Porto Velho. Trabalho de campo 2012. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 31: Atingidos do bairro Triângulo desenhando o croqui durante o encontro promovido pela equipe do Núcleo Rondônia do PNCSA em Porto Velho. Trabalho de campo 2012. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 32: Atingidos de São Carlos apresentando o croqui durante o encontro promovido pela equipe do Núcleo Rondônia do PNCSA em Porto Velho. Trabalho de campo 2012. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 33: Encontro promovido pela equipe do Núcleo Rondônia do PNCSA com os atingidos em Porto Velho. Trabalho de campo 2012. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura34: Senhor Batista e seu amigo da Vila de Jirau. Trabalho de campo 2012. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 355: Senhor Batista apontando algumas gramas de ouro extraídas do rio Madeira. Trabalho de campo 2012. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 36: Novas casas sendo erguidas na Vila de Jirau. Os atingidos saíram da agrovila Nova Mutum para esta localidade. Trabalho de campo 2012. Foto: Gláucia Baraúna.



Figura 37: Estabelecimento comercial na Vila de Jirau. Trabalho de campo 2012. Foto: Gláucia Baraúna.

CROQUIS

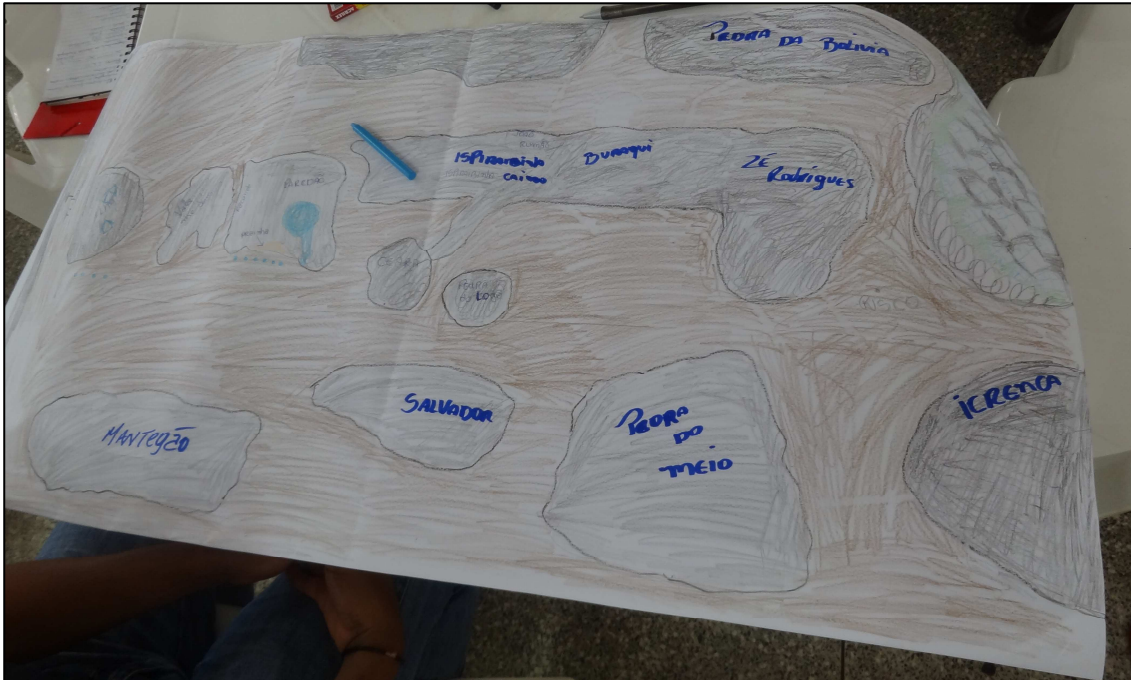


Figura 38: Croqui dos pontos de pesca da Cachoeira Teotônio. Trabalho de campo 2012. Foto: Gláucia Baraúna.

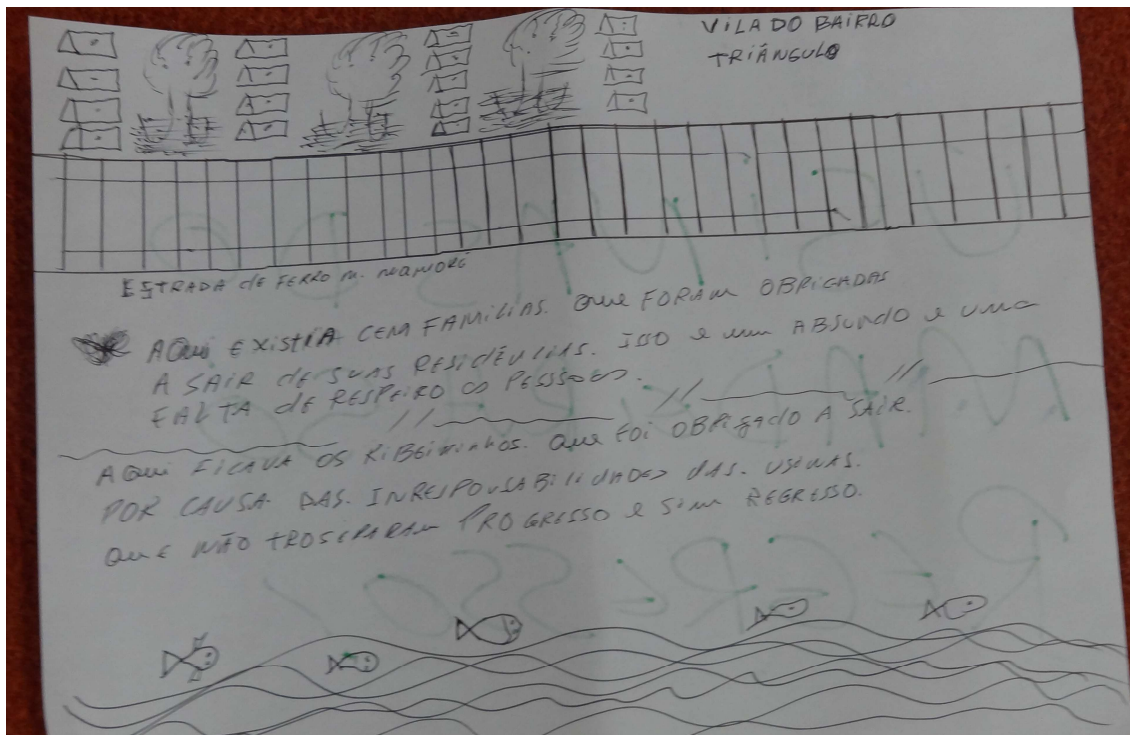


Figura 39: Croqui do bairro Triângulo. Trabalho de campo 2012. Foto: Gláucia Baraúna.

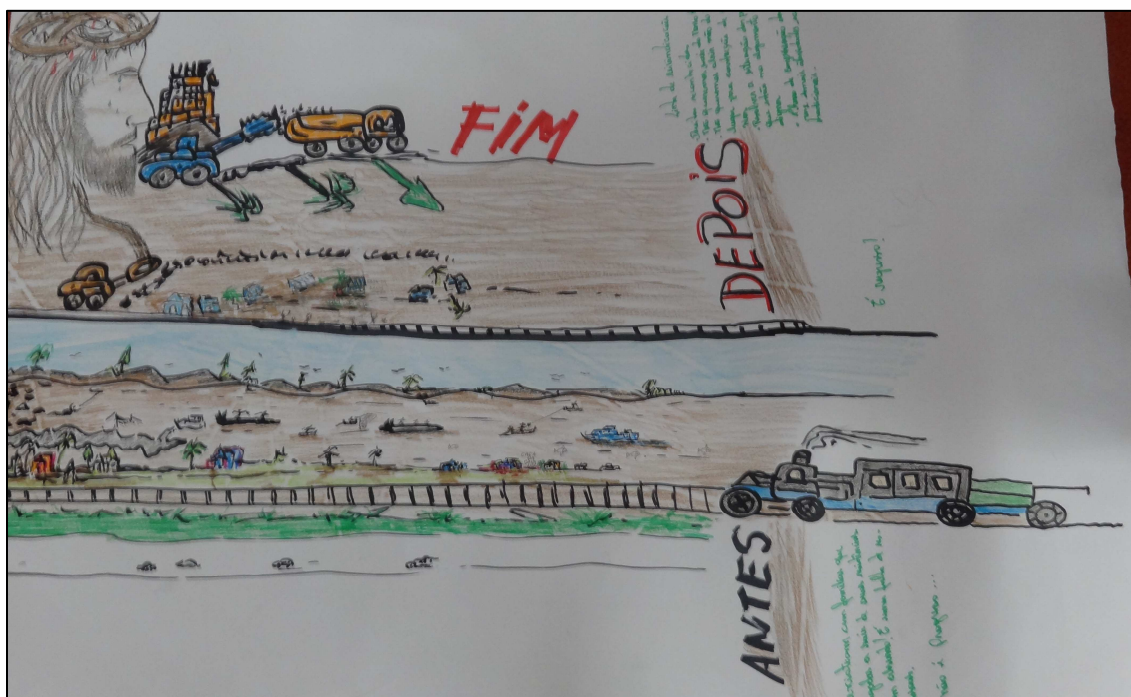


Figura 39: Croqui do bairro Triângulo. Trabalho de campo 2012. Foto: Gláucia Baraúna.

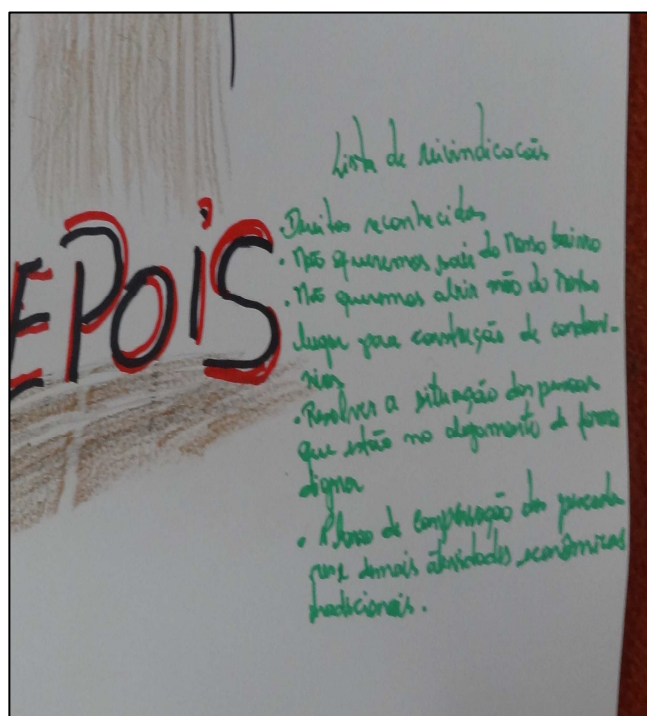
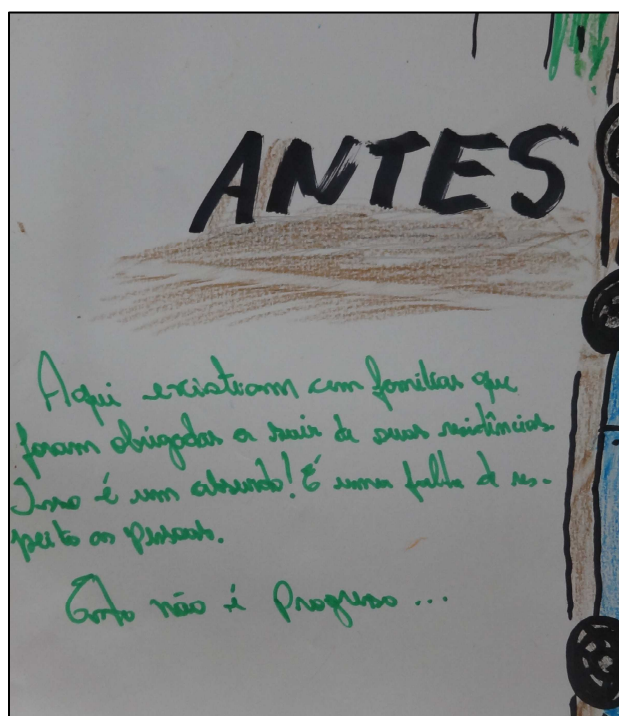
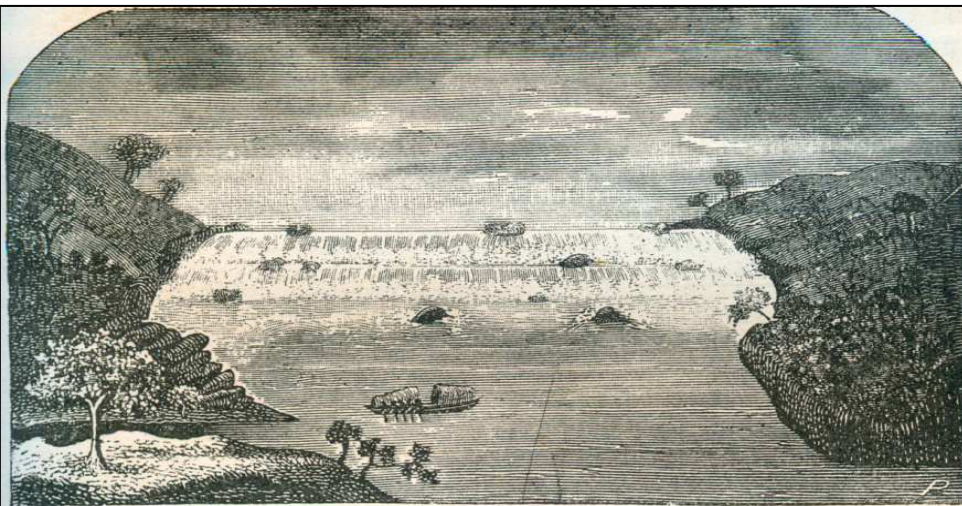


Figura 40: Mensagem e reivindicações dos atingidos do bairro Triângulo. Trabalho de campo 2012. Foto: Gláucia Baraúna.

RIO MADEIRA



8. — PASSAGE D'UN RAPIDE, dans le rio Madeira.



76. — SAUT DU THÉOTONIO (rio Madeira).



79. — A TRAVERS LE SAUT DU GIRAU, dans le rio Madeira.

PESCA DE BURRA



Figura 41: Conjunto de fotos que apontam a pesca de burra no rio Madeira. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=TO3YseOLFP4>. Acesso em: 15/04/2014

CORREDEIRAS DA CACHOEIRA TEOTÔNIO



Figura 42: Corredeira da extinta Cachoeira Teotônio. Ao longe estavam as casas da comunidade Cachoeira Teotônio. Fonte: <http://www.comunidadebancodoplaneta.com.br/profiles/blogs/1741754:BlogPost:228769>. Acesso em 22/05/2014.



Figura 43: Corredeira da extinta Cachoeira Teotônio. Fonte: <http://www.gentedeopiniao.com.br/lerConteudo.php?news=116612>. Acesso em 12/07/2013

DESASTRE DA CHEIA DO RIO MADEIRA



Figura 44: Trecho da BR-364 que liga o Acre a Rondônia, no Distrito de Abunã, limites entre os rios Madeira e Abunã. Fonte: http://www.altinomachado.com.br/2014_02_01_archive.html. Acesso em: 24/06/2014.



Figura 45: Centro de Porto Velho. Fonte: <http://www.ecodebate.com.br/2014/03/19/as-hidreletricas-a-nova-cheia-historica-do-rio-madeira-e-as-tergiversacoes-de-dilma-por-luiz-fernando-novoa-garzon/>. Acesso: 29/07/2014.



Figura 46: Centro histórico de Porto Velho inundado pelas águas da cheia do rio Madeira. Fonte: <http://portalespigao.com.br/dilma-sobrevoa-areas-alagadas-da-capital-e-se-nega-falar-sobre-transposicao/>. Acesso em 24/07/2014.



Figura 47: Distrito de São Carlos totalmente inundado pela cheia do rio Madeira. Fonte: <http://rondoniadigital.com/destaque/menor-cheia-do-rio-madeira-completa-um-mes-e-rio-continua-a-subir-em-ro/>. Acesso em 24/07/2014.



Figura 48: Abrigos improvisados para receber as famílias atingidas pela cheia do rio Madeira. Fonte: <http://rondoniaempauta.com.br/nl/rondonia-2/nivel-do-rio-madeira-sobe-e-aumenta-areas-afetadas-pela-enchente-em-ro/>. Acesso em 24/07/2014.



Figura 49: Abrigos improvisados para receber as famílias atingidas pela cheia do rio Madeira. Fonte: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/04/segue-de-forma-gradativa-mudanca-de-desabrigados-para-barracas-em-ro.html>. Acesso em 24/07/2014.